

Jorge Carvalho Arroteia



**DICIONÁRIO GEOGRÁFICO
DE
MONTE REDONDO**

- SUBSÍDIOS -



2014

*À memória dos meus Pais,
Homenagem aos familiares e amigos com quem cresci,
E aos vizinhos desta terra.*

“Uma geração passa, outra vem; e a terra permanece sempre.”
(Eclesiastes, 1, 4)

Ficha técnica:

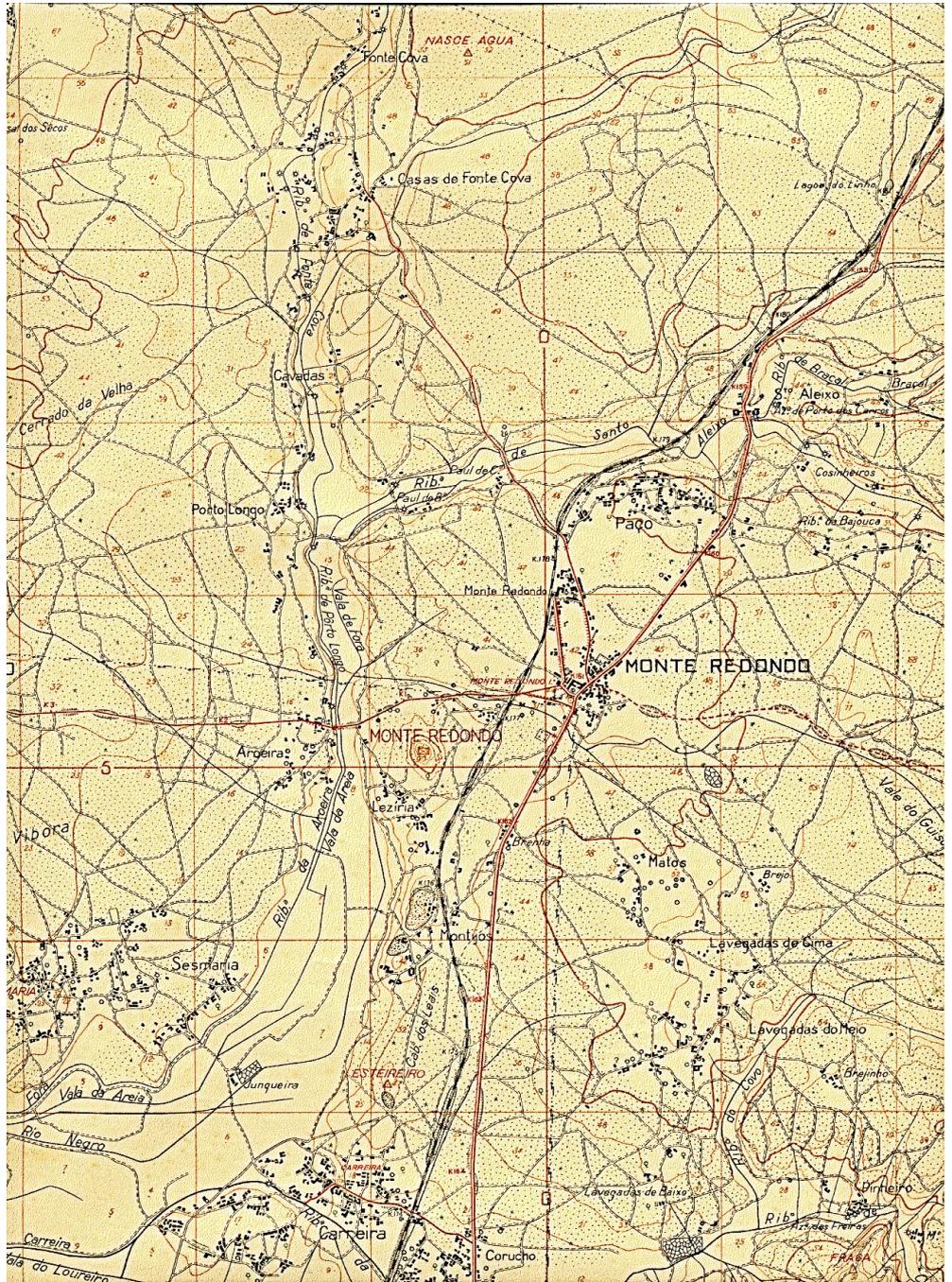
ISBN: 978-989-20-5273-1;
[Título: Dicionário Geográfico de Monte Redondo:
Subsídios];
[Autor: Jorge Carvalho Arroiteia];
[Co-autor(es):];
[Suporte: Impresso]; Lusitânia-Aveiro
[Formato: Brochado]

Dep. Legal: 385051/14

Capa: Augusto Mota

Imagem: Pormenor da parte superior do Memorial do Casal de Monte
Redondo

Figura 1 - Carta Militar de Portugal



Escala: 1/25.000
Folha nº 273 - Monte Redondo

Índice

Abertura	11
A propósito do estudo	13
A propósito das fontes de estudo	17
Acerca da construção histórica do povoamento	21
Atividades económicas	28
Agricultura	30
Agrupamento de escolas	34
Aquíferos	39
Aroeira	40
Associação Cultural e Recreativa e Desportiva “Os Moleiros”	42
Associação Ecológica “Os Defensores”	44
Associação Recreativa, Cultural e Desportiva do Grou	44
Bajouca	45
Bombeiros Voluntários de Monte Redondo	49
Braçal	50
Brenha	51
Cabeço de Monte Redondo	53
Carreira	55
Casa do Povo	58
Casal Novo	62
Cavadas	63
Cemitério	64
Centralidade	65
Centro Social Nossa Senhora da Piedade	69
Clima	70
Clube de Caça e Pesca	73
Coimbrão	74
Coletividades e associações	78
Colégio Doutor Luís Pereira da Costa	82
Comércio e serviços	84
Construção social da Paróquia-Freguesia de Monte Redondo	87
Dependência demográfica	99
Diocese de Leiria-Fátima	108
Distribuição da população	113
Emigração I: apresentação geral	114
Emigração II: acolhimento e regresso	120
Emigração III: por terras de Monte Redondo	124
Emigração IV: a “nova geração de emigrantes”	128
Emigrateca portuguesa	138
Empresas	139
Estremadura	140

Famílias e alojamentos	144
Feira dos 29	145
Fesmonte	151
Filarmónica de Monte Redondo “N ^a Senhora da Piedade”	151
Fontainhas	152
Fonte Cova	153
Funções centrais	155
Geografia Física do território	157
Graveto	161
Grou	162
Grupo Cultural e Desportivo “Os Magníficos”	164
Grupo Desportivo e Recreativo do Casal Novo	164
Habitat	165
Hidrografia	169
Igreja Paroquial de N ^a Sr ^a da Piedade	174
Industrialização	180
Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa	189
Invasões Francesas	191
Junta de Freguesia de M. R.	196
Lage	198
Lavegadas	199
Leiria	200
Lendas mouriscas	204
Lezíria	209
Marinha do Engenho	210
Matos	211
Memoria Paroquial de 1758	212
Memorial do Casal de Monte Redondo	216
Minas	217
Moinhos de água	218
Monte Redondo	221
Montijos	228
Morganiças	230
Motor Clube de Monte Redondo	231
Museu do Casal de Monte Redondo	231
Nascimentos e óbitos	233
Notícias de Monte Redondo	236
Oragos, Capelas e Irmandades	237
Orografia e Geologia	243
Paço	250
Paróquia de Nossa Senhora da Piedade	251
Património geográfico	263
Paúl	265
Pezeiros do Grou	266
Pinhal de Leiria	268
Pinheiro	273

População Medieval e Moderna	274
População em Novecentos	281
População: de 1864 aos nossos dias	284
População: composição e estrutura	289
Porto Longo	293
Qualidade ambiental e de vida	294
Quinta	296
Rancho Folclórico “Rosas da Alegria”	298
Regedoria	298
Ribeira da Bajouca	301
Riscos Naturais	302
Rota da Lagoa, do Pinhal e da Praia	303
Salinas da Junqueira	306
Santo Aleixo	311
Sesmaria	312
Sezões	314
Souto da Carpalhosa	317
Tabulário	320
Telecomunicações e infraestruturas	323
Terciarização	325
Terras do “Rei Lavrador”	327
“Terra Finis”	335
Toponímia local	339
Traços de memória	347
União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira	355
United Paintball Team	358
Urbanização	358
Valito	363
Vegetação	364
Vias de circulação e transporte	366
Vila	371
Xadrês Geográfico	388
Zoneamento e ocupação do espaço	391
Nota final	393
Índice de Figuras	398
Índice de Tabelas	399
Bibliografia	400
Anexos	412



Abertura

Este trabalho é dedicado à terra e às gentes a freguesia de Monte Redondo em particular aos familiares e amigos que aí nasceram, residem ou já faleceram e ainda aos que, por circunstâncias da vida, tiveram de se ausentar. Neste rol não esquecemos os antepassados diretos que com o seu esforço, dedicação e trabalho souberam construir, no meio de terras áridas e cobertas de vegetação da gândara de Monte Redondo, o casal que aglutinando muitos outros à sua volta, deu forma à unidade administrativa onde habitamos. Dá sequência à monografia publicada anteriormente sobre o território, o povoamento e a sociedade desta freguesia (Arroteia, 2000) agora ampliada, de forma breve ao território contíguo desmembrado da Paróquia-mãe do Souto da Carpalhosa e às terras do rei-Lavrador de Monte Real.

As mudanças operadas desde o início do século à atualidade obrigam-nos a melhorar o texto e, em simultâneo, a apresentar uma outra leitura e sequência, separando os temas de forma a facilitar uma consulta mais expedita e orientada para os assuntos que fazem parte deste roteiro. Entre eles destacam-se os que são relacionados com a ocupação humana e crescimento do espaço alargado da antiga paróquia-freguesia de Monte Monte Redondo, tal como foi constituída em 1589 e do seu território atual. Com estas referências queremos dar mais uma achega ao conhecimento desta terra e das suas gentes que contribuíram para o desenvolvimento das povoações vizinhas do Coimbrão, da Bajouca e da Carreira a quem nos ligam laços de pertença e memória coletiva decorrentes da partilha de uma herança comum do território da bacia do Lis.

No imaginário coletivo de todas as sociedades há testemunhos que se constituem como símbolos aglutinadores de uma memória, pertença e identificação cultural que importa preservar como legados de um património histórico, (re)construído pelo homem e transmitido às gerações seguintes. Estes permitem-nos compreender os traços essenciais desta comunidade de homens e de instituições que fortalecem e estruturam a memória coletiva de um espaço social e cultural alargado que vai para além dos limites concelhios de Leiria e das terras do antigo casal de Monte Redondo. Disso nos dão conta algumas das referências que agora invocamos e que sugerem como as questões atuais relacionadas com a ocupação do espaço geográfico continuam a realçar a importância e o significado de um passado comum que importa situar.

Os contributos que hoje deixamos recuperam algumas notas históricas e geográficas locais e permitem uma apreciação por temas. Elaborado sob a forma de glossário temático, pretendemos evocar os Mestres da Universidade de Lisboa que nos sugeriram, ao longo da nossa formação académica, leituras e consultas de muitas monografias que fortaleceram o interesse por esta abordagem. Estas notas foram reunidas com a convicção do muito que há para aprofundar sobre a nossa memória histórica e geográfica e com o desejo de contribuir para esse conhecimento aliado ao das referências culturais e instituições da Paróquia, da Freguesia e das relações de vizinhança com as demais unidades administrativas e religiosas.

Não sendo um trabalho acabado as notas agora coligidas ficam à disposição de todos os que se revejam, por laços de sangue, cultura ou apenas por curiosidade, com esta “Terra mater” que continua a dominar o imaginário dos que aqui nasceram ou tão só peregrinaram, mas que não querem afastar o pó das sandálias com que aqui caminharam. Importa por isso estreitar os laços de pertença desta comunidade de habitantes, de tradições e de saberes, que tendo perdurado no tempo, estruturou a antiga paróquia e freguesia, as instituições ainda presentes e a cidadania ativa, empenhada e fervorosa, em prol da defesa dos interesses da comunidade.

Crete na validade de mais um testemunho de apreço por estas terras e suas gentes, a edição deste estudo apresenta, além do valor simbólico - decorrente da ligação do autor à sua terra de origem, às suas gentes e instituições – uma dimensão investigativa que prossegue o aprofundamento das raízes geográficas e históricas desta comunidade vicinal, construída em terras da paróquia milenar do Souto da Carpalhosa. Contamos para isso com a participação dos que generosamente se queiram associar a esta iniciativa e dar a conhecer o resultado de pesquisas relacionadas com esta temática.

Ao texto presente - “Dicionário Geográfico de Monte Redondo” seguir-se-ão, com a cadência que o tempo permitir, outros estudos ou documentos que completem o conhecimento do território, do povoamento e da própria sociedade portuguesa. Considerando que qualquer efeméride é conveniente para suscitar novas iniciativas, a proximidade dos 735 anos da primeira referência histórica às terras desta Paróquia e Freguesia (1278-2013) e a oportunidade de se dar a devida ênfase a tal acontecimento justifica que se congreguem esforços que permitam a evocação da memória antiga e da coesão necessárias à afirmação desta Vila e das suas gentes. O ano de 2014, coincidente com a celebração do 10º aniversário da criação da Vila de Monte Redondo,

reforça ainda mais o sentido histórico do Memorial desta terra e o seu povoamento, ao longo de séculos, pelos que nos antecederam.

Com o processo de reorganização administrativa autárquica de 2012, a configuração atual inclui no espaço da “União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira”, a freguesia vizinha da Carreira. Que a proximidade física e humana das nossas gentes constitua o traço de união para que, com o mesmo ânimo e labor, prossigamos a caminhada agora estabelecida. Parafraseando Afonso Lopes Vieira, podemos reler a sua “Antologia Poética” evocando, em conjunto, a terra que nos viu nascer:

"Encantado jardim da minha infância,
aonde a minh'alma aprendeu
a música do Longe e o ritmo da distância
que a tua voz marítima lhe deu;
místico órgão cujo além se esfuma
no além do Oceano, e aonde a maresia
ameiga e dissolve em bruma
e em penumbras de nave, a luz do dia."



A propósito do estudo

A memória de um povo, difícil de se reconstituir na ausência de documentos significativos relacionados com o seu passado, não desmerece os esforços que possamos empreender no sentido de procurar conhecer as suas raízes históricas e culturais mais profundas. Tal facto, sempre dificultado pela ausência de testemunhos patrimoniais ou de outros factos relevantes que realcem o conhecimento desse legado, é ampliado quando ocorrem interpretações distintas sobre a causa, a natureza, a causalidade ou mesmo a sequência de alguns acontecimentos e narrativas. Confrontados com estas dificuldades sempre que procuramos desvendar a nossa memória mais remota, encaramos como relevantes alguns testemunhos toponímicos, materiais e documentais, que nos revelam marcas das sociedades antigas, do seu habitat natural, das suas relações com o espaço e da sua evolução no tempo. Tal significa que preocupados com o conhecimento do homem e das suas relações com o meio, não podemos esquecer as transformações operadas por via da ação humana e da influência da própria civilização.

Como refere C. Medeiros (1978, 33) este é o objeto da geografia humana onde cabe qualquer tipo de análise que inclua referências às “paisagens humanizadas, isto é, modificadas pelo homem”. Da nossa parte entendemos que o espaço geográfico ou território, expressando o resultado da ação humana e diferentes formas de intervenção política, constitui um domínio privilegiado de análise interdisciplinar que reforça a sua natureza e essência. Na verdade analisar o povoamento, as formas de organização do espaço e as etapas do desenvolvimento das atividades criadas pelo homem - traduzidas nas técnicas que domina, nos produtos que fabrica e na tecnologia que utiliza -, é um dos reflexos marcantes da ação humana sobre a natureza e a oportunidade de defesa de uma postura compreensiva destes traços e da sua explicação numa perspetiva corológica. Assim o homem surge como um poderoso “agente da fisionomia dos lugares”, capaz de “libertar-se das coações do meio natural para organizar o espaço onde se desenrola a sua história” (Isnard, 1982, 17).

Deixar de evocar esta realidade seria uma postura menos correta, uma vez que os temas que escolhemos para análise - a população e os processos de desenvolvimento territoriais -, estão fortemente relacionados. Estes foram implementados ao longo do tempo através de interações mútuas: a população, no seu crescimento e evolução, partilhou dos benefícios e das técnicas postas ao seu dispor pela civilização; em simultâneo, os processos de desenvolvimento locais assentaram nas disponibilidades de mão de obra locais ou recrutadas no exterior. Daí decorrem movimentos complexos da população (naturais e migratórios) e novas formas de organização social e espacial.

Porque habitamos espaços - embora física e socialmente delimitados mas sempre, espaços de relação - a leitura e sobretudo a interpretação de uma determinada realidade social assenta na procura de vestígios, de monumentos, de documentos e de outras fontes que nos permitam reconhecer e reconstituir factos passados, na sua essência e relações recíprocas. Esta postura tem presente um “complexo histórico-geográfico” regional no sentido em que V. Magalhães Godinho (1976) definiu ou seja, como um “um apetrechamento técnico determinado; (...) um conjunto de relações sociais (...); um espírito que norteia e motiva o comportamento dos membros dessa sociedade”.

Vulgarmente designam-se estes habitantes que vivem em espaços mais restrictos e alimentam entre si laços de solidariedade, por comunidades. Estes laços da economia “inscrita no espaço geográfico” (Serrão, 1989.II, 130) apresentam uma multiplicidade e diversidade de espaços, de tempos histórico-sociais e de relações humanas (op. cit., 131) e vão determinar a formação de diferentes agrupamentos sociais e

sistemas que condicionam o devir de um Estado ou Nação. Na verdade, tal como acentua Serrão (1989.V, 132), “uma Nação constitui-se com várias unidades espaciais e com vários grupos humanos ‘naturais’”, pelo que o conhecimento destes pequenos grupos sociais ou comunidades ajuda a compreender a “individualidade geográfica” de um país ou nação.

De acordo com Rocher (1979.II, 169), a “comunidade de lugar, que se forma pela vizinhança e que se encontra na aldeia ou meio rural”, serve de referência ao nosso estudo. A sua evolução no tempo com o desenvolvimento de uma “organização social do tipo societário”, que “substitui progressivamente a antiga comunidade medieval, de tipo comunitário, rural, artesanal, corporativo, hierárquico e religioso” (op. cit., 173), leva-nos a aceitar que esta evolução deu lugar à sociedade atual, complexa, heterogénea e hierarquizada, revelando “uma divisão do trabalho cada vez mais elaborado” (op. cit., 183). Disso nos dão conta as atividades económicas locais, o crescimento dos habitantes, a divisão territorial e as relações entre os homens. Entendê-las na sua expressão atual e passada pode ajudar-nos a compreender algumas das inquietações do presente sobre os problemas futuros.

O alargamento do período de instrução e a redução do analfabetismo; a participação democrática na vida local; a redução dos núcleos familiares e a alteração dos seus valores tradicionais; a quebra dos sentimentos de religiosidade; a mobilidade geográfica e social responsável pelo enfraquecimento dos sistemas hierárquicos parecem ser alguns dos aspetos que confirmam o sentido da mudança operado na nossa sociedade, antes ainda do desenvolvimento e da expansão dos meios multimédia a quem se devem muitas outras e profundas mutações sociais que hoje experimentamos. Foi na satisfação destas inquietações que nos abalançámos no estudo de uma coletividade humana, identificada pelo peso de uma intensa atividade rural e industrialização de valor, mas modernamente afetada pela terciarização. E embora acentuando o seu âmbito local, parece-nos reveladora das relações existentes entre o ambiente geográfico e os fatores: demográfico (expresso no volume e densidade da população), económico (traduzido no potencial da economia local) e cultural (realçado pela “capacidade de adaptação às realidades económicas, por intermédio de normas e valores apropriados da cultura” (Rocher, 1981.IV, 126).

Mais do que um simples ensaio de natureza descritiva e monográfica este texto, ainda que repartido por assuntos, procura identificar os aspetos que têm acompanhado a evolução social, a adaptação humana e a diversidade de respostas a novos contextos civilizacionais, na procura dos traços universais que “são encontrados em todas as sociedades que

se industrializam” (Horton e Hunt, 1981, 67). Para isso tivemos de recorrer a diversas fontes procurando identificar, em cada um dos textos consultados, os aspetos que se identificam com esta terra e lugares, com o seu passado e com as suas gentes. Na sua execução tivemos presente o enunciado por E. Durkheim (1977): “As regras do método estão para a ciência como as regras do direito e dos costumes para a conduta”.

Seguimos ainda o pensamento de Ribeiro sintetizado no trabalho “Atitude e Explicação e Geografia Humana” (1960), ditando que esta “é uma ciência de observação: o seu fim é descrever e interpretar” seguindo as quatro fases do método geográfico relacionadas com a observação, localização, descrição e interpretação (e explicação) dos fenómenos geográficos e sociais que na nossa perspetiva assinalam as diferentes situações¹ que reportamos neste trabalho.

Uma vez realizado recordamos que este texto ganhou um outro significado: o conhecimento dos traços fundamentais das nossas raízes e o apreço pelo esforço das gentes laboriosas que com a sua dedicação e esforço têm pugnado pelo crescimento e dignificação desta coletividade. Neste sentido justifica-se, portanto:

- Evocar a memória de todos os que ao longo dos séculos aqui habitaram e souberam preservar e construir o património que hoje consideramos como nosso;
- Recordar os que embora aqui nascidos e criados foram obrigados, por razões económicas ou outras, a emigrar para terras longínquas e aí residem ou já repousam eternamente.

Embora enfrentando as dificuldades comuns à realização de um estudo desta natureza, reconhecemos ainda as suas limitações. Destaca-se, por um lado, a necessidade de se aprofundarem algumas das fontes de natureza histórica disponíveis em arquivos nacionais, mas nem sempre fáceis de manusear; por outro, a necessidade de se completarem os elementos ora referidos com novos dados que abranjam os aspetos de natureza etnográfica, sócio-cultural e religiosa desta área e das suas paróquias vizinhas. Mesmo assim pensamos, com este labor, vir a contribuir para o melhor conhecimento das dinâmicas, interna e externa, responsáveis pelo evoluir das sociedades tradicionais a caminho da sua modernidade.

Neste sentido às formas, aos sítios e às paisagens que tradicionalmente “constituem o campo do geógrafo” (Ribeiro, 1961, 15), através da observação “ele ascende ao homem, não só na sua vida

1 A terminologia aqui utilizada, de estudo de “situação”, proposta por George et al. (1967, 23), pode ser entendida, no âmbito das Ciências Sociais, como sendo uma investigação do tipo, “estudo de caso”.

hodierna como na longa caminhada que as civilizações percorrem no tempo”. Desta fazem parte as próprias organizações sociais, as associações e as instituições religiosas e outras que expressam, na sua territorialidade e acção, os efeitos de uma linha evolutiva cultural e humana que interessa à geografia humana e social.

Ainda que não sendo "ateniense nem grego, mas cidadão do mundo" (Sócrates) e tendo deste uma visão holística dos fenómenos sociais e da sua extensão no tempo, entendemos aprofundar a pesquisa sobre a nossa terra, evocando os nossos familiares, amigos e conterrâneos. Entre estes contam-se os que partilham dos mesmos interesses e raízes, os antepassados, os fregueses atuais e vindouros para quem vai o nosso respeito e gratidão num gesto solidário e de comunhão com os que já partiram ou que ainda constituem a família alargada que nos acolhe. Temos consciência que muito mais haveria a dizer e a escrever sobre os temas que fazem parte deste trabalho. Na impossibilidade de o conseguirmos fica uma certeza: a de que o caminho da investigação se vai fazendo, caminhando e juntando à memória do passado, o seu conhecimento atual.



A propósito das fontes de estudo

A procura da memória de um povo e a busca das suas raízes constitui-se como uma tarefa particularmente difícil de ultrapassar sobretudo quando escasseiam os testemunhos sobre o passado mais remoto ou a sua história longínqua. Vem isto a propósito da dificuldade que temos em seguir as etapas mais significativas relacionadas com a ocupação humana primitiva, o povoamento e as atividades de subsistência, a vida económica, social e cultural que caracterizam, desde os tempos mais antigos, as terras e o casal de Monte Redondo. O mesmo se pode dizer relativamente ao seu termo próximo, pelo que o entendimento de alguns dos fenómenos que marcaram a vida e a evolução deste território e sociedade tem de ser feito por analogia, tomando por base a marcha conhecida dos fenómenos históricos e sociais referentes à região mais alargada onde este território se insere.

Pela sua proximidade e importância na organização territorial, social e económica da região litoral destaca-se a relevância do antigo burgo de Leiria, que após a Reconquista assumiu (conjuntamente com outras praças fortes do centro-litoral), um papel preponderante no povoamento e no desenvolvimento de toda a área situada entre o Lis e o Mondego.

Para além da influência desta cidade, o povoamento da área situada a norte do rio Lis deve ser apreciado conjuntamente com a evolução e o crescimento de outras povoações e casais próximos, tais como o Souto da Carpalhosa, ou já mais distantes, integrados nos domínios do concelho de Pombal e do antigo concelho de Montemor-o-Velho, de Soure ou mesmo de Coimbra, dado o papel relevante que esta cidade e as suas instituições religiosas exerceram no entre-Mondego e Lis.

Na sua essência procurámos aprofundar o conhecimento da sociedade rural e das suas relações com a estrutura social dominante e abordar um dos problemas cruciais em ciências sociais, o da relação entre o homem e o espaço habitado e o estudo das “consequências que resultam, para as sociedades rurais, da dependência do meio” (Mendras, 1977.I, 432). Mais ainda, procurar o conhecimento dos fatores materiais (ou estruturais) que estiveram na origem do desenvolvimento económico, social e cultural da comunidade de Monte Redondo, na sua transição de uma “sociedade de subsistência” (relativamente estável e dominada por uma cultura fortemente tradicional), para a “sociedade de consumo de massa” (dominada pelo peso do setor terciário nos empregos e na indústria: serviços, comunicações, administração – Rocher, 1981.IV, 132).

Embora acreditando na importância dos fenómenos naturais na explicação da realidade social - permissa desenvolvida pela chamada “escola geográfica em sociologia” (Gurvitch, 1979, 66) que teve em Ratzel, Brunhes, Huntington os principais seguidores - entendemos que os “factos sociais”, como “fenómenos sociais totais” (Marcel Mauss), só podem ser conhecidos se considerados em todas as suas escalas, níveis de profundidade e aspetos, cuja hierarquia se modifica em função dos tipos de sociedade e da suas estruturas (op. cit., 17). Esta perspetiva está presente desde o início da nossa investigação que procura realçar, através do conhecimento da base geográfica e demográfica da sociedade e do conhecimento da sua “morfologia social” (Gurvitch, 1979), os aspetos mais relevantes que contribuíram para a sua transformação e evolução recentes.

Porque acreditamos que as sociedades seguem dinâmismos distintos e fases diferenciadas e à semelhança do que preconiza Claude Rivière (1982, 423), entendemos a leitura da mudança social como um processo histórico, coletivo e estrutural, merecedor da nossa maior atenção. Para tanto torna-se necessário recorrer a métodos adequados que permitem a elaboração de uma monografia, entendida como um estudo detalhado do espaço permitindo uma melhor compreensão das relações “entre o meio físico dominante e as atividades humanas” (Baud et al., 1997, 322) e a fontes (históricas, geográficas e sociais) mais convenientes.

Estas preocupações levaram a que tenhamos utilizado fontes de natureza documental e estatística e trabalhos de autores que nos permitiram uma visão alargada de diversos temas no âmbito da geografia humana, da história e da demografia. O processo investigativo é completado com consultas e referências bibliográficas selecionadas em função dos temas abordados. Por isso não receamos em alargar as nossas consultas, que não cabendo numa bibliografia estritamente geográfica, podem dar um contributo válido para a compreensão dos fenómenos “sociais e totais” (Guvitch) que marcam a linha de vida desta comunidade.

Como em tempo referiu Claval (2001, 235), a conceção de que a verdade é absoluta e constitui um bem, merece muitas leituras assentes na reconstrução e na desconstrução do conhecimento científico. Afirma Amado Mendes (1993): "o êxito da pesquisa histórica depende, em grande medida, dos problemas suscitados e equacionados previamente". Por isso temos de recorrer a várias fontes de natureza documental, relacionadas com certos dados demográficos, sociológicos e económicos. Depois da criação do sistema estatístico nacional, as publicações do INE são as preferidas. Para além destas, as fontes específicas utilizadas em geografia decorrem ainda da “observação direta ou indireta” (George, 1982, 180) e da análise de fontes cartográficas que tivemos oportunidade de compulsar. No seu conjunto estas fontes constituem o nosso sistema geográfico e de informação, identificado na bibliografia e que nos serviu de base para a interpretação de muitos fenómenos já identificados no estudo sobre a terra e o homem em terras do município de Leiria (Arroteia, 2002 e 2009).

Como assinala Claval (1987, 3), “os factos não se encontram todos dispostos na realidade, são isolados, definidos e reconhecidos pelo investigador cuja opinião é tanto mais válida quanto mais sólidos forem os seus conhecimentos”. Por isso justifica-se a referência a bibliografia já usada (Arroteia, 2000) e atualizada que nos serviu de referência. Recordamos as seguintes:

➤ "O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria", texto inédito de autor desconhecido escrito entre os finais do século XVI e o começo do século seguinte e publicado em primeira edição em Braga em 1868 e em Leiria no ano de 1898 (2ª ed.)². A consulta deste documento é essencial para a compreensão não só da história do Bispado de Leiria, mas também do povoamento de toda a sua diocese. Embora as

² Em 2011 a Editora Textiverso publicou uma 4ª Edição com o texto integral e ampliado da edição de 1898

informações referentes à freguesia de Monte Redondo não sejam muito abundantes, os dados recolhidos acerca das paróquias vizinhas e sobre a história de Leiria e do seu termo ajudam-nos a compreender alguns dos marcos mais determinantes da sua evolução histórica e dos fatores condicionantes da vida social e económica desta área.

➤ De grande interesse é o texto da “Conferência sobre Monte Redondo nas Comemoração solenes dos 400 anos da criação da paróquia (1589-1989”, preparada pelo Rev.º Dr. Luciano Cristino por altura desta efeméride e que completa os "Apontamentos de história local" sobre Monte Redondo, publicados no semanário "A Voz do Domingo", em 1971 e 1972, pelo mesmo autor. Aquele texto distingue-se não só pela riqueza do seu conteúdo mas, ainda, pela forma sistematizada como apresenta os dados da pesquisa histórica que lhe subjaz com a indicação das datas, dos acontecimentos e dos documentos principais que permitem reconstruir os factos mais relevantes da cronologia e da vida desta povoação.

➤ Circunscrevendo-se à época medieval, o estudo do Doutor Saúl António Gomes, acerca dos "Documentos medievais sobre Monte Redondo" (1986) permite-nos conhecer as raízes históricas mais antigas desta povoação, dos seus moradores e das suas atividades. Em boa hora publicado pelo Museu de Monte Redondo na sua coleção, "Cadernos Património", trata-se de um documento imprescindível para o conhecimento do povoamento desta terra e dos seus logradouros.

➤ Completa a relação destes documentos o estudo do Dr. Afonso Zúquete (1943) dedicado a: "Leiria - subsídios para a História da sua Diocese". Aí recolhemos diversas indicações úteis sobre os factos, as pessoas e os acontecimentos marcantes da evolução da Diocese de Leiria e do povoamento do seu território. Para além dos documentos já citados tornou-se igualmente obrigatório a consulta de diversos dicionários corográficos que reúnem informações sobre esta e outras povoações do continente. Referimo-nos em particular ao "Portugal: antigo e moderno", de Pinho Leal (1873) e ao "Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular", de Américo Costa (1943).

Uma referência a outras fontes que consultámos. Entre elas, os “Registos Paroquiais” da paróquia de Monte Redondo, permitiram-nos retirar indicações precisas sobre a evolução e a marcha da população local, dados que o Instituto Nacional de Estatística (INE) não facilitava. Além destas tivemos acesso a um conjunto de documentos provenientes da investigação realizada pelo “Museu do Casal de Monte Redondo”, em

articulação com grupos de estudantes universitários³. Estes trabalhos de investigação, realizados sob orientação do Doutor Mário Moutinho, compreendem os “Estudos inéditos”, na sua maior parte constituídos por relatórios provenientes de levantamentos diretos e o “Fundo de Documentação Local” relacionado com o casal de Monte Redondo e as suas atividades económicas.

Muitas outras obras citadas na bibliografia mereciam uma referência particular. Embora não querendo descriminá-las, atestam a sua importância e significado para este estudo que abarcando diversas facetas da vida de uma "comunidade rural" (Arroteia, 2000), centra a sua atenção sobre um espaço humanizado, habitado há vários séculos e onde ainda hoje se vislumbram, na maneira de "utilizar a natureza e de organizar o espaço", as influências "do património hereditário e constantemente acrescido, a que é costume chamar 'civilização'" (Ribeiro, 1970, 80).

De acordo com a natureza das fontes, os documentos estão transcritos na sua forma original ou já adaptados pelos respetivos autores. Em relação aos trabalhos do autor, são transcritos na sua forma original pelo que se repetem algumas passagens para não desvirtuar cada um dos temas tratados. O mesmo acontece em relação a designações de localidades e outras, de modo a permitir ao leitor apreciar a sua eventual evolução e significado.



Acerca da construção histórica do povoamento

Os dados referentes ao povoamento moderno e à ocupação do território no termo norte de Leiria, onde se situa Monte Redondo, estão relacionados com a evolução desta povoação e com o processo de colonização da área que abrange a cidade de Leiria e as terras ocupadas pela bacia hidrográfica dos rios Lis e Lena. Contudo, como recorda O. Ribeiro (1970, 312), a sua análise não se pode desligar de um contexto mais vasto decorrente da situação do continente português, assim encarado: “Última nesga mediterrânea banhada pelo Atlântico, engastado numa península que é um continente em miniatura e aberto para o mundo por uma larga fachada oceânica, o território português cumpriu as alternâncias do seu destino de finisterra: perdido num

3 Da Universidade de Lisboa e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

isolamento arcaizante, à margem das correntes de civilização e do caminho dos povos...”

Vestígios de um povoamento neolítico muito antigo são referidos por Custódio Morais (1936, 36), baseado nos trabalhos do Professor Manuel Heleno, que assinala: ”foram já ocupados por uma população numerosa do Neolítico, tendo sido o chamado Paúl de Ulmar, que se estende pelos campos inundados pelo rio Lis, motivo de atenção especial de D. Dinis, pelo seu grande valor”. Por sua vez os trabalhos relativos à Carta Arqueológica de Leiria registam outros vestígios desta ocupação na área geográfica da freguesia das Cortes, a qual prossegue pelo Paleolítico inferior, “período durante o qual ele terá aliás chegado pela primeira vez ao atual território português” (Cunha-Ribeiro, 1995, I, 97). Daí os achados “atribuíveis às indústrias acheulenses do Paleolítico inferior” existentes nesta área constituídos por objetos líticos de quartzito, de quartzo e de sílex, descritos em várias estações arqueológicas.

Por sua vez, Teixeira e Zbyszewski (1968, 92) referem-se aos achados paleolíticos, do Professor Manuel Heleno em diversos locais da bacia do Lis, entre Leiria e o Souto da Carpalhosa, ou mesmo nas imediações de Leiria: Vidigal, Telheiro e Cortes. Anotam ainda outros vestígios de “indústrias neo-neolíticas, embora mal conhecidas, especialmente em algumas grutas ainda não exploradas, em que aparecem restos de cerâmica, ossos humanos, etc.” Vestígios de um povoamento neolítico sediado no termo norte de Leiria foram encontrados pelo Professor Manuel Heleno na "gruta da Mata", ou "gruta dos franceses", próximo de Monte Real, onde recolheu "objetos de lousa, ornamentados de um só lado", o que levou a este professor a afirmar que se tratava de um "ossuário neolítico" com mais de meia centena de crâneos humanos (Alves, 1955, 24).

Testemunhos arqueológicos encontrados em Leiria e nos seus arredores, especialmente em S. Sebastião do Freixo (na estrada da Barreira), indiciam uma ocupação romana formada pela existência de “um núcleo urbano importante (...) e vários núcleos menores ou simples vivendas na periferia” (Cabral, 1975, 16). Tendo em conta a organização social deste povo é de crer que para além das residências das classes dirigentes e dos seus assalariados, se tenham fixado nesta área atividades relacionadas com a agricultura, a extração de minerais e outras, que garantiam a sobrevivência da antiga Colipo e o seu domínio sobre as áreas adjacentes.

Centrando a nossa atenção no termo norte de Leiria, o aproveitamento das águas nas termas de Monte Real parece constituir-se como um testemunho apropriado dos hábitos desses invasores. Note-se que em 1870, quando se andava a construir a estrada de Leiria para

Figueira da Foz, “descobriram uns trabalhadores junto à mesma estrada, n’um local denominado a costa de Martin Gil, a 1 quilómetro, pouco mais ou menos, da cidade, um mosaico romano muito regular e bem feito” (P. Leal). Esta é mais uma prova da permanência romana nesta área. Outros povos se seguiram, nomeadamente os muçulmanos, que tendo chegado à Península no século VIII dispersaram-se por todo o território, nomeadamente no centro do território litoral, onde beneficiavam dos contactos por via marítima com outros agarenos que praticavam o comércio e a pirataria no litoral da região.

Testemunhos dessa presença são relatados por Pinho (1938.I, 115) em relação ao reguengo de Ulmar, "outrora conquistado aos mouros", o que o leva a concluir que uma vez resgatado o território aos invasores e achando-se os portos de Pederneira e Salir "em poder do Mosteiro de Alcobaça, os mouros só poderiam preparar as suas incursões vindo aportar à Foz do Lis e subindo o rio até à proximidade de Leiria" (op. cit., 114). Assim o regista Cabral (1993.I, 15) que assinala a tomada de Leiria por estes povos, em 715; a reconquista pelas tropas cristãs vindas das Astúrias em 753 e a retoma pelos muçulmanos em 850 onde permaneceram até ao início do século XII. Uma presença que perdura no imaginário popular. Alguns testemunhos da toponímia local indiciam a sua origem e a presença árabe em lugares próximos de Leiria, tais como Aljubarrota, Alpedriz, Alvorinha, Alburitel, Alvados, a sul; Almoinhas, Almagreira, Mata Mourisca, a norte, são nomes que nos evocam essa presença no território.

As referências históricas acerca de Leiria e do seu termo surgem-nos associadas ao processo de Reconquista e à formação da nacionalidade, com a fundação do castelo de Leiria por D. Afonso Henriques, no inverno de 1135 (Cabral, 1975, 17). Este esforço defensivo e de povoamento desencadeado pelo primeiro monarca e seguintes, foi consubstanciado através da edificação de diversos castelos, sobretudo em lugares estratégicos ou em áreas de menor ocupação humana. No caso vertente esta edificação destinava-se “para servir de poderosa base defensiva e ofensiva” (Marques. I, 1976, 89). Assim a fundação deste castelo “em terra deserta e não habitada” (O Couseiro, 1868, 3) bem como a sua doação ao Convento de Santa Cruz de Coimbra, corresponde ao esforço desencadeado por aquele monarca no sentido não só de fixar as fronteiras políticas das guerras que ia travando com os muçulmanos, mas ainda à necessidade de garantir uma colonização efetiva dos territórios conquistados ao invasor.

Que esta situação não foi demasiado fácil confirma-o o facto de, após a primeira ocupação destas terras, a edificação primitiva ter sido tomada por aqueles povos obrigando a que, em 1145, o monarca português

tenha reconquistado a fortaleza e reconstruído a povoação arrasada pelas forças muçulmanas. Refere Saraiva (1978, 41), que o castelo de Leiria “era um posto avançado na linha de combate” que se estendia no interior pela serra da Lousã e esbatia-se “nas planícies da Beira Baixa, numa zona imprecisa e não dominada nem por mouros nem por cristãos”. O referido autor (op. cit., 61-62) assinala ainda que o testamento de D. Afonso Henriques contemplou a distribuição de quantias significativas aos pobres de Ourém, de Leiria e de Pombal, facto que realça o interesse em assegurar meios de sobrevivência à população local e eventualmente aos desalojados e pedintes oriundos das zonas mais densamente povoadas do norte. Estes, não tendo aí encontrado os meios de subsistência, acompanharam o movimento de reconquista para sul e acabaram por se fixar nestas terras.

O interesse manifestado por aquele monarca em relação a Leiria é um facto reconhecido pelo autor de “O Couseiro” (1868, 9) que escreveu: “o dicto rei D. Affonso Henriques sempre tractou de engrandecer a sua villa de Leiria; e no ano de 1179 lhe deu foral”. No entanto a cedência deste castelo e da sua igreja ao convento de Santa Cruz de Coimbra, bem como de todas as outras que “no seu termo se forem edificando conforme a necessidade” (op. cit., 5), libertando-a de qualquer dependência ao bispo, confirma o interesse deste rei em prover as ordens religiosas de bens adequados à sua manutenção. Por outro lado retirava ao Bispo Metropolitano de Braga – de que eram sufragâneos os bispados do Porto, Coimbra, Viseu, Tui, Orense, Mondonhedo, Lugo e Astorga – a jurisdição sobre estas terras enfraquecendo-lhe o seu poder temporal.

Note-se que estes religiosos, “os cónegos de Santo Agostinho (...) possuíam a famosa igreja de Santa Cruz de Coimbra, ricamente dotada” (Marques, 1976.I, 77). Com eles disputavam as novas heranças os Cistercienses de Alcobaça, chegados a Portugal em meados do século XII, tornando-se, conjuntamente com os de Lorvão e S. João de Tarouca, nos “mais ricos conventos da ordem de Cister”. A este respeito, Zúquete (1943, 16) afirma: “é de crer que a entrega de Leiria aos cruzios tenha resultado apreciáveis benefícios para o burgo nascente. Aqueles religiosos, especialmente nos primeiros séculos da sua existência em Portugal distinguiram-se notavelmente pelo seu zelo, virtudes monásticas, larga caridade e benéfica ação social e educativa”. Ainda segundo o mesmo autor (op. cit., 17), o facto de haver na igreja de Leiria um representante direto do Prior-mor de Santa Cruz como seu Vigário Geral e Provisor, confirma que “a terra o merecia, pagando em bons frutos quanto se lhe fizesse”.

O povoamento seguinte beneficiou da fixação de novos habitantes atraídos pelas atividades agrícola, comercial e artesanal que no começo do século XIII deveriam contribuir para um elevado "desenvolvimento económico e demográfico deste burgo e do seu termo" (Rui de Azevedo - Cristino, 1989, 6). Tal facto é atestado pela existência "de cinco igrejas paroquiais com sede na villa de Leiria e mais cinco igrejas paroquiais no norte do concelho" (loc. cit.). As igrejas paroquiais, além da paróquia de N.ª. Sr.ª. da Pena sediada no Castelo, eram as de S. Pedro, St.º. Estevão, S. Martinho e Santiago do Arrabalde. Nas restantes paróquias incluía-se a Igreja do Souto da Carpalhosa. Relata-nos o mesmo autor que logo no início do século XIII, em 1218 (ou anteriormente em 1180, como propõe Cristino -1989, 9), ter sido assinada a "doação de uma propriedade que tinham no lugar do Souto", feita por "um Pedro Mendes, Pedro Vieira e outros moradores ao prior e religiosos da Santa Cruz, para nele se fazerem igreja e cemitério". Esta é uma data a reter na antiguidade e importância desta paróquia-mãe e de outras unidades religiosas e administrativas do concelho de Leiria que se vieram a constituir a partir do antigo território da Paróquia do Santíssimo Salvador do Souto, sítio de referência entre os domínios cistercienses a sul e a norte da bacia do Lis.

Dos limites do castelo de Leiria faziam parte, a norte, o território do casal de Monte Redondo, como se deduz da seguinte transcrição (Cabral, 1993.I, 25):

"(...) Aprove-me também a mim, rei Afonso, e firmemente resolvi dar limites ao mesmo castelo de Leiria, num circuito, a começar no mar, da parte ocidental, e, da parte meridional pela veia de Alcobaça e a chegar à fonte de Soão. E daqui, para o sul, passa pela Ataíja e vai à lombra que está no meio da Mendiga, e daqui às cimalthas de Alvados e às cimalthas da serra de Minde, chegando à fonte de Assentis, que está a oriente. E, da parte oriental, cortando pelo castelo Carrapatoso, pela estrada, e daqui ao porto de Ourém e às Antas, convergindo para norte. E da parte setentrional, cortando pelo rio de Litém como entra no Arunca, e daqui a Cortiço e ao Sobreiro de Braamiro, e daí desce para ocidente e para o mar, pela lombra que está entre a estrada que vai do Lourical pela Cornagã a Leiria e a outra estrada que vai à Cornagainhas, e daqui como vai à lagoa que se chama Ervedosa e atinge o mar".

Note-se que a situação da costa era bem diferente da atual indo o mar bastante mais para o interior. Saraiva (1978, 33) refere-se a Marinha das Ondas como um porto de pesca do litoral português, havendo outros para sul como o da foz do Lis, Paredes, Pederneira, Salir e outros. A ocupação humana desta zona marítima é referida numa das mais antigas descrições conhecidas, a narração do cruzado Osberno, em 1147, sobre

a Conquista de Lisboa aos Mouros (cit. por: Vasconcelos, 1942.III, 678) que assim descreve:

"(...) Ao longo do continente ha, desde o Porto (...), o castelo chamado de Santa Maria (Feira) (...) o rio Vouga, e mais adiante, sobre o Mondego, a cidade de Coimbra, além da qual fica o castelo de Soure; a seguir o de Montemor, depois o de Leiria, à margem dum rio que separa o bispado lisbonense do conimbricense, e adiante acha-se um bosque (...) Alcobaça e em volta do qual se estende um vasto ermo que vem até ao castelo de Sintra, distante de Lisboa, 8 milhas (...) cidade não muito distante da foz do Tejo".

Não muito longe de Leiria - que se constituía como a fronteira do novo reino (Saraiva, 1978, 41) -, este monarca criou os conventos de Seiça (no termo de Montemor-o-Velho) e de Alcobaça os quais, sobretudo este último, vieram a desempenhar um papel importante na colonização do litoral. Tal não nos surpreende uma vez que, apesar de vencidos, os moçárabes permaneceram no reino e apesar da sua conversão ao catolicismo dado o seu número e dispersão no território continuaram a ter influência na consolidação monarquia portuguesa.

Parece igualmente decorrer desta presença a designação da Estremadura, onde estas localidades se situam. Assinala Vasconcelos (1942.II, 414), fazendo fé em escritos anteriores de Gama Barros: "até ao séc. XIII, durante quasi todo o período da reconquista, a palavra estremadura designava os territorios onde já dominavam os christãos, mas fronteiros àquelles que estavam ainda sujeitos aos musulmanos". Note-se que à época, estando em curso a afirmação do poder real e face à necessidade de se garantir uma ocupação permanente das terras que iam sendo arroteadas, não admira que os monarcas tenham querido garantir essa ocupação através da outorga de novos privilégios, sobretudo às povoações com maior peso administrativo e defensivo, como Leiria.

As referências àcerca deste terra e do povoamento da sua área são abundantes ao tempo de D. Dinis, "o Rei que mais tempo viveu em Leiria e fez no Castelo mais notáveis obras, ampliando-o até aos atuais restos da barbacã e construindo a torre de menagem em 1324" (O Couseiro, 1868, 18). Da ação desenvolvida por este monarca na área de Leiria destaca-se o desenvolvimento geral da agricultura, "como pedra basilar da economia nacional" (Cabral, 1975, 51) e a distribuição das terras "formando grupos de casais, ou aldeamentos, em que os moradores eram todos foreiros". Igualmente mandou enxugar vários paúis entre os quais o de Ulmar e "semear o pinhal de Leiria para evitar que as areias cobrissem as terras aráveis" (loc. cit.).

Nota ainda o referido autor (loc. cit.) que o “reguengo de Ulmar” pertencente ao concelho de Leiria desde o tempo de Sancho II, abrangia as terras limítrofes de Monte Real e a sua regularização face às inundações desordenadas que o atingiam. Tal levou a que, em 1309, os cruzios de Coimbra deixassem de “receber dízimos a que tinham direito naquele paúl para compensar as despesas feitas pela fazenda real”. Estes privilégios garantem a importância desta praça durante a primeira dinastia, como se confirma, também, pelos forais que teve (concedidos por D. Afonso Henriques, por D. Sancho I e confirmado por D. Afonso II e por D. Manuel I) e pela presença de Alcaide, responsável pela sua defesa. Trata-se de uma realidade que não surpreende tendo em conta não só a fertilidade do vale do rio Lis, a juzante de Leiria, mas também a configuração do litoral que antes da fixação das dunas pelo pinhal da Mata do Urso (pinhal de Leiria) apresentava contornos mais irregulares e um traçado mais a oriente da linha de costa atual. Eis o resultado da política régia que remonta ao começo do século XIII “de impedir o avanço das dunas sobre os campos cultivados e povoar o litoral” (Marques, 1976. I, 82).

Outras referências históricas, agora associadas ao crescimento das principais povoações desta área litoral, confirmam a evolução do povoamento e das atividades humanas neste território alargado, da bacia do Lis à bacia do baixo Mondego. Um povoamento em casais que, de acordo com Fernandes (1993, 495), “era o que realizava tipicamente o povoamento disperso, pelas casas não contíguas”. A justificação para este tipo de distribuição é referida por Lopes (1980, 141) que regista ser, nas sociedades tradicionais, “o objetivo social que determinava a localização tinha em vista a distribuição das famílias pelo solo cultivável por forma a minimizar o esforço a desenvolver-se”.

Na área territorial da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Monte Redondo, há a assinalar a fixação de famílias em ‘sesmos’ com vista ao seu desbravamento e cultivo, bem como promover o arroteamento de matagais e de baldios através da sua transmissão familiar e à constituição de diferentes casais que fixaram os moradores à terra, constituindo assim as bases do povoamento atual. Para tanto valeu o esforço desses pioneiros, a abundância de água e a melhoria da fertilização dos solos, num trabalho conjunto entre o campo, a criação de gado e a exploração florestal. Tratou-se de um processo longo, entrecortado por períodos de maior produção e outros de fome e de estagnação dos habitantes causada por pestes, pelas migrações internas e pelas saídas com destino a outras paragens e continentes. Daí que, esta forma de ocupação, esteja associada ao aproveitamento progressivo do solo por parte de novos habitantes ou pela partilha das terras e fixação

dos residentes que deram origem ao incremento da agricultura, ao comércio, às funções militares e à administração régia ou da tutela da Igreja, mais tarde substituída pelo Estado e pelo poder central.



Atividades económicas

Na sua evolução a freguesia de Monte Redondo acompanhou o crescimento das atividades produtivas responsáveis pela fixação dos seus habitantes, bem como a atração de novos moradores que ao longo dos séculos aqui se fixaram. Tal facto andou a par do desenvolvimento de uma economia de subsistência, dominada inicialmente pelas atividades do setor primário, especialmente a agricultura, a exploração florestal (silvicultura) e as indústrias extrativas. Neste território o uso da terra assenta nas técnicas divulgadas pelas civilizações mediterrânicas, incrementadas localmente por D. Dinis nos campos próximos do rio do Lis. Aqui, no dizer de Pinto (1938.I, 63) - citando L. A. Rebelo da Silva ("Memória sobre a população e a agricultura de Portugal"): "no fabrico dos campos seguiam-se em geral os métodos recomendados pela tradição dos agrónomos romanos e árabes, dando às terras as lavras e adubos necessários, e introduzindo a pouco e pouco os processos de rotação bienal".

O Foral Manuelino concedido por D. Manuel a Leiria, em 1510, dá particular relevância aos impostos pagos, levando a incluir muitas das atividades radicadas nos campos de Ulmar e, por extensão, em lugares do termo de Monte Redondo. Entre esses produtos destacam-se a cultura do linho, a extração do sal, o pescado, a exploração da madeira e o fabrico de diversos produtos tais como: carvão, telha, tijolo, navios, vidro, cera, mel, azeite, sumagre, sebo, unto, queijos, pez, resina, alcatrão, frutas, hortaliça, palma, esparto, louça, mós, barro e pedra (Pinto, 1938.I, 209-210). Citam-se igualmente outros produtos agrícolas, a saber: arroz, azeite, cereais (aveia, centeio, cevada, milho), batatas, fava, feijão, frutas, grão, hortaliças, legumes, mel, tremoço, vinhos, árvores de fruto.

Complementar da atividade agrícola, a criação de gado, particularmente o gado bovino (nalguns casos o bovino leiteiro) e o gado suíno, foram durante séculos uma fonte de riqueza subsidiária. Os rendimentos obtidos com a sua criação serviam de alimento e de subsistência às famílias pelo que podiam vender nas feiras da região. De

menor importância refere-se a criação de gado caprino e ovino, geralmente comprado nas feiras, bem como a criação de animais domésticos: coelhos e animais de capoeira, utilizados ainda hoje como alimento e fonte de rendimento familiar. Tendo presente a importância local da exploração florestal em toda a área do Pinhal Litoral, devido à presença da mata nacional e à sua extensão aos territórios limítrofes, realçamos a importância de outras atividades incluídas tradicionalmente no setor primário. É o caso das indústrias extrativas e de outras ocupações consideradas como artesanato relacionadas com os trabalhos de junco, o fabrico de capachos, alcofas e esteiras e do bunho, utilizado no fabrico dos esteirões.

Por sua vez os teares e as atividades de tecelagem prolongam uma atividade antiga ligada à cultura do linho - como prova a existência da Lagoa dos Linhos, no atual território do Pinhal do Urso no termo setentrional do concelho de Leiria -, cuja existência ficou assinalada na relação de fábricas e oficinas - teares de tecidos de linho, existentes no concelho de Leiria, em 1841 (V: Arquivo do Governo Civil) com a existência de três teares localizados nesta freguesia. Por esta razão o artesanato local é rico em trabalhos de tecelagem fabricados em teares manuais e na produção de mantas coloridas, feitas especialmente em trapos, usadas na ornamentação das casas e no aconchego diário do leito. Esta atividade foi continuada pelos bordados, pela costura e por outros trabalhos artesanais.

A evolução destas atividades está referida em diversos textos históricos e permitiu o crescimento da freguesia e dos seus lugares, arrastando consigo um rol de obras de beneficiação local requeridas pela população e indispensáveis ao seu bem-estar e desenvolvimento do povoado. Recordamos que a exploração da terra e dos seus recursos naturais acompanhou a evolução das atividades de troca e a vida de relação que animou as povoações mais antigas. Em muitas circunstâncias esta exploração ganhou forma na exploração do subsolo e na atividade de artífices especializados, nas atividades da população e no prosperar da agricultura.

Depois da Revolução Industrial o traçado das novas vias de circulação ferroviária, a abertura de estradas e o incremento de indústrias inicialmente relacionadas com a exploração do Pinhal de Leiria, deram novo impulso à expansão dos diversos setores de atividade, em particular ao comércio e mais tarde aos serviços, que têm vindo a contribuir para a ocupação dos habitantes e das suas atividades principais. No seu conjunto estas atividades vieram a contribuir para a expansão dos diversos setores de atividade relacionados quer com as antigas indústrias quer com o surgimento de muitas outras, com o

comércio e mais tarde com o incremento dos serviços públicos e outros que têm vindo a contribuir para a fixação de novos habitantes e para a diversificação das atividades económicas.

Como bem referiu Isnard (1982, 17), “Contrariamente às outras criações da vida, a humanidade tentou libertar-se das coações do meio natural para organizar o espaço onde se desenrola a sua história. É esta análise do espaço que constitui o objeto da geografia”. Foram igualmente estas circunstâncias que nos levaram a percorrer este caminho ao encontro de uma ação humana persistente e continuada, que permitiu recriar um quadro geográfico original em torno da bacia do Lis.

A evolução das atividades económicas da população residente nas terras do casal de Monte Redondo, acompanhou as diversas fases de aproveitamento e exploração dos recursos naturais existentes na sua área, relacionadas com a intensificação da atividade agrícola, do comércio, da indústria e dos serviços que beneficiando da criação de uma rede de transportes e da melhoria das acessibilidades locais, facilitaram a vida de relação entre os diferentes lugares que preenchem este antigo território. Disso nos dá conta a distribuição da população ativa em diferentes épocas e casais, fazendo notar o peso da ruralidade dos lugares mais distantes da sede da freguesia em contraste com o peso acrescido da população dedicada à indústria extrativa e transformadora localizadas mais próximo da sede da freguesia.

Também aqui como no território do município a que pertence, a mudança social operada nas últimas décadas realça as fases distintas de um mesmo processo civilizatório que continuamos a viver e experimentar. Um processo continuamente acelerado pela iniciativa individual e coletiva, local e regional, que tem vindo a dar origem a um espaço de relação criado em torno dos municípios do Pinhal Litoral.



Agricultura

Tal como como descreveu Ribeiro (1955, 149), a importância da agricultura na sociedade portuguesa é um facto comum a todo o território: "desde os primeiros documentos da Reconquista, a terra aparece parcelada em glebas pouco extensas e os bens pertencentes ao Rei, aos senhores feudais e aos mosteiros ricos eram formados por parcelas dispersas". Tal afirmação parece extensiva a esta área onde se constituíram grandes propriedades, pertença do Mosteiro de Alcobaça e da Casa do Infantado. Esta instituição, criada ao tempo de D. João IV,

foi-se enriquecendo através da incorporação de bens fundiários e outros que asseguravam “uma sólida base económica para os segundos filhos dos Reis e, com isso a estabilidade interna da Casa Real” (Alves, 1970, 20-21). Com o eclodir da revolução Liberal, a Casa do Infantado foi extinta em 1834 e os seus bens incorporados na Fazenda Nacional (op. cit., 317), passando a partir de então os Príncipes a “dispor duma dotação anual para despesas, votada pelo Parlamento”. Mais ainda, conclui o mesmo autor (loc. cit.) que a maior parte das terras que pertenciam a esta Casa, “passaram à burguesia portuguesa, entre os bens nacionais alienados aquém de 1836”. Assim aconteceu nos limites desta freguesia com a integração destas terras em heranças singulares.

Em estudo sobre a agricultura no período medieval, Gonçalves (1987, 97) regista a grande produtividade dos solos que formavam a área rural na periferia do alfoz leiriense, onde se incluíam os campos de Monte Redondo. Dado tratarem-se de solos muito férteis, o mosteiro praticava alguns dos seus foros mais elevados, “sobretudo no respeitante aos cereais, em que o pagamento do quarto da colheita era, em todas as terras alcobacenses largamente dominante, mas que aqui subia, com frequência, para o terço.” Conclui, afirmando: “toda a área compreendida entre as Várzeas, a Batalha, o Arrabal, isto é, aquela que de mais perto rodeava Leiria, mas também, embora com menor insistência, em Monte Redondo ou nas proximidades de Ranha e Vermoil, os foros mais altos, que aliás podiam até atingir a metade da produção, eram bastante vulgares”. É esta produção que alicia os proprietários e rendeiros, os trabalhadores sem meios e gente sem recursos, sobretudo “populações excedentárias do Norte” (op. cit., 90), que aqui procuraram “uma subsistência que a sua própria terra lhes negava” (loc. cit.), facilitando assim construção de novos casais. Cremos que futuros estudos antropológicos e genéticos poderão confirmar com mais certeza o que hoje nos dizem estudos parcelares relacionados com o povoamento desta área.

A história do povoamento regional nesta parte do território acentua como “a disseminação do povoamento, as casas dispersas, o casario distante, a rareza das povoações acompanhavam a grande divisão da terra” (loc. cit.), foi simultâneo com a sua fragmentação uma vez que a própria distribuição dos casais e lugares andava associada às características naturais dos solos e ao próprio clima. Daí podermos contar com a ação de numerosos foreiros que contribuíram para o enriquecimento do solo e valorização dos terrenos agrícolas. Durante séculos e embora afetados pelas inundações periódicas de inverno que se registavam na bacia do Lis, antes dos trabalhos da sua regularização, o regime de rotação de culturas incluía uma alternância: cultura de

inverno/cultura de verão, permitindo retirar a melhor produtividade destas colheitas.

Por outro lado a divulgação da cultura de arroz nos terrenos de regadio, para além de permitir uma produção bastante favorável, tinha um escoamento quase assegurado e os subprodutos da colheita, em especial a palha, utilizada noutros fins domésticos. E depois da quebra do amanho arroz nos terrenos mais húmidos e alagadiços do campo, verificada desde o início do século XIX, esta cultura continua a persistir nos terrenos irrigados.

Para além das áreas irrigadas e cobertas de aluvião existem as áreas de sequeiro, sobretudo nas encostas de fraco pendor ou nas que cobrem terrenos mais arenosos. Outrora dominadas por uma agricultura pouco rendosa e muito exigente em trabalho humano, grande parte delas estão hoje florestadas ou encontram-se em pousio social, esperando melhor oportunidade e utilização. Vivendo da exploração direta de leiras próprias, cedidas por arrendamento, ou trabalhando à jorna para outrem, foi na agricultura que se alicerçou o crescimento e a evolução populacional dos lugares desta área, como aliás aconteceu em todo a bacia do rio Lis. Disso nos dá conta Gomes (1986, 32) que baseando-se em estudos de Iria Gonçalves relativos ao século XV, comprova a grande fertilidade do solo em relação à cultura de cereais e à produção do vinho. Afirma este autor (loc. cit.) que a produção no campo de Leiria registava uma "fertilidade singular (...) dentro do espaço português", cabendo aos campos da Barosa e de Monte Redondo produções que "podiam chegar às cinco, seis sementes ou até às nove". Quanto ao vinho, embora com produções menores aos campos de Santarém e da Golegã, diz o autor (loc. cit.) que "os avaliadores hesitavam entre os trinta e um e os quarenta e quatro hectolitros por hectare".

Note-se que a diversificação da agricultura local acompanhou a tendência nacional, sobretudo desde meados dos séculos XV e XVI e o movimento de novas arroteias marcadas “pela introdução de novas culturas, em especial do milho” (Marques, 1976.I, 238). Este cereal, importado da América pelos castelhanos provocou, no dizer do mesmo autor (op. cit., 239), uma verdadeira revolução que “se fez sentir sobre os hábitos conservadores dos campónios nortenhos, com seu impacte sobre a alimentação, as técnicas, a produtividade e as rendas” (Marques, 1976.I, 239). Por sua vez observa (Vasconcelos, 1980.II, 80) que “esta gramínea, ou Zea-Mays de Linneu, é oriunda da América Central, e julga-se que foi introduzida em Portugal no primeiro quartel do séc. XVI, isto é, entre 1515 e 1524” em consequência do movimento dos descobrimentos portugueses. No entanto este cereal fazia já parte do

“património agrário do mundo mediterrâneo” (Serrão, 1989.IV, 294), na sua variedade africana e cultivado como cereal de primavera.

Cultivada primeiramente nos campos de Coimbra (Ribeiro, 1955, 150) cedo se espalhou por todo o país de tal forma que na "primeira metade do século XVII, era o alimento mais corrente entre a gente do Minho e da maior parte da Beira", substituindo os hábitos alimentares baseados na cultura da cevada, do centeio, do painço e do milho-miúdo ou africano. Combina-se com a utilização de outros produtos derivados da cultura da oliveira, da vinha e do trigo, que faziam parte da tríade mediterrânica e completam o leque das culturas dominantes. Recorde-se que a facilidade de cultivo do milho americano, sobretudo em terras de regadio, reduziu os encargos de produção e permitiu colheitas mais abundantes o que acabou por provocar uma verdadeira revolução demográfica. Dela não é inseparável a evolução da população crescente da população portuguesa com reflexos evidentes na constituição das novas freguesias. Disso nos dá conta Serrão (1989.IV, 300) ao fazer notar que a sua cultura esteve “ligado a uma tendência do povoamento para a disseminação, reflexo doutras causas, acompanhou-a às vezes como seu fator preponderante”.

Relativamente a outras culturas locais, como o arroz, diz-nos Vasconcelos (1980.II, 83) que “o arroz não está averiguado quando é que foi introduzido em Portugal: só se sabe que o desenvolvimento da sua produção data dos meados do séc. XVIII. Talvez se deva aos Arabes, como do nome até se pode suspeitar”, tendo o seu cultivo sido fortemente praticada nos vales baixos do rio Lis e dos seus afluentes, causando maleitas frequentes que acentuavam a morbilidade da população. Já “a batata, com o nome veio da América, e apareceu na Europa pelos fins do séc. XVI” (op. cit., 85) passou a ser uma das bases de sustento da população.

Estas atividades estão na origem do desenvolvimento de uma estrutura social onde surgiam como ocupações dominantes relacionadas com a agricultura e de maior prestígio social, os agricultores e os proprietários, donos de terras em que trabalhavam por vezes os membros do mesmo agregado familiar. No extremo oposto encontramos os jornaleiros, os cavadores e os criados. E entre as atividades artesanais relacionadas com a agricultura destacamos os ferreiros, os tanoeiros e os ferradores. O trabalho destes últimos na colocação das ferraduras nos cascos dos animais de carga, nos dias de feira e aos Domingos, ainda hoje perdura na memória dos habitantes mais idosos.

Quase extintas mas testemunhando uma atividade muito rica nesta área atravessada por diversos cursos de água, encontramos atividades

ligadas à agricultura e à moagem de cereais - moinhos de água e azenhas - cujos vestígios ainda se encontram ao longo dos rios que atravessam os lugares de Fonte Cova, do Paço e do Paúl. Aqui residiam os moleiros mais conhecidos desta zona que percorriam as terras vizinhas permutando, a troco de uma pequena maquia, o milho cultivado por quase todos os lares, pela farinha que era a base de sustento das famílias e dos animais domésticos. Imagens mais antigas retratam-nos a existência de diversos moinhos (lagares) de azeite, movidos a água ou utilizando já a energia elétrica, entretanto desaparecidos. Antes da eletrificação rural ampliada em meados do século passado, a energia hidráulica constituiu-se como uma das principais fontes usadas na transformação de produtos da terra que alimentavam a população rural.



Agrupamento de escolas

A história da povoação não pode esquecer o contributo que a “instrução popular” deu à formação dos seus habitantes muitos dos quais habilitados apenas com o “saber ler, escrever e contar”, ou nem isso, conseguiram acumular saberes e experiências que contribuiram para o desenvolvimento da sua terra e freguesia. Começamos por evocar a atividade dos primeiros Mestres de escola cujas referências nos chegam desde 1862. No ano de 1882 já existia na sede da freguesia uma escola para alunos do sexo masculino (Cabral, 1993.I, 276) próximo do largo da Igreja paroquial, sendo da responsabilidade de José da Silva. Em 1914 foi criada a escola móvel na Bajouca, então lugar da freguesia de Monte Redondo

A construção da Escola na sede da povoação data de 1928, em terreno cedido por D. Mariana Costa e seu marido, Fernando Rego. A inauguração ocorreu no dia 4 de dezembro de 1931, sendo então o edifício constituído por duas amplas salas de aula, uma para os rapazes e outra para as raparigas. Posteriormente foram construídas novas salas de aula acompanhando o aumento da procura da população escolar. O significado deste gesto tem particular interesse no quadro social e cultural do país já que, quando da implantação da República, em 1910, a doença que sofria a Nação era, no dizer de Lopes de Oliveira (in: Serrão, 1989.V., 161), “o seu atraso cultural em relação aos estados civilizados, colocando-a fora de toda a possibilidade de competir com eles, e condenando-a à derrota em toda a concorrência; a sua inferioridade marca-a o estigma do analfabetismo, mais do que qualquer outro”.

A procura da frequência escolar na Escola da sede da freguesia levou a que, só tardiamente, a rede viesse a ser alargada com a construção de novos edifícios nos lugares mais próximos. Conta-se a construção da Escola da Bajouca, depois da oferta que o Doutor Pereira da Costa fez à Câmara de Leiria, do respetivo terreno, em 24.9.1936 (Cabral, 1993.I, 256). Às salas construídas neste lugar juntaram-se novas salas edificadas no decurso da segunda metade de Novecentos, em Vale da Bajouca. A rede foi depois alargada com novas escolas localizadas na Sismaria (construída em 1963), no Casal Novo (1967), nas Lavegadas (1956), em Fonte Cova (1958) e no Grou (1961).

Anteriormente à construção dos edifícios escolares em todas estas localidades funcionaram Postos Escolares, sob a responsabilidade de Regentes Escolares, cujo início de atividade terá ocorrido: na Sismaria, em 1938; no Casal Novo, em 1941; nas Lavegadas, em 1951; em Fonte Cova, em 1953 e no Grou, em 1951. A estes professores deve-se a alfabetização de várias gerações de cidadãos antes da construção da rede oficial que antecede a constituição do “Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel”, sediado na freguesia da Carreira, no qual se integram os estabelecimentos de ensino da freguesia. As escolas do lugar fazem parte do “Centro Escolar de Monte Redondo”, recentemente ampliado.

A evolução próxima do parque escolar e a sua beneficiação anda ligada ao processo de democratização do ensino encetado em Portugal pelos finais dos anos sessenta, o que levou ao alargamento da rede escolar e à construção de novos estabelecimentos de ensino. Tal facto contribuiu para o aumento da escolarização da população, sobretudo da população jovem, fenómeno que pode ser considerado como fator de desenvolvimento local, em consequência da valorização dos seus recursos humanos.

A situação atual configura-se na existência de uma rede escolar diversificada que cobre toda a freguesia e que tem como pólo principal a sua sede. A carta escolar local inclui a EB1 de Monte Redondo, EB1 da Sismaria e a EB1 das Lavegadas. Para além destas estão em funcionamento dois jardins de infância públicos, em Monte Redondo e Casal Novo e a Casa da Criança (Fundação Bissaia Barreto) bem como um estabelecimento de ensino básico e secundário, o Colégio Doutor Luís Pereira da Costa - estabelecimento privado que iniciou a sua atividade no ano letivo de 1993/94 - sediado na sede da freguesia. Estes estabelecimentos de ensino fazem parte do Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel – Carreira, o qual abarca também as escolas das freguesias vizinhas de Coimbrão, Bajouca, Carreira, Carvide, Monte Real, Ortigosa e Souto da Carpalhosa.

Para além deste estabelecimento de ensino as povoações limítrofes da Guia e da Carreira possuem, igualmente, estabelecimentos congéneres de natureza oficial que servem a população estudantil desta área. São estes os principais equipamentos ao nível da escolaridade básica e secundária que garantem a escolarização das novas gerações e fomentam a formação mais aprofundada dos recursos humanos e do capital humano, tido como indispensável para o seu desenvolvimento económico e social, cultural e científico, de que poderá beneficiar não só esta povoação mas também a sua área circundante. Em relação aos demais níveis de ensino o processo de democratização inclui a proximidade ao centro de ensino superior de Leiria, com as suas instalações de ensino politécnico, bem como a acessibilidade em relação a outros centros urbanos e de ensino superior localizados na zona centro do país.

Com estes estabelecimentos alargou-se a antiga rede de escolas de nível secundário dominante até meados do século passado, constituída pelos colégios de N^a Sr^a de Fátima e Correia Mateus, em Leiria, bem como o Liceu Nacional de Leiria – Liceu Rodrigues Lobo (Escola Secundária F. Rodrigues Lobo) - e a Escola Comercial e Industrial (Escola Secundária Domingos Sequeira), que acolhiam os poucos alunos que podiam prosseguir os estudos para além do ensino primário. Na atualidade os antigos estabelecimentos de ensino, fazem parte de novos agrupamentos escolares, tais como o Agrupamento de Escolas Dom Dinis e o Agrupamento de Escolas José Saraiva, em Leiria. No seu conjunto aquelas duas escolas são as responsáveis pelas formações de diferentes gerações de alunos que anteriormente ao processo de democratização do ensino e de alargamento da rede escolar asseguram a formação das gerações mais novas.

Apesar da rede destes estabelecimentos de ensino os dados relativos aos recenseamentos da população mostram que a escolarização pós-obrigatória na freguesia é ainda reduzida, uma vez que a maioria da população residente tem como habilitações escolares, o ensino primário. Contudo a situação atual tem vindo a alterar-se devido à procura social da educação para lá do ensino básico obrigatório, no ensino secundário e no ensino superior. Os dados recolhidos junto dos recenseamentos do INE relacionados com a escolarização da população residente dão conta do acréscimo da frequência escolar dos seus habitantes, fruto da melhoria das acessibilidades à escola e da democratização do sistema escolar com a abertura de novos equipamentos públicos e de natureza particular. Este tem sido um dos fatores decisivos da mudança social operada nas terras do Lis quer pela frequência de novas populações escolares, quer pela ação direta que estes exercem sobre a família e

comunidades locais hoje mais atraídas pelo mercado concorrencial dos estabelecimentos de ensino público e privado. Assim o revelam os valores dos últimos recenseamentos que indicam um acréscimo da escolarização do ciclo terminal do ensino básico – consequente ao aumento do período de escolaridade obrigatória e dos seus reflexos sobre o aumento da esperança de vida escolar, bem como a continuidade dessas cohortes nos ciclos seguintes do ensino secundário e do ensino superior. Já a quebra na frequência dos ciclos iniciais do ensino básico, estão associados à redução da natalidade registada na sociedade portuguesa e na freguesia.

Tabela 1 - População residente segundo o nível de escolaridade atingido – 2011

Zona Geográfica	População	População residente segundo o nível de escolaridade atingido - 2011							
		S/nível de escolarid.	Ensino pré-escolar	Ensino básico			Ensino Secund.	Ensino pós-secund.	Ensino superior
				1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	HM	
M. Red.	4398	431	102	1525	561	738	663	49	329
Carreira	1166	127	26	441	137	178	162	8	87

Da conjugação de diferentes fatores resulta uma melhoria do nível de instrução da população residente, traduzida na frequência de novos ciclos de estudos e no aumento da formação superior quer no Instituto Politécnico de Leiria, quer em Universidades onde se encontram matriculados diversos alunos pertencentes às novas gerações da população da freguesia de Monte Redondo e suas terras vizinhas. A este respeito importa recordar que importância concedida à educação como fator de crescimento sócio-económico e de desenvolvimento humano justifica os investimentos em educação que têm vindo a ser assumidos pelos cidadãos e famílias numa tarefa conjunta com o próprio Estado. Assim se compreendem os esforços que assentam no pressuposto de que a educação é o motor do desenvolvimento, gerando diferentes dinâmicas sociais, sobretudo a nível local, como aconteceu na freguesia vizinha de Carreira e em Monte Redondo depois da construção dos novos equipamentos escolares.

O papel da educação, considerada como um fenómeno social, tem sido um fator responsável pela evolução e dinâmica das sociedades atuais na busca do desenvolvimento e do bem-estar humano e social conducente ao crescimento, à inovação tecnológica (Loureiro, 1985), à inclusão e à melhoria dos níveis de formação académica e profissional.

Assim se justifica o reforço das funções tradicionais da escola na socialização dos alunos e o papel relevante que esta desempenha na construção da personalidade do indivíduo e na sua orientação profissional. Igualmente se compreendem os esforços assentes no pressuposto de que a “educação é o motor do desenvolvimento”, gerando diferentes dinâmicas sociais, sobretudo a nível local. Neste contexto insere-se o contributo do Poder local e das autarquias, como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (artº 235 da CRP).

No seu conjunto estas tarefas coletivas devem promover a intensificação dos processos de democratização e da própria sociedade, possíveis de estabelecer através de modelos de gestão participada, abertos à diversidade de públicos e às características das comunidades que servem e das estruturas de que são responsáveis; da afirmação de processos de inclusão social e académica da população estudantil, de modo a permitir o alargamento progressivo da esperança de vida escolar dos alunos, em cursos de formação inicial e pós-graduada e da promoção de iniciativas capazes de afirmarem uma consciência crítica, coletiva e apta a refletir sobre os problemas do futuro e do país.

Apesar da situação presente, bom seria que a escola, nos dias de hoje, pudesse continuar a merecer os elogios que Cabral (1993.III, 141) descreve: “Ao abrir de Cada Escola”⁴:

“Minha Senhora, eu venho à escola
As vossas letras a aprender...
Não me negueis a boa esmola
De quem é rica de saber...
Quero apredender e venho pronta
A bem estudar, seis anos fiz.
Pois quem não escreve, lê, nem conta,
Não passará duma infeliz ...”

Assim se espera, sobretudo depois da inauguração do novo Centro Escolar de Monte Redondo (em setembro de 2013), para alunos da educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, dotado das melhores instalações educativas e de apoio, tais como salas de atividades polivalente, cozinha, refeitório, Biblioteca e recreio.



4 “Poemas da Serenidade” – Antº Ribº da Silva e Sousa

Aquíferos

As reservas naturais de água nas proximidades de Monte Redondo - aquíferos subterrâneos, em particular junto ao leito da ribeira de Santo Aleixo e a sua exploração no Paúl, estão ligadas ao sistema aquífero de Louriçal, constituído por uma larga bacia de drenagem interna que acolhe as bacias hidrográficas do rio Arunca e da ribeira de Carnide – subsidiárias do baixo Mondego – do rio de Fora e dos demais cursos de água que drenam a bacia hidrográfica do rio Lis, a jusante de Leiria. Este sistema aquífero é “compartilhado pela bacia do Mondego”⁵ na sua parte terminal.

A importância destas reservas deve-se à existência, em profundidade, de um substrato rochoso, pouco permeável, identificado pelas “Margas de Dagorda” e cuja extensão, para norte desta localidade, faz com que os depósitos de gesso e de sal-gema possam aflorar junto ao solo tendo dado origem às minas de sal da Junqueira e à exploração das termas de Monte Real. Os locais onde se realizam estas explorações estão cobertos por depósitos Plio-Quaternários, recentes (de tipo arenítico, porosos) e por aluviões, o que facilita a infiltração das águas superficiais. A presença deste aquífero e o movimento das águas subterrâneas entre Leirosa e Monte Real, está relatado em documentos mais antigos na existência de sorvedouros de areia registados em alguns pontos da charneca de Monte Redondo e justificados pelo arrastamento da areia pelas águas subterrâneas.

Dada a extensão do sistema aquífero do Louriçal é costume designar-se este aquífero pelo “Sistema Leirosa, Monte Real e Louriçal”, em plena Orla Mesocenozóica Ocidental e abrangendo os concelhos de Figueira da Foz, Pombal e Leiria. Aqui estão individualizados os diapiros da Ervideira e o diapiro de Monte Real/Monte Redondo. Entre os dois desenvolveu-se o sinclinal da Crasta Alta (op. cit., 25) que funciona como importante bacia de receção deste aquífero. Integram-se nestas reservas os lençóis de água (alguns subterrâneos) que descem do território vizinho da Bajouca e da Marinha do Engenho, em tempos considerados para abastecimento domiciliário de água à povoação de Monte Redondo.

As reservas de água subterrâneas deram lugar à construção de fontes na sede da freguesia – como no Rolhão e depois junto ao adro da Igreja

5 In: Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Lis; 1ª fase – Análise e diagnóstico da situação atual; Anexo 4 – Recursos hídricos subterrâneos. 2001, 7 - In: <http://www.arhcentro.pt/website/LinkClick.aspx?fileticket=ns1LVD1f3%2FM%3D&tabid=286>, em 8SET2011

-, no Paço, em Fonte Cova, em Santo Aleixo, nos Montijos, nos Matos e nas Lavegadas, bem como a construção de um lavadouro público na sede da freguesia. Antes da construção deste fontenário a população podia servir-se de uma bica mandada instalar, em 1926, pelo Doutor L. Pereira da Costa, no muro do seu quintal, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra. Esta iniciativa deu lugar à construção posterior do fontenário, em lugar público junto do adro da Igreja, no âmbito do Plano dos Centenários, em 1940.

Entre os sistemas de aquíferos existentes no concelho de Leiria, o aquífero Leirosa-Monte Redondo cobre todo o norte do município estendendo-se para além deste, a Pombal. Para sul destacam-se o aquífero de Vieira de Leiria, Pousos-Caranguejeira e na área da serra, o aquífero do Maciço Cálcareo Estremenho. Sobre eles assentam diversas manchas de ocupação urbana e industrial, as quais ocupam os terrenos de origem detrítica (sedimentar) decorrentes da formação geológica recente desta parte do território português. No seu conjunto, o sistema de captação de águas para consumo doméstico e industrial do concelho de Leiria está ligado, para efeitos da sua exploração e gestão, às “Águas do Mondego” que aqui se abastecem para efeito de corresponderem as necessidades de água noutros municípios mais distantes.



Aroeira

Este lugar da freguesia, a poente da Vila, situa-se sobre os terrenos de aluvião que se desenvolvem a cotas inferiores a duas dezenas de metros de altitude, escavadas no nível dos terraços marinhos que preenchem o território desta freguesia desde os seus limites orientais. O lugar é conhecido pelo rio que atravessa e pelos campos que se desenvolvem a montante e a jusante do mesmo e que fazem parte dos Campos do Lis.

Desenvolveu-se na confluência das estradas atuais que ligam a sede da freguesia ao Coimbrão, à Sismaria e a Porto Longo. A configuração do lugar revela os traços de um antigo casal alimentado pela fertilidade dos cursos de água que irrigam a parte norte da bacia hidrográfica do Lis e pelos solos férteis que alimentavam culturas cerealíferas, entre elas o arroz e as culturas ervenses destinadas aos animais. Antes das novas edificações, o rio da Aroeira servia ainda como lavadouro público, tal era o caudal e a qualidade deste curso de água. Com as necessidades do desenvolvimento local e a ação das autarquias foram construídos locais destinados à utilização pública, antes da construção de novas

infraestruturas que garantiram o acesso domiciliário da água e esgotos à maioria da população.

Quanto à origem da designação deste lugar pode andar associada à vegetação arbórea da família da Anacardiaceae, ou Aroeira, que ocorre em terrenos húmidos. A sua madeira, bastante resistente, era usada para diversos fins. Além desta leitura a designação pode estar associada, em tempos idos, à ocupação antiga de povos mediterrânicos que nas suas viagens marítimas ao longo da costa ocidental e tendo presente a sua fácil penetração pelas desembocaduras dos rios ainda não assoreados, teriam associado a proximidade deste lugar à única elevação existente e que a domina, o cabeço. A eventual semelhança, em terra de planura, ao antigo monte de Arhos da velha Grécia e a vocação cerealífera destes campos - que se prolongam pelas Sesmarias - com as suas leiras e eiras, pode ter contribuído para a fixação da toponímia atual em local propício às atividades agrícolas no campo e nas margens dos cursos de água tributários do leito do rio Lis. Recorde-se que a configuração da linha da costa atual sofreu numerosas alterações ao longo da história e o nível das águas marinhas não foi constante ao longo dos últimos ciclos do tempo geológico.

Não sendo muito numerosa, a sua população estende-se ao longo das vias de comunicação, antigos caminhos rurais, que atravessam o lugar outrora dominado pelas atividades ligadas à vida agrícola e ao trabalho intensivo dos seus moradores, atraídos quer pelas oportunidades de trabalho no campo, quer pela indústria de madeiras em Monte Redondo e da freguesia vizinhas do Coimbrão ou mesmo da indústria metalúrgica de limas e de vidros na Vieira de Leiria. Outros, porém, encontraram nos caminhos da emigração a subsistência necessária para si e seus familiares. Daí a evolução demográfica e a variação dos seus habitantes, que entre 2001 e 2011 desceu de 203 moradores em 2001 para 194 nesta última data. Tal facto não esconde o alargamento da área construída em direção a Porto Longo e a ocupação de antigas leiras de cultura para a construção de novos espaços e habitações que vão garantindo a renovação do parque habitacional, outrora em adobre, por novas edificações em alvenaria e dotadas das condições de habitabilidade requeridas pela legislação municipal.



Associação Cultural e Recreativa e Desportiva “Os Moleiros”

A “Associação Cultural Recreativa e Desportiva “Os Moleiros”, foi fundada no dia 7 de fevereiro de 2008 e está sediada em Fonte Cova. Evoca uma antiga atividade ligada à exploração dos moinhos de rodízio, acionados por água e à importante produção de farinha a partir da utilização da energia hidráulica e ação das mós, praticada neste lugar da freguesia de Monte Redondo e à sua distribuição a outros lugares vizinhos.

De acordo com o site da J.F.M.R.⁶, a associação pretende levar a população a entrar em contacto com o meio ambiente, sensibilizando para as questões ambientais e de proteção da natureza⁷. A prática de desporto baseia-se na prática do cicloturismo e no incentivo que tem dado a diversas realizações. Entre estas, conta-se a organização do XI Ciclo-Turismo, uma atividade física e de lazer, ao longo de um percurso de 65Km, que nos aproxima da natureza e proporciona bem-estar⁸:

”Os moinhos tinham (e têm) a função de converter os cereais, centeio, trigo e milho cultivados nas terras ao longo dos ribeiros, em farinha. A farinha iria servir para confeccionar as conhecidas broas, assim como outras especialidades da zona nomeadamente as papas de abóbora e os bolos de sangue pela altura da matança do porco. (...) No passado o moinho era um instrumento importante na economia de subsistência e num período de fraca circulação monetária, o pagamento pela moagem dos cereais era feito com uma percentagem da farinha obtida a que se chamava maquia.”

O aproveitamento da água como forma de energia para a moagem de cereais terá sido iniciado pelos romanos e divulgou-se rapidamente à Europa, bem como a utilização da nora usada para os mesmos fins. Na época medieval a drenagem dos campos de Leiria e da sua região, por ação régia, permitiu aproveitar melhor os cursos de água e incentivar o seu uso, sobretudo pelos monges brancos de Cister. Esta atividade está assim ligada ao povoamento local e à dependência destas terras da Abadia Cisterciense de Alcobaça, correspondendo a sua construção, cara e complicada, a um processo de difusão no qual “o moinho movido pela

6 In: <http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia> = Os Moleiros - Associação Cultural e Recreativa e Desportiva de Fonte Cova, em 8SET2011

7 In: <http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia> = Os Moleiros - Associação Cultural e Recreativa e Desportiva de Fonte Cova, em em 8SET2011

8 <http://www.jfmonteredondo.pt/pdf/outubro%202011.pdf>, em 6SET13

força da água fez parte integrante da paisagem medieval” (Barbosa, 1991, 404).

Até à decadência das atividades rurais e ao arranque do processo de industrialização e da emigração para a Europa, a exploração das mós constituía uma riqueza para as famílias que beneficiavam de rendas anuais, pagas pela altura de Todos os Santos, em moios de milho e, nalguns casos, em farinha. Permitia ainda a subsistência dos aglomerados familiares, mesmo dos mais numerosos, pelo trabalho e receita que proporcionava. Regista aquele autor (Barbosa, op. cit., 405) que a proliferação das ‘azenhas’ nesta área deu origem ao “aparecimento de uma profissão especializada, sobretudo a partir do século XII: o “moleiro”. Este homem não é simplesmente aquele que deita para dentro do mecanismo de moer ou “moenga” o grão que sai triturado, mas o que conhece e repara esse mesmo mecanismo ou é chamado para resolver contendas sobre a água e os trabalhos que se devem fazer para que esta sirva todos os moinhos da zona”. Trata-se de uma profissão que embora simples na sua aparência exige conhecimentos de hidráulica para a construção e reparação do leito do rio e sua canalização para os rodízios; das técnicas de moagem e de fabrico e reparo das pedras, das picagens das mós e do andamento da tremonha na sua regulação para a saída e trituração dos cereais.

A exploração das pedras de moer pelos arrendatários permitia-lhes proceder à moagem, ao pagamento de uma maquia por cada troca de milho por farinha aos clientes e ainda à renda anual ao proprietário, se não fosse sua propriedade. Este era um negócio que interessava não só aos arrendatários mas também ao dono, o que justifica a concentração moageira ao longo dos cursos de água subsidiários da bacia do Lis e em toda a freguesia de Monte Redondo. A associação em causa recupera a memória desta atividade ao longo da ribeira de Fonte Cova e a atividade de muitos dos seus habitantes, tendo a sua sede neste lugar. Evoca assim a ocupação de muitos outros moradores residentes nas margens do rio de Fonte Cova e de outros cursos de água que convergem para o leito do rio Lis, dedicados à atividade moageira que os Bernardos de Alcobaça tão bem souberam incrementar nesta área promovendo o melhor aproveitamento dos cereais, dos campos de milho e o próprio comércio. Assim foi igualmente possível fazer frente às necessidades alimentares das tripulações envolvidas na empresa dos descobrimentos e no comércio marítimo do Reino de Portugal com as suas possessões.



Associação Ecológica “Os Defensores”⁹

De acordo com o site da J. F. Monte Redondo¹⁰, esta associação pretende levar a população a entrar em contacto com o meio ambiente, sensibilizando para as questões ambientais e de proteção da natureza. A prática de desporto baseia-se na prática do cicloturismo e no incentivo que tem dado a diversas realizações. Entre estas, conta-se a organização do XI Ciclo-Turismo, uma atividade física e de lazer, ao longo de um percurso de 65Km, que nos aproxima da natureza e proporciona bem-estar.

Esta Associação tem a sede em Monte Redondo, nas instalações da antiga estação de Caminho-de-ferro, a qual foi restaurada pelos seus associados. Com esta ocupação recupera-se um dos edifícios emblemáticos da localidade, o qual assinala os efeitos da revolução industrial e da construção da rede de transportes que levou ao crescimento desta freguesia. Além destes fatores conta-se ainda a introdução de novas fontes de energia, baseadas na eletrificação e a localização dos parques industriais da geração mais antiga ou seja, dos que procuraram através das condições de acessibilidade física, satisfazer a sua relação com o mercado.



Associação Recreativa, Cultural e Desportiva do Grou

A ARCUDE¹¹ - Associação Recreativa Cultural e Desportiva do Grou, foi fundada em 1977. De acordo com o site da J. F. de Monte Redondo¹², esta associação tem tentado incrementar a qualidade de vida dos seus habitantes, dos amigos e visitantes que à aldeia se deslocam para usufruir de momentos de bem-estar proporcionados pelas diversas atividades que a mesma tem vindo a realizar (torneios de Chinquillo,

9 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, em 7SET11

10 <http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=%20Associa%E7%E3o%20Ecol%F3gica%20-%20Os%20Defensores> 12AGO13

11 <http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=Arcude%20-%20Associa%E7%E3o%20Recreativa,%20Cultural%20e%20Desportiva%20do%20Grou> (Em 18SET2011)

12 In: [http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=Arcude -Associação Recreativa, Cultural e Desportiva do Grou](http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=Arcude-Associa%C3%A7%C3%A3o%20Recreativa,%20Cultural%20e%20Desportiva%20do%20Grou), em 10NOV11

cartas etc.). As suas atividades incluem ainda a realização de torneios de futebol de praia.

Sediada na Guia, as suas preocupações e atividades incidem sobre os interesses da população em geral, residente no lugar do Grou. A referida localização tem a ver com a partilha do lugar por três freguesias distintas: Monte Redondo, Coimbrão e Guia e dois concelhos: Leiria e Pombal.



Bajouca

A freguesia da Bajouca situa-se em terrenos igualmente de origem sedimentar, na plataforma litoral, com cotas acima dos 120 metros de altitude, o que corresponde a um antigo nível de terraço marinho.



Heráldica de Bajouca

Tem associado à sua origem a indústria antiga do barro, extraído dos barreiros locais e a existência de diversos casais que formam a respetiva freguesia: Bajouca, Bajouca de Cima, Bajouca de Baixo, Vale da Bajouca, Lameiras, Gaspara, Loural e outros, que se foram constituindo a partir de pequenos núcleos situados em torno de um lugar central dominado pela ermida em honra de Santo Aleixo, o santo que terá sido transferido deste antigo lugar para o sítio da Bajouca. Este lugar era atravessado pelos caminhos mais antigos que seguiam para o interior do concelho, para o vale do Mondego e para os territórios vizinhos de Carnide e de outras povoações irrigadas pelas ribeiras que atravessam o termo desta povoação e que drenam para a bacia do Lis e para a ribeira de Carnide. É, portanto, um centro de atravessamento de vários caminhos que partem da parte sul da serra de Sicó, do vale do rio Arunca ou da ribeira de Carnide, para os portos e mercados do litoral oceânico.

Constitui o exemplo de uma freguesia que prosperou à custa do esforço dos seus moradores que souberam arrotear os maninhos e a vegetação dominante e extrair das potencialidades do solo, em particular do barro e da sua cozedura, formas cerâmicas em barro vermelho e vidrado, reconhecidas durante décadas como um “ex-libris” desta área. O subsolo é constituído por formações calcárias, areníticas, argilosas e mistas, que serviram o desenvolvimento da atividade cerâmica local e para alimentar os fornos de cal usada na construção e na caiação das casas em época festiva.

Como outras povoações da freguesia-mãe de Monte Redondo, onde coexistiram mouros e cristãos, o imaginário popular recorda a lenda da Moira do Pisão e das lágrimas que ainda hoje derrama pelas nascentes (olhos de água) em memória do seu amado, que por seguir a fé de Cristo terá sido morto pelo pai desta e está sepultado debaixo das avelaneiras que cobrem o seu túmulo. Bem perto deste sítio, próximo da Marinha do Engenho - conhecido por aí terem nascido águas salinas - com as suas antigas fontes e represa de águas, surge o lugar da Mata, velho caminho dos frades de Coimbra que ao dirigirem-se para as terras de Leiria, passavam pela Água Formosa e daqui seguiam pelo caminho antigo que atravessa o Pisão, para a Bouça, seguindo depois em direção ao Souto da Carpalhosa e de Leiria.

No Pisão, as referências aos pisoeiros, fabricantes do burel (Fernandes, 1995, 261), evocam um trabalho árduo e mal-cheiroso a que estava associado o fabrico deste tecido. Por aqui seguia o caminho sinuoso, anteriormente referido, que no termo das duas freguesias dá origem a um potencial campo arqueológico marcado por calcários fossilizados de animais marinhos que assinalam, aqui como noutros locais do interior, nomeadamente no cimo da vila ou já na ribeira de Carnide, a presença de antigas superfícies marinhas neste território.

A designação do nome deste antigo lugar da freguesia de Monte Redondo e hoje freguesia do concelho de Leiria pode ser de origem romana. ‘Bajouca’, (ou ‘Beijouca’, como surgia referida em mapas topográficos do século XIX), poderá derivar de Baioco, ou seja, "pequena moeda dos estado romanos, equivalente a um décimo do Júlio" (Silva, 1950). Mais tarde, esta foi a designação atribuída à “moeda de dez reis”, usada em Oitocentos, na cidade do Vaticano. Outras justificações podem ser encontradas se associarmos esta palavra a outras designações: “bajanca”: precipício ou ribanceira de rio; “bajanco”: “curandeiro que trabalha com mezinhas” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2005, III, 1088).

Em nota recente (2001) o Dr. Paulino Mota Tavares recorda que a deslocação de habitantes do norte do Douro para o sul do país no

processo de ermamento, seguinte à Reconquista, pode justificar a designação desta terra uma vez que nessa parte mais setentrional há referências a diversas povoações com este nome e muitas delas estão associadas igualmente à indústria cerâmica. Sobre esta designação Cristino (1971-1972), com base na consulta do "Dicionário Geográfico" do Pe. Luís Cardoso (tomo II, de 1751) indica, a propósito do rio da Bajouca, o seguinte:

"pequeno rio na Província da Estremadura, Bispado, Comarca e Termo da Cidade de Leiria, limites da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Monte Redondo; nasce no sítio da Bouça; conserva sempre o mesmo nome e com elle acaba no rio de Fonte Cova, aonde chamão Porto Longo. Não recolhe em toda a sua corrente que he breve, outras aguas; faz trabalhar alguns moinhos e tem duas pontes de pao de pouca fabrica onde chamão Paço".

O território desta freguesia, criada em 1971 por desanexação de terras pertencentes à freguesia de Monte Redondo, está assim associado à indústria do barro e ao fabrico de louça de barro vermelho para a cozinha e outros fins e de louça envernizada e decorada com elementos decorativos que fizeram prosperar diversas olarias e que hoje se prolonga no artesanato local. Transcreve-se parte do texto oficial (Decreto-Lei nº. 559/71, de 17 de dezembro) que criou a freguesia da Bajouca:

"Atendendo ao que representou a maioria absoluta dos chefes de família com residência habitual nos lugares de Bajouca, Bajouca de Cima, Bajouca de Baixo, Marinha do Engenho, Bouça de Cá, Bouça de Lá, Cavadas da Bouça, Vale, Loural, Prazo, Andrezes, Outeiro, Gaspara, Lameiras, Água Formosa, Moital, Matas e Fernandes, pertencentes à freguesia de Monte Redondo, do concelho e distrito de Leiria, no sentido de ser criada a freguesia de Bajouca, com sede na povoação do mesmo nome;

Considerando que na área da circunscrição a criar existem escola primária e cemitério próprios e se encontra prevista a instituição da correspondente paróquia eclesiástica;

Considerando que tanto a freguesia a criar como a de origem ficarão a dispor de recursos suficientes para ocorrer aos seus encargos;

Considerando os pareceres favoráveis da Junta de Freguesia de Monte Redondo, da Câmara Municipal e da Junta Distrital de Leiria, bem como do governador civil do mencionado distrito;

Considerando que se verificaram as demais condições enumeradas no artigo 9º do Código Administrativo e se cumpriram as formalidades exigidas pela mesma disposição legal; (...)

É criada no concelho de Leiria a freguesia de Bajouca, com sede na povoação do mesmo nome..."

Nessa data, os lugares acima referidos passaram a integrar a nova unidade administrativa. Regista-se ainda a evolução da população em datas próximas da sua criação. Habitada por gente laboriosa que soube construir em torno da capela de Santo Aleixo e deste seu orago, uma identidade própria marcada pela comunhão de interesses e solidariedade coletiva que identifica esta nova freguesia e os seus habitantes, como ficou retratada na cerâmica local, evocada no brasão da respetiva freguesia. A devoção a Santo Aleixo contrasta com a invocação Mariana dos outros templos, sendo de crer que a presença do culto deste Santo seja mais antiga na região, associada a formas de colonização que trouxeram de Roma a sua invocação e exemplo.

A centralidade do lugar face à constelação dos povoados mais próximos, conjugam-se na construção de um habitat quase contínuo, que vai fixando a sua população e atraindo novas atividades que dão vida a esta nova paróquia e freguesia. Deixando de ser uma terra marcadamente rural, a povoação central apresenta hoje em dia um conjunto de equipamentos e de serviços que abonam a favor do esforço desenvolvido pelos habitantes, pelas suas instituições e associações, em prol do desenvolvimento e do fortalecimento da comunidade de residentes. A população residente na sede da freguesia manteve-se praticamente estável entre 2001 e 2011: 530 e 528 habitantes, respetivamente, sendo a população residente na freguesia de 2004 moradores nesta última data. A melhoria das acessibilidades justifica os dados dos últimos recenseamentos da população e a sua evolução próxima.

Tabela 2 - Recenseamentos em Monte Redondo e Bajouca

Recenseamento	Monte Redondo	Bajouca
1950	5253	-
1960	5811	-
1970	5350	-
1981	3915	2038
1991	4051	1897
2001	4335	2005
2011	4398	2004

A memória coletiva desta freguesia está plasmada no brasão da freguesia constituído por um escudo de fundo verde, cântara em cor de prata entre três pinheiros, dois “em chefe” e um “em campanha”. A coroa mural tem três torres e o listel a designação de Bajouca. Iniciativas

diversas realçam as atividades mais tradicionais como as de índole etnográfica, contada em forma de marcha pela juventude local - “Pé delicado” - ou as muitas quadras populares inspiradas na atividade cerâmica. Transcrevemos uma delas:

“O meu amor é oleiro
é oleiro da Bajouca.
Tem a cara coradinha,
Parece feita de loiça.
Meu amor é oleiro
Faz cântaros de ir á fonte.
Quando eu lá for buscar ‘auga’
Deus queira que o encontre.
O meu amor é oleiro
Oleira não quero ser.
Tudo o que é de barro parte,
E eu quero ter bom viver...”



Bombeiros Voluntários de Monte Redondo¹³

A criação de serviços de Bombeiros fora da sede do concelho de Leiria, decorre da ação do poder local e da melhoria das condições proteção da população rural e afastada do centro urbano de Leiria. A constituição da “Associação de Bombeiros Voluntários de Leiria” data de 1874 (Cabral, 1993.II, 144), a quem foi entregue a primeira bomba de incêndios da cidade. Contudo a constituição de um corpo de bombeiros voluntários, composto inicialmente por 44 homens, data de 1897. A partir de então o corpo de bombeiros leirienses viu aumentar os seus equipamentos e louvores, distinguindo-se em números casos de aflição dentro e fora da cidade dando lugar, em 1 de janeiro de 1940 à criação, por parte da Câmara Municipal de Leiria, de um “Corpo de Salvação Pública” designado: “Bombeiros Municipais de Leiria”.

De acordo com o documento respetivo (Cabral, 1993.II, 151), a referida corporação tinha como objetivos: “prestar os necessários socorros em casos de incêndio, ou em outros sinistros e casos de calamidade pública, em que os seus serviços possam ser considerados aproveitáveis ou julgados necessários”. Foi ainda estabelecido que “a

13 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, em 7SET11

prestação de serviços é obrigatória dentro do concelho de Leiria, porém, fora dele, só serão prestados depois da autorização do Vogal do pelouro de Incêndios, ou, na sua ausência, do 1º Comandante dos Bombeiros Municipais”.

Dotados de instalações adequadas no final da primeira metade de Novecentos, no centro da cidade, as exigências do tráfego e a necessidade de novas instalações em local amplo e desafogado, foram as mesmas transferidas para a nova sede dos Bombeiros Municipais para a Rua de Tomar. Entretanto a criação da “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Leiria” deu origem a uma nova corporação instalada nos Outeiros da Gandara dos Olivais. A informação editada na página da J. F. de Monte Redondo regista que os Bombeiros Voluntários estão presentes na freguesia de Monte Redondo desde 1990. Sendo, primeiramente, uma secção da Maceira Lis, instalada na Ortigosa, estão integrados no corpo de Bombeiros Voluntários de Leiria e contam com cerca de 50 voluntários que prestam sobretudo serviços de socorro pré-hospitalar e de assistência a incêndios.

A ação do corpo local é assinalável tendo em conta não só o seu desempenho na área da defesa contra os riscos naturais, como ainda no transporte de doentes e nas emergências determinadas pelos acidentes que ocorrem na densa rede de vias de circulação que atravessam a freguesia. Tem a nova sede em Monte Redondo – Montijos, tendo sido construída em terreno da JAE transferidos para a posse da CMLeiria e posteriormente cedidos para o efeito. Foi inaugurada em dezembro de 2008 pelo Governador Civil de Leiria¹⁴.



Braçal

O lugar do Braçal fica localizado na parte norte da freguesia, em terrenos arenosos que correspondem a uma antiga superfície de erosão aprofundada pelo curso de água que desce dos níveis mais elevados do território da Bouça. Faz parte da constelação de lugares que integram, na sua parte norte, a freguesia de Monte Redondo. Trata-se de um pequeno lugar, junto da ribeira da Bajouca ou ribeira do Braçal, que corre depois da convergência de duas pequenas linhas de água: a ribeira da Mata e a

14 À data: Professor Doutor José Humberto Paiva de Carvalho. A cedência pela CML aconteceu na presidência do Engº Lemos Proença sendo presidente da JFMR, Sr. João Moital.

ribeira do Penedo. Habitado por uma população rural que soube encontrar na terra os meios da sua subsistência, parece registar testemunhos antigos de mineração há muito esgotada.

A interpretação dos topónimos locais sugere que a designação de Braçal será derivada de “Bragal”: “pano grosso atravessado de muitos cordões... de que se fazem toalhas e com ele se cobre a amassadura de farinha para levedar” (Silva, 1950). Por sua vez E. Santo (1988, 367) defende que esta designação poderá ter a ver com “Barsel”, que significa ferro. A ser mais adequada esta designação, estaríamos em presença de uma exploração deste minério, conhecida dos antigos povos mediterrânicos que aqui se fixaram antes da romanização. Esta possibilidade justifica a existência de vestígios de escórias de ferro em alguns locais ao longo da ribeira da Bajouca, não muito distantes da exploração das areias ferruginosas levada a cabo na Marinha do Engenho. Evocamos uma quadra (Cabral (1993.III, 129), que se pode adaptar a este e a outros lugares próximos:

“(...) E as velhinhas aos portais
Nas rocas e dobadoiras,
Fiam, dobam os bragais
Para as netas casadoiras... (...)”

Dada a proximidade da charneca a atividade de alguns habitantes esteve ligada à exploração florestal, dentro e fora do país, mas também às saídas para dentro e fora do país, assim evocadas em verso (Sousa, 2004, 584):

“Nossa Senhora da Guia
O meu bem foi pró Brasil.
Foi ‘sarrar’ para o sertão,
Quem sabe se torna a vir,
O minha Santa Senhora
Eu te peço com fervor:
Não prendas meu coração
Ao dum homem ‘sarrador””.

Os últimos dados da população registam uma população pouco superior a meia centena de habitantes.



Brenha

O lugar de Brenha próximo da sede de freguesia de Monte Redondo e a sua localização sobre solos aráveis, assume o caráter inculto da parte

sul da sede da freguesia e a sua natureza arenosa. Assenta sobre um nível marinho com cotas próximas dos 40 metros de altitude, uma das superfícies de erosão mais representadas nesta freguesia. Até há alguns anos, antes da edificação atual, aí tinham lugar diversas culturas de sequeiro, sendo habitada por algumas famílias que gradualmente se multiplicaram e atraíram novos habitantes.

A natureza agreste do terreno e dos lugares mais próximos, muitos dos quais incluídos no grupo dos "fitotopónimos" (Gomes, 1986, 8) nos quais Silva (1949-1959) assinala a existência de matagais e de solos incultos onde só cresce mato, moitas e outras espécies arbustivas rasteiras e de pequeno porte, evoca justamente o trabalho pioneiro dos moradores que aí foram trabalhando a terra e cuidando dos pousios e bastios que medravam junto do casal. Note-se que o recurso de vocábulos antigos, como o de 'Brenha', 'Charneca', ou ainda 'Moital' e 'Bouça', certamente de origem pré-romana, como assinala Machado (1967), poderá significar uma formação bem mais remota destes lugares estando associada à ocupação de outros povos invasores que anteriormente aqui poderão ter permanecido. Para E. Santo (1988, 367), 'bouça' traduz a herança bem mais antiga de lugar com topónimo de origem hebraica (ou fenícia) que significa "fortaleza" e propriedade. No seu conjunto estes topónimos assinalam a existência de matagais e terrenos incultos, onde só cresce mato, moitas e outras espécies rasteiras e de pequeno porte muito em uso no Minho.

A ocupação atual dá justamente continuidade à situação anterior como terra de vegetação densa, ao seu desbravamento e às culturas de pequeno rendimento de sequeiro ou já irrigadas que aí foram introduzidas. A melhoria das vias de circulação e as facilidades de aquisição de terrenos facilitou a instalação de diversas atividades ligadas ao comércio e aos serviços. Contíguo a este lugar situa-se a Brejeira, que assinalava umas leiras de terra fora da povoação de Monte Redondo. Hoje está ocupada por diversas edificações integradas para efeitos estatísticos no lugar de Brenha.

A população destes lugares aumentou significativamente no decurso dos últimos censos, passando no caso da Brenha de 51 moradores em 2001 para 80 em 2011 e na Brejeira de 44 residentes para 56, respetivamente. Tal facto decorre do aumento do perímetro edificado e da oferta de terrenos disponíveis para acolher novos moradores fora do perímetro limitado da Vila em local dotado das melhores acessibilidades rodoviárias e de alguns equipamentos de frequência diária.



Cabeço de Monte Redondo

O “Cabeço” de Monte Redondo, para além de ser um “ex-libris” da povoação, é um dos testemunhos da história geológica que marca a Orla Sedimentar Ocidental e dos fenómenos de “diapirismo”, ou seja, da ascensão de uma chaminé ígnea que nesse movimento arrasta consigo rochas sedimentares brandas e depósitos salinos, para a superfície. Tais formações dão origem a dobras anticlinais em que as rochas mais antigas se situam no núcleo e as mais recentes nos flancos laterais. A sua configuração cónica, emergindo da superfície aplanada circundante, dominada por cotas de altitude próxima das quatro dezenas de metros de altitude, mas esbatida pela erosão fluvial à medida que se caminha para poente, fez desta pequena elevação um ponto de referência face à planície circundante.

No caso vertente o cabeço de Monte Redondo faz parte de uma rede de relevos alinhados, relacionados com um diapirismo antigo, que preenchem a orla sedimentar litoral, sobre os quais Manuppella, et al. (1978, 5) chama a atenção para a sua relação com o "diapiro de Monte Real (...) fortemente escavado pela erosão antepliocénica", que se prolonga para norte, em profundidade, "até as proximidades da Lagoa dos Linhos". Este afloramento corresponde à presença de uma rocha eruptiva, constituída por "gabros subofíticos de quimismo atlântico", de estrutura "compacta, granosa, de grão médio a grosso e de textura subofítica grosseira" (op. cit., 44). Tais características conferem à rocha que aqui se extrai propriedades especiais de dureza, permitindo a sua utilização na pavimentação de estradas, no calçetamento de ruas e na balastragem das linhas de CF.

Foi este tipo de utilização que permitiu durante mais de meio século a exploração das pedreiras de Monte Redondo e que alimentou uma parte significativa da população residente nos Montijos e à sua volta. Relacionados com estas formações notam os mesmos autores (op. cit., 20) a existência de diversos afloramentos representados por “formações vermelhas” de argilas, grés argilosos e conglomerados encontrados em Água Formosa, na Bajouca, no Pinheiro e no Souto da Carpalhosa e aproveitados pela indústria cerâmica local.

A este respeito Girão (1941, 50) assinalou o seguinte:

"particularidade notável da orla mesozóica e cenozóica é constituída pelos numerosos afloramentos de ofitos e dioritos que romperam através dos estratos, formando cúpulas ou cabeços por vezes bem salientes. Pelas suas boas condições estratégicas, foram estes cabeços de preferência escolhidos para nêles se erguerem fortificações militares, e daí o aplicar o nosso povo à rocha que os forma a designação curiosa de

"pedra casteleira". Citaremos, entre outros, o de Leiria, sobre que assenta o castelo medieval, o de Monte Redondo que deu o nome ao povoado, e o de S. Bartolomeu, junto da Nazaré, coroado por uma pequena ermida que serve de referência à navegação".

Tendo presente a evolução da costa marítima e a divagação da foz do rio Lis desde o início da nossa nacionalidade, o Cabeço terá sido uma referência para diversos povos, nomeadamente para a navegação agarena dada a sua longa permanência neste território. Por isso, associado ao cabeço correm diversas lendas mouriscas cuja tradição oral dá conta da permanência destes povos na área da freguesia de Monte Redondo - onde distribuíram largas quantidades de ouro - realçada pela existência de um trono rochoso, a "cadeira da moura", cujos vestígios se conservam no lugar do Cabeço de Monte Redondo. Para C. Morais (1936, 36) e Manuppella et al. (1978, 56), na notícia explicativa da carta geológica de Pombal, assinalam a importância de achados relativos a indústrias pré-históricas nesta região litoral. Entre esses testemunhos destacam-se os vestígios de civilizações do Neolítico (Neolítico: divisão dos tempos pré-históricos, caracterizada pela indústria de pedra polida) e do Calcolítico, encontrados na Redinha - Pombal (Manuppella et al., 1978, 56), e os "monumentos megalíticos" da Arroiteia, do alto da Feteira e do Alto da Carrasqueira.

A este respeito importa assinalar, além de outros vestígios ainda não explorados por completo, que no sopé do Cabeço de Monte Redondo, na sua vertente sul, encontramos restos de enormes blocos de rocha que embora deslocados pela força humana nos fazem lembrar, pela sua localização e posição face ao solo, monumentos funerários ou de caráter simbólico e religioso. É o que nos leva a supor ao apreciar os restos da cadeira da Moura e outros monumentos rochosos bastante danificados (para utilização da pedra) que encontramos nas vertentes deste monte que poderão guardar na sua disposição e simbologia, uma funcionalidade de interesse arqueológico ainda desconhecida. Noutros locais mais distantes, a presença dessas pedras de grandes dimensões está ligada à demarcação do território da freguesia.

A importância deste acidente geográfico fica assinalada pela sua posição na triangulação geodésica nacional, sendo que o marco geodésico aí instalado é de 1ª ordem, da mesma categoria do seu congénere da Melriça, situado entre Abrantes e Vila de Rei. Esta última povoação é considerada o "centro geodésico" de Portugal (informação do Instituto Geográfico e Cadastral). Este marco faz parte da "grande base na Charneca da Barranha, conhecida por Buarcos-Monte Redondo, locais onde se situavam os seus extremos" (Dias, 2003, 383) e articula-se com os demais vértices, em particular com a Serra do Sicó, que servem

de referência à cartografia militar portuguesa. A sua construção data de 1802 e a cota superior deste marco da triangulação geodésica nacional - a “Gurita” (“Guarita”, como designa o povo) - assinala os 90 metros de altitude

Note-se que a definição da rede geodésica nacional, definida em 1791 por Francisco Ciera (matemático e cartógrafo do reino), tomou como referências as bases geodésicas de Batel-Montijo (1794 e 1795 e Buarcos-Monte Redondo (1797). Para, Dias (2003, 383)¹⁵, “Com base nesta distância e nos ângulos dos vários vértices se poderia ficar a conhecer, com exatidão, a posição de todos os pontos da rede de triangulação, servindo Batel-Montijo para verificação dos erros”.

A triangulação estabelecida foi assim determinante para o avanço dos levantamentos geodésicos do país uma vez que “sobre essa rede, com triângulos ainda muito grandes, se apoiaria a carta topográfica por ele já idealizada” (loc. cit.). Com a evolução tecnológica da geodesia com recurso à georreferenciação por satélite, a rede anteriormente estabelecida perdeu a sua dimensão estratégica mas continua a ser utilizada como referência da evolução da rede e da triangulação geodésica nacional.



Carreira



Heráldica da Freguesia da Carreira

A freguesia de Carreira foi criada em 1989 (Lei nº 74/89, de 28 de agosto), desmembrada do território do Souto da Carpalhosa. Do seu

15 Dias, Maria Helena (2003) – “As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal”. In: Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I, XIX, pp. 383-396.

brasão consta, em pano fundo de verde, lembrando a cor dos campos do Lis evocada pelo mesmo símbolo, o azul deste curso de água e duas espigas, que recordam as culturas dominantes e a fertilidade destas terras de cultura. Situada na margem direita deste curso de água e, portanto, sujeita às inundações periódicas aí registadas, os campos alagadiços da Carreira ocupavam a população rural que aí mantinha o trabalho diário em torno das culturas de arroz, milho, trigo e feijão e demais primores hortícolas. Estas atividades estão referenciadas no brasão da freguesia, constituído por um escudo, com fundo verde e uma faixa mediana, ondada, em cor azul e prata. Na parte superior desta, uma flor-de-lis e na metade inferior, duas espigas de milho, de ouro. O escudo dispõe de três castelos e a designação de Carreira-Leiria.

Complementarmente ao trabalho no campo exigia-se uma atenção redobrada à recolha, seca e tratamento dos cereais que animavam as eiras de campo e fomentavam a criação de gado subsidiária da riqueza local. Como tal e dada a configuração do terreno, bem como a própria divisão da propriedade, as pequenas leiras exigiam trabalhos complementares das unidades de subsistência familiares pelo que era reconhecida a necessidade de outras ocupações. Entre estas, os carreiros, dedicavam-se ao transporte em carros de bois de produtos vários, nomeadamente da manta-morta ou mato das áreas limítrofes vizinhas até aos campos e pátios das habitações. Aqui era utilizado nos currais do gado ou como cobertura do piso descoberto, sofria a transformação natural para ser utilizado na fertilização dos campos e culturas.

A vida rural dos habitantes da Carreira foi longamente dominada pelos trabalhos e calendário agrícolas no campo e nas leiras de sequeiro do lugar, resultantes do solo arenoso que cobre a plataforma litoral circundante à bacia do Lis e aos seus afluentes da margem direita, nomeadamente da ribeira da Carreira que fertiliza, a sul, os campos da terra. Contudo em área de forte irrigação natural, os trabalhos braçais em junco e vime permitiram a artesão locais trabalharem no fabrico de esteiras, esteirões (de várias dimensões) e de cestos de vime, que entrecruzavam com outros trabalhos manuais de bordados, mantas de trapos e canos de lã. Habitualmente estes protetores da perna, do tornozelo ao joelho, tecidos por mãos femininas tantas vezes calcorreando os caminhos do mercado, da feira ou tão só na rectaguarda do carro de bois guiado pelo elemento masculino da família, serviam de resguardo quer no trabalho do campo quer nas manhãs frias de inverno, quando o calendário rural não compadecido com as agruras do tempo, obrigava a trabalhos fora do lar. Este modo de vida está plasmado na riqueza do folclore local guardado pelo grupo folclórico “Rosas do Liz” que se mantém fiel, desde a sua fundação, em 1965, à preservação dos

trajes tradicionais, ao repertório musical e às tradições evocativas da desfolhada, ceifa, apanha da azeitona, seca do sal e serões consagrados aos trabalhos artesanais de tecelagem e bordados, dos cestos, das esteiras e das tarefas agrícolas.

Os encontros destes vizinhos reunidos em torno dos mesmos interesses campestres e de uma juventude ansiosa por se encontrar na romaria de São Jorge, seu santo padroeiro, alimentaram o projeto e criação deste grupo etnográfico. S. Jorge, o santo militar e guerreiro do século III d.c., padroeiro dos militares e dos escuteiros, é também evocado como protetor dos pobres, dos humildes e dos animais, foi assumido como patrono de todos os habitantes e das suas rezas. Por isso as festas do outono, no final das colheitas, eram reconhecidas pela marcha do gado bovino em redor da capela do santo e pelas festividades em sua honra.

A deslocação de forasteiros e a procura da população local deram origem ao aparecimento de algum comércio, sendo que a indústria ganhou expressão local com a construção dos armazéns de congelamento e tratamento de produtos hortícolas da “Monliz – produtos alimentares Mondego e Liz”. No decurso da sua laboração, entre o início dos anos sessenta e 2004, data da instalação da empresa em Alpiarça, esta constituiu-se como uma base local de emprego direto ou indireto, nos trabalhos do campo, da população local. Enquanto laboraram essas instalações garantiram o recrutamento de pessoal para os trabalhos rurais e para as linhas de produção na fábrica, e animaram algumas culturas hortícolas nos campos do Lis, beneficiários das grandes obras de irrigação realizados no final de cinquenta e dos quais se esperava uma intensificação das culturas agrícolas na baixa dos antigos campos de Ulmar, até aos campos da Vieira de Leiria. A laboração desta unidade ficou marcada por questões de natureza laboral e de ruído, tal como sucedeu em novembro de 1989 quando esta questão foi levantada na Assembleia da República através de Requerimento Parlamentar.

Tabela 3 - Recenseamento de 2011 – Situação por Lugares

GEO_C OD _DSG	Nº EDIF. CLAS.	Nº ALOJ.	Nº FAM. CLAS.	Nº NUC. FAM.	Nº IND. RESID.	Nº IND. RES._H	Nº IND. RES._M
Carreira	557	577	411	359	1166	563	603
Carreira	555	574	408	353	1153	557	596
Residual	2	3	3	6	13	6	7

A evolução das atividades económicas locais animou o crescimento demográfico estando na origem das opções políticas do Município de Leiria em construir a escola EB 2-3 do norte do concelho nesta localidade, extrema com Monte Redondo. Pela sua centralidade esta Escola é a sede do Agrupamento Rainha Santa Isabel agrupando as diferentes escolas das freguesias limítrofes.¹⁶ Os dados relativos à evolução da população mostram a variação dos seus habitantes entre 1991: 1254 habitantes, em 2001: 1337 habitantes e finalmente em 2011 com 1166 habitantes dos quais 563 Homens e 603 Mulheres. Em 2011 a população residente na freguesia, que cobre praticamente todo o lugar da Carreira, era de 1166 habitantes. Da população economicamente ativa: 494 habitantes, 15 estavam ocupados em atividades do setor I; 202 no setor Secundário e 232 no setor III. A escolarização da população residente repartia-se entre 37,8% com 1º Ciclo; 11,7% com 2º Ciclo; 15,3%, com 3º Ciclo e 13,9% com habilitações de nível secundário.



Casa do Povo

A referência à casa do Povo de Monte Redondo justifica-se pelo significado desta instituição como símbolo do estado corporativo (Estado Novo) e pelo seu significado no seio de uma sociedade rural e de uma industrialização centrada na sede da freguesia. Com o seu percurso e atividades a Casa do Povo foi uma instituição que desempenhou a sua função mas que não resistiu aos ventos de mudança social, sendo mais um caso de delapidação do património social da Vila levado a cabo nos últimos anos. Foi construída em terreno cedido por Manuel Gomes de Carvalho e constituía o testemunho local do regime corporativo instituído pelo Estado Novo, em 1933.

Pelo Decreto-Lei nº 23048, de 23 de setembro, estabeleceu-se um regime de previdência ao trabalhador na doença, invalidez, velhice e desemprego. Na mesma data (Decreto-Lei, nº 23051, de 23 de setembro) foram criadas as casas do povo com objetivos de cooperação social entre os residentes no meio rural: proprietários rurais e os trabalhadores. Antes do final dessa década, em 1938, depois do lançamento das bases para a organização corporativa da agricultura e da criação dos Grémios da Lavoura (Lei nº 1957 de 27 de agosto de 1938),

16 In: <http://ag-rsi.ccems.pt/images/mapa.swf>, em 30MAI13

a ação das Casas do Povo é alargada à cooperação com os Grémios da Lavoura (Decreto-lei nº 28 859, de 18 de julho) no âmbito da sua atuação junto dos trabalhadores rurais.

No início da década seguinte o mesmo regime acresce-lhe funções de previdência social e de ação médico-social, assistência materno-infantil e proteção na invalidez. Tal, foi objeto do Decreto- Lei nº 30710 de 29 de agosto de 1940, que reformulou a legislação anterior tornando obrigatório o seguro social nos meios rurais com a instauração de sócios efetivos e sócios contribuintes. Considerou ainda a extensão de benefícios no âmbito da assistência médica aos beneficiários e família e a concessão de subsídios na doença e em caso de falecimento.

Com o lançamento dos Planos de Fomento Nacional (o 1º relativo ao período de 1953 a 1958 e o 2º, referente aos anos de 1959 a 1964), o Estado Nova lança as bases, em 1962 (Lei nº 2115, de 18 de junho) para a reforma da Segurança Social, considerando a ação das Casas do Povo, conjuntamente com as Casas dos Pescadores em meios piscatórios e outras entidades, como instituições reconhecidas para a quotização obrigatória e ação social no seu meio. Em 1969, coincidindo com o desenvolvimento do 3º Plano de Fomento (1968 a 1973), procede-se à reorganização das Casas do Povo e às suas federações (Lei nº 2144, de 29 de maio de 1969), a qual estabelece, na sua Base I, o seguinte:

“Caracterização das Casas do Povo – As Casas do Povo são organismos de cooperação social, dotados de personalidade jurídica, que constituem o elemento primário da organização corporativa do trabalho rural e se destinam a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a assegurar a representação profissional e a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores agrícolas e a realização da previdência social dos mesmos trabalhadores e dos demais residentes na sua área”.

Estabelecendo como área de atuação territorial a freguesia, como limite mínimo e o concelho, na sua extensão máxima, definem-se na sua Base IV as suas atribuições:

“1. São atribuições das Casa do Povo:

A cooperação social, especialmente para o desenvolvimento económico-social das comunidades locais, e para a aproximação, formação profissional e promoção cultural e moral dos seus associados;

A representação profissional dos trabalhadores agrícolas por conta de outrem;

A previdência e assistência em benefício de trabalhadores residentes nas suas áreas.

2. Às Casas do Povo competirá ainda colaborar, nos termos a estabelecer em regulamento, na realização do seguro de acidentes de

trabalho e doenças profissionais instituído em benefício dos trabalhadores agrícolas e na promoção da medicina do trabalho”.

As preocupações de natureza social destas organizações, orientadas para o desenvolvimento das comunidades locais, são estabelecidas na sua Base V:

“Cooperação social

1. Para o desenvolvimento das comunidades locais, deverão as Casas do Povo interpretar e equacionar as necessidades e aspirações comuns, promovendo a sua satisfação ou nela colaborando, com a participação dos interessados.

2. As atividades de promoção social e cultural das Casas do Povo visarão a cultura, a formação moral ou profissional e o aproveitamento dos tempos livres dos associados para fins recreativos, educativos e de valorização física.

3. As Casas do Povo poderão acordar com os sócios efetivos, os proprietários, as autarquias ou o Estado na realização de obras de utilidade comum, mediante a atribuição de verbas dos seus fundos e a prestação de trabalho daqueles sócios, segundo os costumes locais ou deliberação dos interessados.

As verbas para as obras de interesse comum deverão ser atribuídas especialmente em épocas de falta de trabalho agrícola.

4. As Casas do Povo poderão promover entre os seus sócios, nos termos da legislação vigente, a organização de sociedades cooperativas de produção, comercialização e consumo.

5. As Casas do Povo deverão ainda cooperar no fomento da habitação, de acordo com a legislação em vigor, e, quando autorizadas pelo Ministro das Corporações e Previdência Social, na política de crédito à atividade agrícola e aos trabalhadores rurais”.

Ficam ainda estabelecidas as suas responsabilidades no âmbito da representação profissional das Casas do Povo (Base VI) e as funções de previdência social e assistência (Base VII), bem como as regras de organização, funcionamento, administração e outras, destas entidades de cooperação e fomento social. No sentido de ampliar os benefícios às comunidades rurais, em 23 de setembro de 1970 (Decreto-Lei nº 445/70, de 23 de setembro), procede-se à reestruturação orgânica das casas do povo e à “regulamentação dos fundos de previdência dos mesmos organismos para realização do regime especial de previdência dos trabalhadores rurais”.

Após a revolução de 1974, o Estado continuou a considerar relevante a ação desenvolvida por estas organizações procedendo em 1982 (Decreto-Lei nº 4/82, de 11 de janeiro) à sua reestruturação. Diz o preâmbulo deste documento:

“O presente diploma reestrutura as Casa do Povo, redefinindo-lhes os fins e modelando-as sob uma nova caracterização, por forma a integrá-las no atual sistema social e político e a aproveitar as potencialidades que a sua rede atual já oferece para o desenvolvimento social e político do País, em geral, e para o progresso das comunidades rurais, em particular”. Mais ainda: “As Casas do Povo são assim centros comunitários, empenhados no desenvolvimento das populações, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida, através de diversas ações de animação sócio-cultural.”

Por isso, atribui-lhes os seguintes fins (Artº 2º):

“1- As Casas do Povo têm por finalidade desenvolver atividades de caráter social e cultural, com a participação dos interessados, e colaborar com o Estado e as autarquias, proporcionando-lhes o apoio que em cada caso se justifique, por forma a contribuírem para a resolução de problemas da população residente nas respetivas áreas.

2- Para a realização dos seus objetivos, deverão as Casas do Povo:

Promover ações de animação sócio-cultural, quer por iniciativa própria, quer de acordo e em coordenação com outras entidades;

Fomentar a participação das populações nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respetiva área e a melhorar a sua qualidade de vida.

3- Incumbe ainda às Casas do Povo:

Executar, por delegação, tarefas cometidas a serviços públicos, por forma a aproximá-los das populações;

Participar no planeamento de ações de caráter económico, social e cultural que abranjam a respetiva área”.

Esta a referência última à legislação publicada pelo Ministério dos Assuntos Sociais no início da década se Oitenta, que atribui a estas organizações o estatuto jurídico de pessoas coletivas de utilidade pública tendo em vista o desenvolvimento comunitário e local e a sua articulação com as demais entidades e poder local.

Sobre a edificação deste bem central na freguesia de Monte Redondo, inaugurada em 7/2/1943, transcrevemos do jornal “Mensageiro” (de 19/12/1935) o seguinte: “Em Monte Redondo têm sido feitos alguns trabalhos para ser criada uma Casa do Povo na sede da freguesia tendo-se inscrito já grande número de sócios, procedendo-se atualmente à elaboração dos respetivos estatutos”. No decurso das últimas décadas de Novecentos, a Casa do Povo de Monte Redondo não foi capaz de reagir a este novo enquadramento legal e foi entregue ao camartelo, perdendo-se uma obra e um edifício emblemático da sede de freguesia.



Casal Novo

O lugar de Casal Novo, situado no interior da freguesia de Monte Redondo, desenvolve-se numa antiga plataforma marinha cujas cotas se aproximam dos 100 metros de altitude. A sua designação está associada ao arroteamento e à ocupação desses terrenos por novos moradores do termo do antigo “casal” de Monte Redondo. Como assinala Fernandes (1993, 494), “o casal era a unidade fiscal agrário-urbana por excelência”, ao qual andavam associados as casas (fogos) e as leiras ou parcelas arroteadas e cultivadas pelos moradores do casal.

A este respeito assinala Vasconcelos (II. 1980, 271-278) a sua ligação a uma “propriedade campestre, com casa”, ou seja a uma “propriedade independente, não nobre”. Assinala ainda o mesmo autor o seu significado recente de “casa de campo e granjearia; lugarejo de poucas casas”, designação frequente na Estremadura Cistagana onde se situa este lugar. Trata-se de uma designação muito frequente em todo o território português e em particular nas áreas mais densamente povoadas do Minho, da Beira e da Estremadura.

Situado em solos arenosos que evocam a fixação da população em local ermo e coberto de mata na proximidade da Bouça, das Lavegadas e do Cabeço da Carrasca, este prazo ou lugar serviu de berço aos habitantes que souberam explorar as parcelas de solo arável e as beneficiaram com o seu esforço e trabalho, arroteando de forma exemplar os solos férteis que cobrem esta parte da freguesia. Para E. Santo o exemplo do ‘Casal Novo’ sugere-lhe o nome do “lugar de pasto”, propriedade do “solar do chefe” situado bem próximo, no sítio da ‘Lage’. E a proximidade de ‘Relvinhas’, como lugar da residência dos criados, parece confirmar esta interpretação. Em ambos os casos, a toponímia local traduz a fixação de novos moradores ou famílias em local próximo da unidade religiosa e administrativa do Souto da Carpalhosa ou já de Monte Redondo.

Tendo em conta a nova afetação de lugares nas subunidades estatísticas consideradas no recenseamento de 2011, a população residente no Casal Novo que era de 331 habitantes em 2001, passou em 2011 para 178 moradores.



Cavadas

O lugar de Cavadas, próximo dos lugares de Fonte Cova e de Porto Longo, está associado ao arroteamento das terras arenosas situadas próximas do curso de água ao longo do qual se instalaram diversos moinhos, o chamado “Rio de Fora”. Este dá continuidade à ribeira de Fonte Cova e no seu trajeto corre aproveitando uma falha estrutural e aprofundando o seu leito no sentido Norte-Sul. A divisão das parcelas mais férteis do vale e o crescimento dos habitantes, sugere a necessidade de ocupação de outras terras ocupadas por pinhal, onde era possível agricultar cereais de sequeiro e espécies vegetais menos exigentes em humidade e pouco carentes de rega. Mesmo assim quando o nível freático o permitia, a rega com picota ou com a nora e os seus alcatruzes, asseguravam a irrigação necessária para a germinação das sementes, alimentando as famílias rurais.

Tal como outros sítios com a mesma designação, não há uniformidade em relação ao contexto local onde se desenvolveram esses lugares. Contudo, na área desta freguesia, a mesma anda associada a locais arenosos, trabalhados ao longo de gerações, fazendo assim realçar os trabalhos de arroteamento a que foram sujeitos. No caso vertente as Cavadas, depois de terem sido marcadas por uma intensa atividade agrícola e moageira, são hoje em dia um lugar de residência procurado por novos habitantes que querem disfrutar da tranquilidade e a paisagem dos campos circundantes.

À semelhança de outros lugares da Alta Estremadura também ao longo do vale que desce desde Fonte Cova, podia evocar-se a triste vida do moleiro (Sousa, 2004, 562):

“Triste vida leva o burro
Mais triste leva o moleiro.
Tem de andar de porta em porta
À procura de taleigo.
À procura de taleigo
Vai correndo a freguesia.
Aqui diz, acolá ouve,
Só se vinga na maquia.
Lá vai ele pró moinho
Com tanta soma de grão.
E em casa tem os filhos
Fartos de pedirem pão. (...)”.

Os últimos dados da população registam menos de meia centena de habitantes.



Cemitério

Diz-nos Fernandes (1993, 504) que cemitério (“cimiterium”) era usado “para designar não só o local da sepultura dos corpos, mas também o da ‘sepultura’ das almas”. Por sua vez, tendo presente os apontamentos sobre Monte Redondo coligidos pelo Pe. David Gaspar, a palavra cemitério - "lugar de descanso, lugar de dormir, de repouso" – era apenas usado pelos cristãos e judeus, pois só eles acreditavam e acreditam na ressurreição dos mortos e conseqüentemente aquele lugar será o lugar onde repousavam os seus mortos até então. Note-se que só os cristãos e os judeus chamavam assim ao lugar onde sepultavam os membros das suas comunidades porque acreditando na imortalidade da alma e na ressurreição da carne, tinham aquele lugar como de repouso até chegar o grande dia da ressurreição final.

Os cemitérios como lugares comuns de enterramento são uma instituição do cristianismo. Sendo a princípio propriedade privada, passaram no século III a ser propriedade da comunidade cristã, situando-se junto das igrejas nos chamados adros. As pessoas cristãs de alta condição como por exemplo os Bispos e outras dignidades eclesiásticas e ainda os príncipes e outras personalidades, eram sepultadas mesmo dentro das próprias igrejas. No entanto com o rodar dos tempos criaram-se abusos e desde que houvesse espaço qualquer pessoa era sepultada no interior dos templos, o que levou as autoridades civis a pôr o problema em termos de saúde e perigo para a saúde pública, determinando por isso que fossem construídos os cemitérios longe das igrejas e até longe das povoações.

Em Portugal essa política ou campanha contra os enterros nas igrejas começa já em 1776 e teve grandes defensores. Assim aconteceu com o Bispo de Leiria, D. Manuel de Aguiar, que concordando com a medida de Rodrigo da Fonseca e face ao movimento generalizado de construção de cemitérios em todo o país, justificados pelos receios populares das epidemias de cólera frequentes na época, apressou-se a mandar construir um cemitério fora da Sé. Este foi inaugurado em 1871, no Monte de Santo António do Carrascal (sobranceiro à cidade de Leiria), dando a entender aos párocos que deviam seguir-lhe o exemplo. O primeiro decreto que proíbe entre nós os enterros na Igreja data de 21.IX.1835 e foi Rodrigo da Fonseca quem o publicou, mas esse foi a causa principal que desencadeou a partir do Norte a revolta popular da Maria da Fonte.

A indignação que provocou nos cristãos aquele documento que os privava de terem o último descanso perto das igrejas que, para tantos deles, na sua ignorância, significa sim permitir o estarem dormindo junto das portas do Céu, alimentaram esta contenda. As medidas tomadas desde então foram-se cumprindo não sem dificuldades e "vencida a rotina do passado, iniciara-se por todo o país a construção dos cemitérios".

Note-se que o cemitério de Monte Redondo foi construído em 1894 em terreno cedido por D. Maria Rita do Patrocínio Costa (mãe do Doutor Luís Pereira da Costa, um dos 40 maiores do concelho de Leiria, no início do nosso século, devido à importância da décima que pagava, no valor de 13.461 Réis - cf: Cabral, 1933.II, 27), na margem esquerda da vala da Carrasca, à saída da povoação. Esta oferta havia sido feita no ano anterior e a obra e respetiva Capela foram mandados benzer em 20.1.1897 (Cabral, 1993.I, 181), iniciando-se então os enterramentos fora do adro da Igreja, no local onde ainda hoje continua a servir a população residente.

Em sítio distante, cercado de pinhais e olhado de forma medrosa por muitos habitantes, sobretudo em épocas de chuva estival quando se desenvolvia o fenómeno de fogo-fátuo, está hoje cercado pelo recinto da feira dos 29 e na proximidade de habitações e de vias de circulação.



Centralidade

Em termos geográficos a centralidade de um lugar deve ser avaliada em função da sua proximidade em relação aos lugares que fazem parte da mesma constelação (ou rede). De acordo com Gaspar (1972, 53), baseado na definição de Christaller, a centralidade traduz “a importância relativa de um lugar em relação à região que o envolve”. Ainda por isso associada à acessibilidade, à facilidade de deslocação ou movimento. Por isso, quanto maior for a distancia e mais difícil se tornar a acessibilidade de um determinado lugar em relação a outro considerado como central, menor é a sua centralidade. Como assinala Claval (1987, 369), “as atividades humanas têm um suporte territorial. A distância trava a interação. O espaço tem uma significação profunda para os indivíduos e para as sociedades”. E essa interação aumentava em terrenos atravessados por linhas de água, por pauis, por charnecas e matagais onde acoitavam perigos vários desde ladrões a animais mais ferozes. O imaginário local contém vários exemplos desta natureza.

Na geografia atual o conceito de lugar anda associado à presença de "bens centrais", entendidos como produtos ou serviços obtidos "a partir de um ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve" (Gaspar, 1972, 50). Este "lugar central" tanto pode ser a sede da freguesia como outros lugares da mesma freguesia (e eventualmente nas freguesias vizinhas), marcados por certas atividades humanas. Exemplo mais comum de um bem central é o comércio fixo, mas podemos igualmente incluir neste exemplo o "fornecimento fixo de bens centrais" (op. cit., 51) a partir de uma feira, facto que não altera a essência deste benefício, ou bem, adquirido num determinado lugar do espaço, ou ponto central que serve uma determinada área. Neste caso as feiras foram determinantes não só na construção de certos núcleos de povoamento, como atraíram ao local onde se realizavam certos equipamentos complementares ligados ao comércio, às comunicações e aos serviços. Um bem central pode ser exemplificado através de um serviço, como as agências bancárias que na atualidade se exercem em locais fixos mas que ainda recentemente se podiam efetuar através de funcionários que asseguravam depósitos e mesmo alguns pagamentos. Outros equipamentos de saúde, como o posto médico são equipamentos da mesma natureza.

Os exemplos acima referidos ajudam-nos a compreender a importância assumida pelos diversos lugares ou povoações que dispõem destes produtos e serviços, com carácter fixo e permanente, de apoio às populações. E quanto maior for o número e a diversificação destes bens, tanto maior será a capacidade de atração do lugar do território onde estes se concentram. Recorda-nos o mesmo autor (Gaspar, op. cit., 52) que existe uma distância limite a que as populações se deslocam para obter um determinado bem central, ou seja, uma "distância para além da qual existem poucas probabilidades de que alguém se desloque para adquirir esse bem". Tal facto determina que os moradores de determinada povoação possam deslocar-se alguns metros, apenas, para se abastecerem na mercearia ou padaria próximas, mas deslocam-se vários km. a lojas de comércio especializado, a grandes superfícies comerciais, a médicos especialistas ou mesmo para obterem determinados serviços de natureza pública, tais como: Notário, Conservatória de Registo Predial ou Civil, Finanças, etc.

A importância relativa de uma determinada povoação e lugar está assim relacionada com a natureza, o número e a diversidade dos benefícios ou bens de que dispõe. E a sua maior ou menor relevância e capacidade de atração no espaço, leva-nos a concluir da centralidade de um lugar que podemos exemplificar com a própria sede da freguesia de Monte Redondo. A centralidade deste lugar resulta, portanto, não só do

n.º de "funções centrais do lugar na área que serve", mas também da acessibilidade do lugar, sede de freguesia, em relação aos demais lugares centrais desta área (op. cit., 52). Por "função central" entende-se qualquer "atividade realizada pelo indivíduo, ou pela unidade empresarial, que fornece bens centrais" (loc. cit.). Uma mercearia, uma farmácia, uma loja de ferragens, uma agência bancária, um talho, etc., são exemplos de funções centrais disponíveis na sede.

Nestas circunstâncias a apreciação das f.c. e das unidades funcionais (u.f.) ou estabelecimentos existentes na povoação de Monte Redondo, se comparadas com as povoações vizinhas, realça a nodalidade (entendida como a "capacidade que um centro tem em oferecer às populações uma grande gama de relações económicas e sociais" – (CEP, 1974, 11) deste lugar. E a capacidade de atração destes bens perante os moradores das povoações vizinhas, permite definir o traçado de uma "área de influência" (ou área de atração), cujos limites ultrapassam os limites naturais desta freguesia. Assim acontece com as funções centrais relacionadas com o ensino básico e secundário (colégio), a saúde (médicos, farmácia, análise clínicas), a atividade bancária (agência da CGD e dos outros bancos), segurança (GNR), os transportes (táxi), os Bombeiros e com outros serviços de utilização menos frequente, tais como: restaurantes, drogeries, seguros, papelarias, pastelarias, etc.

Tabela 4 - População residente e "funções centrais" representadas nos "lugares centrais"

l.c. (ou "constelação") l. c. +	Popul. 1991	Funções centrais- f.c. (1997)		
		públicas	act. econ.	serviços
M. Redondo	335	8	6	39
Brenha/Montijos/Lezíria	492	-	13	10
Paço (S. Aleixo/Rib.Baj.)	595	-	8	7
Areira/Porto Longo	18	-	4	7
Paúl/F.Cova/Grou	722	1	5	4
Lavegadas/Matos	431	1	3	3
Casal Novo/Lage	277	1	5	2
Sismaria	595	2	3	3

Fonte: "Lista telefónica de Monte Redondo, Bajouca e Coimbra-1977"
(comp. por Manuel P. G. Ferreira)

No seu conjunto estes bens exercem uma determinada função de atração sobre as populações vizinhas a partir do núcleo central onde se localizam, ou seja o lugar de Monte Redondo e das suas vias de irradiação. Por este facto geram-se "relações de dependência recíproca" (CEP, 1974, 7) e de extensão variável tanto mais vasta quanto maior for

a "capacidade de oferta de bens e serviços do centro urbano principal" (op. cit.). Esta reflexão poderia levar-nos a analisar a distribuição dos diferentes bens centrais disponíveis na sede e nos diversos lugares da freguesia de Monte Redondo, com o intuito de apreciar a relação hierárquica e funcional existente entre eles. Tal relação anda associada às distâncias, às facilidades de circulação ou acessibilidades desses lugares entre si, bem como ao potencial demográfico dos referidos lugares expresso pelo número total de habitantes aí residentes.

Dadas as características do povoamento e ao traçado dos eixos de circulação, a capacidade de atração destes lugares não está naturalmente concentrado num único ponto do espaço geográfico, mas distribui-se ao longo dos principais eixos de circulação. No entanto a sua maior concentração dentro do 'perímetro urbano' do lugar sede da autarquia, reforça a importância deste como um centro nodal, isto é, "como um local onde as populações poderão encontrar um número elevado de oportunidades de escolha, de serviços, de mercadorias, de informações, de contactos, etc." (CEP, 1974, 11). Esta situação poderá ser realçada através da análise da distribuição espacial desses bens e serviços que seguem o alargamento progressivo dos perímetros urbanos dos lugares mais importantes da freguesia, com sacrifício das áreas rurais circundantes e em benefício dos cidadãos cujos domínios se situam dentro das áreas não prescritas para a construção.

A oferta das funções centrais aí localizadas beneficiou, inicialmente, da sua localização estratégica próxima das cidades de Leiria e da Figueira da Foz, na confluência das principais vias de comunicação: Estrada Nacional n.º 109 e sua ramificação E.N.109-9 em direção à Praia do Pedrógão, bem como com as estradas que daqui se dirigem em direção à Bajouca e ao Casal Novo, a Fonte Cova e às Lavegadas. Estas vias de circulação recobrem caminhos mais antigos conhecidos dos almocreves que percorriam os principais eixos de circulação: norte-sul, entre Leiria e Figueira da Foz e este-oeste, entre as terras do interior e o pinhal litoral.

Estas vias foram os eixos estruturantes de um tipo de povoamento comum às aldeias da Estremadura, em cujo padrão se integra Monte Redondo. Por estas razões a acessibilidade - traduzida na distância, na duração dos percursos e na facilidade de deslocação em relação entre os diversos centros (lugares) que fazem parte da rede de lugares centrais - é elevada, facilitando os contactos e a acessibilidade entre os seus habitantes. Estas condições têm sido melhoradas quer com a beneficiação das vias rodoviárias de circulação, quer com a construção de novas infraestruturas como seja o caso da A.17, que permite acessos mais fáceis a centros urbanos mais distantes. Na atualidade o plano de sustentabilidade dos transportes ferroviários tem vindo a encarar de

forma distinta o trânsito de passageiros na linha do Oeste e a centralidade ferroviária da estação local, funcionando como mero apeadeiro.

Não obstante esta situação, a linha do Oeste desempenhou a sua função como facilitadora do movimento de exportação das mercadorias locais, em particular os produtos florestais, como de transporte do Correio e dos passageiros nas suas deslocações diárias, sobretudo para a cidade de Leiria. A esta se deve, também, por meados do século passado, o desenvolvimento do veraneio na Praia do Pedrógão pelo transporte de passageiros que era assegurado nas ligações rodoviárias entre esta localidade e a estação ferroviária de Monte Redondo. Na atualidade, o alargamento das áreas construídas têm vindo a permitir a fixação de novos serviços pessoais, administrativos, de saúde e empresariais na Vila, reforçando a centralidade perdida pelo acréscimo das acessibilidades permitidas pela construção dos novos eixos de circulação e maior mobilidade humana.



Centro Social Nossa Senhora da Piedade

O “Centro Social Nossa Senhora da Piedade” responde às solicitações sociais e do envelhecimento da população registadas na paróquia de Monte Redondo e às mudanças que conduziram à emancipação crescente da mulher, à sua inserção no mercado de trabalho, à redução dos núcleos familiares e da prole tornando assim necessário um apoio mais humano aos idosos. Resulta da resposta social das comunidades cristãs aos problemas sociais dos fregueses e à solução que a Paróquia¹⁷ encontrou através da utilização, inicial, da residência paroquial para acolher, em Centro de Dia, a população idosa mais carenciada. As diligências feitas pelo pároco levaram à construção deste centro de acolhimento de idosos, com as valências de Centro de Dia, de Lar e de Apoio Domiciliário.

De acordo com o site respetivo¹⁸ “O Centro Social de Monte Redondo, ativo no serviço à comunidade desde 1995, deve o seu nome à padroeira da freguesia e paróquia, Nossa Senhora da Piedade.

17 Através do Pároco: Pe. Joaquim Jesus João, impulsionador deste Centro.

18 In: <http://centrosrapiedademredondo.blogspot.pt/2013/04/monte-redondo-antigo-e-feira-dos29.html>, em 25JUN13

Atualmente a exercer funções nas novas instalações (...), situadas no centro da vila de Monte Redondo (...), junto à Igreja Matriz. As antigas instalações funcionavam na Casa paroquial (1995) somente com as valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Mais tarde, por uma questão de necessidade de ajustamento à população (...)", foram inauguradas as novas instalações, em 2006, com capacidade inicial para 30 idosos em centro de dia, 40 em apoio domiciliário e 20 em Lar. O Centro tem o estatuto de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) e "atua na Paróquia de Monte Redondo e limítrofes, servindo Idosos e famílias, no âmbito de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lar, proporcionando serviços de Higiene Pessoal, Habitacional, Tratamento de Roupas, Alimentação, Residencial, Saúde, Apoio psicomotor, Apoio Social, Apoio espiritual e outros."

A sua intervenção nestes domínios tem sido reconhecida pelos habitantes e famílias residentes facto que permitiu o pagamento das obras com o contributo de vários paroquianos, muitos dos quais anónimos, e à realização de diversas iniciativas destinadas angariar fundos para esta obra social. Para isso têm sido realizadas atividades várias para angariação de meios necessários à sua manutenção. Tal esforço este que não esconde a urgência de outros empreendimentos públicos que garantam a qualidade de vida e assistência social à população sénior, cada vez mais numerosa nesta freguesia como em todo o país e na nossa sociedade.



Clima

Pela sua posição na orla litoral ocidental, aberta às influências diretas do Atlântico, a freguesia de Monte Redondo está situada numa zona de transição do clima a qual, no dizer de F. Martins (1949, 9) as "características atlânticas se atenuam enquanto que as afinidades mediterrânicas se acentuam (...)" sendo estas "o fator explicativo das nuances observadas na paisagem". As próprias culturas dominantes nesta área são um reflexo da conjugação dos fatores climáticos, pedológicos, hídricos e ambientais. Daí que o arroteamento das terras de Monte Redondo e do seu termo não tenha sido tarefa fácil em virtude não só da natureza arenosa do solo, mas também dado o caráter maninho e inculto de grande parte da sua extensão. Disso se dá conta na origem dos topónimos locais que fazem luz sobre a origem inóspita de

certos lugares e sobre a luta travada pelos primeiros colonos contra a natureza hostil dos terrenos que tiveram de desbravar.

No entanto percorrendo este território é fácil encontrar vales ricos em água e solos dotados de grande fertilidade que assinalam uma atividade agrícola fecunda e a sua importância na subsistência dos moradores. E a procura da sua individualidade torna-se difícil de se basear em critérios relacionados exclusivamente com os traços físicos do território devido à sua posição geográfica, na transição entre a Beira Litoral e a Alta Estremadura. Tal facto levou Martins (1949, 5) a afirmar: "é justamente porque as características geológicas, hipsométricas e morfológicas não referem nem explicam esta progressiva diferenciação, que invocamos o clima como fator desta transição que se revela e se acentua através da mudança insensível da vegetação espontânea e cultivada".

Entendimento semelhante tem Santa-Rita (1982, 44), que considera ser igualmente o clima o fator determinante desta diferenciação. Por isso escreve: "Na Estremadura, a proximidade do mar reduz o período de seca, que anda à volta de três meses e mantém durante todo o ano elevada humidade relativa." A seguir diz ainda:

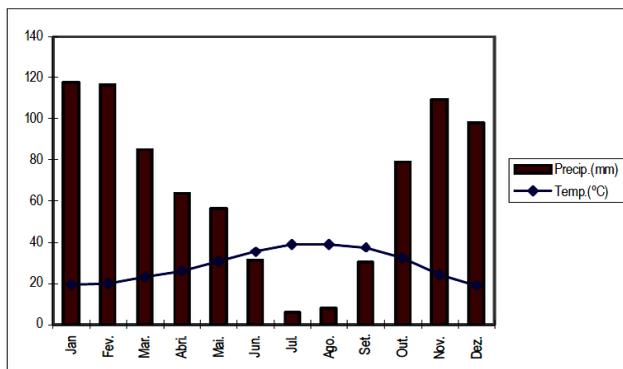
"A vegetação constitui um sinal evidente da transição para nordeste: 38% das espécies vegetais são oriundas da Europa central e ocidental e 42% pertencem à flora mediterrânica. A zona do milho começa a bem dizer aqui: no verão, o verde dos milheirais e hortejos contrasta com os restolhos amarelados dos cereais de pragana e acentua, de Leiria para norte, um traço geográfico importante". Mais adiante acrescenta este autor (op. cit., 93):

"A doçura do ar marítimo, a clara luminosidade do Atlântico, a regularidade dos elementos de clima, com Invernos menos rigorosos, verões mais frescos, Outonos mais suaves que no interior, as zonas planas ou levemente onduladas, o aumento da pluviosidade (principalmente no Noroeste) em relação à verificada nas zonas interiores de baixa ou média altitude, e a circulação atmosférica em que, durante o verão, os ventos marítimos convergem sobre a costa, por efeito da depressão de origem térmica do interior da península, tudo isso confere à orla litoral características muito especiais".

Precisando, assinalamos que o clima desta área é do tipo temperado marítimo, sendo que as temperaturas médias extremas registadas em janeiro na estação climatológica da Marinha Grande (ou já num período recente, em Monte Real), andam próximo dos 10°C (período de 1931-1960), e em julho, próximo dos 20°C. Quanto às precipitações, fazendo fé nos dados recolhidos no posto udométrico de Leiria (período de 1932-60), superam os 950mm/anuais, sendo repartidas ao longo do ano

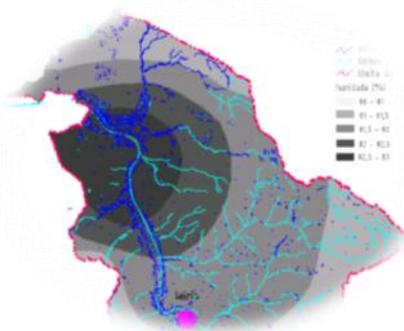
mas com maior incidência nos finais do outono e no inverno. De acordo com as mesmas fontes (Serviço Meteorológico Nacional, 1970, fasc.13), a humidade relativa anda próximo dos 80%. Por sua vez o regime dos ventos é predominantemente de Noroeste, eventualmente também de Oeste e do Norte, como sucede em todo o litoral português. Já os ventos mais chuvosos sopram geralmente de Sudoeste e do Sul.

Figura 2 - Variação anual da precipitação e temperaturas médias entre 1960 e 1970, na estação de Monte Real.



Estes confirmam uma antiga descrição de Oliveira Martins (in: Nemésio, 1978, 23) relativa a esta área: "O litoral do centro entre o Mondego e o Tejo é a parte mais benigna do País. Aí o ar temperado pelas brisas marítimas mantém um grau de humidade (68 a 85%), e as chuvas, regulares sem serem copiosas (700 a 800 mm anuais, e 20 a 30 no estio) (...) fertilizam os terrenos sem os tornar gordos como os do Norte. Nem o calor (15° a 16°) tisa de verão as vegetações, nem o frio do inverno as atrofia. Por tudo isto, a população abunda..."

Figura 3 - Isolinhas de humidade (Parcial)



In: PDMLeiria.I, 2010, 71

As características climáticas ajudam a compreender a importância da policultura intensiva e o povoamento de tipo disperso constituído por

diversos lugares como é comum nas áreas de maior densidade e antiguidade de ocupação humana. Integrando-se neste tipo de paisagem, encontramos vestígios da antiga casa rural construída em adobe (Moutinho, 1979, 91) e seguindo uma planta retangular, com o seu pátio interior para recolha das alfaias agrícolas e animais e caiada de branco, cujos traços a aproximam da antiga casa do sul.

Já o acesso à figura relacionada com o traçado das “isolinhas de humidade” ou seja das linhas que unem os pontos com o mesmo grau de humidade no concelho de Leiria, em forma de arco na parte média e terminal da bacia do Lis, realça a topografia dominante do terreno com a prevalência de terrenos a fraca altitude, inferior em regra a uma dezena de metros, e por isso largamente aberta à influência marinha. A disposição das “isolinhas” concêntrica em seu redor, acompanha a topografia do terreno onde o leito de cheia do rio Lis se encaixou, cercado de pequenas superfícies tendencialmente aplanadas e sujeitas à erosão progressiva do entalhe das linhas de água que drenam para a bacia do Lis.

Neste traçado a freguesia de Monte Redondo regista o esbatimento gradual da humidade com o afastamento desta bacia hidrográfica, reduzindo-se o teor de água no ar atmosférico nas áreas de charneca e de maior vegetação que a cercam. Note-se que apesar da extensão do vale do “rio de fora”, o seu alinhamento paralelo à costa não interfere no seu traçado, facto justificável pela presença dos alinhamentos dunares que se estendem ao longo da costa atlântica acompanhando-a, por via do regime de ventos dominantes, ao longo da sua extensão.



Clube de Caça e Pesca

O “Clube de Caça e Pesca”, foi criado em 18 de fevereiro de 2004, tendo como principal incumbência a gestão de zonas de caça de interesse nacional ou municipal; finalidades recreativas e formativas dos caçadores contribuindo para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça; promover ou apoiar cursos de formação ou reciclagem sobre gestão de zonas de caça; procurar harmonizar os interesses dos caçadores com os proprietários¹⁹.

19 In: [http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=Clube de Caça e Pesca](http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=Clube%20de%20Caça%20e%20Pesca), em 10NOV11

Está sediado na Rua da Junqueira, na parte construída das instalações das Salinas.

Esta localização abre algumas perspectivas no processo de recuperação deste património geográfico, que tendo sido doado ao Município Leiriense pelo antigo proprietário, Manuel Pedrosa Rolo, não parece ter merecido a atenção possível que lhe tenha permitido manter a memória desta antiga actividade salineira. Tão pouco merece a consideração de integrar as redes nacionais, entretanto construídas, que pugnam pela valorização da antiga actividade salineira com origem no sal-gema ou de origem marítima, de que podia constituir um exemplo digno do património geográfico local. Mais do que uma referência ao seu passado é importante que os seus beneficiários e a população local tomem consciência da riqueza que este local encerra em termos geográficos, culturais e ambientais, como exemplar de um património natural que associa manifestações de origem eruptiva a formações sedimentares distintas na sua evolução, idade e detalhes estruturais.



Coimbrão



Heráldica da Freguesia do Coimbrão

A freguesia de Coimbrão situa-se na parte terminal da plataforma de abrasão marinha que desce gradualmente de oriente para ocidente e que foi formada no decurso da Era Ceno-Antropozoica, quando se consolidaram os demais terraços marinhos que identificam este território. A cota dominante anda próximo das duas dezenas de metros de altitude, variando em função da erosão fluvial e da ação de deposição das areias de duna que cobrem a parte mais ocidental desta unidade.

Esta freguesia fez parte do território da primitiva paróquia-freguesia de Monte Redondo (constituída em 1589) que nessa data abrangia toda a parte setentrional do Concelho de Leiria, anteriormente integrado na paróquia-freguesia do Souto da Carpalhosa. Trata-se de uma área dominada por areias que povoadores locais e outros deslocados foram conseguindo enriquecer à custa da manta-morta e de fertilizantes de origem animal e desenvolver culturas de cereais, nos pequenos casais situados na periferia do “Pinhal do Rei” ou “Pinhal de Leiria”, muito deles em terras de charneca. Tomando como referência Vasconcelos (1980.II, 258) e um excerto de uma Carta de D. Duarte, esta unidade religiosa e administrativa, como muitas outras do Reino, deve-se à ação dos primeiros “edificadores”, os quais “huns edificavão pelo género da terra ser tal, que podiam hi viver e lavrar e criar, e outros por ajuntarem e carregarem em eles seus averes e mercadorias, e outros por razão das pescarias, e alguns por todo”.

A toponímia local acompanha o arroteamento destas terras e a formação de pequenos casais que surgiram como núcleos de povoamento e agregados pela nova paróquia. Assim o regista Castro (1991, 324) que transcrevendo os dados do “Numeramento de 1527”, refere a “Aldea da Ervedeira e casal Coibrão, 7 vizinhos”. Uma população pouco numerosa mas que indicia a existência de um centro talvez mais antigo ligado à faina piscatória ou mesmo à atividade comercial e portuária como paira na memória local dando como certa a existência de um antigo porto de mar próximo da Ervedeira. Recorde-se que a evolução da costa marinha e a dinâmica litoral que conduziu à formação do cordão dunar litoral pode justificar a decadência desta aldeia e a perda de influência face ao casal Coimbrão, identificado pelo seu padroeiro, São Miguel das Areias do Coimbrão.

Este lugar tornou-se centro de maior acessibilidade perante as fontes de riqueza geradas pelos campos do Lis e os caminhos de atravessamento vindos da foz do mesmo rio, ou já do lugar pesqueiro de Pedrógão e que seguiam em direção a outros casais e mercados sediados mais para o interior. De acordo com o site da Junta de Freguesia²⁰ a atividade da pesca terá sido desenvolvida a partir de 1835, data em que:

“dois lavradores abastados do Coimbrão, decidiram montar uma campanha (grupo de pescadores) num extenso areal, iniciando a exploração industrial da sardinha. Não havia casas, nem ruas, nada! Só pedras e dunas. Para movimentar o barco, procuraram 40 homens nas Praias mais a Norte. Esses pescadores fixaram-se e fizeram as suas

20 In: <http://www.jfcoimbrao.pt/>, em 5SET13

barracas de madeira muito rudimentares. Foram estes os primeiros habitantes do Pedrogão. Era uma gente pobre, um estatuto que poucas alterações sofreu ao longo de muitos anos. Os pescadores utilizavam uma das artes mais antigas de que se tem conhecimento, a xávega, com esbeltos barcos em forma de meia-lua, estas embarcações eram a remos. Com o passar do tempo as campanhas sucediam-se, e no início do século, aquela praia passou a ser uma das maiores abastecedoras de peixe da região (...).”

Com o tempo a expansão do turismo balnear está na origem da construção do centro de veraneio. Por sua vez a centralidade da sede de freguesia face às povoações mais próximas foi designada por Coimbrões (Vasconcelos, 1942.III, 326), habitado por moradores oriundos dos campos de Coimbra (?), para aqui deslocados para povoarem estas terras ou tão-somente dependentes do poder religioso da Universidade de Coimbra. A este propósito regista o site da Junta de freguesia²¹ que:

“O historiador Dr. Luciano Justo Ramos, relativamente à origem do topónimo afirmou que "O coimbrão tirou o seu nome de um antigo casal, cuja Jurisdição, pertenceu, no passado remoto, à Sé de Coimbra e também ao Mosteiro de Santa Cruz, daquela cidade. É mesmo de concluir que, da dependência para com tal Sé ou Mosteiro, provenha o topónimo Coimbrão. Recorde-se, por exemplo, que o caminho para Coimbra tem, no foral de Leiria, de 1510, o nome de caminho Coimbrão". Justifica ainda (loc. cit.) a pertença deste território à Casa do Infantado, “cujos rendimentos se destinavam aos filhos reais não príncipes.

Ao fundo da povoação, junto ao campo, encontra-se um marco do Infantado, escurecido pelos séculos e algumas vezes banhado pelas cheias, continua a manter a sua serenidade. Este pequeno marco quase esquecido, terá assinalado os limites de tal senhorio, contando mais de 300 anos. Desfeita a Casa do Infantado, no século XIX, este conservou-se até aos nossos dias.” Registe-se, contudo, que à sua medida o território do Coimbrão e os lugares que hoje fazem parte da freguesia e paróquia juntaram as lides ligadas ao aproveitamento do solo, à exploração do pinhal e ao arar das águas marinhas com o incentivo que alguns dos moradores da Ervidera e de outros lugares, deram ao incremento da pesca do arrasto e à formação de companhas na Praia do Pedrógão.

A criação da nova freguesia do Coimbrão, em 1636, promovida pelo bispo de Leiria, D. Pedro Barbosa que "desmembrou da freguesia de

21 In: <http://www.jfcoimbrao.pt/>, em 5SET13

Monte Redondo, os Coimbrões, e levantou freguesia, da invocação de S. Miguel, por ahi estar uma ermida da mesma invocação" (O Couseiro, 1868, 210), comprova o interesse da criação de novas paróquias pelo Bispado de Leiria bem como a construção de novas Igrejas, focos do povoamento local. Ora, sendo a responsabilidade da apresentação de cura da responsabilidade do prelado, com ele eram compartilhados as obrigações dos fregueses que ficavam igualmente responsabilizados pelas ofertas para o sustento do cura e para a fábrica da igreja. Com a fundação desta nova freguesia deslocou-se para o lado do mar um novo pólo geográfico do crescimento do concelho de Leiria e da sua população. Assim o regista "O Couseiro" (loc. cit.): "N'este logar da Ervideira está uma lagoa que nunca secca; é grande, e no inverno innunda muito; cria ruivacos: está o mar d'ahi meia légua". Referências antigas a este lugar, do início do século XVIII, dão ainda como fazendo parte de Monte Redondo o lugar da "Ervideira" ou "Herveadeira" situação que deve ter sido corrigida em séculos seguintes.

Beneficiou esta paróquia de S. Miguel do Coimbrão da iniciativa dos seus moradores e do crescimento da atividade florestal do Pinhal do Rei. Regista o referido documento (loc. cit.): "N'esta freguesia está o pinhal do concelho, de que é administradora a câmara d'esta cidade; é de boa madeira e rende bem ao concelho". Estas propriedades vieram a permitir o desenvolvimento da indústria e comércio de madeira por parte de muitos dos seus residentes, que por estas razões se deslocaram para a capital. A industria de serração de madeiras evoca esse passado sendo que os solos de areia que cobrem a povoação e os seus lugares próximos denotam uma luta insistente do homem contra os baldios e os solos de areias marítimas e dunares que cobrem a maior parte da freguesia, coberta de vegetação específica dos terrenos desta origem.

A população actual tende a manter a sua herança rural e a diversificar as atividades económicas ligadas aos serviços que animam o lugar central do Coimbrão e os casais vizinhos. Os indicadores da população relativos a 2011 nos lugares da freguesia incluem o centro de veraneio - e outrora centro piscatório - da Praia do Pedrógão e a lagoa da Ervideira, pólo de atração na Mata do Urso, marcado pela sua vegetação natural. Por isso a animação do lugar deve-se não só aos seus residentes mas também aos veraneantes que circulam pelas vias da Rota do Pinhal, da Praia e da Lagoa, traçadas pelas antigas estradas florestais que cobrem esta reserva florestal. Entre os residentes sobressaem os antigos moradores que prosperaram nas suas atividades económicas, profissionais e culturais. As origens desta terra estão plasmadas no brasão da freguesia (loc. cit.):

"Escudo de azul, uma folha de serra, de prata, posta em barra, acompanhada em chefe de uma pinha com suas agulhas, de ouro e, em

ponta, de um barco do Pedrogão, de prata, realçado de vermelho, voltado e vogado sobre um mar ondeado de prata e verde. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: "Coimbrão-Leiria".

Terra com uma larga memória popular e consciência cívica, transcrevemos quadras dedicadas ao melro da Ti Albana, talvez a senhora mais cantada da região:

“O melro da Ti Albana,
Tem um cantar que consola,
Quem me dera ‘star com ele,
Dentro da mesma gaiola.
O melro da Ti Albana,
Não tem penas nem pescoço,
Quando apanha fruta boa,
Até lhe rói o caroço. (...)
O melro da Ti Albana,
É negro, da cor do pixe,
Quem lhe for mexer no ninho
Vai p’ro forte de Peniche.
O melro da Ti Albana,
Já não come há sete dias,
Quem não lhe der de comer,
Vai p’ro forte de Caxias. (...)
O melro da tia Albana
É a alegria da gente,
Nem canta nem assobia,
Coitadinho ‘stá doente”.

A situação demográfica deste lugar, depois das vagas de emigração e da desindustrialização de alguns lugares próximos do município da Marinha Grande, traduz as perdas da população e o acréscimo das estruturas familiares e respetivos fogos e alojamentos. Disso nos dá conta a população recenseada na freguesia, de 1735 habitantes em 2011 e no respetivo lugar, 788 moradores.



Coletividades e associações

A evolução da freguesia e do lugar de Monte Redondo por via do crescimento das suas atividades, da fixação de novos habitantes e da mudança social registada ao longo do tempo, foi acompanhada de um

conjunto de iniciativas de carácter associativo relacionadas com a música, o desporto, o folclore e o teatro. Algumas delas extinguiram-se-se com o tempo; outras perduram ou foram criadas em data mais recente. Na atualidade as associações de natureza cultural, desportiva e recreativa, sediadas na sede da freguesia e em alguns dos seus lugares dão continuidade, de forma estruturada, ao movimento gregário dos moradores contribuindo assim para reforçar os laços de coesão social entre cidadãos.

No âmbito das coletividades há dois tipos de associações: as que estão ligadas, na sua origem, à Paróquia e as que resultaram da agregação de cidadãos na defesa de um projeto comum de natureza musical, artística, recreativa ou desportiva. Ao nível da Paróquia destaca-se a ação de diversos movimentos religiosos e Irmandades, que além das atividades de carácter apostólico desempenham uma ação social. Deixando para outro local a apreciação das associações de carácter religioso destacamos apenas as de maior pendor social e de desenvolvimento humano: a Conferência de S. Vicente de Paulo e o Agrupamento 1054 – Monte Redondo do C. N. E. Sobre a primeira, o site da J. F. de Monte Redondo, regista:

“Fundada em abril de 1833, por um grupo de sete jovens da Universidade de Sorbonne, em Paris, existe em Monte Redondo há mais de 60 anos. É uma organização católica de leigos que auxiliam os mais pobres, através do contacto pessoal e direto e da visita domiciliar, com o intuito de aliviar as dificuldades materiais e morais, e descobrir e solucionar as suas causas. Na nossa paróquia, conta atualmente com 4 membros na direção e representantes da maioria dos lugares e auxilia cerca de 40 famílias com roupa, alimentos, medicamentos e habitação. Beneficia para isso das ajudas da população, nomeadamente através dos peditórios do 2º Domingo de cada mês.”

Ligada também à Igreja, uma outra associação juvenil tem vindo a afirmar-se como promotora da ocupação das atividades para a população estudante, atenta às questões ambientais e de solidariedade social, tal como foram postas em prática por Robert Baden-Powell. Trata-se do Agrupamento 1054 – Monte Redondo, do Corpo Nacional de Escutas. No site da J. F. Monte Redondo, lê-se o seguinte:

“Foi no final dos anos 80 que, pela primeira vez, se começou a arquitetar o projeto para a criação de um agrupamento do movimento de escuteiros católicos na paróquia de Monte Redondo: um movimento saudável, com um método de educação moral, intelectual e física, para jovens, baseado na prática da vida ao ar livre, no robustecimento do carácter, e pelo qual cada um dos seus membros aprende a arte de viver em comunidade e adquire um espírito de fraternidade. O Agrupamento

1054 está hoje presente na vida da comunidade, quer em atividades de serviço comunitário, quer nas mais diversas atividades da paróquia/freguesia, contando já com cerca de 80 elementos no ativo.”

Num passado recente as associações e os grupos juvenis da paróquia apoiaram diversas ações recreativas ligadas ao teatro e à utilização do Salão Paroquial, infraestrutura de apoio à atividade da paróquia, mandado edificar no tempo do Pároco Manuel do Carmo Góis. Aí tinham lugar, com certa regularidade, as sessões de cinema, os espetáculos do tipo de “Serões para os Trabalhadores”, levados a cabo pela Emissora Nacional fora de Lisboa. Complementarmente realizavam-se ainda atividades ligadas à formação da juventude, promovidas essencialmente pela Juventude Agrária Católica (Masculina e Feminina) e em récitas abertas a toda a população que tiveram particular incidência na transição da primeira para a segunda metade de Novecentos.

No início da década de sessenta estes espetáculos deram lugar às atividades teatrais promovidas pelo “Agrupamento Artístico Académico”, movimento constituído essencialmente por estudantes, mas contando com a participação de outros residentes e particularmente dos que tinham prosseguido estudos secundários, técnicos ou já universitários e que durante alguns anos asseguraram as récitas de teatro no Salão Paroquial ou mesmo em deslocações fora da freguesia. A partir dos anos noventa um outro movimento juvenil de cultura: “Ousar”, associação juvenil, desenvolveu diversas atividades ligadas ao teatro, música, informação jornalística e outra. Outros empreendimentos mais antigos assinalam a vida comunitária local, dos quais se referem os “Galitos”, agrupamento de Jazz bem conhecido na região nos meados do século passado e cuja memória perdura junto de alguns moradores desta freguesia. A nível da freguesia destaca-se ainda a mais antiga agremiação recreativa, a “Filarmónica de N.ª Sr.ª da Piedade” (actual Sociedade Filarmónica N.ª Sr.ª da Piedade), fundada em 1872. Contamos ainda com outras associações que através de realizações de índole variada vão contribuindo para o fortalecimento dos laços culturais, recreativos e de solidariedade que unem as respetivas comunidades. Destacam-se²²:

➤ Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Cooperativa da Sismaria (Sismaria), criada em 1986;

➤ Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Cooperativa “Os Moleiros” (Fonte Cova), criada em 2007;

22 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, 7SET11

- Associação de Defesa do Património Cultural de Monte Redondo, sediada no Museu do Casal de Monte Redondo, fundada em 1981;
- Associação Ecológica “Os Defensores” (Monte Redondo), fundada no início dos anos noventa;
- Associação Recreativa, Cultural e Desportiva do Grou – ARCUDE, fundada em 1977 e com a sua sede na Guia;
- Associação “Tuning Brothers” (Lezíria), criada em 2001 e que aglutina os interessados nas alterações de veículos motorizados de 2 e de 4 rodas;
- Clube de Caça e Pesca de Monte Redondo (Junqueira), criada nos anos noventa;
- Grupo Cultural e Desportivo “Os Magníficos” (Matos), criado nos anos oitenta;
- Grupo Desportivo e Recreativo do Casal Novo, criada também nos anos oitenta;
- Bombeiros Voluntários de Monte Redondo (ligada à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Leiria);
- Motor Clube (Monte Redondo), fundado em 1974;
- Rancho Folclórico “Rosas da Alegria” (Sismaria), fundado em 1968;
- United Paintball Team (Monte Redondo), fundado em 2004.

Estas associações foram surgindo à medida que se operaram outras mudanças na sociedade local relacionadas com a participação cívica dos cidadãos, revelando traços da comunidade residente e de grupos de cidadãos, artistas, desportistas e outros que em redor das suas coletividades animam a vida cultural e social desta freguesia e paróquia. De acordo com Baud, Bourgeat, Bras (1997, 365), “uma sociedade é uma coletividade que ocupa um determinado território, dirigido por instituições próprias e no seio das quais se expressam formas de solidariedade, laços de cooperação e de troca e laços culturais”. Assim são as associações e as coletividades que diretamente ou através das suas iniciativas, reforçam os laços de identidade de uma comunidade alargada.



Colégio Doutor Luís Pereira da Costa

O Colégio Doutor Luís Pereira da Costa foi fundado em 1993 e representa uma antiga aspiração da população de Monte Redondo para a criação de ensino básico e secundário na sede da freguesia.²³ Projetos desenvolvidos pela C. M. Leiria não permitiram que este nível público de ensino tivesse representatividade em Monte Redondo. Por iniciativa do grupo “GPS Educação e Formação” e beneficiando da cooperação da Fundação Bissaia Barreto, construiu em terreno outrora pertencente ao Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa este Colégio sito na sede da freguesia.

De acordo com uma reportagem publicada no “Notícias de Monte Redondo”²⁴: “Este estabelecimento de ensino insere-se no conjunto de Unidades Escolares que constitui o grupo GPS Educação e Formação. Está localizado em Monte Redondo, vila do norte do Concelho de Leiria, a cerca de 7 km da orla marítima. Serve uma área pedagógica constituída pelas freguesias de Coimbrão (1930 habitantes), Monte Redondo (4335 habitantes) e Bajouca (2015 habitantes). O colégio é a única escola da sua área pedagógica a lecionar 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais).

No sentido de desenvolver projetos e proporcionar a igualdade de oportunidades, o Colégio tem vindo a desenvolver um conjunto de parcerias de âmbito distrital, nomeadamente com o Instituto Politécnico de Leiria, o Jornal de Leiria e com as empresas Roca e Teleleiria. Ao longo dos últimos anos o Colégio tem realizado diversos protocolos com as empresas da freguesia, nomeadamente no âmbito da formação em contexto de trabalho dos Cursos de Educação e Formação e dos Cursos Profissionais.

O Ensino Secundário constitui uma das áreas (...) do Colégio Dr. Luís Pereira da Costa. Na sua dupla vertente, prosseguimento de estudos (científico-humanísticos) e ensino profissional (cursos nas áreas da eletrónica, automação, informática, gestão e apoio à infância). Este ensino possui um corpo docente forte, altamente especializado e

23 Durante a década de setenta, esta freguesia foi servida por uma rede de Postos da Telescola, o que permitiu o acréscimo dos níveis de escolarização dos jovens que frequentaram o ensino obrigatório.

24 Texto inserido numa reportagem sobre este estabelecimento de ensino, de autoria da docente, Dra. Ana Carla Gomes, publicado no jornal: “Notícias de Monte Redondo”, em setembro de 2010

In: <http://www.jfmonteredondo.pt/pdf/setembro.bmp>, em 13NOV11

competitivo. Esta “situação” está consubstanciada nos resultados dos exames nacionais, na taxa de ingresso no ensino superior em licenciaturas de referência e na elevada taxa de empregabilidade. A biblioteca escolar e as suas atividades são, também, uma área (...) reconhecida com a sua entrada na Rede de Bibliotecas Escolares.

A cultura da inclusão representa, também, uma área de excelência onde o colégio se destaca. Alunos com deficiência, de diferentes etnias ou nacionalidades, com problemas de inserção, económicos ou outros, são acolhidos sem qualquer tipo de discriminação e com enquadramento adequado à sua situação. No presente ano letivo, a escola recebe 30 jovens de São Tomé e Príncipe, que irão frequentar um curso de ensino profissional durante três anos, para depois regressarem ao seu país de origem. Estes jovens irão fazer parte da comunidade de Monte Redondo.

O Projeto Eco-Escolas constitui um porto forte reconhecido pela atribuição ao colégio da “Bandeira Verde Eco-Escolas”. A participação do colégio neste projeto segue uma metodologia inspirada na Agenda 21 que de forma simplificada se enuncia em 7 passos: conselho ecoescolas; auditoria ambiental; plano de ação; monitorização/avaliação; trabalho curricular; divulgação à comunidade; ecocódigo. O Colégio também dinamiza um conjunto de Academias e Projetos (Clube Europeu, Projeto Artéfixe, Projeto de Português, Projeto de Matemática, entre outros) que permitem aos alunos ocupar o seu tempo de forma lúdica e pedagógica. A Festa de Natal e a Gala de Finalistas constituem dois eventos (...) que envolvem a participação de alunos, pais e encarregados de educação e colaboradores do colégio.”

Os aspetos acima referidos permitem compreender a importância de um estabelecimento desta natureza na vida quotidiana da Vila e os seus reflexos sobre a formação da população jovem que frequenta este estabelecimento de ensino. Recorde-se que à acessibilidade física, condicionadora da frequência escolar, a acessibilidade económica – decorrente dos níveis de rendimento das famílias - constitui outro entrave ao processo de democratização do ensino. Dada a situação presente de maior oferta de ensino e a área alargada de recrutamento dos alunos, sobretudo nas freguesias vizinhas de Coimbrão e Bajouca, o aumento da esperança de vida escolar constitui um fator de reforço da mobilidade social dos mais jovens e uma abertura ao prosseguimento de estudos a nível superior com as vantagens que tal acarreta para o desenvolvimento local e regional.



Comércio e serviços

O comércio surge como uma das atividades mais antigas da humanidade e que se implantou localmente como forma de satisfazer as necessidades da população residente e dos habitantes de lugares vizinhos que tinham obrigação de se deslocar à sede da freguesia para tratar de assuntos de natureza religiosa e civil, no Cartório da paróquia, na Junta e na Regedoria da freguesia. Com a eletrificação do lugar e a instalação da rede telefónica, a sede foi munida de posto de receção de correio e de telefone público, inicialmente instalado em estabelecimento comercial até à sua instalação, na rua da Estação e depois em edifício próprio, no centro da freguesia.

Acresce a esta situação o facto da ocorrência semanal, duas vezes por semana ou só ao Domingo, do mercado agrícola que facultava a venda de produtos que alimentavam as atividades de subsistência de alguns moradores da freguesia ou dos lugares mais próximos. Também a realização da Feira do 29, local de encontro da população das aldeias vizinhas, permitia o acesso de uma clientela mais numerosa à sede da freguesia e contribuía para alimentar um comércio que se foi implantando na sede do lugar e noutros lugares. O próprio desenvolvimento das atividades industriais, com a indústria de serração de madeiras e a exploração das pedreiras de Monte Redondo, trouxe novos habitantes que animavam com o salário semanal os circuitos económicos locais.

Estes fatores, aliados à acessibilidade da sede aos transportes rodoviários (Estrada Nacional nº 109, de Leiria à Figueira da Foz) e ao transporte ferroviário (Linha do Oeste), bem como as ligações através de carreiras de transporte público com a Praia do Pedrógão (e mais tarde a outras localidades), traziam durante o verão passageiros à sede que beneficiava, por esta via, da sua passagem e consumo. Estas referências servem para enquadrar o interesse de estudos recentes sobre a importância do comércio na vida das povoações, sobre a mobilidade dos consumidores e sobre a área de atração e de influência dos mercados, contribuindo por esta via para o crescimento de lugares ou centros de comércio e de serviços de maiores dimensões, designados por lugares centrais. Estes são locais que dispõem de um conjunto de bens e de serviços, que designamos por funções centrais (f.c.). Tais funções ocorrem na sede da freguesia e servem a população do lugar ou dos lugares mais próximos que decidem, em condições de fácil acessibilidade, abastecer-se ou consumir os bens facultados na sede da freguesia ou em outras povoações.

Note-se que há serviços como os Correios, a Farmácia, Consultório médico, a sede da Junta de freguesia e outros, que dada a sua especialização estão representados em unidades singulares, e outros, como as mercearias, os cafés, ou mesmo as padarias, podem estar representados por várias unidades funcionais da mesma espécie. O levantamento destas unidades funcionais (u.f.) disponíveis no território merece a nossa atenção. Tomando como exemplo a “função central”, mercearia ou restaurante, podemos conhecer o número de estabelecimentos de cada uma destas categorias que nos dão o total de “unidades funcionais” de cada uma das funções anteriormente referidas. Estas funções distribuem-se de acordo com a dimensão relativa dos lugares e das suas condições de acessibilidade em relação aos lugares vizinhos.

Recorrendo a dois momentos diferentes, temos referência ao levantamento funcional efetuado em 1967 e ao cadastro das atividades económicas realizado no início dos anos noventa, por João Moital²⁵. Também o documento recente elaborado pela Junta de Freguesia quando do processo de elevação a Vila (2004) pode ser compulsado e completado em qualquer momento com outros levantamentos da mesma natureza. Embora seguindo critérios algo distintos a apreciação dessa distribuição corresponde aos dois períodos iniciais, diferenciados na vida e na evolução da povoação, permite-nos constatar:

➤ alargamento progressivo da superfície construída principalmente ao longo dos principais eixos de circulação interna e, sobretudo, na periferia deste lugar. Tal facto tem a ver com a titularidade e posse da terra na sede do lugar e à persistência de estruturas fundiárias mais antigas que determinaram o seu usufruto e propriedade;

➤ aumento progressivo do n.º de funções e de bens centrais, particularmente de serviços, que se estão a fixar na sede da freguesia. Tal facto decorre não só do acréscimo dos seus habitantes (e do aumento do seu potencial demográfico), mas também do reforço da centralidade por via da melhoria das condições de circulação.

O levantamento das atividades económicas elaborado por J. Moital na área do referido Museu (em 1991) dá-nos conta de 257 unidades de produção (agricultura, silvicultura, pecuária e indústrias), de comércio e de serviços, das quais: cerca de duas dezenas representavam o setor primário; 58 o setor secundário e 178, o setor terciário. Já a utilização das últimas versões da “Lista Telefónica” (1997)²⁶ - que contém os

25 Trabalho realizado no âmbito das atividades de investigação do “Museu do Casal de Monte Redondo”

26 Compilada por Manuel Pedrosa Gaspar

telefones da rede de Monte Redondo, Bajouca e Coimbra, bem como grande parte de anúncios de empresas sediadas nestes lugares -, regista uma nova relação dessas funções centrais existentes no lugar de Monte Redondo e nos lugares e constelações de lugares mais próximos. Por sua vez o levantamento de 2004 da J. F. M. R. (incluído no dossier apresentado à Assembleia da República para elevação a Vila), permite completar de forma minuciosa a sua distribuição global e por ramos, ou secções territoriais. O acréscimo dessas funções acompanha o crescimento dos habitantes e a necessidade de diferenciação das atividades e postos de trabalho, reclamados tanto pela geração jovem, como pelas gerações mais idosas.

Estes são os dados mais relevantes que contribuem para o crescimento e animação de um conjunto de lugares situados dentro ou na periferia do antigo casal de Monte Redondo e que conferem à sua sede um certo dinamismo e centralidade. Daí que, tendo em atenção as características demográficas, económicas, culturais e administrativas desempenhadas por esta povoação, o seu passado histórico, o desempenho funcional e o contributo na organização do espaço circundante, este centro ocupa uma posição de reforçada centralidade em relação aos territórios vizinhos. Para além do comércio fixo, também o comércio ambulante da feira dos 29 constitui uma das mostras das atividades comerciais que hoje continuam a animar esta povoação e a capacidade de atração sobre as populações vizinhas.

Tratando-se, embora, de uma modalidade que tende a ser condicionada pelas superfícies comerciais, os mercados e as feiras constituem uma reminiscência da dimensão e importância da deslocação dos feirantes e clientes em espaços ao ar livre. Embora com as reservas relacionadas com a dimensão dos lugares, também aqui se aplica a máxima de A. Girão (1941, 271), "Dando e recebendo, o centro urbano reflete em cada época as condições de vida da região". Assim acontece com a Vila e a sua constelação de lugares, nas suas relações diárias e ocasionais bem como em relação destes para com a cidade, local privilegiado de relação e satisfação de certas necessidades básicas da vida humana.



Construção social da Paróquia-Freguesia de Monte Redondo

A construção desta paróquia-freguesia, inicialmente conhecida por “Paróquia de N^a Sr^a da Piedade do Monte Redondo”, foi um processo lento que resultou da fixação e da ação de povoadores em terras de areia que se estendiam desde o vale do Lis até ao baixo Mondego. Com exceção dos terrenos junto às linhas de água, onde se acumulam os sedimentos férteis como em Fonte Cova, os demais tiveram de ser arroteados para afixação de novos moradores. Diz-nos Vasconcelos (1980.II, 271) que “a palavra latina casa, além do seu sentido de ‘cabana’, o qual muito se ampliou depois, recebeu o de fazenda, quinta e referiu-se-lhe adjetivamente ‘casalis’, isto é, ‘pertencente à casa’”.

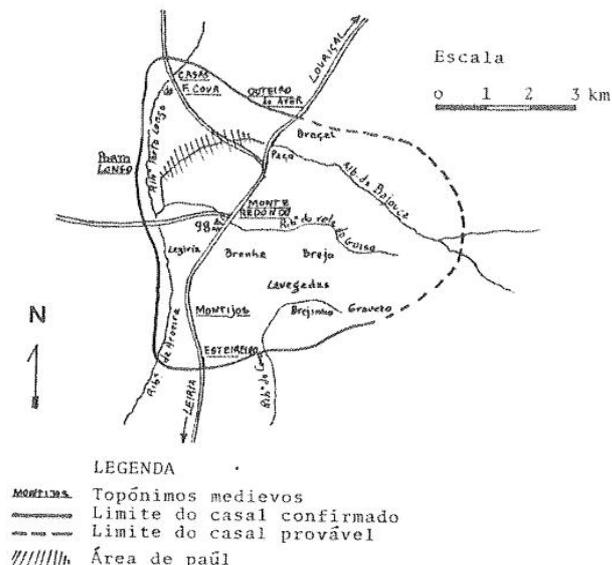
Na Estremadura Cistagana onde nos situamos, “em ter casa de habitação se diferencia ‘casal’ de ‘fazenda’ (...)” sendo que “tanto ‘casal’ como ‘fazenda’ são de pouca ou mediana extensão” (op. cit., 273). Prossegue o mesmo autor afirmando que, “desde o momento que se formaram vários casais pequenos, uns perto dos outros, criou-se uma povoação, e pode a palavra ‘casal’ generalizar-se no sentido de ‘lugar’, sem até ter sempre sido indispensável um terreno adjacente a cada casa” (loc. cit.).

Mais completa e atual é a justificação de Fernandes (1995, 156) que a respeito do povoamento, regista que “as povoações de nome Casal singular têm, naturalmente, a sua origem nos desmembramentos da gleba do casal por partilhas, alienações, etc., povoando-se cada parcelamento”. Este poderá sido a origem dos lugares que constituindo-se inicialmente como unidades agrárias, foram alargando a sua extensão a unidades vizinhas e deram origem a topónimos derivados. Outrora assim aconteceu com o casal de Monte Redondo e perdurou no lugar de Casal Novo.

Como noutras áreas do território, o casal de Monte Redondo foi-se consolidando a partir de um sítio central, a sede da Paróquia onde se situava a Igreja, próximo da qual residia o Cura e alguns fregueses. Não foi no entanto este o único casal que se constituiu na proximidade da ermida dedicada a N^a Senhora da Piedade. Recorrendo aos escritos de Cristino (1971), ficamos a saber que a doação datada de 2 de abril de 1283, feita por Pedro Anes de Portel e sua mulher, D. Constança, das “duas partes de bens móveis e de raiz que foram de Estevão Gomes”, doados ao Mosteiro de Alcobaça, correspondem a um conjunto de

propriedades que este antigo “Mordomo-Mor” de D. Afonso III deteve no Reino, em data próxima da realização das Cortes de Leiria de 1254.

Figura 4 - O Casal de Monte Redondo Sec. XIII a XV.



In: Gomes, 1986

De acordo com o anteriormente exposto o território primitivo do casal de Monte Redondo fez parte dos limites da nova paróquia-freguesia, quando da sua desanexação da paróquia do Souto da Carpalhosa e foi posteriormente retalhado para a constituição da paróquia-freguesia que se constituiu em torno da capela de S. Miguel das Areias, no Coimbrão. Durante os três séculos seguintes as relações de proximidade com os lugares interiores da paróquia, mais tarde incorporados na freguesia da Bajouca, acabaram por tecer laços de solidariedade comum, de uma consciência coletiva e identidade que perduram depois da separação administrativa desta última freguesia no início da passada década de setenta.

No início do lugar de Monte Redondo e do seu termo alargado, temos de referir Vasconcelos (II, 1980, 265), que a propósito da designação de aldeia, "no idioma arcaico 'aldeia'", indica a existência de "formas secundárias ou elementares, que estão entre si em relação sinonímica: sitio, casal, quinta, monte". A relação dos fogos elaborada ao tempo de D. João III, em 1527 refere-se, por exemplo, à "aldeia da Evedeira", à "aldeia" do Souto, ao casal Coimbrão, aos "casaes" da Marinha e de Sãta Maria de Leiria e da Cornegainha", aos "casaes" da Bajouca, da Lagea, da Carprialhosa, do Pinheiro ou tão só a

propriedades individuais, como o “moinho” de Lançarore Rodriguez ou o “moinho” d’Arrotea” (Castro, 1991, 324).

Estas notas podem justificar a designação tomada pelo casal ou monte na sua identificação com o único acidente do relevo local, o “monte rotundo”, o “monte arcado” ou tão só o monte do casal de Santa Maria (de Leiria?), possivelmente o mesmo que veio a ser apelidado de “N^a Sr^a da Piedade do monte redondo”. Pelo seu interesse apontamos os limites da doação feita por D. Afonso Henriques dos terrenos pertencentes ao castelo de Leiria, os quais acabam por delimitar uma área de administração feudal que se manteve quase inalterável na configuração dos limites do “concilium” leirenense. Referiam os termos dessa doação:

“(…) Aprove-me também a mim, rei Afonso, e firmemente resolvi dar limites ao castelo de Leiria, num circuito, a começar no mar, da parte ocidental (...). E da parte setentrional, cortando pelo rio de Litém como entra no Arunca, e daqui a Cortiçô e ao Sobreiro de Braamiro, e daí desce para ocidente e para o mar, pela lomba que está entre a estrada que vai do Louriçal pela Cornegã a Leiria e a outra estrada que vai à Cornagainhas, e daui como vai à lagoa que se chama Ervedosa e atinge o mar”.

Sobre os limites acima indicados observa Cristino (1989, 3) haver concordância de alguns topónimos referidos com os limites indicados no documento de doação do Louriçal, nomeadamente em relação a Carnide, Fonte Cova e Lagoa da Ervideira. Afirma este autor que, face às dúvidas levantadas em relação a ‘Cornegã’ e a ‘Cornegainha’, se identificam “com o atual lugar da Água Formosa, nas partes que pertencem, respetivamente, às freguesias da Mata Mourisca (Cornegã) e Bajouca (Cornegainha)”. Pelo seu interesse transcreve-se, do Arquivo de documentos do Sr. Pe David Gaspar, o título de doação do casal de Monte Redondo:

“Titulo de monte Redondo/

Jtem h~ua doaçom dada pera ssenpre per ffrey lourenço bacharell e ffrey martinho çprocuradores / de Joham dominguez morAdor no dicto logo E a ssua molher costança dominguez E a sseus / deçendentes d u~uu cassal que jaz qo pee do dicto monte em que ha duas / cassa telhadas. s. casa dianteira E çileiro E h~ua cassa palhaça / e pardieiros antigos E u~uu pequeno de pumar com ffigeiras E ma/çeiras E pessegueiras E ameixieiras com sseu herdamentosegundo / Jaz em termo çarrado ssobre ssy com h~ua vinha epumar ora nouamente / ffectos E mata em a quall ha madeirapera apeiros e casas E lenha / assaz começandoa cabeçynha pequena. E dy como sse vay a mata /del Rej peronde corre a agua E dy como sse vay ao porto longo e dycomo sse

vay pello Rio da fonte coua atee o esteiro que vem per arredor / da mouta. E dy como sse vay d arredor ao porto de pedre stev~ez E dy como / vay partir a estradapublica E dy como sse vay partir com herdamento / do cassal que traz afomso peiz E dy como sse vay aos marcos que poserom / por devisom antre este casal E ho outro que traz affomso periz E dy / como sse vay ao outeiro do auer E uisse çarrar na dicta cabeçi/nha de traz o monte E ha de pagar em cada h~uu ano de todo / o que lhe deus der em as dictas herdades E pumar E vinha o quarto de / todas as coussas pagadas no dicto logar nos logars aco/stumados E de foro h~uu alqueire de trijgo d eirádega do monte / mayor E outro alqueire de trijgo de fogaça E mais h~uu capom / por dia de ssam miguell de ssetembro todo esto pagado aoçalareiro /da dicta villa E corregedor E Repairar as cassas E Vinha e pumar/ laurar as herdades e aproueitar a mata de todo o que lhe comprir //

E ffezer mester as ssuas proprias despesas E ffoilhe fecta a escriptura na / dicta villa de leiria na Era de çessar de mill iiijc e lb anos xvij dias / do mes de feureiro per pero lourenço tabeliam”

Lembremos que o antigo casal de Monte Redondo, confirmado pelas doações do mosteiro alcobacense nos séculos XIV e XV e a quem se pagava "o sétimo de todas as frutas que produz a terra" ("Memórias Paroquiais", de 1758) compreendia a par de uma zona alagadiça coincidente com os paúis e os vales mais húmidos, uma área envolvente coberta de matas. Esta apreciação bastaria para justificar como a agricultura, assente na policultura intensiva de milho e feijão, foi durante séculos a base da subsistência da grande maioria dos seus habitantes.

O valioso estudo de Gomes (1986, 20) sobre o passado medievo desta terra, permite-lhe concluir acerca de dois períodos temporais, distintos relacionados com a sua evolução histórica:

➤ "o primeiro situa-se entre 1135 (ano da fundação cristã de Leiria) e 1279 (altura em que o lugar é dado ao Mosteiro de Alcobaça)".

➤ o outro “vai desde 1279 até 1450 (...), correspondendo à fase de exploração económica do local por parte do Mosteiro cisterciense”.

Nota ainda este autor (op. cit., 21) que estes períodos, "não sendo exclusivos de Monte Redondo, tanto que fazem parte do espaço englobante da Estremadura portuguesa, acabam por moldá-lo de um modo evidente". Daí que se possa entender o povoamento deste casal como fazendo parte do processo de colonização de Leiria e do seu termo, consolidado durante o século XII e de que a fixação dos monges de Cister, nas terras de Alcobaça e em Seiça, no vale do rio Pranto, constituem bons testemunhos. A colonização deste território permitiu a sua posse definitiva pelo Rei e pela Igreja, enquanto progrediu para sul a delimitação da fronteira entre cristãos e muçulmanos com a conquista

das cidades mais importantes de Santarém e de Lisboa. Em simultâneo com esta ocupação foram-se consolidando as linhas de defesa através da construção dos castelos de Porto de Mós e de Ourém, bem como da organização dos respetivos municípios.

A chegada de novos moradores, alguns deles oriundos do norte do Douro e dos campos de Coimbra, então saturados de moradores e o arroteamento destas terras por iniciativa régia, pelos cistercienses de Alcobaça e pelos frades Crúzios de Coimbra, assinalam um segundo ciclo na história destas terras correspondendo ao tempo em que "a nobreza da corte adquire bens fundiários junto de Leiria e de que é bom exemplo o caso dos Aboins" (Gomes, 1986, 22), familiares de João Peres de Alboim, nobre favorito de D. Afonso III "que ocupou vários cargos continuamente" (Marques, 1976.I, 172) assim como Estevão Eanes, que foi chanceler do rei durante 34 anos. É neste contexto que se insere, também, "a presença de Pero Eanes de Portel e de sua mulher, Constança Mendes, que vemos serem eleitos testamenteiros por parte de Estevão Gomes das propriedades e bens que este tinha em Monte Redondo" (Gomes, 1986, 22). Em tal ato, registado no ano de 1278, pode ler-se a doação, por parte de Estevão Gomes, de Monte Redondo, de uma terça parte dos seus bens móveis e imóveis ao Mosteiro de Alcobaça.

A data de 1278 deve ser considerada como marco de referência histórica na vida desta terra e na sua ligação ao mosteiro cisterciense, onde deveriam ser enterrados os corpos destes primeiros moradores. Estes deveriam ter na sua dependência outros trabalhadores e serviçais que os ajudavam nas lides rurais. Isso justifica a doação de outros bens, quer à igreja do Souto, quer à confraria de Leiria: "Jn primo mando corpus meum ad monasterium de Alcobaciam cum terciã/ parte de toto habere meo mobilij et immobili", conform determina aquele donatário no seu testamento (op. cit., 54).

Note-se que estas doações tiveram lugar no ano imediato ao falecimento de D. Afonso III e à subida ao trono de D. Dinis, em 1279, bem como ao esforço por ele desenvolvido no sentido de fundar novas povoações à custa de reguengos ou propriedades régias, como se verificou com Monte Real. No entanto é de assinalar que este monarca ao incentivar a exploração e a colonização da terra na região de Leiria, "concede facilidades aos colonos, procura fixá-los à terra 'escusando dote' os que lá habitarem com suas mulheres e faculta a sucessão das propriedades" (Diniz, 1949, 3). É desta ação do Rei-Lavrador e também Poeta, que resulta o registo acima referido sobre a doação de bens de Estevão Gomes ao Mosteiro de Alcobaça, das suas terras em Monte Redondo. Recorde-se que o aforamento das terras incultas consistiu, no

dizer de Serrão (1989.I, 51), em “concessões de caráter enfiteutico que se fazem em Portugal, a partir dos princípios de século XIII”, ficando os referidos bens “mediante pagamento de um censo, perpetuamente vinculados ao concessionário, que obtinha também o direito, por vezes condicionado, de os transacionar...”.

Como assinala Vasconcelos (1980:II, 385) “às vezes os acontecimentos de um período histórico, de que não possuímos documentos, conhecemo-los só pelos de um período seguinte, nos quais aqueles refletem, se vislumbram, ou se adivinham”. Em relação ao território deste casal, a análise dos documentos medievais feita por Gomes (1986), permite assinalar a transmissão de terras a diferentes proprietários bem como reconhecer a antiguidade dos lugares mencionados naqueles textos medievos. Entre eles, destacamos o Souto e as Várzeas. Recapitulando alguns desses testemunhos, temos as seguintes referências cronológicas:

➤ 1283 (op. cit., 59), a carta "pela qual Pedro Eanes de Portel reconhece e doa ao Mosteiro de Alcobaça todos os bens que ele havia herdado, da parte de Estevão Gomes, e daqueles que havia de ter da parte da mulher deste, Elvira Domingues, nas Várzeas e em Monte Redondo". Este donatário seria, ao tempo, Alcaide-Mor da cidade de Leiria.

➤ 1283 (op. cit., 65), a "carta pela qual Pedro Eanes (Anes) de Portel e sua mulher Constança Mendes, reconhecem ser o Mosteiro de Alcobaça o legítimo proprietário de todos os bens, situados em Monte Redondo, deixados por Estevão Gomes."

➤ 1309 (op. cit., 68), "a notícia de uma carta de povoamento dada pelo abade de Alcobaça, D. Pedro, a quatro homens que vivessem em Monte Redondo, a título perpétuo".

➤ 1310 (op. cit., 69), o "aforamento a João Domingues e a Iria Anes, sua mulher, da herança de Monte Redondo, a título perpétuo e pelo foro de 1/4 da produção, além da fogaça de 1 alqueire de trigo e um bom capão, por S. Miguel de setembro", obrigando-se os emprazantes a fazerem "cultura de pão, vinho, olivais e pomares".

Descreve Serrão (1980, 54) a ocorrência, nesse ano, de um período de fome e pestilência, que pode associar-se ao esforço de povoamento deste casal.

Prosseguindo com a análise dos documentos medievais, assinala ainda Gomes (1986):

➤ 1357 (op. cit., 69-70), a "Carta de aforamento" em que o mosteiro de Alcobaça arrenda a João Domingues e a sua mulher, Iria Anes, de "hũa herança no noso loge que chamam monte Redondo (...)" obrigando-se estes e os seus herdeiros a pagar, "a quarta parte de

todos los fruytos (...) hûu alqueire de trigo de fogaça e hûu+boom+capon de foro (...)"'. De realçar que esta doação ocorre, novamente, depois de um período de grande flagelo, a peste negra de 1348, podendo corresponder à resposta da ordem de Cister à “ameaça dos ousados trabalhadores rurais e artesãos” (Marques, 1976.I, 178) que se registaram num período de grandes transformações sociais e políticas - coincidentes com a morte de D. Afonso IV e a subida ao trono de D. Pedro I - da sociedade medieval portuguesa.

➤ 1391 (op. cit., 72), o "arrendamento, em vinte anos, feito a Vasco Anes, morador no Souto, termo de Leira, de um casal em Monte Redondo, pertença do Mosteiro de Alcobaça, com a condição de que ele aí construísse uma casa nova".

➤ 1410 (op. cit., 74), a "carta onde se regista o julgamento de Domingos Martins Ceborrinho, morador em Monte Redondo, sobre uma herdade que ele trazia, no dito lugar, que era pertença do Mosteiro de Alcobaça e que ele afirmava ter comprado, há dezoito anos atrás, a Lourença Anes, mulher de Afonso Conqueiro, moradores no Souto da Carpalhosa".

➤ 1417 (op. cit., 76), a "carta de aforamento feita pelo Mosteiro de Alcobaça a João Domingues, Afonso Domingues a João Domingues Ceborrinho, moradores em Monte Redondo, de uma herança que traziam nesse lugar que, em outro tempo, fora dada a Martim Peres da Serra, a sua mulher, Domingas Peres, a Domingos Giraldes e à mulher deste, Maria Peres, e ainda a Francisco Giraldes".

➤ 1417 (op. cit., 80), a "carta de confirmação do aforamento de um casal do Mosteiro de Alcobaça, em Monte Redondo, feita a João Domingues, Afonso Domingues e a João Domingues Ceborrinho, cujo casal se chamava Ceborrinho, e fora aforado, em 1357, a João Domingues e a Iria Gonçalves".

Uma vez na posse do Mosteiro de Alcobaça, Cristino (1971), com base na consulta de “um tomo de propriedades do Mosteiro de Alcobaça feito no ano de 1453 dá conta de três “casais” que o referido Mosteiro tinha aforado em Monte Redondo a um João Domingues e sua mulher, Constança Domingues e seus descendentes. Apesar de ser referido noutra local, recordamos:

➤ o primeiro casal ficava “ao pé do dito monte (Redondo)” e no qual se registam como limites, a Cabecinha Pequena, Mata de Elrei,

Porto Longo, Rio de Fonte Cova, Moita, Porto de Pedro Esteves, Cabecinha²⁷;

➤ o segundo casal era designado por “Casal da Tojeira”, começando aos marcos que se puseram entre casal e casal e daí como se vai água vertente pelo vale arriba do Burgueto (?) e daí como se vai à estrada de Perceções (?) e daí como se vai à outra estrada que se chama do Vieiro, e daí como se vem pela dita estrada do Vieiro e ver partir com o herdamento do sobredito casal que traz João Dominguez e vai daí como se vai pela estrada e vai çarrar nos ditos marcos...”;

➤ o terceiro casal, “chamado Casal de João Belo”, ficava perto da Cabecinha, ‘fazendo começo na dita Cabecinha e daí como se vai à Mata de Elrei e daí como se vai pela ribeira a fundo até Morteira e daí como se torna pela Cabecinha de Montijo do Casal e como se vai à estrada que vem da igreja e como se vem pela dita estrada e vai çarrar no dito começo”.

Estes os três casais reconhecidos como fazendo parte do casal alargado de Monte Redondo, do qual se tomou como referência a ermida de N^a Sr^a da Piedade que aglutinou a vida da paróquia quando da sua constituição, em 1589.

Durante o século XV, data a que se reportam estas doações e até à segunda metade do século seguinte, as informações recolhidas sugerem que em 1574, quando os habitantes locais e de outros lugares pediram aos Visitadores para que se criasse uma nova Paróquia, tal significaria que a população destes casais e do arredores podiam suportar os encargos do cura e as despesas inerentes ao funcionamento da mesma como veio a suceder mais tarde.

Pelo seu interesse transcrevemos, deste autor (Gomes, 1986, 27-29) parte dos "documentos alcobacenses" relativos aos limites do casal de Monte Redondo, abarcando uma área aproximada de 3627 ha., estabelecidos na carta de confirmação do aforamento de um casal do Mosteiro de Alcobaça, em 1417:

"(...) Auja hûa Erança e terra no dicto logo de monte Redondo, A quall (...) dezjom que parte de hûa parte per a estrada d albarda E asy como se uay ao porto que chamam de Pero esteues e doutra parte per a leuada da mouta de porto longo e uay sse meter n agua de fonte coua per o Rjo a fundu a uay se mortjera e como se uay per o montijo grande

27 Salvo melhor testemunho, as designações de Cabecinha e de Cabecinha pequena referem-se, respetivamente, ao Cabeço de Monte Redondo e ao monte anexo que foi destruído quando da exploração das pedreiras e onte terá existido uma pequena ermida, dedicada a S. Brás. A foto desta ermida está na posse dos herdeiros de Manuel André. Estas elevações situam-se nos Montijos.

como se demarcada e di se uay a estrada que uay da dicta bjlla como se uem a outejro que chamom do auer como se uem per hy ao outejro da hûa primenteira e como se uay ao uale de burgeto e torne a entrar na sobredicta estrada d albarda (...)"

Alguns dos lugares descritos persistem na atualidade. Outros desapareceram ou alteraram a sua designação o que torna difícil estabelecer, com rigor, os limites deste povoamento, sobretudo na sua parte leste. Contudo a apreciação do traçado da rede hidrográfica e das curvas de nível que bordejam os vales talhados por alguns destes cursos, nomeadamente pela ribeira da Bajouca, pode ajudar a precisar os limites acima descritos. O que transcrevemos permite corroborar a afirmação de Gomes (op. cit., 26) de que o povoamento de Monte Redondo, pertença inicialmente da aristocracia leiriense, foi sujeito a um processo de arroteamento incentivado pelo Mosteiro de Alcobaça no início do século XIV. Este processo, conjuntamente com a fragmentação da propriedade então iniciada, realça o crescimento populacional que se verificou desde a segunda metade de duzentos até meados do século seguinte.

Importante será apreciar a descrição das propriedades existentes em Monte Redondo e arroladas em 1435, como pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça (Gomes, 1986, 33 e 85). Esta leitura poderá ajudar-nos a compreender a evolução do que “era só um grande casal” (op. cit., 33) em parcelas mais pequenas e a precisar os limites do povoamento nesta área que coincidem, precariamente, com o território da futura freguesia de Monte Redondo.

Na versão original destes textos, constam os seguintes lugares:

- cabeçynha pequena.
- mata del Rej
- porto longo
- Rio da fonte coua
- mouta.
- porto de pedre stevêz
- estrada publica
- outeiro do auer
- cabeçinha de traz o monte
- arriba do burgeto
- estrada de pegojes
- estrada do ujeiro
- morteira
- cabeçinha de montijo
- estrada de agiam

A leitura dos documentos transcritos por este autor (loc. cit.) permitem-nos ainda conhecer as produções dominantes nesta época

medieval. Para além da cultura de trigo (de duas qualidades), da vinha e da mata, a riqueza destes habitantes assentava ainda nos pomares de árvores de fruto, principalmente figueiras, macieiras, pessegueiros e ameixieiras. Não é referida ainda a cultura do vinho nem da batata, o que abona a favor da sua introdução tardia nesta área, em data posterior aos descobrimentos.

Como foi notado o esforço da realeza durante a primeira dinastia em povoar o reino e fixar as suas populações foi contrariado no final de trezentos pelas pestes frequentes e, posteriormente, pelo movimento das Descobertas e pela colonização dos novos mundos que se seguiu. Nestas circunstâncias é de crer que os povos de Monte Redondo e doutros casais próximos tenham sofrido as consequências sociais e económicas que assolaram a época feudal e igualmente tenham participado nessas expedições. Recorde-se que a sua localização em território dotado de boa acessibilidade física, próxima da cidade de Leiria e não muito distante de um porto marítimo com algum movimento, o porto de Paredes, facilitava esses contactos. Por outro lado as informações relativas a outros períodos mostram que o povoamento nesta área continuou a desenvolver-se devido não só ao arroteamento de novas terras, mas também às atividades de exploração florestal no Pinhal do Rei onde eram recolhidas madeiras para a construção de embarcações utilizadas na empresa dos Descobrimentos.

Mesmo assim e apesar das crises já descritas, o povoamento do reino alargou-se durante os séculos XV e XVI (mesmo durante o domínio Filipino) com a entrada de escravos e os esforços desenvolvidos pelos monarcas no sentido de fixar as populações às terras de origem. Recorde-se que durante os primeiros anos do reinado dos Filipes as relações entre os dois povos, portugueses e espanhóis, mantiveram-se próximas registando-se a participação de portugueses nas armadas de Espanha e o acréscimo do movimento de comércio e da emigração, sobretudo nas regiões de fronteira, em direção às cidades espanholas mais próximas. A criação da nova paróquia ocorreu precisamente durante o domínio Filipino, pela mão de um bispo afeto a esta linha de sucessão régia.

Complementarmente ao esforço desenvolvido pelos monarcas no sentido de promoverem o povoamento do reino, foi o movimento religioso responsável pela constituição das novas paróquias do Bispado de Leiria. Em 1574, os povos de Monte Redondo, do Coimbrão e de Ervideira, apresentam uma primeira petição para a constituição de uma nova paróquia, pedido que renovaram em 1589 a D. Pedro de Castilho, para a constituição de uma paróquia independente. Contudo o povoamento deste lugar só terá assumido alguma importância na década

seguinte quando, em 1589, D. Pedro Castilho o desmembrou da freguesia do Soito (loc. cit.).

De acordo com "O Couseiro" quando este bispo "desmembrou da freguesia do Souto os logares de Monte-Redondo, Coimbrão, Ervedeira e uns casaes e moinhos, do mesmo districto, e levantou freguesia em Monte-Redondo, a petição dos moradores dos dictos logares", havia (194) já uma ermida da "invocação de N^a Senhora da Piedade" e mais duas outras ermidas no termo desta freguesia: "uma da invocação de Santo Aleixo, que está n'uma matinha, ao Paço, muito pequena; sem fábrica, e por isso n'ella se não diz missa" (op. cit., 195) e outra "na quinta de D. Diogo Pimentel, da invocação de N^a Senhora das Mercês, também sem fábrica, nem é benta, nem se diz n'ella missa" (loc. cit.). Relata o mesmo autor (op. cit., 194) que a invocação para a criação da freguesia havia sido solicitada anteriormente (em 1574) quando "em visitas, se tinha pedido esta desmembração e criação da freguesia" (loc. cit.). Na demarcação da igreja, em "terra que era prazo da comenda d'Alcobaça", intervieram para além do licenciado Jeronymo do Souto, António Fernandes e sua mulher, Lucrecia Cordeira, que "traziam a dicta terra, emprazada, e fizeram doação, livremente, do dicto chão, com a dicta licença do commendatário" (loc. cit.).

Refira-se que a reduzida importância assumida pelo lugar de Monte Redondo na hierarquia dos lugares existentes nessa época não nos surpreende, uma vez que, em nosso entender, a sua proeminência assentou na centralidade deste lugar em relação aos povos do Coimbrão e da Ervideira – obrigados a deslocarem-se à Igreja do Souto em dias festivos e no dia do Senhor - bem como da sua proximidade em relação aos caminhos de almocreves e das redes de estradas ou "carreyras" que ao longo do litoral uniam o burgo de Leiria ao porto da Figueira da Foz do Mondego. Eventualmente este sítio aproveitou ainda a proximidade aos eixos de circulação que vinham do interior e atravessavam este espaço em direção a Leiria e ao Pinhal do Rei, a caminho de Louriçal, de Soure ou mesmo de outros centros situados a norte da bacia do Mondego, como Montemor e Coimbra.

Podemos entender como sinal da maior acessibilidade deste lugar em relação aos casais vizinhos o facto dos moradores da Ervideira, depois da construção da Igreja dedicada a N^a. Sr^a. da Piedade, no prazo de Monte Redondo, deixarem de ter a obrigatoriedade de se deslocarem à paróquia próxima de São Miguel ou seja, ao Coimbrão, em substituição da visita obrigatória àquela. A este respeito importa assinalar, tal como o fez Fernandes (1985, 84) o significado de prazo ou seja, uma "terra de emprazamento, ou prédio sobre que incidiu um contrato enfiteutico desse tipo".

A constituição de novas freguesias progride nos anos seguintes sendo que, em 1632, é constituída a freguesia de Carvide a partir do desmembramento da freguesia de Monte Real e poucos anos depois, em 1636, o Bispo de Leiria, D. Dinis Melo e Castro autorizou a criação da freguesia do Coimbrão (anteriormente conhecida por São Miguel das Arcias), a partir das terras pertencentes à freguesia de Monte Redondo. Mais de três séculos depois, em 1971, foi de novo desmembrada para se constituir a freguesia de Bajouca.

Apesar da desanexação da paróquia do Coimbrão, em 1636, o crescimento da população nos lugares próximo do centro da Paróquia ter-se-á mantido de tal modo que no relato que em 1721 o Pároco de Monte Redondo em resposta ao questionário da Academia Real de História de Portugal, menciona a existência, “no corpo da Igreja junto ao degrau da capella mor” (Cristino, 1972), das seguintes as sepulturas: “Sepultura de Eusébio Cordeiro de Monte Redondo e de seus descendentes; Sepultura de Francisco Joam de Fonte Cova e de seus descendentes; Sepultura de Pedro Fernandes da Sesmaria e de seus descendentes; Sepultura de Domingos Fernandes e de seus descendentes”. Tendo em conta que o lugar mais próximo do altar era destinado a famílias com mais posses ou influentes ficamos a conhecer que, nessa data, os casais próximos de Fonte Cova e da Sesmaria, contavam com moradores a quem tinha sido reconhecido o bem de repousar eternamente junto ao altar.

Já o relato da memória paroquial de 1758 relativo à paróquia de Monte Redondo faz referência ao reduzido de moradores do centro, contrariamente a outros núcleos de povoamento que faziam parte desta Paróquia. Isso o comprova não só o relato do Pároco, como a comparação com a descrição da Paróquia vizinha de Monte Real (Alves, 1955, 93) em que o Cura desta antiga Póvoa régia regista os lugares mais importantes da sede da sua igreja: “o lugar das Lavegadas, que pertence à freguezia de Monte Redondo, e dista trez quartos de legoa, e o lugar do Paço junto da mesma freguezia de Monte Redono aonde pertence e dista huma legoa, e o logar da Sismaria o qual também he da mesma freguezia de Monte Redondo, e fica distante meya legoa”.

Para efeitos de registo da população estes lugares foram agrupados em “Vintenas”, onde se destaca a Vintena da Sesmaria como uma das mais habitadas nesta área. Note-se que em trabalhos de natureza geográfica e nas áreas de maior dispersão, o local da Igreja funciona como o centro de referência do lugar e o que, pelas mesmas razões, lhe confere a designação. Estas efemérides assinalam a construção do casal de Monte Redondo na sua configuração atual como sede de freguesia e núcleo de uma rede e constelação de lugares que cabem nos limites desta

unidade administrativa e também da paróquia religiosa. A construção contemporânea da sede da freguesia foi aglutinando núcleos de menores dimensões. Foi o caso dos Casinos, Estação, Valito, Eiras e Figueirinha, que são conhecidos como fazendo parte do mesmo aglomerado.



Dependência demográfica

A consideração, em separado, do tema relacionado com a dependência demográfica justifica-se no presente dada a evolução próxima da população portuguesa e a alteração progressiva das suas estruturas demográficas. Estas assinalam uma perda progressiva da população autóctone, o correspondente aumento de população de origem estrangeira, o envelhecimento global dos residentes e a dependência demográfica da sociedade portuguesa.

Em termos gerais o crescimento da população de um lugar depende da conjugação de dois movimentos: os movimentos naturais (natalidade e mortalidade) e os movimentos migratórios (emigração e imigração). Ora, se em relação a estes últimos a sua intensidade varia em função do estado de desenvolvimento do país ou região, já os movimentos naturais estão relacionados com a estrutura etária da população residente e com a capacidade desta se reproduzir em função de parâmetros biológicos (tais como, idade da mulher), económicos (nível de vida), sociais (formas de convivência) ou individuais (aceitação da maternidade/paternidade). É neste sentido que importa atender às estruturas da população residente sem desmerecer, no entanto, o contributo dos fenómenos associados à mobilidade humana. Atendendo a estes últimos, importa assinalar que a análise dos fenómenos migratórios em Portugal realça a sua antiguidade e distribuição diferenciada no território, sinais reveladores das assimetrias de desenvolvimento sócio-económico e cultural dominantes no nosso país.

Tendo presente a redução drástica dos nascimentos e o aumento da esperança de vida, as pirâmides etárias da população residente têm vindo a acentuar esta situação com um traçado, de tipo “urna”. Esta configuração traduz o envelhecimento na base, pela redução dos nascimentos, e o envelhecimento no topo, pelo acréscimo da população idosa. Contudo as projecções da população portuguesa para as próximas décadas apontam para uma configuração progressiva em forma de “cogumelo”, de onde sobressai o peso excessivo de idosos comparativamente com a população jovem e em idade ativa.

Tabela 5 - População residente, por grupos etários: 1997 e 2011.

	1997	2011	1997	2011	1997	2011	2011	1997	2011
	Total	Total	0-14	0-14	15-64	15-24	25-64	65+	65+anos
Portugal	9979.5	10561.6	1681.5	1572.5	6778.9	1145.7	5820.7	1519	2022.5
Norte	3578.3	3689.6	658.3	557.2	2462.6	425.4	2072.0	457.4	634.7
Centro	1710.3	2327.5	267.7	319.2	1 32.1	238.9	1244.9	310.5	524.4
Lx. V Tejo	3326.5	2821.6	518.7	437.9	2 92.4	294.5	1571.1	515.3	518.0
Alentejo	510.3	757.1	73.0	102.7	327.2	73.6	396.8	110.1	183.8
Algarve	348.7	451.0	56.1	66.9	227.9	45.5	250.1	64.7	88.4
Açores	244.9	246.7	55.8	44.2	159.9	34.6	135.1	29.2	32.7
Madeira	260.4	267.7	52.0	44.0	176.6	33.0	150.5	31.8	40.2

Unidade (1000)

O acréscimo dos grupos funcionais relativos quer à população jovem (<19 anos) quer em relação à população idosa (>65 anos), traduz uma maior dependência demográfica da população face ao grupo funcional da população adulta e ativa (20 a 64 anos), sobre a qual assentam as responsabilidades de procriação, de ocupação dos postos de trabalho, de contribuição ativa para os sistemas de segurança social. Ora, se antes do processo de industrialização-urbanização, o acesso dos contingentes demográficos ao mercado de trabalho estava facilitado pelo número de nascimentos, a redução da natalidade e o desemprego da população adulta comprometem a renovação desses caudais e aumentam a dependência dos jovens e dos idosos em relação ao total dos habitantes. É neste sentido que importa atender à estrutura da população residente sem desmerecer, no entanto, o contributo dos fenómenos associados à mobilidade humana que podem atenuar os seus efeitos negativos.

Como demonstraram Caldas e Loureiro (1966) no estudo dedicado ao traçado das regiões homogêneas em Portugal, tais desequilíbrios são facilmente identificados por indicadores relativos ao sistema económico, à população e ao bem-estar, considerado este “como resultado do funcionamento dos sistemas económicos regionais” (ob. cit., 183). A análise realizada por estes autores relativo ao início do processo de desenvolvimento contemporâneo da nossa sociedade, iniciado na década de 1950-1960, mostra a existência de diversas regiões homogêneas no continente português reveladoras de desequilíbrios internos, seguindo um traçado longitudinal e uma transição gradual dos níveis de bem-estar, do litoral para o interior, que acentua “uma configuração territorial

própria de economias de faixa orientadas segundo eixos norte-sul” (op. cit., 146).

A referência a outros trabalhos, nomeadamente do CEP (1977), atesta a manutenção de condições de vida semelhantes, o peso dos serviços e o grau de urbanização (os que melhor se coadunam com a “hierarquização do desenvolvimento”, que continuam a mostrar a dicotomia existente entre a faixa litoral, compreendida entre os concelhos de Setúbal e Viana do Castelo e o resto do continente (ob. cit., 18). De acordo com este estudo, no final dos anos setenta aproximadamente 4/5 dos concelhos do continente encontrava-se num nível de desenvolvimento inferior ao do continente, tomado no seu conjunto, o que acentuava a hierarquização de diferentes níveis de desenvolvimento segundo a mesma linha norte-sul, a partir das regiões fronteiriças do interior. Esta situação que continua a manifestar-se na atualidade, adequa-se à extensão dos fenómenos migratórios em solo português nas áreas mais repulsivas do continente, em simultâneo as que oferecem menores condições de emprego e de bem-estar. Tal facto justifica a evolução simultânea da desertificação do interior (Nazareth, 1988) e da litoralização crescente, traços territoriais que identificam a distribuição espacial destes movimentos que no seu conjunto mostram a sua maior intensidade nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, no Algarve e junto de outros pólos urbanos e das principais bacias de emprego onde tradicionalmente se situam maiores oportunidades laborais.

Note-se que os níveis de desenvolvimento do território português continuam a registar um grande número de desequilíbrios geográficos e sociais, confirmando as condições descritas por Nunes (1964): “ao redor de restritas áreas de economia e sociedade moderna se mantêm toda uma vasta zona de economia e sociedade tradicional”. Estas são as características essenciais da sociedade portuguesa que continua a apresentar o seu caráter dualista na qual se inscrevem, com densidade diferente, o êxodo rural e a emigração, tidos como dos fenómenos migratórios indicadores das diferentes vagas de uma antiga e conhecida hemorragia social.

A concluir assinalamos que mais do que a constatação da dualidade: norte-sul; litoral-interior, assentes em contrastes resultantes dos fatores climáticos, da natureza, do relevo do solo, da cobertura vegetal, do tipo de povoamento e das atividades predominantes, esta situação advém do tipo de aproveitamento dos recursos, nomeadamente dos recursos humanos e das suas potencialidades, o que permite identificar os desequilíbrios internos do continente português expressos nos movimentos migratórios. No seu conjunto estes movimentos expressam a antiga dicotomia litoral-interior e a litoralização progressiva do

continente, em detrimento dos contrastes geográficos mais antigos, de sentido norte-sul, que identificam tradicionalmente a terra portuguesa.

O agravamento destes sinais atesta ainda a falência das iniciativas de desenvolvimento regional as quais, apesar do seu enquadramento em diversos programas de ação de índole comunitária, não conseguiram ultrapassar o determinismo imposto pelas condições naturais ligadas à escassez de recursos e às formas de aproveitamento impostas pela civilização mediterrânica (Ribeiro, 1945). Já em relação à estrutura da população, importa ter em conta não só o peso dos diferentes grupos funcionais ou grupos etários, os quais determinam a capacidade potencial de uma população se reproduzir, como os valores constantes da fertilidade e da fecundidade femininas, como se verá a propósito da estrutura da população marcada pelo seu envelhecimento.

O envelhecimento da população registado em Portugal bem como nos demais países do continente europeu tem vindo a constituir um dos temas de estudo, particularmente aprofundado por Nazareth (1979, 1988). Sendo evidente que tal se constitui um fenómeno demográfico preocupante em Portugal e nos demais países da União Europeia, entendemos ser oportuno assinalar alguns dos seus aspetos recentes e das suas relações com outros fenómenos sociais. Sobre o tema fez notar Sauvy, o dilema das sociedades atuais: "crescer ou envelhecer", questão que mantém na atualidade pese embora a utilização das novas tecnologias e o recurso a fontes de trabalho alógenas que permitem o equilíbrio de mão de obra necessária ao desenvolvimento dos vários setores da economia nacional. Recordamos o envelhecimento demográfico como uma consequência imediata do fenómeno mais vasto e complexo desencadeado pela industrialização-urbanização dos nossos dias.

Tabela 6 - Portugal: Situação demográfica.

	1997	2011
Índice de envelhecimento (65+anos/0-14anos)	88.5%	128.6%
Índice de dependência total (0-14 e 65+ anos) / 15-64 anos	47.3%	51.6%
Índice de dependência de jovens (0-14/15-64 anos)	25.1%	22.6%

Com efeito, a transferência das populações rurais para os centros de maior concentração mineira, industrial e urbana, iniciada no decurso dos séculos XVIII e XIX, aquando do início da revolução industrial, deu origem ao movimento contínuo de êxodo rural que desde então

constitui um dos sintomas do atual processo de crescimento das grandes urbes. Entre os principais fatores responsáveis por este tipo de movimentos da população contam-se as oportunidades de trabalho criadas em torno dessas bacias de emprego que continuam a alimentar as migrações de vários contingentes de mão de obra masculina e feminina, atraídos pela diversificação das atividades e concentração de serviços responsáveis pela evolução das grandes áreas metropolitanas.

Note-se ainda que em resultado das migrações familiares e perante os novos contextos sociais, económicos e culturais, que passaram a identificar as novas sociedades urbanas, muitos dos valores dominantes, até então específicos das sociedades rurais tradicionais, foram alterados. Entre estes contamos os que se referem à vida em comunidade, à solidariedade social, à divisão do trabalho, à comunicação interpessoal e ao desenvolvimento humano. O conjunto dos aspetos acima referidos conduziu à progressiva emancipação da mulher, à redução da sua fecundidade, à quebra acentuada da natalidade e à alteração das estruturas demográficas da população portuguesa. Verifica-se assim que os valores médios de natalidade, superiores aos 30‰ no primeiro quartel do século XX, decaíram para menos de 20‰ durante a segunda metade, situando-se no começo da década de noventa abaixo dos 12‰. Em 1997, o valor médio da natalidade registado na população portuguesa foi de 11,4‰, valor que decaiu para 9,5‰ em 2011. Escusado será recordar que a melhor cobertura médico-sanitária disponível nos centros urbanos, extensiva gradualmente ao restante território, foi igualmente responsável pela queda acentuada da mortalidade geral e da mortalidade infantil, conduzindo igualmente ao alargamento progressivo da esperança de vida.

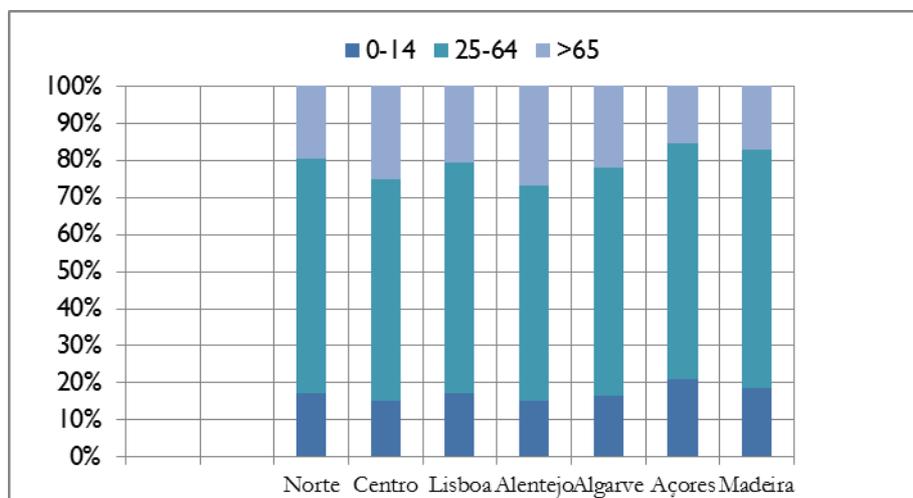
Tabela 7 - Indicadores demográficos (1997 e 2011).

	T. Nat. ‰		T.Fec.G.	E.Vida	T. Mort. ‰		T. M. Inf. ‰	
	1997	2011	2011	2011	1997	2011	1997	2011
Portugal	11.4	9.5	39.7	79.2	-	9.4	-	2.5
Norte	12.3	8.8	35.0	79.59	8.9	-	7.1	-
Centro	10.2	8.0	34.6	79.59	12.0	-	5.6	-
Lx. V. Tejo	11.0	11.5	49.4	79.22	10.7	-	5.8	-
Alentejo	9.0	8.5	39.1	78.35	14.6	-	5.2	-
Algarve	11.0	11.2	50.0	78.66	13.0	-	6.0	-
Açores	14.4	11.1	42.5	75.70	11.6	-	10.6	-
Madeira	12.1	10.2	37.8	74.94	9.9	-	6.7	-

Retomando o exemplo anterior verificamos que os valores médios de mortalidade da população portuguesa, orçando os 20‰ no termo do primeiro quartel do século XX, baixaram para cerca de metade nos anos sessenta, situando-se em valores próximos de 10,4‰ nos anos noventa. A mesma quebra foi registada em relação à mortalidade infantil. Quanto ao aumento da esperança de vida média à nascença - de 81,5 anos para a mulher e de 78,5 anos para o homem - justifica as tendências de envelhecimento, no topo, das estruturas demográficas da população portuguesa. De forma global após o ‘baby-boom’ ocorrido na maior parte dos países do ocidente europeu e em Portugal, depois da 2ª guerra mundial, o aumento progressivo da população com idade avançada constitui um dos sintomas preocupantes dos desequilíbrios demográficos que hoje afetam o nosso território, facto que pode ser apreciado através do peso dos diversos grupos funcionais em relação à população residente.

A conjugação destes fatores, conjuntamente com a generalização dos métodos anticoncetivos, a divulgação dos métodos de planeamento familiar, os encargos sociais decorrentes de uma família numerosa, não satisfeitos pelos sistemas de segurança social, justifica a redução do nº de nascimentos necessários para assegurar a renovação das gerações e também o suporte dos encargos sociais da população mais envelhecida.

Figura 5 - Estrutura etária da população portuguesa: NUT II (2011).



Por outro lado evidenciam as mudanças ocorridas no seio da família tradicional, situação que obriga à avaliação contínua dos modelos de assistência social, conduzindo ao reforço da solidariedade intergeracional e à adoção de medidas de política social e laboral que não descurem as assimetrias espaciais e sociais existentes na nossa sociedade. Recorde-se

que estas agravam as diferentes acessibilidades em relação à assistência e à ocupação social destes grupos etários, sobretudo dos mais idosos, situação marcada frequentemente pela inatividade, pelo desamparo familiar e pelo isolamento social. Note-se que a quebra de nascimentos em parte justificada pelo aumento da urbanização, acompanha-se de outros fenómenos relacionados com a redução da nupcialidade, o casamento tardio e a emancipação da mulher. De acordo com os dados do censo de 2011, a idade média da mulher quando do nascimento do 1º filho era de 28,9 anos, contrariamente aos 25,9 anos em 1997. Este panorama que se tem vindo a acentuar com o envelhecimento progressivo da população portuguesa sugere, por isso, um conjunto de medidas de política social que atendam, nomeadamente:

- Ao aumento dos encargos de pensões sociais e de doença que continuarão a pender sobre toda a sociedade, hoje agravados com o peso da população envelhecida, o desemprego e a idade de reforma;
- À diminuição do espírito de iniciativa e à resistência à mudança, que poderá afetar as áreas onde esta população é dominante, em contraste com as regiões habitadas pela população adulta naturalmente mais agressiva e aberta à inovação e à mudança;
- Ao agravamento da dependência laboral resultante da escassez de mão de obra jovem e adulta, sobretudo em certos setores de atividade, podendo assim conduzir a novos movimentos da população (migrações internas e imigração) e ao acentuar dos contrastes regionais já existentes;
- À persistência de bolsas de idosos que identificam as áreas de maior repulsão demográfica e social e à sua extensão a todo o território nacional;
- À análise comparada desta situação em Portugal e na União Europeia.

Estas algumas das questões que hoje em dia se prendem com o fenómeno do envelhecimento da população portuguesa e europeia. Localmente a apreciação da situação demográfica da freguesia de Monte Redondo acusa os mesmos sintomas relacionados com a sua evolução natural e estrutura da população residente. Tendo presente os dados do censo de 2011, nesta data e para o conjunto do Pinhal Litoral:

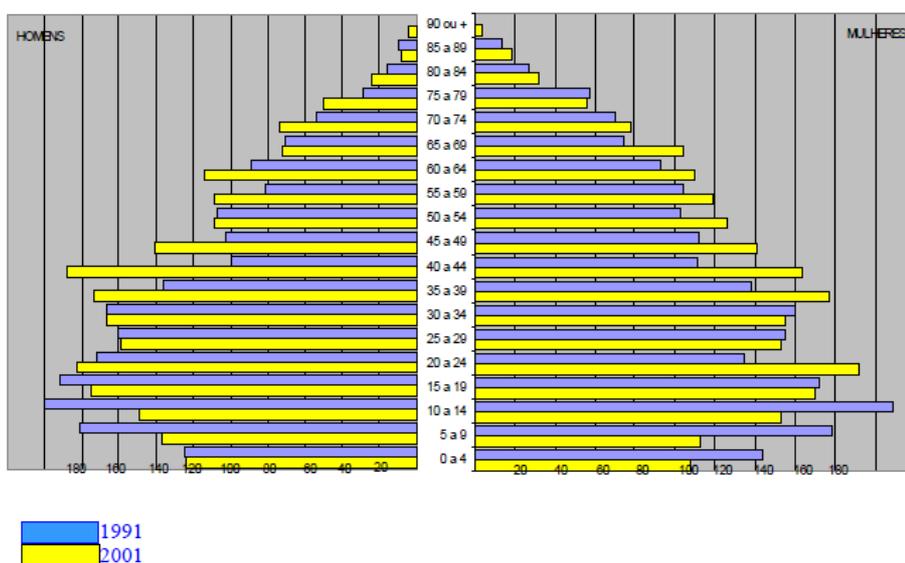
- A idade média da mulher ao primeiro casamento era de 29,4 anos;
- A idade média da mulher ao nascimento do 1º filho era de 29,8 anos;
- A taxa bruta de nupcialidade era de 3,4 ‰;
- A taxa bruta de natalidade situava-se em 8,7 ‰;
- Os nascidos-vivos fora do casamento ascendiam a 37,6 %.

Estas alterações, registadas a partir de meados do século passado, traduzem a quebra gradual dos nascimentos e os movimentos migratórios da população residente que acompanharam as mudanças sociais em curso na comunidade local e na sociedade portuguesa. Quanto à estrutura por idades, registamos uma presença significativa de população jovem (com menos de 20 anos de idade), que representava mais de 1/3 da população residente, bem como da população jovem-adulta (de idade compreendida entre os 20 e os 34 anos de idade), que orçava os 23,4% da população total. Por sua vez a população adulta, com idade entre os 35 e os 65 anos, representava mais de 31,5% dos habitantes da freguesia, enquanto os idosos, com mais de 65 anos de idade, cabiam os 10,5% restantes.

Complementarmente fazemos ainda notar:

- a redução acentuada do número de nascimentos, facto que tem continuado nos últimos anos e que se pode comprovar através da redução das classes etárias mais baixas, até aos 10 anos de idade;
- a quebra de alguns grupos etários, nomeadamente na classe de adultos, onde se regista uma quebra muito acentuada de alguns desses grupos. Tal, é observado com maior incidência no grupo dos jovens-adultos (nos grupos funcionais dos 40-44 anos e dos 45-49 anos) justificado pela intensidade dos movimentos emigratórios;
- o peso cada vez maior das classes etárias com idade superior aos cinquenta anos de idade, devido fundamentalmente ao acréscimo da esperança de vida da população residente e ao seu envelhecimento progressivo.

Figura 6 - Estrutura Etária da Freguesia de Monte Redondo em 1991 e em 2001.

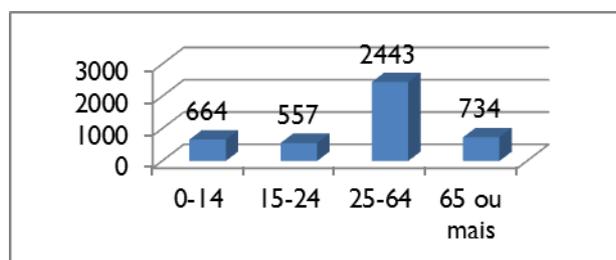


In: <http://cmleiria.wiremaze.com/document/797080/842279.pdf>, em 8SET11

A consulta da estrutura da população na freguesia na transição do século faz notar uma imagem do tipo “às de espadas”, configuração que tende para uma configuração sugestiva da redução do número de nascimentos e do acréscimo dos grupos etários dos adultos e dos mais idosos. Tal pode ser observado através da estrutura etária da população residente nesta freguesia em 1991 e 2011, que aponta para um traçado mais irregular da respectiva pirâmide. Em relação a 2011, num total de 4,39 milhares de habitantes, 664 pertenciam ao grupo funcional dos 0-14 anos; 557 ao grupo funcional dos 15-24 anos; 2443 ao grupo funcional dos 25-64 anos e 734 ao grupo funcional de maiores de 65 anos. Comparativamente a 2001, esta situação traduz uma quebra dos dois primeiros grupos funcionais e um acréscimo significativo dos dois seguintes, em particular dos mais idosos.

Como referimos noutra local (Arroteia, 2007) os fenómenos relacionados com a população, em particular os que respeitam os seus movimentos (natural e migratório), exercem uma ação muito forte sobre os sistemas sociais, com particular destaque para o sistema educativo e para os sistemas, laboral, de saúde e de segurança social. No primeiro caso, as quebras da população escolar têm determinado perturbações ao nível da frequência e da procura dos alunos, gerando igualmente preocupações ao nível das necessidades de formação dos recursos humanos decorrentes das alterações do mercado de emprego e da orientação das aprendizagens que lhes permitam enfrentar a diversidade de situações conducentes à socialização da população escolar em contextos marcados por forte diversidade étnica e cultural.

Figura 7 - Monte Redondo - Estrutura etária da população residente (2011)



Os reflexos dos fenómenos demográficos sobre os sistemas, laboral, de saúde e de assistência social, prendem-se com o envelhecimento da população portuguesa determinando a escassez de mão de obra em certos setores produtivos e o fenómeno de recrutamento de

trabalhadores imigrantes; o aumento dos índices de dependência ²⁸, ou seja, o aumento dos idosos sobre a população em idade ativa. Na atualidade estas são algumas das questões relacionadas com o seu “crescimento zero”, com a alteração profunda das suas estruturas e com distribuição espacial marcada pelo despovoamento do interior e litoralização. Prendem-se ainda com o fenómeno das migrações humanas nas suas componentes de emigração e de imigração.

Tabela 8 - População residente: variação entre 2001 e 2011 (%).

	Variação total	Grupos etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
M.Red.	1,45	-15,31	-22,64	5,94	39,81
Carreira	-12,79	-27,68	-41,55	-7,62	14,67



Diocese de Leiria-Fátima

O povoamento do território português, sobretudo no período subsequente à Reconquista, mantém uma estreita relação com o poder da Igreja e o seu contributo na formação de novas paróquias que funcionaram como elementos estruturantes da ocupação do Reino. Conjuntamente com a Igreja, diversas ordens religiosas tais como os Cistercienses, os Templários, os Hospitalários, as Ordens de Santiago, de Aviz e de Cristo (oriunda dos Templários), bem como o poder régio contribuíram para a fixação de novos moradores aos quais concederam privilégios definidos em cartas de foral, nas quais ficavam estabelecidas as regras de ocupação e as suas relações com a Coroa.

No caso presente a ocupação humana do território da antiga diocese de Leiria foi construída através da desanexação das freguesias da cidade e o acolhimento de outras paróquias, em 22 de maio de 1545. Nessa data a Igreja de Santa Maria (N^a. S^a. da Pena), foi ereta em catedral. A esta Igreja e à nova Diocese ficaram a pertencer os vastos domínios

28 Uma vez que as populações em idade muito jovem e em idade avançada constituem populações dependentes, por não contribuírem diretamente para a produção de riqueza, é comum dividir-se a população em três grupos etários: jovens (de idade inferior a 15 anos), idade ativa (população entre os 15 e os 64 anos) e idosos (população de idade superior a 65 anos) e calcularem-se três indicadores de dependência, assim estabelecidos: índice de dependência de jovens = Jovens/ativosx100; índice de dependência de idosos = idosos/ativos/100 e índice de dependência total = jovens+idosos/ativosx100.

territoriais do Castelo e Leiria, aos quais se juntaram as paróquias de São Miguel das Colmeias, São João de Espite, São Cristóvão da Caranguejeira, São Simão da Ribeira de Litem e São Salvador do Souto. Na área de referência, este processo afetou profundamente a organização religiosa do território da margem direita do rio Lis, repartido entre o Bispado de Coimbra e as ordens religiosas de Santa Cruz de Coimbra e a de Cister de Alcobaça, dando origem à criação de novas paróquias do Bispado de Leiria e ao seu alargamento por incorporação de outras terras. Retenhamos algumas notas.

Escreveu Vasconcelos (1942.III, 404): "Quando a diocese de Lisboa era ainda apenas arcebispado, criou-se na Estremadura, em 1545, a de Leiria, à custa da de Coimbra". A nova diocese foi "desanexada da de Coimbra e libertada da jurisdição que, a vários títulos, nela exerciam o prior-mor de santa Cruz, o Bispo de Coimbra e o Arcebispo de Braga", sendo que esta ficou subordinada quanto ao "direito metropolitico, ao Arcebispo de Lisboa" (Zúquete, 1943, 24-25). Transcreve-se de "O Couseiro" (1868, 159) a nota sobre a criação desta Diocese:

"presidindo na Igreja Catholica o Papa Paulo 3º, que entrou no summo pontificado no anno de 1534, sendo rei d'este reino D. João 3º, 11º anno do seu pontificado, que era o de 1545 do nascimento de N. Senhor Jesus Christo, em os 22 de maio, a instancia do mesmo rei D. João, passou a bulla da creação d'este bispado, levantando em sé cathedral a egreja de N. Senhora da Pena, assignando-lhe a cidade e seu termo por districto, transferindo-lhe a jurisdicção e direito do prior mór de Santa Cruz e do bispo de Coimbra, isentando de Braga, que era sua metrópole, e passando-o á de Lisboa".

Para Cristino (1989, 5) este gesto pode interpretar-se "sem patriotismos exagerados, que além dos motivos de ordem religiosa e política, a região de Leiria pela sua projeção regional em todos os aspetos merecia ser especialmente honrada com a dupla distinção de diocese e cidade". Como se depreende o movimento de criação de novas paróquias, tributárias dos Bispados, enriqueceu a Sé de Leiria tendo desempenhado neste processo um papel de relevo o Bispo, D. Pedro Castilho, homem influente da corte e Vice-Rei que incentivou, enquanto Bispo de Leiria, este movimento. Este facto está perpetuado na evocação que se lhe faz no largo adjacente à Igreja paroquial de Monte Redondo.

Depois da criação das novas paróquias e pelo final do século XVI, a Diocese de Leiria englobava duas partes distintas: o "Bispado Velho, constituído pelas freguesias que tinham sido jurisdição do Prior-mor do Bispo de Coimbra e as que delas derivaram" e o "Bispado Novo, constituído pelas freguesias que ao Bispado foram anexadas em 1585, as

vilas de Ourém, Porto de Mós, Aljubarrota e Alpedriz com seus têrmos" (Zúquete, 1943, 29). Esta referência obriga a ter em consideração a evolução da divisão eclesiástica das Dioceses e das Paróquias que a partir da Reconquista permitiu a criação de diversos núcleos de povoamento. Tais núcleos foram confirmados pela presença de um cura que estabelecia a dependência religiosa em relação ao Bispo ou às ordens religiosas que exerciam a sua jurisdição sobre determinadas parcelas do território, outrora dependentes do Castelo de Leiria.

Sobre os limites desta circunscrição administrativa observa o citado autor (op. cit., 76) que, "com a consumação desta separação, o termo de Leiria ganhava nova fisionomia que perduraria até às reformas liberais oitocentistas". Em torno da "igreja-mãe da Igreja episcopal" (Enciclopedia Católica Popular), passaram a aglutinar-se as paróquias e fregueses da área da Diocese, com as suas obrigações e deveres para com o Prelado e o seu clero. É este espaço que em datas sucessivas vai dando origem a novas divisões eclesiásticas (e mais tarde administrativas), através da constituição de diversas paróquias. Diz-nos J. Serrão (1989.V, 7) que a 'paróquia' é "cada uma das circunscrições territoriais duma diocese que tenha igreja própria, com uma população a ela adstrita e um sacerdote incumbido do cuidado das almas".

A diocese corresponde a uma "porção do povo de Deus confiada a um bispo" (Enciclopédia Católica Popular), correspondendo "a uma área territorial administrada pelo Prelado e dividida em paróquias, que se podem agrupar em arciprestados, também chamados vigararias forâneas ou ouvidorias." (loc. cit.). A este respeito registe-se a criação da diocese de Leiria - conjuntamente com as de Miranda do Douro, Portalegre e Elvas - ao tempo de D. João III e no tempo do pontificado de Paulo III (1547), "com a atribuição de rendimentos provenientes de domínios que pertenciam ao arcebispado de Évora" (Castro, 1991, 307), "testemunha o desenvolvimento das instituições religiosas locais e o alcance da libertação da direção eclesiástica dos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra" (loc. cit.). Em simultâneo "a elevação da vila a cidade representa ainda uma indicação do desenvolvimento da atividade social do povoado leiriense" (loc. cit.) e o reforço da sua posição interna.

Este fenómeno que levou à afirmação das atividades económicas do território leiriense, esteve relacionado com a constituição das paróquias religiosas consideradas como centros autónomos da vida espiritual das comunidades. Assim se entende o processo de criação das novas freguesias, principalmente a partir do começo de Quinhentos, quando se acelerou a autonomização de novas unidades religiosas a partir das existentes, tal como aconteceu em 1600, com a criação da paróquia da Marinha, então desmembrada da paróquia de S. Tiago do Arrabalde da

Ponte. De realçar que no início do século XVI Leiria era considerada como uma das mais notáveis vilas do Reino, sendo assim designada em carta endereçada por D. João III ao embaixador de Portugal em Roma (Zúquete, 1943, 22).

Além da sua categoria como cidade, Leiria mantinha uma posição estratégica, como observa Castro (1991, 308): a “relevância central desta sub-região resulta antes de mais nada da sua comparticipação na vida coletiva dos portugueses, com os seus reflexos diretos e indiretos ao longo dos séculos no Portugal moderno, em particular quando olhamos para esta época histórica que vai dos séculos XVI a XVIII”. Do livro: “O Couseiro” ou Memórias do Bispado de Leiria.²⁹ (1868, 157-158) transcrevemos essa descrição:

“Capitulo 102º - Das freguezias da jurisdição do Prior Mór e do que se chama Bispado Velho

Ao tempo que se creou este bispado havia sómente na jurisdição do prior mór as freguezias seguintes: N. Senhora da Pena, S. Pedro, S. Thiago do Arrabalde, Santo Estevão, S. Martinho, Monte Real, Maceira, Batalha, Reguengo, Pataias, das quaes algumas se extinguiram, e das outras se desmembraram as que de novo ha, pelo tempo adiante, como em seus logares se dirá.

Chama-se bispado velho a cidade, as freguezias de S. Pedro, S. Thiago, S. João de Monte Real, S. Lourenço de Cravide, S. Paulo d’Amor, N. Senhora do Rosario da Marinha, N. Senhora da Esperança de Pataias, N. Senhora da Luz da Maceira, Santa Cruz da villa da Batalha, S. José d’Alquidão da Serra, no termo de Leiria, N. Senhora dos Remedios do Reguengo, N. Senhora da Gaiola das Córtes, Santa Margarida do Arrabal, Santa Catharina da Serra, no que é termo de Leiria, S. Christovão da Caranguejeira; e tambem se incluem no bispado velho as freguezias de S. João d’Espite, S. Simão da Ribeira de Litem, N. Senhora da Conceição de Vermoil, S. Miguel das Colmêas, S. Salvador do Souto da Carpalhoza, N. Senhora da Piedade de Monte Redondo e S. Miguel dos Coimbrões; posto que n’ellas não tinha jurisdição o prior mór, mas sómente uma terça dos dizimos, e a jurisdição era do bispo de Coimbra; e em todas estas freguezias não toma conta das confrarias, nem dos hospitaes, nem das albergarias que n’ellas houver, o provedor da comarca, senão o ecclesiastico privativamente, em razão dos privilegios que tinha o prior mór e convento de Santa Cruz, que com a renda e jurisdição passaram ao bispado e seu prelado, como tambem a Gafaria. Nos testamentos tem alternativa com o ecclesiastico, na fôrma

29 Braga, Typographia Lusitana, 1868

de concordata, de modo que o provedor toma conta nos testamentos das pessoas que faleceram nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro, dezembro, e o eclesiástico dos que faleceram nos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro.”

Quando da criação do Patriarcado de Lisboa, em 1716, passou o bispado de Leiria a “sufragâneo do Patriarcado, ou Lisboa ocidental” (Cabral, 1993.III, 16). Contudo na história da evolução da Diocese, contam-se períodos de maior crise como o que se registou durante as Invasões francesas, quando monumentos religiosos foram saqueados e incendiados e a população obrigada a fugir das suas residências e campos de trabalho, agravando o estado de depauperamento social. Acresce a este facto a extinção dos Conventos e Ordens religiosas, em 1834 e a extinção da própria Diocese, o que sucedeu em 1881. Notícias da época³⁰, trancrevem a indignação dos habitantes: “Está coberta de luto a antiga e nobre diocese de Leiria! A sua catedral singela, mas imponente, desce prostrada, pelo braço herético do governo progressista, até à humildade de igreja paroquial (...)” iniciando-se de imediato, o processo da sua restauração. Prossegue a mesma fonte de informação (O Couseiro, 2011, 436-437): “Mas esta diocese foi traída e enganada, como traído e enganado foi o Sumo Pontífice, a quem se não deixaram subir uma só das representações, que há um ano os povos deste bispado fizeram em prol dos seus direitos sacratíssimos (...). Avante pois; e se o sumo pontífice anuir, como é de esperar, a gratidão dos homens e as bênçãos do céu cubram os que trabalham para causa tão santa e justa!”.

A restauração da Dioceses vai acontecer em 17 de Janeiro de 1918, na sequência de um movimento em que participaram a Câmara, leigos e sacerdotes de Leiria, entre os quais se destaca o Rev. Pe. José Lacerda e o seu contributo escrito através do semanário, “Mensageiro”, que dirigiu durante décadas. Com se lê no site oficial desta Diocese³¹, “na segunda década do século XX, ainda a Diocese não fora restaurada, novas dificuldades surgem em Leiria. Em consequência da lei da separação da Igreja do Estado dá-se a expoliação dos bens da Igreja e a perseguição aos seus membros. Algumas igrejas e o paço episcopal são transformados em quartéis militares ou ocupadas por entidades estatais.”

Depois das aparições de Fátima, “a Diocese recebe como sua padroeira, ao lado de Santo Agostinho, Nossa Senhora de Fátima, ficando assim com dois padroeiros. Por decreto da Congregação dos Bispos, de 13 de maio de 1984, confirmado pela Bula pontifícia “Qua

30 “Diário de Portugal, nº 1079 de Domingo, 26 de junho de 1881 (In. O Couseiro, 2011, 4ª Edição)

31 In: <http://www.leiria-fatima.pt/>, em 15NOV11

pietate”, com a mesma data, foi dado à Diocese o título de Leiria–Fátima.” Por fim regista o mesmo documento que, “na sequência do Concílio Vaticano II, assistimos ao surgir de movimentos de espiritualidade e apostolado, e à implementação de serviços diocesanos de dinamização pastoral e de formação de leigos.”

Na sua configuração territorial esta Diocese abarca uma área que inclui os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós e Ourém e parte ainda do concelho de Alcobaça. A sua divisão inclui as seguintes Vigararias: Leiria, Marinha Grande, Milagres, Monte Real, Colmeias, Ourém, Fátima, Batalha e Porto de Mós. Por sua vez estas Vigararias são formadas por Paróquias, integrando a paróquia de Monte Redondo, a Vigararia de Monte Real. Além das paróquias, a diversidade de situações sociais e de instituições existentes no seu território justifica a existência de seis Capelarias: Base Aérea nº 5, Imigrantes Ucranianos de Rito Greco-Católico, Estabelecimento Prisional de Leiria, Estabelecimento Prisional Regional de Leiria, Hospital de Santo André e Regimento de Artilharia de Leiria. O Santuário de Fátima tem como responsável o Reitor e vários Capelães.

Os serviços da Diocese englobam a Curia diocesana e Órgãos consultivos, na dependência do Bispo de Leiria-Fátima³² pastor dos movimentos religiosos diocesanos.



Distribuição da população

O modo como a população se distribui no território permite conhecer a forma como se processa a utilização do solo, as atividades dominantes e a vida de relação estabelecida entre as populações vizinhas. Como bem assinalou Vidal de la Blache (1954), "Os estabelecimentos humanos não encontraram por toda a parte as mesmas solicitações de agrupamento. A difusão das águas, a diversidade das orientações, a fragmentação da terra arável, fornece espontaneamente em diversos pontos a soma de condições necessárias para uma existência fixa." De forma concentrada ou dispersa, os casais distribuem-se no território de acordo com as potencialidades do solo e as acessibilidades físicas e económicas que permitem a subsistência das populações.

32 Na atualidade, D. António Augusto dos Santos Marto

A densidade média da população na freguesia de Monte Redondo orça uma centena de hab./Km², distribuição que está longe de atingir os índices mais elevados de concentração humana que identificam outras áreas do concelho. No município de Leiria este valor supera os 182,5 hab./Km² e no continente português orça os 105,5 hab./Km². Tendencialmente a rarefação dos habitantes aumenta com o afastamento do centro, a diminuição das acessibilidades, as condições do solo e a sua cobertura vegetal. Note-se que a superfície da freguesia é de 45,43 km², extensão que conduz a uma distribuição heterogénea dos habitantes pelos lugares principais e não esconde a antiguidade de povoamento nem as novas formas de ocupação, principalmente junto das principais vias de circulação. Esta distribuição segue o padrão de uma antiga dispersão de lugares, alterada pelo processo de reurbanização dos principais centros de atividade económica e o aumento dos dormitórios que as novas facilidades de circulação vieram a criar em torno da cidade de Leiria.

Em relação a este município registou-se entre 1991 e 2001 um reforço da concentração humana na coroa de freguesias mais próximas do centro urbano e junto dos principais eixos de circulação rodoviária, tendência que mantém na atualidade devido à intensificação da construção nestes locais de maior acessibilidade física. Tal distribuição segue, no entanto, as orientações estabelecidas no Plano Diretor Municipal, instrumento de gestão do território relacionado com a sua ocupação, ordenamento e estratégia de desenvolvimento.



Emigração I: apresentação geral

Considerada por Serrão (1976) como uma constante estrutural da sociedade portuguesa, a emigração tem sido igualmente influenciada pela evolução da conjuntura internacional e das situações políticas e económicas internas que têm condicionado a marcha deste movimento. Assim aconteceu durante a segunda metade do século XIX, ainda antes da abolição da escravatura no Brasil, em 1888, quando este país a braços já com a falta de mão de obra provocada pelo alargamento das plantações, procurou colmatar essa lacuna com o recrutamento de portugueses e de outras nacionalidades. E a avaliar pelos dados contidos nas estatísticas oficiais, o número médio de emigrantes portugueses para este país terá ultrapassado, entre 1911 e 1913, as 32.000 saídas anuais, o

que corresponde à grande fase da emigração transoceânica portuguesa e de muitas outras nacionalidades do continente europeu.

Uma referência aos “Cantares d’ Além-Mar” de E. Mayone Dias, permite identificá-los:

“Por terras distantes
Entre sofrimentos
Cavaleiros andantes
Nas asas dos tempos
São os emigrantes”.

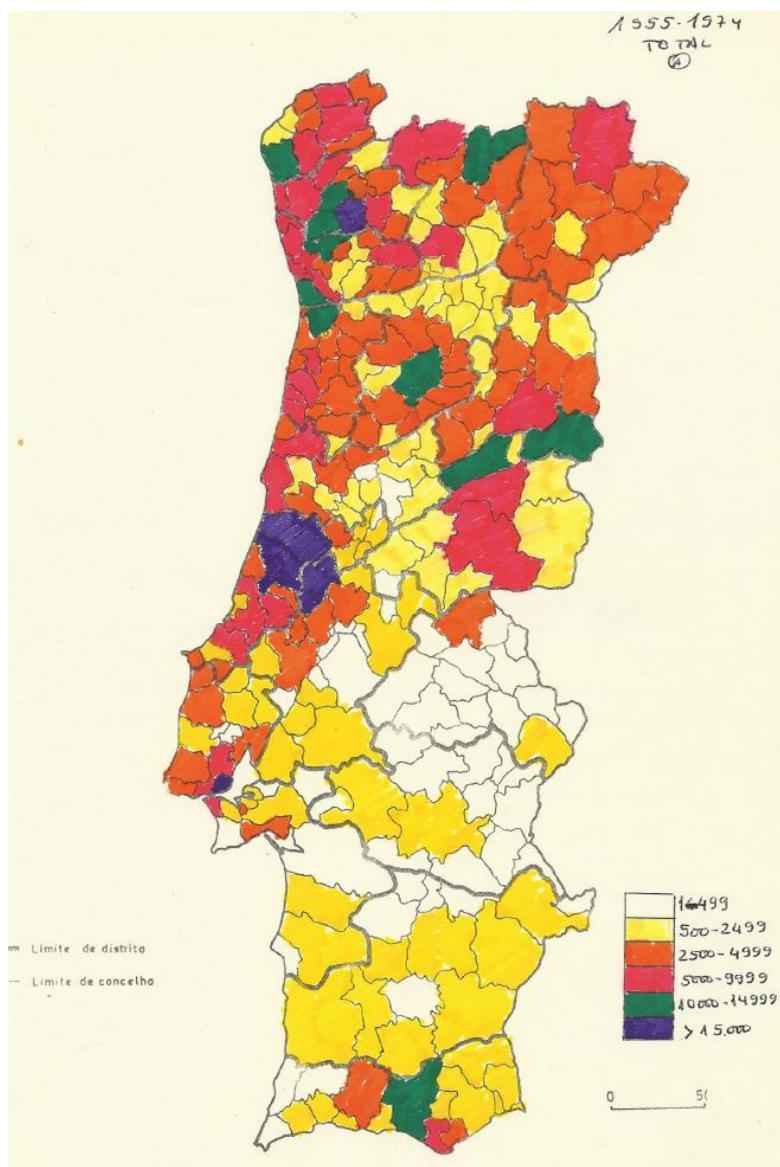
O acréscimo desse movimento, agora com destino à Europa, veio a suceder em data mais recente, no final da 2ª grande guerra, com o enorme fluxo de saídas para os diferentes países da Europa, em particular para a França, a Alemanha e o Luxemburgo, provocadas pelas carências de mão de obra indiferenciada destinada à construção civil e obras públicas, à indústria e aos serviços domésticos e imprescindível para o processo de reconstrução e de expansão dos sistemas económicos nacionais. Em sentido inverso têm atuado as crises militares e políticas vividas durante o primeiro e o segundo conflitos armados e durante os períodos de recessão económica, como o que se viveu no início dos anos trinta ou já recentemente na década de setenta, nos anos noventa e desde o início do século atual.

Daí que se tenha assistido, durante estes últimos anos, a uma alteração significativa dos fluxos emigratórios, não só do tradicional movimento transoceânico, dominado até aos finais dos anos cinquenta pelas saídas para o Brasil, mas já da corrente intraeuropeia, que se fortaleceu entre 1957 e 1974 e se prolonga nos dias de hoje. Do mesmo modo não podemos esquecer o movimento de saídas, igualmente influenciado pela expansão económica do pós-guerra com destino aos países do continente norte-americano (E.U.A. e Canadá) ou mesmo ao continente africano - R. África do Sul, República do Zaire, Líbia, Argélia e mais recentemente para Angola e outros destinos - registado nas últimas décadas.

Embora generalizada a todo o território a emigração tem sido mais significativa na metade setentrional do país, em particular no Minho, que é considerado o berço da emigração portuguesa. Repare-se, no entanto, que o restante território do noroeste português tem constituído igualmente uma das áreas mais afetadas por este movimento devido à densidade demográfica e às facilidades de navegação (Serrão, 1976) conferidas pela existência de vários ancoradouros. Entre estes destacam-se as barras do Douro e do Lima ou o porto vizinho de Vigo, locais onde com a "colaboração ativa das autoridades consulares brasileiras" se

desenvolvia uma "imensa teia de recrutamento" clandestino, com destino aos portos do Brasil (H. Pereira, 1981).

Figura 8 – Emigração total por concelhos 1955 - 1974



Muito embora outros habitantes oriundos do noroeste do território tenham outrora escolhido, como locais de fixação, as províncias da Estremadura e do Alentejo (Ribeiro, 1955) ou mais recentemente os centros urbanos do litoral, as saídas para o estrangeiro, principalmente para o Brasil, constituíram até ao final da primeira metade do séculoXX uma das suas preferências. Pelo contrário a metade meridional do território, igualmente menos povoada, só tardiamente foi afetada por este movimento, que nos distritos de Évora, Beja e Setúbal ganhou

maior expressão com as saídas para a R.F.A. - respetivamente 1689, 6137 e 7061 emigrantes entre 1955 e 1981.

Para além das causas de índole social (tradição e rutura dos laços sociais e ideológicos) diretamente relacionadas com este facto, têm ainda condicionado a evolução deste movimento os fatores de ordem económica (nível de vida, possibilidade de alienação de bens para aquisição das passagens) e, sobretudo, as causas de natureza psicológica relacionadas com a difusão de informação (Rocha-Trindade, 1973). Estas causas, conjuntamente com o mercado do emprego justificam a desigual repartição deste movimento no território português. Este fenómeno decorre ainda dos desequilíbrios regionais e do modo de funcionamento das "instituições, pela constituição de propriedade e organização social" (Marreca, 1854; in Serrão, 1976), que exprimem "a desordem sempre crescente da economia social portuguesa" (O. Martins, 1956). De tal modo que as saídas da nossa população ficaram assim descritas nas páginas de Guerra Junqueiro ("Finis Patriae"):

“Olhai, olhai, vão em manadas
Os emigrantes
Uivos de dó pelas estradas,
Junto do cais, nas amuradas
Das naus distantes...
Velhinhas, noivas e crianças,
Senhor! Senhor!
Ao voar das últimas esp'ranças
Crispam as mãos, mordendo as tranças,
Loucas de dor!
Lá vão levados, vão levados,
Pelo alto mar ...
Voltarão?
Quando, mar profundo?
Jamais! Jamais!”

Como notámos, uma das características mais recentes da emigração portuguesa foi não só a sua expansão registada durante o terceiro quartel do século XX, mas ainda o declínio da tradicional corrente transoceânica substituída, entre 1957 e 1974, pela emigração intraeuropeia. Paralelamente a este movimento intensificaram-se as saídas clandestinas, outrora dirigidas para o Brasil, para a Argentina e para os Estados Unidos da América (Martins, 1956), facilitadas pela atuação de "organizações especializadas em tal tráfego" que atuavam em diversos pontos do território.

O mesmo tipo de movimento foi ainda conhecido noutros períodos mais recentes da história da emigração portuguesa, como se verificou

nos anos cinquenta quando o governo canadiano impôs grandes restrições à permanência de navios portugueses com tripulantes que visitassem pela primeira vez aquele território. Posteriormente há notícias sobre a presença ou a expulsão de portugueses entrados clandestinamente em diferentes países do continente europeu e americano. Contudo, a maior parte dessas partidas registaram-se para França onde foram estimados, no período de 1960 a 1984, mais de 648,3 milhares de emigrantes que entraram naquelas condições. Devido, no entanto, às medidas de restrição impostas pelos países ocidentais desde a década de setenta, assistiu-se gradualmente ao declínio deste movimento para o velho continente pondo-se assim praticamente termo ao ciclo emigratório europeu mas surgindo, em contrapartida, novos centros de interesse. Foi o caso da emigração para a Austrália (5114 emigrantes entre 1980 e 1984) e para alguns países do Médio Oriente (Arábia Saudita, Israel, Iraque), do Norte de África (Argélia e Líbia) ou mesmo para outros destinos no continente americano - Venezuela, Canadá e E.U.A.. Em data posterior, a Suíça, Andorra, Luxemburgo e Reino Unido atraíram novos e importantes fluxos de trabalhadores portugueses.

Esta variação pode comprovar-se através da análise da emigração legal para a Europa, praticamente inexistente durante a década de cinquenta e que se intensificou durante as duas décadas seguintes, para decair nos últimos anos de oitenta. Note-se que a par desta emigração de longa duração, desenvolveu-se ainda a contratação temporária de mão de obra portuguesa para França e para a Suíça, países que antes ainda dos anos sessenta necessitavam já deste tipo de emigrantes. O mesmo aconteceu com a Inglaterra, Luxemburgo, Espanha e para algum dos países já referidos situados em África e no Médio Oriente. A chamada emigração temporária marca, nos dias de hoje, fluxos distintos na sua composição, vínculo laboral, duração da estadia, estatuto e regalias. Para a Europa, insere-se no quadro da mobilidade de recursos humanos, considerada como um dos pilares da cidadania europeia no seio dos países da EU-28.

A estrutura etária da emigração legal portuguesa registada entre 1955 e 1981 é sugestiva do maior peso das saídas dos indivíduos do sexo masculino (705.614 indivíduos) sobre os do sexo oposto (493.391 mulheres), facto que foi notado em relação aos diferentes grupos de idade afetados por este movimento. Se atendermos ao total de emigrantes saídos durante este período, verifica-se que para além do número elevado de jovens com idade inferior aos 14 anos de idade (da ordem dos 28% do total), os grupos etários mais representados referem-se aos adultos, entre os 25 e os 29 anos e dos 35 aos 44 anos. Do

mesmo modo são estes grupos etários mais afetados pela emigração masculina - respetivamente 11% e 10% daquele todo -, o que confirma a persistência de uma tendência mais antiga assinalada já por Eça de Queirós (1979), que considerou ser a emigração portuguesa "espontânea e puramente económica (...) individual e isolada". O mesmo terá ainda acontecido no início do século XX, não só para o Brasil, mas ainda para os restantes países do continente americano (E.U.A., Argentina, Venezuela e Canadá - cf. Evangelista, 1971) e a partir dos anos cinquenta, com o incremento da emigração legal e clandestina para a Europa.

Separando a composição deste movimento para a Europa, dos restantes países, verifica-se que a emigração pioneira para a Europa, essencialmente masculina, representou mais de 3/4 do corrente legal em 1957, e em 1958 ou entre 1961 e 1963, aproximando-se ainda desse todo em 1970 e 1973. Valores que comparativamente ao movimento transoceânico superaram esporadicamente os 60% em 1955, em 1957 e finalmente em 1981, como consequência do processo de reagrupamento familiar notado neste tipo de deslocações. Com o evoluir deste fenómeno outras características surgiram fazendo realçar o contributo da emigração individual masculina e feminina, inserido agora em novos contextos de mobilidade intraeuropeia, de tipo temporário ou por saídas de ativos por recrutamento direto e períodos limitados.

Ainda que a emigração portuguesa seja caracterizada pelo maior predomínio da população masculina e pela saída de indivíduos jovens, em idade de trabalho, não devemos esquecer que a emigração familiar tem igualmente constituído uma das componentes mais importantes deste movimento. Esta ocorrência foi justificada por Martins (1956) pela "excessiva densidade de população" e miséria existente não só no continente mas, também, nas Ilhas Atlânticas. Aqui essa quota terá oscilado entre os 30 e os 40 por cento, ao passo que "no Minho e na Beira Baixa (Aveiro, Coimbra) não vai além de 9 e 3, respetivamente". Contudo a emigração familiar constituiu um dos pilares da colonização, não só do Brasil, mas ainda dos antigos territórios africanos administrados por Portugal (Serrão, 1976) para onde foram transplantadas famílias inteiras das regiões norte e centro do continente e da ilha da Madeira.

Relativamente a um passado próximo, dos anos cinquenta em diante, verificou-se no termo da década de sessenta e entre 1974 e 1978, que a emigração familiar superou a saída de isolados. Este fenómeno poderá justificar-se pelo agravamento ocasional do mercado de trabalho ou ainda pelas restrições à contratação de novos emigrantes, permitindo-se

apenas o reagrupamento familiar, como se veio a notar a partir da segunda metade da década de setenta.

Será ainda importante considerar que o acréscimo da emigração familiar anda geralmente associado ao incremento das saídas de mulheres que se vão juntar ao respetivo cônjuge após alguns anos de permanência deste no estrangeiro, facto que se verificou quer em relação ao movimento intraeuropeu, quer na corrente transoceânica a qual regista, globalmente, a maior percentagem de indivíduos do sexo feminino. Tal situação alterou-se devido à aplicação dos Regulamentos Comunitários (Reg. n.º 1618/68 de 15 de outubro) relativos aos direitos dos membros de família e trabalhadores migrantes que favoreceram o reagrupamento dos diversos membros do mesmo agregado familiar.

Ao abrigo destes Regulamentos e após o Ato de Adesão de Portugal à C.E.E. assinado em 12.6.85, o reagrupamento familiar foi substancialmente facilitado, um vez que se tornou extensivo a todos os membros da família que a cargo do trabalhador já instalado nos países de C.E.E. (descendentes com menos de 21 anos e ascendentes do trabalhador e do conjugue deles dependentes) e desde que este disponha de um alojamento adequado. De acordo com essa legislação, o reagrupamento familiar dos familiares do trabalhador instalado com este num Estado Membro "só progressivamente beneficiarão do livre acesso ao emprego assalariado, tendo de cumprir certos períodos de residência para aquisição desse direito" (I.A.E.C.P., 1986). Dizia-se ainda que, "as autoridades do Estado Membro de acolhimento, no que respeita aos filhos de trabalhadores de outros Estados Membros que não reúnem as condições mínimas de residência, não podem proibi-los de trabalhar no âmbito de um contrato de aprendizagem".

A evolução recente da emigração portuguesa e das migrações em geral na Europa têm conduzido e justificado novas medidas de âmbito cultural e educacional, conducentes ao acolhimento de diferentes comunidades e culturas e à sua inclusão social e social.



Emigração II: acolhimento e regresso

A presença de mão de obra estrangeira residente nos diferentes países da Europa Ocidental não é um fenómeno recente, embora tenha conhecido um enorme incremento no período seguinte à segunda guerra mundial quando se verificou o recrutamento maciço de trabalhadores

oriundos da bacia do Mediterrâneo e de outros territórios vizinhos, que para ali se dirigiram em grande número.

Considerando os valores referentes a meados da década de setenta (1975 e 1976), verifica-se que no conjunto dos nove países mais afetados por estes movimentos - R.F.A., Austria, Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra, Suécia e Suíça - residiam então mais de dez milhões de estrangeiros, dos quais cerca de 5,8 milhões exerciam uma atividade económica remunerada. Deste montante, 1,9 milhões residiam na R.F.A. (527.000 turcos, 390.000 jugoslavos, 276.000 italianos); 1,5 milhões em França (360.000 portugueses, 331.000 argelinos e 204.000 espanhóis); 0,86 milhões no Reino Unido (dos quais 56.500 italianos e 24.000 espanhóis). Os trabalhadores portugueses, em número de 459.044 repartiam-se, para além da França, pela R.F.A. — 63.000, pelo Luxemburgo — 12.500, pela Bélgica — 6.000 e pela Holanda — 5.000, estando igualmente representados, embora em menor número nos restantes países da C.E.E. Para o conjunto dos países da Europa Comunitária o seu número orçava em 1983 os 445.000 emigrantes, mantendo-se como principal polo desta emigração a França: 358.100 emigrantes e a R.F.A. 55.700 emigrantes.

A satisfação de numerosos pedidos de obtenção de vistos e de contratos de trabalho para os países de imigração foi facilmente conseguido para muitos países da Europa até 1973, antes das medidas de suspensão tomadas pelos tradicionais países importadores de mão de obra no final desse ano e nos anos seguintes, pondo assim termo a mais um "ciclo emigratório", o europeu, que se vinha a desenrolar desde os finais da década de cinquenta. Assinala-se, por outro lado, que as necessidades de mão de obra então sentidas favoreceram algumas ações de recrutamento levadas a cabo pelos respetivos serviços de imigração (no caso de França, pelo "Office National d'Immigration" e da R.F.A., pelo "Bundesanstalt"), que instalaram os seus serviços em Portugal, procedendo à seleção e colocação de muitos trabalhadores migrantes nestes países.

Em muitos casos, porém, a regularização destes trabalhadores processou-se já nesses países quando de emigrantes clandestinos se tratava ou de indivíduos portadores de passaportes de turista os quais, após a obtenção de um contrato de trabalho, acabaram por regularizar a sua situação junto das autoridades competentes. Em quaisquer dos casos a proteção desta mão de obra foi assegurada através de acordos assinados entre Portugal e alguns dos países de imigração, de que se relatam os mais antigos: Holanda (1963); R.F.A. (1964); França (1977); Venezuela (1978); Bélgica (1978) e Luxemburgo (1977 e 1978), ou ainda através de convenções assinadas entre o Governo português e

organismos internacionais, como a O.I.T. (1949 e 1975), o Conselho da Europa (1971) e a C.E.E., em 1985. Depois da adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, a mobilidade de cidadãos neste espaço é regulado pelo respetivo tratado de adesão, permitindo a livre circulação de trabalhadores dentro das suas fronteiras.

Para além das questões relacionadas com a contratação, o âmbito destes acordos veio a alargar-se contemplando, ao tempo, as condições de trabalho, a formação profissional, a assistência social, a integração social e o ensino, assuntos que antes ainda da adesão de Portugal à C.E.E. (atual, U.E.), mereceram especial atenção por parte do Conselho da Europa que promoveu a aprovação de resoluções entre os governos dos países membros. Entre estes destacam-se os estudos sobre a "Educação Intercultural", considerada "não uma utopia, mas uma opção preferida cada vez mais pelos responsáveis pela educação e agentes sociais interessados na coeducação das crianças migrantes e dos autóctones e preocupados com a inserção dos imigrantes na comunidade local" (Conseil de l'Europe, 1983). Tal tarefa nem sempre foi facilitada dadas as condições menos favoráveis de emprego existentes nos diversos países da Europa e com medidas de apoio ao movimento de retorno. Ao tempo a dimensão deste movimento fez-se sentir em diversos períodos da nossa história emigratória e em áreas distintas do país afetadas pelo movimento de saídas. Para além da emigração de carácter definitivo, o regresso após alguns anos de permanência no estrangeiro, constituiu uma das características dominantes da emigração portuguesa.

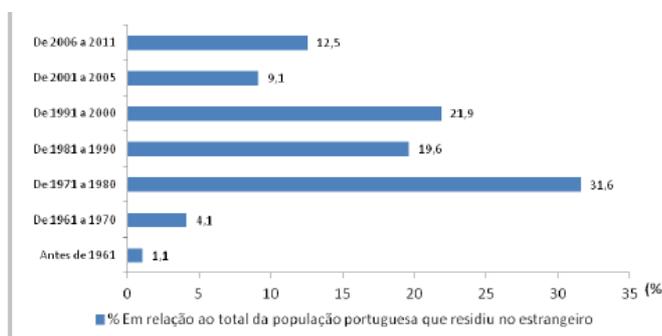
Estudos da década de oitenta apontam como duração média da permanência no estrangeiro cerca de 15 anos (Silva, 1984), duração algo inferior à conhecida durante o ciclo da emigração transoceânica, o único movimento de que se conservam elementos mais completos. Através dos últimos recenseamentos da população é possível conhecer com mais detalhe os valores globais do regresso de portugueses anteriormente residentes no estrangeiro. A sua análise vem comprovar a extensão do fenómeno a partir dos anos sessenta bem como a incidência e volume da população ex-emigrante entre os diversos períodos intercensitários.

Se atendermos aos dados compilados nas estatísticas oficiais verifica-se que o número de emigrantes retornados isto é, de indivíduos munidos de passaporte de emigrante que regressam a Portugal definitivamente ou com a intenção de aqui permanecerem 4 ou mais anos (cf. Estatísticas Demográficas, I.N.E.) desembarcados por via marítima, ultrapassou, entre 1941 e 1972, os 75.000 indivíduos. Tal movimento, mantendo-se nos anos seguintes, mostra como o projeto individual do emigrante e da sua família, as condições de trabalho e outras condicionaram a sua

fixação e presença à data do último recenseamento. Entre elas destaca-se a conjugação de fatores distintos:

- Incentivos ao regresso de emigrantes estabelecidos em países europeus, como em França e na Alemanha, nos anos próximos à 1ª crise energética de 1973;
- Fenómeno de retorno de cidadãos portugueses das ex-colónias em data próxima à sua independência;
- Termo ou a suspensão do projeto emigratório individual e/ou familiar.

Figura 9 - População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro, por ano de regresso a Portugal (2011).



Fonte: INE, 2012

Estes exemplos correspondem ao fim do ciclo emigratório das primeiras gerações de portugueses que saíram para a Europa e para outros países no período correspondente ao ciclo de forte emigração portuguesa dos anos sessenta e setenta do século passado. Nos tempos de hoje, estas e outras razões relacionadas com o estado do mercado de emprego em Portugal e na Europa justificam a continuidade do fenómeno emigratório e os fluxos de mobilidade da nossa população, hoje constituída essencialmente por jovens e adultos, de formação média e superior, que por períodos limitados ou de maior duração procuram encontrar, fora do país, as oportunidades de emprego que assegurem a sua sobrevivência e o retorno do investimento realizado na sua formação académica e /ou profissional.

Alguns dados colhidos localmente permitem-nos ajuizar da importância e das características deste fenómeno, principalmente no que respeita ao sentir e vivência dos familiares e emigrantes mais idosos, tocados igualmente pelos sentimentos que inspiraram Jaime Cortesão:

“Partir é quase morrer
Pode ser pra nunca mais:
Dentro do peito a bater

Um sino toca a sinais.
Ir no vapor, embarcar...
Custa pouco, vai depressa;
Mas a saudade é um Mar,
E esse nunca se atravessa.
A fome bateu-me à porta;
Oíço os filhos!... Pedem pão!...
Voz tão funda, que me corta,
Me retalha o coração!”



Emigração III: por terras de Monte Redondo

À semelhança do que ocorreu no concelho de Leiria, a emigração nesta freguesia foi marcada profundamente pela emigração europeia que se generalizou nesta área logo no início da década de sessenta. Anteriormente a esta década há registo de saídas para o Brasil e outros destinos transoceânicos que acompanharam a evolução deste movimento. Como noutras regiões do país também na área centro-litoral este fenómeno foi extensivo e partilhado pela sociedade local comprovando a oportunidade das rimas de Camões (“Os Lusíadas”) alusivas a este fenómeno:

“A que novos desastres determinas
De levar estes reinos e esta gente
Que perigos, que morte lhes destinas
Debaixo dalgum nome preminente!
Que promessas de reinos e de minas
D’ouro, que lhe farás tam facilmente?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?”

Embora conhecido, o movimento de saídas registado até meados do século passado não terá gerado um fluxo tão intenso como aquele que se expandiu por ação dos ‘passadores’ (engajadores) que por volta de 1960-61 intensificaram a sua atuação nesta freguesia. Daí que as primeiras saídas, algo temerárias, então registadas, tenham aumentado depois de 1964-65 divulgando-se ainda mais no termo dessa década. Esta situação foi idêntica à que se verificou noutras áreas do país e localmente ficou traduzida no abandono das terras de cultivo agrícola e por dificuldades de mão de obra nas indústrias de serração instaladas localmente. Acessíveis a alguns moradores as redes de passadores, sediadas nalguns

casos nas freguesias vizinhas permitiam vencer, a troco de uma quantia oscilando entre os 8.000\$00 e os 10.000\$00 por passagem, as dificuldades de um salário reduzido e insuficiente para fazer face às despesas das muitas famílias numerosas que residiam nesta freguesia.

Mesmo nos casos de proprietários rurais os poucos rendimentos alicerçados numa agricultura de subsistência, não permitiam grandes aforros. Em muitos casos, porém, e sempre que os rendimentos familiares eram reconhecidos oficialmente, a concessão de um passaporte de turista permitiu a primeira saída do país e a obtenção do almejado contrato de trabalho. Surge, nesta sequência, o aumento do número de partidas: o chefe do casal em primeiro lugar — abrindo caminho para os filhos mais velhos, recém-chegados da guerra de Angola ou de Moçambique — e só depois a mãe e a descendência mais nova, se as obrigações militares o permitissem.

A partir do início dos anos sessenta as saídas para o Brasil deixaram praticamente de se verificar sendo substituídas pela emigração para a França e a partir de 1963-64 para a Alemanha. Eventualmente um ou outro emigrante mais afortunado conseguiu o visto para os E.U.A., ou para o Canadá e só praticamente no início de setenta é que ocorreram as primeiras saídas para o Luxemburgo, desta vez por ação do recrutamento direto ou o mais frequente pela transferência de antigos emigrantes de França ou idos já para este país. Do mesmo modo quase uma década depois encontram-se referências às saídas de emigrantes temporários para a Suíça ou para alguns dos países do Médio Oriente.

A grande vaga da emigração entre sessenta e setenta foi em direção aos países da Europa de onde foram importados os primeiros velocípedes a pedal e a motor, os primeiros Citroen e Peugeot e os vistosos agasalhos em couro e pele, que em datas festivas atestavam o êxito deste movimento. Estes eram os sinais de prosperidade que animaram as primeiras saídas deste território. Simultaneamente animou-se o mercado fundiário passando as pequenas habitações tradicionais em adobe e tijolo, a ser substituídas por construções mais recentes: a casa térrea e de duas águas, de modelo antigo, foi substituída pela moradia de dois pisos, com composição, espaços e ornamentações mais dispendiosas. Estes foram sinais distintos do mesmo fenómeno que animou o comércio local e permitiu uma alteração da paisagem tradicional e da organização social, onde a mulher passou a desempenhar um papel mais ativo: mãe, educadora e procuradora nos negócios do marido ausente, situação que se manteve até ser suggestionada (ou compelida...) pelas grandezas deste fenómeno, partindo para reconstituir, noutra local, a antiga (ou recém-criada) constelação familiar.

Iniciado o processo são os contactos frequentes com a comunidade local: pela época de Natal ou nas férias de verão, quando têm lugar as festas tradicionais em honra de N^a. Sr^a. da Piedade, de St^o. Aleixo, de St^o. António, etc., ou eventualmente quando do casamento de um filho (ou do próprio emigrante), oportunidade muitas vezes aproveitada para uma estadia mais prolongada entre a família, para acompanhar a vindima, a poda, a empa, a colheita de azeitona ou para a construção de algum anexo ou da própria habitação. Certos emigrantes no início deste ciclo orgulhavam-se até do seu estatuto privilegiado de emigrantes temporários, sempre aceites no seu regresso a França, pelo respetivo patrão. O mesmo acontecia com o emigrante alemão, o qual geralmente ocupado na indústria tinha um calendário de trabalho mais rígido para cumprir.

Como noutras áreas do país, a crise energética de 1973 impediu a continuação deste movimento obrigando a um certo número de regressos aproveitados para a instalação de uma pequena oficina ou comércio, para a compra de uma viatura comercial ou o prosseguimento de trabalhos por conta de outrem ou por conta própria, na construção civil, na indústria ou na agricultura. Foi o retomar, nalguns casos, do ‘fio à meada’ das atividades tradicionais só interrompida por uma ausência de vários anos no estrangeiro, a qual garantiu o almejado pecúlio que a rotina do dia a dia e o nível de desenvolvimento local, jamais permitiriam aforrar.

A saída de habitantes repercutiu-se sobre o movimento da população residente afetando o seu crescimento e estrutura, bem como sobre os demais aspetos de índole económica e social da freguesia marcando, ainda hoje, o ritmo da vida e a dimensão de algumas festividades. Por esta razão a evolução demográfica da freguesia e de todo o concelho de Leiria acusou, em diversas épocas, perdas significativas de habitantes justificadas pela emigração. Tal situação não sendo isolada nesta área foi igualmente sentida nos territórios vizinhos de Leiria e do município de Pombal afetando, por conseguinte, o movimento demográfico destes concelhos.

Os valores relativos à emigração oficial registados no período áureo da nossa emigração, entre 1955 e 1977 ajudam-nos a enquadrar estatisticamente este fenómeno à escala do concelho de onde sobressai a grande preferência emigratória inicial pelas terras da velha Gália, depois diversificada por outros destinos europeus. Importará reafirmar a importância da emigração e os seus reflexos sobre as atividades económicas dominantes. Em primeiro lugar sobre a agricultura, manifestando-se este movimento numa redução significativa da mão de obra masculina e num acréscimo da participação da mulher nos

trabalhos domésticos. Para além do abandono progressivo da área de cultivo, a escassez de trabalhadores levou ao aumento progressivo de salários no setor primário com o inevitável acréscimo de custos no mercado. Circunstância idêntica condicionou os salários e os preços dos demais setores de atividade. Para além dos seus reflexos sobre a agricultura, a emigração foi igualmente responsável pela redução de obreiros na indústria de serração de madeiras. Foi assim que durante o começo dos anos sessenta testemunhamos a emigração maciça destes operários, sobretudo em movimentos clandestinos que se iniciavam frequentemente, durante a noite de Sábado e madrugada de Domingo.

Ao tempo o horário laboral estendia-se da Segunda-feira a Sábado à tarde. E habitualmente a parte final desse dia era consagrada às compras semanais, na mercearia próxima, onde através de fiado ou pagando com a jorna semanal, as famílias se abasteciam dos bens para a semana. Feitas as compras iniciava-se o movimento de saída, por vezes nas barbas das forças da Guarda Nacional Republicana que por indicação superior e conhecendo os hábitos das redes de engajadores, eram chamadas a exercer algum controle. Geralmente, em vão. No começo da semana de trabalho, às 8 horas da manhã de segunda-feira, o número de trabalhadores braçais, sobretudo nas serrações, decrescia regularmente: um, dois, três ou mais trabalhadores faltavam à chamada, comprovando assim o êxodo que ia afetando esta e as freguesias vizinhas.

Nem sempre, porém, este movimento era clandestino. Como referimos os proprietários dotados de alguns bens e sem cadastro político, podiam obter um passaporte de turista que lhes permitia sair num primeiro momento do país em situação legal, como turistas. De igual modo este movimento estava facilitado aos militares já na situação de disponibilidade que tendo cumprido o serviço militar obrigatório e ao regressarem da comissão militar em África, eram confrontados com uma situação económica que apenas lhes abria as portas, quer para a indústria (de onde muitos haviam saído antes da tropa), quer para a agricultura. Possuidores, em regra, de habilitações literárias que para a grande maioria não excedia o ensino primário (4ª classe) e dada a incapacidade dos serviços públicos e das forças militarizadas da GNR ou da PSP os absorverem de imediato, a emigração abria-se como uma das possibilidades imediatas para a regularização da sua vida financeira.

A concluir dizemos que o intenso movimento emigratório que se verificou nesta área realçou as fragilidades do sistema produtivo local e as razões de natureza económica que estiveram na origem desse movimento. Não obstante esta situação, podemos evocar do cancionero alentejano (Vasconcelos, 1980.II, 281), uma referência à saudade da partida, igualmente aplicável a estas gentes e lugares:

“Eu não me lembra o meu ‘monte’,
Nem a hora em que abalei:
Só me lembra pai e mãe,
E um amor que eu lá deixei...”



Emigração IV: a “nova geração de emigrantes”³³

A situação dos filhos de trabalhadores migrantes residentes nos principais países de imigração ou ainda nos seus países de origem, constitui um dos problemas específicos do fenómeno das migrações e que se reveste na atualidade dos maiores custos, pagos na maior parte dos exemplos conhecidos por essa população jovem — a ‘nova geração de emigrantes’. Com efeito, se atendermos às preocupações dominantes dessa população no âmbito de formação escolar ou já do emprego, da formação profissional e da integração social e cultural, constatamos a sua extrema vulnerabilidade às diferentes políticas migratórias elaboradas no seio de "sociedades regidas por um sistema económico determinado e no qual os adultos tomam as decisões das quais eles são dependentes" (Conseil de l'Europe, 1978).

À época tal ocorrência realçava a "inadaptação" das instituições do(s) país(es) de residência a uma realidade pluricultural", que "cristaliza as preocupações de uma sociedade em mutação sem que uma política global permita obter um consenso que atenuaria o debate" (Costa-Lascoux, 1985), debate este centrado não só nos problemas de estabilidade, permanência e formação profissional no país de acolhimento, mas também na aquisição da nacionalidade, participação (eleitoral e associativa) nas sociedades de acolhimento e ainda na manutenção de um certo número de laços (culturais e jurídicos) com os países de origem.

Esta reflexão abarca ainda o apoio à reinserção escolar e profissional de um grande número de jovens que afetados ou não por uma certa marginalização social ou comprometidos com um projeto familiar se vêm obrigados a regressar aos seus países de origem. Embora numa primeira fase tal situação venha a favorecer uma certa redução das

33 Texto que faz parte do estudo: Emigração a segunda geração de emigrantes: perspetivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural. Monte Redondo, Museu do Casal de Monte Redondo, 1998.

tensões existentes no mercado de emprego dos países de imigração, a saída desta população jovem compromete as perspectivas de renovação demográfica dessas sociedades. Com efeito, se atendermos às percentagens da população jovem (com menos de 19 anos de idade) em relação ao total da população, com a mesma idade, em diferentes países da Europa, verifica-se que a sua presença permite um melhor equilíbrio entre os diferentes grupos etários marcados, na maioria dos exemplos conhecidos, por um peso excessivo da população já idosa.

Tendo presente a situação dominante na Europa desde meados do século XX, fazemos notar que o movimento de regresso de alguns agregados familiares aos seus países de origem, conduz a uma redução destes efetivos e, por conseguinte, um novo desequilíbrio demográfico que pode alterar algumas das políticas emigratórias seguidas nos países industrializados e compensados apenas, no contexto da Europa Comunitária, pelas perspectivas de reagrupamento familiar e de livre circulação de trabalhadores, prevista no art.º 48 do Tratado de Roma.

Como o reconheceram Charbit e Bertrand (1985) "com a crise de meados dos anos setenta e os movimentos de regresso aos países de origem, o problema de escolarização das crianças regressadas levantou-se com grande aquidade". Assim se explicam, por um lado, as medidas legislativas que foram tomadas pelos diferentes governos para tentar resolver as dificuldades específicas destas crianças quando da sua reinserção no sistema escolar e por outro lado a existência de pesquisas, quantitativas e qualitativas, levadas a cabo por iniciativa das autoridades competentes (Ministérios da Educação) ou equipas de investigação. Este assunto continuou a ser um tema atual suscitado pela reflexão em torno da presença de comunidades portuguesas em diversos contextos emigratórios (Arroteia, 1983), e pelas questões relacionadas com os problemas do regresso a Portugal e da integração de Portugal no espaço europeu. Aparentemente suspenso durante os anos seguintes à entrada de Portugal na EU, a mesma questão volta a estar presente nos países onde a imigração portuguesa voltou a ganhar espaço, como a Suíça, Andorra, Luxemburgo e Reino Unido, com a entrada de jovens emigrantes em idade escolar.

Os dados recolhidos através de inquérito a uma população escolar³⁴ levado a cabo na década de oitenta (1986) a alunos desta freguesia que frequentavam escolas próximas do lugar de Monte Redondo permite situar, à época, algumas incidências deste movimento numa comunidade marcada pelo peso das suas atividades agrícolas e industriais. No seu

34 Este questionário contou com a participação de Maria Cristina Carvalho Gaspar

conjunto este abarcou 68 jovens, dos quais 43 alunos de E.S. da Guia e os restantes alunos da E.S. da Gândara dos Olivais. Esta população, para além de ser descendente de emigrantes tinha, parte dela, residido juntamente com os seus familiares num país estrangeiro: 42% dos inquiridos.

Do total de alunos, 48,5% pertenciam ao sexo masculino e os restantes 51,5% ao sexo feminino; cerca de 75% tinham idade compreendida entre os 10 e os 14 anos de idade e os restantes 25% idade superior. Quanto à sua frequência por graus de ensino, 30% do total frequentava o Ciclo Preparatório; 54%, o Ensino Secundário Unificado e os restantes 16% (11 alunos) o 10º e 11º anos do Ensino Secundário. Quanto à situação familiar, 23 tinham apenas o pai no estrangeiro; 14 alunos residiam em Portugal com os avós e os tios, uma vez que os seus pais se encontravam ausentes e os restantes 16 inquiridos eram filhos de emigrantes já regressados a Portugal. Como tendência geral da emigração neste concelho, 56% dos inquiridos indicaram que os seus pais haviam trabalhado ou encontravam-se ainda a residir em França; 18% na R.F.A. e 26% noutros países da Europa (em particular no Luxemburgo — 6 casos) ou ainda nos E.U.A. e no Brasil.

Do mesmo modo foi nossa preocupação comparar o variável tempo de permanência dos familiares no estrangeiro, com a evolução do próprio fenómeno emigratório. Assim, cerca de 60% dos entrevistados que tinham apenas o pai no estrangeiro, este havia saído do país antes de 1973. O mesmo se verificou em relação a ambos os progenitores de seis destes alunos, os quais saíram de Portugal antes da crise de emprego dos anos setenta - com maior incidência nos anos de 1969 e 1970, que assinalam o "boom" deste movimento.

Apesar do nosso interesse os dados que recolhemos não nos permitem no entanto conhecer as relações entre este fenómeno e o comportamento dos alunos: angústia, insegurança, problemas de identidade ou de afetividade devida à ausência, isolada ou simultânea, dos seus progenitores (Charbit e Bertrand, 1985), ou eventualmente a natureza do projeto familiar — "as partidas e os regressos constantemente aliados provocam nas crianças uma tensão que inibe o seu desenvolvimento psicoafetivo" (Illic, Cvetanovic e Sagic — Aluhak; 1979 — in: Charbit e Bertrand, 1985). Outras consequências há assinalar: "deficiente conhecimento da língua materna, perda dos valores tradicionais, desconhecimento da realidade do país de origem, sentimento de ser estrangeiro, dificuldade em estabelecer relações, nostalgia do país de emigração" (loc. cit.), aspetos que não deixam de pesar negativamente sobre esta população e sobre a sua reinserção no

sistema escolar português. Decorrem diversas posições relacionadas com o projeto de emigração vivido pela família.

Neste caso, muito embora entre as causas da emigração se apontem, a maior parte das vezes, razões de natureza económica, melhoria das condições de habitação e progressão dos estudos dos familiares (filhos dos emigrantes), nem sempre o termo deste ciclo emigratório tem em conta os projetos desta população a qual anseia, em muitos casos, pela fixação nos países de acolhimento (Arroteia, 1986). Daí que tenha sido nossa preocupação conhecer como é que estes jovens emigrantes, uma vez regressados a Portugal avaliam o fenómeno emigratório. Da população inquirida, mais de metade havia nascido em Portugal e cerca de 42% dos alunos eram naturais de outros países — França, R.F.A., Luxemburgo, E.U.A. e das antigas colónias de Angola e Moçambique.

Recorde-se a propósito que embora muitos destes aspetos possam ser considerados globalmente como justificando a ocorrência deste movimento, algumas das expectativas mais recentes encontram-se goradas em virtude dos muitos entraves à sua integração e mobilidade social, quando esta população se vê confrontada, no dia a dia, com as dificuldades de aprendizagem e as carências de emprego com que se debate a sociedade portuguesa. Tal situação poderia em parte ser atenuada através de uma formação específica e aprofundada que contemplasse a orientação profissional destes jovens emigrantes.

Note-se ainda que embora as razões de natureza económica tenham constituído uma das primeiras causas deste movimento e possam ser consideradas como benéficas por um elevado número de alunos, não devemos esquecer que este projeto acarreta consigo custos elevados, não só para os primeiros emigrantes, mas principalmente para esta nova geração. Daí que a par das vantagens, já referidas, não deixem de ser indicados muitos aspetos negativos de onde se realça a separação familiar e uma certa incompreensão por parte da comunidade onde residem. Ainda que carecendo de uma análise mais circunstanciada, não só quanto à avaliação deste fenómeno mas ainda quanto à identificação dos projetos da nova geração de emigrantes (ou apenas dos filhos de emigrantes), as causas que nos foram indicadas como justificando o seu regresso a Portugal, indicam o acompanhamento dos familiares — 32 alunos — ou o prosseguimento de estudos em Portugal — 6 alunos.

Como foi dito a emigração pode apresentar-se como um movimento de isolados ou então revestir-se de uma outra forma, a emigração familiar. Em quaisquer dos casos, porém, a separação familiar pode ser completa (no caso da saída da mãe e do chefe de família) ou parcial, caso permaneçam no país de origem um ou mais elementos do agregado familiar, em regra as crianças em idade escolar. Nestas circunstâncias

esta separação acarreta alterações profundas no "desenvolvimento psicoafetivo das crianças, uma vez que introduz no seio da família profundas disparidades, não só na relação com os pais, mas também no processo de socialização secundária" (Charbit e Bertrand, 1985). Tal verifica-se, sobretudo, quando ocorre apenas o regresso de parte do agregado familiar, ou mesmo de todo esse agregado, notando-se que estas crianças são muitas vezes acusadas pelos pais como tendo condicionado a vinda para o seu país de origem, a qual lhes terá reduzido as oportunidades económicas que tinham nos países de imigração (loc. cit.). Acresce a este facto uma reinserção escolar por vezes particularmente difícil, o que vai agravar ainda mais a ambivalência do projeto de regresso e os conflitos entre crianças e adultos e entre aquelas e alguns membros da sociedade que os acolheu, mas à qual pouco ou nada se sentem ligados.

De acordo com Charbit e Bertrand (op. cit.), se os conflitos não surgem de forma violenta é devido à submissão das crianças à autoridade destes e às mudanças de atitude dos pais, em virtude da sua permanência no estrangeiro. Nestas circunstâncias ao comportamento conformista dos últimos opõe-se um certo individualismo dos emigrantes mais jovens, facto que resulta de diferentes formas de aculturação aos padrões e aos modelos de uma sociedade industrial e urbana, muito diferente de áreas rurais onde, em regra, acabam por se fixar. Uma vez mais citando os mesmos autores (loc. cit.), verifica-se que o esforço de reinserção no país de origem se processa através de um "compromisso pessoal entre as raízes da sua primo-infância e a personalidade que é construída no estrangeiro, sobre valores diferentes".

Estas situações são tanto mais diversificadas (e contraditórias), quanto mais longa tiver sido a sua permanência num país estrangeiro, embora atenuada por uma representação imaginária de um país visitado esporadicamente durante as férias e num contexto bem distinto daquele que vêm encontrar na realidade. Com frequência estas imagens foram construídas durante as estadas de férias, geralmente acompanhadas de visitas a lugares de interesse turístico e de maior movimento, que contrastam vivamente com muitas das localidades de origem dos primeiros emigrantes.

Ao nível das relações com os jovens que não emigraram, os contactos entre o jovem emigrante regressado e os seus colegas podem não ser os melhores, uma vez que a sociedade local pode revelar uma certa hostilidade devido aos gostos e ocupações desta população, à "afirmação de uma cultura e ao conhecimento de uma língua estrangeira", consideradas como superiores (loc. cit.). Um testemunho de uma aluna das escolas secundárias onde fizemos os questionários:

"Quando regresssei a Portugal sentia-me desprezada por praticamente não saber falar português. Eu não era capaz de contactar com os meus colegas. Por isso eles riam-se. Eu ficava frustrada não querendo ir para a Escola."

Por outro lado, o testemunho desta aluna realça o modo como a sociedade rural a acolheu:

"Não me sinto bem na minha aldeia, porque as pessoas, em maioria são analfabetas, não conseguem compreender a juventude dizendo que deveríamos trabalhar e não estudar. As pessoas são incompreensivas, impossíveis de suportar. Gosto da terra, mas não de grande parte dos habitantes."

Face a esta situação não admira, por isso, que se cultive o desejo de regressar ao país de imigração:

"Tenho saudades de França, de poder voltar a ver os meus amigos de infância. Em França, em relação à vida económica estávamos melhor que aqui em Portugal. É por isso, também, que eu gostaria de voltar, pois Portugal não nos oferece condições algumas." (M.H. — 17 anos).

Para além de outros testemunhos, que poderíamos vir a apresentar, pensamos que a afirmação de M. Rey relativa à situação no nosso país continua atual:

"Verifica-se, de facto, que se está a criar uma separação no interior da comunidade local onde se observam comportamentos ambíguos oscilando entre a admiração e a crítica, tanto da parte da população emigrante, como dos residentes. A situação agravou-se ainda mais, depois que os países europeus suspenderam a imigração. Anteriormente a emigração era encarada, individualmente, como um recurso sempre disponível. Atualmente, uma vez que as possibilidades são reduzidas, os portugueses que não emigraram consideram os que puderam sair, como privilegiados".

Embora de forma reduzida apresentamos outros dados relativos à população que nos serviu de amostra: dos 68 inquiridos, 40% havia frequentado a escola no estrangeiro, considerando que essa permanência lhes fora particularmente favorável: por terem aprendido várias coisas sobre o país (30%); por terem aprendido uma nova língua (55%) ou porque os conhecimentos aí adquiridos os colocam em situação vantajosa, perante os seus colegas de escola (15%). Contudo esta estadia assinala aspetos negativos sobretudo no aperfeiçoamento da língua portuguesa e a nível da conversação e da escrita (cerca de 1/4 dos alunos).

O incremento da emigração portuguesa registado durante as últimas décadas, ou mesmo num passado mais remoto, por "impossibilidade de sobreviver, impossibilidade de poupar e impossibilidade de realizar

investimentos" (Rocha-Trindade, 1973), é reconhecido pela população jovem que em mais de 75% das respostas indicaram terem sido essas as condições determinantes. Daí que concretizados alguns projetos de melhoria das condições de vida, da construção de habitação e da progressão nos estudos dos emigrantes mais jovens na escola portuguesa ou eventualmente de outros benefícios conseguidos pela emigração, a situação presente tenha provocado o regresso dos emigrantes mais antigos.

Semelhantes a tantos outros, registam-se dois testemunhos de alunos de uma das escolas secundárias já mencionadas:

"Os meus pais emigraram devido às condições de vida que se verificavam no estrangeiro (França) e aos baixos salários que se registavam em Portugal..." (M.H. — 17 anos).

"A primeira vez que o meu pai emigrou foi para acabar de fazer a minha casa. Depois de voltar para casa e quando casou foi para lá com a minha mãe e comigo. Depois voltou para cá e esteve aqui alguns anos e voltou de novo para França para melhorar a nossa situação financeira." (M.A. — 15 anos).

Outra resposta adianta preocupações semelhantes:

"Os meus pais emigraram porque no lugar onde residiam não podiam ganhar dinheiro suficiente. Então eles foram para França para ganhar dinheiro suficiente para se alimentarem e darem um melhor futuro aos filhos, com um pouco mais de dinheiro (e eles, conseguiram)" (A.M. — 14 anos).

Devemos no entanto recordar que o projeto inicial, relacionado com a melhoria do nível de instrução e o prosseguimento do ciclo de estudos (para além do ciclo obrigatório de seis anos), que animou a partida de alguns emigrantes mais idosos, nem sempre é fácil de se comprovar através da mobilidade social dos jovens emigrantes. Uma consequência não só das dificuldades de aprendizagem que impedem o prosseguimento dos estudos a nível secundário e universitário, mas ainda devido aos conflitos que se geram entre a segunda geração de emigrantes e as sociedades de origem.

Uma causa, aliás, das dificuldades de integração no seu meio de origem, reside no fraco conhecimento da língua e da cultura portuguesa que embora ensinadas na maior parte dos países de imigração não são aprofundadas por toda a população jovem, devido não só à sua integração no sistema educativo, mas ainda à distribuição escolar dos cursos existentes. Daí terá resultado não só o desconhecimento (e o desinteresse) pelo país de origem, mas ainda o "insucesso escolar" registado por grande parte destes alunos. Perante esta situação importa proceder a uma reflexão que contemple a organização conceptual do

tipo de ensino ministrado naqueles cursos e os seus aspetos práticos a nível de programas e métodos, de formação de docentes e do acompanhamento pedagógico aos alunos regressados.

Outros testemunhos poderão ilustrar o que acabamos de referir:

"Não gostei de frequentar a escola portuguesa (em França) porque era pouco interessante... e nunca gostei da Língua, da História... de Portugal. Era um país, não muito atraente",

"Apesar de ter frequentado a escola portuguesa (em França) sinto-me mal, porque os meus companheiros riem-se de mim, de falar mal o português" (A.M. 15 anos).

Estes e outros aspetos constituem sérios obstáculos contrariando o desejo de promoção social que os emigrantes mais velhos esperam dos seus familiares, devido, não só, aos fatores psicossociológicos do regresso, mas ainda aos fatores familiares ou do "ambiente económico e sócio-cultural mediatizados pela família" (Charbit e Bertrand, 1985).

Como reconheceu o Conselho da Europa, as principais dificuldades com que se debate a população de jovens emigrantes, apesar das medidas tomadas pelos países de origem, quer pelos países de imigração, devem-se fundamentalmente a:

➤ "Uma escolaridade reduzida resultando, por sua vez, de problemas linguísticos e de adaptação sociocultural;

➤ Acesso ao emprego em condições desfavoráveis na sequência de uma escolaridade reduzida por falta de formação profissional adaptada, de informação quando da escolha da profissão, impossibilidade, de facto ou de direito em exercer determinadas profissões;

➤ Referência a duas culturas apresentando, cada uma, o seu sistema de valores, com o risco de não se identificar com nenhuma e perder toda a identidade;

➤ A marginalização em relação à vida cívica e política do país onde nasceram e onde passaram grande parte da sua adolescência.

➤ Incerteza quanto ao lugar onde viverão, no futuro" (Conseil de l'Europe, 1981).

Estas citações poderiam sintetizar as grandes dificuldades sentidas pelos jovens emigrantes uma vez regressados ao seu país de origem, os quais se vêm geralmente confrontados com a separação familiar, mas ainda com o desajustamento entre tipos de sociedade e de sistemas de ensino bastante opostos. Como assinalou Loureiro (1985), somos levados a pensar que a escola deveria ser o primeiro fator de integração, através da aplicação de estratégias de intervenção que "a transforme em meio direta e primordialmente posto ao serviço do desenvolvimento humano de todos". Esta aposta será possível de concretizar através não

só de uma efetiva mudança escolar, mas também de outros fatores de ordem social e cultural que permitam encarar o fenómeno emigratório como uma realidade complexa da nossa sociedade e não um mero fenómeno conjuntural ou limitado na sua dimensão e extensão.

Retomando alguns aspetos do nosso estudo, apercebemo-nos que apesar da frequência escolar (bastante reduzida, nalguns casos) dos alunos no estrangeiro, ou do seu regresso prematuro a Portugal, de modo a poderem ingressar no ensino oficial, as dificuldades de leitura e conversação, aliadas às de conjugação gramatical, são algumas das condicionantes do insucesso que embora extensivos aos restantes alunos, não emigrantes, afetam os recém-chegados de um modo particular. Esta situação pode ser igualmente justificada por uma débil herança cultural transmitida pelo meio familiar de origem.

Recorde-se, a propósito, que cerca dos 30% de alunos com dificuldades de aperfeiçoamento na língua portuguesa tinham os pais empregados na construção civil; 25% na indústria (mecânica, e outras); 12% eram agricultores e 6% comerciantes. Quase 75% dos inquiridos, naquelas condições, indicaram como profissão das mães, a de doméstica. Daí que as condições de sucesso escolar, de promoção profissional e de mobilidade social nos pareçam demasiado precárias e difíceis de conseguir no contexto atual identificado não só pela crise económica, mas ainda pela mutação social em que a emigração foi simultaneamente causa e agente e na qual os seus atores referem projetos muito diferenciados, senão antagónicos.

Ao tempo da realização deste trabalho a presença de uma percentagem, cada vez mais elevada, de jovens imigrantes no seio das sociedades de acolhimento e a sua desigual repartição no território e por estabelecimentos de ensino, tem vindo a chamar a atenção para um conjunto de problemas específicos destes alunos relacionados com o aproveitamento e inserção escolar e social nas sociedades de acolhimento. Estas situações têm vindo a sugerir um acompanhamento mais eficaz desta população, confrontada com uma nova realidade social, cultural e escolar bem diferente da que lhe é transmitida em família ou mesmo da que já conheciam no seu país de origem.

A constatação deste fenómeno suscitou o desenvolvimento de uma nova pedagogia intercultural, a qual se espera que venha a contribuir para a construção de uma nova sociedade marcada por uma maior integração, mobilidade e interdependência entre as comunidades imigrantes e as sociedades de acolhimento. A este respeito convirá recordar que o Conselho da Europa defendeu ser o “interculturalismo uma opção sociológica global”, que diz respeito não só à população imigrante mas a “toda a comunidade, tanto dos países de origem como

dos países de destino”, exigindo o reconhecimento de diferentes culturas e valores culturais. Por isso deverá assentar numa rede de interações na qual intervêm a escola, a família, os professores e toda a comunidade.

Se atendermos à emigração portuguesa nos diferentes países da Europa, verificamos que tratando-se de uma imigração ainda recente e sendo a maior parte dos nossos compatriotas oriundos de regiões rurais e confrontados com as diversas culturas das sociedades de acolhimento, a defesa dos seus interesses tenha passado, em primeiro lugar, pela construção de uma rede de associações culturais, desportivas, recreativas e outras, que a seu cargo têm vindo a desenvolver diversas iniciativas capazes de responderem às necessidades dos adultos e dos mais jovens. Entre essas iniciativas conta-se a criação de cursos de Língua e Cultura Portuguesa cuja responsabilidade têm vindo a partilhar com a Igreja, com as autoridades portuguesas ou mesmo com as autoridades escolares dos países de acolhimento.

Note-se que a oferta destes cursos, que visam essencialmente o estreitamento dos laços culturais com o país de origem, se integrados no ensino regular dos países de acolhimento, poderia ser ainda útil para a divulgação da língua e cultura portuguesas no seio da comunidade escolar e dos alunos dos centros escolares onde estes cursos têm lugar. Assim o estreitamento das relações entre as comunidades imigrantes e as sociedades de acolhimento poderá assentar na prática de uma pedagogia intercultural que permita não só o encontro dos imigrantes com a sua língua e cultura mãe, mas também pelo estabelecimento de um conjunto de relações intercomunitárias que favoreçam a aproximação entre os diferentes indivíduos e grupos sociais residentes no mesmo território e partilhando entre si o mesmo espaço social.

Relativamente a esta situação, os dados referidos sobre a emigração portuguesa em geral e sobre algumas das particularidades deste movimento nesta aldeia dos arredores de Leiria permitiram-nos, embora ainda que de forma incipiente, detetar certas dificuldades que se levantam aos filhos de emigrantes nascidos no estrangeiro, ou mesmo em Portugal os quais referem, no seu conjunto, o mesmo tipo de problemas de natureza sócio-educacionais. Com efeito se a permanência num país estrangeiro constitui, nalguns casos, uma possibilidade de alargamento dos conhecimentos ministrados na escola oficial, a interrupção brusca desse processo de aprendizagem revelou-se, pelo contrário, francamente negativo. São as dificuldades de adaptação do novo sistema educativo provocadas não só pelo fraco domínio da língua materna, ou ainda a comparação constante de outros padrões sócio-culturais e a deficiente integração na sociedade local que geram um certo mal-estar e alguns conflitos, que se repercutem no rendimento escolar.

Em alguns casos, porém, não é a vivência num país estrangeiro que agrava as tensões e o rendimento escolar desses alunos. É a separação familiar e o deficiente acompanhamento nos estudos que provoca os mesmos efeitos, a que poderíamos juntar, em ambas as situações, uma débil herança cultural que não permite um rendimento mais eficaz, nem tão pouco um entendimento mais cuidado da nova realidade social com que deparam em Portugal. O estreitamento dos laços de amizade constitui um dos fatores preponderantes de integração na sociedade local dos jovens emigrantes regressados. O mesmo se poderá dizer dos que, embora afetados pela emigração, se vêm obrigados a viver na aldeia de origem dos seus familiares. Para sempre?... A resposta será inevitavelmente dada em função do desenvolvimento futuro da indústria e dos serviços, da agricultura e da própria emigração, uma vez que na ausência de novos postos de trabalho e de perspectivas mais sedutoras de entrada no mercado de emprego agravar-se-ão, pelo desânimo e falta de incentivo, as possibilidades de promoção social porque aspira esta população. Estas aspirações são sentidas não só pela população afetada pela emigração, mas ainda pelos restantes habitantes que com ela partilha geralmente os mesmos sentimentos e projeto: o da melhoria das condições de vida do seu país e terra natal.

Como em tempo escreveu Eça de Queiros acerca da emigração³⁵, “Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a transbordação de uma população que sobra, mas a fuga de uma população que sofre”. Esta é a leitura de uma realidade ainda atual.



Emigrateca portuguesa



Fundo documental de apoio ao estudo da emigração portuguesa e ao património geográfico na sua relação com a mobilidade humana. Tem

35 “Uma campanha alegre” (1890-1891) - <http://www.citador.pt/frases/citacoes/t/emigracao>
6SET13

como missão a recolha e divulgação de fontes, documentos e testemunhos de natureza cultural e material, relacionados com as migrações e dos seus reflexos em Portugal, em países de imigração e no seio das comunidades de cidadãos de origem nacional residentes no estrangeiro. Nesta ação cabe-lhe também a realização de projetos e de iniciativas formativas e de divulgação académica e institucional, destinadas a públicos especializados.

A Emigrateca - coordenada pelo autor - evoca as raízes e a dimensão do fenómeno emigratório na área do antigo casal de Monte Redondo e na vasta área do Pinhal de Leiria e da bacia do Lis, onde se insere. Trata-se, com efeito, de um dos núcleos de grande densidade migratória, sobretudo da emigração intracuropeia, registada no decurso da segunda metade de Novecentos. O acervo documental da 'emigrateca portuguesa' reparte-se entre o Museu do Casal de Monte Redondo e a Biblioteca Central do Instituto Politécnico de Leiria. A consulta 'on-line' de trabalhos sobre este fenómeno, de documentos relacionados com as migrações e de outras fontes sobre estas situações, está contida nas publicações e nos sites especializados assinalados na respetiva página. <http://emigratecaportuguesa.wordpress.com/>



Empresas

A industrialização nas terras de Monte Redondo foi um processo lento com base na exploração dos recursos naturais e na cobertura vegetal dominante nesta parte do território. Em Monte Redondo temos referência a diversas unidades industriais de serração de madeira sendo a fábrica mais antiga a do Sr. José Soares da Silva, construída no termo da primeira grande guerra, junto da estação de CF. A esta unidade fabril sucedeu-se a construção de novas fábricas na sua periferia que evoluíram para sociedades de tipo comercial. Entre estas destacamos as firmas: "Manuel Gomes de Carvalho Lt^a." (empresa constituída em 1940, mas que deu seguimento à firma em nome individual, constituída em 1920) e a firma "Ramos, Leal, Crespo & C^a. Lt^a.", constituída por meados dos anos vinte e que por volta de 1950, devido ao processo de falência, foi adquirida por aquela primeira firma que na sua laboração chegou a contar, pelos finais dos anos sessenta, com mais de trezentos trabalhadores. Ainda durante os anos vinte, por iniciativa do M. G. Carvalho foram criadas duas novas unidades: uma fábrica de descasque

de arroz e a “Empresa de Serração de Monte Redondo”, posteriormente transferida para os terrenos da estação.

Em 1947 foi fundada a firma "A Mecânica de Madeiras de Monte Redondo" que se transformou mais tarde em "Alfaiate & Pedrosa" e depois, "Somalei". Já por meados de cinquenta, o movimento de industrialização prossegue com a constituição de uma nova unidade fabril: "Francisco António Júnior e Filhos, Lt^a". A “M.T.L.-Madeiras Tratadas, Lt^a.” ocupa hoje os terrenos do primeira zona industrial anexos à estação ferroviária, da antiga firma “M. G. Carvalho, Lt^a.”. Entre outras unidades fabris constituídas mais recentemente destacamos as firmas: “Manuel Pedrosa Ferreira & Filhos” e a “Serração de Madeiras Progresso, Lt^a.” O agrupamento das empresas que laboram no mesmo ramo de atividade permite identificar como áreas principais as madeiras, tais como: “MTL-Madeiras Tratadas”, “Pedrosa & Irmãos, Lt^a.”, “Somalei”; o fabrico de rações e a agricultura: “Racentro” e “Germiplanta” e a construção civil: “Isocentro” e “Grazimac”, esta última especializada na construção de lages térmicas para a construção civil.

Outras pequenas unidades empresariais relacionadas com a produção e sobretudo com os serviços acabaram por se constituir no perímetro da freguesia sendo que outras há que aguardam o desenvolvimento do parque industrial para a sua implantação no território. O projeto de construção deste parque, da responsabilidade da “Gestineiria – parques empresariais de Leiria”, pendente desde meados da década anterior, teve em atenção quer as acessibilidades proporcionadas pela A-17, quer a disponibilidade de mais de uma centena de proprietários que negociaram a venda de terrenos para a sua implantação local, entretanto adiada. Tal como aconteceu nos anos vinte em que o termo da 1^a grande guerra e a abertura da linha de C.F e da estrada nacional n^o 109, os acessos à autoestrada do oeste podem favorecer a implementação de um novo tecido industrial nesta área.



Estremadura

O território de Monte Redondo enquadra-se, do ponto de vista geológico e estrutural, na Orla Sedimentar Ocidental. Contudo se o quisermos integrar nas unidades naturais e geográficas que serviram de base a Amorim Girão para o estabelecimento da divisão do território em

Províncias, fica na alçada da Beira-Litoral. Já uma análise mais fina a partir das unidades de paisagem e dos antecedentes históricos que servem para caracterizar a geografia regional do país, este território pertence à Estremadura.

Difícil de caracterizar geograficamente esta área litoral estabelece, no dizer de O. Ribeiro (1995, 164), a ligação entre a Beira litoral, região “sub-plana, abrangendo os extensos campos do Vouga, do Mondego, do Lis e os maiores areas da beira-mar” e a Estremadura. Já para Amorim Girão (1941, 396-398) esta “região deprimida da secção inferior” do Lis onde se situa a cidade de Leiria faz parte dessa “zona de transição para a Estremadura” na qual, segundo o mesmo autor (op. cit., 405), se “estremavam os territórios submetidos a Mouros e a Cristãos”. Parecendo completar as duas descrições, Martins (1949, 5), escreve o seguinte: “A Beira-Litoral e o extremo norte da Estremadura, situadas na faixa meso-cenozóica ocidental, largamente abertas aos ventos marítimos, caracterizam-se como regiões de relevo pouco acentuado, como vastas superfícies planas na proximidade do mar, com colinas ligeiramente onduladas ou montanhas pouco acentuadas no interior”.

As características anteriores estão reconhecidas em descrições mais antigas, como a de Severim de Faria, que na sua geografia manuscrita, a fls. 41 (in: Vasconcelos.III, 1942, 395), descreve a Estremadura como sendo uma “terra montuosa”, onde “tirando algúas varjens e paues ao longo do Tejo, principalmente da Golegam até Santarém (...), e parte do território de Alcobaça, tudo o mais são montes, outeiros, e valles”.

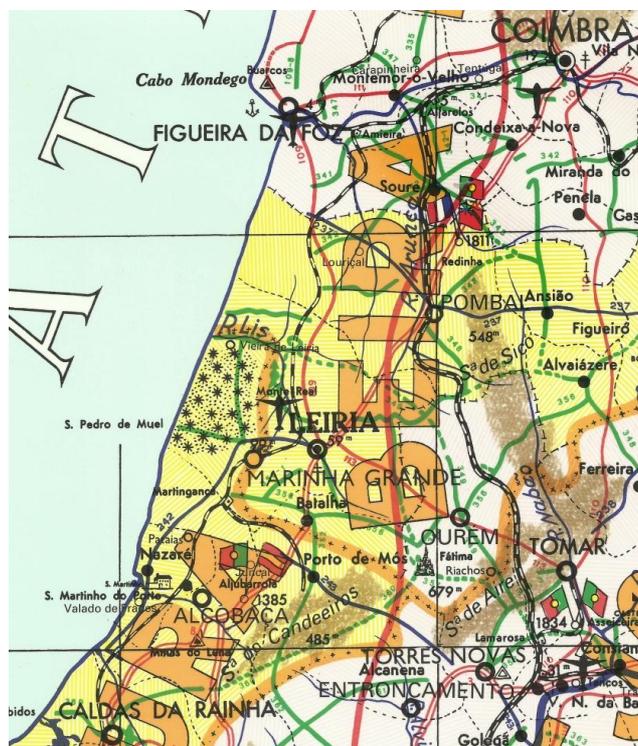
Estas particularidades estão presentes nos traços geográficos que identificam o território circundante a Monte Redondo e influenciaram decisivamente os modos de vida e as atividades da sua população. De igual modo realçam, nos traços das antigas civilizações rurais ainda existentes e na história do seu povoamento, a influência dos fatores que condicionaram a evolução da terra portuguesa, do seu arroteamento e colonização. Como sabemos estes aspetos encontram-se ligadas quer à formação do Reino, quer à vida de relação que tem de origem ao crescimento dos pequenos aglomerados e das urbes de maior dimensão existentes no nosso país, sendo comuns a outras regiões. E a procura da sua individualidade torna-se difícil de se basear em critérios relacionados exclusivamente com os traços físicos do território, devido à sua posição geográfica na transição entre a Beira Litoral e a Estremadura.

Testemunhos diversos atestam uma presença humana antiga em diversos locais do território entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Mondego. Fatores de natureza geográfica e sobretudo de natureza histórica relacionados com a ocupação humana desta faixa litoral,

identificam-na como uma área de transição entre civilizações distintas: a atlântica, mais setentrional e a mediterrânica, a sul, separadas por traços climáticos e culturais diferenciados.

A área do Pinhal Litoral, dominada pelo centro urbano de Leiria, encontra-se nos limites setentrionais deste vasto território que podemos identificar com a Estremadura Setentrional. Vasconcelos (1980.II, 273) considera ser esta, a Estremadura Cistagana, “como região onde a população está muito dispersa pelo campo”. No seu conjunto esta apresenta algumas singularidades que resultam quer do processo histórico do povoamento desde a época da Reconquista, quer de processos modernos e contemporâneos relacionados com o desenvolvimento local e regional que ditaram a construção de uma rede de povoamento rural e urbano, alicerçada em atividades diferenciadas da sua população.

Figura 10 - Município de Leiria: território de contacto entre a Estremadura e a Beira Litoral 36



Esta a vasta região da Estremadura, mereceu a atenção de outros poetas e prosadores, tais como Miguel Torga (“Portugal”), que sobre ela escreveu:

“Terra onde a História não quiz morrer, a Estremadura é no corpo de Portugal a figuração da sua própria alma. Na ondulação do grande Pinhal do Rei, no marulhar das ondas da Nazaré, na ressonância dos passos que percorrem a nave de Alcobaça, no silêncio contido da Batalha, na intimidade do baixo-relevo de Atouguia, na melancolia castelã de Porto de Mós, na graça triangular e cintada de Óbidos ou no sorriso aberto dos horizontes de Palmela, há qualquer coisa de imponderável e profundo que está para além da simples corografia orgânica. Um ázimo pão sobrenatural mora nesses sacrários que a Charola de Tomar sintetiza. E porque foram os artistas os concretizadores e os teólogos da transcendência, é que o jardim nacional dos criadores deveria estender-se do Mondego até ao Sado”.

A descrição anterior é justificada pela persistência de diversas marcas humanas, fruto das relações entre o homem e o seu meio ambiente, ainda visíveis na “expressão das relações entre o homem e a terra resultante, por um lado, das condições naturais e por outro, da forma de colonização, modos de vida, sistema de exploração (...)” (Ribeiro, “Portugal”, 1955, 194), e traduzidas no crescimento, distribuição e atividades dos seus habitantes.

O conhecimento dos processos de ocupação do espaço pela população e das características da repartição e da ocupação do território pelos seus habitantes, ao longo da história e no tempo atual, é um processo complexo, designado por povoamento, tal como foi anteriormente assinalado. Trata-se de um conceito já defendido por L. Vasconcelos que na sua “Etnografia Portuguesa” (1980.II, 256) define povoamento, como sendo o “estudo da origem remota ou recente das povoações que constituem Portugal (Continente, e Ilhas Adjacentes)”. Note-se que a própria designação do território evoca esse processo histórico de ocupação humana e a ação de diferentes agentes que contribuíram para o arroteamento da terra e para a fixação da atividade humana a sul da linha do Mondego.

O território em referência faz assim parte desse espaço alargado defendido desde os alvares da nacionalidade por diferentes praças militares tais como Leiria, Pombal, Ourém, Porto de Mós e mesmo Alcobaça, na sua parte litoral e por Soure, Penela e Tomar, no interior. No seu conjunto estes lugares apresentam, na sua identidade e evolução, marcas da presença dos Crúzios de Coimbra, da Ordem do Templo, da Colegiada de Ourém e dos monges de Cister. No seu tempo e à sua

maneira, cada uma destas entidades religiosas e outras, deixaram traços assinaláveis da sua presença e do seu contributo nas formas de organização territorial e social que se autonomizam num espaço físico diversificado e com marcas distintas do passado e da sua evolução geográfica e cultural.



Famílias e alojamentos

O conhecimento da população de um determinado território exige uma referência à composição familiar dos seus habitantes e às condições de alojamento em que residem. Este é um dos aspetos a ter em conta no conhecimento da população dadas as profundas transformações operadas nos núcleos familiares e na sua própria composição. Se é certo que numa sociedade de subsistência e de base rural, os filhos faziam parte da unidade de produção familiar contribuindo com o seu trabalho para o amanho das terras e feitura de trabalhos domésticos, hoje em dia o núcleo familiar passou a desempenhar outras funções. Num núcleo familiar alargado se algum deles conseguisse outra ocupação, o seu contributo pecuniário auxiliava no orçamento doméstico constituído essencialmente pela prestação do trabalho braçal e venda dos produtos agrícolas ou florestais. Daí que num passado não muito distante, P. Musgrave³⁷ deixou assinalado que “a família primitiva era uma unidade de subsistência que providenciava à obtenção e preparação dos alimentos. A família detinha e cultivava a terra”.

Tabela 9 - Situação demográfica 2001 - 2011.

Lugar	P. Residente			Famílias	Núc.Fam. Resid.	Aloj. Familiares
	HM	H	M	Clás. Resid.	Total	Clás.
Mte Red.-11	361	166	195	146	199	198
Casinos-11	59	26	33	32	24	24
Mte Red.-01	320	152	168	121	153	151
Casinos-01	38	19	19	14	18	18

37 P. W. Musgrave: Sociologia da Educação. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Com a industrialização e sobretudo com o fenómeno crescente de emancipação da mulher, a sua ocupação na indústria ou noutros serviços associados ao crescimento das atividades urbanas, tem vindo a reduzir a fertilidade feminina facto a que não é alheio a divulgação dos métodos anticoncetivos e a evolução dos valores em que assentavam as bases do casamento e o próprio conceito de família. Estas mudanças repercutiram-se no decréscimo do nº de filhos por casal e na constituição de núcleos diferenciados de famílias monoparentais e outras. Já a melhoria das condições de vida alterou igualmente as condições alojamento, conferindo-lhes outras propriedades e características.

Os dados relativos a 2001, registam a existência de 1416 famílias e de 1792 alojamentos familiares, alguns dos quais não ocupados. O total de edifícios ascendia a 1698. O começo da atual centúria ficou marcada pela fixação de novas famílias que aproveitando as oportunidades de emprego local e da área urbana de Leiria forama atraídas por este território. Para o conjunto da freguesia, em 2011, a situação demográfica geral realça o acréscimo de habitantes e dos núcleos familiares e alojamentos. Também o parque edificado registou um acréscimo em relação ao total de fogos ocupados. Outros indicadores recolhidos neste último censo da população registam condições de habitabilidade diferenciadas mas reveladoras da extensão e cobertura de um conjunto de infraestruturas básicas indispensáveis à civilização atual tais como o saneamento básico e a água ao domicílio. No panorama atual estes aspetos evidenciam o contributo do poder local na construção das necessidades básicas da população portuguesa.



Feira dos 29

As feiras e mercados fazem parte do comércio de proximidade em que vendedores (feirantes) e compradores, estabelecem regras de convívio e relações interpessoais, algumas vezes de grande deferência, que num passado podiam ir além das trocas comerciais estabelecidas durante as transações. Herdeiro, nalguns casos, da pequena loja de comércio tradicional representado em todos os lugares, o pequeno comércio era complementar das feiras que tinham lugar em Monte Redondo (dia 29), na Bajouca (dia 13) e na Guia (dia 10), ou mesmo do mercado semanal (ao Domingo e às 4^{as} feiras).

Este pequeno comércio complementava o movimento comercial levado a cabo na centenária Feira dos 29, cuja criação foi defendida pela Junta de Freguesia no terreno anexo à igreja matriz. Esta solicitação foi apresentada em 20/4/1854 à Câmara Municipal de Leiria, em detrimento da feira franca da Vieira, criada no início da década (Cabral, 1993.I, 205). Regista o mesmo autor (loc. cit.) que, em data posterior, “também os povos do Coimbrão e Souto fizeram o mesmo pedido da J. F. de Monte Redondo, pelo que a Câmara criou a feira requerida e extinguiu a da Vieira”. A feira de gados teve início em 1886 e a feira de gado mensal dos 13, na Bajouca, surgiu em 1905. Por sua vez, o mercado semanal das segundas-feiras foi transferido, em 1953, para as 4^{as} Feiras (op. cit., 207).

Pelo seu interesse publica-se a "Ata da reunião da Junta de Parochia", de 1 de dezembro de 1886 (Moital, 1986, 58), onde se lê: pelo Presidente da mesma,

"foi dito que costumando-se effectuar em todos os primeiros mezes do anno bastantes transações de gados e que não obstante haver na sede d'esta freguezia uma feira mensal, que lhe parecia de grande conveniência publica, attendendo ao bom local que há para uma feira com boas comunicações que há não só por viação ordinaria que já se esta effectuando, mas também por caminho de ferro que em breve será aberto à circulação, propunha que se pedisse à camara a criação de uma feira annual que se pode verificar nos dis 16 e 17 de janeiro de cada anno". De imediato, "a Junta deliberou approvar a proposta do Senhor Presidente, concordou no mais em se requerer immediatamente à camara tão grande melhoramento a fim de ver se já poderia ter logar a primeira feira no primeiro mez de janeiro de 1887".

O jornal “O Mensageiro” em abril de 1954, a propósito do centenário da feira dos 29 recorda, pela pena do seu Diretor e fundador, Pe. José Ferreira Lacerda, o seguinte³⁸:

“Em 1850 a Junta de Freguesia da Vieira, freguesia que então pertencia ao concelho de Leiria, pediu à Câmara de Leira a criação duma feira mensal na sede daquela freguesia. A Câmara Municipal deferiu o pedido e a feira foi criada, destinando-se para a sua realização o terceiro domingo de cada mês. Sem estradas, com caminhos intransitáveis quer por serem de areia, no verão, quer por serem alagadiços, como eram os

38 Regista ainda a notícia, a composição da Câmara na data da deliberação: Presidente: Miguel Luís da Silva Athaide. Vereadores: Visconde ao Amparo, conselheiro José Francisco Teixeira, dr. José Manuel Pereira da Costa, cavalheiro Manuel José Pinho Soares de Albergaria e José Maria Henriques de Azevedo, tendo faltado o vogal Joaquim Coelho da Cunha Saraiva à sessão em que foi deliberado criar a feira dos 29.

existentes entre Carvide e Vieira no inverno, e mesmo no verão, a Feira da Vieira não era concorrida. Freguesia com pequena área agrícola não é de surpreender que fosse quase nula a concorrência de pessoas e de animais. A única feira que então existia nas freguesias do campo era a de Monte Real, que pela sua localização e por ser a única em tantas, tão populosas e tão ricas freguesias foi sempre muito concorrida.

Em 22 de janeiro de 1854 as Juntas de Paróquia das freguesias de Coimbrão, Monte Redondo e Souto da Carpalhosa (...) representaram à Câmara de Leiria para que esta transferisse para Monte Redondo a feira que se realizava na Vieira. Alegavam as três Juntas que as feiras da Vieira não eram concorridas por não haver espaço onde se realizassem e coubessem os animais, o que não acontecia em Monte Redondo, onde em volta da Igreja havia largos terrenos. Pediam ainda as Juntas que a feira a ser mudada se realizasse ou no 2º ou no 3º domingo de cada mês.

A Câmara não deferiu logo o pedido, pois só na sessão de 30 de junho de 1854 deliberou a mudança da feira que se realizava na Vieira para Monte Redondo mas que a feira se realizasse não num dos domingos indicados mas no dia 29 de cada mês. A primeira feira deve ter-se realizado em 29 de julho de 1854”.

Pelo seu interesse, histórico e etnográfico, transcrevemos do semanário "O Mensageiro", o texto igualmente assinado pelo seu Diretor, Pe. José Ferreira Lacerda, publicado naquele jornal em 27 de fevereiro de 1954, que nos retrata essa ocorrência e nos dá conta da diversidade de produtos e das tradições existentes à época.

"Há um século, a completar em 29 de julho de 1954, que se realiza em Monte Redondo, freguesia e concelho de Leiria, a 'Feira dos 29'.

Nesse recuado tempo de cem anos, sem estradas, sem caminhos de ferro, as feiras representavam um papel importante na vida das populações rurais. Às feiras acorriam os produtos não só da região ou cercanias, onde se realizavam, mas ainda produtos manufacturados em regiões distantes, como eram as catrapianhas, os surrubecos, as estamenhas, os chapéus, os barretes, as louças de cobre e outros produtos que não se fabricavam na nossa região.

Há um século a vida das nossas aldeias era muito diferente da atual. Quase se vivia unicamente dos produtos caseiros. Em casa fiava-se o linho e com ele se teciam os panos para os lençóis, para as toalhas de rosto, da mesa e panos comuns a que todos limpavam os beiços engordurados pela sopa de hortaliça com feijão, adubada com a gordura dos suínos engordados em casa. Não havia macarrão, as diversas qualidades de massas, que hoje se consomem e fabricam. O arroz era criado em certas várzeas, pilado ou descascado nos moinhos, cujas

pedras eram cobertas de cortiça ou até simplesmente tirada a casca pelo esfregar do bago entre cortiças. Mas esse próprio arroz só era utilizado nas doenças, como o açúcar. (...)

Ora bem! Há cem anos, à primeira feira realizada em Monte Redondo deviam ter ocorrido esses panos fabricados nas casas, as mantas retalheiras, saídas dos teares, mantas que então cobriam os corpos e hoje servem de passadeiras, de tapetes nos corredores e 'casas de fora'. O contrário em 1854. Essas mantas agasalhavam, cobriam os corpos, hoje são pisadas pelo calçado, tidas em menos apreço que as tábuas dum sobrado que uma escova e uma serapilheira lavam e limpam.

Nessa feira apareceriam as caldeiras de cobre e as panelas de barro da Bajouca, tão típicas, tão regionais. As panelas de alumínio, as louças esmaltadas só deviam aparecer meio século ou mais anos decorridos depois da primeira 'Feira dos 29'. Ali deviam ter aparecido os molhos de achas de cerne, as candeias de lata e de barro, os candeieiros de cobre e estanho, as tremes de rabo, os espetos para assar carne, as tenazes, as mantas mindericas, os alforges, as arcas e cadeiras de pinho, as tripeças barreleiras, as maceiras, as esteiras de bunho e palha, as rocas, os fusos, os cestos de vime e as poceiras branquinhas com bandas entrelaçadas que pareciam bordados.

Ali se veriam bem alinhados ao lado das panelas, dos tachos, das rabeiras para fritar ovos com chouriça, alguidares, cântaros, asados de boca larga, com testo e pucarinho tão elegante que nem os de Suas Magestades os Reis de Portugal, por onde bebiam, eram iguais.

Ali, por se realizar no verão, apareceriam as melancias verdes na casca, mas vermelhas como o sangue estuante das raparigas que dos campos as conduziam em ceirões de verga, de bracejo e de junco sobre burros, o melão amarelo no exterior, verde no interior ou de casca rugosa, como se fosse de carvalho! As peras baguinhas e pardas das que as cantigas diziam que 'lá virá o mes d'agosto em que me quererás comer', as ameixas, as maçãs azedas, tão saborosas, os camoeses, hoje substituído por castas mais bonitas na aparência mas nunca iguais no sabor. (...)

Ali, nessa primeira feira em 29 de julho de 1854, feira que fora transferida da Vieira para Monte Redondo, deviam ter aparecido as vacas mais gordas, as vitelas mais nédias, os bois mais bem possantes, as poldras e éguas, as jumentas com suas crias, os suínos, os leitões, as aves de capoeira e os ovos. Não havia estrada, pois a de Leiria à Figueira só foi construída 68 anos depois, não havia caminho de ferro, construído quase 69 anos depois da criação da feira, não havia camionetas, nem carros de passageiros, mas o recinto da feira, oferecido pelas famílias

mais ricas de Monte Redondo, devia conter milhares de pessoas idas das freguesias de 4 e 5 léguas em redor.

As sardinhas assadas e fritas no recinto da feira, o pão manipulado sem os fermentos holandês ou francês, mas com o nosso, aquele que era retirado da própria massa depois de lêveda, pão manipulado e cozido pelas afamadas padeiras da Granja, do Coimbrão, da Mata Mourisca; as enguias - as enguias!... miúdas, quase torradas, estalando na boca, feitas em sartãs de barro, com azeite que os almocreves da Ranha e de Torres Novas vinham vender às freguesias do concelho de Leiria, transportado no dorso das mulas, em odres cabeludos; os pipos de vinho, que então se vendia às canadadas e meias canadadas, aos quartilhos - o litro, a chineta, o decilitro só vieram quando a Feira dos 29 já tinha cabelos brancos; a algazarra da multidão, os pregões dos vendedores de água fresca vendida e bebida por pucarinhos, tudo, tudo isto deve ter havido na primeira 'Feira dos 29', realizada naquele dia do mês de julho de 1854" - Há um século! Mais antiga que a Feira dos 29, só a de Monte Real, pois já no tempo do Senhor Rei D. Miguel existia.

Hoje a Feira de Monte Redondo atualizou-se. Come-se em barracas com mesas e estas com toalhas, copos e talheres. Os garfos naquela época eram os dedos das mãos. As enguias tostadas, amarelas torradas, fazendo um quase círculo, pegava-se-lhe com os dedos pelo rabo e comia-se a carne e a espinha! Basta! E se a Junta e Freguesia e os Homens de Monte Redondo de hoje festejassem o centenário da 'Feira dos 29' que os homens de 1854 criaram? Sonho? Não! Estou acordado! O que não sei é se os Homens de Monte Redondo me ouvem”.

Neste mesmo ano de 1954, preparava-se para os dias 28, 29, 30 e 31 de julho a comemoração condigna desta efeméride com exposições, fogo de artifício, exposições de cerâmica, de frutos, de gado bovino e suíno, torneio de tiro, Te-Deum, gincana de bicicletas, divertimentos, grupos folclóricos, etc. No entanto o entusiasmo por estas celebrações foi interrompido e as mesmas suspensas em resultado da invasão dos territórios sob administração portuguesa na Índia, Dadrá e Nagaar-Aveli, terem sido ocupados pelas tropas indianas de Neru.

Tal sucedeu em 20 de julho, o que levantou uma onda de apoio ao Governo de Salazar cancelando-se as festividades anunciadas e entretanto preparadas no largo da Feira dos 29, bem no centro da povoação. Pode dizer-se que foi uma terrível decepção para quem colaborou na decoração do pinhal da feira, para os feirantes e para a população em geral. Aos acontecimentos iniciados nessa data em relação aos territórios restantes da Índia, sob administração portuguesa, seguiu-se a sua ocupação definitiva no dia 18 de dezembro de 1961.

Recorde-se que durante décadas a Feira dos 29 foi uma das mais reputadas do concelho atraindo feirantes de diversos pontos do país. Aí se ofereciam produtos de natureza diversa, desde os cereais, ao gado (especialmente do gado bovino), bem como todo um conjunto de produtos da região e de fora dela, com particular destaque para a cerâmica da Bajouca, o peixe, os vidros da Marinha Grande, a alfaiataria e as roupas diversas, o ouro, os produtos alimentares, especialmente bolos e folares de farinha de pão de trigo, e as quinquilharias. Tratava-se de uma feira tradicional que polarizava, durante o seu dia, a atenção das populações dos lugares mais próximos que aqui acorriam atraídos pelas oportunidades de comércio e de diversão.

Compreende-se assim que numa povoação com uma base rural e agrícola, embora com atividade industrial, os serviços tenham vindo a crescer albergando uma pequena parcela da população ativa. Mesmo assim o comércio constitui-se hoje em dia como uma atividade com bastante significado na animação dos circuitos económicos locais, não obstante a concorrência que tem sofrido em virtude da instalação das grandes superfícies comerciais nos centros urbanos mais próximos. Tal facto tem vindo a manifestar-se no declínio do movimento comercial mais tradicional. Dadas as características das empresas que se dedicam a este ramo, predominantemente de tipo familiar e apesar daquela concorrência, vão-se mantendo as portas abertas e criando até novas unidades comerciais. Contudo o comércio tradicional foi seriamente afetado com a implantação das grandes superfícies comerciais na periferia da cidade de Leiria e o acréscimo da acessibilidade da população residente.

Coincidindo com o 131º aniversário da feira (em 1985), a Junta de Freguesia, conjuntamente com a dedicação de um novo espaço para o recinto ferial, junto do Cemitério, promoveu festividades alusivas a este aniversário. Este novo espaço de concentração dos feirantes e dos clientes fora das vias de circulação que atravessam a terra, embora tendo as suas repercussões sobre o comércio tradicional, melhorou a circulação nas principais vias de circulação, em particular na E.N. nº 109, já de si congestionada com o movimento de tráfego rodoviário.

Não obstante esta nova localização é notório a decadência deste tipo de comércio apesar da relevância que o mesmo continua ainda a assumir junto de alguns estratos da população.



Fesmonte

A Fesmonte - Feira de Gastronomia e Atividades Económicas de Monte Redondo, iniciada em setembro de 2010 é organizada pela JFMR.

Nesta iniciativa a Junta tem-se aliado a Associações e Empresas interessadas, proporcionando um evento com um programa vasto e que faz deste o maior evento da área. As sucessivas edições têm vindo a ser ampliadas no seu programa e atividades, envolvendo iniciativas diversas ligadas ao desporto, ao folclore, às relações interassociativas, promovendo a participação e partilha entre elas, os seus associados e o público em geral.



Filarmónica de Monte Redondo “N^a Senhora da Piedade”

A Sociedade Filarmónica de Monte Redondo “N^a Senhora da Piedade” é a mais antiga agremiação cultural da freguesia. Tem um passado curioso o qual, de acordo com uma descrição do Pe. David Gaspar (“Souto”, 1989), revela o seguinte:

“Nos anos anteriores aos da sua fundação era hábito os rapazes reunirem-se por altura do Carnaval tocando pelas ruas realejos, armónios, pífaros e outros instrumentos, visitando ao mesmo tempo as pessoas mais ilustres da terra, possivelmente à cata de um naco de toucinho daquele tempo, de presunto, ou de chouriça da boa, que regavam contentes com um copito do bom que esses senhores sempre possuíam e que gostosamente ofertavam”. Prossegue, afirmando (loc. cit.): “Ao tocarem, um dia, frente ao passal, o Rev^o Pároco da freguesia, o sr. Pe. Pedrosa, teve a ideia, ao ver tão harmonioso conjunto musical de fundar uma Filarmónica, que os rapazes aceitaram movidos da melhor vontade. É de notar que as Filarmónicas nasceram à sombra da Igreja, como uma Sociedade ou Associação, que depois serviriam no culto divino, sobretudo em dias de festa nas missas cantadas a grande instrumental”.

Este projeto foi desenvolvido com o apoio da família Costa, de largos recursos económicos, que terá dado os meios para a compra dos instrumentos e do fardamento, contratando o maestro Stophels então residente em Lisboa e cedendo instalações para os ensaios. O artigo

assinado pelo Sr. Pe. David Pedrosa, publicada a propósito dos 400 anos desta freguesia³⁹, que nos serviu de base para esta nota, regista ainda que “Nesse mesmo ano, já a Filarmónica (...) fez a sua 1ª visita a todos os fogos do lugar de Monte Redondo e ofereceu um concerto público dando assim início à sua atividade musical e mostrando, aos povos, o quanto se pode fazer mesmo em pouco tempo, quando há uma férrea e um pequeno gosto pelas coisas da arte”. A Sociedade Filarmónica Nª Senhora da Piedade, fundada em 1872, é a mais antiga do concelho de Leiria. Tem estatutos redigidos em 1933⁴⁰ com o fim de "proporcionar aos sócios a instrução e recreio pela música", tendo ficado instalada em sede própria, nas antigas instalações junto ao Largo Combatentes da Grande Guerra. Aí se foi consolidando a formação de muitos músicos que ao longo de décadas deram o seu melhor, através do seu desempenho ou atividades de direção, na afirmação deste agrupamento filarmónico bem conceituado em toda a região. De algumas anos a esta parte tem vindo a assegurar a formação de jovens através da sua Escola de Música dispondo, nos dias de hoje, de instalações condignas na antiga casa do Doutor Luis Pereira – pertença da Fundação Bissaia Barreto – onde está a funcionar a sede e outros serviços.



Fontainhas

O lugar das Fontainhas situa-se a pouca distância do campo de Fonte Cova, na mancha de terrenos arenosos que descem do Grou, através do Casal do Secos mais para sul até ao leito do rio Lis. As cotas dominantes, um pouco superiores aos 50 metros de altitude, fazem supor que na sua génese estão já antigas formações dunares resultantes da deposição de areias sobre a antiga superfície de erosão ou terraço marinho formado anteriormente.

Os solos desta parte são tão áridos como os do Grou, dos Godinhos e das povoações mais próximas, o que evidencia o trabalho dos jornaleiros e proprietários no amanho das pequenas courelas que faziam parte das explorações agrícolas mais antigas situadas para lá do Cerrado da Velha, designação dada pelos habitantes aos terrenos que bordejavam

39 Suplemento especial “Souto” – julho de 1989 – “Monte Redondo: 400 anos”.

40 Fundadores: Manuel Amado, José Pereira Venâncio, Joaquim Pereira, Manuel Alfaiate, Manuel José Moital, Manuel Pedrosa Gaspar Júnior, Domingos Francisco de Oliveira, José Domingues e Manuel Domingues.

pelo ocidente, a ribeira de Fonte Cova. Uma tarefa árdua que constou de uma luta contra a vegetação arbórea dominante, da fertilização dos solos, da sua irrigação e aproveitamento intensivo.

A designação do lugar parece estar associada à presença de "lugares de pequenas fontes" (Viterbo, 1865). Contudo, fazendo fé na interpretação de Alves (1955, 54): "Fontainhas, plural de Fontainha, está em vez de Fontaninhas e provem do adjetivo-substantivado Fontana que no latim vulgar significa "fonte". Neste caso a designação tem a ver com divindade Fontana da religião romana e a ocupação, por estes povos, desta faixa litoral. A sua localização, no extremo da fregueia de Monte Redondo faz com que a povoação esteja repartida entre esta unidade administrativa e a freguesia do Coimbrão, tal como acontece com outros sítios próximos que bordejam a mancha florestal constituída pelas Matas Nacionais.

Os valores referentes à população residente em 2001 e em 2001 acusam uma variação de moradores justificada, sobretudo pela afetação de novas subunidades de contagem. Os valores apurados foram, respetivamente, 76 e de 23 habitantes, nestas duas datas.



Fonte Cova

O lugar de Fonte Cova e o sítio próximo, Casas de Fonte Cova, integradas na mesma povoação, situam-se a noroeste da freguesia de Monte Redondo, no seu contacto com os terrenos da antiga freguesia de Mata Mourisca, entretanto desmembrada para a constituição da freguesia da Guia. Desenvolve-se em terrenos de uma praia ou terraço marinho, com cotas inferiores à meia centena de metros de altitude, na qual se encaixou a ribeira de Nasce-Água, depois chamada ribeira de Fonte Cova. A jusante das Cavadas, este curso de água toma o nome de ribeira de Porto Longo até tomar a designação final de rio (ou ribeira) da Aroeira, depois de atravessar este lugar.

De notar que o traçado rectilíneo destes cursos de água, na direção Norte-Sul e a partir da Junqueira, infletindo para Oeste, faz lembrar o aproveitamento de uma falha estrutural nas camadas calcárias que formam o subsolo desta região, cuja representatividade tem ainda lugar no sítio das Pedras, na Praia do Pedrógão e noutros locais dispersos do território de Monte Redondo e dos seus lugares mais próximos. Uma leitura sumária da carta geológica mostra esses traçados sobre as

camadas sedimentares mais antigas que forma o substracto rochoso sobre o qual se acumularam os depósitos sedimentares de tipo detrítico, de aluvião e de outra natureza, que favorecem a formação dos solos dos leitos de cheia, das encostas e dos terrenos próximos agricultados ou ocupados por outros revestimentos vegetais.

Como o nome indica o sítio de Fonte Cova começou por estar associado a uns casais que se foram edificando na parte mais setentrional da ribeira de Nasce-Água e à possibilidade de irrigação e de cultivo do seu vale. Por isso a designação deste casal anda associado à presença de um aquífero, nascente ou exurgência do tipo de olhos de água, ou nasce-água, aproveitada pela população que se fixou junto do "rio chamado Nasce-Água que surge junto do Pinhal da Universidade de Coimbra, no termo de Montemor-o-Velho" ("Memórias Paroquiais", de 1758). Esta localização fazia do lugar um extremo ou termo dos domínios de Montemor-o-Velho.

Esta designação pode estar igualmente associada a uma presença humana bem mais antiga, relacionada com o culto das divindades da fertilidade seguido pelos fenícios, quando da sua peregrinação por este território. Neste caso e tendo presente a leitura sobre o povoamento proto-histórico das terras de Monte Redondo, elaborada por Ilídio de Araújo, a designação de "rio de fora" faz supor a referência a outro curso de água mais no interior, que poderia delimitar a pequena mesopotâmia entre este curso de água e a ribeira de Carnide, que este autor relacionada com a Finisterra descrita por Frei Agostinho de Santa Maria, no seu Santuário Mariano.

A cobertura dominante de vegetação e o lugar escondido, longe das vias de comunicação que passavam a nascente, sugere diversas possibilidades de uma ocupação antiga, talvez histórica, que terá servido de refúgio a algum membro da família dos Távoras, quando da persseguição a que foram sujeitos pelo Marquês de Pombal. Assim o defendem algumas famílias oriundas deste lugar. Os caudais de água, outrora abundantes, que atravessam o lugar têm a sua origem nos Olhos de Água e depois de passarem por Nasce-Água dirigem-se para meio-dia alimentando diversas represas no seu percurso. Estas eram aproveitadas para irrigação dos campos agrícolas e, sobretudo, para porem em funcionamento os moinhos de água que deram ocupação a várias famílias deste lugar.

Durante longos anos os moleiros de Fonte Cova corriam a freguesia de Monte Redondo e as terras vizinhas trocando, a troco de uma pequena maquia, o milho e outros cereais pela farinha de fazer o pão. Estas situações realçam o trabalho desenvolvido pela população que ao

longo de gerações sucessivas souberam transformar os sítios menos salubres e as áreas florestais aí dominantes transformando-as em campos de cultivo e local de pastagem para o gado. Assim aconteceu neste sítio e noutros locais charnequeiros em seu redor que conseguiram prosperar, através das atividades cultivo da terra, de exploração dos recursos silvícolas e do aproveitamento da força motriz dos moinhos de água, construindo as bases da sociedade atual.

A construção, no início do século passado, da Capela no centro do lugar e a abertura da estrada para o centro da freguesia, iniciativa de um filho da terra⁴¹ – bem como a criação do posto escolar, em meados do mesmo, vieram facilitar o crescimento de atividades de comércio, dando outra vida a este lugar. De um dos seus moradores⁴², transcreve-se (“O Mensageiro”, 24AGO1972), um excerto de um soneto dedicado a este lugar:

“Estou a vê-la alegre e prazenteira
Sol a luzir nas águas a passar
E fontes de água fresca a cada par
Juntinho ao verde pinho, a sementeira
O térreo casaredo à nossa beira
Moinhos pelo regato a farinar
E no ponto cimeiro do lugar
A ermida da Senhora Padroeira.
E fico-me assim a vê-la um bom bocado,
Mais bela agora pitoresca e nova
E não medroso, altivo e emproado
Eu lanço aos ventos nesta minha terra
O pregão que eu quizera já espalhado:
És terra linda e bela, Ó Fonte Cova”.

A população deste lugar passou de 373 habitantes em 2001 para 384 em 2011.



Funções centrais

A distribuição da população e a dimensão dos lugares na área desta freguesia, registada através da densidade demográfica, varia em relação

41 Manuel Gomes de Carvalho

42 Júlio Curado e Silva

ao seu afastamento do centro da Vila e sede do lugar de Monte Redondo. Tal pode ser apreciado na hierarquia que cada um destes lugares ocupa quanto ao registo de funções centrais - f. c. (setor público e setor privado) a nível da freguesia. Tal como fez notar O. Ribeiro (1994) “as aglomerações urbanas constituem os nós de uma malha de organização do espaço em função das relações humanas”. Aqui também os centros de menores dimensões registam a intensidade dessas relações através dos ‘bens centrais’, entendidos como produtos ou serviços obtidos “a partir de um ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve” (ob. cit., 50). Neste caso a sua distribuição está em relação com estes ‘lugares centrais’ (l.c.) (ob. cit., 52), que podem surgir associados, concentrados no espaço ou distribuídos ao longo dos eixos de circulação.

O conhecimento desta localização e o seu inventário marcou uma etapa recente do conhecimento geográfico e continua a ser relevante para o estudo das funções e hierarquias urbanas sendo que, ao nível das pequenas comunidades a sua análise requer alguma ponderação. Temos presente que o processo de desruralização da nossa sociedade, a melhoria das condições de acessibilidade, o acréscimo da mobilidade e as vantagens da divulgação das redes Web e do conhecimento, permitem o exercício de muitas atividades e funções fora de grandes centros e a sua localização em zonas rurais. Persistem as vantagens do seu levantamento direto mas há que enquadrá-lo num determinado contexto local e regional que permita completar os dados de natureza demográfica, funcional e de desenvolvimento sustentável da comunidade a que se referem

Como foi notado a população residente nos diversos lugares e as funções centrais de natureza pública e as relacionadas com as atividades económicas (produção de bens), com os serviços (prestação de serviços, excluindo os de natureza pública), disponíveis nos “lugares centrais” (l.c.) - considerados isoladamente e em constelações de l.c. -, tem variado com o tempo. Assim, há cerca de meio século, para além das escolas, das mercearias e tabernas e de um ou outro posto público de telefone, não existiam outras funções centrais dignas de realce localizadas em lugares da freguesia. Tal facto evidencia o nível de desenvolvimento sócio-económico e a sua dependência em relação ao centro da freguesia, o que tem vindo a alterar-se nas últimas décadas.

A atualização destas funções foi realizada em 2004 pela Junta de Freguesia quando da redação da proposta para a elevação da sua sede a Vila, e que consta de documento anexo a essa exposição. Dessa relação fica expressa a diversidade e o número de equipamentos ligados aos

setores primário, secundário e terciário; às funções administrativas, económicas, culturais e às infraestruturas da mesma natureza que realçam a centralidade do lugar central de Monte Redondo e dos diversos Ramos populacionais ou constelação de lugares que a integram. Para data mais recente, o levantamento sumário realizado a partir da consulta da publicação das “Paginas Amarelas de Bolso da Região de Leiria – 2009/10”⁴³ permite completar a análise da diversidade das funções que animam a sede da Vila, os seus lugares e o contexto regional em que os mesmos se inserem. No seu conjunto esta apreciação aponta para a quebra da vertente industrial que identificou a povoação há algumas décadas e o acréscimo da terciarização das atividades e dos serviços instalados no território da freguesia. Para mais de uma centena de unidades funcionais que anunciaram a sua atividade no começo da nossa década, importa destacar a relativa estagnação de atividades ligadas do setor primário; o acréscimo de unidades funcionais ligadas ao setor secundário em particular as relacionadas com a construção civil, obras públicas e indústria de madeiras e aumento de unidades funcionais relacionadas com a prestação de serviços pessoais, de interesse público, de saúde e bem-estar, de transportes, de seguros, de comércio especializado e outros, que comprovam a terciarização da sociedade local e a concorrência de algumas destas atividades com as funções tradicionalmente cumpridas pelos centros urbanos.

Por sua vez os dados relativos à população ativa e às suas atividades, em 2011, permite uma caracterização mais precisa, não desses bens e funções, mas sim da estrutura do emprego e da atividade empresarial que identifica a freguesia de Monte Redondo e a constelação de lugares centrais onde essas funções são exercidas. Fica no entanto uma nota sobre a relevância do comércio fixo em detrimento da feira que durante mais de um século deu a conhecer esta povoação e animou em todos os aspetos, o comércio local e os transportes que para aqui convergiam.



Geografia Física do território

A geografia deste território apresenta, no seu conjunto, os traços que decorrem da sua localização na Orla Sedimentar Ocidental ou seja, na parte litoral do continente português constituída por depósitos detríticos

43 In: <http://www.rleiria.pai.pt>, em 12 NOV 2011

de areias e outros sedimentos, alguns dos quais, os mais antigos, constituídos por calcários do Terciário. Disso nos dá conta Custódio Morais (1936, 36) que escreve a este respeito: “as areias que cobrem a região dão-lhe um caráter bastante homogéneo. É uma região plana, de solo pobre, onde quasi só o pinheiro medra, e à qual uma luta secular do homem tem conseguido dar-lhe uma fraca fertilidade, pois quasi só milho e batata produz, em anos em que não falta a chuva (...).”

Relativamente à topografia local, os relevos mais importantes andam associados a fenómenos de diapirismo, coincidindo com uma das áreas tifónicas do continente português. O mesmo autor (Morais, 1936, 8) escreveu a este respeito: “a existência de áreas tifónicas marcadas pelos cabeços de rocha que marcam o seu eixo. Alguns são bastante altos, como o de São Bartolomeu, perto de Nazaré coroado por uma ermida (...); como o de Leiria onde foi construído o castelo ou o de Monte Redondo, que deu o nome à povoação”.

Embora estes testemunhos não permitam identificar, por completo, os núcleos de fixação humana mais antigos ou a sua evolução no tempo sugerem-nos, mesmo assim, manchas mais vastas de um povoamento que se foi alicerçando com o crescimento dos primeiros povoadores e a chegada de novos moradores. Para além destes vestígios pouco conhecidos ou certamente ainda mal explorados, a toponímia local apresenta inúmeros testemunhos relacionados com a antiguidade desse povoamento e a natureza arenosa, inóspita e agreste do território situado a norte das gândaras do rio Lis. Como descreve Dinis (1999, 153), “no Quaternário mais recente o rio Lis desaguava para Norte, junto dos depósitos do Osso da Baleia”, correndo para aí através do Fosso do Lis até próximo de Monte Redondo e infletindo depois para NW a norte desta localidade. Este traçado está parcialmente revelado no alinhamento do leito inferior e médio deste rio, até ao campo de Monte Real e pelo traçado retilíneo da linha de água que segue daqui para norte, pelo vale que tem a sua origem em Nasce-Água.

Mais recentemente estas transformações são testemunhadas pelas deambulações da foz do rio Lis, que no início da nacionalidade deveria desaguar junto das Pedras do Pedrógam (Pinto, 1938.I, 163), possivelmente no local hoje conhecido pelas Pedras, a sul da antiga povoação piscatória. Sendo que o leito atual “foi aberto artificialmente em 1701” (Dinis, 1999, 156), estas variações justificam-se pela ação dos ventos e das correntes marítimas litorais que se faziam sentir com igual intensidade entre “os esporões do cabo Mondego e da Nazaré (sítio)”. Estes “serviram de pontos de apoio à formação e progresso doutros cordões da mesma natureza, que, ligando-se entre si, vieram dar à costa

uma impressionante regularidade..." (Girão, 1941, 105). Para tanto contribuiu a arborização e a fixação das dunas litorais levadas a cabo a sul do Mondego o que acabou por beneficiar a Mata do Urso e o Pinhal de Leiria, facilitando assim o incremento da atividade piscatória e balnear nas praias desta linha de costa.

À semelhança do que se passou com a costa entre o Mondego e o Vouga este fenómeno de sedimentação processou-se lentamente, deixando a descoberto diversas gerações dunares: as mais antigas, responsáveis pelas formações de maior altitude e afastadas da linha litoral; as mais recentes, formadas já pela intervenção do homem quando da florestação desta área incrementada em meados do século XIX. No dizer de Martins (1949, 5), aqui "a agricultura só é possível graças a um esforço tenaz". Por sua vez C. Morais (1936, 36) chama a esta grande extensão de areais situadas a norte da bacia do Lis, a "Gândara de Monte Redondo", que se prolonga por Pereira de Sousa, até ao Mondego.

Note-se que esta área corresponde à chamada Gândara de Leiria, identificada por J. Pina Manique e Albuquerque, que a distingue da Bacia do Lis e da Marinha Litoral ocupada pelos terrenos que vão da Marinha Grande à foz do Mondego. Trata-se de uma zona arenosa, coberta de florestação abundante, que teve igualmente como objetivo fixar a progressão das dunas primárias e secundárias para o interior do território. Para além destas, o relevo que se estende desde a faixa litoral até às serras calcárias de Sicó, Candeeiros e Aire, corresponde a uma área de transição, onde as elevações litorais são igualmente cobertas de vegetação abundante e onde os fundos dos cursos de água permitem uma agricultura intensiva que permitiu a fixação de diversos colonos e casais.

Tratando-se de áreas inicialmente estéreis, a sua ocupação foi feita de forma lenta mas persistente acompanhando o movimento geral da colonização do nosso território. Tal facto foi sobretudo notado no período posterior à Reconquista e poderá inserir-se no movimento geral de fixação das populações iniciado pelo poder régio durante a primeira dinastia, com o auxílio da Igreja e das ordens religiosas. No entanto antes desse esforço de colonização o território agora ocupado fora já disputado por outros povos e civilizações, servindo de lugar a "estabelecimentos efémeros dos povos primitivos" (Vidal de la Blache, 1954, 240) ou mesmo a "refúgios e abrigos de circunstância". Disso nos dão conta vestígios arqueológicos encontrados em vários pontos da bacia do Lis, como mais a norte, em Santa Olaia (Figueira da Foz), que atestam uma presença humana neolítica ao longo de alguns locais da costa portuguesa incluindo nas margens da ribeira do Braçal.

Figura 11 - Monte Redondo: rede hidrográfica e níveis de erosão

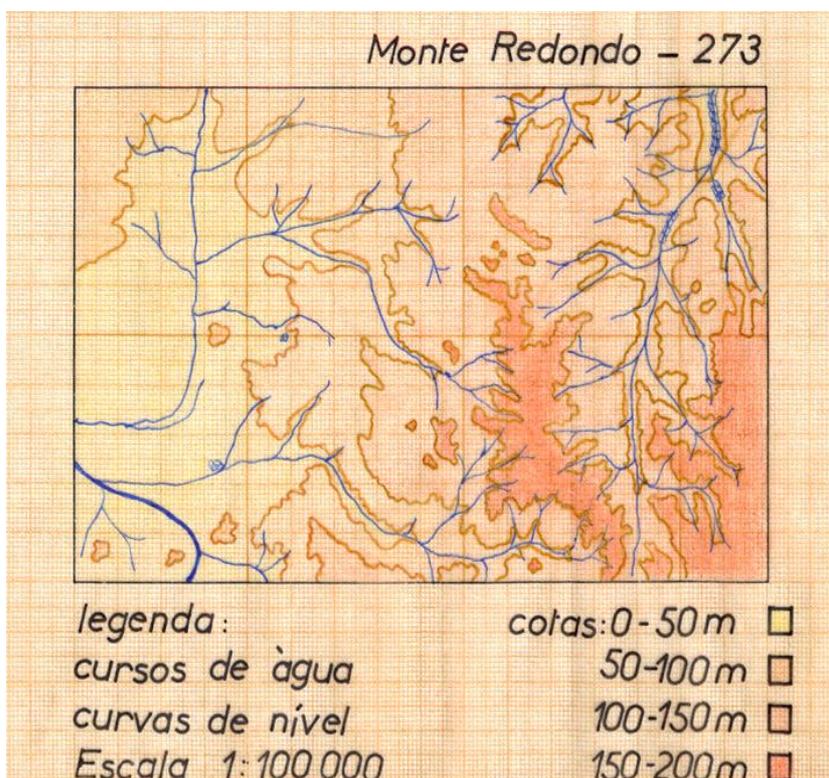
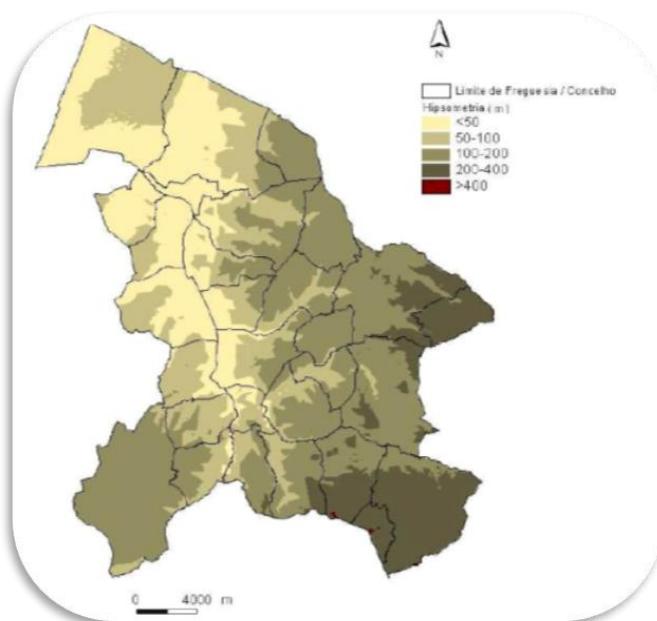


Figura 12 - Carta Hipsométrica por Freguesias



In: PDMLeiria.I, 2010, 11

Embora tendo presente que alguns destes estabelecimentos mais primitivos, tenham tido um caráter efémero, a fixação de gerações sucessivas no mesmo lugar, com a concentração das suas atividades, o domínio e a organização do espaço envolvente, acabam por realçar o significado geográfico desses núcleos de povoamento. E como observa este autor (op. cit., 241), "é nos países de velha civilização que a complexidade dos factos torna a observação mais difícil", já pela evolução e influência de outras civilizações, já porque a ação do homem sobre o meio tem vindo a alterar profundamente as próprias condições naturais.

Não obstante esta ação a morfologia do terreno, no qual dominam as formas planas e arredondadas e a sua distribuição em terraços, para o mar, constitui um testemunho da sua presença nesta área e do seu recuo, em ciclos distintos da nossa história geológica, até aos limites da atual linha de costa. Para esta topografia concorreram, ainda, a natureza das formações rochosas e pequenos movimentos tectónicos que terão afetado a disposição dos estratos mais antigos ou mesmo causado algumas das falhas que o traçado de pequenos cursos de água parece evidenciar. Os traços físicos acima referidos acolhem um cenário densamente humanizado, assente numa ocupação humana antiga e economia de base rural.



Graveto

O lugar do Graveto fica situado num dos extremos do território da freguesia de Monte Redondo, no limite com a freguesia do Souto da Carpalhosa. Tal como a maior parte de outros lugares desta área, ocupa terrenos arenosos afeiçãoados pelas águas do mar que levaram à constituição de um dos níveis de erosão representado localmente por cotas pouco acima de uma centena de metros. À semelhança, também, de outros casais próximos: Salgueiro, Casal do Telheiro, Pinheiro, tem um passado ligado à agricultura e à exploração do pinhal. A ribeira da Carpalhosa é o limte natural que confina com o território mais acidentado da freguesia vizinha e mais antiga, do Souto da Carpalhosa. Quanto ao seu significado, pode o 'Graveto' corresponder ao local onde se colhiam pedaços de lenha e de madeira ou resulta de Burgueto, pequeno burgo? Ou será derivado de "Burguete", "pequeno cerrado nas arribas, entre fragas" (Silva, 1950)?

Em documento medievo anteriormente assinalado ficou assinalada a “arriba do burgueto” como fazendo parte da linha divisória do casal de Monte Redondo, facto que pode de facto comprovar a localização deste pequeno núcleo de povoamento em local acidentado ou tão só como sendo um grupo de casas na cercania de um outro lugar de maiores dimensões, como o Pinheiro ou a Lage. Dada a sua posição excêntrica em relação à sede de um outro lugar mais importante poderá o seu nome resultar, também, da sua localização, num gaveto ou canto do território.

A situação do lugar favoreceu a implantação de várias famílias e moradores, entre os quais o antigo Pároco de Monte Redondo, Manuel A. Conceição, que aqui fez construir, na sua quinta, uma capela privativa, da invocação da Senhora da Boa Morte: Esta imagem foi transferida depois do seu falecimento, em 1938, para a Capela do Casal Novo. A população recenseada neste lugar em 2011 era de 14 habitantes, contra 25 no início da década, em 2001.



Grou

O lugar do Grou, situado no extremo norte da freguesia de Monte Redondo, sobre um antigo terraço de praia marinho, entre os 60 e os 80 metros de altitude, é um dos exemplos sugestivos da luta travada pelo homem contra a esterilidade dos solos de duna e do seu desbravamento ao longo de gerações. A sua ocupação esteve inicialmente ligada à exploração florestal do Pinhal da Universidade de Coimbra e da ação dos Crúzios ou já do Convento de Louriçal, que terão incentivado a deslocação de fregueses seus vindos da Borda do Campo para as terras áridas do litoral. Aqui vieram a explorar os arneiros mais secos incentivando a cultura de cereais de sequeiro e outras permitidas pela irrigação por pequenos poços. A par destas, a exploração do pinhal foi uma das atividades que deu ocupação aos residentes nas tarefas de resinagem, fabricantes de pez, serradores ou simples trabalhadores manuais.

A designação desta terra anda por isso associado à existência de um pequeno “oásis” de fertilidade, baseado na cultura intensiva, no seio de terrenos mais estéreis, o Grou, “pequena courela de terreno cultivável” (Morais, 1950), separada de outras mais distantes como as Cavadas ou as Lavegadas. Nestes casos terá havido arroteamento local através da

abertura de áreas cultiváveis e abertos pela enxada (Morais, 1950), quer pela transformação dessas terras incultas em áreas de maior cultivo, à custa do trabalho humano. Pode também estar relacionada com a ocorrência, durante o inverno, da concentração de aves de arribação do género ‘Grus grus’. É uma justificação que não nos surpreende tendo em conta a relativa proximidade do Atlântico e a evolução da linha de costa litoral que num passado remoto, antes da formação das dunas litorais, poderá ter facilitado esse povoamento em torno de pequenas lagoas, ou charcos, outrora existentes.

Assim o regista “O Mensageiro” (24AGO1972) que assinala que esta designação “vem da ave pernalta e migradora”, que aqui pernoitava, em lugar “meio descampado, com casas coloridas que lembram barcos (há aqui negociantes de peixe), campos de milho fraco” (loc. cit.), de sequeiro, ao contrário do milho forte, verdejante, das terras baixas e irrigadas. A familiaridade com o mar, dada pela proximidade da Ervideira e da sua relação antiga com o oceano está revertida no culto da capela local, dedicada a N^a Sr^a da Boa Viagem, a que se dedicava a seguinte quadra:

“Senhora da Boa Viagem
Que te vá acompanhar,
Nos passos que dês em terra
E sobre as águas do mar”.

Relatos de outros autores (Moreira et al., 1986, 23) confirmam a atividade principal da população associada à atividade florestal: “eram todos serradores e andavam espalhados pelo país” (loc. cit.). Prossegue, afirmando: “Com as serrações modernas, a arte morreu e eles dedicaram-se a apanhar falcas e a arrancar cepos”. Mais recentemente com a decadência da indústria de serração ou até com a redução da atividade agrícola, a população local soube encontrar novas formas de ocupação fora do pinhal, deixando a povoação de ser consituída por casas de terra “tapadas por ramos de pinheiro” (loc. cit.). Algumas esperanças surgiram em meados do século passado quando da realização de perfurações destinadas à prospeção de petróleo nesta região do litoral, atividade que foi suspensa.

Dada a sua localização no extremo da freguesia, este lugar é partilhado ainda com as freguesias vizinhas de Coimbrão e Guia, outrora pertença da Mata Mourisca. A população deste lugar passou de 309 habitantes em 2001 para 245 em 2011.



Grupo Cultural e Desportivo “Os Magníficos”

De acordo com o site da J. F. Monte Redondo, o Grupo Cultural e Recreativo “Os Magníficos” existe há cerca de 29 anos (embora tenha sido legalmente criado apenas em setembro de 1984) e iniciou as suas atividades como grupo de teatro amador. Atualmente participa e organiza diversos eventos, desde Torneios de Chinquillo (incluindo o da Câmara Municipal de Leiria) a festas de verão e Jogos de Casados/Solteiros (para homens e mulheres). Atualmente conta com 15 pessoas na direção e cerca de 420 sócios. Tem sede nas Lavegadas⁴⁴.

Tendo em conta o trabalho da população local e dos seus antepassados no arroteamento destes lugares, a designação escolhida testemunha a magnificiência desse esforço e resultados. Testemunha ainda o esforço dos habitantes locais em manter os laços de solidariedade que os une a esta terra e lugar através do desenvolvimento de atividades diversas que ultrapassam o esforço da atividade física mas que se consubstancia, igualmente, em reuniões de convívio em torno de um almoço de favas e de outras iniciativas de natureza comunitária.



Grupo Desportivo e Recreativo do Casal Novo⁴⁵

De acordo com o site da J. F. Monte Redondo, o “Grupo Desportivo e Recreativo do Casal Novo” existe desde novembro de 1991, proporcionando atividades de lazer e desporto à população. Atualmente, além dos 11 membros da direção, conta com cerca de 35 apoiantes e 30 atletas— 8 praticantes de Jujitsu e 22 de Futebol de 11 sénior.

Embora circunscrito a estas atividades, a presença de uma associação desta natureza atesta o bairrismo dos habitantes deste lugar e a sua afirmação face à realidade social e cultural dos lugares e das freguesias mais próximas.



44 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, em 7SET11

45 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, em 7SET11

Habitat

Como refere Vidal de la Blache (1954, 258), os estabelecimentos humanos, sobretudo os “agrupamentos elementares, tais como os que podem formar os membros de uma família pouco menos do que acompanhados por alguns vizinhos, bastam. Nenhuma condição impõe as diversas servidões que implica uma comunidade aldeã. O 'habitat' dispersa-se". Esta distribuição não sendo homogênea no território português, mostra a desigual repartição geográfica dos habitantes quer por razões físicas, históricas e do desenvolvimento económico.

A tendência da distribuição da população na área de estudo mostra uma grande proximidade entre os principais núcleos de povoamento, condicionados que foram no seu estabelecimento pelas condições naturais, pelos laços de familiaridade e de cumplicidade entre os residentes locais e os mais próximos, dadas as facilidades de circulação e a sua relação e dependência para com o poder régio, religioso ou outro. Faz-se notar a relativa abertura de alguns sítios a residentes em lugares próximos ou a rivalidade entre eles, traduzida frequentemente nos laços matrimoniais que excluía, em muitas circunstâncias, o noivo ou a noiva estranha que se fixasse num ou noutro casal. Nestes casos a comunhão de interesse e de deveres imposta pela unidade paroquial foi um dos meios de atenuar essa hostilidade, sendo certo que muitos Curas facilitaram, com a sua palavra e ação, a expansão de novos lugares com a sua bênção Pascal e as celebrações matrimoniais.

O habitat geográfico deve, portanto, ser entendido como resultado de um conjunto de fatores centrados na criação de unidades de exploração de raiz familiar, na criação do pequeno comércio, no incentivo ao mercado dominical, na realização das festas em honra dos oragos e padroeiros, na fixação de serviços como o telefone e o posto de correio que animaram a ampliação do lugar, a procura desse centro e a ocupação permanente por parte de outros habitantes. Se num passado mais distante as condições de acessibilidade e os meios da população não facilitavam uma grande mobilidade, o traçado de novas vias de circulação, a beneficiação das mais antigas e a motorização automóvel vieram alterar ainda mais as condições do habitat humano. Não fossem as regras impostas no ordenamento territorial pela ocupação do espaço e infraestruturção do saneamento, abastecimento de água e eletricidade e a dispersão da população ter-se-ia acentuado conduzindo a localizações distintas dos estabelecimentos humanos, das unidades funcionais e dos limites de povoamento de muitos lugares.

A análise precedente sugere-nos que na apreciação dos habitats se tenha em consideração não só a repartição dos fogos e das moradias, mas também a distribuição dos serviços públicos e de apoio à população e às atividades económicas. Tal facto obriga-nos a recordar, de Gaspar (1972), alguns conceitos e metodologias que nos permitem avaliar a importância relativa dos principais núcleos de povoamento onde se situam as unidades económicas. Pensamos na sua distribuição por rua ou lugar, consubstanciada no respetivo levantamento funcional.

A leitura da carta militar (1/25.000 - folha 273) referente à ocupação humana predominante nesta área enquadra-se no exemplo descrito por Orlando Ribeiro no seu artigo publicado no "Dicionário de História de Portugal" (Dir. J. Serrão, 1989), sendo característico do que designou por "aldeia estremenha". Consideradas como "qualquer ajuntamento de casas que não seja vila nem cidade, isto é, sem funções administrativas e de coordenação, como um aglomerado rural ou piscatório", as aldeias estremenhas apresentam, geralmente, "contornos indefinidos" e "dissociam-se a partir de um núcleo, quer porque, com o progresso das arroteias, a segurança no isolamento e o individualismo agrário, cada família prefere a proximidade das suas leiras, quer porque, com o aumento da população e a atração de um centro social (igreja, lojas, largo da fonte), se vai condensando a população que vivia esparsa" (Serrão, 1989.I, 88-89).

Outro tipo de análise merecia comprovar os traços fundamentais de uma comunidade, dominada por sentimentos de forte religiosidade e dependência face ao poder estabelecido, do Pároco, dos industriais, dos senhores da terra ou já de outras entidades que coexistiam na vida quotidiana. Tomamos como referência uma notícia publicada no jornal diocesano de Leiria ("A Voz do Domingo", de 5/11/1939) onde se descrevem alguns traços da freguesia nos finais dos anos trinta:

"Monte Redondo, uma das mais notáveis freguesias do concelho de Leiria é uma terra progressiva, habitada por uma população ordeira, trabalhadora e profundamente cristã. Sob o ponto de vista religioso ocupa um lugar de destaque pela piedade da sua gente, e pela organização da Ação Católica. Sob o ponto de vista económico encerra as primeiras fortunas do concelho sem se notar o pauperismo que envergonha outras terras. Toda a gente tem pelo menos uma pequena courela de terra que cultiva para si.

Sob o ponto de vista comercial e industrial é um dos melhores centros de todo o campo do Lis. Às suas lojas vêm abastecer-se a população desses campos: a feira dos 29 é das mais frequentadas do termo. As fábricas de serração e carpintaria mecânica ocupam um

grande número de operários e valorizam o revestimento florestal dos vastos terrenos de pinhal. A indústria de cerâmica da Bajouca é conhecida em toda a região.

Recentemente vem juntar-se-lhe com uma população de à volta de 200 operários a exploração da ofite que ali tem ricos afloramentos e de que se fabricam ótimos paralelepípedos para estradas e calçadas. E como se isto não fosse suficiente enriqueceu-a ainda mais a Divina Providência com um poço de água salgada que alimenta várias salinas na Junqueira, fortes indícios de asfalto na Sismaria, já examinados e estudados (...). Os nossos votos sinceros são de que não pare esse progresso material e económico (...)"

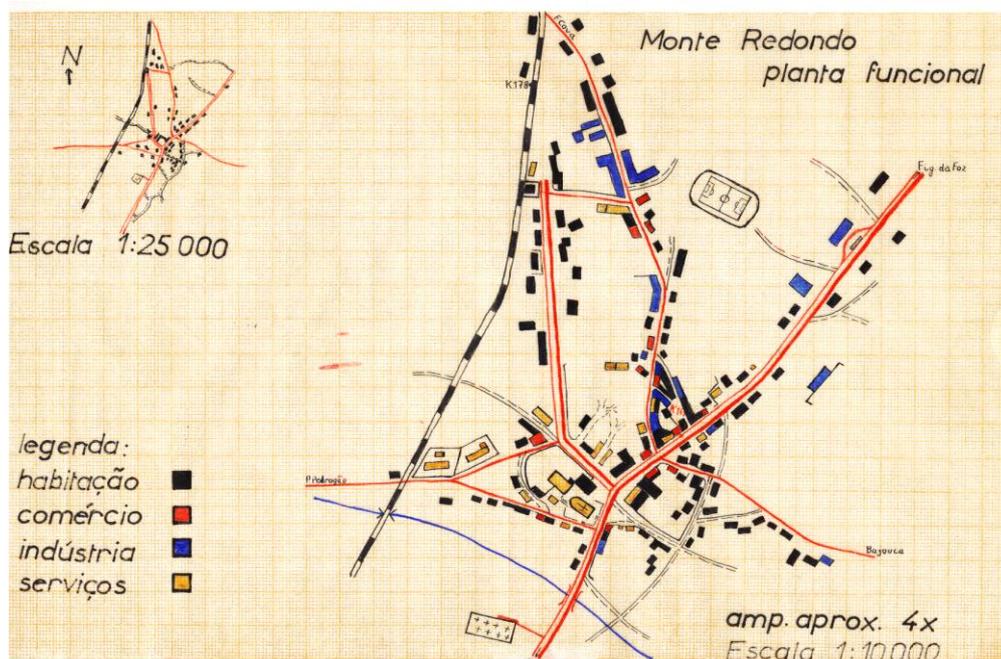
Esta descrição está de acordo com a imagem da povoação que recolhemos duas décadas depois: uma povoação central com alguns equipamentos básicos, vias de circulação abertas para os lugares e freguesias próximas, eixos de transporte permitindo uma certa mobilidade humana e um núcleo populacional que suporta a vida e o dia a dia da povoação principal. Foi esta a imagem que registámos através do levantamento funcional (habitação, comércio, indústria e serviços) elaborado nos anos sessenta e que nos serve de referência. Em nosso entender foi nessa década que Monte Redondo, mantendo ainda as características típicas de aldeia - tal como foram acima descritas e, simultaneamente, as de uma comunidade rural tradicional - se alteraram por via das transformações que afetaram a povoação e a sociedade local.

Como grande impulsionadora dessas transformações conta-se a industrialização e a emigração, que ao promover a mobilidade dos seus habitantes, foi a grande responsável por essa mudança iniciada com a implantação das fábricas do início de Novecentos e que se veio a acentuar nos anos seguintes. À data, a comunidade local alicerçava-se na permanência de um conjunto de crenças e de “sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade”, a que Durkheim (I, 1977, 98) chamou “consciência coletiva ou comum”, fundando-se em laços de profunda solidariedade.

De acordo com o mesmo autor (op. cit., 130), esta “solidariedade social”, resultante “do facto de um certo número de estados de consciência serem comuns a todos os membros da mesma sociedade”, permitia uma forte coesão social entre os seus habitantes. Trata-se de um exemplo característico da “solidariedade mecânica” (Durkheim.I e II, 1977), baseada em valores e crenças comuns, dominadas pelo forte sentimento de religiosidade de grande parte dos habitantes e numa atividade humana assente, fundamentalmente em trabalhos de natureza rural, com particular destaque para a agricultura de subsistência.

Quando desse levantamento funcional (efectuado para fins académicos), embora apresentando uma parcela já significativa da sua população ocupada na indústria predominante de serração de madeiras, no comércio e mesmo nos serviços dominados pelo pequeno comércio de retalho (a que se associavam a feira e o mercado - cuja área de atração se estendia além dos limites da própria freguesia) – registava-se uma atividade cultural digna de realce mas muito ligada à vida da paróquia. Acompanhavam-na uma fraca mobilidade e uma inovação incipiente, reveladoras de uma “solidariedade orgânica” (loc. cit.) que hoje identifica as sociedades em transformação.

Figura 13 - Planta funcional de Monte Redondo: 1966.



Complementarmente a esta situação, notamos que as relações entre a aldeia-mãe e a constelação de lugares próximos testemunhavam, em todos os seus aspetos, uma relação muito estreita e uma forte “densidade moral” (loc. cit.) dominada pelas hierarquias sociais e de poder concentradas, especialmente, no nó principal desta rede, isto é, na sede da freguesia.

As referências anteriores desejam contribuir para a compreensão dos fenómenos sociais que estão subjacentes à atitude do geógrafo (Ribeiro, 1960, 61), que interpela nas marcas humanas da paisagem os fenómenos demográficos e sócio-culturais que lhe andam associados, privilegiando a abordagem de tipo qualitativo. Ao fazê-lo estamos a afirmar as questões que nos foram deixadas por George (1972) sobre as relações entre a

geografia e a sociologia. Seguimos, ainda, outra linha do pensamento, de George (1982, 172), que adverte para o facto da “existência das coletividades humanas formarem um todo, animado por um conjunto de sistemas de relação onde se misturam os efeitos dos dados ‘físicos’ e os dos dados ‘humanos’”.

Por se tratar de uma nota centrada nos aspetos geográficos e humanos, não considerámos os laços e solidariedades - de natureza orgânica e de natureza mecânica -, ou a densidade de “consciência coletiva” (Durkheim) que nos conduziam à identificação da comunidade, ou de comunidades, entendidas como coletividades humanas, unidas por laços de diferente natureza, por estruturas e sistemas de relação diferenciados, do homem com o meio ou das suas relações sociais (Giacobbi, Roux, 1980, 90). Estas características identificavam os traços fundamentais das pequenas comunidades rurais as quais, de acordo com estes autores (loc. cit.), ocupam um espaço limitado mas relativamente autónomo em relação à sociedade que as rodeia e onde as “três instituições: escola, a autarquia e a igreja, através de relações mais ou menos conflituosas, asseguram a mediação com a sociedade global” (loc. cit.).

O exemplo desta tríade de instituições marca o exercício do poder exercido sobre os limites físicos da freguesia e desde a implantação da República, com a separação do Estado da Igreja, sobre os limites das respetivas unidades paroquiais cujo poder, tal como nos casos anteriores, é exercido sobre diversos casais e lugares que integram a mesma unidade administrativa e religiosa. Neste caso embora persistam os limites físicos da paróquia, a ação pastoral e a religiosa têm vindo a ser exercidas em Monte Redondo e no Coimbrão pelo mesmo Pároco.



Hidrografia

A composição geológica do terreno, onde predominam as rochas sedimentares com estratos de natureza argilosa e a sua topografia, incluem-se entre os fatores favoráveis ao desenvolvimento de uma rede densa de linhas de água que drenam os campos de Monte Redondo e o conjunto da bacia hidrográfica do rio Lis. Esta é constituída por uma rede hierarquizada de dimensões consideráveis, possível de desenhar em terrenos de escoamento fácil e com um nível freático bastante baixo. É o que se pode observar na folha topográfica de Leiria onde se revê o

traçado quase retilíneo do rio Lis até aos terrenos do antigo paul de Ulmar e a continuidade da linha orientadora desse traçado pelos cursos de água que drenam a freguesia de Monte Redondo e que convergem nos campos do Lis, antes da sua inflexão para ocidente. Esta sequência retilínea faz supor a existência de zonas de fratura aproveitadas, devido à sua fraqueza, pelo traçado das linhas de água de maior dimensão.

Assim acontece também com a principal linha de água que irriga o território de Monte Redondo, que tem origem em Nasce-Água e por isso é inicialmente conhecida por ribeira de Fonte Cova. Daqui corre na direção sul até à Sismaria onde inflete para poente, indo juntar-se ao rio Lis. Para este curso convergem outras linhas de água, que descem de Oriente para Poente: a ribeira do Regato, que vai juntar-se àquela junto das Cavadas; a ribeira da Bajouca, que vai convergir junto de Porto Longo; a ribeira da Carrasca, que passa no limite sul da povoação de Monte Redondo e o rio Negro, que passa ao lado da Aroeira e vai juntar-se depois ao rio Lis. A jusante de Aroeira, os ribeiros juntam-se no chamado coletor de Monte Redondo, construído depois das últimas obras de regularização dos Campos de Lis.

Anteriormente à realização destas obras, que marcaram o início da segunda metade de Novecentos, há uma história com vários relatos de cheias e destruição de colheitas no campo de Monte Real, dominado pela existência de bons solos agrícolas e por culturas de arroz e cereais, que constituíam a riqueza da Casa do Infantado e de outros proprietários leirienses e da região. Esta luta prosseguiu nos anos seguintes visando a consolidação do leito, das valas, das motas e das guardamotas e dos seus leitos, bem como a preservação dos portos, lugares de passagem e ancoradouros definidos em vários documentos relativos aos campos de Leiria.

No seu estudo, Cabral (1993, 231 e segs) inclui um regulamento, aprovado pela Câmara de Leiria em 17.12.1849, enviado pela Junta Administrativa dos Campos de Leiria, com medidas a cumprir pela população e punições severas para os seus incumpridores. Na área desta freguesia são aí referidos alguns portos ou lugares de passagem, nas valas de Sismaria, de Porto do Junco (à Junqueira) e da Lezíria como fazendo parte do Campo Novo, local onde a prática da cultura do arroz. À época esta levava a protestos frequentes da população contra o sezonismo (malária) causado pela estagnação das águas e pelas doenças associadas ao alargamento das áreas encharcadas que dava abrigo a numerosos núcleos de reprodução de insetos nefastos para a saúde pública.

Uma referência ao passado do leito deste rio. Escreve Diniz (1949, 3) que “sob a direção de Frei Martinho, monge do Mosteiro de Alcobaça,

abrem-se as valas de esgoto e de irrigação em dezenas de quilómetros, e ergue-se uma obra que ainda hoje daria justa reputação a quem a empreendesse e executasse”. Conclui, assinalando (loc. cit.): “Com o esforço prodigioso desses portugueses de antanho, nasceram para a agricultura, os frescos e produtivos campos, que se estendem pelas duas margens do Rio Lis, de Leiria até à foz”.

Dos tempos próximos evocamos as obras que foram operadas em Oitocentos na sequência dos estudos realizados pelo Eng^o Oudinot destinados à “defesa dos terrenos da Real Casa do Infantado. Administração da qual tinham sido integrados os Campos de Leiria, em 1654, depois de haverem passado ao domínio da Coroa, após a degolação do Marquês de Vila Real e de seu filho” (op. cit., 4). Disso nos dá conta Cabral (1993.I, 216), sobre as obras propostas pelo Eng^o Oudinot (finais do século XVIII) com o fim de facilitar a drenagem dos campos de Leiria e do Lis, a deposição dos lodos e nateiros das suas águas e a saída da corrente para o oceano.

Encontrando-se o leito do rio fortemente assoreado e deambulando o seu curso inundando os campos de cultivo, era bem difícil a tarefa agrícola que cabia aos agricultores mais próximos os quais, para as suas deslocações, usavam frequentemente pequenas bateiras como as conhecidas ainda no início de Novecentos nas terras marginais desta bacia. Lateralmente ao campo situavam-se os caminhos atravessados pelas juntas de bois que permitiam o transporte das alfaias: arados, charruas, zorras e outros instrumentos usados na preparação dos campos de cultivo, bem como as sementes, os adubos e os produtos recolhidos localmente e armazenados em edifícios próprios da Casa do Infantado, nas casas dos senhorios e dos rendeiros das parcelas amanhadas com grande esforço e trabalho familiar.

Dada a baixa altitude do leito da bacia do Lis, a natureza aluvionar dos terrenos que atravessa e a ação das correntes e a fúria do mar junto da costa, a foz deste rio sofreu alterações de local e da feição da sua foz. Daí a necessidade de estabilizar um sítio para a desembucadura, constantemente ameaçada por ação das correntes marítimas e do movimento das dunas arrastadas pelos ventos oceânicos vindos do quadrante Norte. Esta consolidação só era possível com a construção de estacarias que impedissem a marcha progressiva para meio-dia dessas formações arenosas e os trabalhos de desobstrução da foz.

Com a construção de um molhe na sua margem esquerda para impedir o seu avanço mais para sul e a destruição dos palheiros dos pescadores, oriundos muitos deles da região lagunar da Ria de Aveiro, deu-se início a uma nova fase na vida destes campos e das bacias

vizinhas dado que as obras realizadas no leito do Lis facilitavam a drenagem dos campos a montante, evitando as inundações frequentes à época. Contudo seguindo o curso normal de envelhecimento do traçado do curso do rio e das variações do seu caudal, muitas obras foram encetadas das quais se destacam, na primeira metade de Novecentos, as que foram autorizadas pelo Decreto-Lei 35559 (28 de março de 1946).

Diz assim o preâmbulo deste documento:

“Em virtude das deficientes condições atuais de escoamento do rio Lis, as cheias deste curso de água inundam frequentemente extensos tratos de terrenos marginais, tornando-os improdutivos, com prejuízo para os lavradores ribeirinhos. Para se ajuizar da gravidade do problema bastará dizer que as características hidrológicas destes terrenos são de momento tais que mais de 500 hectares se encontram permanentemente apaulados, cerca de 100 hectares são alagáveis – quer pelas cheias, quer por fortes chuvadas – e apenas uma pequena zona se mantém sempre em boas condições agrícolas.

Como foi notado a propósito da dinâmica marítima litoral, antes da sua fixação a foz teve um curso divagante havendo indícios que tenha desaguado, em tempos históricos, próximo das “Pedras de Pedrogám”. Por ação das correntes marítimas e da acumulação das areias de duna, as obras levadas a cabo no início do século XIX com a construção de um molhe na sua margem esquerda para impedir o seu avanço mais para sul e a destruição dos palheiros dos pescadores, fixaram a foz deste rio. Próximo da embocadura deste rio são frequentes designações que referem uma ligação antiga com o mar: Vale do Boco, Caravela e Galeota, na proximidade da Vieira de Leiria, evocam a presença de vestígios de embarcações marítimas nesses locais.

Em face de um tal estado de coisas, procedeu a Direção Geral dos Serviços Hidráulicos a um minucioso exame técnico da questão e, tendo verificado a conveniência de considerar em paralelo com a regularização propriamente dita do rio o estudo da defesa e valorização dos seus campos marginais, elaborou um projeto, abrangendo todos os aspetos de problema, que prevê a realização dos seguintes trabalhos: regularização do troço fluvial do rio e regularização e correção torrencial de alguns dos seus afluentes; enxugo e obras de rega e adaptação ao regadio de 2:145 hectares de terrenos; regularização da fos do Lis e trabalhos marítimos complementares”.

As obras, a cargo da Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos, incluíram a construção de um vasto plano de irrigação coletiva dos campos do Lis e a construção da proteção exterior da foz, com a construção de novos molhes. Depois da sua conclusão a gestão foi

confiada à “Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis”, sediada em Monte Real, autorizada por Alvará de 13 de setembro de 1948 e alterados os seus estatutos em 19 de abril de 1991⁴⁶ (In: Diário do Governo, 1ª Série, 66 de 28MAR1946). A esta Associação cabia a responsabilidade de gerir e de acompanhar os projetos de desenvolvimento hidráulico e agrícola desta vasta área litoral banhada pelo leito do Lis e dos seus afluentes mais próximos. Entre eles conta-se, como foi assinalado, o rio de Aroeira, conhecido inicialmente por rio de Nasce-Água, rio de Fonte Cova, rio de Porto Longo, rio da Aroeira, e rio de Fora. Esta última designação, já conhecida em época mais remota, pode evocar o limite externo do território em apreço, sendo que o seu limite interior seria constituído pela bacia do rio de Carnide ou já do rio Arunca, que atravessam o território próximo da Serra do Sicó e que correm para norte indo desaguar no baixo Mondego, a jusante de Montemor-o-Velho.

No que ao rio Lis diz respeito este curso de água, formado pelas águas do Lis e do Lena, tem um percurso que entre Leiria e os campos de Monte Real se dirige para Norte, infletindo depois para poente através de um leito artificial delineado nos finais do século XVIII. Neste percurso recebe os detritos da parte mais elevada do seu curso e regista por isso uma velocidade maior do seu caudal. A partir de Leiria, ao avançar sobre a planície litoral, baixa a sua capacidade erosiva e de transporte, tornando o curso de água mais lento, porque corre em terras de menor declive e porque arrasta consigo um maior volume de carga sólida que lhe chega por via dos resíduos dos demais cursos de água que vai acolhendo neste percurso.

De notar que a abundância de cursos de água, mesmo de pequenas dimensões e caudal, embora permitindo culturas cerealíferas abundantes, constituía um obstáculo às populações, sobretudo em períodos de cheias que várias vezes se registavam neste território. No termo do terceiro quartel de Oitocentos, em janeiro e fevereiro de 1872, houve aqui (e em todo o reino) uma grande cheia, produzida por chuvas torrenciais (P. Leal). Outras se lhe seguiram dificultando o trânsito de pessoas e de animais, causando prejuízos à agricultura, causando danos nas margens e campos laterais ou alimentando períodos de maior extensão de febres e doenças geradas pelos insetos, pela contaminação de nascentes ou até pelas doenças do foro pneumológico causadas pelo excesso de humidade, pelo trabalho intensivo, pela subnutrição, etc.

46 In: Aproveitamento Hidroagrícola do vale do Lis. [www.dgadr.pt /ar/a_hidroagricolas/exploracao/ahvllis.htm](http://www.dgadr.pt/ar/a_hidroagricolas/exploracao/ahvllis.htm), em 10SET11

As principais unidades hidrológicas do concelho de Leiria incluem ainda as cabeceiras que definem os limites de drenagem entre a bacia do Lis, a bacia do Tejo e a bacia do Mondego, respetivamente a sul e a norte deste território. No que ao rio Lis diz respeito demarcam ainda o médio e o baixo Lis, separação que tem a ver não tanto pelas cotas a que corre este leito, mas sim pela extensão da sua várzea, particularmente desenvolvida no paul de Ulmar, a que corresponde o baixo Lis. O médio Lis corresponde aos campos de Leiria e o alto Lis ao percurso entre a cabeceira e as Cortes. Apesar da pequena extensão da bacia, o traçado do leito abarca situações topográficas distintas que vão desde a encosta do Maciço Calcáreo Estremenho à planície litoral, evidenciado por isso traços distintos no seu perfil e traçado. Se devidamente elaborados, os respectivos perfis longitudinais dos principais cursos de água revelam não só as diferenças litológicas existentes como a fase do ciclo erosivo que identifica cada uma das partes dos seus percursos.



Igreja Paroquial de N^a Sr^a da Piedade⁴⁷

No passado, a criação de novas paróquias e o alargamento dos núcleos de povoamento contou com a ação régia, da Igreja e das ordens religiosas, com o contributo de povoadores e a construção de pequenas ermidas e capelas, muitas das quais vieram a transformar-se em igrejas paroquiais, símbolo do poder religioso exercido sobre os fregueses da aldeia, designação arábica (Vasconcelos, 1980.II, 295) que se divulgou nesta área também ela ocupada, durante séculos, pelos seguidores de Maomé. Depois da Reconquista, as paróquias assumiam o nome do Orago ou Padroeiro e a designação do sítio mais próximo. A este respeito diz-nos Saraiva (1929, 28) que a primeira Igreja de Leiria foi a de N^a. S^a. da Pena do Castelo. Referindo-se à época do “Numeramento do Reino”, de 1527, Castro (1991, 325) enumera as diversas freguesias do termo da cidade de Leiria e regista a de N^a. Sr^a. da Piedade do Monte Redondo, a de S. Salvador da Carpalhosa e outras de lugares vizinhos que adotam designações diversificadas do Santoral cristão.

Como já foi observado (O Couseiro, 1868), quando da criação da paróquia de Monte Redondo existia uma ermida da invocação de N^a

47 Este texto transcreve um conjunto de notas, publicadas no Semanário “A Voz do Domingo”, em 2010, aquando da inauguração das obras de restauro deste templo religioso.

Senhora da Piedade e duas outras no termo desta freguesia: "uma da invocação de Santo Aleixo, que está n'uma matinha, ao Paço, muito pequena; sem fábrica, e por isso n'ella se não diz missa" (op. cit., 195) e outra "na quinta de D. Diogo Pimentel, da invocação de N^a. Senhora das Mercês, também sem fábrica, nem é benta, nem se diz n'ella missa" (loc. cit.). Esta ermida pertencia à comenda de Alcobaça, enquanto que as terras vizinhas de Leiria eram pertença dos Monges Crúzios de Coimbra (Cónegos Regrantes de St^o Agostinho), razão pela qual se mantiveram lutas aceras pela sua posse, entre estes e os Bispos de Coimbra e de Leiria.

Na demarcação da igreja, em "terra que era prazo da comenda d'Alcobaça", intervieram o licenciado Jeronymo do Souto, António Fernandes e sua mulher, Lucrecia Cordeira, que "traziam a dicta terra, emprazada, e fizeram doação, livremente, do dicto chão, com a dicta licença do commendatário" (loc. cit.). Os habitantes ficaram então obrigados "á fabrica da egreja, capella, sacristia, casa do cura e á paga do mesmo cura", estipulado em "um alqueire de trigo cada freguez e 25 reis, por um quartão de vinho". Por sua vez as viúvas ficaram obrigadas ao pagamento de "meio alqueire de trigo e 12 reis, pelo vinho, e o prelado lhe dá somente 3\$000 reis, em dinheiro, e é sua a apresentação".

Estas duas referências não escondem algumas discrepâncias em relação às ermidas e capelas existentes nesta freguesia conforme nos relata "O Couseiro" (início do século XVII). À data da criação da freguesia existiam duas ermidas: a da invocação de Santo Aleixo, no Paço, e outra na quinta de D. Diogo Pimentel, da invocação de N. Senhora das Mercês. Por sua vez, em 1758, o Cura João da Costa e Silva regista na "Memória Paroquial – 1758" o seguinte: "Há nesta freguesia a ermida de N^a. S^a. do Amparo dentro do lugar da Sesmaria e a ermida de S^o. Aleixo, sita no lugar da Bajouca e pertencem aos moradores de cada um dos ditos lugares. Não acode às ditas ermidas Romagem".

Sobre a dimensão da povoação e os seus rendimentos na data da constituição da paróquia, diz-nos "O Couseiro" (1868, 195)⁴⁸: "tem o cura as offertas da ermida parochial e annexas a ella, mais de vinte amentas perpetuas e quasi outras tantas voluntarias, todas de alqueire de trigo, cada uma, e tem as falhas da mesma freguezia, e casas por conta dos freguezes: passa de duzentos fogos". Fazendo fé no mesmo documento (op. cit., 1868, 195)⁴⁹, podemos ler uma descrição da Igreja

48 Esta obra, identificada também por: "Memórias do Bispado de Leiria", terá sido escrita durante a 1^a metade do século XVII. A edição de 1868 regista que o seu autor apresenta testemunhos relacionados com os anos de 1605 e de 1657.

ereta após a criação da freguesia (1589), que apresenta os traços seguintes:

“A capella mor é forrada; no altar está um nicho de pedra, dourado e pintado, N. Senhora, com Christo, morto, nos braços, de vulto, e n’elle, esculpidas, as insígnias da Paixão, e uma cruz”. Prossegue a referida descrição assinalando as suas partes laterais: “Tem dous altares collateraes; o da parte do evangelho tem um nicho, de pedra, dourado, e no meio, pintada, uma pomba, e ao pé do nicho, este letreiro: = Spiritus Domini replebit orlem =; no nicho S. Pedro, e Santo António, de vulto. Abaixo deste, outro altar, metido na parede; arco e nicho de pedra, tudo dourado e pintado, e nelle S. João Batista, de vulto.”

O outro altar, “collateral, da parte da epistola tem três nichos, de pedra, dourados e pintados e n’elles N. Senhora da Luz, S. Sebastião e Santa Luzia, todos de vulto. Abaixo deste, outro, com arco e nicho, de pedra, com culumnas, tudo dourado e pintado, e N. Senhora do Rosario, de vulto”. O referido templo dispunha ainda de “sacristia, um sino, pia de baptisar, juncto à porta travessa da parte do evangelho, com grades de pau, ao redor”. Esta obra terá perdurado até 1702, data que fica assinalada no portal da porta voltada a poente. De acordo com “O Couseiro” (1898, 232), “esta igreja, em 1702, senão foi feita pelo povo, recebeu taes obras, ou reforma, que ficou com essa era na verga da porta principal, que era para poente”.

É este o templo descrito nas “Memórias Paroquais de 1758” em resposta ao Inquérito nacional promovido pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, levado a cabo em 1758. O Cura descreve no seu ponto 7, o seguinte:

“7. Respondo que o orago é N^a S^a da Piedade, não tem naves e tem cinco altares, a saber: o altar-mor em que está a imagem da mesma Senhora e uma de S. João Batista e outra de N^a S^a da Conceição, e fora do arco tem à mão direita o altar de S. António com sua imagem, uma de S. Sebastião e outra da Senhora da Luz, e o altar de N^a S^a do Rosário, com sua imagem, e a parte esquerda o altar colateral que é do Espírito Santo com a sua imagem, e uma de S. Pedro e outra de S^a Luzia e o altar das almas com o painel das mesmas almas; não tem mais que a Irmandade do Santíssimo Sacramento.”

Este era o templo voltado a poente ao qual pertenceu a atual porta da capela Mortuária, que assinala a referida data de 1702, como sendo certamente a data da reconstrução da Igreja ereta quando da criação da Paróquia. Por sua vez no umbral da mesma porta, a data de 1898 assinala a data da conclusão do novo edifício. Em torno do templo situava-se o adro e cemitério que em resultado as medidas liberais

inicialmente impostas por Rodrigo da Fonseca em 1835, foi transferido para novo local na margem esquerda da vala da Carrasca.

Uma nota complementar sobre as obras realizadas na paróquia em finais de Oitocentos: a construção da Igreja matriz integra-se num primeiro ciclo de renovação da vida local, beneficiário do Fontismo, de que se evidencia, igualmente: a criação da "Filarmónica N.ª. Sr.ª. da Piedade", em 1872; a construção da estação de C.F. e o início da exploração da linha do Oeste (1888); o lançamento da 1ª pedra da Igreja de Monte Redondo, em 22/1/1891. Não havendo outra informação disponível, testemunhos de antigos residentes diziam que a construção da nova Igreja ficou a dever-se à sua reduzida dimensão e à sua danificação depois de um incêndio ocorrido quando da permanência das tropas de Napoleão na região que a terão saqueado e destruído algumas imagens religiosas. Entre elas, a imagem mais antiga de N.ª. Sr.ª. da Piedade, padroeira da paróquia.

No seu trabalho sobre as atas da Junta de Paroquia de Monte Redondo, J. Moital (1986, 61) relata-nos deliberações dessa Junta sobre a urgência de “fazer novas paredes para maior extensão e espaço da mesma Igreja”, para a qual seria necessário “vender os fóros pertencentes à Parochia” (loc. cit.). Esta autorização foi requerida à Câmara e ao Tribunal, “para vender os ditos foros para com as suas importâncias auxiliar a mesma obra” (loc. cit.), facto que revela a extensão de alguns bens materiais que integravam o património desta paróquia. Pelo seu interesse transcrevemos dos "Apontamentos de história local - IV" sobre Monte Redondo, preparados pelo Rev. Dr. Luciano Cristino⁵⁰ a seguinte nota relativa à construção da Igreja de Monte Redondo e à ação de um dos membros da família Costa:

"No dia 30 de março de 1890 houve eleições para deputados e tão disputadas que o proposto do governo, a fim de poder vencer a sua, prometeu uma boa esmola para esta igreja; e tendo vencido, cumpriu a palavra, pois deu para ela um conto de réis! A igreja também já tinha uma grande reserva de dinheiro; e a junta de paróquia, observada ainda a boa disposição dos povos, empreendeu então a atual igreja nova, em cujos alicerces se lançou a primeira pedra no dia 22 de janeiro de 1891, e o corpo dela e a torre nos fins de 1894 já estavam concluídos".

Por sua vez "O Couseiro" (1898, 232-233), relata o seguinte:

"As obras de pedreiro já estão quase acabadas, e dos altares, que serão cinco, dois já estão feitos, dos outros também se não levanta mão. Os povos quer em serviços quer em donativos para com tal obra têm sido

50 Publicados no semanário "A Voz do Domingo" (16JAN1972)

incansáveis. Toda ela, exceto na parte dispendiosa, é devida a um vizinho seu sr. Domingos Pereira da Costa, bom cristão, e tanto como se fosse dono, pois se acaso se não tem ingerido na direção artística que confiou a pessoal habilitado, na mesma obra uma pedra sobre outra se não tem colocado nem uma tabua pregado sem a sua aprovação e consentimento e que é quem também tem apresentado todos os materiais, ainda que, como se disse, não à sua custa inteiramente (...). Foi ele também, esquecia, quem dispôs os povos a favor desse grande benfeitor, o deputado (...).”

Do esforço deste e de outros obreiros, resultou a construção de um templo religioso, algo distinto dos demais da sua área pela tecnologia usada na sua construção, pela sua configuração externa, desenho interior, traçado dos altares, espaço de culto e imagens escolhidas. Complementarmente às descrições mais antigas sobre Igreja matriz, a leitura de Lurdes Perdigão (2001), dá-nos a sua descrição técnica. Exteriormente, o templo é assim descrito:

“Cobertura diferenciada em telhado de mansarda, 7 águas e em coruchéu sobre torre sineira. Fachada principal voltada a E. de 3 panos, abertos por 3 portas de verga em arco quebrado, interrompidos por cornija continuada provida de merlões, terminando os 2 laterais em arco recortado convergindo para o pano central aberto por rosácea. O conjunto é sobrepujado por torre sineira rasgada nas 4 faces, encimada por coruchéu flanqueado por pináculos e cingido por merlões, com remate em cruz aberta e vazada em ferro.”

Prosegue o texto, assinalando:

“Fachadas N. e S. simétricas, abertas por esguios janelões de 1 lume de verga em arco agudo, sendo o corpo correspondente à cabeceira aberto no 1º nível por porta e janelas gradeadas e encimado por 2 janelões. Fachada O. marcada pela crescente disposição dos corpos da cabeceira (com porta que acede a escadaria exterior), da lanterna iluminada por óculo e da empena angular correspondente às naves, sobre a qual se vislumbra a torre sineira do frontispício.”

No seu interior, o templo caracteriza-se pela “Planta longitudinal composta por 3 naves e cabeceira” e ainda por: “Volumes articulados na horizontalidade. Espaço diferenciado, com 3 naves (sendo a central de maior altura), de 5 tramos com colunas de secção quadrilobada. Pavimento lajeado e em madeira e cobertura em abóbada de berço. Apresenta coro-alto de balaustrada de estatura diferenciada, interrompido por 3 cartelas vazadas com escudo contendo cruz, sobre guarda-vento na nave central.” Além da nave central, o templo “Integra 2 altares colaterais e 2 laterais de inspiração barroca e neo-clássica. Arco

triumfal alteado abre para capela-mor de cobertura abobadada com estuques relevados e pintados.”

Por sua vez, a Capela-Mor, apresenta:

”Guarda altar de retábulo formado por 4 colunas que sustentam imagens de culto dos 4 evangelistas, a cuja altura se desenvolve em lanços envolutados o frontão curvo ornado no tímpano por resplendor que contém, entre uma profusão de nuvens e anjos, um triângulo com olho. Alberga no camarim um trono rematado por sacrário suportado por 2 anjos. A iluminação é feita mediante vitral da rosácea do frontispício e pelos janelões altos e esguios que na capela-mor ultrapassam a sanca prolongando-se pela abóbada do teto.” Complementarmente, assinala a autora: “A par das referidas imagens dos 4 evangelistas colocadas no altar-mor, a igreja exhibe ainda as imagens de vulto de Nossa Senhora da Piedade (orago), São Sebastião, Cristo, a Virgem Maria, Santo António, ostentando os altares laterais pinturas no nicho.”

Fazem ainda parte das imagens patrimoniais do templo o painel decorativo das insígnias da Paixão, em pano de fundo sobre o Altar-mor e lateralmente a este, o nicho com o Senhor dos Passos e a imagem de N^a. Sr^a. das Dores. Nos altares laterais, podem ainda venerar-se as imagens dedicadas ao culto Mariano de N^a. Sr^a. do Rosário, N^a. Sr^a. da Luz e de N^a. Sr^a. de Fátima. Outras imagens de talha recente, completam o Santoral e o relicário de imagens de culto o que pode justificar-se pelo incêndio que terá consumido ou danificado algumas delas no início de Oitocentos. Quando da construção do novo templo estas foram substituídas por imagens mais recentes.

No seu conjunto este templo religioso de traçado neoclássico, consta de 3 naves a altura diferente, suportadas por colunas laterais. O teto é em forma de abóboda “em berço e meio berço”, assente sobre colunas de pedra calcária que delimitam o corpo central, das naves laterais. Pela sua natureza este material é usado em enfeites diversos que rematam os arcos interiores e das janelas e portas do referido templo.

Sobre o templo atual recordamos que durante os anos noventa foi submetido a obras de restauro decorrentes dos efeitos do sismo de 1969 e de 2009 e a arranjos exteriores relacionadas com a beneficiação do adro e do largo fronteiriço. Neste, situa-se o Salão Paroquial, o Centro Social N^a. Sr^a. da Piedade e a residência paroquial que ocupam o quarteirão onde foi construída a Igreja primitiva. Tal facto realça o significado deste templo na vida religiosa da paróquia animada por um conjunto de atos e festividades que integram a sua vida religiosa. Para além das que têm lugar na sua sede, outras ocorrem nas Capelas dos

lugares vizinhos das quais destacamos, para além da antiga capela da Bajouca (construída em 1712, da invocação a Santo Aleixo - hoje Igreja Paroquial - a capela da Sismaria, da invocação da N^a. Sr^a. do Amparo, edificada em data próxima da anterior.

Estes são alguns dos aspetos que de forma resumida podemos assinalar e que fazem parte da memória coletiva, como fregueses de uma paróquia com mais de quatro séculos de existência; mais de sete séculos de história e que se orgulha das suas raízes e matriz cultural e religiosa. Uma herança que se pode mostrar no ato da elevação da sua sede a Vila e nos compromissos, que coletivamente, os seus fregueses assumiram de forma a permitir um crescimento partilhado e solidário da terra e das suas gentes.



Industrialização

O processo de industrialização em Monte Redondo anda associado à criação do tecido industrial no concelho de Leiria, partilhando em alguns aspetos as iniciativas que desde os finais de Oitocentos aí se operaram e permitiram a construção de diversas unidades industriais. Localmente ganhou expressão com a construção da linha férrea do Oeste, que veio permitir a concretização de iniciativas privadas que levaram à exploração dos recursos primários existentes no solo e cobertura florestal desta freguesia. Da mesma forma veio a beneficiar da melhoria do traçado e sua preparação seguindo o processo de “mac-Adam”, que permitiu a ligação aos dois principais centros do litoral nos anos seguintes à primeira grande guerra.

Pelo seu interesse transcrevemos de Silva (2002, 40), a seguinte descrição relativa ao impulso industrial de Oitocentos, aplicável a Leiria e ao seu concelho:

“O século XIX assistiu ao triunfo da ‘revolução industrial’ no tecido económico local, principalmente após 1850. Até então, a produção agrária dominava o principal de todo o esforço económico humano regional. A própria extinção das Ordens Religiosas (1834), e a conseqüente alienação dos seus vastos patrimónios agrícolas, trouxeram às mãos duma burguesia citadina ou dos abastados lavradores rurais novos patrimónios, reformulando-se o tecido habitual da distribuição da propriedade agrícola e urbana locais. Contudo, a paisagem agrícola tradicional não parece ter-se alterado substancialmente. Proliferavam,

entretanto, os novos-ricos, os "barões" nas palavras de Almeida Garrett, alguns dos quais atingiriam a nobilitação, dominando os postos do poder local, estatal e autárquico”.

Até ao arranque deste processo, há a registar, num inquérito industrial de 1841, a existência de apenas 3 teares na freguesia de Monte Redondo, facto que não supreende uma vez que nos terrenos vizinhos, sobretudo a norte, existia a cultura do linho que deu lugar não só à designação de lagoas do Linho, da Guia, de Monte Redondo, como à designação da Charneca da Barranha (de bagas de linho) que se estendia desta freguesia até Buarcos.

O território de Monte Redondo registava já dentro dos seus limites e proximidades, testemunhos de atividades que Gomes (1995, 11) assinala como fazendo parte da herança económica e do dinamismo medievo do burgo Leiriense de que se destacam “os inúmeros moinhos de água, os pisões, os lagares de vinho e de azeite, além de outros engenhos de serração de madeiras, ou em certa altura, de fabrico de papel”. A sua evolução no tempo justifica uma nota de D. António da Costa Macedo (1855, 91-92), que alguns séculos depois, observou: “o districto de Leiria não é um districto fabril. As fábricas são, para assim dizer, um acessório n’elle, excetuando a da Marinha Grande. Entretanto o districto nem por isso deixa de contar algumas officinas, que sustentam uma parte da população”. Segundo o mesmo autor (loc. cit.), tal facto poderia resultar “da falta de comunicações e do atrazo da viação do districto”.

Esta constatação parece justificar a ausência de uma industrialização antiga, nomeadamente nesta parte norte do concelho de Leiria, sendo certo que só por volta dos anos trinta do século XX é que ela começa a registar um maior impulso apesar da construção, já concluída, dos principais eixos de circulação rodoviária. Por isso instalada também a rede ferroviária e ultrapassadas as dificuldades de utilização dos combustíveis líquidos, em detrimento dos combustíveis sólidos, tais como o carvão e o carbureto nos veículos de transporte, é que a indústria se anima. Antes da eletrificação do lugar, a indústria de serração de madeira usava a energia das caldeiras a vapor, alimentadas com as aparas e carrascas dos pinheiros. A utilização posterior da energia eléctrica como principal fonte motriz, durante a primeira metade do século passado contribuiu largamente para o arranque do processo de industrialização do país. Daí que o concelho de Leiria apresente entre as suas atividades mais antigas, as indústrias de cerâmica, serração de madeiras e produtos resinosos, a indústria de mobiliário, o fabrico de produtos alimentares, a indústria de moagem e o fabrico do vidro e dos moldes.

Como foi dito o desenvolvimento das atividades industriais em Monte Redondo decorrem, sobretudo, da construção da linha de caminho de ferro do Oeste e da ligação proporcionada por esta via para o escoamento de produtos florestais e das indústrias extrativas baseadas na exploração do sal-gema na Junqueira, do barro, das areias, do asfalto, dos fornos e cal e também dos gabros e dioritos extraídos das pedreiras de Monte Redondo. A indústria de paralelepípedos, criada localmente por volta dos anos vinte a partir da exploração das Pedreiras dos Montijos, destinada quer às linhas de CF, quer para a exportação, foi desenvolvida por duas firmas: “Pedreiras de Monte Redondo”, explorada por industriais locais⁵¹ e a “Sociedade de Paralelepípedos do Sul, Lt^a.”, propriedade de uma família de Leiria, os Cruzes, como refere Saraiva (In: Cruz, 1996, 15). A este respeito assinala este historiador (loc. cit.) que estes fizeram a “descoberta do valor da pedra (...) e revelaram ao país atónito o encanto daquele pórfiro verde, semeado de cristais que tanto tem interessado os geólogos”. Animaram ainda o comércio de vinhos e outras atividades que implantaram na sua sede, em Leiria.

Note-se que a falta de operários especializados para trabalharem na indústria extrativa levou à imigração de mão de obra estranha. Assim aconteceu em relação à exploração das ofites de Monte Redondo que, devido à sua dureza e à falta de canteiros nesta área foi necessário recorrer ao recrutamento de artistas conhecedores dessa arte o que veio a acontecer com a vinda de artífices oriundos do concelho de Penafiel (freguesia de Boelhe). Este movimento esteve na origem da fixação de diversos canteiros e das suas famílias que se radicaram nos Montijos, considerada por isso um dos lugares de maior imigração da freguesia.

Para além destas indústrias extrativas encontramos diversos exemplos locais de uma atividade industrial relacionada com a extração local de matérias-primas. Foi o caso dos fornos de cal hidráulica no Pisão, na sede da povoação e noutros locais, o que se justifica tendo em conta a disponibilidade das margas calcárias e o material lenhoso facilmente disponível em toda esta área. Conta-se ainda a indústria cerâmica na qual podemos incluir a fábrica de tijolos da família Costa, que terá laborado no início do século XX junto dos Barreiros de Monte Redondo e de onde saíram os tijolos para a construção da Igreja matriz. Já durante a primeira década do século XX, por volta de 1910, foi instalado um forno de cal próximo da estação⁵². Uma vez desaparecida localmente esta indústria perdeu o seu espaço para outros lugares vizinhos

51 José Soares e Albano Alves Pereira

52 Propriedade de José Soares

nomeadamente para o Paço, onde por meados do mesmo século se fabricava tijolo maciço ou tijolo de burro⁵³.

Foi o fabrico de louças, tradicionais e artísticas, que mais se evidenciou pela sua tradição e modo de produção. Estão neste caso os artífices e os oleiros da Bajouca, que se distinguem pelo seu trabalho e mestria com que laboram o barro e lhe dão forma. Utilizando técnicas de cozedura ancestrais conseguem vidrados típicos, verde ou acastanhado sobre o fundo de barro e com ornamentações dignas de nota. Estas peças contrastam com as cores mais suaves da cerâmica tradicional, representada no fabrico de cântaros, de vasos, de potes e de outros objetos ainda hoje recordados nas lides domésticas e vendidos nas feiras da região. Outrora destinavam-se também à venda nas feiras das regiões montanhosas do maciço calcáreo estremenho e a outros mercados mais distantes que se constituíam importadores da indústria cerâmica da Bajouca.

Relacionada com a extração de matérias-primas locais citamos a indústria do vidro, cuja criação em Monte Redondo foi tentada no início do século XX, entre 1917 e 1920, pelo industrial José Soares da Silva, que entre outras iniciativas fez instalar uma unidade de produção vidro e outra de pirolitos, por meados da década de dez do século XX, nos terrenos próximos de sua casa junto da Estação de CF. Anteriormente a esta iniciativa o industrial abalançou-se ainda na produção de gesso, atividade que não teve seguimento posterior. Para além destas iniciativas este industrial, que pode ser considerado como o pai da industrialização de Monte Redondo, distinguiu-se ainda na produção de adubos e na criação de uma serração de madeiras, a “Empresa Fabril de Madeiras”, criada por volta de 1920 no local acima referido e mais tarde integrada na firma “Manuel Gomes de Carvalho”.

De realçar que foi nestes terrenos, próximos da estação de CF., que vieram a instalar-se novas unidades fabris de serração de madeiras, dando origem a uma incipiente zona industrial, ainda hoje em laboração. Ao que conseguimos apurar a primeira serração de madeiras existente no local data do princípio do século XX sendo propriedade da “Companhia de Fósforos”. A concentração de unidades nessa área deu origem ao desenvolvimento dos lugares vizinhos e à construção de loteamentos fabris e de um conjunto de pequenas casas - os casinos -, ocupados por pequenas habitações destinadas aos empregados das fábricas de serração e localizadas junto dessas unidades. Estas construções sociais evidenciam a transferência para esta localidade do

53 Propriedade de Manuel Duarte.

modelo seguido noutros centros industriais com a fixação dos operários junto das respetivas fábricas e as preocupações laborais dos empresários locais animados pelo espírito da revolução industrial.

Como exemplo de outras tentativas de industrialização realizadas pelo industrial José Soares registamos o funcionamento de dois fornos de tijolo, um no Paço e outro no Paúl, para além de um lagar de azeite situado no lugar do Paço que foi construído por volta de 1910. Com o seu encerramento foi construído um outro, em Monte Redondo, propriedade da família. Das indústrias que mais tarde vieram a surgir na freguesia, nomeadamente durante os anos vinte do século XX, verificamos que o parque industrial da freguesia de Monte Redondo anda associado à exploração florestal, processo que se pode articular com o movimento de industrialização registado no continente português. Recorde-se que o fenómeno da revolução industrial desencadeado nos países da Europa Ocidental por finais do século XVIII ou já na centúria seguinte, embora chegando a Portugal com algum atraso, repercutiu-se nos modos de produção e de vida da população portuguesa. Disso nos dá conta o movimento global de criação de empresas industriais no país, desencadeado nos finais do século XIX e responsável pela implantação das principais unidades na zona industrial de Lisboa, sediada especialmente na margem sul do rio Tejo.

Como se disse as indústrias mais importantes da área foram as serrações de madeira, que se instalaram localmente beneficiando da utilização dos produtos florestais e da facilidade de vias para escoamento dos produtos desta indústria. No entanto a ausência de novos investimentos ou a crise que o setor registou depois da divulgação de outros materiais de construção, nomeadamente o ferro e o plástico, não permitiu que o pequeno parque industrial se diversificasse como sucedeu noutros lugares próximos mais bafejados quer por uma maior tradição industrial, quer pela aplicação de capitais em novas unidades.

Das indústrias acima referidas algumas não tiveram grande desenvolvimento, nomeadamente a indústria vidreira, que não ganhou a expressão da povoação próxima de Vieira de Leiria. Aqui beneficiou da facilidade combustíveis sólidos fornecidos pela mata e da matéria-prima, a areia fina, recolhida em determinados locais do Pinhal do Rei. A propósito deste assunto Arala Pinto (1938.I, 385 e segs.) fez um inventário das tentativas de industrialização que foram polarizadas pela indústria vidreira na Marinha Grande e de Vieira de Leiria, a que se juntaram outras iniciativas tais como a indústria de resinas no Engenho e o corte e transformação de madeira. Dentro destas operações destaca-

se a instalação de engenhos de serrar madeiras movidos a vapor, a instalação de fábricas de potassa (alimentada por arbustos e plantas do pinhal) e ainda o fabrico de louças, de cerâmica e de cimento.

Note-se que uma das principais utilizações dos produtos lenhíferos desta área florestal acabou por ser o fornecimento de travessas para a instalação dos carris do C.F. e de postes para os telégrafos e telefones. Outro exemplo está na produção de carvão de lenha, através da carbonização da lenha em fornos próprios, substituindo o carvão vegetal. Daí que a intensificação da utilização de madeira e a necessidade de aproveitamento de lenha, requerida pelo processo de industrialização do país, parece ter incrementado a arborização do litoral português. Esta tarefa foi iniciada na Costa de Lavos, em 1805, por José Bonifácio Andrade e Silva (Arala Pinto, 1938.I, 397) alastrando progressivamente a outras áreas limítrofes. Destaca este autor (op. cit., 399 e 402) que posteriormente a esta data terão sido florestados cerca de "21.400 braças" entre o Furadouro (Ovar) e o extremo sul do Pinhal do Rei, em Água de Madeiros (S. Pedro de Muel), "tarefa que foi interrompida, por falta de fundos, quando das invasões francesas".

As transformações originadas pela industrialização repercutiram-se na vida da população residente na área próxima do pinhal através da introdução das novas tecnologias e técnicas de fabrico. De acordo com Arala Pinto (1938.I, 357), "a serração de madeiras toma tão grande vulto que em 1826 já se indaga da vantagem de se montar uma máquina de serrar...", sendo que, dos meados do século XIX em diante, "deverá datar o início da emigração dos serradores desta região para Espanha, França, Cuba, América do Norte, Brasil e Argentina" (loc. cit.). A expansão desta indústria surge como justificação para o aparecimento de algumas indústrias, nomeadamente da indústria das limas na Vieira, dado o "grande número de serras empregadas e a necessidade de andarem bem afiadas..." (loc. cit.). Além disso contou com o espírito empreendedor da família Feteira, ligada ao património e à história industrial desta Vila.

Constituindo a exploração florestal uma das riquezas desta região litoral, não admira que o seu comércio tenha favorecido o desenvolvimento de atividades conexas. Tal facto foi observado em toda a área de produção florestal ou mesmo em lugares mais distantes, junto dos portos de exportação. Note-se que estas exportações nem sempre se fizeram por um único local. E se os portos de Paredes e mesmo da foz do Lis (Vieira de Leiria) – eventualmente até, a utilização do ancoradouro de São Pedro de Moel - depois da sua regularização no século passado, tenham servido para esse efeito, o certo é que este

movimento de carga teve igualmente lugar no esteiro de Lavos (Figueira da Foz) - (op. cit., 248) tendo este porto beneficiado de estacaria diversa para as suas obras (op. cit., 311). Contudo no decurso do século anterior este movimento intensificou-se através do porto de Lisboa, ocasionalmente através de Leixões para onde seguiam carregados os camions de madeira para exportação.

Acrescenta ainda Arala Pinto (1938.I, 301-302) que "o movimento no Porto de Lisboa, motivado pelos produtos florestais idos principalmente do pinhal de Leiria tinham tanta importância, que por meio de edital se regulamentou a estiva". Estas circunstâncias fizeram com que diversos habitantes desta área se tenham radicado nesta cidade, onde construíram estâncias de madeiras junto do Cais de Xabregas e no Poço do Bispo, para onde eram exportadas as madeiras da região. Este movimento teve as suas incidências na economia local uma vez que, sendo muitas das encomendas feitas de madeira do Pinhal do Rei e não havendo disponibilidade material de as satisfazer, esta era substituída por madeira dos pinhais próximos desde que reunisse as mesmas características. Mais uma razão para incentivar a florestação das áreas envolventes e alimentar a laboração das serrações de madeira próximo dos locais de extração, como aconteceu em Monte Redondo.

Das empresas relacionadas com o ramo de madeiras salientamos a empresa de família de José Soares da Silva, que começou a laborar depois do termo da primeira grande guerra, junto da estação de C.F. A esta unidade fabril sucedeu-se a construção de novas fábricas na sua periferia que evoluíram para sociedades de tipo comercial. Destacamos as firmas: "Manuel Gomes de Carvalho Lt^a." (empresa constituída em 1940, mas que deu seguimento à firma em nome individual, constituída em 1920) e a firma "Ramos, Leal, Crespo & C^a. Lt^a.", constituída por meados dos anos vinte e que por volta de 1950, devido ao processo de falência, foi adquirida por aquela primeira empresa que na sua laboração chegou a contar, pelos finais dos anos sessenta, com mais de trezentos trabalhadores. Ainda durante os anos vinte, por iniciativa do M. G. Carvalho foram criadas duas novas unidades: uma fábrica de descasque de arroz e a "Empresa de Serração de Monte Redondo", posteriormente transferida para os terrenos anexos à estação de C. F..

Em 1947 foi fundada a firma "A Mecânica de Madeiras de Monte Redondo" que se transformou mais tarde em "Alfaiate & Pedrosa" e depois, "Somalei". Já por meados de cinquenta o movimento de industrialização prossegue com a constituição de uma nova unidade fabril: "Francisco António Júnior e Filhos, Lt^a.". A "M.T.L.- Madeiras Tratadas, Lt^a." ocupando os terrenos do primeira zona industrial, anexos

à estação ferroviária, da antiga firma “M. G. Carvalho, Lt^a”. Mais tarde surgem as firmas: “Manuel Pedrosa Ferreira & Filhos”, a “Serração de Madeiras Progresso, Lt^a”, “Pedrosa e Irmão Lt^a” (Rei e irmão) e outras unidades de menor dimensão destinadas à carpintaria, caixotaria, fabrico de paletes e ao corte dos troncos e recuperação das aparas.

Desenvolvida especialmente a partir dos anos vinte a indústria de serração, movida inicialmente a vapor, constituiu-se como uma importante base de crescimento da sede da freguesia e de sustento da sua população. No entanto não deixou de sofrer ciclicamente de algumas contrariedades, entre as quais destacamos as que ocorreram depois de 15 de fevereiro de 1941 quando um ciclone de grande violência devastou parte da área florestal e afetou grandemente as unidades de fabrico existentes.

Para além das calamidades naturais e dos incêndios, como o que no início dos anos trinta destruiu a primeira fábrica de Manuel Gomes de Carvalho, a crise que posteriormente afetou a exportação das madeiras, aparelhadas e em obra de carpintaria, bem como a introdução do plástico no fabrico de estores, causaram profundas alterações nas unidades fabris existentes. Para além destas a iniciativa particular foi igualmente afetada pela “Lei do Condicionamento Industrial” que regulava a instalação de novas unidades fabris e impediu mesmo a construção, por iniciativa daquele industrial, de uma nova fábrica de aglomerados de madeira (contraplacados) protelando, também, a estação de tratamento de madeiras que havia planeado. Estas circunstâncias conduziram a alterações significativas nos processos de produção nomeadamente devido à mecanização acelerada provocada pelas quebras de mão de obra, e à reestruturação das unidades fabris bem como à criação e diversas indústrias de carpintaria.

A oportunidade de novos investimentos deu origem a novas empresas ligadas à indústria de construção civil, como a “Isocentro”, a “Aluvina – Industria Transformadora de Alumínios e Vidro”, a “Grazimac”, ligada ao fabrico de materiais de construção, à exploração e indústria florestal como “Pedrosa & irmão” que alargou o seu campo de atividades ou a “Sefoeste”, com atividade no comércio de equipamento para este tipo de indústria. No domínio agrícola e alimentar, regista-se: com o fabrico de rações, a “Racentro”; na agricultura e a “Germiplanta”. O tecido industrial da freguesia inclui ainda outras unidades de produção e alguns projetos de investimentos que podem dar continuidade a um passado que não sendo demasiado longo, importava que não ficasse encerrado no domínio da arqueologia industrial. Tal como aconteceu nos anos vinte em que o termo da 1^a grande guerra e a abertura da linha

de C.F e da estrada nacional nº 109, os acessos atuais à A-17 podem favorecer o rejuvenescimento do tecido industrial desta área.

À semelhança do que sucedeu noutros lugares também aqui o processo de industrialização foi responsável por profundas alterações do mundo tradicional. No dizer de Claval (1987, 137) estas conduziram ao seu desaparecimento “em consequência de toda uma série de transformações” resultantes “originariamente do progresso das atividades secundárias e à revolução industrial - mas apenas têm efeito durável na medida em que a produtividade do trabalho aumenta igualmente no setor agrícola”. Daí que se possam encontrar nos modos de vida das populações locais traços idênticos aos que se registaram noutros lugares do concelho de Leiria, onde a indústria coexistiu com a agricultura tradicional.

O estudo de Lourenço (1991, 11) referente a esta área de pequena agricultura familiar, permitiu-lhe descrever os traços seguintes: "a pluriatividade, resultante da semiproletarização de pelo menos um dos membros do grupo doméstico" garantiu "a continuidade da participação da família na vida da aldeia, evitando, assim, uma separação que poderia conduzir a um desenraizamento, mais ou menos profundo, relativamente à comunidade". É o que em grande extensão encontramos em Monte Redondo, onde existem traços de atividades diversas relacionadas que com essa industrialização quer com as atividades agrícolas dominantes. A este respeito observa J. Gaspar (1993, 29): "Sob os traços ainda dominantes de um mundo agrário e rural, a industrialização do litoral e o forte incremento da urbanização e da vida de relação, não só alteraram a ocupação do espaço como originaram um processo de novas identificações territoriais".

São estes traços que hoje vamos ainda encontrar na proximidade dos lugares e habitantes que participam mais ativamente neste processo de crescimento industrial ligados à delimitação de espaços, aos investimentos especializados, ao traçado das vias de comunicação e à localização, pelo menos no papel, de grandes parques industriais. Mais do que a criação de novos espaços para a implantação industrial, importava que o edifício legal e burocrático para a sua constituição fosse bem mais atrativo, respondendo com brevidade e clareza a solicitações várias de moradores ou de investidores que têm manifestado interesse na implantação de novas unidades industriais nesta área do município de Leiria.



Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa

O “Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa” foi criado pelo Doutor Luís Pereira da Costa em homenagem a sua mãe, ao qual cedeu as instalações da sua residência na sede da freguesia de Monte Redondo. Assim o regista o seu testamento, assinado em 8JUL1938:

“Todos os bens que me pertencerem, quando eu falecer, qualquer que seja a sua natureza, serão empregados na fundação, organização e funcionamento de um Instituto de utilidade local, com o fim expresso de proteger e socorrer os pobres e crianças sem amparo, da freguesia de Monte Redondo, concelho de Leiria. O Instituto terá a sua sede na minha casa, de atual residência, no lugar e freguesia de Monte Redondo, concelho de Leiria, podendo outras casas que me pertençam ser utilizadas como sucursais da sede, se isso for necessário ou útil e possível. Nenhuma das minhas propriedades rústicas ou urbanas será vendida, todas serão consideradas como necessárias e indispensáveis para manutenção do Instituto”.

Depois de indicar o Doutor Bissaia Barreto para a sua direção, regista mais além: “O Instituto fundado pelas disposições deste meu testamento, poderá, havendo oportunidade e vantagens nisso, sem perturbar ou prejudicar o fim principal para que é destinado, ser utilizado para ampliar as suas condições ou as do Instituto de Beneficência a quem for entregue a posse definitiva da minha herança”. A concluir, deixa expresso o seguinte: “No prazo de quinze dias a contar da data do meu falecimento, o Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaia Barreto mandará entregar a cada um dos pobres e indigentes da freguesia de Monte Redondo, concelho de Leiria, a quantia de dez escudos”.

Cumpridas estas disposições, o referido Instituto cumpriu a missão a que fora destinado até à sua inclusão na Fundação do Doutor Bissaia Barreto, testamentário do Doutor Luís Pereira da Costa, filho de Luis Pereira da Costa e de Maria Rita do Patrocínio Costa, “solteiro, sem ascendentes nem descendentes”. Entre os seus ascendentes diretos, registam-se José Pereira e Maria de Jesus, oriundos da Ortigosa (freguesia do Souto da Carpalhosa), radicados em Monte Redondo depois do casamento ocorrido durante a segunda década do século XIX.

A coincidência das lutas liberais registadas nas décadas de vinte e nos anos seguintes, responsáveis pela extinção das ordens religiosas, pela confiscação dos seus bens (decretos de 1832 e de 1834) e de todos "os bens do inimigo" (Marques, 1976.II, 10), bem como a venda em hasta pública das terras que pertenciam à coroa, levam-nos a concluir que esta

família procedeu à aquisição de parte das propriedades da Casa do Infantado. Assim se terá tornado a principal proprietária dos bens fundiários localizados na área da freguesia de Monte Redondo e mesmo nas terras vizinhas e repartidas, posteriormente, por vários herdeiros. Recorde-se que a alienação dos bens religiosos foi defendida como uma importante medida de caráter social e político, garantindo por esta via, a consolidação da revolução que então teve lugar. Estas razões terão levado o Ministro, Silva Carvalho, a afirmar: “não se consolidam revoluções políticas sem serem acompanhadas de alterações profundas no estado social e, entre os elementos de que este se compõe, o mais importante é a divisão e distribuição da propriedade territorial” (Serrão, 1986.VIII, 70).

Após a sua morte foi a residência do Doutor Pereira da Costa ocupado pela congregação religiosa de S. José de Cluny que desempenhou, anteriormente a 1975, um papel de relevo na educação de raparigas, dos 7 aos 17 anos, em regime de internato. Complementarmente exerceu uma ação caritativa relevante na distribuição da “sopa dos pobres”, suportada pelos produtos agrícolas dos bens deixados pelo seu benemérito.

Uma notícia de "A Nossa Voz", de agosto/setembro, 1981 - nº 65 (Bol. Informativo das Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Leiria” refere-se à importância desta obra no contexto da freguesia:

"(...) As suas produções agrícolas são essencialmente o milho, o feijão e alguma rroz. O pinhal e a resina têm também grande valor económico tal como o junco que se utiliza no fabrico de esteiras, alcofas e capachos e o bunho ou tábua de que são feitos os esteirões. O seu subsolo é rico em asfalto e afloramentos de ofite usados na feitura de paralelepípedos, e minas de salgema na Junqueira. Possui ainda lagares de azeite, padaria, lojas, cafés, carpintarias e oficinas mecânicas, além de importantes feiras, de gado no dia 1 de cada mês e mensalmente em cada dia 29 de gados, cereais, louças e quinquilharias, feiras que não é das maiores no concelho de Leiria. Dada a sua situação geográfica na estrada nacional que liga Leiria à Figueira da Foz e às regiões do norte do país tem, por tal motivo, grande movimento de camionagem, sendo ao mesmo tempo servida pela estação ferroviária instalada na via dentro desta povoação. Possui estação de Correios, farmácia, casa do povo e escola primária, Além de um médico permanente, Dr. José Seabra Pinto. Digna de registo era Casa de Educação e Trabalho num edifício cedido pelo benemérito Dr. Luis Pereira da Costa e onde as Irmãs de S. José de Cluny ministravam aulas às muitas crianças dos 7 aos 17 anos de idade (...)"

O Instituto passou a ser ocupado por freiras da Congregação de S. José de Cluny em 1940, funcionando como casa de acolhimento – internato – para raparigas. O mesmo foi desocupado em 1975 e em 1978 aí passou a funcionar a Creche e Jardim de Infância com o nome de “Casa da Criança Maria Rita do Patrocínio Costa”. Correspondendo às necessidades da população e à procura de mais crianças, foi construída uma nova Casa em terrenos doados pela Fundação Bissaia Barreto, a nova Casa da Criança, inaugurada em 2003.

Na atualidade o edifício primitivo foi recuperado pela Sociedade Filarmónica N.ª. Sr.ª. da Piedade, tendo aí instaladas a sede e a Escola de Música.



Invasões Francesas

Assinalou Leite de Vasconcelos a propósito dos flagelos sociais “motivadores de estacionamento, decadência ou ruína de povoações, ocupa lugar mui saliente a guerra”. E apesar da localização do território fora das principais rotas usadas pelos exércitos de Napoleão, Monte Redondo sofreu também os efeitos das invasões francesas que no termo da primeira década do século XIX invadiram o território português.

Como razão imediata refere Gonçalves (2008, 11)⁵⁴ o seguinte: “nos primeiros meses de 1807, Napoleão deu ordens para que Portugal fechasse os portos à Inglaterra, que o Governo detivesse todos os súbditos ingleses no reino e lhes confiscasse os navios, os bens ou propriedades e, por fim, que despedisse o ministro inglês residente em Lisboa e mandasse retirar de Londres o ministro português, entre muitas outras exigências que pronunciavam claramente a subalternização do poder português”. Depois de outros acontecimentos decorrentes dos acordos entre França e Espanha, Portugal foi invadido a partir de de 1807 pelas tropas gaulesas, o que terá provocado a saída da corte portuguesa para o Brasil, em 1808 e a invasão do território português pelos exércitos de Napoleão nos três anos seguintes.

No início desse processo, relata Cabral (1993.I, 59) uma carta enviada pela Câmara à Junta Suprema do Governo, reconhecendo “o mais vivo entusiasmo, e admiração pelas virtudes daquela Grande Monarca: o

54 Fernandes, Carlos - Coord. e Prefácio (2008) - Invasões francesas – Leiria, 5 de julho de 1808: o massacre da Portela. Leiria, Textiverso.

nome de Napoleão o Grande, sempre pronunciado entre nós com veneração e respeito, agora voa de boca em boca misturado com o de Pai e de Benfeitor”. Mais adiante pode ainda ler-se: “Em toda a parte as Tropas Francesas têm sido recebidas com o acolhimento devido à sua boa conducta, e exata disciplina.”

Concluindo, assinala:

“Ditosos os Portugueses! Se tornando à pureza, e elevação dos seus primitivos costumes, se vieram dignos de ser vassalos de S.M.I.R., e de ocupar depois da Grande Nação o primeiro lugar nos nossos desvelos Paternais! Se pela nossa situação geográfica não pudemos lograr esta fortuna; um Príncipe de escolha do Grande Napoleão não pode deixar de fazer-nos felizes, e realizar as nossas esperanças. Então regenerados, e restituídos a uma verdadeira existência política, devemos erigir em nossos corações, e transmitir aos nossos descendentes um monumento de gratidão, eterno, e digno do Grande Restaurador da Nação Portuguesa”. Para tanto, "a posição de Leiria na estrada militar nos tem felismente dado ocasiões de nos distinguirmos (como é constante) na cordealidade, com que se devem agazalhar estes nossos Irmãos primogénitos". Estávamos no início da ocupação...

Contrariamente ao esperado, a rebelião alastrou na região com a presença dos académicos de Coimbra auxiliados pelas tropas locais e acabaram por obrigar a retirada das tropas gaulesas para sul. Contudo a marca desta presença ficou assinalada pela destruição de locais atravessados pelas tropas invasoras, por devastações e incêndios, pela fome e abandono dos campos, em situações que fazem antever a fragilidade dos meios de subsistência da população portuguesa e a necessidade da ajuda alimentar e financeira inglesa registada depois da invasão. Entre estes acontecimentos, em 5 de julho de 1808, o exército francês dispoendo entre 4000 e 5000 homens e comandado pelo General Margaron, defronta na Portela “uma milícia mal armada e sem formação militar, entra na cidade e arrasa bens e vidas, marcando com a memória do sangue, da dor e da angústia” (Fernandes, 2008, 13), a cidade e mais tarde as suas redondezas.

O massacre da Portela ficou marcado na memória e na placa de pedra onde se lê: “Aos bravos leirienses caídos / neste lugar em defesa da Pátria / em 5 de julho de 1808 e aos már / tires trucidados neste dia / pelos franceses do G. ral. Margaron / como homenagem ao seu valor. – 5.7.1929 a L. N. 28 de maio”. Outros acontecimentos levaram a que Leiria e a sua região conserve um rol considerável de atrocidades levadas a cabo em 1811 quando o General Drouet esteve aquartelado na cidade. Note-se que o Convento da Portela, mandado edificar pela Venerável

Ordem Terceira de São Francisco, foi construído em terreno oferecido por D. Júlia das Dores da Silva Crespo, de Monte Redondo (Cabral, 1993.III, 30), em 1899. Faz notar este autor que “a recordação da doadora, D. Júlia, está nas letras entrelaçadas que se veem no portão principal do Convento, onde se leem as iniciais J.C. Muito generosa, esta Senhora não terá querido figurar na escritura”.

Como assinalámos noutro local (Arroteia, 2009) a ocupação Napoleónica do início do século XIX e as causadas por “incêndios, imundícies e desolação de toda a espécie...” (Luz Soriano. in: Bernardes, 1981, 14), mereceu de Serrão (1984.VII, 56), o seguinte testemunho: “Deixando em silêncio as crueldades e sacrilegios que estes monstros cometterão no Alentejo, e mesmo nas Caldas e em Leiria, do que me não posso lembrar sem horror, e que magoarião muito o coração de V. Exa, torno a dizer que estamos livres”. Relativamente à ocupação das tropas francesas o movimento terá sido tão intenso que, quando em 1 de maio de 1811 a Câmara de Leiria, em face da situação desesperada vivida na cidade e perante a urgência de se tomarem "medidas capazes de porem de pé a atividade agrícola", que Bernardes (1981, 14) estimou em mais de 200.000 cruzados, decidiu contrair um empréstimo. Assim, reconhecendo a impossibilidade de "poder-se contrair dentro do termo desta cidade tanto pela falta de capitalistas como pela destruição geral causada pelo inimigo neste território mais que noutro qualquer", decide recorrer às corporações religiosas e ao industrial Diogo Stephens, para esse efeito.

Relata o mesmo autor (Bernardes, 1981, 15), que o almejado auxílio foi concedido pela Intendência Geral da Polícia, que "atribui à Comarca de Leiria a quantia de três contos e trezentos e quarenta e seis mil e trezentos réis, provenientes do 'Subsídio Britânico', votado pelo Parlamento Inglês". Tal quantia, inferior à solicitada pela Câmara, não chegou para satisfazer as necessidades reais da agricultura leiriense e foi repartida por Leiria, pelo seu termo e pelas Comarcas vizinhas de Soure, Ega, Redinha, Pombal, Monte Real, Alpedriz e Batalha. A repartição do referido subsídio permitiu a distribuição de sementes aos lavradores locais atenuando assim os efeitos da fome que afetava a população. Os efeitos das tropas napoleónicas, sobretudo durante a 1ª e 3ª invasão, levaram à destruição por incêndio, de igrejas e monumentos, ao saque de casas particulares e de residências religiosas, à morte de habitantes. Daí que, as quebras da população tenham resultado não só das baixas diretas provocadas pelas tropas gaulesas mas, sobretudo, das doenças provocadas pelo elevado grau de morbilidade da população ou ainda pelos que foram forçados a fugir agravando, assim, as perdas anteriores.

A este respeito descreve Cristino (1971) a ocorrência de "assassínios, ferimentos, incêndios e outras violências que começaram, as pestes e outras doenças que se seguiram, foram acontecimentos que deixaram um rasto profundo" não só nesta freguesia, mas ainda em diversas regiões da diocese de Leiria, cujo bispado "tornou (...) a ser ocupado pelos franceses desde 3 de outubro de 1810 até 10 de março de 1811". De acordo com outras fontes Leiria, ficou sob a ação destruidora das tropas francesas e da sua fúria incendiária, efeitos que hoje tendem a ser apreciados de acordo com estudos de diversos autores que se têm debruçado sobre este período negro da vida leiriense marcado depois pela epidemia que grassou no país entre 1810 e 1813.

Os dados apresentados por Alves (1955, 24) baseados nos trabalhos do Professor Manuel Heleno relativos à situação vivida em Monte Real nessa época - onde se registou forte resistência dos seus habitantes -, confirma a razia responsável pela redução de 93 fogos (entre os 204 existentes) e de quase 600 habitantes entre cerca de um milhar aí residente antes das invasões. Recorda o mesmo autor (op. cit., 30) que, quando da reconstrução da antiga Ermida de S. João Batista, já então Igreja matriz, "foram encontradas inúmeras ossadas, umas sobre as outras e carbonizadas" em resultado do incêndio provocado pelos invasores franceses. Na ausência de outros testemunhos notamos que a violência da ocupação francesa terá sido sentida noutros lugares como na Mata Mourisca e na Guia, onde os franceses "alagarão, destelharão e queimarão as madeiras das mesmas cazas a muitos habitantes e fizeram este sítio quase inhabitavel, se não fosse estrada de passagem de Leiria p.^a o Porto da Fig(uei)ra e de outras mais terras" (Eusébio, 1997, 156).

Esta situação faz compreender a reação popular ao invasor e o reacender da memória popular quando se evoca o massacre nas terras de Leiria e freguesias vizinhas assim evocadas por Soares de Passos (in: Fernandes, 2008, 86):

“Proclamou-se a lei do forte,
A lei do fraco é gemer:
Ai do triste a quem a sorte
Fez entre espinhos nascer!
É um dogma a tirania,
A liberdade heresia,
A servidão um dever”.

Ainda que exigindo uma análise mais aprofundada sobre a evolução demográfica anterior ao início do último quartel do século passado, destaca-se a grande perda de habitantes, registada entre 1810 e 1811, período que coincidiu com a terceira invasão francesa e com os reflexos

deste acontecimento: "assassínios, ferimentos, incêndios e outras violências que começaram, as pestes e outras doenças que se seguiram, foram acontecimentos que deixaram um rasto profundo" não só nesta freguesia, mas ainda em diversas regiões da diocese de Leiria, cujo bispado "tornou... a ser ocupado pelos franceses desde 3 de outubro de 1810 até 10 de março de 1811" (Cristino, 1971). E a avaliar pela evolução demográfica registada nos anos seguintes, podemos concluir que a enorme perda de vidas então verificada constituiu um grande desaire nesta área, onde alguns testemunhos nos dão conta do período que atravessou a população desta freguesia e que a tradição oral faz perdurar na memória dos habitantes mais idosos.

Reza a tradição oral que estas ações abrangeram a freguesia de Monte Redondo, originando batidas às tropas francesas acampadas nas redondezas e nas quais terão participado os monteredondenses. Também a tradição refere que o Moinho das Freiras, construção ocupada por duas irmãs que eram freiras quando da perseguição imposta pelo Marquês de Pombal aos Jesuítas, por meados do século XVIII e aí se refugiaram na casa que lhes cabia por herança, terá sido abandonado nesta época.

Este fenómeno foi igualmente observado noutros pequenos casais que foram destruídos e as populações mutiladas e destroçadas. Embora as informações relativas ao dito lugar do Moinho das Freiras não sejam coincidentes - afirmando alguns que a sua preservação nessa altura se deve, justamente, ao apoio destas donatárias à alimentação dos cavalos do exército inimigo - não nos admira o despovoamento de muitos lugares próximos da rota dos franceses, devido às violações e às mortes, aos incêndios e às pilhagens que conduziram à desorganização da vida económica e social, o que obrigou à fuga de muitos habitantes para a zona do pinhal e para outros lugares distantes. Entre essas pilhagens e fogos, conta-se as que atingiram a igreja local. Se comparados com os dados referidos às demais freguesias pertencentes ao Bispado de Leiria, podemos ficar com uma noção mais precisa das tormentas que passou esta população durante este período. A este respeito, assinalou Cristino (1972): "os assassínios, ferimentos, incêndios e outras violências que começaram, as pestes e outras doenças que se seguiram, foram acontecimentos que deixaram um rasto profundo e ainda hoje se relatam com horror em todas as regiões da diocese".

No que à paróquia de Monte Redondo diz respeito, a população ficou reduzida a metade ou seja, entre outubro de 1810 e junho de 1811, a população local passou de 1759 habitantes para 878 e os fogos passaram de 462 na primeira data, para 255 na segunda. Este decréscimo

tem a ver com o elevado nº de pessoas mortas pela doença, mais de oito centenas, mais do que pela baioneta destas tropas: quatro dezenas. De acordo com os dados recolhidos por este autor (loc. cit.), ficou este período igualmente assinalado pelo reduzido número de nascimentos e mortes posteriores à invasão, tendo ficado registado nos assentos desta Paróquia um total de mais de centena e meia de mortes desde 25 de março a 31 de dezembro, desse último ano. Muitos outros factos relativos a este período estão ainda por conhecer, apesar o interesse que o mesmo tem vindo a despertar por entre investigadores da história local e de outros interessados nestes acontecimentos.



Junta de Freguesia de M. R.

As bases do poder local em Portugal, onde se contam as freguesias, remontam a 1830 quando da criação da Juntas da Paróquia, unidades de administração pública criadas pelo Decreto n.º 25 de 26 de novembro desse ano. No dizer de Santos⁵⁵ (2001, 1) cabia-lhe: “cuidar da conservação e reparos na parte da Igreja que estivesse a cargo dos paroquianos; promover a saúde pública na paróquia; vigiar as escolas das primeiras-letras; cuidar da conservação e reparo das fontes, poços, caminhos, pontes de uso particular dos vizinhos; administrar bens pertencentes à paróquia; vigiar sobre a criação e educação dos expostos; conservar um registo dos casamentos, nascimentos e óbitos (...)”.



Heráldica da Freguesia de Monte Redondo

55 Santos, Maria José Moutinho (2001) – “Bonfim – séc. XIX: A Regedoria na segurança urbana”. In: Cadernos do Bonfim. 1, Porto, Junta de Freguesia do Bonfim.

Depois desta data o processo de afirmação e as competências destas pequenas unidades administrativas e religiosas foi evoluindo à medida que se sucederam as mudanças operadas com a afirmação do Liberalismo e do poder municipal, a quem as Juntas de Paróquia surgem associadas. Assim, quando da Reforma Administrativa de Rodrigo da Fonseca Magalhães (Decreto de 18 de julho de 1835), altera-se “a divisão administrativa do reino, dividindo o país em Distritos; Concelhos e estes em Freguesias” (Santos, 2001, 3), geridas por um “Comissário de Paróquia”.

De acordo com o Código Administrativo de 1842 (Costa Cabral), “cometia ao Regedor a execução das deliberações legais da Junta, dar parte ao administrador do concelho das deliberações que julgasse exorbitantes da sua jurisdição, e abrir testamento. Além disso competia-lhe exercer todas as funções da administração pública que lhe fossem delegadas pelo administrador do concelho, ou do bairro, bem como as funções policiais (...) da polícia geral e preventiva (...)”. A partir de então as Juntas de Paróquia têm funções de administração da fábrica da Igreja e dos bens da Paróquia, dependentes do Administrador do Concelho.

Com a implantação da República a "lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913" cria as Paróquias civis -, posteriormente designadas por Juntas de Freguesia - separando da sua alçada as competências sobre a fábrica da Igreja e outras funções relacionadas com a Paróquia religiosa. A regulação posterior das Juntas de Freguesia cabe no âmbito dos Códigos Administrativos de 1936 e de 1940, que regulam as bases do poder local até à aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 1976. De acordo com aquele primeiro documento, (Parte I – Título I, artº 1), “o território do Continente divide-se em concelhos que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias”. Mais ainda, “A freguesia é o agregado de famílias que, dentro do território municipal, desenvolve uma ação social comum” (artº 177º).

O novo Código Administrativo de 1940 consagra “em toda a sua amplitude um sistema centralizador” (Bilhim, 2004, 11)⁵⁶ dado que a autonomia financeira dos Municípios era muita relativa pois estava dependente das “deliberações camarárias que (...) careciam de aprovação do Governo e do Conselho Municipal”. A Junta de Freguesia é um órgão da administração que tem como órgão consultivo o “Conselho Paroquial”, de que fazem parte os Chefes de Família da

56 Bilhim, João (2004) – A governação nas autarquias locais. Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação.

freguesia. Esta constitui a Base XII do Código Administrativo de 1936 que consagra o seguinte: “direito de eleger as juntas de freguesia pertencerá privativamente às famílias representadas pelos respetivos chefes”. Mais ainda, a Base XIV diz também: “As posturas paroquiais serão sempre submetidas à aprovação do presidente da câmara, que examinará a sua legalidade e conformidade com os interesses do município”, podendo desta decisão a junta recorrer para o Governo Civil e em fase posterior para o tribunal competente. Trata-se do “regime de tutela” que o Governador consigna na Base XXV do Código Administrativo de 1936.

Com a aprovação da Constituição da República Portuguesa (em 1976), são consideradas autarquias locais, as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, que passam a ser reconhecidas como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas” (Art. 236º). Têm como órgãos, “uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável” (art. 239), que no caso das Freguesias são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. A legislação última sobre as competências e regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro), assim o confirma reajustando as suas competências próprias e nas suas relações com os outros órgãos autárquicos e outras relacionadas com a vida comunitária.

As relações estabelecidas entre a Junta de Freguesia com outras autarquias com o mesmo nome, conduziram à geminação, em 2012, com a freguesia de Monte Redondo, do município de Torres Novas. Também neste ano, por via da lei nº 22/2012, de 30 de maio, foi aprovada a “União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira”, promovendo o agrupamento destas duas unidades administrativas.



Laje

O lugar da Laje situa-se na parte interior da freguesia, por sinal a que regista as cotas mais elevadas, próximas dos 150 metros de altitude. Este patamar constitui um dos níveis de erosão mais antigos conservados neste território. Sobre ele foram escavados os níveis inferiores que se estendem progressivamente para poente do sítio onde se localiza este pequeno cerro da planície litoral. Próximo daqui situa-se o

Estremadouro ou seja o limite mais antigo de um povoamento medievo ou mesmo anterior. No Numeramento de 1527 surge a designação toponímica do casal de “Lagea”.

De acordo com Silva (1953) e ‘Lage’ pode corresponder à designação de pedra grande e achatada. Por sua vez, A. Fernandes (1993, 234), no seu estudo sobre a toponímia de Tarouca faz notar a sua raiz latina – “lagená” – usado para “designar vasilhas de barro”. Prossegue, afirmando que “a raiz ‘lag’ -, a considerar-se pré-romana (...) designasse terrenos e rochas argilosas, mas passasse a aplicar-se extensivamente a outras quaisquer”. Tendo em conta a cobertura detrítica local e a proximidade de jazidas propícias à exploração de barro não nos surpreende esta afiliação, sendo que só uma investigação mais aturada nos pode esclarecer sobre a origem etimológica desta designação.

Retemos, ainda, outras observações sobre o mesmo lugar. Terá a sua designação a ver com o sítio onde se reuniam os antigos ansiãos para deliberarem sobre a aplicação da justiça? Ou será, na interpretação de E. Santo, o local onde se erguia o “solar do chefe”? Porventura a referida designação pode esconder outra forma de ocupação mais antiga, como lugar de monumento funerário já desaparecido. O certo é que topograficamente o lugar ocupa um terraço marinho erodido pelos cursos de água que se dirigem para a bacia do Lis. Tal situação favorece a sua referência como local de enterramento.

Próximo deste casal, os lugares de Lavegadas de Cima, junto aos Matos, Lavegadas do Meio e Lavegadas de Baixo, próximo da ribeira da Carreira e o lugar de Estremadouro, limite com a freguesia vizinha do Souto da Carpalhosa, assinalam igualmente uma ocupação antiga baseada na agricultura de subsistência de uma população laboriosa, ainda hoje unida por laços de grande familiaridade. A população do lugar, decresceu de 115 moradores em 2001 para 103 habitantes em 2011.



Lavegadas

O lugar das Lavegadas reconhece-se pela sua extensão e por ocupar um antigo terraço litoral cujas cotas orçam a meia centena de metros de altitude. Trata-se de um degrau bem talhado que percorre de norte a sul o território da freguesia de Monte Redondo, evidenciando a inclinação gradual para ocidente que se regista desde as cumeradas da bacia da ribeira de Carnide, até ao Oceano. A designação do lugar anda associada

ao incremento das atividades agrícolas, com fácil e abundante irrigação, o que se justifica tendo em conta a natureza do seu aquífero. Trata-se de campos desbravados e fertilizados no meio de terrenos mais estéreis. Assim acontece igualmente com os sítios de ‘Cavadas’ que ocorrem noutros recantos da freguesia. Sendo assim estes lugares estão associados a arroteias que permitiram a abertura de áreas agricultáveis, através da cava (Silva, 1949) e pela transformação dessas terras incultas, em áreas agricultáveis. A localização próxima do lugar de Pinheiro, ilustra a forma de vegetação mais comum.

Tal como noutras áreas do país, nomeadamente na região do centro, os lugares com a mesma designação, de lavegadas, andam associados a uma forte ruralidade e nalguns casos a uma ancestralidade de costumes e de tradições o que sugere que este lugar constitui um dos mais antigos da freguesia e do povoamento local. À medida que as famílias foram crescendo e constituindo casais separados, a povoação adquiriu novas designações relacionadas com a sua situação face ao casal primitivo: Lavegadas do Meio, Lavegadas de Cima e Lavegadas de Baixo, ganhando em extensão e número de moradores.

A população do lugar, de 236 habitantes em 2001, aumentou para 263 habitantes em 2011.



Leiria



Heráldica da Cidade de Leiria

A integração da unidade administrativa da freguesia de Monte Redondo no concelho de Leiria justifica uma breve referência à situação geográfica e histórica deste antigo “concilium” e do seu enquadramento em termos regionais. A divisão concelhia assenta nas antigas comarcas,

que O. Ribeiro (1970, 321), define como “as pequenas unidades que se originam na situação ou no relevo, no clima ou na vegetação, num estágio de economia ou numa fase da sua organização humana, ou na combinação de vários destes elementos (...), providas muitas vezes de um nome tradicional, vivo entre o povo e documentado pela história”.

A delimitação destes espaços está associada ao traçado de fronteiras físicas (naturais), administrativas e até mentais, sugerindo novos mapas reais e virtuais de vivência e representação, de acordo com os níveis de desenvolvimento e de bem-estar. Na base deste território estão os domínios do Castelo de Leiria, desmembrados em várias épocas e agregados aos coutos de Alcobaça (1153) e que deram origem a novos concelhos: caso de Porto de Mós (1170-80), Ourém (1150-60), Paredes (1280) e Batalha (1500), variando assim as suas confrontações e limites. Apenas na sua parte setentrional os limites com Montemor-o-Velho / Louriçal e Pombal, permaneceram relativamente estáveis.

Neste domínio territorial disputado pelos frades Crúzios, pela Abadia Cisterciense e pelo Clero da Sé de Leiria, localizavam-se os campos férteis do rio Lis que permitiam alimentar a população local e acolher a população exentária oriunda de outras regiões do Reino, nomeadamente do Norte, que aqui vieram contribuir para a valorização agrícola e para “o aproveitamento das suas riquezas, processo que, aliás, a ação governativa dos monarcas ajudou a impulsionar” (Gonçalves, 1987, 91). Reconhecido como um período de intensificação da economia local, o período Dionisino foi particularmente benéfico à vila de Leiria (loc. cit.), quando esta “criou e desenvolveu um comércio e um artesanato, cresceu económica e socialmente, apeteceu à nobreza e as suas rendas tornam-se assaz importantes para se transformarem em região presente, a oferecer a D. Isabel, a futura Rainha Santa”.

Embora a ação de outros fatores, que não só os históricos, se tenham feito sentir em data posterior na organização do espaço concelhio de Leiria determinando o aparecimento de novas paróquias ou de novas entidades “de tipo para-concelhio rural, sediadas em Camarinho e em Ulmar” (Gomes, 1995, 76), importa assinalar que desde o início de Quinhentos até às reformas liberais Oitocentistas, a área do concelho de Leiria permaneceu estável. Tal facto veio a contribuir para consolidar a importância desta cidade como ‘polo’ organizador do espaço adjacente.

A este respeito assinala Vasconcelos (1980.II, 297), baseado em Viterbo, que “no princípio da nossa monarchia era trivial darem os príncipes e os vassallos o nome de cidade a hum concelho ou julgado, que tinha por cabeça alguma villa acastellada”, designação que recupera a designação romana de “civitas”, em lugares acidentados, fortificados,

“próximas de água, que tinha serventia para os usos da vida, e às vezes para defesa” (loc. cit.). Embora espacialmente afastadas, o sítio da antiga Colipo e o da Igreja da Sra. da Pena expressam, apesar de séculos que as separam, um conceito idêntico de comunidade entre os habitantes / fregueses residentes fora do campo, e com outro tipo de preocupações diferentes das populações rurais.

Em redor da pequena cidadela fortificada, representada pelas muralhas do Castelo de Leiria, situavam-se os concelhos de Pombal, Soure, Redinha, Ega e Penela (parte setentrional); a leste, Tomar e a sul, Torres Novas e Santarém. Na sua essência estes territórios e concelhos abrangiam, a par do castelo “à volta do qual se desenvolve um núcleo urbano que constituía o centro da administração municipal” (Serrão, 1989.II, 138), uma área territorial extensa definida pela respetiva carta de foral. A este respeito importa assinalar que, de acordo com Serrão (op. cit., 137), a expressão ‘concilium’ “exprime a comunidade vicinal constituída em território de extensão muito variável, cujos moradores – os vizinhos do concelho – são dotados de maior ou menor autonomia administrativa”. Ainda segundo o mesmo autor (loc. cit.), trata-se de “organismos de caráter tipicamente medieval, que surgem em função do próprio condicionalismo da sociedade da Reconquista, resultando de fatores de ordem económica, social, política e até militar” (loc. cit.).

A evolução histórica manteve o concelho como unidade base administrativa da Monarquia, realçando como esta antiga unidade administrativa resistiu às reformas liberais e afirmou-se ainda no novo regime da República como base do poder local que viria a ser estabelecido na Constituição da República Portuguesa, em 1976. Ficaram então consignados três níveis de poder político, distintos e autónomos: o Estado, as Regiões Autónomas e o Poder Local, constituindo-se as freguesias a base deste poder, exercido pelo executivo e sob a ação fiscalizadora da Assembleia de Freguesia. Note-se que as freguesias na atualidade têm funções meramente administrativas contrariamente ao que sucedia antes da implantação da República, onde as Juntas de Paróquia, criadas em 1830 em substituição dos Juizes de Vintenas (ou limites). Até então o Reino estava dividido em Províncias, Comarcas e Concelhos, administrados por Perfeitos, Sub-Perfeitos e Provedores, nomeados pelo monarca. E pelo Decreto nº 26 de 27 de novembro de 1830, a Regência, em nome da Rainha, determinou:

“Artº 1 - Em todas as cidades, e Vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se crearem, haverá Câmaras, às quais compete o Governo económico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.

Artº 2 – As Câmaras serão eletivas, e compostas nos Concelhos, que tiverem menos de dous mil fogos, de três Vereadores; de cinco Vereadores nos Concelhos que tiverem dous mil fogos, ou d’ahi para cima, porém menos de cinco mil; de sete Vereadores nos Concelhos que tiverem cinco mil fogos ou d’hai para cima, porém menos de dez mil (...)

Artº 3 – O Vereador, que na Eleição obtiver maior número de votos, será Presidente; e o immediato em votos será Fiscal na Câmara, e Procurdor do Concelho, por serem estes os dous lugares, que exigem mais zelo da parte dos Vereadores, que os servirem, e maior confiança da parte dos Eleitores (...).”

Dadas as alterações políticas registadas durante a implantação do Liberalismo, as freguesias foram de novo incorporadas na divisão administrativa do território (Lei de 25 de Abril de 1835), passando a ter os limites da respetiva paróquia. No ano seguinte, o Código Administrativo confere ao Pároco a responsabilidade de presidir à Junta, situação alterada quando da revisão do Código Administrativo em que essa presidência passa a ser livre (em 1878). Esta mudança é acompanhada da separação entre a administração dos bens do culto, dos bens de interesse coletivo da população. Com a separação da Igreja do Estado, após a implantação da República, é retomado o teor da Código de 1878, deixando de caber essa presidência aos párocos.

De acordo com Pauleta (1997, 146)⁵⁷, “a partir desta data a freguesia passou a ser considerada uma autarquia local e iniciou um percurso de consolidação como entidade administrativa” de consolidação e organização do território. Finalmente em 1916, com a Lei nº 621, de 23 de junho, fica alterada a designação da Junta de Paróquia passando a designar-se por Junta de Freguesia, integrada num determinada Concelho. Tendo presente a evolução política portuguesa, os limites dos Concelhos sofreram alterações profundas depois da Revolução Liberal.

Após a revolução de 1974 e no caso dos Municípios, estes passam a ser uma autarquia local constituída por diferentes órgãos: o executivo e o deliberativo. O primeiro é da responsabilidade da Câmara Municipal e o segundo da Assembleia Municipal. O conjunto destas alterações aponta para a importância crescente do Poder Local e Autárquico, como estando mais próximo das populações e respondendo melhor, por este facto, às suas necessidades. Para tanto as delegações de competência transferidas do Poder Local para os Municípios e destas para as

57 Pauleta, Carlos M. (1997) – “As freguesias – história e atualidade”. In. Finisterra, XXXII, 64, 145-148.

Freguesias, têm permitido a realização de investimentos em equipamentos sociais, infraestruturas públicas, apoio às populações e suas coletividades, refletindo-se na animação de circuitos económicos locais marcados, em tempos de crise, por algum marasmo e dependência dos poderes públicos. Em simultâneo têm permitido um maior envolvimento cívico dos cidadãos e reforço da democracia participativa.



Lendas mouriscas

A tradição oral desta terra regista diversos relatos associados à presença mourisca, aos sinais da riqueza que terão manifestado e também aos amores não consentidos entre príncipes/princesas mouro(as) e/ou cristãos e os habitantes. Trata-se de um relato comum a outras terras próximas a sul do vale do Mondego, que em tempo serviu de fronteira natural entre os domínios cristãos do norte do reino de Portugal e as terras mouriscas do sul onde se localiza esta freguesia⁵⁸ Tal como regista Serrão (1989.IV, 354), “as alusões que se fazem a mouros e mouriscos em documentos posteriores à expulsão são raras e não vão além do século XVIII”. Contudo, prossegue o autor: “Fundidos no seio a população portuguesa, uns, outros regressados às terras da mourama, deles nada mais nos ficou do que uma lembrança meio histórica meio lendária, mantida pela tradição”.

Com base na consulta de diversas fontes documentais, árabes e de outra natureza, nomeadamente os “anais undecentistas crúzios”, Gomes (1995, 26) regista que a terra onde se veio a desenvolver Leiria era “não habitada, deserta de gente humana e sem senhor”, dominada por um “despovoamento estrutural” (loc. cit.) que se verificou durante todo o domínio muçulmano. Esta descrição contraria o que se verificava com Santarém, importante capital administrativa muçulmana e de Coimbra, importante reduto cristão entre os séculos IX e X, defendida pela fronteira natural do leito do Mondego. Afirmo ainda o referido autor (1995, 25): “Ao povoamento romano, isolado e disperso, centrado por ricas casas rurais de senhores, ao que parece, cedo convertidos ao cristianismo (...) não presidia um núcleo urbano com força suficiente para aglutinar e promover a continuidade desse modelo económico de

58 Esta terminologia segue o conceito referido por Serrão (1989.IV, 353) relacionada com os mouros que se deixaram batizar e “aos escravos mouros convertidos”.

povoamento e exploração da terra. No contexto das invasões suevas e visigodas processou-se o atrofiamento desses ilhéus colonizadores”. A concluir, observa (op. cit., 26): “os séculos de domínio muçulmano não afetaram diretamente esta situação de despovoamento estrutural”.

Localmente, vestígios de uma presença proto-histórica hebraica ou cananita e posteriormente reforçada pela presença dos ‘mourous’, podem estar igualmente associados à localização da chamada Cadeira da Moura, bloco gabro-diorítico de grandes dimensões, resultante de um processo de esfoliação rochosa desenvolvido durante milhões de anos (cujos vestígios repousam no Cabeço de Monte Redondo). Este monumento megalítico (destruído por decisão humana) pode ter servido como “testemunho de um acontecimento memorável, contrato ou ocupação de um território pelas gentes da sua raça” (op. cit., 4). São esses relatos que fazem parte da memória coletiva da população local que associava essa presença ao Cabeço e o bloco rochoso às mais fantasiosas descrições, de riqueza e de pestes, à mourama oriental.

A permanência mourisca no território português foi particularmente sentida nas regiões mais meridionais, apesar do afastamento “dos grandes centros de irradiação cultural do Sul da Península” (Serrão, 1989.V, 139), mas essa distância não impediu que a sua presença se fizesse sentir em grande parte do nosso território, sobretudo nas áreas litorais a sul do Mondego, onde a sua permanência foi mais intensa e duradoura. Diz-nos Serrão (loc. cit.) que “os Mourous reforçaram o tom mediterrânico que os Romanos haviam começado a imprimir à agricultura”. Daí que em civilizações rurais como a de antanho, a sua influência e ação se tenha feito sentir muito para além do mundo rural, influenciando o imaginário popular nas suas crenças e estilos de vida.

A sua presença a sul do rio Mondego – a Estremadura portuguesa – manteve-se durante séculos ao nível das povoações, dos modelos de administração e até dos habitantes de origem serracena, alimentando uma rica tradição oral relacionada com a sua existência e os locais onde se enterraram (?) despojos de ouro, consideráveis. E para além da tradição oral, são os testemunhos materiais revelados pela utilização de certos utensílios agrícolas, particularmente de cestaria: caso do côfo, das alcofas e dos baraços, feitos de junco e bracejo, por só se encontrarem nesta zona e no Sul de Portugal (Gomes, 1986, 14), que parecem indiciar uma longa reminiscência da ocupação árabe nestas paragens. Tal facto pode ainda comprovar-se através da observação dos relatos da habitação tradicional. A este respeito, escreveu Gomes (op. cit., 15): "assinale-se que se podem fazer certas correlações entre a casa térrea, embora alpendrada, da área de Monte Redondo, Coimbra e Bajouca, com as

casas do monte alentejano (planta recrangular; telhado de duas águas; contrafortes reforçando as paredes; chaminés de proporções consideráveis; materiais de construção semelhantes, - adobo, telha -; soluções decorativas semelhantes - o branco na caiação; uso de uma cor mais escura numa banda 0,50 m acima do chão ".

Tal como noutros locais, a cadeira da Moura e o Cabeço de Monte Redondo, andam associadas às lendas sobre os tesouros enterrados em seu redor e a antiguidade de manifestações religiosas nesta área. Note-se ainda que, no dizer deste autor (op. cit., 223), “os mouros dos mitos populares, que se referem geralmente à civilização pré-romana, identificam-se perfeitamente com os Fenícios. Os Romanos chamavam “mouros” aos Fenícios cartagineses”. Outro autor, M. E. Santo (1988), refere que a presença destas manifestações de religiosidade traduzidas na identificação de diversas constelações de lugares de culto que se encontram nesta área, parece comprovar a existência de uma coerência social e económica muito antiga no povoamento nesta região litoral. Por outro lado evoca a ação dos diversos povos e civilizações orientais e mediterrânicas, nomeadamente de fenícios e cananitas, que há cerca de três milhares de anos terão habitado este território.

A memória desta gente, vinda do Oriente e norte de África, continua a ser evocada em verso e no fado-canção⁵⁹, nos termos seguintes:

“Dentro de ti, ó Leiria,
Vive uma moira encantada,
Não sabe ser minha amada,
E tem por nome Maria”.

Transcrevem-se cinco lendas relacionadas com o Cabeço de Monte Redondo⁶⁰ e a presença dos mouros nesta área.

➤ “Lenda 1

Uma vez, uma equipa do Norte da Pedra Azul foi ao Cabeço para encontrar a pedra azul que há lá. O pai da Maria Antónia fazia parte dessa equipa. Utilizaram fogo, brocas e pólvora para rebentar a pedra, mas esta não rebentou. Desistiram e começou-se então a ouvir falar das Lendas da Cabeço de Monte Redondo.

O pai da Maria Antónia trabalhou para um senhor de Monte Redondo que lhe contou uma lenda do seu avô. Ele tinha duas vacas

59 Balada do Encantamento, de D. José Pais de Almeida e Silva (1981)

60 Recolhidas por J. Moital junto da Sra. Rosa (Maria Rosa Ferreira dos Santos, em 2003) e adaptadas por Henrique Santos.

turinas no mesmo curral e dava-lhes do mesmo comer. A determinada altura apercebeu-se que uma estava mais bonita e gorda que a outra. Então começou a espreitar pois desconfiou de bruxedo. Numa noite viu um homem ir ao curral, soltar a vaca mais gorda e levá-la. O dono seguiu-o até a uma rocha ainda existente do lado da Aroeira. Foi aí que se abriu a rocha e o homem soltou a vaca que começou a pastar. A rocha fechou-se. E o dono ficou a aguardar para ver o que acontecia. Passado um bocado a rocha voltou a abrir-se e o homem levou de novo a vaca para o curral. O dono não lhe disse nada, mas ficou curioso para saber o que ia acontecer nos dias seguintes. No outro dia, quando o homem foi buscar a vaca, o dono disse-lhe: “Tenha paciência, mas não me vai levar a vaca para o Cabeço, pois não sei se isso não será bruxedo”.

O homem respondeu-lhe:

– Peço-lhe que me deixe levar a vaca para sustentar uma moura pequenina nascida há dias. A mãe morreu quando a teve. Se lhe faltar o leite a menina morre. Se me deixar levar a vaca vai ficar rico para o resto da sua vida e até à 5ª. geração. Se não, vai ser pior para si.

E o dono respondeu-lhe:

– Já lhe disse que não leva a vaca!

Diz-lhe o homem:

– Então vai ficar a pessoa mais pobre e mais miserável até à 5ª geração.

E assim aconteceu. Começou a morrer-lhe o gado e a empobrecer.

Com o correr do tempo a população acreditou que ali viviam mouros e que esta foi uma história verdadeira.

➤ **Lenda 2**

O ouro (se possível fácil de obter), ou dinheiro, foi sempre uma das maiores tentações do ser humano. Ele é tão lindo, o maganão... Por ele se têm feito guerras, lutas fratricidas, as maiores desgraças. E no entanto, ele continua a pontificar. É ver as ourivesarias. É ver os colos das mulheres com joias riquíssimas. É ver o que fazem os mais conspícuos cidadãos por mais uns cobres a juntar aos seus cabedais. Mas, estas histórias da avidez do ouro não serão também fruto da miséria em que o ser humano sempre viveu – excetuando aqueles que, graças às dádivas dos reis sempre viveram à grande, sem nada produzirem?

Esta lenda passou-se com a avó de uma senhora que a contou ao pai da Maria Antónia – o Sr. Joaquim.

Um dia, a avó ia para a missa e num certo sítio viu uma manta estendida com trigo bastante brilhante. Ela ficou intrigada. Quem teria deixado ali o trigo? Aproximou-se e agarrou numa mancheia de trigo,

meteu-o na bolsa e levou-o, para casa para depois semear. Queria ter trigo igual. Quando chegou a casa, depois da missa, foi a tirar o trigo da bolsa e o que lá encontrou era ouro.

➤ **Lenda 3**

Uma vez, o seu pai trabalhou para um Sr. António que era muito corajoso. Este descobriu que existia uma grade e duas urnas cheias de ouro, enterradas no Cabeço. Para as encontrar era preciso uma pessoa ir ao Cabeço, sozinho, à meia-noite escavar e ler o livro de S. Cipriano. Então, encheu-se de coragem e disse que ninguém o seguisse, pois ia descobrir um tesouro.

Ele contou que, ao início, o barulho era pouco e ele ia escavando e lendo o livro, mas quando já estava a sentir que a pá estava a encontrar terreno oco, ouviu tantos trovões, gritos e pinheiros a cair que fugiu e não chegou a descobrir nada. Crê-se que ainda lá existe o tesouro, pois ninguém mais teve coragem de o ir procurar.

➤ **Lenda 4**

E as lendas continuam. Não há mouras (nem mouros), mas há mistérios. O ser humano gosta de mistérios. E Maria Antónia sempre disposta a contá-los. Aí vai mais uma:

Existe uma terra de cultivo entre a linha do caminho de ferro e o Cabeço. Uma tia sua andou lá a semear milho, lavrando a terra com umas vacas. A certa altura, uma vaca enterrou uma pata num buraco. Ela bem tentou retirar de lá a pata da vaca. Como não o conseguia sozinha, apelou à ajuda de outras pessoas. Viram-se aflitos para de lá tirarem a vaca, e quando o conseguiram, verificaram que era um buraco muito fundo. Puseram muita terra e como nunca mais se enchia, mandaram uma pedra lá para dentro. Disseram que a pedra demorou muito tempo a chegar ao fundo. Parecia uma coisa oca⁶¹.

➤ **Lenda 5**

Conta-se que uma criada do Sr. Costa, antepassado do Dr. Luís Pereira da Costa, dono do prédio onde está o Instituto de Monte Redondo, sonhou três noites seguidas com um bezerro de ouro que estava na encosta do Cabeço, mesmo ao pé da Cadeira da Moura. O sonho recomendava-lhe que não dissesse nada a ninguém. Depois do 3º sonho, levantou-se e foi lá sozinha. Verificar. Encontrou lá um bezerro de ouro que ela trouxe para casa. Quando chegou, mostrou-o ao patrão.

61 Relaciona-se esta cavidade com as grutas referidas noutras lendas.

Este ficou com o bezerro e em troca deu-lhe um colete bordado. Naquele tempo, só os muito ricos tinham um colete daqueles. Ela contentou-se com o colete, pois não sabia o valor do bezerro.”

Estas são alguns exemplos de lendas ouvidas em criança, a que se juntam muitas outras associadas a vidências pessoais de espíritos, bruxas e outros seres que preenchiam um imaginário popular e coletivo, necessário para colmatar as noites da família. Quando esta se reunia, à lareira, durante as longas noites de verão ou, eventualmente, quando se aventurava, entre o matagal existente, a visita a Cadeira da Moira, era digna da evocação de uma memória coletiva antiga, que outros testemunhos locais baseados na tradição e folclore, sugere uma grande proximidade com o Mediterrâneo oriental.



Lezíria

A Lezíria é um lugar próximo do leito do rio da Aroeira, a cotas que rondam os 20-30 metros de altitude, associadas a um terraço fluvial que acompanhou o processo de erosão do rio Lis e da sua bacia hidrográfica. Por isso a sua localização, do lado nascente do campo da Aroeira, faz crer que a sua designação esteja relacionada com a sua proximidade a um curso de água e com as suas margens “que ficam alagados quando das enchentes” (Silva, 1954). No caso vertente a situação deste lugar, na proximidade da ‘Aroeira’ (nome de árvore da família das anacardiáceas) e da ribeira do mesmo nome, merece bem tal designação.

A proximidade dos campos da Sesmaria e a partilha da terra através de heranças, veio a permitir a proliferação de pequenas explorações agrícolas ou casais, antes da exploração das pedreiras dos Montijos. Nesta altura registou a fixação de novos habitantes que se terão distribuído igualmente pelo lugar dos Montijos, antes de se tornar num arrabalde simpático entre o Cabeço e o Campo. A abertura de novas vias de circulação aumentou a sua acessibilidade em relação à Vila bem como às demais povoações vizinhas.

A população do lugar aumentou entre 2001 e 2011, passando de 109 moradores na primeira data para 119 na segunda.



Marinha do Engenho

Depois da constituição da freguesia da Bajouca este lugar foi integrado na nova unidade administrativa, restando do lado de Monte Redondo uma população residual de menos de uma dezena de habitantes. Contudo na memória da população local e dos lugares vizinhos, perdura este sítio de atravessamento do vale da Rib^a da Bajouca como evocativo das dificuldades de acesso através das vertentes íngremes de um e outro lado, que marcavam a travessia pedestre deste curso de água.

A observação das formações geológicas aqui dominantes obriga-nos a pensar que, no caso da ‘Marinha do Engenho’, a designação atual tenha a ver com uma antiga exploração de sal, semelhante à que existe próximo de Rio Maior, às "salinas em que se faz sal, o melhor do reino" situadas em Brancas-Batalha (O Couseiro, 1868, 97) - e na Junqueira, todas elas relacionadas com os fenómenos diapíricos que marcam esta área. Neste caso a primeira designação (Marinha), justifica-se por que aí se ter explorado (?) sal-gema; a segunda (Engenho), porque essa exploração seria feita com o recurso de técnicas certamente introduzidas pelos romanos, quando da sua permanência nesta área, ou seja através de um engenho de água. Obras recentes levadas a cabo no ‘Pisão’ permitiram reconstruir uma dessas azenhas de água relacionada com a tradição mediterrânica.

A ser verdadeira esta interpretação a mesma articula-se com outros vestígios que apontamos para lugares próximos e que se associam à presença dos romanos neste território. Tal não nos surpreende uma vez que quando da ocupação da Península Ibérica por estes povos, os cereais, o vinho e o peixe salgado eram produtos largamente exportados para Roma, podendo esse movimento ter sido realizado a partir de ancoradouros existentes na bacia do Lis e dos seus afluentes mais próximos.

De um e outro lado da antiga ponte de pau, hoje em alvenaria, estendiam-se os moinhos de azenha do lugar, a montante e a jusante da ponte local. Aí próximo há referência a nascentes de água salgada, cuja temperatura mais amena nos meses de inverno, servia para aquecer as mãos de quem por ali passava. Neste caso a designação de ‘Marinha’ (salina), pode estar associada à exploração do sal ou à sua localização topográfica face ao mar. Em toda a zona litoral esta designação é muito frequente, a norte e a sul do rio Lis, onde encontramos, a sul: Marinha Grande e Marinha Pequena; a oriente de Monte Real, Marinha de João

da Rua; a oriente de Monte Redondo, Marinha do Engenho. Já mais a norte, situam-se a Marinha das Ondas e a Marinha Baixa.

Àcerca da localização destas povoações observa Custódio Morais (1936, 43) que todas elas se situam “muito perto da curva de nível 75 do vale do Liz”. Segundo este autor, “a palavra marinha não significava, como hoje, o local onde se faz sal, mas a parte baixa, junto do mar ou do rio”. E mais adiante observa (op. cit., 44): “como a palavra marina é de origem latina, devíamos supor que as povoações existiam ou foram fundadas no tempo dos romanos, tempo em que um braço do mar chegava à atual curva de 75 metros de cota”.

Estas referências não escondem a necessidade de se olhar este território em conjunto com a evolução própria realçando o passado do sítio do Pisão ou seja "máquina em que, nas tecelagens, se aperta o pano, para o tornar mais consistente e tapado" (Silva, 1955) e o trabalho dos pisoeiros, conhecidos pelas condições precárias em que exerciam a sua atividade. Apesar dos limites atuais impostos pelas divisões administrativas importa que os habitantes mantenham a herança do património geográfico do território e a herança das comunidades que fazem parte desta área cultural, contribuindo assim para a construção de uma memória coletiva que ultrapassa as divisões de carácter administrativo.



Matos

O lugar de Matos, na parte meridional da freguesia, a cota próxima da meia centena de metros de altitude, em terreno de areias soltas, ilustra o processo de erosão litoral a que esteve sujeito esta parte do território. Quanto à sua designação cremos ser um dos exemplos de fitotopónimos referidos por Gomes (1986, 8), tais como: ‘Carrasqueira’, ‘Feteira’, ‘Junqueira’, ‘Loural’, ‘Salgueira’. À semelhança do lugar de ‘Pinheiro’, a designação de Matos parece estar associada à existência e abundância da cobertura vegetal que teve de ser arroteada antes da fixação das lavouras e da colonização em pequenas leiras, que acabaram por ser retalhadas ao longo de gerações dando origem a este casal.

Face à sua localização próxima da sede de Monte Redondo, esta seria até a designação dos baldios comuns e das propriedades particulares que se situavam para lá da área agricultável, na proximidade do pequeno núcleo de casario, o Brejo, que foi assimilado pela expansão deste lugar.

Por via da construção das atuais vias de circulação esta povoação, outrora perdida entre os pinhais como muitas outras da freguesia, é hoje cada vez mais procurada por novos habitantes e moradores.

A população residente era em 2001 de 199 moradores e em 2011, de 216 habitantes.



Memoria Paroquial de 1758

Os dados referidos acerca do povoamento e da população local são testemunhados através de diversas estimativas e de levantamentos - neste caso um Inquérito Nacional -, como o que foi promovido pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, realizado em 1758 ou seja, três anos depois do terramoto que afetou todo o território nacional. A elaboração pertenceu ao Padre Luiz Cardoso, académico da Academia Real de História e membro da Congregação do Oratório de Lisboa e os documentos encontram-se depositadas na Torre do Tombo, com a designação de “Memórias Paroquiais de 1758”.

Nesta data a freguesia de Monte Redondo, pertencente à província da Estremadura de que é termo, Bispado e Comarca da cidade de Leiria, era pertença da Casa do Infantado. Em termos de população, "este dito lugar não tem mais que dois vizinhos e o Pároco desta freguesia, e nele se acham dezasseis pessoas e contando todas as pessoas do rol dos confessados, dispersas pelos lugares pertencentes a esta freguesia achei serem oitocentos e vinte e quatro pessoas.” Um valor significativo para a época que tem como referência um casal, "situado em charneca plana", termo da cidade de Leiria, agregando a si outros casais vizinhos.

Transcreve-se parte do referido documento, subscrito em 10 de abril de 1758, pelo Cura João da Costa e Silva.

“Para satisfazer a informação de Sua Exa. Rev.ma de cuja parte se me ordena responder aos interrogatórios do papel quatro.

1. Respondo ao primeiro dos números nele conhecidos que esta terra é o lugar e freguesia de Monte redondo, que está na província da Estremadura e que é termo, Bispado e Comarca da cidade de Leiria.

2. Respondo, que esta terra é da Casa do Infantado e lhe pertence ao presente.

3. Respondo, que este dito lugar não tem mais que dois vizinhos e o Pároco desta freguesia, e nele se acham dezasseis pessoas e contando todas as pessoas do rol dos confessados, dispersas pelos lugares

pertencentes a esta freguesia achei serem oitocentos e vinte e quatro pessoas.

4. Respondo que este lugar, e para melhor dizer, este casal está situado em charneca plana e daqui se descobre o lugar e freguesia de Carvide deste Bispado, que dista uma légua e avista-se o lugar e freguesia de S. Miguel do Coimbrão que dista uma légua e avista-se o sítio de N^a S^a da Guia, Bispado de Coimbra, que dista uma légua.

5. Respondo que não tem termo seu, mas sim é termo da cidade de Leiria e tem esta freguesia os lugares seguintes: Bajouca, Bouça, Casal Novo, Graveto, Pinheiro, Lavegadas, Matos, Sesmaria, Carvalheiras, Fontainhas, Fonte Cova, Paço, e em toda esta dita freguesia habitam duzentos e setenta e seis fregueses

6. Respondo, que esta freguesia está fora do povoado, distante dos vizinhos que estão no número terceiro, dois tiros de funda e compreende os lugares expressos no número quinto.

7. Respondo que o orago é N^a. S^a. da Piedade, não tem naves e tem cinco altares, a saber: o altar mor em que está a imagem da mesma Senhora e uma de S. João Batista e outra de N. S. da Conceição, e fora do arco tem à mão direita o altar de S. António com a sua imagem, uma de São Sebastião e outra da Senhora da Luz, e o altar de N. S. do Rosário, com a sua imagem, e a parte esquerda o altar colateral que é do Espírito Santo com a sua imagem, e uma de S. Pedro e outra de S. Luzia e o altar das Almas com o painel das mesmas almas; não tem mais que a Irmandade do Santíssimo Sacramento.

8. Respondo, que o pároco é cura da apresentação do Exmo Senhor Bispo e tem de renda cento e trinta mil réis”. (...)

Completa-se esta memória com a transcrição das respostas seguintes:

“9. Não tem coisa alguma do número décimo, undécimo e duodécimo.

13. Há nesta freguesia a ermida de N^a. S^a. do Amparo dentro do lugar da Sesmaria e a ermida de S^o. Aleixo, sita no lugar da Bajouca e pertencem aos moradores de cada um dos ditos lugares.

14. Não acode às ditas ermidas Romagem.

15. Respondo, que os frutos que esta terra produz em maior abundância são o milho e feijão.

16. Respondo, que não tem Juiz ordinário, mas sim está sujeita às justiças da cidade de Leiria.

17. Não tem nada dos números dezassete, dezoito e dezanove.

20. Respondo que não tem correio, mas sim se serve do correio da cidade de Leiria, que dista três léguas.

21. Respondo que dista três léguas de Leiria, capital do Bispado, e vinte e cinco de Lisboa, capital do Reino.

22. Respondo que não tem privilégios e somente tem que notar que este Casal de Monte Redondo é foreiro dos Religiosos de S. Bernardo da Vila de Alcobaça, aos quais se paga o sétimo de todas as frutas que produz a terra.

23. Respondo, que não tem fonte nem lagoa célebre.

24. Respondo que não tem porto de mar, nem há coisa deste número, nem do número vinte e cinco, vinte e seis, nem do número vinte e sete. Só sim que junto a esta igreja, pela parte do poente está um monte muito alto e de forma redonda, chamado Monte Redondo, coberto todo de grandes pedras, de pedra tosca que para obra nenhuma servem e só descrevo pela sua grande iminência e estar situado no meio desta planície inserta no número quatro e não há aqui coisa que tome o nome de serra”.

De imediato prossegue a resposta às questões finais:

“1. Há nesta freguesia um rio chamado de Nasce Água que nascem, digo que nasce o dito rio junto do Pinhal da Universidade de Coimbra no termo de Montemor-o-Velho.

2. Respondo, que não nasce nem é caudaloso mas corre todo o ano com a mesma quantidade de água no verão e no inverno.

3. Nenhum rio entra nele.

4. Nem é navegável nem de curso arrebatado.

6. Corre do Norte para o Sul, não cria peixes, senão enguias.

8. É que não tenho que dizer.

10. Este rio se vem meter no campo, que é dos condes de Valadares e as suas margens até entrar no dito campo se cultivam.

11. E sempre conserva o mesmo até aos confins desta freguesia, e daí vai seguindo o dito campo com o nome de Rio de Fora, até se juntar no fim do mesmo campo com os rios Lis e Lena que correm pelo mesmo campo até se sepultarem no mar junto do lugar da Vieira.

14. Não tem coisa neste número.

15. Tem uma ponte de pedra de alvenaria junto do lugar de Aroeira

16. A quantidade de suas águas é somente o que basta andarem quatro mós de moinho juntas e assim se acham no dito rio do lugar de Aroeira, até ao seu nascimento catorze moendas de moinhos.

17. Não há notícia que em tempo algum se tirasse ouro de suas areias.

18. Não uzam os povos de regar com suas águas por serem as terras muito frias, que não necessitam de regagem.

19. Tem este rio duas léguas a saber: uma de Nasce água até à ponte de Aroeira em que corre do Norte para o Sul e outra dali até ao fim do

campo, em que corre do poente, digo, em que corre do nascente para o poente e não há nesta freguesia mais coisa notável e por verdade me assino.

Monte Redondo. 10 de abril de 1758

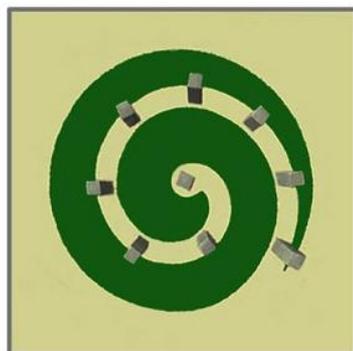
O Cura: João da Costa e Silva”

Esta a descrição da freguesia de Monte Redondo, pertencente à província da Estremadura de que é termo, Bispado e Comarca da cidade de Leiria, sendo pertença da Casa do Infantado. Esta instituição patrimonial foi "criada por D. João IV por alvará de 11.8.1654, a favor de seu filho segundo, que integrou no seu domínio boa parte da região de Leiria" (Cabral, 1993.I, 215) e, segundo Alves (1970, 20-21) “ao longo dos 180 anos da sua existência (...) foi engrandecida com sucessivas mercês dos diversos soberanos, tornando-se uma das maiores instituições Senhoriais de Portugal, com domínios vastíssimos e arrecadando enormes rendimentos, na maior parte de origem agrícola”. Acrescenta o mesmo autor que, desta forma, “conseguiu-se assegurar uma sólida base económica para os segundos filhos dos Reis e, com isso a estabilidade interna da Casa Real”. A sua extinção ocorreu em 1834, por decreto de D. Pedro IV de 18 de março, “sendo os seus bens integrados na Fazenda Nacional e passando mais tarde para a burguesia” (loc. cit.).

Como se pode ler na dita “Memória Paroquial”, a sede do lugar de Monte Redondo, apesar de estrategicamente situado próximo dos caminhos que faziam a ligação entre os maiores centros do litoral e as pequenas povoações do interior, era um lugar sem dimensão apreciável. Refere aquele documento que, "este dito lugar não tem mais que dois vizinhos e o Pároco desta freguesia e nele se acham dezasseis pessoas". Mais ainda, a sede do casal "situado em charneca plana", termo da cidade de Leiria, é constituído por diversos lugares e habitado, "contando todas as pessoas do rol dos confessados, dispersas pelos lugares pertencentes a esta freguesia achei serem oitocentos e vinte e quatro pessoas". Uma informação importante que revela o padrão dominante do povoamento local, suportado por casais dispersos e por um pequeno lugar on se situava a igreja matriz. Esta é uma descrição a reter a qual pode ser completada, na sua visão territorial alargada, com os relatos congéneres das paróquias mais próximas.



Memorial do Casal de Monte Redondo



Este monumento pretende perpetuar factos e datas alusivas à evolução histórica do casal de Monte Redondo e das terras que em tempo integraram esta Paróquia e Freguesia, desde o início da sua ocupação humana e povoamento à atualidade. É constituído por dois elementos: nove marcos e respectiva base desenvolvida em espiral:

- os marcos são uma alegoria simbólica ao conjunto de efemérides, agrupadas em períodos seculares, que assinalam a construção social do casal em particular desde o século XIII, ao século XXI. A altura é proporcional a cada um dos séculos (<séc. XIII a séc. XXI – 130 a 210 cm), registado no topo;

- a base, desenvolvida em espiral, simbolizando o decurso do tempo, que, depois do último marco, como “um rio do tempo” desagua em toda a área que circunda o monumento, liberta de qualquer elemento decorativo, pretendendo com isso representar a incógnita dos possíveis desafios do futuro.

O movimento ascendente dos marcos recorda o povoamento gradual desta área; cada um evoca o esforço dos habitantes na construção dos casais e na consolidação das atividades económicas e de subsistência das famílias aqui radicadas. O ponto central da espiral simboliza a antiguidade do povoamento deste território e os documentos e efemérides ancestrais relativas à construção social da freguesia.

Principais efemérides

Séc. XIII – Em 1278 fez-se a doação, por parte de Estevão Gomes de bens que possuía em Monte Redondo, ao Mosteiro Cisterciense de Alcobaça (S. Gomes, 1986);

Séc. XIV – Aforamento a João Domingues e a Iria Anes da herança que tinham em Monte Redondo (1310). Os emprazantes “obrigavam-se a fazer cultura de pão, vinho, olivais e pomares” (S. Gomes, 1986). Outros aforamentos;

Séc. XV – Carta de aforamento, feita pelo referido mosteiro em 1414, a "João Rodrigues Cebolinho e sua mulher" de uma herança que traziam neste lugar (S. Gomes,1986);

Séc. XVI – Os habitantes de Monte Redondo e de uns lugares, casais e moinhos próximos (Coimbrão e Ervideira), requereram a D. Pedro Castilho para constituírem paróquia independente e lhes foi concedido (1589). Nesta terra de prazo da comenda de Alcobaça havia uma ermida dedicada a N^a Sra da Piedade (O Couseiro);

Séc. XVII – Criação da nova freguesia do Coimbrão (1636), promovida pelo bispo de Leiria, D. Pedro Barbosa, que "desmembrou da freguesia de Monte Redondo, os Coimbrões, e levantou freguesia, da invocação de S. Miguel" (O Couseiro);

Séc. XVIII - Resposta dada pelo pároco João Costa e Silva, ao Inquérito nacional promovido pelo Secretário de Negócios do Reino - "Memória Paroquial de 1758";

Séc. XIX – Construção do marco geodésico de 1^a ordem, base de triangulação geodésica do continente português; Construção da linha férrea do Oeste; Inauguração da Igreja Paroquial; Criação da Filarmónica N^a Sr^a da Piedade;

Séc. XX – Construção da Escola Primária na sede do lugar e de outros equipamentos sociais; Industrialização e electrificação da freguesia; 1^a centenário da Feira dos 29; Crescimento da população e das atividades económicas que permitiram a criação da freguesia da Bajouca;

Séc. XXI - Elevação da povoação de Monte Redondo à categoria de Vila (9 de Dezembro); Agrupamento de Freguesias de Monte Redondo e da Carreira.



Minas

O subsolo desta terra encerra um conjunto de recursos minerais que deram origem a diversas indústrias ou mesmo a pequenas explorações mineiras mas cuja atividade caiu no esquecimento. Disso nos dá prova o inventário de minas registadas na freguesia de Monte Redondo (Cabral, 1933.III, 89-112), desde os finais do século XIX, às décadas seguintes. Ao que parece, porém, muitas das minas indicadas não foram sujeitas a qualquer exploração o que nos leva a entender que, dada a crença (ou a eventualidade) de existência de riquezas minerais na área e não existindo ainda um levantamento geológico aprofundado sobre a natureza dessas

jazidas, alguns proprietários tenham registado provavelmente o que pretendiam que viesse a ser explorado (por ser mais rendoso, por ter maior procura, porque noutros locais era conhecido...), do que o produto que efetivamente jazia no local do cadastro.

A exploração das jazidas naturais esteve ainda na origem das tentativas de exploração de petróleo, próximo da Sismaria e no Grou, facto que se registou desde os finais da década de quarenta (provavelmente a partir de 1947). Estas pesquisas foram intensificadas na década seguinte não tendo, no entanto, grande seguimento posterior. Cabral (1933.III, 89-112) – procedeu a um inventário de minas existentes em Monte Redondo e nos lugares mais próximos desde o ano de 1855, registo que assinala o interesse dos habitantes locais pela futura exploração do subsolo.

Na atualidade, após o encerramento da exploração dos ofitos de Monte Redondo, a exploração do subsolo limita-se a areias usadas na indústria e à captação de água no aquífero do Paul. Aquela extração, em locais da charneca de Monte Redondo, serve para fins industriais e outros, beneficia da qualidade e granulometria dos depósitos sedimentares que identificam as jazidas em exploração. Constitui, no entanto, um factor responsável pela redução em volume do aquífero de Monte Redondo-Leirosa. Para bem comum a sua utilização para fins industriais, deveria ser substituída por águas superficiais de reservas ou de barragens, como inicialmente foi previsto, e não sobrecarregar o abastecimento para fins domésticos das reservas naturais de água ainda disponíveis.



Moinhos de água

A utilização de moinhos de água ao longo dos ribeiros desta terra constitui-se como um bom exemplo do aproveitamento das fontes de energia natural para a moagem dos cereais – trigo, cevada e milho, principalmente – cultivados nos campos do Lis e terrenos vizinhos. Estes moinhos, introduzidos na Península durante o processo de Romanização, tiveram grande divulgação não tivessem estas terras sido exploradas pelos Cistercienses – os Monges Brancos ou Monges Agrónomos - que souberam intensificar, depois das obras de enxugo de alguns cursos de água, a sua utilização nas granjas que foram ajudando a

construir, conjuntamente com celeiros para armazenagem de cereais, em todo o território que exploraram.

Durante a sua permanência quer nos coutos de Alcobaça, nos campos do Lis e nos campos do Mondego, em particular nos campos de Seiça onde se implantaram, uma das atividades protegidas pelos frades Cistercienses foi a exploração destes moinhos, que a diversidade de cursos de água permitiu com o aproveitamento da força da corrente e a fertilização dos campos locais que souberam transformar em riqueza. Regista Barbosa (1991, 408), que a preferência dos monges de Alcobaça no “controle destes engenhos mostrou (...) uma capacidade económica inovadora para a época, capacidade de intervenção nos circuitos de transformação e mercado, aproveitando os excedentes que lhe proporcionavam as suas inúmeras propriedades a começar pelo enorme domínio que detinha ao sul do termo leiriense, e transformando esses mesmos excedentes em moeda”.

Foi esta circulação de moeda que animou os circuitos económicos regionais permitindo a difusão destas unidades de fabrico, de tecnologia incipiente e produção garantida, ao longo de toda a bacia do Lis, animando os circuitos económicos locais e conferindo aos pequenos proprietários uma base de sustento e de ocupação complementar da das fainas agrícolas. Ela própria constituía uma fonte de riqueza em que as heranças locais disputavam a posse desses bens que asseguravam um rendimento contínuo e uma ocupação segura a alguns membros do agregado familiar.

O moinho, de construção fácil, em princípio em madeira e mais tarde usando os materiais de construção da região, exigia um trabalho contínuo, que as famílias mais numerosas garantiam através da prole mas em que só os trabalhos mais pesados relacionados com a mudança das mós, a sua manutenção e carregamento exigia maior esforço. Durante o fabrico a mão de obra feminina ou mesmo a jovem bastava para controlar as condições fabrico.

A lírica popular (Sousa, 2004, 331) evoca essa presença feminina:

“Ó Margarida moleira

Dá-me da tua farinha.

Ai ai ai – que a quero peneirar

Ai ai ai – pela peneira mais fina.

Ó Margarida moleira

Não tragas a pedra em vão.

Ai ai ai – que eu quero boa farinha

Ai ai ai – para me dar melhor pão.

Ó Margarida moleira

Tens a saia enfarinhada.

Ai ai ai – se queres que eu ta sacuda

Ai ai ai – a mim ñã me custa nada”.

Após a extinção das ordens religiosas estes bens passaram para as mãos de novos proprietários que continuaram essa atividade em moldes semelhantes, até á eclosão da economia de mercado que pôs fim à atividade moageira na sua configuração mais tradicional. No caso da região de Leiria, esta atividade assente nos moinhos de água estendeu-se ao longo da Bacia hidrográfica do Lis, onde surgem referências a diversos tipos de moinhos:

➤ De rodízio, sempre que a planura do vale permitisse a utilização de uma roda horizontal;

➤ Acionados através de uma roda vertical, azenha ou nora, quando o desnível de terreno e da levada” ou agueira, permitisse este tipo de construção.

De construção mais dispendiosa do que os moinhos de roda horizontal, este mecanismo exigia um maior volume de água e permitia um movimento mais rápido da roda andadeira, facilitando que esta energia mecânica fosse usada para outros fins, nomeadamente industriais. Foi o caso do “Moinho de Papel” de Leiria, de origem judaica e construído no início do século XV, e das azenhas usadas para fins industriais, como lagares de azeite, movidos por força da água, de que há memória no Pisão ou em local mais distante, na ribeira da Ortigosa.

Os moinhos eram objeto de imposto régio, como o foram também depois da República, sendo considerados como atividade complementar das atividades agrícolas e por isso sujeitos a taxas complementares, em regra incluídas na então designada Contribuição Predial Rústica. Dada a abundância de aquíferos os cursos de água que corriam para a bacia do Lis mantinham um débito constante, não obstante o maior caudal dos meses de verão. Por isso podiam trabalhar de forma contínua, sendo utilizados geralmente através da construção de açudes, presas e represas, edificadas ao longo do seu leito, com uma arte e técnica digna de ser evocada.

Decidido o lugar de construção do moinho - em regra lateralmente ao curso de água ou sobre ele, se fosse de caudal reduzido - e da colocação da pedra ou mó, as obras de construção da represa incluíam, no essencial, a sábia colocação de ramagens de pinheiro, de terra argilosa, de tufos de ervas e de areia, numa combinação que só alguns conseguiam realizar de forma certa e adequada. Dessa pequena barragem saíam os cubos (inicialmente talhados em troncos de madeira e quando a

tecnologia o permitiu, em cimento), que conduziam a água através do jorro a grande velocidade para o rodízio, ou rodízios do moinho. Esta água fazia girar a roda de madeira ou rodízio, constituído por diversas penas ou pás de madeira ou de metal, dispostas entre o aro exterior e o veio, que transmitia o movimento à pedra superior ou mó assente sobre a base ou pouso, igualmente em pedra firme. Sobre as pedras, situa-se a moega e a tremonha de onde corre o cereal, controlado pelo regulador. O cereal, reduzido a farinha no movimento contínuo sobre as pedras, era recolhido na respetiva tulha aberta e depois movimentado para outro local. A abertura para a queda do cereal, através do regulador, é feita em função do andamento da pedra e do grau de abertura estabelecido pelo moleiro. Este movimento dá início ao ciclo de produção e moagem de cereais.

O esquema geral dos moinhos de água construídos ao longo da ribeira de Fonte Cova é semelhante ao que existe noutros cursos de água da freguesia e locais do país. Neste troço instalaram-se diversos moinhos de água, com rodízio em regra construído em madeira e no qual só as pás eram em ferro. Quanto à mó, a imagem tradicional é a de uma pedra achatada nas duas faces, permitindo uma dupla utilização, em separado, consoante o seu desgaste. Daí uma das tarefas do moleiro ser a de picar a pedra, refazendo as rugosidades necessárias para a moagem dos cereais. Estas e outras tarefas faziam parte da sua atividade, de um dia a dia rotineiro e de um futuro garantido: “E o moinho vai moendo/ Grão a grão, o trigo loiro. / E o moleiro vai vivendo/ Tem ali o seu tesoiro!”

⁶² Estas as imagens que em tempos idos estavam associados ao meio de transporte popular, o jumento ou a mula, e a carroça, que completavam a tríade de atores no processo complexo de fabrico e de distribuição da alva, farinha.



Monte Redondo

A freguesia de Monte Redondo com a área aproximada de 45,5km² encontra-se a norte do concelho de Leiria, de que faz parte. Servem-lhe de referência as coordenadas geográficas dos paralelos 39° 52' e 39° 56' Norte e os meridianos 8° 52' e 8° 56' Oeste. Como foi assinalado em

62 Aida Viegas (1994) – Memórias de um século. Águeda, AVI, 145-149

relação a alguns lugares, o seu território situa-se numa área de transição entre os níveis de erosão marcados por cotas pouco acima da meia centena de metros de altitude – que percorre de norte a sul o território a oriente da povoação – e os terrenos a cotas inferiores onde se situam as bacias dos cursos de água locais que drenam para a bacia do Lis. Estes traços estão plasmados no brasão da freguesia, constituída por um escudo de cor dourada com uma “torre coberta de negro, rematada por cruz do mesmo, lavrada, aberta e iluminada de prata assente num monte de verde movente de um pé de ondeado de prata e azul”. A coroa mural, com quatro castelos, evoca a sua elevação a vila e a inscrição de Monte Redondo-Leiria, a sua afiliação a este município.

A sede da freguesia está sobre uma superfície de erosão, marcada por altitudes que rondam os 40 metros de altitude, não obstante a sua redução nos vales talhados pela erosão de pequenos cursos de água, como seja a vala da Carrasca que atravessa a povoação junto ao Cemitério. Situada geograficamente na área de transição entre a Beira Litoral e a Alta-Estremadura, as terras do casal de Monte Redondo - designação que utilizamos para referir o território ocupado genericamente pela freguesia - ocupam parte dos terrenos de maior fertilidade banhados pelo rio Lis e pelos seus afluentes, estendendo-se ainda para norte pela zona das Gândaras. A pequena elevação – monte ou cabeço -, que deu o nome à freguesia, constitui um dos vértices da grande base de triangulação geodésica, formando o lado da “Triangulação Primordial: Buarcos - Monte Redondo”, estabelecida em 1795/96 pelo Dr. Ciera. Em articulação com o vértice do Picoto, na Serra da Melriça (Vila de Rei), centro geodésico de Portugal continental.

O lugar central que é sede da freguesia constitui um dos exemplos referidos por Vasconcelos (1980.II. 267) na qual a Igreja marcou também a sede da paróquia e da freguesia rural, agregando vários sítios que se desenvolveram na sua periferia e que ficaram agregados à paróquia-mãe. De acordo com este autor (op. cit., 307), “o que dá coesão a um grupo de lugares, formados de mais a mais por casas dispersas, é pois o nome genérico, e o ser freguesia ou paróquia, com todos os seus elementos religiosos, civis e políticos, vindos já da idade-média”. Baseando-se em estudos de A. Sampaio (loc. cit.), prossegue, afirmando que “após a queda visigótica, o abade tornou-se o centro de gravidade d’esses pequenos núcleos de população’ ao qual abade se agregava o ‘judex’, ou juiz, que tinha múltiplas atribuições”.

No decurso do processo histórico medievo, moderno e já contemporâneo, até ao arranque da industrialização, foi este lugar exemplo característico de uma autêntica aldeia rural, ligada “ao ritmo

lento da vida do campo” (Serrão, 1989.I, 86), “marcado pela “imobilidade aparente das estruturas que alcançaram o termo da sua evolução” (loc. cit.) e pelas relações estabelecidas com a constelação dos lugares integrados na esfera do poder religioso e administrativo da paróquia-freguesia.

O traçado das vias que convergem para a sede, realçando a sua centralidade, está firmado em caminhos mais antigos que uniam os domínios cistercienses de Seiça e de Alcobaça e que juntavam no mesmo local os movimentos que desciam das terras do baixo Arunca e da ribeira de Carnide para a antiga foz do Lis, a norte do local onde hoje desagua. A exposição da Igreja primitiva, com entrada voltada a Poente, evoca o significado deste pequeno morro e da importância do sítio da Igreja na edificação do povoado e da freguesia, antes do traçado definitivo das vias de circulação contemporâneas que ditaram a sua configuração atual. Com o tempo o lugar principal veio a agregar sítios mais próximos. Três exemplos diferenciados:

- Eiras (na estrada da Bajouca) que evoca o sítio de antigos eirados comunitários, onde se malahavam os cereais;
- Valito, sítio desmembrado do vale da de Monte Redondo, por altura do aterro para construção da linha férrea do Oeste;
- Casinos, conjunto de casas de habitação construídas no decurso da 1ª metade de Novecentos junto às fábricas de serração e considerado como um exemplo típico das preocupações habitacionais do patronato com os seus operários durante o processo da Revolução industrial.

O território confina: a Norte, com as freguesias da Guia e da Ilha (antiga, Mata Mourisca); a Oriente, com as freguesias da Bajouca e do Souto da Carpalhosa; a Sul, com as freguesias do Souto da Carpalhosa, da Carreira e de Monte Real e a Poente, com a freguesia do Coimbrão. Na atualidade este território enquadra-se na área litoral dominada pela cobertura vegetal que tem como principal expoente o pinheiro marítimo designada para efeitos estatísticos por Pinhal Litoral (NUTIII). Estes limites estão parcialmente alterados por via do processo de reorganização administrativa autárquica executada em 2012.

Ao longo da sua história recente a freguesia de Monte Redondo registou mudanças significativas do seu tecido económico e social, da configuração territorial e da base cultural dos seus habitantes. Uma transcrição referente ao início dos anos oitenta, relativa à situação nessa freguesia, dá-nos uma imagem bastante favorável da terra ("A nossa Voz", agosto/setembro, 1981, nº. 65 - Boletim Informativo das Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Leiria) e da sua freguesia:

Monte Redondo: "(...) as suas produções agrícolas são essencialmente o milho, o feijão e algum arroz. O pinhal e a resina têm também grande valor económico tal como o junco que se utiliza no fabrico de esteiras, alcofas e capachos e o bunho ou tábua de que são feitos os esteirões. O seu subsolo é rico em asfalto e afloramentos de ofite usados na feitura de paralelepípedos, e minas de salgema na Junqueira. Possui ainda lagares de azeite, padaria, lojas, cafés, carpintarias e oficinas mecânicas, além de importantes feiras, de gado no dia 1 de cada mês e mensalmente em cada dia 29 de gados, cereais, louças e quinquilharias, feiras que são das maiores no concelho de Leiria. Dada a sua situação geográfica na estrada nacional que liga Leiria à Figueira da Foz e às regiões do norte do país tem, por tal motivo, grande movimento de camionagem, sendo ao mesmo tempo servida pela estação ferroviária instalada na via dentro desta povoação. Possui estação de correios, farmácia, Casa do Povo e escola primária, além de um médico permanente, Dr. José Seabra Pinto. Digna de registo era a Casa de Educação e Trabalho num edifício cedido pelo benemérito Dr. Luis Pereira da Costa e onde as Irmãs de S. José de Cluny ministravam aulas às muitas crianças dos 7 aos 17 anos de idade (...)."

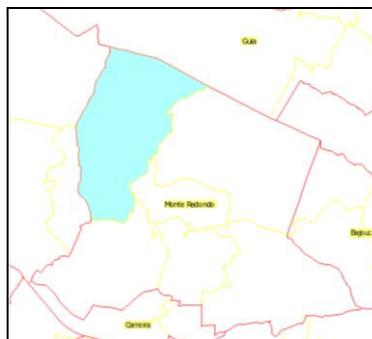
Estas referências evocam a expressão territorial e social de uma freguesia, que de acordo com os autores do Suplemento Especial do "Jornal Souto"⁶³, dedicado ao 400º aniversário desta freguesia, escreveram: "Ao ser criada a freguesia de Monte Redondo, decerto que lhe marcaram limites, pelo menos do lado Sul, a partir com a do Souto da Carpalhosa. Do lado Norte e Nascente estavam definidas mais ou menos pela limitação do termo de Leiria, já do tempo de D. Afonso Henriques ou D. Sancho I e do lado Poente pelo mar. Sobre a linha que vai do Barraco ao pinhal da "Cariça" é que nem sempre os povos estiveram de acordo." Disso nos dão conta os autores, registando as notas do "Livro de Capítulo e Visitas", relativo aos anos de 1600 a 1645, e as recomendações feitas pelos visitantes sobre a necessidade da demarcação deste limites, assinalados pela existência de antigos marcos, constituídos por pedras roliças, de grandes dimensões, que existiam no Cabeço de Monte Redondo e que foram transportadas para a linha divisória e demarcação entre as duas paróquias, apesar de muitas delas terem já desaparecido.

De então para cá foi uma evolução lenta e gradual do povoado e da sociedade local, que nas últimas décadas registou o alargamento do período de instrução e a redução do analfabetismo; a participação

63 Pe: Joaquim Jesus João e David Pedrosa Gaspar; Alvaro Pereira Jerónimo; julho de 1989.

democrática na vida local; a variação dos núcleos familiares e a alteração dos seus valores tradicionais; a decadência dos sentimentos de religiosidade; a mobilidade geográfica e social que acompanham o enfraquecimento dos sistemas hierárquicos. No se conjunto estas transformações confirmam as mutações sociais dos nossos dias.

Figura 14 - Secção 01.

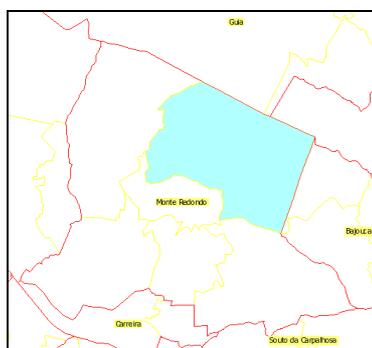


Grou, Morganiças, Casal dos Secos, Fontainhas, Fonte Cova, Cavadas, Porto Longo.

Tabela 10 - Secção 01

SEC 11	Pop. Res. T.	H	M	Famílias	Alojamentos	Edifícios
1	685	330	355	253	355	351

Figura 15 - Secção 02.

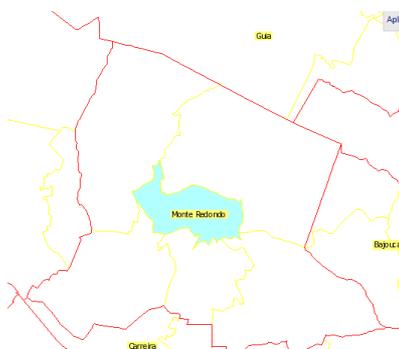


Secção 02 - Paul, Santo Aleixo, Paço, Rib^a da Bajouca

Tabela 11. - Secção 02.

SEC 11	Pop. Res. T.	H	M	Famílias	Alojamentos	Edifícios
2	762	385	377	268	343	323

Figura 16 - Secção 03



Secção 03 - Casinos, Monte Redondo, Valito, Aroeira.

Tabela 12 - Secção 03.

SEC 11	Pop. Res.T.	H	M	Famílias	Alojamentos	Edifícios
3	732	356	376	293	389	332

Figura 17 - Secção 04.

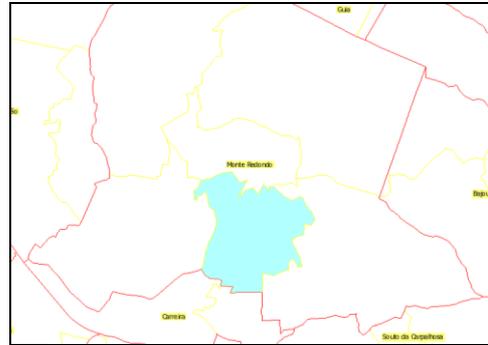


Secção 4 - Sismaria, Aroeira.

Tabela 13 - Secção 04.

SEC 11	Pop. Res. T.	H	M	Famílias	Alojamentos	Edifícios
4	683	338	345	235	339	331

Figura 18 - Secção 05



Brenha, Lezíria, Montijos, Matos, Lavegadas.

Tabela 14 - Secção 05.

SEC11	Pop. Res. T.	H	M	Famílias	Alojamentos	Edifícios
5	785	388	397	277	379	347

Figura 19 - Secção 06



Lavegadas, Pinheiro, Graveto, Lage, Casal Novo, Marinha do Engenho.

Tabela 15 - Secção 06.

SEC11	Pop. Res. T.	H	M	Famílias	Alojamentos	Edifícios
6	762	380	382	264	369	365

Assinalámos o resumo das diferentes situações demográficas definidas pelas Secções de recolha de informação estatística (BGRI

2011)⁶⁴ as quais, embora agrupando diversos lugares, permitem a construção de retratos territoriais de ramos, considerados pela Paróquia e pela Junta de Freguesia, mas agrupados pelo INE de modo diferente.

Os dados do censo de 2011 registam os seguintes dados de interesse:

Tabela 16. - Freguesia de Monte Redondo – 2011.

	Popul. Total	H	M	Alojam. Total	Alojam. Clas.	Famílias Clas.	Nucleos Fam.	Total Edif.
Mte Red.	4398	2178	2220	2175	2172	1584	1347	2048

Os diversos ramos ou secções consideradas pelo I.N.E., refletem a extensão deste território, da sua paróquia e freguesia, que em vários momentos da sua história soube agregar esforços e convergência de interesses no sentido de eternizar a memória coletiva deste povo e das suas gentes. Disso serve de referência o monumento aos mortos da grande guerra, cuja construção decidida em sede da Junta de Freguesia em 11 de fevereiro de 1925⁶⁵, evoca os soldados portugueses mortos na guerra de França, como ficou recordada entre o povo, “por ter sido sobretudo neste país, que combateram os nossos soldados, tendo por lá ficado um bom número deles, dando a vida por uma Europa que hoje, mais do que nunca, quer ser indestrutível” (“Souto”, 1989 – Suplemento: Monte Redondo 400 anos”. O referido monumento, construído sobre um soco de pedra da região, tem como elemento principal uma coluna cilíndrica em cantaria mole, rematada pelo escudo nacional em quatro faces, encimado por uma cruz e esfera da mesma natureza.



Montijos

O lugar dos Montijos, a meio-dia da Vila, situa-se ao nível da cota dos 40 metros, em sítio plano e arenoso, junto às elevações topográficas formadas pelo processo de diapirismo que afetou esta parte da Orla

64 Esta metodologia de construção do Sistema de Informação geográfica, permite a análise e o tratamento de diversos dados ou camadas de informação recolhida pelo I.N.E.

65 Escreve o suplemento do jornal, “Souto”, dedicado aos 400 anos da freguesia de Monte Redondo (julho de 1989) composição: Presidente: José Soares da Silva; Vogais: Manuel Gomes de Carvalho J., José Duarte, João José Venância e secretário: Albano Alves Pereira.

Sedimentar portuguesa. A sua designação anda por isso associado à topografia do terreno ou seja ao aparecimento de pequena elevação ou cabeço - “cume arredondado” que Silva (1949) descreve como sendo um “montículo em forma de pirâmide”, o que na verdade se confirma através de outras pequenas elevações que partilham a mesma formação geológica.

Sobre uma superfície plana, de cotas médias pouco acima dos 40 metros e numa área restrita, emergem diversos montículos ou formações rochosas de natureza ígnea, alinhadas e de baixa altitude: o Cabeço, com altitude máxima de 90 metros; o monte que foi destruído pelas Pedreiras de Monte Redondo cujo levantamento topográfico revelado na Carta Militar⁶⁶ regista a cota máxima de 52 metros de altitude; o cabeço anexo, a sul deste, propriedade dos herdeiros do Sr. José André e o cerro junto ao campo de futebol da Carreira – Esteireiro, com a cota máxima próxima dos 40 metros de altitude - no Cabeço dos Leais (parcialmente destruído) com uma cota máxima de 47 metros de altitude. No seu conjunto estas elevações deram o nome aos ‘Montijos’.

A proximidade de ambos faz supor esta afiliação sendo que, em cartas mais antigas, a topografia desta área aparece designada por Monte Arcado e Redondos. Em nosso entender tal tem uma justificação que se deve ao facto de próximo do Cabeço, ter existido uma elevação de menores dimensões a qual foi destruída por ação da exploração dos gabros e dioritos que deram nome às pedreiras de Monte Redondo. Até à consolidação do nome do casal esta área mais distante, se comparada com a topografia dominante de planura e das baixas integradas nos campos do Lis, justifica as designações atribuídas ao território ocupado pelos pequenos montes, de constituição idêntica ao Cabeço, local de referência aos antigos povoadores.

De acordo com relatos antigos no cimo desta elevação, destruída pela exploração da pedra, existiu uma pequena ermida, da qual não temos outras referências a não ser a afirmação popular de que a mesma deveria ter sido reconstruída, pelos donos, noutra local, o que não aconteceu. Contudo dada a proximidade deste lugar da Quinta, será que podemos entender a descrição de “O Couseiro” (1868, 195) sobre a existência de uma ermida na “quinta de D. Diogo Pimentel, da invocação de N^a Sr^a das Mercês”, como podendo corresponder a essa referência antiga? Ficamos a dúvida tanto mais que a imagem da capela que em tempo consultámos teria sido dedicada a outro Santo (?).

66 Serviços Cartográficos do Exército: Lisboa, 1947 (Folha nº 273 – Monte Redondo)

A população do lugar aumento entre 2001 e 2011 passando de 319 moradores na primeira data para 319 no último censo.



Morganiças

O lugar das Morganiças, a norte da povoação de Ervideira, em local arenoso e de cota acima dos 60 metros de altitude evoca a sua origem sedimentar, proveniente da acumulação de areias de duna que ao longo de séculos contribuíram para o afastamento progressivo da linha de costa atual. Este processo de sedimentação eólica atuou conjuntamente com os movimentos eustáticos responsáveis pela variação progressiva do nível médio das águas do mar e pela formação do cordão arenoso litoral, arborizado ao longo de gerações que permitiram a florestação da Mata do Urso, continuação para norte do Pinhal de Leiria.

A designação de Morganiças⁶⁷ sugere estarmos na presença de mais um Fitotopónimo dos muitos que existem nesta área. Quando a exploração do pinhal, constituía uma das ocupações dominantes da população estabelecida nos areais do Grou, perto do Pinhal da Universidade de Coimbra, e à designação de morganiça, pequena urze, de tipo infestante, reconhecida pela cor vermelha escura das suas flores e pela sua utilização pelas abelhas, para fabrico de mel. A limpeza dos pinhais incluía desbastar estas plantas assim designadas e outras formações arbustivas que impedem o crescimento dos pinheiros mais pequenos.

Consultando o “Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa” (XVIII, 8044-8045), o mesmo remete-nos para a designação de “magriça” ou seja (op. cit., XII, 5188), “arbusto (*culluna vulgaris*) da fam. das ericáceas, nativo da Europa e da Ásia menor (...) de folhas decussadas e flores em racemos, cultivado como ornamental, com vários cultivares, como melífero, esp. para o licor de uísque, como medicinal, etc. Sin. de mongariça, urze ordinária...”. Esta povoação faz parte da constelação de lugares do Grou (conjuntamente como Casal dos Secos), designações que atestam as condições naturais de grande hostilidade enfrentadas pelos antigos colonos. Está repartida administrativamente pelas

67 O autor agradece ao Sr. Dr. Manuel Ferreira Teixeira as informações relacionadas com este assunto.

freguesias de Monte Redondo e Coimbrão, situando-se na sua maior totalidade nesta última.

A população do lugar, que em 2001 ascendia a 195 moradores, foi contabilizada em 37 habitantes em 2011 e os residentes em Casal dos Secos, em 25 indivíduos.



Motor Clube de Monte Redondo⁶⁸

Como se regista no site da J. F. Monte Redondo⁶⁹, o “Motor Clube de Monte Redondo” foi criado em dezembro de 1974, destinado ao desporto motorizado. Contudo, não muito tempo depois, a direção sentiu a necessidade de disponibilizar outras atividades que pudessem levar mais longe o nome da nossa localidade. Foi assim que o futebol apareceu na vida do Motor Clube, tornando-se desde então na pedra angular desta associação, que apesar disso continua a promover outras modalidades e eventos variados. Tem sede em Monte Redondo.

A evolução desta coletividade depois da extinção da F.N.A.T. e do Grupo Desportivo – CAT - ligado à antiga firma “Manuel Gomes de Carvalho Lta”, atesta a capacidade de uma nova geração de habitantes que conseguiram dar continuidade à prática do Desporto-Rei e de tomar consciência da necessidade de outras iniciativas levadas a cabo periodicamente no recinto desportivo ocupado pelo Motor-Clube. Acolhendo algumas centenas de sócios, esta associação tem presente a construção de um novo recinto no Parque Desportivo D. Marquinhos Silva, cujo terreno foi doado pelo seu herdeiro, Dr. Augusto Mota.



Museu do Casal de Monte Redondo⁷⁰

O Museu de Monte Redondo surge como uma iniciativa da “Associação de Defesa do Património Cultural de Monte Redondo”⁷¹,

68 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, em 7SET11

69 In: [http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=Motor Clube](http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia=Motor%20Clube), em 10NOV11

70 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, em 7SET11

fundada em junho de 1982. Tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento da comunidade, recolher, preservar e valorizar o património cultural e promover um conhecimento mais aprofundado de toda a área do antigo casal de Monte Redondo. O edifício foi construído em terreno cedido em direito de superfície por parte da Assembleia da Freguesia de M. R. e o processo de candidatura a financiamento foi apresentado à antiga Direção Geral de Equipamento Regional e Urbano, para efeito da edificação do núcleo central e da biblioteca.

Na atualidade tem nas suas instalações, abertas ao público, uma biblioteca pública e uma sala de exposições, por onde já passaram várias coleções como a que foi dedicada ao pinhal, aos seus utensílios e atividades. Na atualidade tem aberta uma exposição fotográfica promovendo a valorização das profissões. No exterior tem exposto um lagar de vara, cedido pela família Duarte, da Sismaria⁷² e um forno de pez, reconstruído segundo os métodos tradicionais. Completa este acervo externo, uma réplica da Torre Eiffel – homenagem aos emigrantes – oferecida pelo Motor Club de Monte Redondo.

Nas suas instalações têm tido lugar diversos cursos de formação, particularmente na área da informática. Colabora com o I.E.F.P. no âmbito da criação de empresas e apoio ao artesanato local. Tem também promovido a realização de estudos locais no âmbito da sociologia, urbanismo, arquitetura e etnografia. Organiza ainda exposições e circuitos ecomuseológicos.

Do acervo museológico fazem parte diversos materiais, nomeadamente a oficina de cronheiro, constituído por diversas ferramentas para a produção de cronhas de armas, pertença dos herdeiros do Sr. José dos Santos. Dispõe ainda de diversas peças relacionadas com a faina rural, o trabalho no pinhal, as lides domésticas e outras, oferecidas pelos habitantes locais num processo de recolha de inventariação conduzido pelo professor Mário Moutinho.

Os trabalhos de investigação desenvolvidos ao longo do tempo deram origem a diversas publicações regulares, de que se destacam: “Cadernos de Património” e “Meridies – revista de antropologia e sociologia rural da Europa do sul” (vinte volumes publicados). Faz ainda parte do Museu, a biblioteca digital, Emigrateca⁷³, que constitui um

71 Fundadores: Mário Moutinho, João Moital, Manuela Carrasco e Jorge Arroiteia.

72 Herdeiros de Manuel Duarte, da Sismaria.

73 Ver: <http://emigratecaportuguesa.wordpress.com/> ou: <http://www.museumonteredondo.net/>

O acervo bibliográfico fea parte das fontes de investigação reunidas pelo autor.

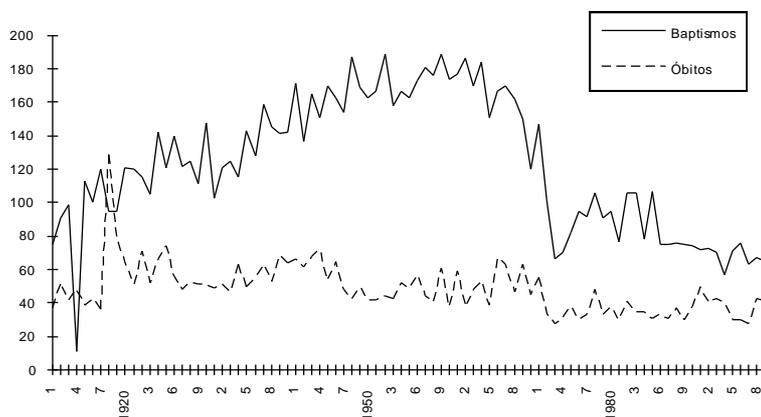
repositório de estudos e artigos relacionados com a emigração portuguesa, no seu contexto nacional e europeu.



Nascimentos e óbitos

O estado de uma população depende, em qualquer momento, da variação conjunta dos movimentos naturais (natalidade e mortalidade) e dos movimentos migratórios (emigração e imigração). Por isso importa atender à importância de cada uma destas variáveis microdemográficas, em particular as que dizem respeito aos nascimentos e aos óbitos, de cuja variação depende o movimento natural (ou crescimento natural) da população. Os dados disponíveis relacionados com o crescimento natural (natalidade e mortalidade) são, desde a criação do sistema estatístico nacional, objeto de registo e de divulgação através de publicações próprias, designadas por “Estatísticas Demográficas”, publicadas anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística. Para anos anteriores a esta publicação estes elementos podem ser consultados nos livros de registo de nascimentos e de óbitos, disponíveis na Conservatória de Registo Civil de Leiria.

Figura 20 - Paróquia de Monte Redondo: movimento de Batismos e de Óbitos (1911-1999)



O manuseamento destes documentos torna-se algo difícil por incluírem todos os registos a nível do concelho e não discriminados por freguesia. Esta razão sugeriu-nos que, correndo embora o risco de não contemplar todos os casos (pelo facto de não aceitarem o batismo católico ou de o poderem realizar noutra local), de recorrer aos

“Registos Paroquiais” de Batismos e de Óbitos (período de 1911 a 1999), gentilmente disponibilizados pelo Rev.º. Pároco da freguesia, existentes no Cartório Paroquial de Monte Redondo.

Estes elementos permitem-nos construir uma imagem mais clara do crescimento natural (ou movimento natural) desta população, obtido pela diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos registados na Paróquia. Contudo dada a ausência de outros dados relativos às saídas para o estrangeiro (emigração) ou à fixação de novos habitantes oriundos do estrangeiro (imigração) ou de outras partes do território (migrações internas), não nos é possível estabelecer com detalhe o crescimento migratório, ou movimento migratório desta freguesia. Ensaíamos, mesmo assim, uma análise dos processos de Batismos registados durante a década de noventa na Paróquia, apreciando a naturalidade dos pais e o local de residência das famílias que aqui batizaram os seus descendentes. Por se tornar bastante moroso combinar estas informações com as datas de casamento (ou mesmo a falta de indicação precisa sobre o local e a data da sua realização), desistimos do cálculo dos referidos movimentos migratórios.

A figura anterior regista a evolução destas variáveis microdemográficas, permitindo globalmente afirmar a existência de um crescimento natural (ou saldo fisiológico) positivo, devido à ocorrência de um maior nº de nascimentos sobre o nº. de óbitos. Este foi o comportamento natural da paróquia à exceção, apenas, do ano 1918 quando, em consequência da gripe pneumónica, o total de mortes ultrapassou o número de batismos.

Outras observações permitem afirmar:

➤ O total de batismos registados na paróquia foi sempre crescentemente elevado até ao começo dos anos sessenta, decaindo gradualmente desde então. Esta foi uma primeira consequência da emigração que desde então aumentou em toda a freguesia;

➤ A redução do nº. de batismos decaiu consideravelmente até ao início dos anos setenta, facto que acompanhou a intensificação da emigração e, depois de 1971, e o desmembramento desta paróquia devido à criação da nova freguesia e paróquia da Bajouca;

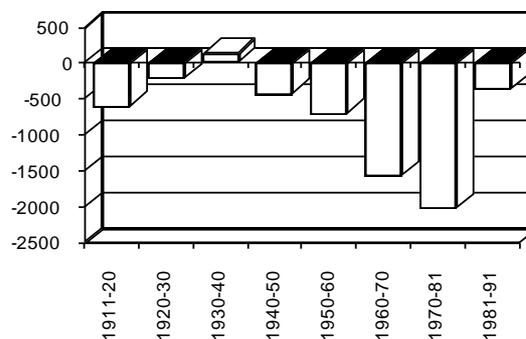
➤ Desde esta data a evolução do total de batismos registados na paróquia de Monte Redondo parece acompanhar a tendência geral de declínio da natalidade registada nos últimos anos no nosso país. Igualmente pode comprovar variações significativas ao nível das práticas religiosas dos habitantes da freguesia.

Para melhor compreensão da situação demográfica no concelho e distrito de Leiria, esta deveria ser comparada com os dados da

natalidade, mortalidade, fecundidade geral e mortalidade infantil registadas no Continente em diversas datas. A evolução do total de óbitos, a sua redução progressiva acompanha a tendência de redução da mortalidade geral registada na sociedade portuguesa e o envelhecimento que a caracteriza. A dinâmica populacional é determinada pela variação conjunta do crescimento natural e do crescimento migratório. Conhecendo em detalhe cada uma destas variáveis é possível apreciar a concordância entre os diversos dados disponíveis e apreciar a qualidade dos dados demográficos dos recenseamentos da população (Nazareth, 1988, 192). O método sugerido para o cálculo da equação de concordância: $P_{x+n} = P_x + (N-O) + (I-E)$ permite conhecer o crescimento da população entre os recenseamentos da população. Neste caso: crescimento entre os recenseamentos = crescimento natural (n : nascimentos e o : óbitos) + crescimento migratório (e : emigração e i : imigração).

De acordo com Nazareth (1988, 193), “costuma chamar-se ao segundo termo da equação (...) o nome de “população esperada”, a qual “provém do facto de se esperar que ao se juntar à população inicial os movimentos natural e migratório, se encontre a população recenseada em $x+n$ “. Embora sem considerar os valores das migrações ensaiámos o cálculo da população esperada tendo apenas em consideração os dados referidos nos recenseamentos do INE e o movimento natural obtido através do registo de batismos e de óbitos durante os diversos períodos intercensitários ou seja entre os anos de 1911 e 1990.

Figura 21 - Monte Redondo: crescimento da população (1911-1990)



Nota: Método da “população esperada” (adapt.)

Com as limitações que lhe reconhecemos o seu cálculo permite avaliar o significado da evolução demográfica na paróquia, valor que a simples apreciação do crescimento intercensitário não facilitaria. Neste caso comparando a variação da população entre os recenseamentos com os dados da população esperada, obtida pela simples diferença entre os

óbitos e os nascimentos, adicionada à população residente na freguesia na data do primeiro recenseamento, ficamos com uma noção das perdas e dos ganhos da população na freguesia. Globalmente constata-se que desde 1911 e até 1990 a freguesia de Monte Redondo, apesar da variação em regra positiva da sua população residente, foi perdendo um número sucessivamente elevado de habitantes. As maiores perdas registaram-se entre 1960 e 1970 e entre 1970 e 1981, causadas pela mobilidade humana e criação da nova unidade administrativa da freguesia da Bajouca.

Pelo contrário o único período em que se registou um ganho significativo de população corresponde ao período de 1930 a 1940, facto que acompanhou o dinamismo económico e social assinalado em todo o concelho de Leiria. Localmente a fixação da população residente e a atração de novos habitantes está relacionada com o crescimento da atividade empresarial e com o conjunto de melhoramentos então inaugurados. Tal significa que, durante este período, a freguesia de Monte Redondo foi capaz não só de fixar a sua população residente, mas também de atrair novos habitantes oriundos de outras áreas do território. Note-se que este fenómeno ocorreu num período posterior ao da recessão económica dos anos trinta e em plena evolução do segundo conflito armado. Daí que, estando quase encerradas as portas da emigração e devido aos conflitos igualmente verificados no país vizinho, as saídas para o exterior permaneciam fechadas. Assim as oportunidades de emprego geradas pela indústria local e pela agricultura de subsistência foram capazes de fixar a população autóctone e de atrair novos moradores.

A evolução económica e social registada no município de Leiria e no país tem vindo a influenciar a evolução próxima da freguesia e lugar, bem como a determinar a variação demográfica recente, que continua a mostrar os efeitos da atração populacional.



Notícias de Monte Redondo

Publicação periódica da Junta de Freguesia de Monte Redondo, iniciada em maio de 2010 e destinada a divulgar as informações de interesse ao munícipe, bem como as atividades desenvolvidas por esta autarquia e associações. A sua elaboração conta com a colaboração de diversas entidades institucionais locais, bem como de colunistas que

tratam de assuntos diversos de interesse para o público e monteredondenses, no país e no estrangeiro. No seu desenvolvimento tem vindo a publicar entrevistas especializadas e publicidade relacionada com os principais eventos culturais, desportivos e outros realizados na freguesia, funcionando como exemplo da primeiro órgão de comunicação, com carácter regular, editado na freguesia.

Do site da Junta de freguesia, retiramos o seguinte propósito: “O Noticias de Monte Redondo destina esta página da sua periódica publicação à iniciativa dos leitores que se proponham remeter-nos assuntos relacionados com o vasto tema dos direitos de cidadania em geral e em especial no âmbito dos direitos, liberdades e garantias.” (<http://www.jfmonteredondo.pt/>)



Oragos, Capelas e Irmandades

O registo de diferentes oragos na paróquia-mãe e nas pequenas capelas e ermidas que fazem parte da mesma unidade paroquial, pode servir de referência ao conhecimento mais aprofundado das origens desses povoados e da filiação religiosa dos seus devotos que ao dedicarem o templo a um padroeiro, passam a confiar-lhe as suas preces como sinal de confiança na sua proteção divina. E na área da antiga paróquia de Monte Redondo encontramos vários exemplos de um Santoral religioso que confirma a diversidade de santos que são venerados em datas festivas na área do território consagrado à antiga padroeira de Nossa Senhora da Piedade do Monte Redondo.

De acordo com "O Couseiro" (1868, 195), o termo Monte Redondo à data da sua redação, por volta de 1657, não seria muito povoado pois contava apenas com as ermidas de Santo Aleixo e de N^a. Sr^a. das Mercês. Tal como se verá através dos demais oragos das capelas o culto Mariano assume, desde longa data, uma grande importância nesta paróquia e na sua sede. O Santoral religioso da Igreja Matriz inclui outros cultos a N^a Sr^a. do Rosário, a N^a. Sr^a. da Luz e a N^a. Sr^a. de Fátima o que parece fazer transparecer a influência remota do culto mariano em terras pertencentes ao mosteiro cisterciense de Alcobaça, como é o caso dos casais desta área. Contudo, em lugar próximo, na Bajouca, a construção da capela, em 1712, da invocação a este santo romano, padroeiro dos mendigos, parece testemunhar uma influência cultural mais antiga: a do santo de origem latina do século IV. Do ponto de vista geográfico tal

parece reforçar a presença dos cidadãos de Roma nesta área e a influência que aqui deixaram na organização do espaço, na estrutura e exploração da terra, na forma de governo local, no trabalho do barro.

A edificação, em data próxima àquela, da capela da Sismaria - lugar que recorda sítios ermos e despovoados e em pousio (“O Mensageiro”, 24AGO1972), em “terreno amplo e alegre – para um lado os campos do Lis, para outro o recorte de pinheirais”, ficou situada num pequeno alteamento ou montículo de natureza sedimentar. Distingue-se este templo pela “torre esbelta, com cúpula barroca, com sino e relógio, largo areinho e coreto” (loc. cit.). Data a mesma de 1896, restaurada em 1950, onde existem duas imagens veneradas: a da padroeira e a de Santo António, em cuja honra se realiza a festa anual marcada essencialmente pela venda dos enchidos fabricados na região.

A devoção a Nossa Senhora do Amparo é particularmente celebrada na capela da Sismaria. A mãe de Jesus e protetora dos fiéis que recorrem ao seu cuidado, foi a invocação que melhor se adaptou à situação dos que tinham de cuidar dos sesmos, no limite da paróquia mãe a qual, apesar da proximidade física, acarretava em épocas de cheias, as maiores dificuldades no atravessamento do rio da Aroeira e dos campos encharcados desses terrenos por via da proximidade dos campos do Lis.

Quanto aos outros templos existentes nesta freguesia, destacamos a capela do Casal Novo e a Capela de Fonte Cova. A primeira - Casal Novo -, é da invocação do Senhor Jesus das Almas e da N^a. Sr^a. da Boa Morte. A junção dos dois oragos deve-se à transferência para a Capela local do culto praticado numa antiga capela do Graveto, situada na Quinta da família do Pe. Manuel António da Conceição⁷⁴, que fez transferir a referida imagem para o edifício mais próximo, neste lugar. A construção próxima das capelas, na sua forma definitiva remonta ao início do século XX. Já depois de 1902, a Capela do Casal Novo foi reedificada em novo lugar.

Tomando o exemplo de outras paróquias, nomeadamente a de lugar mais distante de Alcanena⁷⁵, a veneração ao Senhor Jesus das Almas anda associada à irmandade do mesmo nome com a responsabilidade de tratar do funeral religioso dos Irmãos e fiéis devotos. Por sua vez, a Capela de Fonte Cova, da invocação da N^a. Sr^a. da Conceição (1923) evoca uma antiga devoção dos cristãos pela Imaculada Conceição, já do tempo da Reconquista e Condestável do Reino, D. Nuno Álvares

74 Pároco de M. R., entre 1896 e 1905 e entre 1920 e 1935, antecedendo o Pe. M. Carmo Góis

75 In: http://www.jfalconena.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=345&Itemid=158, em 14NOV11

Pereira. Recorde-se ainda a escolha feita por D. João IV, da dinastia de Bragança, em 1646, ao proceder à sua proclamação como Padroeira do Reino de Portugal, consagrando-lhe o santuário de Vila Viçosa. Aqui terá sido depositada a imagem anteriormente oferecida por D. Nuno Álvares Pereira à Igreja de N^a. Sr^a. do Castelo da mesma localidade, como sinal da sua devoção a Maria.

Quanto a esta devoção em Fonte Cova recorreremos a uma notícia do semanário “O Mensageiro” (24AGO1972), baseado em relatos de Júlio L. Curado e Silva e V. Manuel: “Estava-se no ano de 1918. Os habitantes do lugar andavam aterrorizados, sofrendo a febre pneumónica que grassava devastadora. Nasceu nestas circunstâncias a ideia da edificação de uma capela, onde o povo se reunisse em oração para pedir a Deus e à Virgem o fim de tão terrível flagelo. Para padroeiro da nova capela, depois de algumas hesitações na escolha, foi preferida a Senhora da Conceição que não era venerada em nenhuma capela das redondezas”. A sua conclusão arrastou-se por vários anos. Contudo o contributo dos paroquianos permitiu em data próxima a construção de um conjunto de benfeitorias que enriquecem este centro de culto.

Bem perto deste lugar, embora em território mais árido e arenoso, no Grou, situa-se uma outra Capela, da invocação da N^a. Sr^a. da Boa Viagem. A invocação a N^a. Sr^a. da Boa Viagem, comum a várias localidades do litoral e a atividades piscatórias, como sucede em Ericeira, anda por isso associada à mobilidade humana e a ocupações mais remotas dos cuidadores do Pinhal da Universidade e charnequeiros deste lugar. Diz o referido jornal (loc. cit.) que esta capela “tinha uma pequena imagem da Senhora da Conceição, mas nenhum culto ali Lhe era prestado”, o que ajudou a que na capela vizinha, de Fonte Cova, a Senhora da Conceição “podia ser condignamente venerada”. Como foi notado o culto Mariano na Paróquia é realçado pela sintonia entre os oragos principais da Igreja Matriz e das quatro capelas de culto existentes nesta área, bem como pelas Irmandades e Movimentos religiosos atualmente existentes. Trata-se de um traço comum da religiosidade popular nesta área de colonização medieva e sob a influência do Cabido de Leiria e dos Frades Bernardos de Alcobaça.

No decurso do tempo outras ermidas desapareceram tais como uma de invocação a Santo Aleixo, perda que poderá estar associada à mobilidade do Santo para o lugar próximo da Bajouca, como o refere a tradição oral. O mesmo aconteceu à ermida edificada na quinta de D. Diogo Pimentel, da invocação de N^a. Sr^a. das Mercês, a qual se deve à transmissão e fragmentação dos bens da família e da própria exploração

rural e ao reforço dos sentimentos religiosos dos fregueses em torno de outros oragos em ermidas públicas.

Destacamos ainda a Capela da Ervedeira, de invocação a S. Thiago, construída em 1672. Eventualmente o templo primitivo terá sido erguido em 1609 (?) e só na década de setenta desse século foi transferido para o local onde hoje se encontra, afastando-o, então, da proximidade do mar onde se situava a antiga povoação. Tal facto abona a favor de uma ocupação humana mais antiga, da Idade Média ou anterior, muito próximo do mar, bem como as transformações sofridas pelos terrenos do litoral à medida que se foram drenando e consolidando as suas dunas.

Na vida religiosa da Paróquia contam-se diversas Irmandades e Movimentos religiosos. Estes são associações de fiéis, fregueses ou paroquianos, reunidos sob a égide de uma personagem incluída na Santoral religioso, prosseguem fins de apostolado junto dos Irmãos e dos fiéis da mesma comunidade, na dependência direta do Pároco. Complementarmente, têm os seus membros o dever de sufragar as almas dos irmãos falecidos, assumindo ainda o dever cristão de partilhar os bens com os mais necessitados. Quando da admissão, para além de ser apreciado o cumprimento dos deveres religiosos, cada irmão ou benfeitor assume deveres específicos que os obriga ao pagamento das respetivas quotas, ao comportamento exemplar, a participar em reuniões da Irmandade e a desempenhar tarefas que sejam estabelecidas pela respetiva mesa. As regras de funcionamento, aceites pelo Pároco, foram aprovadas pelo Bispo da Diocese.

Cada um dos lugares ou em casos de maior dimensão, o Zelador é fundamental para dinamizar as ações de apostolado e de animação do movimento em celebrações do ano litúrgico ou em épocas festivas quando a Irmandade ou o Movimento é chamado a participar. Ao Zelador compete convocar reuniões periódicas, em regra mensais e proceder à recolha anual do pagamento das quotas. Compete-lhe ainda informar do falecimento de algum associado que tem direito à celebração de três missas em sua memória.

Das Irmandades existentes, destacamos:

➤ “Irmandade do Sagrado Coração de Jesus”, fundada na Paróquia nos finais do século XIX e que está ligada ao Movimento do Apostolado da Oração. Trata-se de uma das Irmandades mais antigas, que reunia um grande número de fiéis e a quem competia animar a vida religiosa da comunidade e ilustrar, através do exemplo e boas obras, a presença dos católicos na sociedade. Quando das procissões ou mesmo em certos atos religiosos, ocupavam lugares especialmente reservados e

ostentavam medalhas e fitas vermelhas que distinguiam as Irmãs desta associação, das demais. É a que regista um maior número de irmãos e de Zeladores ao nível da paróquia e dos seus lugares, num total de quase seis dezenas;

➤ “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, também com larga expressão na Paróquia e com menos de três dezenas de Zeladores. Trata-se de uma irmandade difundida pelos Dominicanos em Portugal, depois da sua fundação no início do século XV, na Alemanha e que os missionários portugueses divulgaram em várias partes do mundo. Em algumas paróquias portuguesas a devoção a N^a. Sr^a. do Rosário anda associada ao Senhor Jesus dos Passos da Santa Via Sacra, tendo os seus devotos particulares obrigações no decurso das cerimónias religiosas da Semana Santa e da Páscoa;

➤ “Irmandade do Santíssimo Sacramento”, com menos participação atual de fiéis. A sua missão é a de fomentar o culto ao Santíssimo Sacramento e a vida religiosa dos irmãos, responsabilidades que são repartidas pelos associados das demais irmandades existentes na Paróquia;

➤ “Irmandade das Almas”, também bastante antiga e outrora com maior número de aderentes, em particular de homens, a quem cabia vestir as Opas no decurso dos funerais dos paroquianos. A sua criação teve como fim principal o de sufragar as almas do Purgatório, em datas evocativas da morte de cada um dos Irmãos, através de um conjunto de orações e de Missas. Tem menor participação de fiéis e dispõe de uma dezena de Zeladores.

Além das Irmandades, destacam-se os movimentos religiosos:

➤ “Movimento dos Cruzados de Fátima”⁷⁶, fundado pelo Episcopado português em 1934, com a designação de “Pia União dos Cruzados de Fátima” que assume, desde o seu início, a missão de fazer conhecer a Mensagem de Fátima. Era constituído por crianças e adolescentes a quem cabia integrar em cortejo as procissões religiosas, vestindo de branco as meninas e os rapazes levando consigo, tal como as raparigas - uma faixa branca, adornada com a Cruz de Cristo, em vermelho. Com a evolução do culto Mariano este movimento religioso deu lugar, a partir de 1994, ao “Movimento da Mensagem de Fátima” o qual assume como lema: “ser cristão no seu mundo e em Igreja”;

➤ “Movimento da Legião de Maria”, constituído por adultos que integram este movimento de leigos “que se propõem fazer da fé a aspiração da própria vida, para conseguirem a santificação pessoal”

76 In: <http://www.santuario-fatima.pt/portal/index.php?id=1535>, em 10NOV2011

(João Paulo II). É um movimento oriundo da Irlanda, criado em 1921 por ocasião da Natividade de Nossa Senhora, com várias ações no campo do apostolado. Os membros auxiliares residentes na Paróquia de Monte Redondo integram, com algumas freguesias vizinhas, o mesmo “Praesidium” deste movimento.

➤ “Movimento dos Cursos de Cristandade”⁷⁷, para homens e mulheres, com cerca de meio século de existência no país e em atividade na Paróquia há décadas. Como os demais movimentos, articula a sua atividade com o Pároco e o Bispo da Diocese, cabendo-lhe a missão de contribuir para o “aumento da atividade apostólica da Igreja”⁷⁸ no país.

➤ “Ação Católica Portuguesa” (A.C.P.)⁷⁹ movimento católico que teve uma larga expressão na Paróquia desde a sua criação, em 1933, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira. Na sede da Paróquia, a A.C.P. tinha apenas um ramo: a “Ação Católica Rural”, com duas secções: feminina e masculina. Fomenta a participação dos leigos na vida religiosa da paróquia através da Juventude Católica Masculina (JACM) e da Juventude Católica Feminina (JACF). A sua ação estendeu-se ainda às crianças e jovens, através da criação da Pré-JAC, cujas atividades estavam articuladas com as da Catequese.

➤ Em data próxima da anterior e correspondendo à expansão de movimentos ecuménicos, recorda-se a “Liga Eucarística dos Homens”⁸⁰. Tratou-se de um movimento religioso incentivado pelo Papa Pio XII, em 1942, destinado à população masculina e assumindo-se, tal como a Ação Católica Geral, como um «Movimento Eclesial de Leigos». Foi particularmente ativo na Paróquia no decurso da década de sessenta de Novecentos. Na atualidade este movimento está aberto a ambos os sexos e integra-se no “Movimento do Apostolado da Oração”.

Estes são os aspetos que importa assinalar e que ajudam a compreender alguns dos traços da vida social e comunitária da paróquia e da freguesia na sua relação com os diferentes lugares e populações que a habitam.



77 In: <http://mccportugal.blogspot.com/>, em 10NOV11

78 In: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?&id=82552>, em 10NOV11

79 In: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?pid=76012>, em 10NOV11

80 In: http://www.portal.ecclesia.pt/anuario/ficha_instituicao.asp?instituicaooid=3, em 10NOV11

Orografia e Geologia

O recurso à “Carta Geológica de Portugal” (Folha 23-A: Pombal), permite-nos conhecer melhor o território de Monte Redondo, que se estende ao longo da zona arenosa adjacente à bacia hidrográfica do rio Lis, onde predominam as areias de duna e outros sedimentos quaternários e os vales dos cursos de água que a drenam. Localiza-se entre a bacia sedimentar do Lis e as Gândaras que cobrem as suas margens e se estendem para norte, através da antiga Charneca da Barranha, em direção ao rio Mondego.

Nesta faixa litoral encontramos marcas que assinalam a formação recente da linha de costa e a presença marinha que andou associada à evolução das dunas litorais e à formação de diversas lagoas, alimentadas também pelas reservas aquíferas ainda disponíveis. Entre estas destacam-se a lagoa da Ervideira e outras já cobertas de sedimentos, como é o caso da Lagoa dos Linhos (a norte do Pinhal do Urso), da Lagoa da Guia ou mesmo da Lagoa de Monte Redondo. Estes exemplos indiciam a evolução recente do cordão sedimentar litoral por ação dos ventos e das correntes marítimas que afetaram toda a costa, a norte e a sul do rio Mondego, entre o Lis e Vouga.

Ocupando uma área essencialmente dominada por rochas de natureza sedimentar, entrecortadas por outras formações geológicas, como acontece com o Cabeço de Monte Redondo, encontramos subjacentes a esta cobertura diferentes formações rochosas que comprovam uma história geológica muito rica. As formações mais antigas dominantes na área setentrional do Pinhal Litoral, dão-nos conta de um passado geológico remoto quando, em clima árido, se terá começado a desenvolver um golfo litoral que se estendia das imediações atuais do Sado, até ao Vouga (Teixeira, 1966, 139). Neste golfo depositaram-se os sedimentos responsáveis pela formação de margas e de calcários, alguns com intercalações de gesso com uma idade aproximada de 180 Milhões de anos, correspondentes ao Jurássico Inferior (Jurássico: um dos sistemas da Era Mesozoica). Alguns destes afloramentos podem ser encontrados nos arredores de Monte Redondo (em Fonte Cova e nas Cavadas), bem como próximo de Monte Real e do Souto da Carpalhosa, estando relacionados com os fenómenos de diapirismo local.

De realçar que o desenvolvimento do "complexo argilo-salífero" relacionado com a "tectónica diapírica" que aqui ocorre aflora em diversos locais, de Soure a Leiria, em Monte Redondo e em Monte Real e estende-se mais para sul, por S. Pedro de Muel, até Rio Maior. Próximo desta última povoação a exploração de sal-gema, mantida nos

dias de hoje, é feita a partir da água retirada dos poços situados no fundo do vale (Teixeira, 1966, 135). Trata-se de mais um testemunho do diapirismo litoral. Note-se que as formações geológicas mais antigas correspondem aos terrenos do Mesozoico português (Era Mesozoica ou Era Secundária, sucede à Era Paleozoica e antecede a Era Cenozóica). Os seus depósitos ladeiam o grande Maciço Hercínico (de idade anterior), bem representado no interior do continente português e também na sua parte meridional. Este maciço é constituído por rochas de natureza magmática, especialmente por granitos e por rochas metamorfizadas de tipo xistoso.

Os movimentos de transgressão marinha verificados durante o período Jurássico (entre os 180 Milhões de anos e os 135 Milhões de anos) foram, por sua vez, os responsáveis pelas formações sedimentares, sobretudo de natureza calcárea, que embora ligeiramente representados na freguesia de Monte Redondo, cobrem largas faixas do interior, entre Tomar e Coimbra. Nalguns casos estas formações são constituídas por "depósitos de fácies salobra, acompanhados por leitos de carvão lignitoso (cabo Mondego, Pombal, Porto de Mós, Leiria)" (op. cit., 144). Já os movimentos marinhos registados no período seguinte, durante o Cretácico (Cretácico: último período e sistema da Era Mesozoica) ou seja, entre os 135 Milhões de anos e os 75 Milhões de anos, deram origem a novos sedimentos calcáreos representados principalmente no Souto da Carpalhosa, no Pinheiro e na Ribeira da Bajouca. Estas formações geológicas surgem como testemunhos muito antigos, constituídas antes do desenvolvimento da tectónica diapírica que marca a paisagem desta área do litoral.

Precisando alguns aspetos da topografia local diremos que os afloramentos mais antigos de rochas sedimentares, de idade Terciária, representados por formações do Jurássico e do Cretácico, confirmam a existência de uma larga bacia de sedimentação representada pelos depósitos que cobrem as áreas circundantes de Redinha, de Pombal e de Vermoil e se prolongam mais para o interior pela serra do Sicó. Mas os traços mais salientes da morfologia são determinados pela existência dos referidos domos doleríticos e de rochas afins, responsáveis pelas maiores elevações que dominam a planície litoral, entrecortada pela bacia hidrográfica do rio Lis. Destas elevações as mais importantes estão cobertas pelo castelo de Leiria ou estão relacionadas com os acidentes geográficos que deram os nomes às freguesias de Monte Real e de Monte Redondo.

Vejam os outros aspetos relacionados com a história geológica desta região. Posteriormente à ocorrência dos fenómenos a que temos vindo a

fazer referência, a deposição de sedimentos nos períodos seguintes da Era Cenozóica ou Terciária (datada entre os 75 Milhões de anos e os 1,6 Milhões de anos), não aparece bem representada neste cenário. Em compensação são os depósitos sedimentares Quaternários, Plio-Plistocénicos (Pliocénico: sistema que representa a parte superior do Cenozóico superior; Plistocénico: sistema da Era Quaternária) indiferenciados, os que têm mais larga representação, a que se juntam os depósitos de aluvião existentes ao longo dos principais cursos de água.

Dos depósitos Plio-Plistocénicos (com idade inferior a 1,6 Milhões de anos), fazem parte alguns tufos calcáreos e, sobretudo, as formações arenosas de origem eólica que cobrem os terraços quaternários; as areias argilosas e as cascalheiras com elementos mal rolados; os arenitos com intercalações argilosas e muitas vezes com restos de vegetais fósseis, como se verifica no Barracão; os arenitos e as areias de seixos bem rolados "relacionados com o episódio transgressivo do final do Pliocénico ou do Calabriano" (Manuppella et al., 1978, 8).

De acordo com os autores da carta geológica que nos serve de base (Manuppella et al., 1978, 8), "o complexo citado forma uma série de planaltos recortados pelos principais vales da região" e cuja superfície corresponde ao topo do "depósito de acumulação", subindo suavemente de W para E., como se pode verificar através da topografia atual. Para C. Teixeira (1966, 157) esta topografia é o resultado da "regressão antropozóica (...) que não se realiza de uma só vez, mas se faz por avanços e recuos sucessivos, com paragens, de que restam depósitos e níveis de praia, dispostos em degrau até a linha de costa atual. Ao mesmo tempo, ao longo dos rios originam-se depósitos de terraço, às vezes extensos e espessos". Em consequência destes movimentos encontramos ainda bem representados na topografia atual diversos níveis de praias marinhas, formadas durante a Era Antropozóica (ou Era Quaternária, a mais moderna Era geológica, iniciada com o aparecimento do homem). Particularmente representadas a nascente, são as superfícies limitadas pelas cotas dos 130-200 metros que cobrem a parte interior da freguesia primitiva e datadas do Calabriano-Vilafranquiano.⁸¹

Para além destas formações, com idade aproximada de 1,3 Milhões de anos, encontramos ainda os níveis correspondentes às praias marinhas de idade inferior: do Siciliano I (Siciliano: andar do Quaternário) - entre 1,3 Milhões de anos e os 0,65 Milhões de anos - representadas pelas

81 Calabriano: andar correspondente à base da Era Antropozóica; Vilafranquiano: andar equivalente ao Calabriano.

cotas situadas entre os 80 e os 100 metros e do Milaziano (entre 0,65 Milhões de anos e os 0,35 Milhões de anos), com cotas entre os 56 e os 60 metros. Contudo, os níveis mais desenvolvidos são os das praias marinhas situadas entre os 30 e os 40 metros, correspondentes ao Tirreniano I (Tirreniano: andar do Quaternário) ou mesmo ao Tirreniano II, com cotas entre os 15 e os 20 metros, formados depois da glaciação do Riss (glaciação alpina quaternária). Este nível de erosão antecedeu a última glaciação do Wurm (glaciação alpina quaternária), que ocorreu há menos de 0,1 Milhões de anos e corresponde ao Paleolítico superior.

Os níveis acima referidos estão particularmente referenciados na folha da Carta Militar (nº 273 – Escala: 1/25000: Monte Redondo) onde se distingue, do litoral para o interior:

➤ O desenvolvimento de uma vasta área, de planície, com cotas inferiores aos 50 m de altitude, cortada de Norte a Sul pelos cursos de água tributários da bacia do Lis: ribeira de Fonte Cova, ribeira de Porto Longo e ribeira da Aroeira (rio Negro). Fazem igualmente parte desta superfície o vale da ribeira de Santo Aleixo, a Norte e o vale da ribeira da Carreira, a Sul;

➤ O desenvolvimento de uma superfície intermédia, com cotas entre os 50m e os 100m de altitude, que percorre longitudinalmente a parte interior da freguesia no seu contacto com as freguesias do Souto da Carpalhosa, da Bajouca e da Ilha;

➤ O desenvolvimento de uma superfície ainda mais interior, com cotas superiores aos 150m de altitude, que atravessando esta área no mesmo sentido longitudinal constitui-se como a espinha dorsal do relevo interior onde está escavado o vale da ribeira de Carnide, que corre no sentido: Sul-Norte, e é tributária da bacia hidrográfica do rio Mondego.

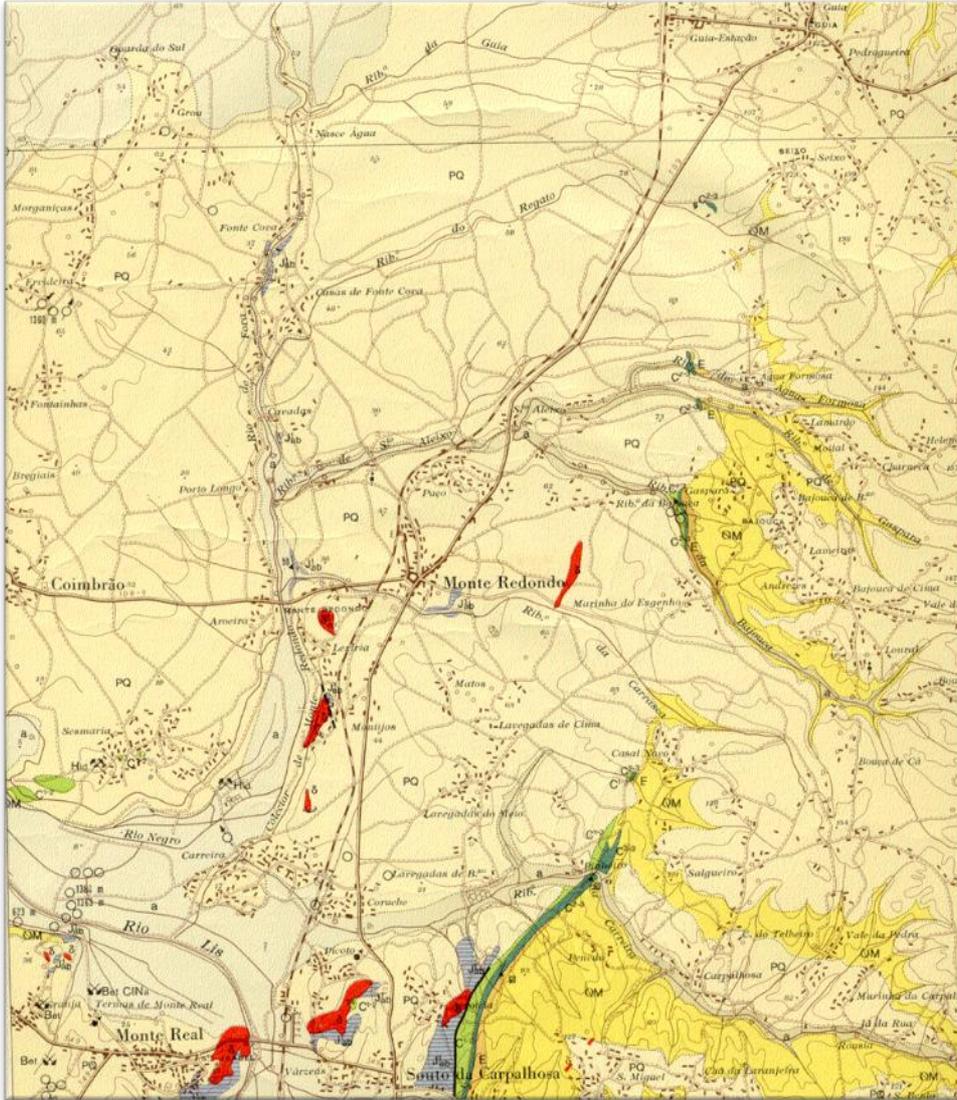
Esta topografia, associada à existência de antigas superfícies de erosão, pode ser contemplada na parte interior da Carta Militar dos Serviços Cartográficos do Exército (folha nº 273 - Monte Redondo) em torno de Stº. Ildefonso e de Estevães, respetivamente a 156m e a 137m de altitude, na parte Sul e Norte, da referida carta militar. A leitura deste mapa confirma as observações acima referidas, nomeadamente a existência dos patamares topográficos e os vestígios de terraços fluviais já referenciados. Parte destas superfícies estarão associadas ao nível do mar mais elevado que ocorria ainda no “Quaternário remoto, ou mesmo num Pliocénico tardio” (Dinis, 1999, 153), o que obrigava que a foz do rio Lis se situasse então numa situação mais oriental e mais a norte do que a atual.

Note-se que a fase de transgressão surgida nos tempos pós-glaciários, ou seja, depois da última glaciação do Wurm, está representada no litoral pelas praias marinhas com cotas da ordem dos 2 metros e correspondem à transgressão Flandriana (divisão do Quaternário, relacionada com a transgressão posterior à glaciação do Wurm). Esta transgressão ou seja, o avanço do mar sobre a superfície terrestre, é responsável pela elevação gradual do nível das águas do mar, sendo testemunhada na atualidade pelo "assoreamento progressivo das fozes dos nossos rios" (Teixeira, 1966, 157) e pelas alterações da linha de costa ocorridas nas últimas centúrias. A esta acção desenvolvida já no período pós-glaciário ou Holocénico (designação do Quaternário recente ou atual), deve juntar-se a ação da erosão talhada pelo mar nos relevos litorais, a sedimentação provocada pelas correntes marítimas, especialmente Norte-Sul e a sedimentação de areias de dunas que deram origem às elevações do litoral. São estes os principais responsáveis pela topografia dominante nesta parte do nosso território

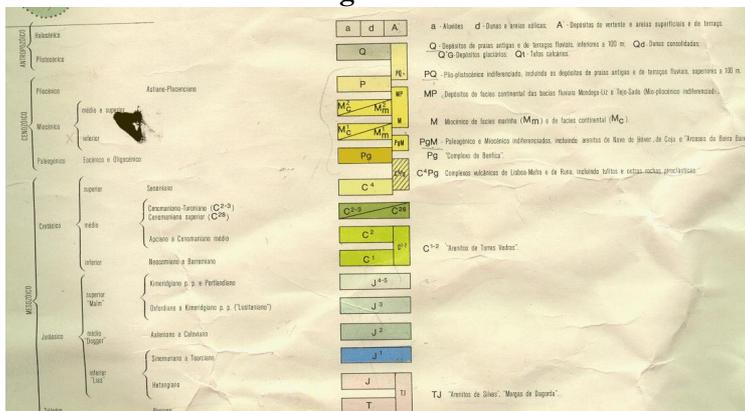
Dos depósitos de aluvião existentes, bem representados ao longo do vale do rio Lis e do rio de Carnide, são abundantes as formações de areia, de lodos e de cascalheiras, muitas vezes com conchas marinhas. Por sua vez as areias de duna cobrem as áreas mais litorais do Pinhal do Urso, entre a Lagoa dos Linhos, o Carriço, Nasce-Água e o Grou e prolongam-se para poente em direção ao Pedrógão e mais para sul por Vieira de Leiria. Todos eles fazem parte da unidade morfológica da Orla Sedimentar ocidental para a distinguir da mesma unidade morfogenética conhecida por Orla Sedimentar do sul ou do Algarve. De comum registam estas áreas litorais condições de navegabilidade e vestígios de antigos portos cuja existência está retratada em descrições históricas e na linha de vida de certas povoações ou em cartas de navegação rudimentares conhecidas por "portulanos".

A diferente natureza destes depósitos determina tipos de ocupação humana distintos: pesca, agricultura, silvicultura, comércio e veraneio. Com efeito, "enquanto as areias modernas nos dão um solo pobre e sêco onde vinga o pinheiro bravo, as do pliocénico, as antigas 'gândaras', vão sendo transformadas, ainda que com o labor do homem, nesses afamados campos de cultura que contribuem em muito para a riqueza da região de Alcobaça e Leiria" (Pinto, 1938.I, 82). Aqui predominam "retalhos de Pliocénico, de origem em parte marinha" e outras formações rochosas do Mesozoico e do Terciário inferior (Ribeiro et. al., 1995.I, 157).

Figura 22 - Carta Geológica de Portugal



Legenda



Para além destas formações “numa estreita faixa oriental, de orientação SSW, os espessos calcários e dolomitos do Jurássico formam largas abóbodas, a que correspondem montes abaulados” (loc. cit.), que estão bem identificados na topografia da região. Os calcários jurássicos são atravessados pelo vale do Lis e formam os acidentes mais relevantes do interior desta área, antes do seu contacto com as formações sedimentares litorais, de origem Quaternária. Na fachada litoral, há diversas colinas de pequena elevação e terrenos de duna atravessados, na sua parte central, pela planície de acumulação aluvial, preenchida pelos vales dos rios Lis e do Lena, bem como pelos seus afluentes.

Os dois cursos de água acompanham a gradual inclinação do terreno para ocidente ou então, atravessando-o de norte para sul, alimentam as suas bacias hidrográficas. No caso do Lis, a sua bacia hidrográfica está orientada inicialmente para Norte e na sua parte média-terminal, para ocidente. Para poente do fosso deste rio, o relevo é pouco acidentado coincidindo na sua essência com as formações quaternárias onde se encontram talhados alguns níveis de erosão cujas cotas raramente ultrapassam os 100 metros de altitude. Esta configuração está plasmada na Carta hipsométrica do concelho de Leiria contida na Revisão do Plano Diretor Municipal de Leiria (Vol. I, 11), de 2010. Essa imagem revela a presença de cotas de maior valor quer na parte ocidental à bacia hidrográfica do rio de Fora, como na parte interior da ribeira de Carnide onde se encontram as colinas sedimentares que antecedem o Maciço Calcáreo na parte interior-sul do concelho de Leiria.

São estes os aspetos realçados na carta hipsométrica do concelho de Leiria onde as diferenças de altitude acompanham a natureza de relevo decorrente da origem dos terrenos e da evolução morfogenética local. Na sua parte interior e no contacto com o Maciço Calcário Estremenho, as cotas superiores a uma centena de metros cedem lugar às vertentes deste maciço; no centro, o encaixe das bacias hidrográficas do Lis e do Lena faz baixar as cotas para valores inferiores aos cinquenta metros de altitude e na sua parte litoral os alinhamentos dunares são responsáveis pelos valores mais elevados da hipsometria que identifica a orla. Estes são os traços geográficos gerais, já descritos. A separação do território do concelho em “terras altas” e “terras baixas” é feita pelo antigo “fosso do Lis”, sendo que a freguesia de Monte Redondo surge nesta caracterização geral com três níveis de erosão bem diferenciados: o inferior aos 50 metros de altitude; o médio, entre os 50m e os 100m de altitude e o superior, com cotas que pontualmente excedem os 150 metros de altitude.



Paço

O lugar do Paço, a norte de Monte Redondo, ocupa os terrenos circundados pela curva de nível dos 50 metros de altitude ou levemente inferiores, à medida que se caminha em direção ao vale da ribeira de Santo Aleixo e para poente, na direção do Paul. Fica situado em solos arenosos e de cultura difícil, apresentando o seu registo toponímico as marcas de alguma fidalguia.

Sobre este assunto escreveu Vasconcelos (1980.II, 636): “significa Paçô na origem “paço pequeno”, e na toponímia ou isso mesmo, ou uma casa ou propriedade chamada Paço, menor que outra com igual topónimo”, sendo que: “os Paços, pelo contrário, correspondem exclusivamente a propriedades da casa real, e a casas de fidalgos e próceres, de eclesiásticos graduados, e de Ordens religiosas (monásticas e militares)” (op. cit., 637). Também E. Santo (1988, 279) afirma que Paço significa: “palácio real, parque real”. Estas referências corroboram as afirmações de Gomes (1986, 28) de que este topónimo seria uma “reminiscência da antiga casa senhorial de Estevão Gomes” e de seus familiares, provavelmente descendentes de um “cavaleiro do rei” que, “na década de 1130 e posteriormente, se estabelecem em Leiria e encetam a colonização do seu alfoz” (op. cit., 25).

Tendo por base as afirmações de Marques (1976.I, 75) sobre as formas de exploração agrária em Portugal nos séculos XI e XII, acreditamos poder remontar a este período a constituição de um antigo ‘palatium’ (Paço em português), “que também incluía a casa de morada, as casas dos trabalhadores, os estábulos, os celeiros e a igreja”, muito próximo do lugar com esta designação situado a norte da povoação de Monte Redondo. Será então, a povoação do Paço (outrora, ‘Paço da Albarda’) um testemunho da nobreza organizada depois da reconquista cristã ou um sinal, já antigo, da presença de um nobre (ou senhor) que tendo por base uma vila romana aí residia? (Saraiva, 1978, 39). Os estudos de Gomes (1986) confirmam, aliás, a proposta formulada por Oliveira Marques.

A falta de documentos não nos permite confirmar esta possibilidade mas não nos surpreende que se venha a confirmar a presença romana nestas paragens, como sucedeu próximamente em Monte Real, e tendo em conta a tradição da indústria cerâmica e vestígios de mineração

encontrados nas encostas da ribeira da Bajouca. A concretizar-se esta situação e de acordo com o que escreve Marques (op. cit., 76) este sistema primitivo de organização económica e social abarcava ainda diversas “parcelas, concedidas de forma precária a vários tipos de detentores” que eram os “casales” (casais) e as “quintanae” (quintãs ou quintas) sendo que “cada casal ou quinta dividia-se ainda em glebas, pedaços de terra longe de contínuos em área”.

A população do lugar aumentou entre 2001 e 2011, passando de 474 moradores na primeira data para 493, na última.



Paróquia de Nossa Senhora da Piedade

A construção da Paróquia de “N^a Senhora da Piedade do Monte Redondo” segue o movimento de reforço da Igreja e de alargamento do poder terreno e espiritual sobre os fregueses os quais, face às imposições da hierarquia para frequentarem as Igrejas paroquiais, foram gradualmente reclamando a sua autonomia e a constituição de novas unidades religiosas. Estas comunidades de crentes unidos em torno da mesma Igreja ou Paróquia são antigas remontando ao processo de cristianização da Península (séculos III e IV). No entanto este tipo de organização, enfraquecido durante a ocupação árabe, só volta a intensificar-se depois da Reconquista com a criação de novas unidades territoriais cristãs confinadas a um determinado território e centro de poder religioso.

Diz-nos J. Serrão (1989.V, 7) que a ‘Paróquia’ é “cada uma das circunscrições territoriais duma diocese que tenha igreja própria, com uma população a ela adstrita e um sacerdote incumbido do cuidado das almas”, ou seja, uma determinada circunscrição de natureza eclesiástica, que agrupa os habitantes ou fiéis residentes num determinado território. Em Portugal e para efeitos da administração eclesiástica, as Paroquias reúnem-se em Vigararias, dirigidas pelo respetivo Vigário e estas em Dioceses. As paróquias religiosas, consideradas como centros autónomos da vida espiritual de diversas comunidades, permitiram a afirmação das atividades económicas e a formação do tecido económico local.

Como assinala Serrão (op. cit., 8), “têm desempenhado através dos tempos um papel notável na vida das famílias e sociedade”. Com efeito o processo de povoamento consequente ao avanço da Reconquista,

permitiu o alargamento de diversos núcleos de povoamento confirmados pela presença de um cura que estabelecia a dependência religiosa em relação ao Bispo ou às ordens religiosas que exerciam a sua jurisdição sobre determinadas parcelas do território. Diz-nos ainda o mesmo autor (loc. cit.) que a criação de novas paróquias, “é uma consequência da maneira como inicialmente se expandiu o cristianismo”, uma vez que, “com a penetração do cristianismo nos meios rurais levantaram-se novos tempos nos lugares fortificados (castella), nas povoações rurais (vici, pagi) e nas explorações agrícolas dos grandes senhores (fundi, villae)”. Prossegue (loc. cit.), considerando que “a distância a que ficavam das cidades obrigou os bispos a darem autonomia espiritual e económica aos templos destas circunscrições, que foram dotadas de batistério e de cemitério e se tornaram centros de vida espiritual”. Ao mesmo tempo, eram também centro de encontro da comunidade de vizinhos ou fregueses – “filii ecclesiae” ou freguesia – que em seu redor reuniam-se para as festas, as feiras ou para reuniões de interesse coletivo. Esta foi a configuração que perdurou durante a Monarquia, e depois da revolução liberal com a criação das unidades administrativas então designadas por Junta de Paróquia, que reunia na pessoa do Pároco as responsabilidades do culto, da fábrica da Igreja e outras de interesse para as populações e comunidade. Esta separação foi levada a cabo na 1ª República.

Com a Reconquista e na parte norte dos domínios de Leiria, data do início do século XIII (1218) a referência a uma delas, quando os moradores do Souto da Carpalhosa – Pedro Mendes, Pedro Vieira e outros moradores - fizeram doação ao Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra de umas propriedades, para n’elas se fazer a igreja e cemitério. A sua constituição veio a abraçar todo o território entre a bacia do Lis e os limites setentrionais que passavam próximo do futuro Casal de Monte Redondo. Note-se que a presença régia do Rei Lavrador nas terras de Leiria deu origem a que, em 1292 - D. Dinis tenha feito vila e dado foral a Monte Real (alterando-lhe o nome de ‘Camarreu’), concedendo-lhe jurisdição independente de Leiria. Nesta altura o território anexo a Monte Real era constituído pelo Monte Boco e pelo Campo. No entanto no início do século XVI, em 1512 – foi criada a freguesia de Monte Real, desmembrada então da freguesia de S.Tiago – Leiria. Estes limites coincidiam com a parte sul do leito do Lis, sendo que a parte norte pertenciam à paróquia do Souto da Carpalhosa.

Até meados do século XVI, mais propriamente até 1545, Leiria era do priorado de Santa Cruz de Coimbra que tinha aqui jurisdição “nullius diocesis”. No entanto a constituição da nova diocese não foi pacífica,

tendo os monges Crúzios (Cónegos Regrantes de StºAgostinho) mantido lutas com os Bispos de Coimbra pela posse das terras do termo de Leiria: “Foi seu primeiro bispo, D. fr. Braz de Barros, frade jeronymo, natural de Braga, confirmado por Paulo III” (P.Leal). Com a constituição da nova Diocese e a necessidade de sustento da igreja diocesana, tornava-se evidente apoiar a constituição de novas Paróquias num período em que os ventos da Reforma exigiam maiores cuidados espirituais e o cumprimento severo dos preceitos religiosos.

Dadas as dificuldades de locomoção dos fregueses pelos campos encharcados do rio de Fora, do rio Lis e pelos seus afluentes, nomeadamente pelas ribeiras da Carreira e o atravessamento das Várzeas do Souto, surgiu em 1574 o pedido ao Bispo de Leiria - por parte dos povos de Monte Redondo, do Coimbrão e da Ervideira - para se constituir uma nova freguesia autónoma do Souto da Carpalhosa. Não esqueçamos as dificuldades, sobretudo nos meses de inverno, de mobilidade nesta área devido à vegetação densa, aos paúis e caminhos encharcados que em muitas ocasiões eram autênticas valas de água. Este pedido foi correspondido em 1589 quando os habitantes destes lugares e de uns casaes e moinhos próximos requereram a D. Pedro Castilho para constituírem paróquia independente e lhes foi concedido. Valeram-se da existência, numa terra de prazo da comenda de Alcobaça, de uma ermida dedicada a Nª Sra da Piedade que foi assumida como orago da nova paróquia-freguesia, aglutinando os fregueses à sua volta.

Tendo presente a indicação de Fernandes (1995, 37), esta designação de Nossa Senhora surge posteriormente aos séculos XIV-XV podendo a ermida de então ter sido apenas designada por Santa Maria. Esta poderá ser a designação - “casal de Santa Maria de Leiria” – atribuída à futura paróquia de Nª Srª da Piedade do Monte Redondo, e que constou do Numeramento de 1527 (Castro, 1991, 324), tal como foi notado noutra local.

No decurso da primeira metade do século seguinte, em 1632, procedeu-se à divisão da freguesia de Monte Real em duas: Monte Real e Carvide e algum tempo depois, em 1636, o Bispo de Leira, D. Dinis, desmembrou da freguesia de Monte Redondo, os Coimbrões. As razões voltam a ser as mesmas: o crescimento do número de paroquianos e a necessidade de assistência espiritual, nomeadamente a administração dos santos sacramentos da Comunhão e da Extrema-Unção, aos moribundos. Além disso a presença semanal nos Ofícios de Domingo obrigava a deslocações perigosas decorrentes do atravessamento de diversas linhas de água e dos campos encharcados da Aroeira, do Paúl, do Grou e de outras linhas de água.

Com este alargamento da Diocese as novas paróquias ficam com a obrigação de sustentar o Pároco, de pagarem a referida congrua e com o dever de suportar as despesas de culto e a manutenção da Igreja principal. As festas religiosas e os deveres estipulados no pagamento das Bulas e de outros serviços religiosos, contribuíam para o sustento do Pároco e beneficiavam a Igreja diocesana. Importa reter que na área da diocese de Leiria, as paróquias da cidade e do seu termo interior pertenciam ao Priorado de Coimbra e a ermida de N^a. Sr^a. da Piedade pertencia à comenda de Alcobça. Tal facto revela o interesse dos monges Cistercienses sobre a produção das terras deste Casal, quer se tratasse pela sua produção, quer pela possibilidade de exploração de salgema, quer ainda por ação de doações que assim o tenham determinado.

Transcreve-se de "O Couseiro" (1868, 157-158) a relação das Paróquias pertencentes ao "Bispado Velho" de Leiria, do qual faziam parte as freguesias de N^a. Senhora da Pena, de S. Pedro, de S. Thiago do Arrabalde, de Santo Estêvão, de S. Martinho, todas integradas na cidade; e as de Monte Real, da Maceira, da Batalha, do Reguengo e de Pataias, próximas do burgo de Leiria. Por sua vez, Zúquete (1943, 29) assinala que "a estas acresciam as freguesias desanexadas do Bispado de Coimbra e nas quais o Prior-mor tinha, apenas, uma terça dos dízimos: Caranguejeira, Colmeias, Espite, S. Simão de Litém, Souto da Carpalhosa e Vermoil".

Note-se que as freguesias do norte da diocese mantiveram alguns dos seus vínculos e obrigações a Santa Cruz. Assim, quando do desmembramento da freguesia do Souto da Carpalhosa, também as novas freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Monte Redondo e de S. Miguel dos Coimbrões, mantiveram esta dependência, "posto que n'ellas não tinha jurisdição o prior mór, mas sómente uma terça dos dízimos, e a jurisdição era do bispo de Coimbras" (O Couseiro, 1868, 158).

Sendo difícil recuar no tempo e conhecer com exatidão o início do povoamento deste casal, vamos tentar seguir a sua evolução tendo presente o que nos relata "O Couseiro" (1868, 194) acerca das freguesias do Bispado de Leiria. Como recordámos quando em 1589, o Bispo de Leiria, D. Pedro Castilho, criou a paróquia de Monte Redondo, a pedido da população local e de outros lugares vizinhos, seria ainda reduzida a densidade de ocupação do solo, facto que a criação da nova diocese de Leiria e das suas paróquias veio a alterar. Com efeito, como reconhece Serrão (1975, 232), a fundação de Sés catedrais "apesar de inspiradas por motivos de ordem religiosa, deram alento à vida regional do País". Com efeito a "realização de feiras, a construção de igrejas, as festas litúrgicas,

as necessidades comerciais e os laços da vida agrícola impunham formas de vizinhança que acabaram por beneficiar amplas zonas regionais”.

Recorde-se que a criação destas novas freguesias foi feita inicialmente a partir do desmembramento das freguesias do burgo leiriense. E as paróquias entretanto criadas permitiram reforçar as “energias vitais do organismo nacional” (op. cit., 232) garantindo as atividades de subsistência da população e o desenvolvimento de novos lugares. Por isso o interesse do Bispado de Leiria na criação de novas paróquias, satisfazendo a evolução crescente dos seus habitantes e na construção de novas Igrejas, permitiu a criação de novos focos de povoamento na diocese. Com efeito, cabendo a apresentação do cura ao prelado, com ele eram compartilhados as obrigações dos fregueses que ficavam igualmente responsabilizados pelas ofertas para o sustento do cura e para a fábrica da igreja. A criação de novas paróquias e o alargamento dos núcleos já existentes garantiu a construção de diversas ermidas e capelas.

Fazendo fé no estudo de E. Santo (1988, 46) sobre o culto a N^a. Sr^a. da Piedade, padroeira da freguesia (bem como o culto à Senhora do Pranto), como sendo “especialmente cultuadas pelos militares das camadas populares”, parece comprovar-se que as primeiras doações deste lugar estarão relacionadas com a ocupação militar do burgo medievo de Leiria e com a sua guarnição. Escreve o referido autor (op. cit., 46) que tendo presente o culto a Nossa Senhora e a devoção local a São Sebastião, estamos perante formas de “judaização do catolicismo popular” dado que o culto à Senhora já existia “três mil anos antes da nossa era”.

Não estará assim esta devoção igualmente associada à colonização fenício-cananita da Península Ibérica? Havendo relação, tal facto abona a favor estabelecimento de um clã deste povo próximo do ofito conhecido, na época medieva, por “monte Rotundu” justificando, igualmente, as tradições locais relacionadas não só com os tesouros dos mouros enterrados nesta área - como o faziam os Cananeus e os Hebreus (op. cit., 222) - mas também com a existência de movimento marítimo junto da Ervideira, como algumas tradições orais o defendem.

Para além dos aspetos religiosos há que atender à situação dos campos e à melhoria das condições registadas na agricultura devido à introdução de outros cereais. O crescimento de novos casais esteve assim na origem do povoamento deste território o que ganhou maior importância logo no início do século XVI, em 1512, com a criação da freguesia de Monte Real, desmembrada da paróquia de S. Tiago, de Leiria. Tal movimento prosseguiu quando o bispo de Leiria, D. Pedro

Castilho, "desmembrou da freguesia do Souto os logares de Monte-Redondo, Coimbrão, Ervedeira e uns casaes e moinhos, do mesmo Districto, e levantou freguesia em Monte Redondo" (O Couseiro, 1868, 194), em 1589. De acordo com Cristino (1989, 14), a criação desta nova paróquia "não viria diminuir os rendimentos do pároco do Souto, pois os fogos, entretanto recebidos, eram o dobro ou talvez mais dos que pretendiam separar-se". Por sua vez a "integração dos logares da atual paróquia da Ortigosa na do Souto" terá acontecido por volta de 1574.

Interessa assinalar que o pedido para a criação de uma nova paróquia em Monte Redondo havia sido feito anteriormente, em 1574, quando da apresentação de uma primeira petição pelos povos de Monte Redondo, do Coimbrão e de Ervideira. A deslocação obrigatória à paróquia do Souto para participarem nos atos religiosos, aos Domingos e dias santos de guarda, sobretudo no período dos rigores de inverno quando se agravavam as condições de circulação através do campo, justificaram esse pedido.

Pelo seu interesse, transcrevemos de Cristino (1989, 17-18), o seguinte texto:

"Em dia e mês para nós desconhecidos, mas certamente no próprio ano de 1589, António Fernandes, morador em Monte Redondo, Fernão Mouro, morador no Casal de Francisco Lopes Pimenta, também de Monte Redondo, Pero Anes, morador no Paço de Albarda, João Afonso, da Ervideira, Diogo Fernandes, do Coimbrão, e João Jorge da Bajouca apresentaram uma petição ao Bispo de Leiria, ... em seu nome e no dos mais vizinhos e moradores do Coimbrão de Baixo, Coimbrão de Riba, Ervedeira, Monte Redondo, com suas Ribeiras, Moinhos da Bajouca, Casal Novo, Ribeiro da Vinha, Pinheiro e Ribeira abaixo, para poderem edificar uma igreja no dito lugar [de Monte Redondo]".

Os motivos que apresentaram para que lhes fosse deferido o seu requerimento, ou seja, para "ficarem desobrigados da Igreja matriz" eram, a seu ver, suficientes: "a grande distância que há de caminho à freguesia do Salvador do Souto, aonde eram fregueses" e por "ter rios de passar". Deferida a referida pretensão só em janeiro de 1590 é que terá sido dada autorização para a demarcação do terreno onde deveria ser edificada a nova Igreja (Cristino, 1989, 18). Anota o mesmo autor (op. cit., 19-20), que a demarcação e a medição do casal que estava na posse de António Fernandes, foi feita em 31 de dezembro de 1591.

Transcrevem-se os limites, na parte norte:

"Pela estrada que vai da Bajouca para o Porto de Pero Esteves e daí, vai pela vala velha, detrás da Moita, até entrar na água da Fonte Cova e daí, vai ao Porto Longo que está ao poente e daí, vai ao longo do paúl e

vala que possui Francisco Lopes Pimenta, até ao casal da Cabecinha e daí, vai direito à estrada do Pinheiro e de Leiria, que está à parte do sul e daí, vai ter ao Outeiro que se chama das Ferrarias e daí, vai sempre pela estrada da Lagoa dos Pegos, que vai de Leiria para Buarcos, e torna a entestar na Portela do Paço da Albarda", onde principiara a demarcação".

Este texto confirma a descrição de "O Couseiro" (1868, 194) que esclarece que a construção da Igreja "foi feita em terra que era prazo, da commenda d'Alcobaça, por ahi estar, n'ella, uma ermida de N. Senhora da Piedade" (op. cit., 194), sendo que, o dono do referido prazo foi um dos subscritores desta petição. De acordo com o mesmo documento (loc. cit.): "o commendatário deu licença, e, por sua comissão, a demarcou o licenciado Jeronymo do Souto; e um António Fernandes e sua mulher, Lucrecia Cordeira, traziam a dicta terra, emprazada, e fizeram doação, livremente, do dicto chão, com a dicta licença do commendatário, e desistiram do direito que tinham, ou podiam ter, para apresentar cura por se fazer a egreja no seu chão".

Acresce Cristino (1989, 23) que, "em Monte Redondo, havia mais uma propriedade, constituída por um Paúl e um Casal, que estava aforada a Francisco Lopes Pimenta e sua mulher, Ambrósia Vieira, de Torres Novas". A demarcação da propriedade em que esteve presente o caseiro, Fernão Mouro, teve lugar a 2 de janeiro de 1592. O referido tombo dá-nos indicações precisas não só sobre a extensão da dita propriedade e dos seus limites e ocupação do solo, mas também dos lugares conservados na toponímia local.

Diz o citado documento:

"Parte o dito Paúl (do Norte) pela água do Porto Longo e do sul com o campo do Marquês de Vila Real e do levante com o casal da mesma comenda que traz António Fernandes de Monte Redondo e do poente com charnecas baldias. E logo foi medido o dito paúl pelos ditos medidores e acharam ter de largo, ao Porto Longo, pelo dito Porto, 100 varas (110 metros) de comprido, do nascente ao sul [isto é, da parte nascente, de norte a sul], 2120 varas [2332 metros] [isto é, cerca de 26 hectares]. E daí para baixo, um pedaço de paúl grande que se não mediu por estar todo alagado que vai correndo até à Mata de El-Rei e a lonjura do dito paúl é quanto diz o vale".

Quanto ao casal,

"que está situado onde se chamava a Cabecinha que hoje se chama Montijo das Pedras, que está entre eles, que medido o que dele está roto tem ao longo do vale 280 varas [308 metros], e o roto do poente ao levante 160 varas [176 metros] [isto é, um pouco mais de 6 hectares]. E

daí declarou o dito caseiro que o dito casal tem uma charneca baldia que parte pela maneira do Montijo de Baixo e com a sesmaria de Filipe Luis, os quais matos poderão levar de sementeira 3 moios e o que está roto do dito casal e da Cabecinha grande à cabecinha Pequena onde está a casa com os próprios valados e matos no dito casal estão feitas duas casas novas em que está o caseiro".

A este respeito seguimos a interpretação de Cristino (1989, 16) acerca da localização da futura ermida que deveria servir os povos dos Coimbrões, da Ervideira e certamente que, também (embora não referidos), os da Bajouca. Registou aquele autor "a dificuldade de consenso, por parte dos peticionários para a escolha de um sítio para a edificação da igreja paroquial". Dado que "a construção de ermidas em lugares ermos era completamente proibida; e mesmo onde as houvesse, deveriam ser transferidas para os lugares onde houvesse ao menos dez vizinhos...", pesou certamente na escolha a localização de um lugar central (próximo ou no sítio onde já existia uma pequena ermida) acessível aos habitantes das povoações acima referidas. Observa ainda este autor (op. cit., 16-17) ter havido uma coincidência feliz neste processo que cumpriu as expectativas dos monteredondenses: o facto do abade comendatário de Alcobaça, D. Jorge de Ataíde, "pessoa influente, conselheiro de estado, capelão-mor, esmoler, presidente da Mesa da Consciência e Ordens e vivia na corte de Madrid", ter provavelmente familiares na cidade do Lis e do Bispo de Leiria, D. Pedro Castilho, gozar da simpatia do monarca Filipe I, de quem obteve diversos privilégios, nomeadamente o alargamento da sua diocese.

À data deste alargamento, Leiria pertencia a Santa Cruz de Coimbra e o seu termo norte interior, nomeadamente as Colmeias, S. Simão, Espite, Vermoil e Souto, pertenciam ao Priorado de Coimbra (O Couseiro, 1868, 16). No entanto entre este Priorado e os Monges Crúzios (ou Cónegos Regrantes de Santo Agostinho) terão ocorrido largas disputas pela posse das terras do termo de Leiria, o mesmo vindo a acontecer depois da criação do Bispado Novo de Leiria entre este e o Cabido da Sé de Coimbra. O mesmo se poderá dizer acerca da delimitação entre a freguesia de Monte Redondo e a do Souto, ou seja entre a paróquia mãe e a nova paróquia de Monte Redondo. Observa Cristino (1989, 24) que "houve, pelo menos, cinco insistências feitas pelo próprio bispo nas visitas que fez às duas paróquias, para que os dois párocos procedessem à limitação: duas antes de 1600, nas visitas ao Souto, duas outras, também em visita ao Souto, respetivamente em julho de 1600 e dezembro de 1603; e uma outra vez, pelo menos, na própria visita à paróquia de Monte Redondo".

Pelo seu interesse transcreve-se o documento publicado no Suplemento Especial do Jornal, Souto, de julho de 1989 (dedicado aos 400 anos de Monte Redondo), o texto do "Livro de Capítulos e Visitas" do ano 1600 a 1645" (fol. 2, n.º. 4), relativo a este acontecimento:

“Em as duas visitações passadas foi mandado ao padre cura desta igreja que com o de Monte Redondo e os oficiais de ambas estas igrejas fizessem a demarcação delas e pusessem marcos nos limites por onde cada uma partia, para que não houvesse dúvidas e cada um soubesse a igreja a que era obrigado para ouvir missa e os diversos ofícios e que até agora não cumpriu nem fez sobre isso diligência alguma, do que algumas pessoas se nos queixaram em visitação, pelo que lhe mandamos que façam a dita demarcação com as pessoas agora declaradas na forma da visitação em que lhes foi mandada, dentro de dois meses, de que mandará certidão ao nosso provisor sob pena de dois mil réis”.

De acordo com a mesma fonte, o 2º documento, datado de 11-2-1603, tem exarado à margem da página 11, o seguinte: “Façam-se as demarcações das freguesias do Souto e de Monte Redondo”. Prossegue o referido texto:

“Em três visitações passadas está mandado que o cura e oficiais desta igreja com o cura e oficiais da igreja de Monte Redondo fizessem demarcações delas e que pusessem marcos onde fossem necessários o que até agora não cumpriram sendo de tanta importância pelo que lhes mando cumpram em fazer a dita demarcação dentro do tempo e na forma que por mim foi mandado na visitação deste ano na Igreja de Monte Redondo, sob pena de dez cruzados”.

A análise de diversos documentos leva o Rev.º Dr. Cristino (1989, 24) a afirmar que a construção da Igreja terá ocorrido entre 1592 e 1600, data em que surgem os primeiros assentos paroquiais. Assim, "ou a paróquia entrou em funcionamento só em 1600, quando porventura se completou a igreja paroquial, ou ficou anexa à do Souto até esse mesmo ano".

Já assinalado, a data de 1702 registada na parte superior da porta de entrada voltada a poente assinala as obras de beneficiação que poderão não ter alterado a configuração interna tal como está descrita em "O Couseiro" (1868, 195). Quanto ao seu aspeto exterior nada podemos acrescentar a não ser a sua localização numa pequena elevação sobranceira ao 'Vale do Guiso', voltada para o 'monte Redondo' e dispondo de um pequeno largo fronteiro ainda hoje existente nas imediações deste templo. E ao que podemos constatar pela leitura de "O Couseiro" (loc. cit.) o termo Monte Redondo, à data da sua redação, por volta de 1657, não seria muito povoado pois tinha apenas duas ermidas,

já assinaladas, situação que contrasta com a da vizinha freguesia do Souto da Carpalhosa, que à mesma data contava com uma rede alargada de seis ermidas: Portela, Várzeas, Ortigosa, Riba d'Aves, Conqueiros, Chã da Laranjeira e Casal, todas elas reveladoras de um povoamento mais antigo dessa unidade religiosa e paroquial.

Note-se que a construção da Igreja de Monte Redondo e o arroteamento dos baldios e dos campos vizinhos veio a constituir-se como um foco de atração de novos moradores. Mas não deixou de levantar novas questões, desta vez entre os párocos e o Mosteiro de Alcobaça. Pelo seu interesse transcreve-se um documento cedido pelo Pe. David Gaspar, relativo ao "treslado" enviado ao Juízo de Ouvidoria das Cortes, no ano de 1759.

"Apelante: Nicolau Cardoso Carvalho da cidade de Leiria

"Ao Rev.mo Dom Abade Esmolar Mor

Dizem como autores o Dom Abade Geral e mais religiosos do Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça contra o Capelão Manuel das Neves da cidade de Leiria pela via melhor de Direito:

"Este comprou e provará que o Mosteiro dos autores é direito senhorio de um prazo chamado de Monte Redondo, termo da cidade de Leiria de que fez emprazamento a Lançarote Vieira por escritura autorgada em ...(?) maio de mil quinhentos e setenta e um com obrigação de lhes pagar de foro para sempre a quinzena de todos os frutos que produzirem em terras do dito foro e depois do falecimento do dito Lançarote Vieira, e sua mulher que se obrigam a romper e reduzir a cultura todo o dito prazo e em atenção a essa despesa se lhes fez de dízima somente durante a sua vida e da dita mulher.

Provará que sendo possuidor do dito prazo Dom Francisco Pimenta, descendente do dito enfiteuta primeiro Lançarote Vieira se reduziu por contrato feito com ele o dito foro da quinzena das fontes do dito prazo ao foro ...(?) cada ano e isto depois do dito mosteiro ter alcançado ...(?) contra o dito Dom Francisco".

Esta paróquia sofreu o primeiro desmembramento para a criação da freguesia de São Miguel dos Coimbrões (anteriormente conhecida por São Miguel das Areias), a partir das terras pertencentes à freguesia de Monte Redondo. A este respeito regista o autor de "O Couseiro" (1868, 210): "no anno de 1636 o mesmo bispo desmembrou da freguezia de Monte Redondo, os Coimbrões, e levantou freguezia, da invocação de S. Miguel, por ahi estar uma ermida da mesma invocação". De realçar que no limite desta freguesia existia uma ermida, da invocação de S. Tiago na Ervideira, lugar onde havia "uma lagoa que nunca secca; ... e no inverno innunda muito; cria ruivacos: está o mar d'ahi meia légua" (loc. cit.).

Sobre as redondezas diz ainda o citado documento (loc. cit.): "N'esta freguezia está o pinhal do concelho, de que é administradora a camara d'esta cidade; é de boa madeira e rende bem ao concelho".

Estas são as notas mais relevantes relacionadas com a criação da nova paróquia de Monte Redondo, no ano de 1589, bem como à criação de novas paróquias seguindo um processo de intensificação do povoamento litoral e de crescimento demográfico registado em todo o continente português. Este processo não se pode igualmente dissociar do movimento religioso que levou à criação do Bispado de Leiria, de Miranda, de Portalegre e de Elvas e que durante o século XVI se manteve constante.

Embora se tenha registado a criação de novas dioceses até ao século XVIII, esta situação alterou-se a partir do segundo quartel do século XIX com a ameaça de extinção de algumas das dioceses, nomeadamente da Diocese de Leiria. Assim, "por sentença de D. Américo, de 4 de setembro de 1882, aprovada por Carta Régia de 14 seguinte, foram extintos os Bispados de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, e os isentos do Crato e Tomar" (Zúquete, 1943, 48). Por estas razões "a Diocese de Leiria foi anexada à de Coimbra, com 23 freguesias do concelho da sede e 2 do concelho de Pombal. As restantes passaram para o Patriarcado". A entrada do novo Bispo, D. José Alves Correia da Silva, na diocese restaurada, data de 5 de agosto de 1920.

De, "O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria", 1868 (194-195), transcreve-se o seguinte:

"Capitulo 134º - Da freguezia de Monte-Redondo

"O mesmo bispo D. Pedro de Castilho, desmembrou da freguezia do Souto os logares de Monte-Redondo, Coimbrão, Ervedeira e uns casaes e moinhos, do mesmo districto, e levantou freguezia em Monte-Redondo, a petição dos moradores dos dictos logares, da invocação de N. Senhora da Piedade, no anno de 1589; e já, em visitas, se tinha pedido esta desmembração e criação da freguezia, e no anno de 1574, se lhes mandou que a pedissem ao bispo, que ordenaria o que fosse mais do serviço de Deus; consta do livro da visita geral d'aquelle tempo, no titulo do Souto.

A igreja foi feita em terra que era prazo, da commenda d'Alcobaça, por ahi estar, n'ella, uma ermida de N. Senhora da Piedade, e o commendatario deu licença, e, por sua commissão, a demarcou o licenciado Jeronymo do Souto; e um Antonio Fernandes e sua mulher, Lucrecia Cordeira, traziam a dicta terra, emprazada, e fizeram doação, livremente, do dicto chão, com a dicta licença do commendatario, e disistiram do direito que tinham, ou podiam ter, para apresentar cura por

se fazer a igreja no seu chão. Os freguezes ficaram obrigados á fábrika da igreja, capella, sacristia, casas do cura e á paga do mesmo cura, que é um alqueire de trigo cada freguez e 25 reis, por um quartão de vinho, e as viúvas meio alqueire de trigo e 12 reis, pelo vinho, e o prelado lhe dá sómente 3\$000 reis, em dinheiro, e é sua a apresentação: tudo o sobredicto consta da escriptura, commissão, desistencia, provisão da criação e contracto; o que tudo está na meza episcopal d’este bispado.

Tem cura as offertas da ermida parochial e annexas a ella, mais de vinte amentas perpetuas e quasi outras tantas voluntarias, todas de alqueire de trigo, cada uma, e tem as falhas da mesma freguezia, e casas por conta dos freguezes; passa de duzentos fogos. (...)

A descrição do antigo templo religioso contrasta com a sua estrutura presente seguindo um plano rectangular do espaço aberto aos fiéis e símbolo de uma comunidade religiosa ou de fiéis, a paróquia, assim definida na Enciclopédia Católica Popular: “constituída estavelmente no contexto de uma diocese (ou igreja particular) cuja cura pastoral o bispo confia a um *pároco como seu pastor próprio.” Mais ainda: “Em geral, a p. é territorial, dela fazendo parte todos os fiéis do território; mas também se podem constituir p.s pessoais, por motivo de rito, língua, naturalidade ou outro. A erecção, supressão e alteração de limites das p.s é da competência do bispo, ouvido o conselho presbiteral. (...)”

As comunidades de fiéis, reunidas em Paróquias, seguem o ritmo normal das celebrações inscritas no calendário litúrgico da Igreja, e reservam “alguns dias do ano para celebrações mais solenes, a que chama d. f.” (op. cit.). Para além do Dia do Senhor referem-se outros dias litúrgicos, a saber:

“a) o Domingo, como dia primordial de festa, que só ao longo do Tempo Comum cede o lugar a festa do Senhor; b) as Solenidades; c) as Festas; d) as Memórias obrigatórias e facultativas; e as Férias”

Ao longo do tempo a sequência de festas religiosas foi sendo alterada, contando-se nos dias de hoje, entre as mais antigas:

➤ Em Monte Redondo: Romaria de N^o Sr^a da Piedade (maio); Romaria ao Sagrado Coração de Jesus (outubro); Procissão do Senhor dos Passos (semana anterior à Páscoa);

➤ Na Sismaria, a Romaria a St^o. António (fevereiro);

➤ No Casal Novo, a Romaria ao Senhor das Almas (julho);

➤ Em Fonte Cova, a romaria a N^a Sr^a da Conceição (2^o fim de semana de julho);

➤ No Grou, a Romaria a N^a. Sr^a da Boa-Viagem (agosto).

Outras festividades haveria a destacar, sobretudo as que sendo comuns a paróquias vizinhas conservam a memória de um passado

religioso em que a ação de alguns oragos adquiriu uma expressão manifestamente reconhecida da sua evocação popular.

Participando ativamente na vida da Paróquia, podemos individualizar, para além da Conferência de São Vicente de Paulo e do Agrupamento 1054 - Monte Redondo do CNE, o Coro de N^a. Sr^a. da Piedade, criado em 1995. A sua atuação tem lugar nas cerimónias dominicais, em casamentos, batizados e noutras cerimónias religiosas. É constituído por fregueses residentes e tem atuado em eventos públicos, especialmente na freguesia.

A Paróquia de N^a. Sr^a. da Piedade faz parte da Vigararia de Monte Real, que integra as paróquias vizinhas de Coimbrão, Bajouca, Carvide. Monte Real, Ortigosa, Souto da Carpalhosa e Vieira de Leiria. Esta e outras oito paróquias fazem parte da Diocese de Leiria-Fátima.



Património geográfico

A referência ao património geográfico ou natural justifica-se depois da publicação de O. Ribeiro (Geografia e Civilização, 1961). Defende o autor (ob. cit., 17) que o estudo das civilizações interessa a cientistas com formações distintas: historiador, arqueólogo, etnólogo e geógrafo, que reconhecem o “património da nação” e o que foi trazido de fora, através das “formas inscritas na paisagem” (loc. cit.). Refere-se, a propósito, às formas de coberturas de casas, notando que o velho terraço algarvio ou açoteia, de influência muçulmana e os telhados múltiplos e inclinadas, usados no Oriente, são também utilizados no território português o que realça a aceitação de formas arquitetónicas distintas oriundas de outros continentes. Esta atitude privilegia o uso do método baseado na observação e nos ensinamentos da geografia histórica que nos permitem o conhecimento de um conjunto de relações humanas entre povos oriundos de contextos geográficos diferenciados e a sua expressão em locais distintos.

No que concerne ao território desta unidade vicinal, como noutros sítios vizinhos, a sua localização em terrenos arenosos onde “quasi só o pinheiro medra, e à qual uma luta secular do homem tem conseguido dar-lhe uma fraca fertilidade, pois só quasi o milho e batata produz, em anos em que não falta a chuva (...)” (C. Morais (1936, 36), obriga-nos a um olhar alargado às condições naturais dominantes nesta área. Estas sugerem a diversidade de testemunhos que podem integrar a lista de um

património natural, onde cabem exemplos diversos de natureza física e humana.

A referência às condições climáticas e à produtividade da terra aliam-se à composição geológica do terreno, o qual nos permite identificar o “património físico” ou natural que decorre da existência de diversos tipos de fenómenos estruturais, morfogenéticos, sedimentares, erosivos e outros. Neste caso a existência de filões dioríticos e gabro-dioríticos cuja utilização se vê nos “marcos” de pedra que limitam as propriedades rurais e depois da exploração intensiva das pedreiras, na balastragem das linhas de caminho de ferro e noutras obras públicas, constitui um bom exemplo. Outros, referem-se às jazidas de filões argilosos, usados para a indústria cerâmica ou a depósitos areníticos com propriedades para a indústria vidreira. A própria cobertura vegetal pode ser outro exemplo a reter, como prova de uma ação humana orientada para a sementeira e conservação do mosaico vegetal constituído pelo “Pinhal de Leiria”.

Já o “património humano”, segundo Ribeiro (1961, 14), é traduzido em formas materiais e surge como sendo “um produto do espírito” (loc. cit.). A tradição e o seu estado atual devem ser inseridos numa linha evolutiva e explicado “tanto pelo ajustamento ao ambiente natural como por contactos humanos” (Ribeiro, 1961, 15). Mais ainda (Ribeiro, 1970, 312), o “património humano” traduz-se em formas materiais diversas, em formas de paisagem, onde “o esforço humano aparece sempre, como um traço indelével”. A construção da identidade de uma região passa, assim, pela consideração de testemunhos diversos onde “o historiador reconstitui as civilizações pelos documentos, o arqueólogo pelos vestígios materiais, o etnólogo pelos aspetos conservados na vida atual, o geógrafo pelas formas inscritas na paisagem” (Ribeiro, 1961, 17).

Recordando aspetos diversos da geografia histórica da região, somos confrontados com testemunhos que evocam as antigas civilizações Neolíticas, a presença Romana, a influência Árabe, a Cristianização e Reconquista do Reino, a expansão Quatrocentista portuguesa, o domínio de Castela, a determinação do Liberalismo e a consolidação da República. Diversos são os testemunhos contidos em descrições que a tradição oral permite reconstruir ou exemplos materiais, como as edificações das casas rurais “alpendradas”, construídas em adobe, fabricado com uma mistura de barro e de palha que antecederam o uso dos primeiros tijolos saídos dos fornos de cerâmica local.

No cenário rural encontram-se vestígios materiais de diversas atividades ligadas às atividades agrícolas, em especial aos cereais, os quais constituíam um dos produtos de melhor rendimento na economia de subsistência da população local. Os moinhos de água, valorizados pelos

frades dominicos de Alcobaça, pelo Crúzios de Coimbra e pela população mais abastada, são um testemunho. E nos campos alagados, ao longo dos cursos de água que irrigam esta terra, exemplos há que permitem reconstituir o passado da região e a sua relevância na economia local. Contudo uma das marcas com maior relevância diz respeito ao património geológico, criado em torno dos fenómenos de diapirismo, às jazidas de sal, às formações rochosas dioríticas e gabrodioríticas, à vegetação associada a este tipo de rocha, aos aquíferos locais sejam eles cursos de água sejam as fontes e lavadouros, aos ancoradouros e aos caminhos rurais entre as povoações.

Inserido no acervo do Museu do Casal de Monte Redondo, as coleções de instrumentos relacionados com o pinhal e o trabalho em madeira são exemplos da diversidade de atividades que embora praticadas na atualidade, sugerem uma valorização das formas e dos exemplos mais antigos, associadas à mudança social e à evolução técnica que acompanha a história deste território e dos seus moradores. Outras iniciativas há a valorizar. Entre elas a consolidação dos “trilhos de memória” ligados aos moleiros, aos carreiros, aos almocreves e a outras atividades; à resinagem; às atividades comerciais e indústria ou tão só à preservação do património natural. Neste âmbito justifica-se a preservação do “Parque Natural do Cabeço” destinado a salvaguardar o valor patrimonial (geológico e simbólico) deste pequeno cerro - e dos campos circundantes - conjuntamente com as espécies vegetais e a fauna originárias desta terra e hoje em dia ameaçadas por outras utilizações e ‘queimadas’ destinadas a abrir clareiras na luxuriante vegetação que cobre o maciço.

A evocação das jazidas primárias e das formações rochosas mais antigas bem como doutros depósitos detríticos constituem exemplos de um património natural, associado a um património humano, que integram o acervo da riqueza identitária desta área.



Paúl

Os terrenos do sítio de Paúl situam-se a noroeste da Vila, no caminho de Fonte Cova sendo marcados pela sua localização abaixo das cotas de 20 metros de altitude e pela extensão do campo que segue o vale da ribeira de Santo Aleixo, até à desembocadura na ribeira de Fonte Cova, no sítio de Porto Longo. É a natureza e a abundância de água nestes

terrenos que tornam mais favoráveis à cultura de milho, de arroz e a criação de gado. De notar que a cultura de milho deste lugar, “de bandeira forte e folhas de verde intenso”, realça as condições de fertilidade e de irrigação do solo que caracteriza o lugar do Paúl e o seu desdobramento em Paul de Cima e Paul de Baixo. Esta separação decorre da partilha da terra entre famílias e da fixação de novos povoadores. Assim aconteceu com o lugar de ‘Paúl’, como no ‘Lameiro’ e no ‘Brejo’, topónimos que identificam a natureza húmida e alagadiça e a aptidão agrícola, devida à maior concentração em húmus nestes sítios (Silva, 1954).

Precisando, refere Fernandes (1995, 81) que o “paul” era na idade Média um prédio ou parte predial importante, mais para pasto que cultura”, o que se justifica tendo em conta a permanência do solo encharcado, próprio para algumas culturas como a “erva da beira”, usada na alimentação do gado. A relação deste lugar com outros locais próximos sujeitos a um intenso processo de valorização agrícola, merece uma referência à situação no país no ido século XVI quando Garcia de Resende, a propósito do trabalho de arroteamento de muitas matas e coutadas, deixou expressa a seguinte reflexão (Vasconcelos.II, 1980, 50):

“Vij muytos matos rõper,
Grandes paules abertos,
Muitas herdades fazer
Em terras, matos desertos...”

Neste local o seu extremo norte é atravessado pelo antigo caminho e atual estrada de Fonte Cova, cujo aterro se deve a um industrial da terra com raízes familiares neste último lugar. E a situação do Paúl no coração do aquífero Leirosa – Monte Real, com a abundância do caudal subterrâneo que o identifica, deu origem à exploração de um furo de captação de água para abastecimento dos municípios vizinhos.

A população do lugar, de 33 moradores em 2001, cresceu para 37 em 2011.



Pezeiros do Grou

A abundância da cobertura vegetal dominante na região, da qual se destaca a mancha do “pinhal do Rei” ou “pinhal de Leiria” e a sua extensão para norte e interior do país, justifica a ocorrência de diversas ocupações ligadas ao pinhal que se recordam: madeireiro, serrador,

carreiro, resineiro, serralheiro e os pezeiros. Apesar do contributo e da especificidade de cada uma destas profissões, retratadas em exposições locais⁸², os pezeiros da Mata do Urso constituíram um dos últimos testemunhos da tradicional migração de gentes do norte para a região de Leiria, que acompanhou a intensificação da exploração silvícola na área do Pinhal de Leiria e das suas redondezas.

Num interessante trabalho sobre "Os pezeiros do Grou", F. Moreira (Moreira et al., 1986, 11), realça a antiguidade e a importância da exploração do pez na área do "Pinhal do Rei" chamando a atenção para o facto, de no século XVI, "o pinhal de Leiria forneceria só por si quase a totalidade da produção nacional de alcatrão e pixe", produtos utilizados na calafetamento e breagem das embarcações e das talhas de madeira. Registam os autores (op. cit., 7) a importância da produção deste produto na região de Leiria, desde os séculos XV-XVI, onde existiam "importantes estaleiros de construção naval, afamados pelos seus calafates, estremeiros, breadores e remolares" sendo, à data, indispensável "à arte de pôr um navio a navegar" (loc. cit.).

Mesmo depois do declínio desta arte a utilização de pez divulgou-se em usos domésticos ligados à utilização de vasilhame, em tratamentos de doenças de pele e noutros fins, sendo vendido em blocos em feiras e provocando, assim, uma grande procura o que originava a utilização abusiva de madeira do Pinhal de Leiria. A monopolização da sua produção foi determinada por D. João VI (em 1799) que conferiu à Real Junta da Fazenda da Marinha, a produção exclusiva de pez destinado à utilização das embarcações e ao seu comércio.

Com o decorrer do tempo e apesar do aproveitamento do carvão como produto subsidiário - ou mesmo, nalguns casos, como principal -, esta atividade sofreu drasticamente os efeitos da revolução tecnológica que levou não só à supressão da madeira na construção das grandes embarcações, onde o pez era utilizado, mas também à utilização dos produtos sintéticos "derivados dos hidrocarbonetos fósseis: gás, betumes e alcatrões minerais, fibras sintéticas..." (op. cit., 14). Esta utilização levou praticamente à supressão desta atividade no início da segunda metade de Novecentos. Ainda segundo o mesmo autor (op. cit., 17) a produção do pez na área de Monte Redondo esteve relacionada, no seu início, a iniciativas de empresários oriundos da Tocha, ou com ligações familiares a esta localidade, sendo que a laboração desta atividade foi determinada quer pela abundância de matéria-prima e de

82 Ver: Exposição: "Gestos do quotidiano no início do século XXI em Monte Redondo".
In: <http://www.museumonteredondo.net/>, em 13NOV11

água, quer pela facilidade de escoamento do carvão para o mercado local e para outras áreas do país, nomeadamente para o sul. Daí que, como descrevem estes autores, "as camionetas do Algarve, traziam conservas de peixe para o Norte e carregavam para o Sul, pez em Monte Redondo" (op. cit., 20).

Esta foi uma atividade que esteve inicialmente centrada no Grou, mas estendeu-se a outros lugares da freguesia. Atividade que aproveitou a vasta cobertura vegetal existente e o saber acumulado de algumas gerações de pezeiros que souberam desenvolver uma atividade, mais uma, ligada ao Pinhal do Rei e às Matas Nacionais que lhe sucederam.



Pinhal de Leiria

(...)

Pinhal de heroicas árvores tão belas,

(...)

Foste tu que lhes deste a tua carne em flôr

E sobre os mares andaste navegando,

Rodeando a Terra e olhando os novos astros,

Ó gótico Pinhal navegador,

Em naus erguida levando

Tua alma em flor na ponta alta dos mastros!...”

Afonso Lopes Vieira, “Pinhal do Rei”

A referência ao “Pinhal de Leiria” como uma das obras que marcou a atividade de fomento agrícola do monarca D. Dinis, justifica-se tendo em conta a proximidade do antigo “casal” de Monte Redondo a esta mancha florestal e pela influência que a atividade primária de exploração florestal tem tido na economia desta e de outras freguesias próximas. Essa plantação, além de permitir abastecer as necessidades de construção de embarcações para as viagens marítimas, teve como fim o “evitar os prejuízos que as areias impelidas pelos ventos mareiros poderiam ocasionar” (Diniz, 1949, 3), fixando as dunas e impedindo a sua progressão para as terras do interior. Mais ainda, integra-se no ciclo de “generalização da economia monetária” (Serrão, 1989.I, 65), adotado pelo “Rei Lavrador” e pelos seus descendentes.

De acordo com Arala Pinto (1935.I,116), com base nas observações que fez da lenhite existente neste território, a cobertura vegetal dominante onde foi semeado o Pinhal do Rei deveria ter sido formada

por "por uma única essência resinosa: o pinheiro manso" ('Pinus Pinea'), bem como por lenhos "de medronheiro e do aderno", arbustos espontâneos do pinhal ainda visíveis. Como justificação para a divulgação da espécie atual, o 'Pinus Pinaster', relata-nos o mesmo autor (op. cit., 119-121):

"Uma embarcação portuguesa, vinda do Golfo da Gasconha, teria metido como combustível as pinhas, as braças e o lenho dalguns pinheiros bravos 'autóctones' dessa região. As pinhas ter-se-iam aberto com o calor e os mareantes, habituados a comer os pinhões do nosso pinheiro manso, teriam extranhado a semente muito mais pequena e com uma amêndoa insignificante para servir de alimento ao homem. Uma vez entrados no surgidouro das Paredes ou do Rio Lis contaram o sucedido à Rainha, mostrando-lhe as sementes e dizendo-lhe que os pinheiros em França vegetavam igualmente em terreno arenoso e se desenvolviam bem".

Foi então deliberado lançar a semente à terra, e a Rainha teria sido quem transportou,

"a arregaça de penisco" até qualquer clareira existente no pinhal. ...Passaram-se meses, a sementeira vingou mostrava-se linda e prometedora, e quando D. Denis voltou a aparecer em Monte Real foi-lhe a própria Rainha mostrar não só os trabalhos levados a cabo no reguengo que lhe tinha dado, como igualmente a sementeira que no Pinhal tinha feito por suas mãos. D. Denis entusiasmado com o lindo desenvolvimento do nascedio, e desejoso de ter em abundância material lenhoso para a construção naval, diz aos mareantes que para a outra viagem lhe tragam mais semente daquela".

Este gesto levou à intensificação da vida silvícola tida não só como um fator preponderante da paisagem rural mas também da vida económica. Mandado semear para evitar que as areias cobrissem as terras aráveis (Vasconcelos, 1980.II, 68), este pinhal passou a constituir-se como uma das principais manchas vegetais da área e fonte de riqueza dos povos que aqui habitaram estando ainda hoje ligada à riqueza florestal do centro do país. De acordo com Pinho (1938.I, 276), estas obras contribuíram para melhorar "a saúde pública", já notado, como se conclui de uma carta do Mosteiro de Santa Cruz (1309) de Coimbra que nota: "antes as gentes vijnham a grâdes doores e des aqui adeante veeram a saude".

De igual modo melhoraram as condições de vida dos seus povoadores que vieram a estabelecer-se nos "casais" próximos do pinhal da Mata do Urso (extensão para norte do pinhal de Leiria, ou "Pinhal do Rei") e que contribuíram para a manutenção dessa sementeira e para a

sua exploração com base económica. A história comprova não ter sido em vão o esforço desenvolvido por D. Dinis, por D. Fernando, no arranque da atividade industrial e mais tarde por D. João I, quando autorizou a construção, em 1411, da primeira fábrica de papel na cidade de Leiria. Também em Leiria foi impresso o primeiro livro português, em oficinas hebraicas, por volta de 1465.

A importância da mancha de pinhal que cobre esta área litoral resulta quer da sua extensão, quer das diversas medidas que ao longo do tempo foram tomadas para a sua conservação. Da intervenção dos diferentes monarcas em benefício desta exploração florestal, transcrevemos de Pinto (1938.I, 174-175), o seguinte:

"Se no tempo de D. Fernando se dão gratuitamente as madeiras do referido pinhal para a construção naval, se as Ordenações Manuelinas comunicam os fogos e o corte das árvores de fruto, se os Filipes promulgam o 'Regimento Do Monteiro Mor do Reino de Portugal' em que só se concedem madeiras mediante requerimentos dirigidos ao Monteiro-Mor da terra e se as 'Ordenações E Leys do Reyno de Portugal' (D. João IV e D. João V) ordenam a plantação e enxertia de árvores frutíferas e florestais e a sementeira de pinhais, o Marquez de Pombal, promulga o 'Regimento Para O Guarda Mor dos Pinhaes De Leiria' (...) é o germe fecundo do desenvolvimento das povoações limítrofes do Pinhal".

Entre outras atribuições, nomeadamente as grandes queimadas que atingiram esta mancha florestal em 1806 e 1814 e a desorganização social que atingiu o país durante as invasões francesas, levaram a que a atividade económica em torno do "Pinhal do Rei" tenha decaído consideravelmente. E só em 1824, com a elaboração de novo regulamento, "tendo em vista fomentar o seu desenvolvimento e aproveitamento" (Serrão, 1989.V, 84), a sua exploração foi intensificada.

Paralelamente à atividade agrícola e dada a existência de uma vasta área florestal (sobretudo pinheiro, carvalhos e depois dos anos sessenta, acompanhando o desenvolvimento da indústria de celulose, o eucalipto), a silvicultura tem funcionado como uma importante fonte de rendimento complementar da agricultura e das atividades de subsistência da população. Assim trabalhando desde a primavera ao outono no campo, alterando algumas lides no pinhal (ou reservando mais estas atividades noutros meses do ano), o pinhal foi sempre considerado como uma fonte complementar de rendimento das atividades agrícolas. Da mata eram retiradas: a "manta morta" utilizada diretamente para fertilizar as terras e a caruma utilizada nas camas dos animais e posteriormente colocada nas sementeiras; o mato e a lenha, para uso

doméstico; o pez e o carvão, para venda; a resina, utilizada geralmente na laboração da aguarrás, das colas e doutros produtos químicos, era uma fonte de rendimento que oferecia alguma segurança aos proprietários locais.

Além destes subprodutos, a madeira em bruto ou já serrada no pinhal, antes de ser transportada para exportação ou mesmo consumo interno, ocupava muitos trabalhadores, especialmente os serradores:

“Serra ... serra ... o serrador

Não há serras para parar

Onde passa o vão da serra,

Nasce amor e pão do lar!”

Durante muitas décadas a própria recolha e exploração das pinhas, que uma vez secas e retirado o penisco era vendido para as sementeiras e florestação, constituiu-se igualmente como uma fonte de algum rendimento para os pequenos proprietários desta região. Utilização diversa tinha ainda a carrasca, o carvão de madeira e a vegetação cortada nos desbastes. Utilização bem mais rendosa era a madeira dos postes, dos toros e das varas, cujo uso sofreu a concorrência dos materiais de cimento.

Para além de fins industriais que estiveram na origem do desenvolvimento de diversas indústrias, como a indústria de vidros da Marinha Grande a partir dos finais do século XVIII, a indústria de limas na Vieira de Leiria e, sobretudo, da indústria de serração em toda a área da “mata nacional” (também conhecida na sua parte norte por “Mata do Urso”), a madeira dali retirada contribuiu largamente para o movimento da construção naval da armada nacional. A esta juntaram-se outras espécies, nomeadamente a madeira vinda do Brasil. Destinava-se ainda ao consumo interno, sobretudo na construção civil, ou para exportação no cais de Lisboa onde tinha um tratamento preferencial para a saída do país.

Como regista Eusébio (1997, 168) o “Pinhal do Urso”, correspondente à parte norte do “Pinhal do Rei”, entre a margem direita do rio Lis e o rio Mondego, “fez parte do Couto do Lourical que pertencia ao mosteiro de Santa Cruz, passando para a Universidade de Coimbra, por doação de D. João III e para o Estado em 1837, ficando desde então considerada como mata nacional”. No dizer de O. Ribeiro (1970, 300), “o pinhal de Leiria, certamente anterior a D. Dinis (séc. XIV) (...) forma hoje o mais vasto maciço florestal do país”, não muito distante do mosteiro de Alcobaça, onde “os monges beneditinos arrotearam brenhas e secaram terras panatanosas” (Loc. cit.), técnicas que exportaram para outros locais, nomeadamente para os paús de

Ulmar (designação que parece justificar a existência da 'erva ulmeira' ou 'ulmária') e de outros terrenos subsidiários da bacia hidrográfica do Lis.

Cantado por poetas, “este é o pinhal de Leiria, o dos cantares do verde pino de D. Dinis, o das naus e caravelas das navegações, o frágil lenho que tão longe se aventurou” (Saramago, 1995, 234), achamos oportuno transcrever da “Antologia poética” de Afonso Lopes Vieira (1996)⁸³ uma saudação às “Flores do verde pinho”:

“Oh meu jardim de saudades,
verde cathedral marinha,
e cuja reza caminha
pelas reboantes naves...
Ai flores do verde pinho,
dizei que novas sabedes
da minha alma, sujas sedes
ma perderam no caminho!
Revejo-te e venho exangue;
acolhe-me com piedade,
longo jardim da saudade
que me puseste no sangue.
Ai flores do verde ramo,
dizei que novas sabedes
da minha alma, cujas sedes
ma alongaram do que eu amo!
- A tua alma em mim existe,
e anda no aroma das flores,
que te falam dos amores
de tudo o que é lindo e triste.
A tua alma, com carinho,
ou guardo-a, e deito,a a cantar,
das flores do verde pinho
àquelas ondas do mar.”



83 Afonso Lopes Vieira (1966) – Antologia poética. Lisboa, Guimarães Editores.

Pinheiro

O lugar do Pinheiro é mais um dos lugares interiores da freguesia de Monte Redondo, situado na encosta que desce do lugar do Graveto em direção à ribeira da Carpalhosa, ladeada a sul pelo Cabeço da Fraga. Neste espaço as cotas descem dos 100 metros de altitude para pouco menos de 40 metros junto ao vale onde se localizavam as primeiras casas e os campos de cultivo. Na proximidade desta ribeira situa-se a antiga Azinhaga das Freiras, cuja ocupação pelas tropas francesas era evocada pelos moradores mais antigos, deste e dos lugares vizinhos, daqui naturais ou oriundos de terras mais distantes.

O topónimo -‘Pinheiro’ - parece associado à "floresta de pinheiros" que cobrem toda a área adjacente ao ‘Cabeço da Fraga’, pertencente à freguesia do Souto da Carpalhosa. Não fora o sítio do lugar junto ao vale, poderíamos associar a este lugar de cota mais elevada e de constituição mais rochosa (mesmo que sedimentar), o sentido topográfico que Fernandes (1995, 31 e 261) assinala: “do pré-romano ‘pin’, ‘cabeço’, elevação”. Já para E. Santo, a sua localização no seio da constelação dos lugares de origem cananita que identifica nesta área, ‘Pinheiro’ tem outro significado: o de fronteira com o território vizinho.

A extensão do lugar em Pinheiro de Cima (antigo sítio de Brejinho) e Pinheiro, confirma o alargamento progressivo deste lugar e a identificação de outros sítios, anteriormente individualizados como fazendo parte do lugar principal que se conseguiu desenvolver há mais entre os casais circunvizinhos. Esta é a história do arroteamento e da colonização destas terras de gândara e do aproveitamento que souberam dar aos solos e aos recursos hídricos da bacia do Lis.

O isolamento deste sítio perante a distância ao centro da freguesia e os obstáculos que se lavantaram durante séculos ao atravessamento do campo e à extensão da mancha florestal, foram determinantes para que o lugar não tivesse tido um crescimento digno de nota nem tão pouco favorecesse a implantação de novos moradores ou famílias. Estas circunstâncias foram alteradas no decurso das últimas décadas por ação do poder local e do apoio e participação dos seus moradores numa conjugação de esforços com os moradores dos lugares mais próximos.

Longe vai o tempo em que os habitantes destes lugares recordavam o seu fadário (Sousa, 2004, 305):

“Anda um homem nesta lida
Do nascer ao por do sol.
Moi o corpo, mói a vida

E para comer, vai ao rol”.

A população do lugar perdeu quatro habitantes entre 2001 e 2011, passando de uma centena de habitantes no início do século para 96 moradores à data do censo de 2011. Trata-se de uma pequena variação, que resulta do envelhecimento das populações locais e da evolução do transporte individual tornando-o mais favorável à fixação de novos moradores.



População Medieval e Moderna

O conhecimento da população no território nacional, possível depois da realização periódica dos recenseamentos da população, esbarra anteriormente ao século XIX com a ausência desses levantamentos, de caráter regular ou pelas suas características. Só parcialmente, em termos territoriais ou pela informação que oferecem, permitem reconstituir os aspetos fundamentais da ocupação humana em datas anteriores a 1864. Mesmo assim entre os documentos mais antigos que nos permitem estimar o número de habitantes no território português, conta-se o "Numeramento de 1527-1532" mandado efetuar por D. João III com o intuito de conhecer o número de moradores do reino. De acordo com Gonçalves (1976-77, 408) para além de pretender conhecer “quantos moradores viviam em cada aglomerado populacional, grande ou pequeno”, o monarca desejava igualmente saber as formas dessa distribuição: “quantos habitavam o ‘corpo’ das cidades e vilas e quantos os arrabaldes; quantos também se disseminavam por quintas, casais e herdades”. Da carta circular expedida pelo Rei, em Coimbra, em 17 de julho de 1527, transcrevemos, pela sua importância, o seguinte (Galego e Daveau, 1986, 12):

"Corregedor Eu ell Rey vos emvyo muyto saudar por que follgarey de saber quantas çidades vyllas e lloguares ha em vossa correição e os nomes delles e assy quantos moradores nelles ha vos encomêdo e mando que lloguo tanto que esta vos for dada mamdes huû escrivam dessa correição quoall vos parecer que o melhor fara que vaa fazer esta dillygença, a saber, yyra a cada huûa das çidades villas e lloguares dessa comarca e em cada huû delles escrepvera quantos moradores ha no corpo da çidade ou vylla e arraballdes e quantos no termo declaramdo quantas aldeas ha no dito termo por seus nomes e quantos moradores ha em cada huûa dellas e asy quantos vyvem fora dellas em quyntas

cassaes e erdades fora das ditas aldeas e asy escprevera no dito livro quantas lleguos cada cidade e vylla tem de termo pera cada parte e com que lloguares outros partê."

Na parte correspondente à Estremadura esta tarefa foi cumprida pelo escrivão Jorge Fernandes, que no seu percurso entre Coimbra e Leiria recolheu os elementos sobre esta cidade e arredores, conforme as indicações do soberano. Transcrevemos de Galego e Daveau (1986, 95) o nome das unidades administrativas consideradas nesse percurso bem como o número de moradores ou seja, "o total de famílias ou pessoas isoladas, habitando em casa independente" (Gonçalves, 1976-77, 413), apurado em cada uma delas.

Tabela 17 - Numeramento de 1527.

Nome das unid. administrativas	Nº de moradores
Cidade de Coimbra	4570
Vila de Çarnache	75
Vila da Ega	126
Vila da Redynha	150
Vila de Pomball	516
Vila de Leyria	2060
Vila da Batalha	145
Vila de Porto de Mos	512

Os dados relativos às principais povoações situadas entre os rios Mondego e o Lis, no percurso percorrido pelo escrivão, permitem-nos verificar a importância da Vila de Leiria comparativamente com as vilas vizinhas de Pombal, da Redinha e da Batalha. E se tomarmos em consideração a população residente em Leiria e no seu termo, à data muito superior aos dois milhares de habitantes, notamos a grandeza deste núcleo de povoamento onde residiam cerca de metade dos moradores de uma das cidades mais importantes do reino, a cidade de Coimbra. Tendo presente os elementos apresentados por Gonçalves (op. cit., 414), o total de moradores era de 588 moradores na povoação de Leiria e de 1561, no seu termo.

De acordo com Castro (1991, 325), o total de Fogos existentes na freguesia de "N^a Senhora da Piedade do Monte Redondo" era de 480; no território da futura vizinha de São Miguel de Coimbrão, 291 Fogos, sendo a mais populosa de todas a freguesia do Salvador da Carpalhosa, com 770 Fogos. Este valor superava os 746 Fogos registados na freguesia da Sé de Leiria realçando a importância do povoamento nesta

antiga paróquia medieval. Note-se que ao longo do litoral, entre Aveiro e os coutos de Alcobça, apenas dois concelhos próximos, Buarcos e Redondos, se assumiam como os dois principais núcleos de povoamento do litoral marítimo desta área ou seja, como os seus principais centros populacionais. Foi a conclusão a que chegámos depois de consultar o estudo de Galego e Daveau (1986) já citado.

Esta apreciação realça a ausência de um povoamento denso em toda a área litoral compreendida entre os rios Lis e o Mondego, facto que deverá ser entendido como uma consequência da sua natureza arenosa e dunar.

Tabela 18 - Monte Redondo: estimativas da população.

Anos	Nº de fogos	Nº de habitantes	Varição
1657	200	800	
1712a)	216	720	-80
1721	264	890	170
1732	264	890	-
1758	276	824	-36
1801	395	1759	935
1810	462	1759	-
1811	255	878	-881
1833	305	1214	336
1838	316	1522	308
1849b)	463	1417	-105
1858	502	1976	559
1862c)	486	2016	494
1864d)	496	2174	158
1869e)	496	-	

Fontes: Cristino (1971 (Adapt.) e

a) Pe. Carvalho (1ª edição: 1712) - 216 fogos, b) Censo de 1849 (L. N. Espinha da Silveira); c) Estatísticas Paroquiais (1862) - 486 fogos; 2016 habitantes; d) Estatísticas Civis (1864) - 2174 habitantes; e) Pe. Carvalho (2ª edição: 1869) - 496 fogos

Note-se que, à época, a distribuição dos principais núcleos de povoamento situava-se quer ao longo da via de circulação terrestre norte-sul, quer ao longo dos vales dos principais rios, caso do Vouga, do Mondego e mais a sul, do rio Tejo. De acordo com as informações recolhidas por Galego e Daveau (1986, 38), grande parte dos habitantes sediados nesta área da Estremadura residia em propriedades régias. No entanto a norte de Leiria a propriedade estava essencialmente na posse

da Ordem de Cristo (com algumas, poucas, propriedades ocupadas pela Ordem do Mestrado de Santiago). A sul desta vila a propriedade pertencia essencialmente aos Coutos de Alcobaça.

Pouco poderemos dizer acerca do total dos habitantes do Reino na data do referido numeramento. Globalmente os dados recolhidos apontam para um valor global de 280.415 fogos, a que podiam corresponder cerca de 1.2 Milhões de habitantes. Para este cálculo admitimos o valor médio de 4-5 pessoas/fogo, proposto por Godinho (1977, 38). E se compararmos esta estimativa com os elementos recolhidos por V. Serrão (1975, 217) sobre a população portuguesa, dois séculos mais tarde, em 1640 - quando a população portuguesa deveria orçar 1.3 Milhões de moradores - somos levados a acreditar nos dados do cômputo anterior. Mesmo assim a variação positiva registada entre as duas datas, traduz os efeitos das perdas provocadas pelas epidemias e pelas fomes, ao que parece constantes nessa época, bem como a ação de outros flagelos sociais. Referimo-nos em particular à constante saída de gente e ao grande êxodo de portugueses, “sobretudo de homens, para todas as partes do mundo, (...) muito intenso nesta primeira metade do século XVI” (Gonçalves, 1976-77, 420), período marcado pela forte expansão das viagens portuguesas e pela ocupação de diversos territórios.

Assinala a propósito o autor (loc. cit.) a importância das saídas para a Índia, “para onde, até 1527, teriam navegado por volta de 80 000 homens, dos quais, (...) só um décimo viria a regressar a Portugal”. Por sua vez Galego e Daveau (1986, 21) registam ainda as saídas de colonos para os Açores e para a Madeira; a emigração para Espanha; o recrutamento para as guarnições das cidades do norte de África e mesmo a "dramática diáspora da comunidade judaica portuguesa provocada pela perseguição religiosa" (op. cit., 22). A estes acontecimentos deveremos ainda juntar as necessidades crescentes da colonização do Brasil e o acréscimo do movimento de saídas para o continente sul-americano que se verificou após a descoberta das minas de ouro e de pedras preciosas neste território, nos finais do século XVII e início do seguinte, achado que levou à intensificação da emigração portuguesa para este destino nos séculos imediatos. Tais condições estiveram na origem de um crescimento lento da população portuguesa devido não só à importância e à extensão do movimento emigratório, mas também aos fatores naturais, natalidade e mortalidade, igualmente responsáveis por esta evolução.

Podemos recordar como características gerais da evolução demográfica da população durante o “antigo regime” (séculos XV a

XVIII), a ocorrência de guerras, de fomes e de pestes frequentes, que embora contrariadas por uma natalidade elevada, não permitiam um crescimento (saldo fisiológico) acentuado dos habitantes. Quanto à realidade económica, Amado Mendes (1993, 73-74) identifica as características económicas essenciais do “antigo regime” com a predominância do setor primário, acompanhada por uma indústria “sob a forma artesanal, isto é, essencialmente manual e com níveis de produtividade bastante limitados”. Quanto ao comércio, “processava-se, geralmente, em feiras e mercados, em tendas e em pequenas lojas”.

Estas situações andam associadas à natureza do território e à sua florestação, com base desde o século XIII no pinheiro marítimo e no desenvolvimento da agricultura, em especial nos vales de aluvião que acompanham os principais cursos de água, fomentando assim o desenvolvimento de novos casais. Estes constituíram-se pelo arroteamento das áreas incultas, especialmente junto dos vales de melhor qualidade do solo, como era o vale do rio Lis, e em terrenos pertencentes ao cabido da Sé de Leiria, dos Crúzios de Coimbra e dos Cistercienses de Alcobaça. Para melhor compreensão do que acabamos de referir, transcrevemos de V. Serrão (1975, 249), algumas descrições relativas às principais povoações desta área litoral, bem como as atividades dominantes. Começamos pela descrição da cidade de Leiria:

➤ - Leiria: "...haziendose fertilissima de pan, generoso vino, suaue azeyte, regaladas frutas, pesca, guertas; adornala dilatado pinar de seis leguas, plantado por el Rey Don Dionis, sin elqual fuera imposible...conseruar nauegaciones deste Reyno".

"Entre a villa de Santaren y la ciudad de Coimbra yaze la fuerte ciudad de Lería, cenida de muros, bañada del rio Lis que aqui se junta con el Lena que de la otra parte del fuerte castillo la circunda, tiene 2000 vezinos, com 3 parroquias, 2 Conventos de frayles y uno de monjas. Su corregimiento alcança 23 villas, la hizo Catedral Paulo III Papa, año 1545, a peticion del Rey Juan III, desmembrandola de Coimbra y Lisboa, componenla 5 dignidades, 10 canonigos, 10 medios y 8 beneficios, rentando al Obispo 18000 ducados".

Na parte mais setentrional de Leiria, referem-se as vilas de Pombal e de Soure. Assim, de Pombal, lê-se no referido documento (op. cit., 274):

➤ Pombal: "...con buena cosecha de pan, vino, y azeyte".

Es la villa de Pombal comarca de Tomar y cercana a ella, con 250 vezinos y castillo".

De Soure, diz o referido documento (op. cit., 273):

➤ Soure: "...orillas de un arroyo, con buena cosecha de pan, vino, caças, ganados, frutas, hortalisas, y pesca".

"En espacioso llano yaze la villa de Soure, comarca de Tomar, 6 leguas de Leria, con castillo y Palacio, 800 vezinos, una Parroquia, un convento de frayles y otro de monjas".

Embora tratando-se de povoações mais afastadas da nossa área de estudo, as descrições acima referidas ilustram as formas dominantes do povoamento e os traços essenciais da economia rural nesta zona centro-litoral do território, ligada ao arroteamento dos terrenos arenosos e alagadiços, à exploração do solo e da sua vegetação, principalmente do "Pinhal do Rei", fonte importante de rendimento para os moradores que se fixaram no termo de Leiria, entre esta cidade e o mar. E Leiria era conhecida, desde longa data, pela sua posição estratégica e pela natureza das suas atividades. Transcreve-se uma descrição relativa aos finais do século XVII, de 1675 (Vasconcelos, 1942.III, 701 - in: M. Silva, "Poblacion") que refere o seguinte:

"Entre a vila de Santaren, y a ciudad de Coimbra yaze la inexpugnable, y alegre de Leiria, ceñida de fuertes muros, vistosas torres, bañada del transparente rio Lis, juntando-se aqui con el rendoso Lena, que a la otra parte del fuerte castillo la circunda... haziendo-se fertilissima de pan, generoso vino, suave azeite, regaladas frutas, pesca, huertas, adornan-la dilatado pinar de seis leguas".

Sendo este o panorama do termo norte de Leiria, vejamos alguns dados relativos à população de Monte Redondo, cujo montante não conseguimos apurar na altura do numeramento quinhentista (1527). No entanto tomando por base os dados recolhidos por Cristino (1971), os habitantes desta freguesia orçariam em 1657 (já depois do seu desmembramento e da criação da freguesia do Coimbrão, em 1636), os 800 indivíduos (cerca de 200 fogos).

Tendo em conta os dados apontados meio século depois, no início do século XVIII, pelo Pe. Carvalho da Costa, na sua "Corografia Portugueza e descripçam Topográfica do famoso Reyno de Portugal" (editada em 1712), a propósito de Leiria e das freguesias limítrofes, verifica-se um decréscimo da população residente. Tal como anteriormente observámos este decréscimo estará relacionado com a primeira grande vaga da emigração portuguesa para o Brasil decorrente da descoberta das minas de ouro e de outras pedras preciosas, nos finais do século XVII.

A propósito de Leiria, descreve o Pe. Costa (1712):

"tem esta cidade no seu termo 19 paróquias, todas curados, que são as seguintes: S. Miguel do Coimbrão tem a Ermida de Santiago da Ervedeyra, duzentos e vinte vizinhos, quinhentos e noventa e seis pessoas mayores e cento e quinze menores; N^a. Senhora da Piedade, de

Monte Redondo, tem duzentos e dezasseis vizinhos, quinhentas e sessenta pessoas mayores e cento e sessenta menores. Há nesta freguesia a Ermida de S. Aleixo do Paço e N^a Senhora do Amparo da Sismaria".

Embora difíceis de contabilizar os valores referentes à população desta freguesia poderão ser apreciados através do recurso a várias fontes. Entre elas destacamos as informações contidas nas "Notícias de algumas vilas e freguesias do Distrito de Leiria escritas em 1721 e enviadas à Academia Real". Trata-se de levantamento feito em obediência ao ordenado pelo monarca D. João V aos provedores das várias comarcas do reino para enviarem àquela instituição, memórias e notícias sobre as várias povoações do reino. Assim procedeu o provedor da comarca de Leiria, Braz Raposo da Fonseca, que "examinando os documentos existentes nas mãos dos particulares e nos arquivos das Camaras, copiando inscrições, ouvindo as tradições e descrevendo os monumentos mandou ao seu secretário Cristovam de Sá Nogueira", fez os relatos desta ocupação humana.

Transcrevemos alguns dos dados referentes aos lugares mais próximos ("Manuscrito" - Arquivo da Universidade de Coimbra, n.º. 503) - Quadro V):

➤ "A Vintena da Sismaria: à parte do nascente tem 27 vezinhos. A aldea das Carvalheiras setuada a norte com 15 vezinhos. Lugar da Arueira ao sul com 7 vezinhos. Lugar de Monte Redondo com 3 vezinhos. Lugar de Passos ao norte com 27 vezinhos. Lugar de Fonte Cova ao sul com 18 vezinhos. Há uma Igreja com retábulo de Monte Redondo, e uma Ermida de Santa Anna. Mais uma Igreja de N^a Sr^a da Piedade e nella cinco confrarias a saber: a dos Santos. A de N^a Sr^a da Piedade. A do Rozário. A de São Sebastião. A das Almas".

➤ "A Vintena da Ervideira: situada ao norte, tem esta aldea 54 vezinhos. A aldea das Fontainhas a nascente com 13 vezinhos. A aldea de Porto Longo ao nascente com 7 vezinhos. Nesta avintena não há mais Igreja nem Confraria que uma ermida a de Santiago na dita aldea da Ervideira".

➤ "A Vintena da Bajouca: está esta aldea à parte do norte tem 32 vezinhos. Aldea da Bouça ao norte com 13 vezinhos, nella há uma Igreja que é da freguezia com o orago de N^a. Sr^a. da Piedade, e nela 5 freguezias digo 5 confrarias: a do Santíssimo Sacramento. A de N^a. Sr^a. da Piedade. A de N^a. Sr^a. do Rozário. A de São Sebastião. A das Almas".

"A Vintena do Pinheiro: tem lugares, cazaes sete, a saber o lugar do Pinheiro à parte sul com 10 moradores. O lugar das Lavegadas em cazaes raros à mesma parte com 17 moradores. O Casal dos Matos ao norte com 4 moradores. O Casal Novo ao poente com 10 moradores. O

cazal da Lagem ao sul com 4 moradores. O Casal do Garaveto à mesma parte com 4 moradores. O Casal do Ribeiro da vinha entre o poente e sul com 3 moradores".

Fazendo fé nos elementos descritos verifica-se que o total de vizinhos (entendidos, certamente, como 'cabeça de casal'), não deveria ultrapassar os duzentos e setenta e oito, desigualmente repartidos pelo território adjacente. Quanto à sua distribuição verifica-se que as povoações da Bajouca e da Bouça, a nascente do pequeno lugar de Monte Redondo, aparecem como os dois centros de povoamento mais importantes, situação que parece ter continuidade para sul nos lugares de Casal Novo e das Lavegadas. Para poente destes lugares, Sismarias e Carvalheiras, conjuntamente com Fonte Cova e Fontainhas, parecem constituir dois outros centros de fixação demográfica aos quais se junta o lugar de Ervedeira, com 54 vizinhos.

Entre estas duas manchas surge o lugar do Paço com 27 moradores. Por sua vez o lugar de Monte Redondo regista uma população reduzida de apenas três moradores. Trata-se de um valor insignificante que poderá estar relacionado com a sua formação mais recente em local próximo das vias naturais de circulação que atravessavam o litoral e no seu cruzamento com as que se dirigiam para o interior, ou já com a estrutura social e de posse da terra. De qualquer forma a antiguidade deste lugar parece contrastar com a natureza do povoamento, mais remota, de alguns lugares próximos como Souto, Colmeias e outras paróquias pertencentes ao Priorado Cruzio de Leiria.

Por sua vez Cabral (1993.III, 54), baseado nos dados da "Geografia Histórica", de Caetano de Lima (vol. II, 660) assinala, para o início do século XVIII (1732) a existência de 264 fogos e de 890 habitantes para o conjunto desta paróquia. O aumento da população residente fica comprovado pelos valores relativos ao início do século XIX, em 1801.



População em Novecentos

Como foi notado a informação relativa à população portuguesa torna-se necessária à medida que o poder régio chama a si diversas funções relacionadas com a gestão económica, dos impostos, da justiça, do fomento e da defesa. Assim se compreendem certos levantamentos como o que foi realizado após o terramoto de 1755, em todas as paróquias do Reino. As respostas dadas pelo pároco da freguesia de

Monte Redondo ao "Inquérito Nacional" promovido pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, realizado em 1758 (ou seja, três anos depois do terramoto que afetou todo o reino) e da responsabilidade do Padre Luiz Cardoso, académico da Academia Real de História e membro da Congregação do Oratório de Lisboa, inserem-se neste exemplo.

A reduzida importância da sede de freguesia de Monte Redondo é corroborada pela descrição elaborada na mesma data sobre Monte Real, que aponta como lugares mais próximos desta povoação: Lavegadas, Paço, Sismaria e o lugar da Ervideira, pertencente à freguesia do Coimbrão (Alves, 1955, 93-94), não se referindo sequer ao lugar de Monte Redondo. Como justificação para este cenário tem Arala Pinto (1938.I, 60) a seguinte interpretação: "os lavradores preferiam cultivar as fôlhas mais produtivas e mais apropriadas às gramíneas cerealíferas, deixando em maninho as de qualidade inferior", pelo que devemos entender que a maior concentração humana nestes lugares deve-se, fundamentalmente, à melhor fertilidade do solo e à facilidade das colheitas, o que lhes facilitava o pagamento dos tributos. Na sede da povoação o Cura e algumas famílias de posses constituíam o núcleo de residentes.

Os dados disponíveis relativos aos recenseamentos da população de 1801-1802, trazem novas informações sobre a população residente nesta freguesia. Contudo apesar do contexto demográfico não ser favorável devido à sucessão de "más colheitas (1784-1793 e 1793-1804) originadas, segundo tudo leva a crer, por más condições climáticas" (Sousa, 1996, 17). Os valores do censo de 1801 relativos ao n.º de fogos e aos habitantes recolhidos por L. N. Espinha da Silveira no âmbito do projeto "Censos portugueses na primeira metade do século XIX", apontam para uma população superior a 1,7 milhares de habitantes.

Tabela 19 - Censo de 1801: fogos, população e seu movimento.

Freguesia	Fogos	População		Nasc.		Óbitos	
		H	M	H	M	H	M
Coimbrão	367	636	625	21	18	18	18
Leiria	701	1111	1587	44	51	35	52
Monte Real	224	405	424	10	12	7	6
Monte Redondo	395	862	897	35	27	25	25
Souto da Carpalhosa	738	1289	1443	50	32	32	37

in: L. N. Espinha da Silveira, 1999

Por serem dos valores mais elevados relativos à população residente por freguesias na Comarca de Leiria, denotam um dos crescimentos mais elevados da população nesta área, bem como a sua importância relativa comparativamente às demais freguesias desta Comarca. Nesta data a Comarca de Leiria, constituída por 29 freguesias, registava um total de 10422 fogos, sendo recenseados 18576 habitantes do sexo masculino e 20143 do século feminino.

A freguesia de Monte Redondo neste início do século XIX, em 1801 regista, quanto à composição da população, um razoável equilíbrio entre os sexos: 862 homens e 897 mulheres, facto que pode comprovar uma eventual participação dos habitantes da freguesia na emigração transoceânica, embora sem grande predomínio da componente masculina. Este equilíbrio acompanha a estrutura da população, por idades.

Ainda que exigindo uma análise mais aprofundada sobre a evolução demográfica no início desse século e sobre as condições de vida da população nesse período, globalmente marcado pela "crise da 'escassez do pão'", como refere Sousa (1996, 17), destaca-se a grande perda de habitantes registada nesta freguesia entre 1810 e 1811, período que coincidiu com a terceira invasão francesa e com os reflexos desta ocupação. E a avaliar pela evolução demográfica registada nos anos seguintes, podemos concluir que a enorme perda de vidas então verificada constituiu um grande desaire em toda esta área. Não nos surpreende, por isso, que logo em 1836 a Câmara de Leiria tenha considerado a alteração dos limites das freguesias, entre as quais se incluía a de Monte Redondo que, não podendo subsistir isoladamente, fosse reunida à do Coimbrão para assim formarem em "Círculo Paroquial ou unidade do sistema administrativo" (Cabral, 1993.I, 101), o que não chegou a acontecer.

Para além das calamidades já descritas a situação demográfica da freguesia foi afetada não só pela ação das tropas napoleónicas, mas ainda pelas epidemias (nomeadamente a epidemia de cólera-morbus que grassou no país em 1833, em 1855 e 1856 e pelas sezões frequentes), pelas lutas liberais e pelos maus anos agrícolas que contribuíram para debilitar ainda mais estes moradores. Estas condições provocaram um agravamento das condições de vida dos camponeses, à debilidade das condições de vida e às epidemias frequentes que conduziram a "um crescimento da população muito lento" e, depois, à "estagnação, senão recuo populacional" (loc. cit.). Depois, a população da freguesia manteve o seu crescimento durante as décadas seguintes atingindo, em 1864, os 2,1 milhares.

A agravar esta situação contamos ainda com o movimento de emigração para o Brasil que se acentuou depois dos anos cinquenta, após a abolição do tráfico negreiro entre esta colônia e África. Com o fim da escravatura nas terras de Vera Cruz, em 1888 e a necessidade imediata de recrutamento trabalhadores que vieram a substituir muita daquela mão de obra nos trabalhos das plantações, a emigração transoceânica expandiu-se largamente.

Quando da realização do 1º Recenseamento da População portuguesa, em 1864, há notas sobre a origem da população em lugares próximos, tais como em Monte Real e, sobretudo, nas zonas litorais e piscatórias, que terão acolhido pescadores e outros residentes de lugares do centro litoral norte do território, principalmente da região da Gândara de Mira e da Ria de Aveiro. Sobre os movimentos da população, assinala Vasconcelos (1942.III, 401) o seguinte: "Em Monte Real, (...) corre uma tradição, (...) de que a estirpe dos habitantes dessa povoação, e de Carvide e Amor, (...) e bem assim da Marinha dos Vidros ou Marinha Grande, (...) comparticipa de sangue de Mirões, isto é, de indivíduos oriundos de Mira (distrito de Coimbra); o que, segundo a mesma tradição (...) se confirma com a existência, por aí, de famílias apelidadas de Mira".

Do que sabemos sobre a evolução do litoral português estes movimentos estão relacionados com o processo de assoreamento progressivo que atingiu alguns rios portugueses, como o rio Vouga, e pelo declínio que atrofiou as suas atividades marítimas e piscatórias desde os finais do século XVI até ao início do século XIX. Essa decadência levou à fixação de diversas populações marítimas noutros locais da costa portuguesa, nomeadamente da foz do Mondego, a Lisboa e no Algarve. Outros habitantes ter-se-ão fixado noutros locais, que garantiam trabalho como foram as Matas Nacionais.



População: de 1864 aos nossos dias

A construção de um sistema de recolha estatística do Reino foi uma das competências atribuídas em 1859 à Repartição Geral de Estatística, no Ministério das Obras Públicas. À referida repartição foi dada a responsabilidade de organizar a recolha de informação estatística sobre a população permitindo registar, com detalhe, a evolução dos habitantes dos diversos Distritos, Concelhos e Freguesias, onde se conta a de

Monte Redondo. Anteriormente a esta data os dados eram recolhidos de forma esporádica ou até local, sem critérios reconhecidos internacionalmente, o que veio a suceder depois de 1864, data do primeiro recenseamento da população, coordenado por aquela repartição pública. Assim se verifica em relação aos anos de 1801 e de 1849, datas dos censos estudados por L. N. E. Silveira, quando o total de habitantes desta freguesia foi estimado em 1759 e 1417 indivíduos, respetivamente. A diferença entre eles traduz uma perda de 342 indivíduos já justificada pelas invasões franceses e pelas suas nefastas consequências.

Antes ainda da realização dos recenseamentos oficiais da população, iniciados em 1864, os dados recolhidos por L. N. E. Silveira (1999) permitem-nos ajuizar do total de nascimentos e dos óbitos registados nesta freguesia, em 1801 e em 1849. Depois de 1864, recenseamento da população, "inspirando grau de confiança não menor do que em geral inspiram os modernos censos de outros países, feitos pelo mesmo método" (Evangalista, 1971, 7) e entre esta data e 1878, a população da freguesia terá perdido 9 habitantes, número diminuto que confirma localmente os reflexos das epidemias de cólera e de febre-amarela que entretanto atingiram o país.

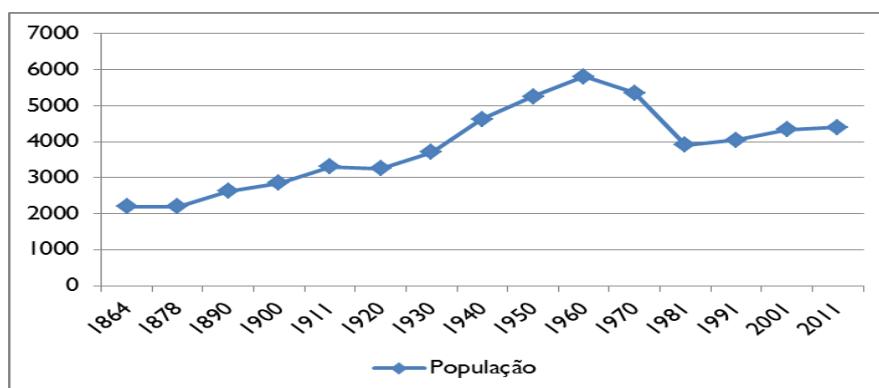
Apesar das quebras da população ocorridas na transição do século, o crescimento da população mantém-se fortemente positivo, sendo as primeiras quebras devidas à gripe pneumónica que assolou o país em 1918, as que causaram novamente um ligeiro decréscimo da população residente. Este foi um período em que a sede da freguesia ficou beneficiada com a construção da Linha férrea do Oeste e os trabalhos de conservação da antiga Estrada Real, nº 58 que atravessava a povoação a caminho da Figueira da Foz do Mondego.

Terminada a 1ª Guerra mundial e com ela o período de crise económica que a acompanhou, a povoação de Monte Redondo, valendo-se da sua posição estratégica e da sua acessibilidade em relação às duas vias de comunicação que cruzavam a parte norte do concelho de Leiria, bem como à natureza do solo e à proximidade do Pinhal do Rei e a exemplo do que se verificou noutras localidades próximas, começou por desenvolver algumas atividades económicas que tiveram como reflexo imediato a fixação e o crescimento dos seus habitantes. Este período vem desde 1864 até 1920 e caracteriza-se por um crescimento moderado dos moradores ou seja um acréscimo de cerca de um milhar de indivíduos. Nele coexistem duas épocas distintas: entre 1864 e 1878, em que as quebras da população são justificadas como "reflexos das epidemias da cólera e febre-amarela do reinado de D. Pedro V —

1855/1857" e o seguinte, de 1911 a 1920, devido aos efeitos da gripe pneumónica de 1918-1919 (ou eventualmente a algumas perdas provocadas pela emigração).

Apesar destas situações, a população global da freguesia aumentou globalmente, como veio a acontecer no período alargado de 1930 a 1960 quando se registou um crescimento mais acentuado da população residente, ou seja o aumento de mais de dois milhares de habitantes. Só entre 1930 e 1940, a população da freguesia aumentou quase um milhar de indivíduos. Este surto de crescimento local gerou, então, um movimento para a elevação da povoação a Vila, facto que não chegou a consumir-se. No entanto em nenhum outro período foi registado um crescimento tão intenso da população da freguesia. Os melhoramentos públicos e a ação de alguns monteredondenses justificaram, à época, esse desejo. Este período coincidiu com os anos de ouro da freguesia, acompanhado que foi da criação de diversas indústrias e a construção de vários melhoramentos públicos.

Figura 23 - Monte Redondo: evolução demográfica (1864-2011)



Note-se que para além do crescimento natural proveniente da fertilidade dos habitantes já aí radicados, contamos com a afluência de novos moradores oriundos de outras áreas do país, nomeadamente do Vale do Souza que para aqui foram atraídos devido ao incremento da exploração das pedreiras de Monte Redondo. Estando, por outro lado, as portas da emigração encerradas, justifica-se este surto demográfico assente no crescimento da população autóctone e na que aqui veio residir em resultado das migrações internas e da necessidade local de mão de obra.

Depois de 1960 verificaram-se perdas da população residente, passando esta de mais de 5,8 milhares de habitantes em 1970, para 3,9 milhares em 1991. Causas distintas, de natureza demográfica e económica, acompanham esta variação. Assim, entre 1960 e 1970, as

perdas são essencialmente devidas à emigração. A par desta, a queda da natalidade, a redução de membros dos agregados familiares, o início da guerra colonial, o êxodo rural e as mudanças operadas na sociedade portuguesa que conduziram, nomeadamente, à emancipação da mulher, justificam estas quebras.

Tabela 20 - Resumo da variação da população.

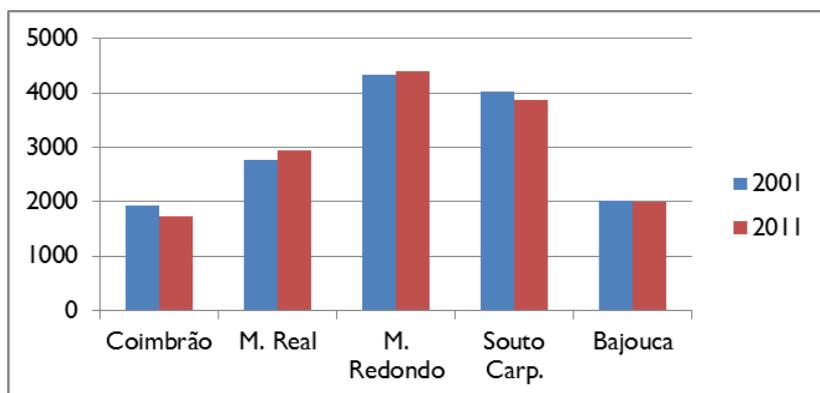
Recens.	Freg. Monte Redondo			Concelho de Leiria		
	Habit.	Var.(Abs.)	Var.%	Habit.	Var.(Abs.)	Var.%
1864	2203	-	-	32.252	-	-
1878	2194	-9	0	35.402	3150	9,8
1890	2620	426	19,4	41.606	6204	17,5
1900	2850	230	8,8	44.811	3205	7,7
1911	3302	452	15,9	48.447	3636	8,1
1920	3.259	-43	-1,3	51.101	3000	5,5
1930	3.710	451	13,8	55.234	4133	21,9
1940	4.627	917	24,7	67.313	12079	21,9
1950	5.253	626	13,5	77.567	10254	15,2
1960	5.811	558	10,6	82.988	5421	7
1970	5.350	-461	-7,9	78.950	-4038	-4,9
1981	3.915	-1435	-26,8	96.517	17567	22,3
1991	4051	136	3,5	102762	6245	6,47
2001	4335	284	7	119847	17085	16,6
2011	4398	63	1,7	127468	7621	6,4

Embora o mesmo fenómeno se tenha continuado a verificar durante a década de setenta, o decréscimo maior deve-se ao desmembramento da freguesia de Monte Redondo, da nova freguesia da Bajouca, devido à sua criação, em 1971 (Decreto-Lei nº. 559/71 de 17 de dezembro). A partir de 1981 manteve-se o crescimento da população residente, mas o agravamento da redução do crescimento natural e as migrações, são as principais responsáveis pelo acréscimo de cerca de meio milhar de habitantes na freguesia de Monte Redondo, entre essa data e 2011. Apesar destas condições, não ocorreu nos últimos anos uma grande diversificação das indústrias locais, nem a implantação de outros setores de atividade económica suficientemente fortes para impedirem a fuga das populações desta área. Em relação ao último recenseamento da população, de 2011, a população residente na freguesia de Monte Redondo ascendia a quase 4,4 milhares de habitantes e a 1590 famílias, que ocupavam 2174 alojamento e 2049 edifícios.

Nos dias de hoje o acréscimo de atividades sediadas na freguesia e o crescimento da cidade de Leiria e globalmente em toda sua área de influência, proporcionando novas oportunidades de emprego, parecem explicar a inversão desta tendência. As tendências referidas são globalmente seguidas pelo crescimento da população no concelho de Leiria, salvo no período de 1970-1980, em que esse decréscimo acompanhou a grande vaga de emigração registada neste concelho. Já no decurso dos decénios posteriores, a evolução da população manteve-se a um ritmo crescente aumentando em cerca de 25000 os habitantes do concelho.

A apreciação com outras unidades administrativas permite-nos ainda enquadrar a evolução demográfica recente desta freguesia no movimento geral das freguesias vizinhas que, globalmente, registam as mesmas tendências e efeitos: uma evolução demográfica positiva até aos anos sessenta e um decréscimo acentuado desde então. Este fenómeno atingiu mesmo as terras mais populosas como o Souto da Carpalhosa realçando, desta forma, a extensão e a intensidade dos movimentos emigratórios em todo o concelho de Leiria, de que a sua parte norte, conjuntamente com os territórios vizinhos do concelho de Pombal, ficaram destacadas como áreas fortemente repulsivas e afetadas pela emigração.

Figura 24 - Variação da população residente: 2001-2011



No conjunto do município de Leiria, os dados preliminares relativos ao censo de 2011 indicam um aumento significativo de habitantes, particularmente sentido na coroa urbana da cidade, esbatendo-se à medida que nos afastamos do referido centro. Esta situação realça o peso demográfico de Leiria no conjunto dos municípios do Pinhal Litoral no qual se registou, globalmente, um acréscimo da sua população residente em Leiria, na Batalha e na Marinha Grande. Em Pombal, pelo

contrário, as perdas foram já significativas e em Porto de Mós, os dados apontam para uma estabilização da população em relação ao início do século.

Os dados do último recenseamento, de 2011 indicam uma desigual concentração humana de habitantes no conjunto destas cinco unidades territoriais, com acréscimos de residentes em Monte Real (+ 171 hab.) e Monte Redondo (+ 74 hab.) e um ligeiro recuo no Coimbrão (- 194 hab.), no Souto da Carpalhosa (- 154 hab.) e na Bajouca (- 19 hab.).

Apesar dos valores referentes à evolução demográfica recente não podemos esquecer a situação demográfica do país, a qual tem vindo a realçar a tendência para uma evolução moderada dos nossos habitantes no decurso das próximas décadas. O crescimento moderado da população, que não sendo homogéneo no território continua a acentuar:

- Crescimento reduzido da população;
- Quebra acentuada da fecundidade;
- Envelhecimento acentuado dos habitantes;
- Intensificação dos movimentos migratórios, em particular da emigração;
- Alteração significativa dos sistemas de emprego;
- Mudanças sócio-culturais e económicas profundas que sugerem alterações demográficas ainda mais complexas;

Este é o retrato demográfico da sociedade portuguesa que na última década veio a acentuar a tendência anteriormente esboçada e a registar o agravamento das suas estruturas demográficas e do crescimento dos seus habitantes.



População: composição e estrutura

A evolução demográfica desta freguesia deve ser completada com o conhecimento da população por sexos e distribuição por grupos funcionais (ou grupos etários), dados que nos permitem compreender melhor a ocorrência de fenómenos associados ao próprio crescimento e à variação dos moradores. No caso presente o crescimento demográfico acusou, sobretudo entre 1911 e 1920 e depois de 1970, perdas significativas dos residentes que então se justificam pelas saídas de um número considerável de habitantes para o Brasil e mais recentemente para a França, a Alemanha, o Luxemburgo, a Suíça, o Reino Unido e outros países quer do continente europeu, quer ainda

para África e América do Norte. Daí que, apesar da quebra recente deste movimento, a estrutura etária da população realce aquelas saídas nos grupos etários dos jovens-adultos e adultos de ambos os sexos.

Se atendermos aos dados referentes à população residente nesta freguesia em 1981, com 12 e mais anos de idade, verifica-se um relativo equilíbrio de ambos os sexos (Sex-Ratio= 0.96), embora a partir dos trinta anos de idade se verifique praticamente em todos os grupos etários (salvo no grupo etário dos 55-59 anos) uma presença mais acentuada dos indivíduos do sexo feminino. Quanto às atividades desta população, verifica-se que dos 1621 indivíduos que em 1981 declararam exercer uma profissão, 35,8% pertenciam ao setor primário, 42,4% ao setor secundário e 21,8% ao setor terciário.

Já em 1991, dos 4051 habitantes da freguesia:

- Em 1414 estavam empregados (dos quais, 1007 eram do sexo masculino);

- A taxa de atividade da população residente orçava os 37,2%, sendo nos homens de 52,1% e nas mulheres, de 22,6%;

- A taxa de desemprego era globalmente de 6%, sendo nos homens de 3,1% e nas mulheres de 12,7%;

- A população desempregada era, apenas, de 91 indivíduos.

Comparativamente a 1981 verificamos ter-se acentuado uma redução de quase duas centenas de ativos, decréscimo que acompanhou as quebras registadas no setor primário e um crescimento digno de nota nos restantes setores de atividade. Tal facto deverá encarar-se como uma consequência do processo de industrialização e urbanização que afetou esta área do Pinhal Litoral e levou à transferência de contingentes de trabalhadores, sobretudo jovens e adultos, tradicionalmente ocupados no setor primário para outros setores de atividade.

Nos valores recolhidos pelo INE quando do “XIII Recenseamento da População”, em 1991, referentes à população residente na freguesia de Monte Redondo, por condição, perante a atividade económica, notamos globalmente que dos 3266 indivíduos com mais de 12 anos de idade, exercendo uma atividade remunerada (dos quais, 1615 eram do sexo masculino), mais de metade (54%) eram estudantes, reformados e domésticos. Estes dados estão de acordo com os dados que recolhemos através da consulta ao “inquérito paroquial” concluído por volta de 1995 os quais permitem comprovar, na sua globalidade, as informações recolhidas nas estatísticas do INE., nomeadamente no que diz respeito ao já elevado número de reformados residentes na freguesia e ao peso das domésticas nos lugares da paróquia de Monte Redondo, cujo montante ultrapassava um milhar.

Tabela 21 - Monte Redondo: população residente, ativa, por setores de atividade.

Ano	Total		Primário		Secundário		Terciário	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
1981	1621	1032	580	196	688	625	353	211
1991	1414	1007	129	99	785	651	500*	257

**Serv. nat. social:100; *Serv. act. econ.: 400*

As notas anteriores relativas à população ativa, recolhidas no “Recenseamento da População” de 1991 (e confirmadas pelo Inquérito Paroquial, de 1995) poderão ser completadas através da análise das principais atividades económicas radicadas na freguesia de Monte Redondo, nos finais da década de noventa. Assim, tendo por base informações recolhidas junto de organismos da segurança social verificamos que em finais de 1999 o total de ativos ocupados em atividades radicadas na freguesia deveria orçar um milhar e duzentos mil, os quais podem ser agrupados por setores de atividade - setor primário, secundário e terciário - ou mais detalhadamente pelos grandes grupos de atividade (CAE) propostos pelo Instituto Nacional de Estatística (1973).

Quanto à primeira classificação, por setores de atividade, observa-se:

➤ A importância reduzida do setor primário: agricultura, silvicultura e indústrias extrativas, que ocupavam menos de duas centenas de trabalhadores, ou seja cerca de 16% do total de ativos;

➤ A maior dimensão do setor secundário, que emprega quase dois terços dos cerca de 1200 ativos aqui residentes no final de 1999. Descriminando verificamos que os diversos tipos de indústria existente ocupavam 42,8% desses ativos, contra 24,1% no setor da construção civil e obras públicas;

➤ O peso igualmente diminuto de ativos ocupados em atividades do setor terciário que ocupava, na mesma época, cerca de duas dezenas de ativos, representando 17,1% daquele todo.

Se atendermos à distribuição desta população pelos diversos setores de atividade, verificamos:

➤ Cerca de 55,5% da população ativa estava empregada em atividades relacionadas com a indústria (setor secundário);

➤ Cerca de 35,4% em atividades do setor terciário (dos quais, quatro centenas em serviços relacionados com atividades económicas e uma centena em serviços de natureza social);

➤ Apenas 9,1% em atividades do setor primário, especialmente na agricultura.

As grandes divisões propostas na “Classificação das Atividades Económicas Portuguesas”, por ramos de atividade (CAE-1973), embora discriminadas de forma diferente registam a importância do emprego na indústria e em menor percentagem na agricultura e silvicultura, atividades que tradicionalmente ocupavam o maior número de habitantes locais. Essa distribuição permite avaliar a diversidade de empresas sediadas nesta freguesia, bem como as características do tecido produtivo e dos serviços existentes. Dá-nos assim a indicação da população ativa por classes de atividade em particular das empresas a laborar no mesmo ramo de atividade tais como as firmas locais relacionadas com as madeiras: “MTL-Madeiras Tratadas”, “Pedrosa & Irmãos, Lt.ª”, “Somalei”; com o fabrico de rações e a avicultura: “Racentro”, com a agricultura: “Germiplanta” e com a construção civil: “Isocentro”.

A evolução anteriormente apresentada, tem sido acompanhada de pequenos surtos de desenvolvimento das indústrias locais sugeridos pela presença de mão de obra e de matérias-primas acessíveis ou resultantes das facilidades de circulação conferidas pela linha do Oeste e pela Estrada Nacional nº 109. Apesar destas condições, não se registou nos últimos anos a diversificação das indústrias locais nem a implantação de outros setores de atividade económica suficientemente fortes para impedirem a fuga das populações desta área. Quanto à população ativa, o último censo de 2011 regista a terciarização progressiva da população residente, ocupando o comércio e os serviços cerca de metade dos habitantes recenseados na freguesia.

Tabela 22 - População residente economicamente ativa (sentido restrito) e empregada, segundo o sexo, o ramo de atividade e taxas de atividade.

Zona Geog.	População economicamente ativa									Taxa de atividade (%)		
	Total		Empregada									
			Total		Prim.	Sec.	Terciário					
	HM	H	HM	H	HM	HM	Total	Soc .	Relac. c/ act. Econ.	HM	H	M
M. Red.	2109	1163	1906	1076	100	849	957	325	632	48	53,4	42,6
Carreira	494	272	449	246	15	202	232	80	152	42,4	48,3	36,8

Estes valores, se comparados com a situação no início do atual século, registam as alterações da estrutura social de população residente que se têm vindo a acentuar nos anos seguintes. É o que se pode verificar em relação à composição da população, às atividades da

população, à estrutura profissional e ao nível de instrução. Se comparados com os valores do censo de 2001 são elucidativos da mudança operada em Monte Redondo e na freguesia da Carreira, que depois de 2012 faz parte do mesmo agrupamento autárquico.

Tabela 23 - População residente e desempregada (sentido restrito), segundo a condição de procura de emprego e sexo, taxas de desemprego (sentido restrito).

Zona Geog.	Pop. desempregada - 2011				Taxa de desemprego		
	Total		Procura do 1º emprego		Em 2011		
	HM	H	HM	H	HM	H	M
M. Red.	203	87	54	21	9,63%	7,48%	12,26%
Carreira	45	26	11	6	9,11%	9,56%	8,56%

Tal como assinalado a fuga da população das atividades do setor primário é compensada pela dimensão do setor secundário e, sobretudo, pela terciarização da população residente, ocupando o comércio e os serviços, mais de metade dos habitantes recenseados a residir na freguesia. Note-se ainda o valor da população desempregada, fenómeno que segue a tendência comum de outros territórios autárquico e do conjunto do país.

As notas sobre o nível de instrução da população residente foram anteriormente assinaladas quando da apresentação dos Agrupamentos escolares. No seu conjunto assinalam a maior escolarização e qualificação dos grupos funcionais mais jovens, como resultado das maiores acessibilidades à formação e ensino da rede pública e privada. A situação sócio-económica é acompanhada de alguns indicadores de conforto no que respeita às condições de alojamento e de residência.



Porto Longo

O lugar de Porto Longo, à cota dos vinte metros de altitude, faz parte de um nível de terraços flúvio-marinhos erodidos pelos cursos de água, que separam os níveis ou patamares já identificados com a linha de maior altitude que se desenvolveu entre o rio de Fora e o oceano, em resultado da sedimentação marinha e eólica. Fica o lugar inicial junto da confluência da ribeira de Sto. Aleixo, com a ribeira de Fonte Cova e

estende-se ao longo deste vale marcando uma mancha de maior fertilidade do solo entre os terrenos arenosos vizinhos.

A designação do topónimo “Porto Longo” presta-se a diversas considerações sobre a sua origem. A mais corrente parece estar relacionada com a existência de um ancoradouro (ou seja de um ‘passo’, isto é, de um lugar onde é possível passar o rio) junto da confluência dos dois cursos de água e de maior extensão. Como refere Ilídio de Araújo, tal designação pode esconder uma ocupação proto-histórica que se associa à presença dos “Longos” (povo da bacia do Mediterrâneo) e à sua presença nesta parte do território numa época climática em que as condições de acessibilidade interior eram maiores, anteriormente à própria romanização da Península. Razão há para poder lembrar este sítio e os lugares vizinhos, em rima popular (In: Cabral, 1993.III, 128):

“(...) Já tudo desperta e lida
No lar humilde e contente...
Unidos numa só vida
A terra, o ar e a gente (...)”

A população do lugar era de 87 moradores em 2001 e de 86 moradores em 2011.



Qualidade ambiental e de vida

As preocupações com a qualidade de vida dos cidadãos e a qualidade ambiental, são importantes no contexto das civilizações urbanas e nas de base rural onde a corrida desenfreada à exploração dos recursos naturais e a deterioração das condições atmosféricas, dos recursos hídricos, combinada com a produção exagerada de resíduos e as alterações do clima põem em causa o equilíbrio do sistema natural e do sistema social. Face a esta situação, torna-se obrigatório a referência ao desenvolvimento sustentado como apanágio dos processos de crescimento e como um compromisso para a vida das gerações futuras.

Na sua origem estes processos beneficiam de diversos factores, situação e iniciativas que estiveram na origem da evolução técnica e tecnológica recente, do aproveitamento do solo e dos seus recursos naturais, da indústria e do desenvolvimento (cf: Baud, Bourgeat, Bras, 1997, 75). De acordo com estes autores (loc. cit.) estes são responsáveis pela “melhoria global do nível de vida e transformação das estruturas da sociedade”. No seu conjunto estas condições acompanharam a evolução

do nível de vida e de bem-estar das populações, permitindo uma maior esperança de vida, melhores níveis de instrução e de emprego (loc. cit.) mais consentâneas com o desenvolvimento humano dos seus habitantes.

Não podemos esquecer que a análise do crescimento da população nesta área do território nacional, bem como as suas atividades e qualidade de vida, têm por base um determinado contexto geográfico (físico e humano), económico e cultural. Daí o devermos procurar conhecer em que medida esta realidade contribuiu para a evolução sócio-económica e cultural e para o crescimento alargado da região, ora entendida por Richardson (in: Lopes, 1995, 11), como um agregado territorial, organizado “num sistema hierarquizado de regiões de tamanhos diferentes, no qual uma região de determinada ordem contém um certo número de regiões mais pequenas, de ordem imediata”. Mais ainda, este agregado deve ser encarado como “um todo organizado”, constituído por diferentes “elementos físicos, económicos, políticos, demográficos” (Lopes, 1973⁸⁴. in: Lopes, 1995, 10) tornando-o, assim, num “todo complexo, um todo cujas partes estão interligadas, um conjunto de coisas organizadas, materiais e imateriais que se relacionam, que são interdependentes, que exercem interações, que formam uma unidade”, ou seja, como um sistema aberto à ação e influência dos demais sistemas naturais e sociais.

Como assinala George (George et. al., 1966, 25), o somatório dos “dados adquiridos, de relações organizadas em ordem sucessiva”, ilustra as oportunidades e as trajetórias de desenvolvimento dentro de limites territoriais precisos, onde “a influência do espaço local ou regional se combina com os efeitos de uma pluralidade espacial” (loc. cit.), de âmbito alargado a nível do país. Esta a razão pela qual no mundo plano e global em que vivemos, as condições de vida, de produção e de riqueza da população devem ser apreciados a uma escala mais vasta que não se confina aos limites territoriais ou políticos de uma região ou de um país. Assim acontecia já num passado próximo com algumas indústrias cuja evolução era fortemente influenciada não só pelo mercado interno mas também pelos mercados de importação.

Importa recordar que em contextos civilizacionais marcados pela exploração primária dos recursos naturais, como aconteceu e ainda se verifica na área desta freguesia, esses recursos são finitos e a sua exploração intensiva conduz à exaustão das reservas que hoje permitem o crescimento de determinados ramos de atividade. Basta recordar o

84 Lopes, A. S. (1973) – “Planeamento regional e urbano: conceção e operacionalidade numa ótica de sistema”. In: Economia e Sociologia. Vol 14

caso das pedreiras de Monte Redondo, que conduziram à destruição do domo gémeo do Cabeço, ou reparar nos efeitos da captação intensiva dos aquíferos locais para verificar os seus efeitos sobre a descida do lençol freático e os resultados diretos nos caudais dos cursos de água, na irrigação dos campos e na continuidade de certas culturas de base agrícola. Modernamente a exploração de depósitos arenosos, areno-argilosos e outros, pela contaminação dos aquíferos, formação de poeiras, delapidação da reserva vegetal e outras consequências sobre a vida animal e vegetal pode constituir-se como exemplo.

Estas circunstâncias merecem ser devidamente consideradas na determinação quer dos padrões de qualidade de vida das populações, como ainda na preservação das reservas ecológicas e naturais que herdámos dos nossos antepassados. É certo que os recursos naturais não sendo propriedade exclusiva de uma comunidade, são um património natural ao qual os gestores da coisa pública não se podem furtar de zelar e de cuidar em prol da geração atual e das vindouras.

Tabela 24 - Recenseamento 2011.

ANO	Geo cod.	Edif. Clas.	HAB. c/ Água	HAB. c/ Retrete	Hab. c/ Esgotos	Hab. c/ Banho
2011	Monte Redondo	2048	1531	1533	1534	1510
2011	Carreira	557	398	405	402	395

Do ponto de vista censitário, as condições de vida da população são apreciadas em relação ao alojamento e às suas características, ao acesso das infraestruturas básicas, ao nível de rendimento dos habitantes, à situação perante o emprego e ensino, à cobertura médico-sanitária e a outros serviços essenciais para a vida dos habitantes. Não sendo possível reter todos estes indicadores à escala da freguesia – quiçá, muitos deles, só a nível do território municipal – registamos, apenas, os valores constantes do censo de 2011, relacionados com o abastecimento de água e as condições sanitárias e de higiene.



Quinta

Apesar da sua proximidade aos Montijos, o sítio da Quinta merece destaque por evocar uma antiga propriedade de família, ligada à nobreza,

situada na parte baixa deste lugar. Diz-nos Fernandes (1995, 33) que esta designação “na aceção predial provém de ‘quintã’ anteriormente nobre”. Por sua vez regista Vasconcelos (1980.II, 335) a propósito deste topónimo, que “para se exprimir a ideia de cercanias ou circunvizinhanças de uma povoação, sobretudo povoação de alguma importância, possui a nossa língua (ou a antiga ou a moderna, ou a literária ou a popular) palavras como: afumados, alfoz, aro, arrabalde, arredores, burgo, quintas (...)”. A sua existência remete-nos, assim, para uma antiga propriedade de grandes dimensões e com características rurais, no termo do lugar de Monte Redondo.

A este respeito e com base no estudo de documentos medievais afirma Fernandes (1993, 699), que esta designação aparece indubitavelmente associada a “uma residência sobretudo senhorial” ou ao prédio principal de uma família (op. cit., 701). Por sua vez, Vasconcelos (1980.II, 342) nota que “quintas (em sentido especial) – é costume na Beira-Baixa (em alguns sítios, pelo menos) designar por quintas, no plural, as que ficam nas baixas de certas povoações, e próximas d’elas...”. Mais à frente, conclui (op. cit., 350): “...ficou termo na linguagem ordinária a significar vagamente, arredores de povoação”. Dado o sistema de organização económico e social dos habitantes e dos primeiros povoadores as formas de exploração do solo, que compreendia diversas “parcelas, concedidas de forma precária a vários tipos de detentores” - os chamados “casales” (casais) e as “quintanae” (quintãs ou quintas) (Marques.I, 76) - foram por sua vez divididas em glebas de menores dimensões. Tal como a designação de Paço, também Quinta faz supor, no entendimento de Morais (1950), a existência de “casa nobre e sumptuosa para habitação de reis ou de príncipes”.

Discorrer sobre a possibilidade da existência de uma exploração antiga no ‘Paço’ ou na ‘Quinta’ e relacioná-la com a ocupação romana de Monte Real ou já com o burgo medieval de Leiria, mesmo antes de ser ocupada por cristãos ou mesmo pelos mouros, afigura-se-nos como uma possibilidade que pode ser corroborada através de outros testemunhos relativos a essa ocupação humana. Assim o entendemos quando verificamos o traçado dos limites do casal de Monte Redondo e a referência a nomes que parecem familiares de alguns dos nobres que viveram no burgo medieval de Leiria. A confirmá-lo está a descrição de “O Couseiro” (1868, 195) que a propósito das ermidas locais relata a existência da ermida na quinta de D. Diogo Pimentel, entretanto desaparecida. De acordo com descrições das populações deste lugar há menos de meio século existia ainda, na Rua da Quinta, a ruína de um portal semelhante ao que se encontra noutras propriedades do país,

delimitando uma das entradas dos terrenos que daí corriam para sul em direção ao rio da Aroeira e ao campo da Sismaria.

Para efeitos de contagem da população, este sítio está incluído nos Montijos.



Rancho Folclórico “Rosas da Alegria”

De acordo com o site da J. F. Monte Redondo, em setembro de 1968 fez-se o levantamento de todas as danças e cantares mais antigos da Aldeia da Sismaria, e iniciaram-se os ensaios destas danças e cantares, aos Domingos à tarde, numa eira e mais tarde no salão da Capela. Formou-se assim o “Rancho Folclórico ‘Rosas da Alegria’”⁸⁵, que fez a sua primeira atuação em fevereiro do ano seguinte, na Festa de Santo António da Aldeia. O Rancho continua a trabalhar para melhorar e tentar levar a sua Aldeia mais longe... mostrando os seus trajes, danças e cantares. Tem sede na Sismaria.

À data, a iniciativa da população local em criar um grupo folclórico foi relevante não só porque este casal mantinha uma memória coletiva, fortemente arraigada, como tomou consciência do valor do património etnográfico detido pelos seus habitantes e baseado em tradições rurais específicas da população deste território e do lugar da Sismaria(s), identificado desde há longa data nos documentos medievos da região.



Regedoria

A evocação da Regedoria (casa ou escritório do Regedor) e a função de Regedor justifica-se por ser esta estrutura criada em 1830 e uma das formas mais antigas de “base do poder local português, no contexto de um Estado em organização e de uma sociedade ainda com fortes laços ao Antigo Regime” (Santos, 2001, 1)⁸⁶. Diz-nos ainda esta autora que

85 In: <http://festamonteredondo.blogspot.com/>, em 7SET11

86 Santos, Maria José Moutinho (2001) – “Bonfim – séc. XIX: A Regedoria na segurança urbana”. In. Cadernos do Bonfim, 1, Porto, Junta de Freguesia do Bonfim.

por Decreto nº 25 de 26 de novembro de 1830, foram insituídas as Juntas de Paróquia, assim justificadas:



“Sendo necessário para o bom regimento e polícia dos povos que haja em todas as Paroquias alguma autoridade local, manda a Regência em nome da rainha que (...) se guardem as seguintes disposições:

art. 1º Haverá em cada Paróquia uma Junta nomeada pelos vizinhos encarregada de promover e administrar todos os negócios que forem de interesse puramente local.

art. 2º (...) Os membros e o secretário da Junta servirão por dois anos (...) as suas funções são inteiramente gratuitas.

Art.3º Têm voto na eleição dos membros o Secretário da Junta de Paróquia todos os chefes de família e cabeças de fogo (...).

Art. 13º Aprovada a eleição (...) será remetido o Auto ao Secretário de Estado pela Repartição dos Negócios do Reino, para escolher entre os membros nomeados para comporem a Junta aquele que há de ser Presidente dela, o qual será ao mesmo tempo Regedor da Paróquia.”

Ao tempo, competia à Junta o exercício de um conjunto de funções relacionadas com a saúde pública, a conservação dos edifícios públicos, o registo dos movimentos da população civil, etc., e ao Regedor competiam funções administrativas e de natureza policial. Devido às diversas alterações políticas ocorridas no início do Liberalismo, as funções de Regedor ficaram consignadas no Código Administrativo de 1836 (Passos Manuel). De acordo com este documento (artº 154), ao Regedor competia “o executar immediato das ordens, e determinações, assim permanentes como accidentaes das Authoridades Superiores Administrativas, as quaes lhe serão transmittidas ordinariamente pelo Administrador do Concelho (...)”. Estas funções davam-lhe o estatuto de “polícia da Paróquia”, competindo-lhe exercer um conjunto de funções consignadas neste documento legal.

O referido documento veio a ser alterado pelo Código de Costa Cabral (1842) o qual, de acordo com Santos (op. cit., 4), “veio a estabelecer fortes ligações entre o Regedor e o Poder Central (...) ao determinar que este fosse nomeado por Alvará do Governador Civil,

sob proposta do Administrador do Concelho, impondo-lhe um dever de fidelidade política (...).” Mais ainda, no exercício das suas funções seria coadjuvado por “Cabos de Polícia” – 1 Cabo por cada 12 fogos urbanos ou 1 Cabo por cada 8 fogos rurais - subordinados às ordens deste.

Possuindo competências próprias ou delegadas, “o Regedor exerceu primordialmente funções de natureza policial com o objetivo de manter a ordem pública, procurando prevenir e reprimir a criminalidade e a vadiagem, atuando na investigação de crimes, tarefas em que era coadjuvado pelos seus Cabos” (op. cit., 5). Prossegue a referida autora assinalando que até ao final da Monarquia, o Regedor constitui-se como “um elemento essencial da orgânica do sistema de segurança criado pelo Liberalismo (...), assumindo, ao mesmo tempo, outras responsabilidades que lhe foram atribuídas pelo poder central, atuando como representante deste dentro de uma hierarquia bem definida que se distribuiu pelo país” (op. cit., 18).

Com a implantação da República e a separação entre o Estado e a Igreja, as Juntas de Paróquia deixam de ser órgãos sociais e religiosos, ficando a Junta separada da Paróquia religiosa. Assim acontece em 1913 (Lei 88 de 7 de agosto) com a criação das paróquias civis, mais tarde Juntas de Freguesia, cabendo-lhe nomeadamente a administração dos bens paroquiais móveis e imóveis e elaborar as posturas necessárias ao funcionamento. Já as funções do Regedor ficam dependentes do estabelecido nos Códigos Administrativos de 1936 e de 1940, que definem a sua designação pelo Presidente da Câmara Municipal e as competências que passam a ser as de representante deste na Freguesia.

De acordo com a Base XVI do Código Administrativo de 1936, “Em cada freguesia haverá um regedor, com um substituto, ambos nomeados pelo presidente da câmara municipal e por ele livremente demitidos, salvo nos concelhos urbanos de 1ª ordem, em que a sua nomeação e demissão pertencem ao governador civil”. O artº 180º estipula: “Em cada freguesia haverá um regedor, representante da autoridade municipal e diretamente dependente do presidente da câmara”.

Quanto ao desempenho, os Artºs 219º e 230º do Código Administrativo de 1936, mantêm as funções de manutenção da ordem, de cumprimento das posturas municipais, de auxiliar as autoridades públicas, de garantir o cumprimento das leis e as ordens transmitidas pelo presidente da Câmara Municipal. De acordo com o referido documento, poderia ser coadjuvado nas suas funções por “Cabos de Ordem” e por “Cabos de Polícia” repartidos, em regra, um por cada lugar de maior dimensão.

Uma vez que o desempenho destas funções exigia um cidadão alfabetizado e aceite pela comunidade, os trabalhos que desempenhava incluíam tarefas diversas relacionadas com a realização dos recenseamentos e a recolha de dados sobre a produção rural e industrial, o policiamento, a afixação dos editais do município e de outras entidades oficiais, nomeadamente as listas de recrutamento militar. O Regedor cabia na categoria de Magistrado Administrativo que exerce a sua ação na área da freguesia (de 1ª, 2ª e 3ª ordem) e em articulação com o poder central, representado pelo Governador Civil.

Nomeados pelo poder central, tanto os Presidentes de Câmara como os Regedores levam a cabo, com a sua ação, a centralização e o esvaziamento de poder das estruturas municipais (Bilhin⁸⁷, 2004, 9) face à apertada tutela administrativa a que ficaram sujeitas. Refere este autor (op. cit., 10) que durante o Estado Novo, a predominância do centro sobre a periferia ou seja, do Poder central sobre as autarquias, fazia-se sentir através do assumir de “novas e crescentes funções do Estado, enviando os seus agentes especializados para as executarem” (loc. cit.). A Constituição da República Portuguesa, de 1976, extinguiu o cargo de Regedor restando a sua imagem na memória, apenas, dos habitantes mais idosos⁸⁸.



Ribeira da Bajouca

A povoação de Ribeira da Bajouca desenvolve-se na linha de transição do terraço marinho ao nível dos 50 metros de altitude, para o vale da ribeira do mesmo nome. Tal significa mais do que o nome de um curso de água e de antigos moinhos, um lugar de fixação humana cuja antiguidade e forma de ocupação merece ser conhecido. A ocorrência, há anos, de escórias de ferro ou mesmo de materiais líticos a jusante do Pisão pode indiciar formas antigas de mineração e o aproveitamento da linha de água para fins diversos neste local. Contudo a sua localização

87 Bilhin, João (2004) – A governação nas autarquias locais. Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação.

88 Esta nota foi redigida em memória de meu pai, José Jorge Braz Arroiteia, Regedor da Freguesia de Monte Redondo, desde os anos cinquenta à sua morte, em meados da década seguinte.

junto ao vale confere-lhe uma feição essencialmente agrícola, como o foi durante os anos mais próximos da atualidade.

A sua localização, para lá dos Matos, fronteiro ao lugar da Marinha do Engenho, está ainda associada à exploração e ocupação vegetal que cercava os casais vizinhos e a sede da paróquia. Hoje em dia é um lugar airoso para se viver e que conta com um número significativo de habitantes. A população do lugar passou de 121 indivíduos em 2001, para 146 residentes em 2011.



Riscos Naturais

Pela sua localização na orla marítima, em terrenos de cotas pouco elevadas e atravessados por cursos de água, ou ainda pela cobertura vegetal dominante com base essencialmente no pinhal e já com diversas manchas de eucalipto, as terras de Monte Redondo estão sujeitas à ação de um conjunto de riscos naturais que importa ter em consideração. Tendo presente a ação dos quatro elementos fundamentais: terra, ar, fogo e água, defendida pelos filósofos pré-socráticos da antiga Grécia, os riscos que lhe andam associados decorrem, em grande parte, da ação do fogo e da água.

Pela natureza dos solos arenosos que vão de Leiria ao cabo Modego, esta cobertura deu origem a diversas gândaras e charnecas, cobertas de uma vegetação rasteira e diversificada que medra nestes solos pouco férteis e que, devido ao fraco teor de humidade, sobretudo durante o verão, constitui uma carga sólida incendiária de elevado valor energético. Por outro lado dada a extensão dos terrenos de fraca altitude, laterais aos cursos de água, estão criadas as condições naturais para as cheias que impiedosamente afetaram a mobilidade dos antigos habitantes antes da drenagem dos campos do Lis e da realização de obras hidráulicas mais recentes.

Uma análise mais detalhada do território da freguesia com base nos trabalhos do PDM (2010), realça duas situações particularmente vulneráveis a cheias, na Aroeira e nos Montijos, em frente ao campo da Carreira. Tendo presente a topografia local e a natureza do solo, tal pode verificar-se também em locais com cotas menos elevadas em Fonte Cova, Porto Longo e Ribeira da Bajouca. Aqui a ocupação humana, tantas vezes preenchendo o leito de cheias, gera situações risco em caso de precipitação excessiva. Recorde-se que as reservas aquíferas locais são

alimentadas através da infiltração permitida pela porosidade dos solos, sendo por isso influenciadas pela quantidade de precipitação. Também as obras de natureza hidráulica e a conservação das valas facilitam o seu escoamento superficial facilitando a que estas não tenham atingido, na atualidade, as proporções que nos narram algumas descrições mais antigas.

Além dos riscos inerentes à ocorrência de cheias, o perigo de incêndios constitui uma das ameaças mais evidentes sobre os lugares de Monte Redondo e de toda a área do Pinhal. Estas ocorrências têm a ver com a natureza da cobertura vegetal e com os valores de altas temperaturas e de baixa humidade nos meses mais quentes. A estas condições naturais junta-se a ação humana intencional ou por descuido, dos cidadãos. Tendo presente o risco de situações de incêndio, de acidentes rodoviários e de apoio geral à população residente na área do antigo casal, a ação humanitária dos Bombeiros tem sido publicamente reconhecida.



Rota da Lagoa, do Pinhal e da Praia

A expansão do fenómeno turístico na atualidade deve-se não só ao desenvolvimento dos meios de transporte, em especial dos meios aéreos, mas ainda à promoção dos produtos turísticos. Da mesma forma a atração por novos destinos e modalidades de turismo resultam de um conjunto de alterações de natureza laboral relacionadas com a duração média do trabalho semanal e com outros fatores de natureza psicossociológica decorrentes da satisfação das necessidades-base e de outras aspirações de natureza sociológica e cultural, impostas pela sociedade dos nossos dias.

Embora sejam várias as razões que podem determinar uma tão diversificada procura dos destinos turísticos, recordamos de Lozato-Giotart (1989, 45) a importância da paisagem que no dizer deste autor, "seja no seu estado natural ou trabalhada pelo homem (...) constitui um elemento geográfico que desempenha um papel turístico determinante no meio de acolhimento, funcionando como uma necessidade cujo impacto varia segundo o quociente de receptividade individual dos turistas". Contudo não só às paisagens naturais cabem as maiores responsabilidades na atração do sujeito turístico, mas também ao património cultural e natural e às condições climáticas que

desempenham um papel primordial no destino dos novos fluxos. Para além destas razões, o desenvolvimento das redes de comunicação (rodoviários, ferroviários e aéreos), a melhoria das infraestruturas económicas e sociais das áreas de destino turísticas, bem como a enorme divulgação dos média têm contribuído para o incremento deste fenómeno na atualidade, acentuando a estreita relação entre este movimento e o alargamento dos meios de comunicação social.

De acordo com Maslow são cinco os grupos fundamentais em que podemos dividir as necessidades humanas: “subsistência material, segurança física, sistema de relações pessoais, sucesso e realização pessoal”. Uma vez satisfeitas, parcial ou totalmente, surgem as motivações turísticas como resultado das necessidades de lazer e do recreio, das atividades profissionais ou ainda do cumprimento de necessidades de saúde, de natureza escolar e outras. Desta forma as diversas causas do movimento turístico surgem como consequência de um elevado número de motivações, nas quais entram fatores de natureza individual, familiar e social que determinam a sequência e o desenvolvimento do fenómeno em causa.

Discriminando diremos que os valores, as aspirações e as expectativas individuais, geradas muitas vezes em função de anteriores experiências, funcionam também como elementos responsáveis pela atração do fenómeno turístico. Também o cumprimento das tarefas de natureza profissional pode gerar conflitos ou alimentar pressões, só ultrapassáveis mediante a satisfação das necessidades impostas pelo desejo de uma fuga à rotina, sugerida por uma pausa gratificante no trabalho quotidiano.

Importa realçar que a procura dos destinos turísticos gera efeitos positivos e negativos, estes relacionados com a delapidação dos recursos naturais e do património cultural. Também sobre o meio ambiente o turismo exerce direta e indiretamente efeitos positivos, mas também efeitos negativos, que se poderão traduzir numa maior degradação do solo, numa urbanização anárquica e crescente sem respeito pela manutenção dos espaços livres, numa maior acumulação de desperdícios, na alteração do clima social, etc. Em sentido oposto devemos atender aos fenómenos de recuperação patrimonial e de renovação urbana que tendem a aumentar com o desenvolvimento do fenómeno turístico. Contudo tão importantes como os impactos sobre o meio ambiente são os seus efeitos sobre a estrutura social, as instituições, os comportamentos e a cultura das sociedades que se repercutem na sua evolução global e nos traços dominantes.

Para além de instrumento catalisador da atividade económica, o turismo desempenha um papel social relevante uma vez que

independentemente de ser considerado como fator de desenvolvimento económico, ele contribui geralmente para a melhoria do nível de vida de largos estratos da população local, para o seu bem-estar, emprego e promoção e social. E como assinala Lozato-Giotart (1989, 166), o turismo para além de ser considerado como um importante fonte de receitas, é criador de emprego e apresenta um elevado "coeficiente multiplicador de empregos indiretos, em relação aos empregos diretos".

Na atualidade o território que pertence à freguesia de Monte Redondo faz parte unidade regional de promoção: "Turismo do Centro", entidade que abarca o antigo território da "Região de Turismo Leiria-Fátima", a qual sucedeu à "Região de Turismo Rota do Sol", que albergava os concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Vila Nova de Ourém, concelhos marcados pela riqueza dos seus património histórico e ambiental. De acordo com Lozato-Giotart (1989, 131), uma região turística "é um espaço funcional imprimindo a sua imagem a um conjunto natural e humano mais ou menos homogéneo e contínuo".

Pela sua extensão o conhecimento de uma unidade de promoção turística passa pelo desenvolvimento de circuitos ou rotas especializadas onde se combinam produtos naturais, artesanais, gastronómicos, monumentais ou outros, que possam atrair viajantes proporcionando-lhes a oferta diversificada de bens e contribuam para o seu bem-estar físico e mental. A partir da cidade de Leiria é assim possível traçar diversos circuitos ou rotas, de que se destacam:

➤ "Rota dos Monumentos", dominados pelos monumentos históricos dos Castelos de Leiria, de Pombal e de Porto de Mós e dos Mosteiros da Batalha e de Alcobaça;

➤ "Rota das Grutas", de onde sobressaem as visitas aos "monumentos cársicos" (grutas) da Serra de Candeeiros e Aire;

➤ "Rota das Termas", com especial referência às termas de Monte Real;

➤ "Rota da Lagoa, do Pinhal e da Praia" de onde se destaca a visita pela Lagoa da Ervideira, Pinhal de Leiria e Praia do Pedrógão, todas no concelho de Leiria.

É neste circuito ou noutros mais especializados onde se incluem as olarias, as salinas, os moinhos de água, os fenómenos sub-vulcânicos ou tão só o turismo de natureza, que devemos incluir a freguesia de Monte Redondo. Este território inclui paisagens de campo e pinhal, industriais e rurais ou tão só o lazer onde cabem as visitas ao Museu, à Igreja e ao povoado. Complementarmente pode-se apreciar o simbolismo das terras, dos seus caminhos vicinais, o artesanato, a gastronomia e os vestígios de uma antiga revolução industrial.

Concluimos com uma citação de Lozato-Giotart (1989, 45) que não pode deixar de continuar presente nas preocupações do poder local e dos diversos agentes do fenómeno turístico: "A paisagem, seja no seu estado natural ou trabalhada pelo homem (...) constitui um elemento geográfico que desempenha um papel turístico determinante no meio de acolhimento". Enquadrada por esta afirmação justifica-se, complementarmente, delinear rotas e trilhos locais que possam valorizar o património geográfico da freguesia, nomeadamente nos seus aspetos relacionados com os ribeiros e moinhos de água; as fontes e lavadouros; os antigos trilhos ou as capelas da freguesia. De igual modo se poderá atender à valorização parque natural do Cabeço e das suas manifestações geológicas, relevo e vegetação, associando-as ao património regional da mesma natureza.

Não havendo receitas universais para a valorização dos produtos turísticos atuais, cabe às Associações culturais, recreativas e desportivas, em associação com a autarquia e demais cidadãos, promoverem as iniciativas adequadas para que os trilhos e as rotas de interesse turístico, preservem o património geográfico e cultural que ainda resta neste território e sociedade.



Salinas da Junqueira

A produção de sal em Portugal esteve associada, ainda antes da formação do Reino, a uma indústria rendosa ligada à exploração das salinas marinhas e cujo produto constituía uma das principais fontes de comércio marítimo das praças litorais com os povos do interior da Península e do norte europeu. Embora semelhante na sua composição, o designado sal-gema anteriormente produzido próximo de Porto Junco, na Junqueira, fez concorrência ao sal marinho. Contudo as condições de produção de um e outros alteraram-se significativamente em Portugal por via da introdução no mercado de outros produtos oriundos das zonas tropicais, a menor custo.

O sítio das salinas da Junqueira localiza-se no campo da Sismaria - na chamada "Granja do Rolo" - em terrenos drenados pelo rio Negro, curso de água que tem o seu início próximo da Lezíria e que atravessa os campos do Lis até desaguar neste rio para lá dos campos da Passagem e da Galeota. A sua exploração deve-se ao desenvolvimento do complexo argilo-salífero relacionado com a tectónica diapírica que aqui ocorre e

que aflora em diversos locais, de Soure a Leiria, em Monte Redondo e em Monte Real, estendendo-se mais para sul, por S. Pedro de Muel, até Rio Maior. Próximo desta última povoação a exploração de sal-gema, é feita a partir da água retirada dos poços situados no fundo do vale (Teixeira, 1966, 135). Trata-se de um dos testemunhos do diapirismo que ocorre em toda esta zona do litoral e que ganhou nesta localidade, de Rio Maior, uma maior expressão e significado.

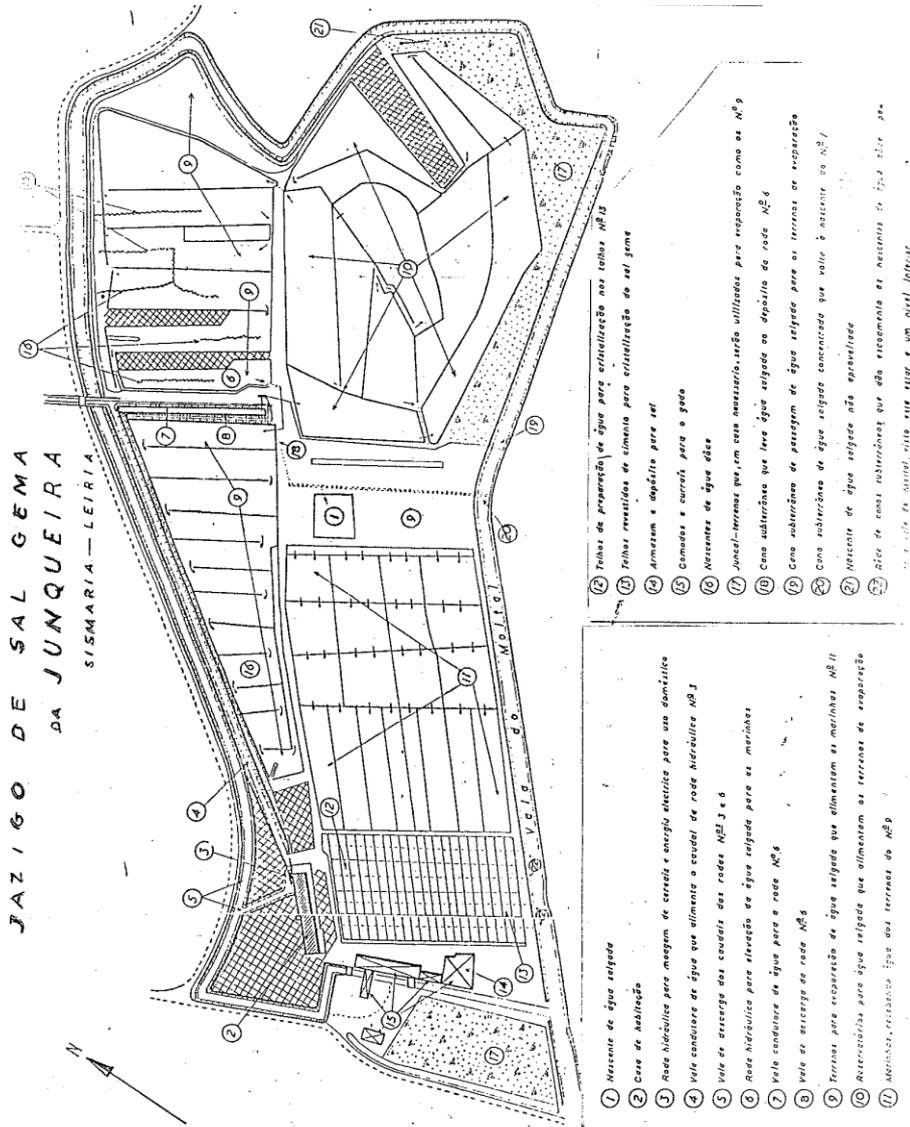
Note-se que aquelas formações geológicas mais antigas, correspondem aos terrenos do Mesozóico português (Era Mesozóica ou Era Secundária, sucede à Era Paleozóica e antecede a Era Cenozóica). Os seus depósitos ladeiam o grande Maciço Hercínico (de idade anterior), bem representado no interior do continente português e também na sua parte meridional. Este maciço é constituído por rochas de natureza magmática, especialmente por granitos e por rochas metamorfolizadas de tipo xistoso.

Na área Centro-litoral a topografia está dominada pela existência de um relevo pouco acentuado, em que as elevações mais importantes andam justamente associadas a fenómenos de diapirismo relacionados com o desenvolvimento de vales tifónicos. Carlos Teixeira (1966, 150) descreve assim estes acidentes: "trata-se duma tectónica em que o papel principal pertence às rochas, essencialmente plásticas, do complexo hetangiano (margas, argilas salíferas, gesso, sal-gema, etc). Estas foram comprimidas em profundidade pelos terrenos posteriormente assentes sobre elas, pelo que tais rochas tendem a movimentar-se no sentido das zonas de menor pressão, injetando-se através de fraturas e falhas, alargando-as e levantando os estratos". Acrescenta ainda o mesmo autor (loc. cit.): "os vales tifónicos correspondem, por isso, a uma estrutura em anticlinal, cujo centro ou núcleo é formado pelo complexo margo-salífero, muito dobrado e erodido, e os bordos constituídos por calcáreos jurássicos e cretácicos fortemente inclinados para o exterior". A concluir, precisa este autor (loc. cit.):

“O fundo plano destes vales está, geralmente, coberto por terrenos detriticos modernos (pliocénico-quaternários); dele se destacam relevos quase sempre abruptos, dispersos de modo irregular, formados quer por calcáreos dolomíticos, compactos, pertencentes ao próprio complexo hetangiano subjacente, quer a domos ou filões de rochas doleríticas que ocuparam as fraturas iniciais da estrutura diapírica e facilitaram, talvez, a subida das massas plásticas. Os vales tifónicos relacionam-se, pois, com a ação de fenómenos tectónicos de natureza diapírica e do trabalho da erosão, que atacou mais facilmente os terrenos brandos, margosos do

hetangiano, deixando em relevo os domos eruptivos e os calcáreos dolomíticos, assim como as rochas dos flancos".

Figura 25 - Salinas da Junqueira⁸⁹



No seu conjunto estes fenómenos ter-se-ão iniciado há cerca de 135 Milhões de anos, sendo que a datação do filão destas rochas eruptivas, existente na zona de Vermoil, foi datado em 134±2 Milhões de anos (Manuppella et al., 1978, 44). Estes autores (op. cit., 20) fazem ainda

89 Lepierre, Charles (1935) – Inquérito à indústria do sal em Portugal. Inquérito. Lisboa, Inst. Sup. Ciências Económicas e Financeiras.

notar a associação deste fenómeno aos afloramentos representados por formações vermelhas de argilas, grés argilosos e conglomerados encontrados em Água Formosa, na Bajouca, no Pinheiro e no Souto da Carpalhosa e aproveitados pela indústria cerâmica local. Ainda relacionados com a ocorrência deste diapirismo encontramos depósitos mais antigos constituídos por "margas e calcários dolomíticos do Infralias, com gesso" (op. cit., 42). Trata-se de afloramentos do Hetangiano-Retiano (Jurássico inferior), responsáveis pelas jazidas de sal-gema de que a Mina da Junqueira constitui um velho testemunho.

Resumindo, a paisagem que caracteriza esta área litoral onde se situa Monte Redondo identifica-se pela "existência de áreas tifónicas marcadas pelos cabeços de rocha que marcam o seu eixo" (Custódio Morais, 1936, 8), circunstância que lhe confere uma certa singularidade. Sobre este acidente, o "Inquérito à Indústria do Sal" (C.R.P.Q.F., 1960, 41-42) regista tratar-se de um "jazigo de sal-gema, vértice setentrional do triângulo corográfico Rio-Maior, Porto-Moniz (atualmente abandonado) – Sismaria (...) provenientes da levigação das argilas onde se abrem os poços cujas águas, fortemente alcalinas, fornecem produto de qualidade". As águas destas salinas foram caracterizadas por C. Lepierre em 1918, apresentando propriedades de Cloretada sódica, hipermineralizada.

Depois do início da sua laboração, em 1922, as obras "de drenagem e enxugo realizadas pela Hidráulica Agrícola, nomeadamente as que incidiram sobre o Rio Negro" (loc. cit.), deram origem "inúmeras infiltrações de água doce em todos os compartimentos da marinha e a diminuição progressiva da quantidade de cloreto de sódio por litro de água" (loc. cit.). Prossegue o referido documento assinalando que (loc. cit.), "como resultado ultimo destes factos, a produção, que inicialmente atingia 100 a 120 toneladas, pela morosidade que requer para alcançar a concentração para alcançar o limiar da cristalização, não passa hoje de 40 a 50 toneladas anuais. Mantendo-se os encargos, assaz elevados (...) o custo de produção é francamente exagerado".

O cartograma relativo ao jazigo de sal-gema da Junqueira (C.R.P.Q.F., 1960, 43) permite reconstituir a área doméstica, a superfície ocupada pelas salinas e os reservatórios de água necessários à exploração. Na parte superior da imagem está situada a casa de habitação e as instalações de moagem e produção de energia elétrica o que à época pode ser considerada como uma inovação quanto ao empreendedorismo do proprietário⁹⁰ desta exploração. Situa-se na planície dos campos ds

90 Esta propriedade pertenceu e foi explorada pelo empresário: José Duarte Rolo Júnior

Sismaria, rodeada de juncal, - considerados como futura área de expansão da marinha – confinando com terras de sementeira que preenchem o referido vale. Anexo à casa situavam-se os cómodos da casa e os armazens de sal. Bem próximo e em construção fixa, os talhos revestidos de cimento para cristalização do sal gema.

A tecnologia usada na produção de sal-gema, numa área tifónica como esta, obedecia a uma organização complexa de redes de alimentação da água salgada, desde a nascente até aos tanques de cristalização, bem como a diferentes fases necessárias à preparação da água antes da cristalização do sal. Estes cuidados tornavam-se necessários para permitir uma exploração capaz de suportar os encargos de conservação de uma unidade complexa desta natureza, exigente em mão de obra – oriunda da bacia do Mondego – e conhecedora das técnicas e das diferentes fases de fabrico. Os trabalhos de laboração eram algo semelhantes aos que rodeavam a produção de sal marinho na foz do Mondego, do Vouga, ou noutros estuários a sul deste território

Na parte central da propriedade tinham lugar as marinhas que recebiam a água salgada dos compartimentos anexos, situados na periferia do poço ou nascente de água salgada que alimentava os reservatórios de água, antes do seu encaminhamento para a unidade de produção. De notar que bem próximo desta nascente, um outro veio, de água doce, fornecia o líquido precioso para uso doméstico. Na parte direita da propriedade situavam-se os reservatórios para água salgada que alimentavam os terrenos de evaporação, bem como os terrenos para evaporação de água salgada que alimentavam as marinhas antes do líquido seguir para os talhos de cristalização.

Esta era a disposição dos diferentes elementos que integravam a exploração, cuja produção de sal para uso doméstico na capital foi considerável até ao início dos anos cinquenta e início das obras de regularização hidráulica e agrícola dos campos do rio Lis. Faz notar o referido documento da C.R.P.Q.F. (1960, 43) que a sua conceção e delineamento foi idêntica às marinhas do salgado da Figueira da Foz e diferente das que caracterizam o salgado de Rio-Maior, com o qual se identifica na sua natureza. Aqui, na Sismaria, “a superfície cristalizadora é pequena – 44 talhos apenas – e a restante área da marinha muitíssimo superior” (loc. cit.), facto que se deveu à adaptação às condições locais de exploração dos métodos usados nas outras salinas do continente.

No supracitado documento (op. cit., 44-45), pode ler-se uma descrição pormenorizada dos materiais locais usados nas marinhas, bem como as obras e as soluções utilizadas pelo seu proprietário que utilizava a energia de rodas hidráulicas de madeira movidas pela força da água

para a produção de energia necessária ao funcionamento deste complexo.⁹¹ Da mesma forma, esse documento culmina com uma análise detalhada das condições de exploração e dos mercados e firmas abastecidos pelas salinas da Junqueira.

Não tendo sido possível recolher elementos sobre a importância da recolha de sal-gema nesta terra, como aconteceu noutros lugares próximos de Leiria durante o período medievo em Porto Moniz, Cirol ou A-das-Branças (cf: Gomes, 1996), fica esta nota sobre o contributo do sal-gema explorado, num passado próximo, nesta freguesia.



Santo Aleixo

O lugar de Santo Aleixo situa-se junto da atual Estrada Nacional nº 109, nas encostas e no cimo do terraço marinho que corre à altitude de cerca de 50 metros a norte da Vila. O sítio primitivo anda associado à existência de moinhos de água que aproveitavam a energia da corrente para moer os cereais produzidos pelos moradores nos casais mais próximos. A sua designação está associada à existência da ermida ou pequena capela dedicada ao Santo do mesmo nome referida por “O Couseiro” (1868), e que o tempo terá destruído. É uma possibilidade que não nos surpreende tendo em conta o traçado dessa via e da antiga Estrada Real nº 58, que entre Monte Redondo e a Guia terá sido deslocada para Poente do caminho que então ligava as duas povoações.

Para Cristino (1971) a designação do lugar de Santo Aleixo constitui o exemplo de um dos hagiotopónimos - nomes de santos -, frequentes na Idade Média tais como St.º António, S. Bento, S. Miguel e St.º Aleixo. Localmente só o lugar de ‘Santo Aleixo’ é conhecido, mas na paróquia-mãe do Souto da Carpalhosa, é o lugar de S. Miguel que tem grande significado, levando-nos a supor a sua origem medieval. Como foi notado, no caso de Santo Aleixo a fundação de uma ermida dedicada a Santo Aleixo de Roma, nascido nesta cidade no século IV, pode estar relacionado com a fundação de um casal antigo e a um local de culto em honra deste “Homem de Deus”.

Segundo a tradição popular a imagem do Santo terá sido escondida pelos frades de Alcobaça num sobreiro, quando por aqui passavam a

⁹¹ Deve-se ao engenho do proprietário a instalação de um motor que acionava conjuntamente com a roda de água as bombas instaladas que facilitavam a circulação de águas da marinha.

caminho de outras propriedades da Ordem, com o intuito de o esconderem dos olhares dos mouros. Reconhece o site da freguesia da Bajouca⁹² que este “apareceu depois numa pequena ermida onde hoje se situa a igreja da Bajouca. Voltaram a trazer a imagem para Santo Aleixo e novamente apareceu na ermida da Bajouca. Durante muitos anos, os habitantes de Santo Aleixo diziam que o povo da Bajouca lhes roubara o santo”. Daí o conservarem, em pequeno nicho local, a seguinte inscrição: “Santo Aleixo Monte Redondo Leiria”.

A população do lugar, de 61 residentes em 2001, decresceu para 53 em 2011.



Sesmaria

O lugar da Sesmaria (também conhecido por Sismaria e Sesmarias) situa-se em terrenos de pouca altitude, de cotas que se aproximam de uma dezena de metros, sobre um substrato arenoso que delimita os campos aluvionares do rio Lis. Este lugar tem particular significado na vida do antigo casal de Monte Redondo⁹³ pelo reconhecimento deste celeiro natural, dada a importância da cultura cerealífera de milho e de produtos hortícolas criados nos campos vizinhos. Seguindo a proposta de Gomes (1986, 8) trata-se de um dos topónimos de cariz agrícola, que realça as relações do homem com a terra identificado, em primeiro lugar, pelo topónimo de ‘Sismaria’ (ou ‘Sesmaria’). Esta designação aponta para a existência de um estabelecimento humano antigo e para uma forma de organização social associada a um “processo de repartições dos terrenos próprios para a agricultura” especialmente de cereais, trigo e cevada, cultivados nesta área (Silva, 1954).

Povoações com a designação de Sesmaria e de Paço apontam, como foi referido, para a existência de um povoamento mais antigo, para a “processo de repartições dos terrenos próprios para a agricultura” (Morais, 1950), vocacionados para a atividade agrícola, especialmente de cereais (trigo e cevada). Neste caso a origem das ‘Sesmarias’ (terras divididas por colonos: Serrão, 1989.V, 542-543), representadas ao longo da bacia do rio Lis, está relacionada com o povoamento de todo este

92 In: <http://bajouca.org/Paroquia/Santo-Aleixo.aspx>, em 15SET13

93 A designação usada de Sesmaria é a da versão da Carta Militar de Portugal (1/25.000) de 1947 – Folha nº 273-Monte Redondo também utilizada noutros documentos a que fazemos referência.

vale e das terras de Ulmar. Correspondem ao processo desencadeado pelos primeiros monarcas portugueses após a fixação das fronteiras do reino e ao desbravamento dos incultos muitos deles deixados pelos mouros.

Recorde-se que a Lei das Sesmarias (promulgada em Santarém a 28 de maio de 1375), procurou “fixar os trabalhadores rurais às respetivas terras, diminuir o número de herdades despovoadas e promover o amanho de matagais e de baldios” (Serrão, 1989.V, 544). Assim, caso as terras não fossem devidamente aproveitadas, a sua expropriação era a sanção aplicada aos respetivos proprietários. Procurava-se, desta forma, responder à crise de-mão-de-obra, ao despovoamento rural e à redução da produção agrícola que se fez sentir em Portugal, tal como na Europa, durante a segunda metade do século XIV e que foi agravada com a crise da peste negra cujos efeitos se fizeram sentir até ao século seguinte. Além de outros aspetos relacionados com os objetivos desta Lei, esclarece o mesmo autor (loc. cit.) que “a grande novidade desta lei estava na consignação, para todo o País, do princípio de expropriação da propriedade caso não fosse aproveitada a terra”.

Relativamente a este assunto, Vasconcelos (II, 528-530) deixou assinalado que, “tanto na Madeira como nos Açores, as terras, para serem arroteadas e povoadas, eram dadas de sesmaria: ‘quando dava o capitão dava, ou fazia alguma repartição de terra nova, povoada de mato e espesso arvoredado, a alguma pessoa, de obrigação, na terra que lhe davam, fazia curral e cafua, curral para gado e casa para morar: e tudo era para tomar posse do que recebia: e dentro em cinco anos eram obrigados estes moradores e possuidores a terem terra feita e roçada a maior e melhor parte d’aquela que lhe era dada e eles recebiam; e não fazendo assim, dentro no termo de cinco anos, ia outro pedir, ou o capitão podia dar a outrem aquela terra, e a dava, porque o primeiro não fazia bemfeitoria nela”.

Completa descrição, referindo o seguinte: “Chamava-se terra de sesmaria, uns dizem que porque no sexto ano ficava livre do que não aproveitara em cinco: de seis chamava sesmaria; outros dão outras razões não tão boas”. De entre essas razões, aponta este mesmo autor (op. cit., 531-532) a sua relação com o fisco (sexmaria); com a cedência destas terras a sesmeiros – “indivíduos encarregados do exame das herdades sujeitas àquela lei” (Lei das Sesmarias) em que uma área de maiores dimensões era dividida em “sesmos” e estes em courelas ou talhões. No Alentejo dá-se o nome de sesmo ao limite entre duas freguesias contíguas (loc. cit.).

Os elementos acima referidos acentuam a antiguidade do povoamento deste lugar, pelo menos desde meados de Quatrocentos e o processo de arroteamento a que esta parte da paróquia-freguesia ficou sujeita num processo de autêntica reforma agrária destinada a suprir as carências de produção de cereais – especialmente trigo e cevada –, de criação de gado e, acima de tudo, da redução dos braços ocupados no amanho das jeiras da terra e em outros serviços agrícolas causados já pela fuga das populações rurais para outras atividades e, por consequência, à sua deslocação para outros lugares do Reino.

As notas sobre a população confirmam a evolução crescente deste lugar e a permanência da sua população, paredes meias com os campos do Lis onde se podem integrar. A população do lugar, de 637 habitantes em 2001, decresceu para 584 moradores em 2011.



Sezões

A ocorrência de pestes e de sezões (também conhecidas em data recente, por malária e paludismo) anima o imaginário coletivo, sobretudo em áreas de apauladas e de difícil drenagem como sucedia aos campos de Monte Redondo, antes das obras de enxugo e de encanamento do troço antigo do rio Lis. Neste caso não era só a retenção das águas que dava origem à proliferação de insetos e a doenças, mas também a qualidade das águas usadas para consumo que potenciava as condições morbidade e de fraqueza da população ocupada nas fainas agrícolas.

Em anos de crise a população enfraquecida pela doença, pela alimentação deficiente e pela exaustão desses trabalhos, constituía-se como presa fácil das febres e sezões que periodicamente dizimavam os habitantes dos lugares mais baixos e insalubres junto dos cursos de água. A acrescentar a esses factos as lutas e perseguições contribuía ainda mais para enfraquecer as condições de vida da população, como foi testemunhado no período correspondente às invasões francesas. Ao tempo, a situação demográfica da freguesia foi afetada não só por aquelas tropas, mas ainda pelas epidemias (nomeadamente a epidemia de cólera-morbus que grassou no país em 1833, em 1855 e 1856 e pelas sezões frequentes), pelas lutas liberais e pelos maus anos agrícolas que contribuiram para debilitar ainda mais estes moradores.

Sobre a propagação da “cholera morbus” na região, escreveu Cabral (1993.II, 88):

“o ano de 1833 foi um ano de propagação da cólera que obrigou a ampliação dos locais de enterramento. Leiria também sofreu a contaminação deste mal e para o combater, o Administrador do Pinhal Real de Leiria criou uma receita que dizia milagrosa constituída do modo seguinte: “3 quartilhos de mel; 3 colheres de vinagre; chá de salva; flor de sabugo e folhas de laranjeira”. A tomada, para cima de um quartilho e bem quente, deveria ser completada com “um cozimento de cevada e grana e como dieta tomava caldos de franga” (loc. cit.).

A análise dos livros de "Actas da Junta de Parochia de Monte Redondo" levada a cabo por J. Moital (1986, 33), dá-nos conta da ameaça da calamidade sendo que, em 19 de outubro de 1865, esta Junta e o Regedor da freguesia reuniram-se em sessão para "nomear uma comissão de socórros para o caso que a cholera-morbiz nos venha acometter". A mesma preocupação veio a ser manifestada em reunião da dita Junta, em julho de 1884, quando pairaram sobre a região sinais evidentes de uma nova epidemia.

Independentemente desta causa e à semelhança do que se passou noutras áreas situadas junto de zonas alagadiças ocupadas pela cultura do arroz, o paludismo foi uma das causas da morbidade e da mortalidade elevada da população de toda esta zona. Com efeito a ocorrência das ‘sezões’ entre os habitantes, determinada pela estagnação das águas e conseqüente desenvolvimento das larvas e dos mosquitos responsáveis pela transmissão desta doença, constituía uma ameaça constante.

A leitura do texto do "Relatório do Médico Municipal", redigido pelo Dr. João Sepúlveda Teixeira⁹⁴, em documento enviado ao Administrador do Concelho de Leiria, em 9 de agosto de 1855, depois da visita efetuada a esta freguesia em junho desse ano, assinala as moléstias que a afetam devido à intensidade da cultura do arroz, de que se destacam as "febres intermitentes de tipo quotidiano e terço".

Escreveu o referido médico:

"Esta freguezia tem 526 fogos, e dando a cada fogo quatro abitantes, a sua população é de 2:102 abitantes, mais de dois terços da população tem sido atacados – por conseguinte mais de 700 abitantes têm tido febres intermitentes. (...) Aroeira, Porto Longo, toda a ribeira de Fonte Cova com os lugares adjacentes, Paço, e Monte Redondo, localidades que ficam mais proximas dos arrozais. O desenvolvimento em grande

94 Cedido pelo Rev.º. Pe. David Gaspar

escala das febres intermitentes é devido a não terem os cultivadores de arroz cumprido as condições, que se lhes inpozeram, porque conservaram nos arrozais a água sempre estagnada, de modo que cada arrozal era um verdadeiro pantano. Os excessivos calores do mez de agosto aceleraram o desenvolvimento do proto-carbuneto de hidrogenio (gáz dos pantanos) que atuando sobre o organismo produziu as febres intermitentes".

Apreciando a evolução da mortalidade na freguesia, assinala este autor:

“Como se vê d’esta estatística, desde julho de 1854 a junho de 1855, n’um ano, ouveram obitos de maiores e menores, 86. E nascimentos, 84. Estão os obitos na razão d’um para 28,4 abitantes, e os nascimentos na razão d’um para 25 habitantes.

“Como se vê d’esta estatística, desde julho de 1854 a junho de 1855, n’um ano, ouveram obitos de maiores e menores, 86. E nascimentos, 84. Estão os obitos na razão d’um para 28,4 abitantes, e os nascimentos na razão d’um para 25 abitantes. Compare-se esta estatística com a dos outros paizes.

D’onde se deixa ver, que a mortalidade na freguezia de Monte Redondo não foi tão pequena, como era para dezejar, e que a sua população não cresceu”. (...)

Esta constatação leva-o a propor as medidas seguintes:

"Para minorar estes males, convem acabar com a cultura do arroz pelo sistema de estagnação de água, o que é nocivo á saúde publica – e, quando seja permitida a cultura do arroz, deve a administração publica inspecionar ativa e constantemente similhante cultura, para que ela não perca as condições salutaes, que lhe são proprias – enxugar os pantanos, abrir valas, para que as aguas das ribeiras tenham pronta saída, promover a cultura das batatas, afim de que o povo tenha abundancia, e boa qualidade de alimentos, promover a vacinação, construir um cemitério, porque o cemitério da freguezia é no adro da igreja que fica no centro do lugar de Monte Redondo, em fim promover todos os melhoramentos sociais."

A situação então registada terá mesmo ocasionado, em maio de 1861, a ocorrência de graves tumultos que levaram à “destruição dos arrozais, aos quais se atribuía a grande mortalidade local” (“Mensageiro”, 16MAI1942) por se achar que estes estavam na origem da grande mortalidade aqui dominante. Talvez que por esta razão e pela propagação frequente da cólera, como havia sucedido já em 1833, foram alargadas as áreas de enterramento em todo o país até então confinadas

aos adros das igrejas. Dois anos depois, em 1835 é proibido por lei o enterramento dos mortos nos adros das Igrejas.

A decadência da cultura de arroz nas várzeas dos principais cursos de água e as medidas de saúde pública permitidas com o tempo, nomeadamente a vacinação pública, vieram a minimizar os efeitos desta maleita e impedir novos tumultos.



Souto da Carpalhosa



Heráldica da Freguesia de Souto da Carpalhosa

O lugar do Souto da Carpalhosa desenvolve-se ao longo da encosta e das antigas vias de circulação que faziam a ligação entre as Várzeas do campo do Lis e o alto de São Miguel ou já da antiga povoação da Carpalhosa, em local de relevo mais acidentado e de cotas superiores aos 100 metros de altitude.

A topografia local, fortemente retalhada por pequenos acidentes hidrográficos, contrasta com a superfície mais aplanadas que se desenvolvem a norte do Alto dos Nichos e da Arroteia, fazendo realçar a diversidade geológica do terreno que predomina nestas duas áreas. Com efeito a tectónica diapírica que afetou esta área é a responsável pelo surgimento, à superfície, de formações Mesozóicas de calcários Jurássicos e Triássicos e outros depósitos mais recentes que alimentam as indústrias extrativas de pedra e do gesso presentes na atividade económica local.

Do ponto de vista histórico, a freguesia do Souto da Carpalhosa é uma das mais antigas da Diocese de Leiria cujas referências datam de 1218, sendo então já paróquia criada certamente em 1180 e dependente dos Cónegos de Santa Cruz de Coimbra. Esta nota está de acordo com a

antiguidade do lugar, pois como regista Fernandes (1995, 264) noutra local do território esta designação é anterior ao século XII, como aqui sucede. Esta é uma referência a que importa atender tendo em consideração a organização territorial à época e as dificuldades de circulação e de comunicação entre os diferentes lugares desta paróquia. Tais dificuldades estiveram na origem quer da constituição de novas unidades religiosas e civis, quer da vida que identifica os lugares desta freguesia com uma vida própria bastante acentuada.

O orago religioso é São Salvador do Souto, onde “se lhe faz festa no dia da Transfiguração” (O Couseiro, 1868, 134). Tal designação pode fazer notar a antiguidade do lugar referindo-se a Jesus Cristo, identificado em meios religiosos por “São Salvador do Mundo”.

À data em que foram coligidas as notas relativas ao “Memorial do Bispado de Leiria” (1868, 135-137) – século XVII – refere o autor a existência de diversas ermidas, que evidenciam os traços físicos do território, como a que se situava “por cima do logar do Souto, e foi da invocação de N. Senhora da Portella”, imagem, que segundo esse documento, “ainda n’ella está a imagem da Senhora, a qual trazem á parochial no dia que n’ella lhe fazem festa; e é de vulto; e n’esta ermida se dizia missa e administravam os sacramentos aos freguezes, em quanto se fez a nova igreja”. As demais situavam-se nas Várzeas, da invocação de S. Martinho e construída em 1596; a de Ortigosa, de invocação de Santo Amaro, edificada em 1610; a de Riba d’Aves, da invocação de N. Senhora da Victória; a dos Conqueiros, da invocação de Santo Ildefonso; a de Chã da Laranjeira, da invocação de Santo António e finalmente a do Casal (onde se chama o Porto de Santo Ildefonso, feita e dotada por pessoa particular, no ano de 1618 (op. cit., 137).

Sobre este lugar os documentos históricos de antanho relatam ainda, do início do século XIII, o que se refere a “Pedro Mendes, Pedro Vieira e outros moradores da paróquia do Souto” (op. cit., 134) que fizeram a doação ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra de umas propriedades para n’elas se fazer a igreja e o cemitério. De acordo com este texto, “A igreja se fez; mas muito pequena, e por ser muito antiga, se mandou reformar e acrescentar, e toda feita de novo, como ora é, com seu apendre, e se acabou no anno de 1602”. A referida doação prende-se com o vasto domínio territorial que este mosteiro tinha das terras a sul do Mondego e fez-se quando o lugar era já sede de freguesia, no início do século XIII, em 1218, dependente então da Diocese de Coimbra.

Como escreve Oliveira Marques (1976. I, 77), “os cónegos de Santo Agostinho (...) possuíam a famosa igreja de Santa Cruz de Coimbra, ricamente dotada” e os Cistercienses de Alcobaça, chegados a Portugal

em meados do século XII, “foram durante muito tempo altamente favorecidos pela realeza e sociedade” tornando-se, conjuntamente com os de Lorvão e S. João de Tarouca, nos “mais ricos conventos da ordem de Cister”. O interesse em alargarem os seus domínios levou a conflitos entre eles, como se notou na área da Sé de Leiria.

Embora não havendo confirmação acerca da antiguidade da criação da freguesia do Souto e da sua extensão territorial, o estudo de Cristino (1989, 11) assinala:

"a paróquia do Souto já estava criada desde os princípios do século XIII, o mais tardar, e abrangia uma grandíssima área correspondendo às atuais freguesias do Souto da Carpalhosa, Monte Redondo, Coimbra e Bajouca, confrontando assim ao sul e oeste com o território paroquial de S. Tiago de Leiria (atuais paróquias de Ortigosa, Monte Real, Carvide e Vieira), a noroeste com o mar, a norte com o atual concelho de Pombal e a nascente com as antigas paróquias de Vermoil e Colmeias (atuais paróquias de Carnide, Meirinhas e Milagres)". A distribuição das diferentes paróquias que faziam parte dos domínios do Castelo de Leiria, onde se incluía esta antiga paróquia (Gomes, 1995.a, 220) permite reconstituir o antigo “concílium lerenense”, como situar as novas unidades administrativas e religiosas que se vieram a constituir a partir desta antigo território.

Com o tempo, a evolução da população e do poder religioso levou à desanexação de novas freguesias, como a de Monte Redondo, em 1589, à freguesia da Ortigosa, em 1962 e à freguesia da Carreira, em 1989. Este desmembramento destacou a parte litoral da paróquia-mãe, a que se identificava mais com os campos do Lis assinalados no brasão da freguesia através da flor-de-lis, inscrita em azul, sobre um fundo de ouro, onde estão representados dois castanheiros, de vermelho, “arrancados e frutados do mesmo e folhados de verde, alinhados em faixa”. A evocação destes elementos faz recordar as atividades da população, separada em diversos lugares-centrais da freguesia, que ainda hoje evocam as formas de concentração devidas ao isolamento, marcadas pelo relevo dominante, face à paróquia-mãe e à sua Igreja.

A situação demográfica da freguesia de Souto da Carpalhosa, em 2011, registava 3863 moradores no seu conjunto e 470 moradores no lugar da sede, acusando uma perda da sua população residente e das estruturas familiares. Acresce, contudo, o aumento de alojamentos e de fogos ocupados.



Tabulário

Nesta parte queremos recordar, em forma de registo público, algumas notas editadas no suplemento de um jornal regional, dedicado à freguesia de Monte Redondo (1998) ⁹⁵ - “Monte Redondo de A a Z”. Com este objetivo e o de transmitir aos vindouros, de forma sucinta como o fez o jornalista, um registo de notas locais transcrevemos na íntegra esse documento.

Como se lê nessa apresentação, servem estes apontamentos “para conhecer melhor uma freguesia com inúmeras histórias no passado e algumas questões de presente e do futuro”.

A, Água – O mar terá chegado, segundo se diz, até Porto Longo. Memórias populares que no sítio hoje chamado “Porto da lezíria”, aportavam barcaças caseiras. Diz-se que no tempo de St^o António havia gente a passar de barco pela Junqueira.

B, Banda – A Sociedade Filarmónica N^a Sr^a da Piedade conta 126 anos de idade. Trata-se da banda mais antiga do concelho, é composta por cerca de 30 elementos e possui uma escola de música.

C, Coronhas – José dos Santos era um famoso artífice de coronhas para espingarda, feitas na medida e respetivamente adequadas a destros e canhotos conforme o atirador. A sua oficina, que era na Rua da Estação, foi reconstituída no Museu do casal de Monte Redondo.

D, Desenvolvimento – O PDM definiu uma Zona Industrial entre a Estrada da Bajouca e a Ribeira da Bajouca. Só existe em papel. Estão a ser dados os primeiros passos no sentido da sua concretização.

E, Ensino – Na freguesia existem dois jardins de infância (e há carências de ensino primário), um deles, da Fundação Bissaia Barreto. Cinco escolas do primeiro ciclo do ensino oficial. E um colégio particular com 700 alunos.

F, Ferrovia – A Linha de Caminho de Ferro do Oeste teve importância decisiva no desenvolvimento de Monte Redondo. Chegou a determinar a localização de indústrias, como uma importante serração que recorria ao comboio para o transporte de madeiras. Hoje, a sua importância está ultrapassada pelas rodovias.

G, Gastronomia – A gastronomia mais tradicional de Monte Redondo não tem muitas particularidades. Mas salientam-se o consumo de enguias fritas e a carne de porco. Por ser um sítio de passagem de

⁹⁵ Suplemento da edição nº 3148, de 29 de maio de 1998, do REGIÃO DE LEIRIA – “Uma freguesia bem participada”.

uma estrada movimentada, há em Monte Redondo uma quantidade invulgar de restaurantes: oito.

H, História – Nomes e títulos de referência: “O Couseiro” (1660); D. António Sousa da Costa Macedo (1855/6); Pe. Manuel Rodrigues e Faria; Pe. Luciano de Cristino, no “Mensageiro” e “Voz do Domingo”; Saul Gomes; Mário Moutinho; João Moital; “Coleção Cadernos do Património” (do Museu).

I, Igreja – Na residência paroquial, funciona o Centro Social N^a Sr^a da Piedade, que projeta tornar-se Centro de Dia; o JAC – Jovens Amigos de Cristo, do Casal Novo; e o JAMEN – Jovens Amigos do Evangelho; e o Agrupamento 1054 do CNE – Corpo Nacional de Escutas.

J, Junta de Freguesia – Pela primeira vez desde a instauração da Democracia, Monte Redondo tem uma Junta chefiada por um Presidente eleito numa lista de independentes.

L, Lendas – Uma curiosa lenda popular fala de um lavrador a quem as vacas emagreciam de dia a dia. Ele investigou e descobriu que eram uns mouros refugiados no monte ali perto que, de noite, espoliavam o leite dos animais para alimentar uma moura doente...

M, Monte – A poente da localidade existe uma elevação com 90 metros de altitude, de onde derivou o nome da povoação. No alto do monte, o mais alto das imediações, existe um marco geodésico de 1^a categoria. Nas encostas da elevação, onde nos anos 70 existiu uma pista de moto-cross, será inaugurada em 30 de maio uma pista de BTT.

N, Novidades – Em finais de maio, no domingo seguinte a cada dia-de-Corpo-de-Deus, ainda há poucos anos era fazer uma procissão com oferendas dos primeiros frutos agrícolas do ano (a que os agricultores chama, ainda hoje “novidades”. E leiloados, a seguir, no adro da igreja.

O, Olaria – Entre os anos 50 e 70, existiu no centro de Monte Redondo uma loja especializada que vendia unicamente loiça artesanal da vizinha freguesia da Bajouca. A loja pertencia a um médico e um oleiro.

P, Pezeiros – De Mira (Cantanhede) vieram os iniciadores da técnica de produção de pez. Trata-se de um produto derivado da resina. Aplica-se hoje na indústria química, mas antigamente usava-se nas embarcações, em calafetagem e para dar resistência ao cordame.

Q, Quilómetros – A freguesia de Monte Redondo tem aproximadamente 7 quilómetros de extensão máxima.

R, Resineiros – No Museu do casal de Monte Redondo, pode apreciar-se uma coleção dos mais diversos objetos que se usavam na vida da resinagem. Era uma atividade vulgar em Monte Redondo, em

crise nas últimas décadas, em consequência da degradação dos preços praticados.

S, Salinas – na Sismaria, situam-se as salinas da Junqueira. Produzia-se ali até há 20 anos sal a partir da água (salgada) que era extraída de poços.

T, Transportes – O comércio de veículos (novos e usados) é o setor mais dinâmico do comércio de Monte Redondo.

U, Urso – Monte Redondo está, geograficamente, no prolongamento da mata do Urso. Económicamente também é o prolongamento da Mata. Com efeito, as matérias fornecidas pelo pinhal da Mata do Urso tiveram uma importância histórica no desenvolvimento desta terra.

V, Vinte e Nove – A Feira dos Vinte e Nove é uma das mais concorridas da região e teve, até tempos não muito distantes, uma importância decisiva no abastecimento (e escoamento de produtos) das populações.

X, Xaile – peça tradicional do vestuário feminino, era um agasalho usado aqui até há poucos anos. Como, aliás, em toda a Estremadura.

Z, Zénite – Quando o sol atinge o seu ponto do meio dia, a chamada posição zenital, ainda hoje é habito o sino da igreja tocar as “Avé-Marias”.

A ser redigido nos dias de hoje outras referências haveria que reter. Contudo, fica a memória dos aspetos principais que identificavam a freguesia e lugar ainda há poucos anos, na ótica de um jornalista que procurou retratar a realidade social e cultural desta comunidade alargada. Uma comunidade que à semelhança de outros locais do mesmo município, pode aceitar como suas, as palavras do poeta Ribeiro de Carvalho⁹⁶:

“Por toda a aldeia que o estio enflora
Soou há pouco o toque das trindades:
E eu vou seguindo pelos campos fora
A desfolhar um ramo de saudades...
Perdem-se ao longe os últimos lampejos
Do sol, que morre por detrás da serra;
Há cachos de uvas a pedirem beijos
A fruta verde atapetando a terra. (...)”



96 “Campesina de ‘Margaritas’” - In: Cabral, 1993.III, 164

Telecomunicações e infraestruturas

A instalação das linhas de telecomunicações e a eletrificação da sede da freguesia de Monte Redondo e de alguns dos lugares próximos, fazem parte das iniciativas que durante a primeira metade do século passado permitiram o crescimento industrial da povoação e a fixação de muitos dos seus habitantes, antes da saída maciça para os países de imigração.

De acordo com informações recolhidas junto do Pe. David Gaspar, o serviço de correio com registo e encomendas foi primeiramente assegurado, no início de Novecentos, na casa de D. Mariana Costa e depois transferida para o estabelecimento de Manuel Joaquim⁹⁷, na loja deste. Mais tarde foi instalado no estabelecimento de José Maria Pedrosa Frias (Rua da Estação) e em 1937 a instalação do telefone público ficou entregue ao Sr. Manuel Pedrosa Gaspar Júnior, no centro da povoação ao qual se juntaram os demais serviços. Em 1947 foram transferidos para a futura estação dos CTT, em casa de José Tavares Nobre, na Rua da Estação. Aí se mantiveram em funcionamento até á inauguração da nova sede, no edifício construído para o efeito por José Soares da Silva Júnior. A importância destes serviços foi relevante na vida das empresas e no comércio de tal modo que a firma “Manuel Gomes de Carvalho” assegurou, durante anos, o pagamento do transporte da mala do correio, da estação para o comboio de correio (em sentido ascendente, de Lisboa para a F. Foz, cerca do meio dia e em sentido descendente, da F. Foz para Lisboa, cerca das vinte horas).

As facilidades de comunicação entre esta freguesia e o território circundante já haviam beneficiado da construção da Linha do Oeste e da construção da estrada real nº 58, de Leiria à Figueira da Foz. Algumas datas e referências assinalam esta construção, que de acordo com Cabral (1993.I, 159):

➤ Em 3.3.1870, “A Direção de Obras Públicas do distrito pediu à Câmara par indicar um seu representante para efeitos de proceder a avaliação dos terrenos a expropriar no Rossio, por onde estava prevista a passagem desta estrada”;

➤ Em 10.11.1879, “A Junta da paróquia da Freguesia de Regueira de Pontes, pedindo a construção de uma avenida que terá meio quilómetro de extensão que ligue esta freguesia com a estrada da Figueira a Leiria ...”;

97 Tio de Albano Alves Pereira, proprietário da Loja e que deu o nome a esta rua do lugar.

➤ Em 12.12.1981, “A Câmara deliberou contrair um empréstimo de 47.200.000 réis para diversos melhoramentos entre os quais a construção das seguintes estradas: De Coimbrão a Monte Redondo (...). De ligação da estrada da Figueira ao Souto da Carpalhosa (...)”, arrematadas em 1884 e 1983, respetivamente (op. cit., 165).

Estas vias de circulação estariam já concluídas no ano de 1886 quando a Câmara Municipal de Leiria, em 19 de fevereiro desse ano, deliberou classificar as estradas municipais, nomeadamente “a que partindo do Coimbrão termina na Estrada Real nº 58, de Leiria à Figueira, junto a Monte Redondo, estação de caminho de ferro de Torres à Figueira, aproximadamente 4.776,17 m.”

Quanto à linha férrea e utilizando a mesma fonte (Cabral, 1993.I, 172), na reunião da Câmara de 29.11.1883, foi apresentado um ofício do Governo Civil “dando conta de estar já assinado um contrato definitivo com a ‘Companhia Real dos caminhos de Ferro Portugueses’ para a construção do caminho de ferro de Torres por Leiria a Alfarelos e Figueira (...)”, inauguração realizada no que respeita à estação de Leiria, em 23.7. 1887.

Depois da linha férrea e da rede de estradas, tiveram lugar um conjunto de beneficiações que a sede de freguesia experimentou na primeira metade de Novecentos, das quais se destacam:

- Construção do monumento aos mortos da Grande Guerra, em 1925;
- Inauguração da Escola Primária, em 1931;
- O trabalho para a criação de uma Casa do Povo, em 1935 (inaugurada em 1943);
- Inauguração do telefone público, em 1937;
- Inauguração da luz elétrica na sede da freguesia, em 1938;
- Construção do fontenário na sede da freguesia, em 1940, por ocasião das comemorações dos Centenários (1140-1940) e integrada no respetivo Plano de Construções;
- Ligação por estrada de Monte Redondo à Bajouca, em 1945.

Uma notícia publicada num semanário leiriense (“Mensageiro”, de 3/6/1937) a propósito da instalação do telefone em Monte Redondo, diz o seguinte:

“Foi ontem inaugurada em Monte Redondo uma cabine telefónica instalada a expensas dum benemérito, que fazendo muito bem particularmente não esquece o bem, o progresso comum. E assim vemos este benemérito, Exmo Sr. Dr. Luis Pereira da Costa, lente jubilado de medicina da Universidade de Coimbra, auxiliar, melhor diremos realizar melhoramentos de que tem a lucrar toda a freguesia.

Monte Redondo, à parte Maceira, deve ser a primeira freguesia industrial do concelho. As suas fábricas de serração de madeiras, com fornos de cerâmica, as suas salinas, a sua indústria de capachos e alcofas, a sua indústria de paralelepípedos fazem desta freguesia uma das primeiras do concelho...".

Não se refere a mesma notícia mas outras lhe dão seguimento, das iniciativas de exploração de crude (petróleo) na Sismaria, desde o ano de 1947. A instalação da rede elétrica, em 1938, segue o processo de eletrificação do concelho de Leiria promovido pelos Serviços Municipais de Águas e Eletricidade e foi possível devido à ação do benemérito, Doutor Luis Pereira da Costa, que levou à instalação de um cabo aéreo até Monte Redondo. Ao mesmo ficou a dever-se a instalação do telefone na sua terra. Recorde-se que antes da eletrificação da sede de freguesia, uma das fontes de energia (para iluminação e mesmo para os veículos a motor) utilizadas foi o gás metano obtido através do recurso a gasómetros, alimentados pelo carboneto de cálcio.

Na indústria de madeiras, as caldeiras vapor alimentadas pela carrasca, pelas ramagens e outros desperdícios da serração, forneciam a energia elétrica necessária para o funcionamento das máquinas de corte e aparelhagem dos toros. Esta a solução encontrada que permitia uma maior potência das respetivas serras de corte e um maior aproveitamento do produto e dos resíduos do pinhal. A utilização destas caldeiras a vapor servia também para assinalar os ritmos de trabalho da unidade fabril e mesmo das populações rurais. Os silvos que emitiam antes do arranque do dia de trabalho, para assinalar a proximidade do início de laboração; a marcação dos espaços das refeições para almoço e o fim da jornada diária, eram seguidos na vida da população, marcando o ritmo das suas tarefas. Não raro, associavam-se também a alguma efeméride ou acontecimento civil ou religioso, como na semana da Paixão em que o Sábado da ressurreição era assinalado pelo silvo das caldeiras, em consonância com o repicar dos sinos da Igreja.



Terciarização

A evolução das atividades económicas, inicialmente assente na exploração dos recursos primários: agricultura e indústrias extrativas, sofreu os efeitos da manufatura mecânica e elétrica à qual anda associado o fenómeno da industrialização e da terciarização crescente da

sociedade atual. Tendo presente o exemplo local de Monte Redondo, a sua evolução não se pode desligar do peso dos fatores geográficos e naturais que a acompanham desde a sua formação, nem dos fenómenos demográficos económicos e culturais que lhe andam associados. Recordam-se os aspetos relacionados com o declínio das atividades e da sociedade rural em redor, da urbanização-industrialização dos centros urbanos, da mobilidade geográfica da população e do surgir de novas atividades e serviços que alteraram não só os padrões de distribuição dos habitantes no território e as suas ocupações, mas também as funções urbanas e a capacidade de atração-irradiação desta Vila.

Como escreveu Lopes (1987, 292) o crescimento regional pode ser devido quer a mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço, quer a processos internos à região. Nestas circunstâncias "o crescimento económico surge (...) associado à evolução da especialização interna e da divisão interna do trabalho". Por isso é possível encarar o fenómeno da urbanização como resultado da "especialização na agricultura a que se segue um decréscimo da importância relativa desse setor na economia" (op. cit., 293). Daí que, quase simultaneamente, se verifique "a tendência primeiro para a industrialização e depois para a "terciarização" com acentuada diversificação dos serviços" (loc. cit.). Não sendo este um processo uniforme, acarreta um conjunto de transformações na estrutura económica dessas áreas as quais, de acordo com o mesmo autor (op. cit., 292-293), vão desde a fase de economia de subsistência, ao desenvolvimento dominante dos serviços.

No caso de Monte Redondo, como aconteceu na maioria dos lugares, a mudança social operada por esta evolução foi acompanhada de uma mobilidade geográfica, que se traduziu na fixação de novos moradores nas áreas dotadas de maior acessibilidade física ou dotadas de infraestruturas promotoras da iniciativa privada e de investimentos em vários setores de atividade, nomeadamente no comércio e nos serviços. Assim, para além da agricultura e das atividades já descritas pertencentes ao setor primário e ao setor secundário, destacamos ainda o setor terciário, representado especialmente pelo comércio e pelos serviços, como um dos pilares económicos da população local.

Assente inicialmente no pequeno comércio misto, onde a mercearia se confundia com a retosaria, a taberna e nalguns casos até com a casa de pasto, a atividade comercial evoluiu para formas mais adequadas onde ponteiavam os mini-mercados e os cafés. Herdeiro, nalguns casos, da pequena loja de comércio tradicional, representado em todos os lugares, o pequeno comércio existente era muitas vezes complementar da

atividade realizada nas feiras que tinham lugar quer em Monte Redondo (dia 29), na Bajouca (dia 13) e na Guia (dia 10), ou mesmo do mercado semanal (em regra, ao Domingo, mas que em 1953 passou a realizar-se, também, às 4^{as} feiras). O incremento destas atividades e as facilidades de circulação em relação à sede da freguesia, onde os transportes asseguravam a ligação à sede do concelho e aos serviços de natureza administrativa, judicial, militar, religiosa e outras, assegurava uma clientela que ultrapassava a dos habitantes da localidade.

O pequeno comércio, sobretudo o existente na sede da freguesia, complementava o movimento comercial da centenária "Feira dos 29", que durante décadas foi uma das mais reputadas do concelho atraindo feirantes de diversos pontos do país. Em simultâneo e dada a sua realização no centro da povoação, beneficiava o comércio local que nesse dia via ampliado o seu volume de negócio e de clientes. Compreende-se assim que numa povoação com uma base rural e agrícola, embora com iniciativas de industrialização, os serviços tenham vindo a crescer albergando uma parcela crescente da população ativa. O comércio constitui-se hoje em dia como uma atividade com bastante significado na animação dos circuitos económicos locais, não obstante a concorrência que tem sofrido, em virtude da instalação das grandes superfícies comerciais nos centros urbanos mais próximos. Tal facto tem vindo a manifestar-se no declínio do movimento comercial mais tradicional.

Dadas as características das empresas que se dedicam a este ramo, predominantemente de tipo familiar, apesar daquela concorrência vão-se mantendo as portas abertas e abrindo até novas unidades e estabelecimentos. Contudo o acréscimo da acessibilidade entre a população residente e a oferta promovida por novas unidades, tem vindo a alterar o modelo tradicional de terciarização da Vila e dos seus lugares mais próximos.



Terras do “Rei Lavrador”

A referência às terras do Rei D. Dinis, conhecido geralmente pelo cognome de “O Lavrador”, centra-se no território da freguesia e da Vila de Monte Real que se desenvolve em dois núcleos distintos: a parte velha, em torno da Igreja de St^a. Isabel e do Paço da Rainha, erguidos sobre a elevação que subindo gradualmente à cota dos 50 metros de

altitude, serve de miradouro natural ao paul de Ulmar e aos campos do Lis que lhe estão circundantes; a parte nova da Vila, ao nível dos 30-40 metros, estende-se para poente na direção da igreja matriz – antiga ermida de S. João Batista, da Póvoa de Monte Real -, do Campo e das Termas, que têm servido de ancoradouro ao desenvolvimento local. Mais afastado do centro e junto ao lugar da Serra de Porto do Urso, está implantada a Base Militar nº 5 que ocupa a planície arenosa que antecede as formações dunares presentes junto ao mar, no Pedrógão, na Praia da Vieira e em São Pedro de Muel.



Heráldica da Vila de Monte Real

Apesar da proximidade entre as povoações de Monte Redondo e de Monte Real, a história mostra-nos como os ciclos de crescimento das duas povoações seguiram percursos distintos. Tal decorre da grande barreira física que eram os campos do Lis e dos cursos de água que o drenam, sempre difíceis de atravessar e da pertença antiga destes lugares: Monte Redondo foi herdeiro de terras desmembradas da freguesia do Souto da Carpalhosa, domínio dos Cistercienses e da Casa do Infantado; a póvoa de Monte Real beneficiou da ação régia que lhe deu um estatuto diferente das terras circundantes. Regista Vasconcelos (1980.II, 258), que “às povoações fundadas de novo, isto é, de fresco ou recentes, aplicavam os nossos antepassados, por oposição às preexistentes, o nome de ‘póvoas’: ‘grupos urbanos, nascidos em geral à sombra dos forais, outorgados pelos reis da dinastia borgonhesa, ou por entidades sucedaneas da coroa’”. Aos respetivos moradores que “primeiro habitavam uma terra”, chamavam-se “povoadores” (op. cit., 260).

As terras vizinhas da póvoa de Monte Real, beneficiaram em 1292 da ação de D. Diniz que fez vila e deu foral a Monte Real, fundando-a no Reguengo de Ulmar, que “começava então onde é hoje a Barosa (...) e se estendia até ao Mar, na foz do Rio Liz” (Alves, 1955, 21). Alterou-lhe o nome, de reguengo de Camarreu e concedeu-lhe foral, em 1312, com jurisdição independente de Leiria e supremacia sobre os casais dispersos

das redondezas. Certamente que estes privilégios terão tido em conta a fertilidade destas terras ocupadas em larga extensão pelo Campo de Ulmar, conhecido também por "reguengo de Camarinho, isto é a região que vai do Mar ao que ainda hoje se designa por caminho de Monte da Bóca, que fica aproximadamente um quilómetro a montante dos Paços de Monte Real" (Alves, 1955, 21). Sobre a origem desta edificação, regista Vasconcelos (1980.II, 628) o seguinte: "Em Monte Real, num alto, campeiam os restos de um 'paço' antigo ou 'paaço', cuja fundação a tradição (...) atribue à Rainha Santa; e ainda um documento de 1452, emanado da corte, fala de Lourenço Anes, 'paaceiro' dos paços reais de 'Monreal'".

Na história de Portugal ficou conhecida a ação do monarca D. Dinis, em prol da agricultura, do comércio e da pesca marítimas, atividades que procurou incentivar através da criação de povoados litorais, da construção naval e do incremento que deu à marinha e à indústria salineira. Com efeito as referências a Leiria e ao povoamento das terras vizinhas são abundantes ao tempo daquele monarca, "o Rei que mais tempo viveu em Leiria e fez no Castelo mais notáveis obras, ampliando-o até aos atuais restos da barbacã e construindo a torre de menagem em 1324" (Cabral, 1993.I, 19). Da ação desenvolvida por este monarca na região destaca-se o desenvolvimento geral da agricultura, "como pedra basilar da economia nacional" (op. cit., 53) e a distribuição das terras "formando grupos de casais, ou aldeamentos, em que os moradores eram todos foreiros".

Na sequência destas medidas de empraçamento, "a terra inculta e sem valor passa a ser mais apetecida" (Arala Pinto, 1938.I, 102) e, trabalhada por maior número de colonos, produz maior riqueza. Em simultâneo a ação de drenagem de vários paúis, entre os quais o Paul de Ulmar (designação que parece justificar a existência da 'erva ulmeira' ou 'ulmária') e o plantio do pinhal de Leiria para evitar que as areias cobrissem as terras aráveis (Vasconcelos, 1980.II, 68), são duas das obras emblemáticas do período Dionisino. A partir de então este pinhal passou a constituir-se como uma das principais manchas vegetais desta área e fonte de riqueza dos povos que aqui habitaram estando ainda hoje ligada à riqueza florestal do centro do país.

Como foi notado (Pinto, 1938.I, 276), estas obras contribuíram para beneficiar "a saúde pública" e melhoraram as condições de vida dos seus povoadores. A este respeito escreveu ainda este autor (op. cit., 73-74):

"D. Diniz tendo vivido em Leiria e Monte Real veio encontrar quasi toda a costa atual do distrito, e mesmo a maior parte da sua área poente, em poder dos Mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra e,

para evitar certamente dissensões com o clero, apoderando-se de terrenos doados aos mosteiros, tomou para si os terrenos alagados do Ulmar, que se estendiam desde a Foz do Lis, numa e noutra margem, abrangendo uma área de cerca de 2.000 hectares até então incultos e despovoados. Manda-os dissecar a Fr. Martinho de Alcobaça, promove o seu povoamento e forma assim a sua propriedade que designa por Reguengo de Ulmar".

Esta designação parece justificar a existência abundante da 'erva ulmeira' ou 'ulmária' em toda esta extensão dos campos do Lis. De acordo com o mesmo autor, (op. cit., 62), "a abertura das vallas de enxugo, e as terras depois de sangradas foram repartidas a colonos para as agricultarem". Por outro lado observa ainda o referido autor (op. cit., 60) que as medidas de coutamento dos campos de Ulmar, conjuntamente com as outras medidas tomadas pelo Rei em prol da agricultura, contribuíram para a dispersão e para a sua disseminação em lugares de menores dimensões.

Note-se que este reguengo, pertencente ao concelho de Leiria desde o tempo de Sancho II, abrangia as terras limítrofes de Monte Real e estendia-se desde a Barosa (nas proximidades de Leiria) até à foz do rio Lis. Dele, apenas na sua margem direita faziam parte, "nos limites de Monte Redondo e Coimbrão os campos do mesmo nome (Milhão, Caniceira, Galeota)" (op. cit., 62). Por se tratar de uma zona facilmente inundada e insalubre, necessitando de obras frequentes de enxugo e de regularização, sobretudo em épocas de maiores precipitações, o Rei responsabilizou-se por fazer "onde fosse mister, pontes boas e aberturas" quando da concessão da "Carta de foro ao Reguengo de Ulmar", em 1312 (Alves, 1955, 22).

Convirá recordar que anteriormente a esta data e face às inundações desordenadas que atingiram este Reguengo, os Crúzios de Coimbra, em 1309, deixaram de "receber dízimos a que tinham direito naquele paúl para compensar as despesas feitas pela fazenda real" (Cabral, 1993.I, 54) nas diversas obras e iniciativas rurais em que se empenhou. À data a agricultura foi considerada "como pedra basilar da economia nacional" (op. cit., 53) e a distribuição das terras "formando grupos de casais, ou aldeamentos, em que os moradores eram todos foreiros", uma medida de valor. Prossegue o mesmo autor (op. cit., 60), afirmando que as medidas de coutamento dos campos de Ulmar, conjuntamente com as outras medidas tomadas pelo Rei em prol da agricultura, contribuíram para a dispersão e para a sua disseminação "por muitos lugares pequenos" que suportavam a vida e a atividade deste "reguengo". Note-se que este pertencia ao concelho de Leiria desde o tempo de Sancho II,

abrangia as terras limítrofes de Monte Real e estendia-se desde a Barosa (nas proximidades de Leiria) até à foz do rio Lis. Dele e apenas na sua margem direita faziam parte, "nos limites de Monte Redondo e Coimbrão, os campos do mesmo nome (Milhão, Caniceira, Galeota)" (op. cit., 62).

É de crer que dada a existência das águas medicinais conhecidas desde a época dos romanos, Monte Real tenha funcionado como centro de vilegiatura da corte durante as suas longas permanências no Castelo de Leiria ou mesmo no próprio local: "lugar alegre com a vizinhança do rio Lis e ali existirem outras comodidades de caça" (M. Heleno. in: Alves, 1955, 35) como se atesta pelas ruínas dos Paços de Monreal ou Paços da Rainha Santa, edificados na parte alta, ou Vila, desta povoação. Sobre este assunto, diz-nos Arala Pinto (1938.I, 119) que a origem destes Paços podem ter resultado do empenho direto da Rainha Santa Isabel "para se acomodar com a sua comitiva para vigiar os trabalhos dos campos e receber as rendas".

Recorde-se que em 1292, quando D. Diniz fez vila e deu foral a Monte Real, alterou-lhe o nome e concedeu-lhe jurisdição independente de Leiria. Estamos a pensar que estes privilégios terão tido em conta a fertilidade destas terras (formadas em larga extensão pelo Campo em redor do monte Boco), banhadas pelo rio Lis, bem como a existência de termas romanas neste lugar, permitindo a vilegiatura da corte, durante as suas estadias no Castelo de Leiria. Para além do interesse de D. Isabel, o interesse do monarca por estas paragens é realçado por diversos relatos orais do Rei-Poeta, que nos chegam através das suas cantigas de amor, de escárnio e maldizer e de outros textos.

Fica a referência a uma delas:

“Ai, flores, ai, flores do verde pino,
Se sabedes novas do meu amigo?
Ai, Deus, e u é?
Ai, flores, ai, flores do verde ramo,
Se sabedes novas do meu amado?
Ai, Deus, e u é?”
Se sabedes novas do meu amigo,
Aquel que mentiu do que pôs comigo?
Ai, Deus, e u é?
Se sabedes novas do meu amado,
Aquel que mentiu do que mi à jurado?
Ai, Deus, e u é ?
(...)

Localmente a sua intervenção é ainda marcada pela assinatura, em Leiria, do documento que cria os Estudos Gerais e da memória que corre sobre a sua vida amorosa. A toponímia local de Amor e Segodim (Cégovim, Cegodim - "Cégovindes" ?) e outros lugares, como o de Porto d'Urso, podem ser testemunho das digressões amorosas de D. Dinis, por esta área (Alves, 1955, 41-42). A este respeito, transcrevem-se de Alves (1955, 42), versos de Afonso Lopes Vieira⁹⁸ sobre a povoação de Amor:

“Minha vizinha aldeia de Amor,
jamais em ti os pés hei de pôr.
Jamais em ti hei de pôr os pés
Para te julgar como tu não és.
Donde vem teu nome, teu nome de Amor?
Da Aldonça? De Grácia? De que boca em flor?
Elas eram tantas, tantas eram elas
Tal o céu à noite cheinho de estrelas!
Que belo destino entre os doutros bardos:
- semear navios e criar bastardos !...”

Pelo contrário sua esposa, a Rainha Isabel, ficou reconhecida por ter introduzido as sextas durante o verão – do Domingo de Pascoela ao dia 15 de setembro (Alves, 1955, 39 – e pelos seu milagres. A evocação à rainha Santa Isabel era cantada em loas populares quando da realização da festa anual em sua honra, nos termos seguintes (Alves, 1955, 44):

“Rainha Santa Isabel,
Filha d’El-Rei d’Aragão,
Acudi a este povo,
Em tamanha aflicção.
Rainha Santa Isabel,
Ouvi os nossos gemidos,
Entregai-os ao Senhor,
Para que sejam ouvidos”.

Relata-nos o mesmo autor (Alves, 1955, 22), que posteriormente a D. Dinis o próprio Mestre de Aviz não só lhes manteve os direitos concedidos por aquele monarca, como "ainda os beneficiou quando, ao reduzir o número de besteiros de Leiria, de 40 para 20, impôs a condição de os outros 20 se empregarem na abertura dos seus reguengos". Tal situação foi alterada ao tempo de D. Manuel que no foral de Leiria (1510), apesar de reconhecer a muita despesa (Cabral, 1993.I, 38) feita pelos priores de Santa Cruz na abertura deste paúl, obrigou os

98 “Onde aterra se acaba e o mar começa”

"Reguengueiros de Ulmar" ao pagamento do "terço do Dízimo" agravando, no dizer de Alves (1955, 23) esse contributo em relação aos demais reguengueiros e foreiros do concelho de Leiria.

Contudo só no início do século XVI, é iniciado o processo da constituição de novas paróquias, neste caso localizadas na margem direita do rio Lis e repartidas entre o Bispado de Coimbra e as ordens religiosas de Santa Cruz de Coimbra e a de Cister de Alcobaça. Disso nos dão conta diversos testemunhos relativos a doações que permitiram a constituição de novas paróquias no termo norte da cidade de Leiria, desmembradas das paróquias mais antigas do Bispado de Leiria ou ainda o alargamento deste por incorporação de terras anteriormente pertencentes a outros bispados.

Data de 1512 a criação da freguesia de Monte Real, que foi desmembrada da paróquia de S. Tiago, de Leiria. Assim o regista "O Couseiro" (1868, 108): "Erigiu o mesmo bispo D. Pedro, prior mor, a freguezia de Monte Real, no mesmo anno de 1512, e os freguezes ficaram obrigados á fabrica da egreja, capella mor e sacristia e ordenado do cura (...)". No entanto "no anno de 1612, o bispo D. Diniz de Mello dividiu esta freguezia em duas", criando então a freguesia de Carvide.

É de crer que este movimento de criação de novas paróquias coincidindo com a evolução da agricultura portuguesa entre meados dos séculos XV e XVI e seguintes, tenha acompanhado o movimento de novas arroteias "e a introdução de novas culturas, em especial do milho" (Marques, 1976. I, 238), cereal importado da América pelos castelhanos e que provocou, ainda no dizer do mesmo autor (op. cit., 239), uma verdadeira "revolução do milho" que "se fez sentir sobre os hábitos conservadores dos campónios nortenhos, com seu impacte sobre a alimentação, as técnicas, a produtividade e as rendas" (loc. cit.).

Referências geográficas sugerem que a introdução deste cereal provocou ainda uma verdadeira revolução demográfica, o que justifica a evolução da população e a constituição de novas freguesias, nos séculos seguintes. De notar que após a Restauração, as terras de Monte Real e lugares vizinhos são incluídos na Casa do Infantado, voltando assim aos bens da Coroa. Esta situação perdurou até 1834 quando os bens do Infantado foram incorporados "nos próprios nacionais" (Alves, 1955, 25) sucedendo então que "o concelho de Monte Real fosse – nessa altura – anexado ao de Leiria" (loc. cit.).

Apesar do afastamento do mar, a "póvoa de Monreal" e sobretudo a atividade agrícola do paul de Ulmar beneficiaram da drenagem do leito do Lis, da fixação da linha de costa e da arborização litoral que antes da fixação das dunas que hoje formam o pinhal da Mata do Urso (extensão

para norte do pinhal de Leiria, ou Pinhal do Rei), apresentava contornos mais irregulares e um traçado mais a oriente da linha de costa atual. De realçar que as medidas tendentes à fixação das areias do litoral, iniciada no começo do século XIII com o intuito “de impedir o avanço das dunas sobre os campos cultivados e povoar o litoral” (Marques, 1976.I, 82), prosseguem durante os séculos seguintes progredindo ainda no século XIX, com a florestação da costa atlântica a sul do Mondego.

Nessa centúria prosseguiram as obras de beneficiação dos estuários de alguns rios, nomeadamente do rio Lis e do rio Vouga, sob a responsabilidade do Eng^o. Reinaldo Oudinot, a quem se deve a abertura da barra de Aveiro, em 1808, quando esta sufocava a vida económica da ria e de toda a região adjacente. Esta situação acabou por provocar a deslocação de algumas populações marítimas para outros locais da costa portuguesa, nomeadamente para a foz do rio Lis.

A evolução recente de Monte Real da Vila e antiga sede de concelho e dos lugares mais próximos, fica assinalada pela conjugação de em torno de dois vetores essenciais:

➤ A criação da Base Aérea nº 5, que trouxe a esta freguesia e às terras vizinhas um número considerável de militares e seus familiares que aí se fixaram ou que contribuem para a animação quotidiana destes lugares;

➤ A evolução crescente da atividade termal reforçada pela criação da “Sociedade das Termas de Monte Real” (ao tempo do Sr. Olímpio Duarte Alves) e que recentemente foi objeto de transação comercial e de remodelação profunda das suas instalações.

Com o resultado desta ação foi o comércio e a hotelaria que beneficiaram da vinda e da frequência regular de novos forasteiros e transeuntes. Outras iniciativas não tiveram grande seguimento, tais como a instalação local dos serviços relacionados com as obras de irrigação dos campos do Lis. Contudo a localização e o contributo dos pilares essenciais para o desenvolvimento da terra e acentuam-lhe um perfil de Vila termal, de veraneio e com alguma centralidade que importa ter em consideração no âmbito das iniciativas de desenvolvimento local e regional, bem como no ordenamento territorial e social do município de Leiria.

O contributo de várias atividades e funções está plasmado no brasão da vila, assim descrito em documento oficial: “Escudo de púrpura e pelourinho de prata realçado de negro, em chefe, à dextra, uma flor-de-lis e, à sinistra, uma espiga de milho, tudo em ouro, em ponta, uma fonte de prata, repuxando do mesmo e realçada de azul. Coroa mural de prata

de quatro torres. Listel branco, com a legenda a negro em maiúsculas : “ Monte Real - Leiria “.

A população residente na freguesia, de 2396 habitantes em 2001, ascendia na sua sede a mais de um milhar: 1080 residentes, facto que atesta a dimensão quase urbana desde lugar, acusando assim um acréscimo da sua população residente e da respetiva estrutura familiar. Este aumento traduziu-se no crescimento dos alojamentos familiares e do respetivo parque habitacional registados nos dados do censo de 2011. A rematar, transcrevemos de Cabral (1993.III, 152), uma evocação a este lugar e ao “Milagre das Rosas”⁹⁹ que o celebrizaram ao tempo da Rainha D. Isabel de Aragão: “(...)

Pergunta o Rei, nessa altura,
Com falas de sesamor:
Que conduzis na cintura?!
Volve ela, toda doçura:
‘Eu levo rosas, Senhor!’
E das sua mãos piedosas,
Transformadas em jardim,
Tombam, lindas, radiosas!...
Rosas, rosas, muitas rosas!...
Nunca se viu coisa assim! (...).”



“Terra Finis”

Serve de enquadramento a este título a descrição de Orlando Ribeiro (Ensaios de Geografia Humana e Regional) sobre Portugal:

“Última nesga mediterrânea banhada pelo Atlântico, engastado numa península que é um continente em miniatura e aberto para o mundo por uma larga fachada oceânica, o território português cumpriu as alternâncias do seu destino de finisterra: perdido num isolamento arcaizante, à margem das correntes de civilização e do caminho dos povos.” O mesmo autor (Ribeiro, 1967), escreveu ainda:

"O litoral exerceu também, desde sempre, forte atração sobre as populações. Não é por acaso que se encontram, em restos das mais antigas praias quaternárias, os primeiros seixos frustemente trabalhados

99 Milagre das Rosas – Graciete A. S. B. Santa Rita

pelo homem. Desde o começo da idade dos metais que se estabeleceram, através do oceano, relações de civilização com ilhas e litorais do Noroeste europeu - uma espécie de prelúdio de grandes navegações atlânticas".

Noutra perspectiva, aponta Serrão (1989.V., 134), que as raízes mais remotas do nosso estado medieval devem ter em conta,

“em todos os elementos de civilização (conhecidos na pré-história apenas em alguns dos seus aspetos materiais) que contribuíram para diferenciar a fachada atlântica e revelam indícios de modos de vida distintos do interior do corpo maciço do interior da Península”. Mais ainda (op. cit., 136), “entre a unidade cultural do Ocidente e a formação do Estado Português decorre um lapso de uns quatro milénios”.

Já os trabalhos de Moisés Espírito Santo sobre “Origens orientais da religião popular portuguesa; seguido de ensaio sobre toponímia antiga” (Assírio e Alvim, 1988) convidam a uma busca das raízes mais antigas do culto religioso, pelo que todas as aproximações que nos permitam conhecer melhor os períodos longínquos e as suas manifestações civilizacionais, são manifestamente bem acolhidas. Sobretudo quando nos dão a honra de privilegiar o roncão da terra onde nascemos.

Articula-se com a referida citação o texto do Engenheiro Agrônomo e Arquiteto Paisagista, Ilídio de Araújo, elaborado no final de 2010 sobre o trabalho do autor: “Território, Povoamento, Sociedade: Monte Redondo – estudo monográfico” (2000). Ilídio de Araújo¹⁰⁰ (2010) enviou-nos um conjunto de reflexões sobre as origens proto-históricas do povoamento da área em questão. Por que tal pode abrir novas pistas de investigação, partilhamos esse apontamento amigo com os monteredondenses na esperança de que, num futuro próximo, outros e novos contributos possam surgir sobre um tema pouco explorado pela comunidade científica nacional. Ao fazê-lo evocamos os Mestres que ainda hoje procuram realçar a convergência de diferentes civilizações sobre a terra portuguesa, principalmente sobre o seu litoral.

Assinala o seguinte:

“Suponho que os lugares e aldeias que no século XII se aglutinaram numa paróquia sediada na capela do lugar da Sr^a. da Piedade (ou de

100 Ilídio de Araújo, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto Paisagista. Fez a sua formação académica no Instituto Superior de Agronomia (Lisboa), sendo discípulo do Arq. Ribeiro Teles de quem foi Secretário de Estado do Ambiente, em Governo Constitucional. Dirigiu diversos Serviços da antiga Direção Geral do Planeamento Urbanístico, nomeadamente o Gabinete do Plano da Região do Porto, onde trabalhou entre 1977 e 1978. No exercício da sua profissão projetou diversas obras sobre jardins botânicos, quintas e palácios. Depois da sua aposentação, decidiu-se ao aprofundamento de estudos de natureza proto-histórica e história do povoamento e das paisagens humanizadas.

Monte Redondo) – nomeadamente o da Sr^a. do Amparo (ou das Sesmarias) e o de Santo Aleixo – são apenas uma parcela de território polarizada pela Igreja da Sr^a. da Piedade, mas que faz parte de um compartimento de território que me parece ser definido a norte pelo Mondego, a oeste pelo mar, a sul pelo Lis, e a nascente pela ribeira de Carnide e pela linha de água que da portela do Barracão desce para o Lis (...). Admito que a inclusão nesse compartimento da mesopotâmia entre o rio Carnide e o Arunca beneficie da compreensãoda evolução do povoamento nas fases culturais anteriores à Romanização – que teve grande impacto paisagístico.

Eu suponho que foi esse compartimento de território que outrora se deu a designação de Finisterra – que significava “terra de Finis”, e não o “fim de terra” – e que essa designação se conserva hoje apenas na invocação da Senhora de Finisterra, orago de Anços.

Quem era essa senhora de Finisterra? – Só podia se a própria Finis.

Finis, Fines, Fenes, Fénix, Vénus, Phenes, Pene, Pyne, Pune, Punit, Punhete, Peniche, ... eram variantes fonéticas do nome da matriarca eponímica da gentilidade dos Fineus ou Fenícios, uma gente que assim se designou por ter sobrevivido (no período glacial do Dryas III) dedicando-se à pesca marítima das sardinhas e de outros peixes – como o falcão marinho ou águia pesqueira (*Pandion halietus*) que em língua grega (a língua dos crecos, fineus, dórios e outras gentes peninsulares) se designava por “fenes” e “Fénix” – e que por isso se identificou totemicamente com essa ave falconídea.

Os fineus ou fenícios (ou jónios) tiveram o seu solar na costa portuguesa desde Peniche até ao Lima ou Minho, e foi daí que se expandiram para o litoral Atlântico Norte até ao Báltico, e para o Mediterrâneo até ao litoral asiático, sobretudo o da Ásia Menor, porque na costa síria apenas era de fundação fenícia a cidade de Biblos ou Gebel (ainda que os gregos designassem todas as cidades da costa síria por fenícias).

De modo geral os oragos das capelas dos lugares são os patriarcas ou matriarcas dos clãs a que pertenciam os seus colonizadores pré-romanos; e em mais de 80% dos lugares a cristianização manteve-lhes o nome e o culto limitando-se a cristianizar-lhes a legenda, a imagem e o enquadramento litúrgico, considerando-os como seus mártires ou confessores, e às vezes diáconos e bispos.

Os povoados mesolíticos dos fineus estarão submersos (devido à subida do nível do mar) e sob os aluviões do Mondego e do Lis, mas os seus povoados neolíticos e posteriores estão referenciados pelo culto da sua matriarca (ou do poparedro masculino dela – S. Fins, S. Pelágio ou

S. Paio, S. Marino, ...) como orago dos respetivos outeiros (e das capelas que os substituíram na baixa Idade Média).

Além dos nomes que atrás referi e que são variantes fonéticas do tema primitivo (fenes ou fynes) foram-lhe atribuídos inúmeros epítetos: Leucotea (deusa ou Senhora Branca), Afrodite (a que emerge da espuma), Pelágia, Marina, Marinha ou Senhora do Mar, Sr^a. dos Navegantes, Sr^a. da Guia, Sr^a. da Boa Viagem, Sr^a. do Ó (?), ...

Esta divindade matriarcal era celebrada em diversas datas do ano mas principalmente a 15 de agosto (Sr^a. de Agosto). Em muitos lugares que a tinham como orago a cristianização manteve-lhes a invocação: St^a. Marinha, St^a. Leocádia, St^a. Eufémia, ... mas noutros lugares substituíra-a por diversas celebrações de santa Maria, desde a sua Conceição (8/XII) até à Assunção (15/VIII), Sr^a. do Rosário, etc. ...

Considerando os lugares desta Finisterra dos quais consegui identificar os oragos, terão sido povoados por fineus os de Paião, Marinha, Giesteira, Barca, Anços e Verride, mas o culto mais antigo talvez fosse o da Sr^a. da Guia (antes do III milénio aC).

Seriam povoados dórios e da mesma fase neolítica os da Sr^a. da Graça: Vinha da Rainha e Almagreira.

Seriam povoados aqueus os de Sto Iago (Louriçal e Soure); o porto de Longo poderá evocar a presença de longos (vindos ainda no IV mil^o aC.); e a Sr^a. dos Remédios (de Arroiteia) pode estar relacionada com o culto matriarca dos aqueus (Egina Eja ou Isis).

De fundação lycia (vindos no III milénio aC.) pode ser Sta Luzia de Lavos.

De origem lacónia (séc. XVIII aC.) pode ser o St^o. Amaro de Ortigosa.

Da colonização cananeia (de basteus, e micénicos) do Bronze Médio serão o Salvador de Souto e a Sr^a. do Amparo das Sesmarias (de basteus ou persas), a Sr^a. da Piedade de Monte Redondo (de mínios, e o S. Bento do Casal (?)).

Do Bronze Final (sec. X a VIII) serão S. Mamede de Mata Mourisca, S. Martinho de Várzeas, a Sr^a. da Victória de Riba d'Aves.

Da colonização céltica – posterior ao século VII aC. – serão Sto Aleixo, e, talvez, Samuel (pois a Sr^a. da Purificação terá substituído a Deméter Bona Dea) e St^o. Ildefonso (Conqueiros).

(...) Penso que valeria a pena fazer um estudo minucioso das tradições associadas ao culto local de cada um destes oragos, e fazer uma prospeção toponímica, também minuciosa, nos lugares cujo orago foi substituído (Sr^a. da Conceição, Rosário, Purificação, ...) ou que é invocado por epíteto comum a várias divindades (S. Bento, Salvador),

pois pode aparecer aí (ainda que deturpado) o verdadeiro nome da antiga divindade pagã.

(...) Além do rico património artístico que existe neste compartimento de território, despertou-me particular curiosidade a designação de Finisterra que lhe dá Fr. Agostinho de Santa Maria no seu Santuário Mariano (vol. IV – pg. 440), e que me parece ter fundamento arqueológico, porque cerca de 30% das povoações da Beira Litoral e de Entre Doiro e Minho têm por orago a matriarca ou o patriarca dos *fineus* nas suas múltiplas invocações. (...).”

Estas notas importam pelo seu conteúdo e, sobretudo, pelo interesse que podem despertar em investigadores interessados em aspetos da vida e da influência das diferentes civilizações no contexto ibérico e do território português. Um trabalho a realizar e que esbarra não só com as dificuldades de interesses académicos em determinadas áreas do conhecimento, como pela dificuldade de fontes que permitam a sua concretização. Contudo não deixam de evocar a oportunidade de uma reflexão profunda sobre as nossas raízes culturais, reforçando o sentido que O. Ribeiro deu à nação portuguesa e ao carácter nacional, “amalgamado aos poucos neste cadinho de civilizações” o que adquire, “com a história especificamente portuguesa, o mais claro da sua expressão” (in: Serrão, 1989.V, 149).

Com base numa reflexão de P. Birot, conclui este autor (loc. cit.):

“Assim puderam longamente amadurecer, ao abrigo de fronteiras que são as mais velhas da Europa, os traços próprios da alma portuguesa e que a individualizam tão nitidamente em relação aos seus vizinhos peninsulares. Dum lado, um povo orgulhoso e exaltado, pronto para todos os sacrifícios e para todas as violências que lhe inspirará a preocupação da dignidade; do outro lado, mais melancolia e mais indecisão, mais sensibilidade ao encanto das mulheres e das crianças, uma humanidade verdadeira onde se reconhece um dos tesouros mais preciosos do património da nossa velha Europa ocidental”.



Toponímia local

A referência à toponímia local constitui um exercício complexo que exige contributos de várias ciências, da história à geografia ou da filologia à etnografia. Igualmente são requeridas análises de âmbito regional para identificar a ocorrência de fenómenos e de situações

análogas que ajudam ao estabelecimento de uma linha comum de análise sobre a origem dos sítios, dos lugares e das povoações, sejam elas de origem urbana ou rural. Embora com as precauções que encerra uma análise deste tipo encaramos a redação desta nota e das anteriores redigidas sobre diversos lugares, como um exercício que tende a apresentar noções e interpretações de autores e fontes diversas e não como um texto encerrado. Sabemos que a evolução da investigação histórica, geográfica e antropológica, tal como noutras domínios das ciências humanas, progride à medida que se manuseiam novos elementos de informação ou que se comparam os resultados de uma investigação em contextos diferenciados.

Acresce a esta circunstância a falta de manuseamento e a interpretação de outros documentos históricos que permitam aprofundar, nos seus diversos aspetos, os fatores locais ou regionais que acompanharam a evolução da própria língua, a doação e a posse da terra, as principais linhagens familiares, presentes ou desaparecidas, os ciclos de povoamento e de mobilidade da população. Correndo, embora, os riscos inerentes a uma reflexão deste tipo, sugerimos mais um contributo a enriquecer com as notas de todos os que se queiram juntar a este processo de reconstituição do passado pelo estudo do presente, e do seu melhor conhecimento a partir de fontes de antanho.

Como foi notado a natureza sedimentar deste território justifica, em parte, a ausência de testemunhos materiais significativos da antiguidade e das formas de ocupação humana e de dominação social mais remotas. Por isso há que encontrar na toponímia local a ajuda que nos facilite essa interpretação. É uma tarefa complexa que deve assentar num estudo atento das fontes documentais, na análise etnográfica e na recolha de outros testemunhos que permitam à geografia humana (Fernandes, 1993, 699) dar o seu contributo. Contudo, o levantamento da diversidade de topónimos encontrados nas proximidades do casal de Monte Redondo evoca aspetos e origens distintas de uma ocupação antiga, difícil de precisar. Teixeira e Zbyszewski (1968, 92) referem-se aos achados paleolíticos do Professor Manuel Heleno, em diversos locais da bacia do Lis ou mesmo nas imediações de Leiria. Anotam ainda outros vestígios de “indústrias neo-neolíticas, embora mal conhecidas, especialmente em algumas grutas ainda não exploradas, em que aparecem restos de cerâmica, ossos humanos, etc.”

Situada na antiga Lusitânia, descrita por Plínio como começando “a partir do Douro” e onde se destacavam os “ópidos de Conímbriga, Leiria, Évora e Alcobaça” (Resende, 1996, 76), esta região terá sido ocupada por diversos povos, os Iberos, os Persas, os Fenícios e os

Cartagineses (op. cit., 211). Mais ainda, “esteve exposta à degradação dos Romanos e Púnicos, consoante eram estes ou aqueles pelas armas os mais fortes” (op. cit., 136). Sobre a antiguidade desta ocupação recordamos Serrão (1979.I, 41) a ação dos fenícios que por volta do séc. X A.C., quando do seu estabelecimento na Península em feitorias, terão deixado a sua marca linguística na raiz de vocábulos que “permaneceram na fala peninsular, como ‘ipp’, elemento toponímico que serviu para designar Olisipo (Lisboa), Collipo (Leiria)”. Assim o demonstra o contributo anterior de Ilídio de Araújo.

Outro autor, M. Espírito-Santo (1988, 255-256), defende que, "descobrir a significação desses nomes é penetrar na lógica do 'batismo dos sítios': quais os sítios nomeados e quem lhes atribuiu o nome; a funcionalidade desses nomes; a relação dialética entre os nomes, os sítios e as pessoas que neles moram, o critério da atribuição de um nome e não de outros, as resistências à evolução ou ao desaparecimento dos nomes antigos, etc."

Vejam algumas manifestações dessa presença tendo por base o valioso estudo de M. E. Santo (1988) relativo às “Origens orientais da religião popular portuguesa”. Sendo certo que, no dizer deste autor (op. cit., XV), “a toponímia se organiza por constelações de nomes”, alguns dos topónimos locais fazem crer que a área do nosso estudo se situa numa região rica de vestígios de uma ocupação fenício-cananita (op. cit., 273), responsável pela difusão do hebraico no atual território português, antes da difusão do latim. Adianta o mesmo autor (op. cit., 274) que a análise da microtoponímia desvenda, através do aprofundamento das constelações de nomes, sinais evidentes de que “a língua hebraica ou uma língua semita com muitas afinidades com esta, foi a língua falada antes do latim em todo o território português do Algarve ao Minho”. Tal terá facilitado, conjuntamente com a prática da mesma religião e a consolidação da mesma estrutura económica, atribuir “ao mundo lusitano e galécio pré-romano o conceito moderno de nação” (op. cit. 274). Prossegue o mesmo autor (loc. cit.) afirmando que tendo persistido durante “dois ou mais milénios”, essa língua foi falada pelo povo até à Alta Idade Média, o que justifica a persistência de nomes mais antigos antes da sua latinização.

Tomando como base a análise baseada na “constelação dos lugares”, podemos enunciar a constelação formada por Porto Longo, Fonte Cova (próximo de Nasce-Água) e Guia (ou a sua Lagoa), que parece comprovar os traços mais remotos de uma ocupação humana, que terá estado associada ao culto e às deusas da fertilidade; às fontes e aos vales fecundos tidos por “terrenos consagrados”, que serviam de “asilo à

divindade e aos homens” (op. cit., 3). No dizer do mesmo autor, “esse local era o próprio templo, um santuário a céu aberto” (loc. cit.), pelo que podemos associar a esta primeira constelação de topónimos a proximidade do “lugar do dote” (onde teriam lugar os casamentos) identificado pelo lugar das Morganiças.

Para além disso e como demos a conhecer através das referências à história geológica, a área do nosso estudo dispõe de recursos minerais muito diferenciados, de que constam explorações de areias, argilas e caulinos, gesso e águas minerais, conjuntamente com solos dotados de alguma fertilidade. Não admira por isso que alguns vestígios arqueológicos, ainda insuficientemente explorados, apontem para uma presença humana muito antiga nesta parte do litoral português: em Monte Real, na Arroiteia e na Redinha, onde foram encontrados instrumentos do Neolítico - divisão dos tempos pré-históricos, caracterizada pela indústria de pedra polida - e do Calcolítico (loc. cit.).

Para além dos vestígios acima referidos, o estudo da paisagem humanizada e de outras análises de natureza proto-histórica, parece comprovar que o termo de Monte Redondo terá sido povoado por povos mediterrânicos - eventualmente por fenícios - que desde a alta antiguidade visitavam a Península Ibérica e que “ou a um momento ou a outro, a colonizaram” (E. Santo, 1988, 273). Referências desta ocupação são evidentes na toponímia em redor que parece comprovar uma presença humana muito antiga, oriunda do Médio Oriente, e cujos efeitos se terão feito sentir durante os dois últimos milénios que antecederam a era atual.

Tendo presente o estudo daquele autor, ficamos a saber que o território do casal de Monte Redondo apresenta características naturais que terão favorecido o estabelecimento de um “clã” (Redondo?) próximo do local de culto privilegiado ou seja do monte onde deveriam ter lugar as práticas religiosas. Transcreve-se (op. cit., 3), o seguinte:

“A atração pelas alturas é uma característica das religiões dos semitas, as quais se reconhecem facilmente por esse facto. Que a tribo fosse nómada ou sedentária, ela acreditava encontrar a divindade mais perto da solidão, nas falésias inacessíveis, no cimo dos montes ou, por contraste, nos vales fecundos, perto das fontes. Onde a natureza fosse sublime ou risonha, o semita julgava conveniente honrar a divindade, por dever antes de mais, mas também para que ela lhe garantisse o sucesso”.

Note-se que nem só os montes mais elevados reuniam caráter sagrado. Como se disse os lugares de culto, os santuários, poderiam igualmente estar situados em vales, nestes casos devendo a sua origem à

presença de um rio. Tendo presente a topografia local verificamos existirem condições favoráveis para que essas práticas religiosas tivessem lugar, quer no cimo do monte, quer junto dos vales férteis que se estendiam na sua base. Procedendo desta forma apontamos alguns exemplos dos topónimos, referindo que "a lógica da nomeação dos lugares pelos rurais é o da unicidade, ou individualidade: pois que os locais não se confundem, assim os respetivos nomes são supostos inconfundíveis" (E. Santo, 1988, 257). Prossegue o mesmo autor (op. cit., 259) defendendo que a toponímia portuguesa utiliza, sobretudo, "etnónimos (nomes de etnias)", sendo que "os sítios foram nomeados por aquilo que objetivamente eram, sem terem em conta valores estéticos". Daí que a proposta de interpretação da toponímia antiga por ele sugerida (op. cit., 260-261), assenta na utilização de vários 'sistemas': o "sistema verbal", o "sistema local ou geográfico", o "sistema histórico e legendário" e a "constelação local", inseparáveis uns dos outros e a funcionarem simultaneamente.

Embora correndo o risco de seguirmos muito próximo o chamado método literário ou seja, procurar a "origem do topónimo a partir das regras da escrita e da semântica" (E. Santo, 1988, 256), parece-nos que nalguns casos este método pode resultar; noutros, porém, ficam-nos muitas dúvidas. Mesmo assim, valendo-nos das recomendações deste autor e da classificação já proposta por Gomes (1986, 8), reconhecemos localmente a existência de diferentes topónimos: hidronímicos, fitotopónimos, topónimos de cariz agrícola, antropónimos e hagiopónimos, que identificam lugares situados na área do nosso estudo, com características inóspitas e agrestes, embora cruzada por vales de grande fertilidade. Para o efeito consultámos ainda alguns dicionários, nomeadamente o "Grande Dicionário de Língua Portuguesa" (Silva, 1949-1959) e outras fontes já referidas, que nos confirmaram a origem de alguns vocábulos que identificam lugares e as constelações de lugares próximos do casal de Monte Redondo ou com ele diretamente relacionados. Vejamos algumas manifestações dessa presença tendo por base o já referido estudo de M. E. Santo (1988, 367) relativo às "Origens orientais da religião popular portuguesa".

Seguindo as orientações deste autor (op. cit., XV), sendo que "a toponímia se organiza por constelações de nomes", se associarmos esta designação à que o mesmo nos sugere (op. cit., 287) acerca do topónimo de 'Ilha' - como tratando-se de uma "proeminência costeira, de acordo com o terreno" - somos obrigados a pensar, como provável, a presença fenícia nesta área como se terá observado noutras terras do litoral, situadas mais a norte. Vestígios dessa presença hebraica ou cananita

podem estar igualmente associados à localização da chamada Cadeira da Moura (cujos vestígios repousam no Cabeço de Monte Redondo). Como assinalado este monumento megalítico pode ter servido como “testemunho de um acontecimento memorável, contrato ou ocupação de um território pelas gentes da sua raça” (op. cit., 4). A origem deste monumento e a sua função andam associadas às lendas sobre os tesouros enterrados em seu redor, comprovando a antiguidade das manifestações religiosas nesta área. Como foi referido (op. cit., 223), “Os Romanos chamavam “mouros” aos Fenícios cartagineses”.

Tomando por base o estudo do mesmo autor (op. cit.) e a presença destas manifestações de religiosidade traduzidas na identificação de diversas constelações de lugares de culto e outros que se encontram nesta área, parece comprovar-se a existência de uma coerência social e económica muito antiga no povoamento desta região litoral, baseada na presença de povos do Mediterrâneo oriental. Já a utilização de fitotopónimos (“derivados de nomes de ervas e plantas” (cf.: E. Santo, 1988, 256), decorre da permanência de certas espécies vegetais concentradas em determinada área, e sugere-nos novas interpretações acerca da vegetação dominante. É o caso de ‘Ervedeira’ (nome de planta ericácea). Pela nossa parte entendemos que este topónimo está de acordo com a interpretação de Vasconcelos (1980.II, 60): “o medronheiro, que em algumas terras se chama érvedo, do latim *arbuscus*, d’onde vieram as palavras Ervedal, Ervedo, Ervedosa, Ervedeira; o medronho, além de servir para d’ele se fazer agua-ardente, é comestível”. Esta interpretação é corroborada pelas observações de Arala Pinto (1938.I, 121) acerca da composição da lenhite encontrada no Pinhal do Rei e na qual se encontram vestígios abundantes desta última espécie.

A história geológica destes lugares é a mesma. Por isso observando a topografia local, não nos é fácil dissociar esses sítios da morfologia dominante que no dizer de Santa-Rita (1982, 44) se caracteriza por ser uma "região original, polimorfa, de relevo ondulado", o que constitui "desde o mar ao Maciço Calcáreo Estremenho, uma das notas mais vivazes da terra portuguesa". Em relação a estes vocábulos a consulta de Machado (1967) leva-nos a crer que estes topónimos, de origem oriental ou por eles conhecidos, poderão estar relacionados com estes povos desde a sua passagem por este território. Tal facto é corroborado pela sua proximidade e pelo imaginário popular recriado em torno da ocupação moura do Cabeço, do vale de Porto Longo e de outros lugares próximos, palcos de lendas relacionadas com esta ocupação.

Dos antropónimos referidos por Gomes (1986, 8), ‘Estevães’ (de, Estevão Anes?) será um exemplo a reter relacionado, certamente, com as terras pertencentes a este fidalgo. Outros topónimos fazem-nos supor novos fenómenos. Neste caso a designação de ‘Marinha’ (salina), parece-nos ligada quer à proximidade do mar, quer à exploração do sal. Note-se que em toda a zona litoral esta designação é muito frequente quer a norte quer a sul do rio Lis onde encontramos, a sul: Marinha Grande e Marinha Pequena; a oriente de Monte Real, Marinha de João da Rua; a oriente de Monte Redondo, Marinha do Engenho. Já mais a norte, Marinha das Ondas e Marinha Baixa. Quanto à localização destas povoações, observa Custódio Morais (1936, 43) que todas elas se situam “muito perto da curva de nível 75 do vale do Lis”. Segundo este autor, “a palavra marinha não significava, como hoje, o local onde se faz sal, mas a parte baixa, junto do mar ou do rio”. E mais adiante observa (op. cit., 44): “como a palavra marina é de origem latina, devíamos supor que as povoações existiam ou foram fundadas no tempo dos romanos, tempo em que um braço do mar chegava à atual curva de 75 metros de cota”. Trata-se de uma interpretação que deve ser apreciada caso a caso tendo presente a posição desse sítio e as funções de produção desempenhadas.

Por sua vez o Pe. David Gaspar fez-nos chegar um apontamento seu, que transcrevemos: “Uma lenda refere-nos que um tal inglês, capitão marinho, teria fugido da sua armada com uma mulher de raça negra e que se terá instalado no lugar que hoje chamam de Marinha do Engenho. Teriam tido dois filhos, um menino e uma menina a que o povo terá chamado Marinha, por pertencer ao marinho (Mariner) em inglês”. Contudo a observação das formações geológicas aqui dominantes obriga-nos a pensar que, no caso da ‘Marinha do Engenho’, a designação atual tenha a ver com uma antiga exploração ou jazida de sal, semelhante à que existe próximo de Rio Maior; às “salinas em que se faz sal, o melhor do reino” situadas em Brancas-Batalha (“O Couseiro”, 1868, 97) - e na Junqueira, todas elas relacionadas com os fenómenos diapíricos que marcam esta área. Neste caso a primeira designação (Marinha), justifica-se por que aí se terá explorado(?) sal gema; a segunda (Engenho), por que essa exploração seria feita com o recurso de técnicas certamente introduzidas pelos romanos, quando da sua permanência nesta área, ou seja através de um engenho de água.

Obras recentes levadas a cabo no ‘Pisão’ permitiram reconstruir uma dessas azenhas de água relacionada com a tradição mediterrânica. Mais ainda, informações relativas à existência de uma nascente de água sobreaquecida(?), utilizada pela população para aquecer as mãos durante

o inverno, pode estar associada não só a uma falha estrutural como também a uma manifestação de origem diapírica. A própria designação de 'Pisão', ou seja "máquina em que, nas tecelagens, se aperta o pano, para o tornar mais consistente e tapado" (Silva, 1955), podem levar a supor a existência de uma indústria de tecelagem associada à estampanaria, facto que se pode associar à existência de formações rochosas de natureza sedimentar, carregadas de óxido de ferro e que permitiriam ações de tinturaria. Como já foi notado a abundância de água facilitaria o trabalho árduo dos pisoeiros ocupados em tal tarefa.

A ocorrência de antigos ocupantes neste território articula-se com outros vestígios que apontamos para lugares próximos e que se associam à presença dos romanos e de outros povos mediterrânicos neste território. Tal não nos surpreende uma vez que, quando da ocupação da Península Ibérica por estes povos, os cereais, o vinho e o peixe salgado eram produtos largamente exportados para Roma. Esse movimento assentava nos muitos ancoradouros existentes na bacia do Lis e dos seus afluentes mais próximos em épocas recuadas que permitiam o acesso e a navegação mais para o interior.

Como já foi assinalado a compreensão de um topónimo representa a integração desse lugar em espaços sociais mais vastos e a sua integração num território e comunidade. Além do mais acarreta, no dizer de E. Santo (1988, 255), "determinar o tipo de relacionamento da comunidade com ele". Esta é uma tarefa nem sempre fácil de alcançar tendo presente as lacunas relacionadas com a falta de vestígios materiais que comprovem a presença dos povos de origem remota e outros que se terão fixado nas proximidades do monte Rotundu", da época medieval ou já do Monte Arcado, como igualmente foi conhecido e cuja designação foi alterada possivelmente "para distinguir esta póvoa de outra chamada 'Monte Agudo', também do termo de Leiria" ("A Voz do Domingo", n.º. 2010, de 10/1/1971). Aquela designação está contida num "Mapa da Província da Estremadura" (referido quando do tratamento deste assunto), datado de 1762. Outros documentos assinalam mesmo os Redondos, fazendo crer que tal designação recobre as duas elevações gémeas do Cabeço e dos Montijos (ou a maior e a outra, filho (hijo?) antes da sua destruição, pelas pedreiras de Monte Redondo.

Estes alguns dos nomes que identificam lugares nossos conhecidos. Muitos outros, porém, caíram no esquecimento ou só parcialmente podem ser reconhecidos através da consulta dos cadastros de propriedade existentes em repartições oficiais ou mesmo em arquivos mais antigos. Importa assinalar que a evolução toponímica, além de ter

acompanhado a evolução da própria língua, foi afetada pelas alterações de caminhos e vias de circulação, pelo abandono ou pela utilização diferente de certas propriedades. Citam-se a propósito e na proximidade de Fonte Cova: Estrada Velha, Chão dos Nabos, Covil e outras designações que constam de antigas escrituras de doação de prédios rústicos deste casal.

Estas são algumas reflexões que podemos reter sobre esta área de gândara, predominantemente coberta por grandes extensões de charneca, mas drenada pela bacia do Lis e que serve de cenário natural aos lugares anteriormente mencionados.



Traços de memória

A identificação dos traços de memória de um grupo social pressupõe a identificação prévia da comunidade, entendida como um agregado humano caracterizado pela existência de solidariedade coletiva, por uma interação social (decorrente da proximidade de residência) entre os seus membros, pela aceitação de certas normas e princípios de conduta cívica e de regras de convivência social. De acordo com Durkheim (1968), a comunidade realça uma relação estável e duradoura – coesão social -, ou seja, uma ”consciência coletiva”, entendida como o “conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade”. Por outro lado, Horton e Hunt (1980, 359) entendem a comunidade como “um agrupamento local dentro do qual as pessoas realizam uma série completa de atividades da vida”. Recorrendo a estudos destes autores (loc. cit.), a comunidade, inclui:

- “(1) um agrupamento de pessoas,
- (2) dentro de uma área geográfica,
- (3), com uma divisão do trabalho em funções especializadas e interdependentes,
- (4) com uma cultura comum e um sistema social que organiza as suas atividades,
- (5) cujos membros estão conscientes de sua unidade e de pertencerem à comunidade e
- (6) podem agir coletivamente de modo organizado”.

Por sua vez Gonçalves (1991, 99), apresenta uma outra proposta de raiz antropológica, pouco diferente das anteriores: “a comunidade caracteriza-se pela consciência dos seus limites espaciais, com os quais se

identifica a si própria e perante as outras comunidades”, ou seja, “uma espécie de sociedade global autárcica que, possuindo uma base territorial, tem a possibilidade de viver globalmente nesta unidade, por intermédio de instituições sociais adequadas, identificando-se por interesses e valores materiais e espirituais comuns” (loc. cit.). A forma mais antiga de tipificar estes grupos é a sua classificação em comunidades rurais e comunidades urbanas. Contudo, porque a sua identificação não é consensual, sobretudo no seio da “sociedade de massa” que nos rodeia – entendida como um “agregado de indivíduos separados, desvinculados e anónimos, com organização social baseada em contrato e não em parentesco, onde os vínculos entre pessoas são utilitários e não pessoais ou sentimentais (...)” (loc. cit.) -, a utilização deste conceito tem sido adotada em diverso contextos.

Se atendermos ao domínio da geografia humana, os estudos de comunidade estão associados a uma povoação ou lugar e às condições de vida da sua população. Apresentados sob a forma de monografias, exigem o levantamento de um conjunto de indicadores de situação, de base física e humana, económica e social, que antecedem a descrição etnográfica e etnológica das populações. Já no domínio de outras ciências sociais (Birou, 1978, 76), estes podem ser substituídos por elementos diferenciados que identificam um grupo ou comunidade humana. Esta é identificada com “qualquer agrupamento humano com uma certa proximidade de residência e podendo estabelecer eventualmente relações sociais entre os membros”. Nestas circunstâncias uma "comunidade" (local, escolar e educativa) implica a existência de redes de comunicação entre os seus membros: escola, família, autarquia, associações, cidadãos, que entre si estreitam essa ligação e reforçam os laços de solidariedade que unem os membros entre si e ao grupo. Importa por isso atender a um conjunto de situações que permitam identificar, hábitos, crenças, tradições, laços e representações sociais, símbolos, projetos e ideais comuns que possam contribuir para o reforço da “consciência coletiva” (Durkheim, 1977, 98) e da “coesão social” (op. cit., 130) ou seja, da união entre os membros ou os habitantes do mesmo território.

Devemos recordar que as formas de povoamento primitivas, em casais ou montes (Vasconcelos, 1980.II), embora favorecendo uma certa dispersão, dão origem a um “estado coletivo” (Durkheim, 1977, 130), legado de gerações anteriores e que se vai alargando através dos contactos frequentes com os habitantes de casais vizinhos que desenvolvem o mesmo tipo de trabalho social, as mesmas práticas e aceitam as mesmas normas. Estes aspetos favorecem os laços de coesão

do indivíduo ao grupo, traduzida num tipo de “solidariedade mecânica” (op. cit., 238), na qual “a consciência individual considerada sob este aspeto é uma simples dependência do tipo coletivo e segue-lhe todos os seus movimentos” (op. cit., 152). Note-se que à medida que o trabalho social se divide a dependência entre os membros e os laços de solidariedade entre si vão-se esbatendo, sendo que a consciência individual deixa de ser dominada pelo próprio grupo. A “maior mobilidade das unidades sociais” (Durkheim, 1977, 78) promove a individualidade, o enfraquecimento das tradições e um novo tipo de solidariedade social (coletiva), a “solidariedade orgânica” (op. cit., 131-153).

O conhecimento das “atitudes coletivas” que identificam estas duas formas de solidariedade social, a cultura - entendida como “o conjunto de tradições sociais” ou a “herança cultural” (Serrão, 1989.II, 484) - e a sua apreciação no tempo, exige a utilização de metodologias adequadas que não cabe aqui aprofundar. Por isso, à semelhança de Gurvitch (1979, 109), baseamos esta nota no levantamento de atitudes coletivas que estão na origem de “numerosos modelos e signos, porque se encontram diretamente ligadas com valores e ideias coletivas de que são muitas vezes, ao mesmo tempo os produtores e o produto”. São estes os “elementos culturais”, transmitidos de geração em geração, que são objeto de estudo de diversas ciências humanas e sociais, nomeadamente da etnografia e da etnologia, mas que importam igualmente à geografia humana e à geografia cultural. Neste caso a nossa preocupação vai no sentido de recuperar algumas dessas manifestações de sociabilidade coletiva, no contexto de uma sociedade e de uma civilização rural com indícios de um modo de vida assente num determinado “complexo histórico-geográfico” (V. M. Godinho), mas também social, em que as situações estão ligadas aos horizontes geográficos da comunidade. Estes horizontes andam associados à fraca mobilidade da população e ao peso da consciência coletiva sobre o grupo que habita o mesmo território e assume modos de vida semelhantes.

Não é fácil proceder a uma seleção dessas situações tanto mais que o processo civilizatório que vivemos tende cada vez mais a esquecer as marcas e os traços que assinalam a nossa herança cultural. Por isso decidimos escolher exemplos relacionados com a vida diária e civil e os estados de alegria e de dor dos cidadãos, num passado próximo, tal como ainda os conhecemos. Outros aspetos haveria a reter no domínio religioso e antropológico dos habitantes deste casal marcado por sentimentos de grande religiosidade vivida em torno da sua Igreja e Paróquia, do seu Pároco e associações. Fica, por ora, um breve relato

para que possa ser entendido e aprofundado através de levantamentos parcelares que ponham em evidência as particularidades atuais e passadas deste povo e lugar e que nos ajudam a compreender a mudança social e cultural da área em referência.

➤ **Vida diária**

No quotidiano dos habitantes desta freguesia há a registar situações diferentes: enquanto comunidade rural-industrial, marcada profundamente pelas atividades agrícolas locais e a sociedade atual, que se foi construindo sofrendo das transformações sociais, políticas e culturais do último meio século. Escolhemos exemplos simples, de uma vivência rural marcada por hábitos comuns, por solidariedades e cumplicidades de uma comunidade que troca entre si oferendas e gestos que reforçam a ligação entre os seus membros. Tal não significa que nos dias de hoje assim não venha a acontecer entre famílias e grupos, entre membros de uma mesma coletividade e em datas festivas. Num e noutro caso, cada um dos exemplos referidos exige um estudo em particular.

Na sua faceta mais antiga e no domínio das práticas do quotidiano, a alimentação é uma das vertentes que merece destacada. Apesar da sua frugalidade diária, o simbolismo registado no dia do Senhor e quando das festas religiosas que conferiam alguma animação aos lugares, o cardápio alimentar era alterado. O sustento diário, assente no almoço ao rair a aurora, pela merenda a meio da manhã, no jantar depois do meio dia solar, pela bucha da tarde e na ceia da noite, há a destacar a utilização diária da broa de milho, do caldo ou da sopa de hortaliça, batata e feijão, temperada geralmente com carne de porco. O azeite, também usado na cozinha, era destinado ao tempero do prato, se assim houvesse. O conduto, de carne (cozida, em enchidos e em épocas festivas, por presunto), sardinha assada, bacalhau assado ou frito, azeitonas (curtidas na unidade familiar) completava uma dieta temperada com o vinho produzido em casa. Se o vinho branco era, em regra, dedicado a datas festivas e ao tempero, já o maduro tinto era de uso corrente servido a quem lidasse com os trabalhos caseiros e aos convidados.

Dos produtos utilizados, além da carne de porco e da galinha usada na canja, sobretudo para doentes ou em dias festivos) e do galo, igualmente cozinhado em dia de festa, também o carneiro e o coelho eram preferidos nessas datas. Por sua vez, a sardinha, vendida pelas peixeiras que se deslocavam a pé do Pedrógão pelas redondezas constituía, depois de conservada em casa em salmoura, uma reserva alimentar que intercalava com a carne mantida na salgadeira como reserva para um ano de trabalho. Eventualmente mantida em forma de enchidos, ou preparada na forma de presunto, secos na lareira e

conservados em local fresco e arejado durante o ano, constituíam uma boa reserva alimentar para as famílias de maiores posses.

A leitura do romance gastronómico da Alta Estremadura, de Marques da Cruz (1996), permite recordar muitos dos pratos desta vasta área cultural que nos ajudaram a crescer e a cimentar a memória desta terra e das suas gentes. Para além dos já referidos, salientamos a cozinha do dia a dia:

Com couves ou nabiças (berça)s cozinhadas e misturadas à farinha de milho no prato típico das papas laberças;

A sopa consistente de feijão com couves (lombarda ou coração de boi, batata ou arroz, temperada com toucinho ou presunto, ossos de porco ou enchidos;

O peixe do rio Lis e das suas valas (ruivacos, enguias, carpas e barbos), frito e servido com arroz de grelos ou com migas;

A fritada de porco à moda de Leiria, servida com carnes frescas da matança e acompanhada de verduras, batata ou arroz dos campos do Lis;

As cebolas assadas no forno onde se cozia a broa ou as sardinhas assadas no tabuleiro na mesma ocasião, servidas com torta (uma broa achatada, cozida no mesmo forno);

A canja (e a sopa) do bacalhau, com arroz ou batata e, nalguns casos, com migas de pão e/ou de broa, temperadas com alho e um fio de azeite), são exemplos de um cardápio de memória, simples, energético e pouco dispendioso, conhecido das gentes desta terra. Como utensílios comuns, destaca-se o uso da panela de ferro em forma de tripé, as enfusas de metal e de barro, ao assadeiras - e os tachos de barro - usadas esporadicamente para assar leitões, os espetos de louro, etc..

No dia a dia destaca-se a produção material de utensílios que fazem parte do artesanato local, uma vez fabricados para uso doméstico por mãos hábeis, em casa ou em pequenas oficinas, de que destacamos, apenas: a louça de barro, as rodilhas – usadas pela mulher sobre a cabeça para suportar a bilha de água que transportava da fonte -, as mantas e os tapetes de trapos, a cestaria, os utensílios de ferro para cozinha, as rendas e bordados, a costura doméstica. Depois da louça da Bajouca, o aproveitamento dos trapos e outros tecidos, para uso doméstico, no chão das casas e na cama de dormir, constituía-se como um bem a incluir no enxoval dos noivos de maiores posses. Já a cestaria de vime, utilizando a vegetação da borda dos campos, assim como o junco usado na confecção de esteirões de maiores ou menores dimensões eram utilizados, os primeiros, nas fainas agrícolas e os segundos, na cozinha

ou mesmo noutras divisões de maior uso diário. Teve como principal lugar de produção, a Aroeira e outras povoações junto ao campo do Lis.

Na memória de habitantes mais antigos paira ainda a imagem das mulheres do campo, que nas manhãs frias aventuravam-se a trabalhar com os tamancos nos pés e os canos de malha na perna, protegendo-a do frio e da chuva, do tornozelo ao joelho. Hábilmente fabricados em casa, aproveitando o tempo e mesmo nas suas deslocações atrás dos carreiros que recolham o mato no pinhal e noutras viagens a pé.

Uma última referência ao vestuário: o feminino, constituído por saia comprida, blusa, colete e xaile comum, completava-se com o lenço traçado sobre a cabeça, servindo ao mesmo tempo de adorno e proteção; o masculino, variando conforme as posses e o trabalho, mas baseado nas calças de cotim, de caqui, ou outro de tecido de maior durabilidade. A camisa grossa e o chapéu de feltro constituíam o adorno diário do trabalhador rural com a sua boina, chapéu ou barrete comprido, sobretudo em tempo frio, daqueles com borla, que cobria o pescoço e parte das costas. A separação entre a roupa de uso diário e a domingueira ou festiva variava em função das posses familiares, sendo esta guardada na arca ou em armário especial, no quarto da família.

Uma nota a este trajo, está plasmado no “Valseado de Leiria” (Cabral, 1993.III, 215 – adapt.):

Ele:

“Eu tenho umas calças
Feitas de cotim (...)
Tem dobras em baixo,
Em cima fivelas
E o forro das calças
É ganga amarela. (...)
Tenho uma camisa
Feita de lã preta,
Tenho uma de linho,
Outra de saieta,
Todas com peitilho,
Também com preguinha,
Botões pequeninos,
Casas miudinhas.

Ela:

Esta minha blusa,
Que tenho vestida,
Tem botões de vidro
E manga comprida,

Tem folhos atrás
E também à frente (...)
De chita amarela
Eu tenho uma saia
Com bastante roda,
Barra de flanela
Franzida nos cós”.

Estes são alguns dos traços de memória que nos ficam de uma civilização rural e que facilmente é ampliada com o recurso a outras descrições, memórias e estudos de natureza etnográfica.

➤ **Alegria**

Seguindo o raciocínio anterior, escolhemos para evocar o momento de alegria, temas relacionados com o casamento. Numa sociedade rural o casamento era um momento importante na vida dos nubentes, pelo simbolismo do início da vida conjugal, pela constituição da família e pelas responsabilidades que tal acarretava na celebração de um sacramento religioso que ocorria na sequência dos demais vividos quando do Batismo e da Confirmação. Acontecimento igualmente assinalado pela família, sobretudo de maiores posses, que assim podia reforçar o seu estatuto social e pela mocidade que via na altura do casamento ou quando da preparação da casa, dar umas escapadelas ao rigor de comportamentos exigidos pela sociedade.

À parte da preparação religiosa do ato e da cerimónia, a envolvência dos rapazes e raparigas da mesma idade era antecedida pela instalação do enxoval. Raparigas amigas da noiva deslocavam-se à futura casa desta, em regra no fim de semana anterior ao do casamento, para fazerem a cama e procederem à preparação do lar para acolhimento dos nubentes. Era uma tarde de festa em que as raparigas tinham a possibilidade de conviver umas com as outras e de deixarem as suas travessias ao futuro casal. Nessa ocasião, podia acontecer que o lençol da cama ficasse dobrado ao meio, ou que sobre ele se juntassem umas colheres de açúcar, a que o suor da noite causava alguma comixão...

No dia do casamento e em alguns locais era comum prepararem-se os Arcos que consistiam na colocação, em determinada parte do percurso e por incógnitos, de uma mesa devidamente recheada com travessas de arroz doce, por vezes com felhozes ou bolo caseiro (tipo pão de ló) e abafado ou jeropiga. Destinava-se a obsequiar os noivos e os convidados, sendo que estes deixariam em prato adequado uma pequena recompensa para custear as despesas do acepipe. Na semana seguinte ao casamento os jovens convidados para a “boda” aí voltavam para dar a visita ou seja, para procederem à entrega da prenda ao casal. Então os

noivos tinham o cuidado de mostrarem a montra de presentes aos convidados e familiares.

➤ **Tristeza**

Dos momentos de tristeza salientamos uma prática realizada no dia do velório e que realça os sentimentos de solidariedade e de vizinhança comunitária. Referimo-nos à refeição oferecida por um dos vizinhos à família do defunto. Tendo em conta a deslocação de familiares, vindos de longe e a impossibilidade da família próxima cozinhar, mão amiga oferecia essa refeição. Nas casas mais abastadas, esta era confeccionada pelos criados e havia lugar a uma sopa ou oferta oferecida aos pobres que o quizessem. Durante o velório, o toque de finados na Igreja ou na capela local, anunciava aos residentes a morte de um amigo ou familiar. Por vezes, até, o toque repetia-se em locais vizinhos para conhecimento de todos.

Em regra uma ou duas semanas depois do falecimento, as pessoas mais abastadas mandavam celebrar os Ofícios, cerimónia religiosa de natureza fúnebre, cantada por diversos sacerdotes e participada pela população. Ao fim da mesma e para as famílias mais necessitadas, era oferecida uma moeda, em regra 10\$00, que recompensava o tempo gasto para a deslocação a esse ato religioso. Esta era uma forma de perpetuar a dignidade do falecido e da sua família, pois quanto maior fosse a afluência a este ato religioso, bem como ao funeral, maior seria o reconhecimento público do mesmo.

Os aspetos acima referidos têm subjacentes comportamentos, atitudes e práticas transmitidas de geração em geração, como um legado coletivo, um traço de memória e de união, conservados em aspetos de natureza etnográfica que podem ser identificadores de áreas culturais mais vastas, como aquelas que são traduzidas em grupo representativos da comunidade. Entre estes contam-se os grupos etnográficos que privilegiam a música, o folclore, os costumes, os usos e os cantares de um determinado lugar ou de um espaço cultural mais alargado.

Temos neste território associações que tendem a preservar a memória coletiva através de ranchos etnográficos, como o que foi constituído em 1963, pela “Comissão Regional de Turismo de Leiria”, usando o cancionário local e os trajes dominantes nesta área. Correndo o risco da sua extensão, transcrevemos de Cabral (1993.III, 196-197), a descrição dos trajes tradicionais usados pelos seus elementos.

“Mulheres – Usam chapéu de veludo preto, de copa lisa e aba vertical, enfeitado com penas coloridas de um dos lados.

O lenço garrido caindo sobre o pescoço e as pontas, formadas sobre a cabeça, são entaladas nas abas laterais do chapéu ou só de um lado

pousando a outra sobre o ombro. Também se usa atado sob o queixo ou sobre as costas. A blusa, de variegadas cores, por vezes arrendada, apertando na cintura por meio de um nastro e deixando uma aba caída sobre a saia na parte da frente. A saia comprida, até um palmo do chão, com predominância de cores escuras, e em geral com uma barra encarnada ou de riscadilho azul e branco ou de duas barras de cordão.

Por sobre ela sai um avental de chita, liso, e com uma sanefa no cós e na mão uma saca branca ou de retalhos coloridos e à cinta uma algibeira de pano, também bordada. Aos ombros a saia das costas ou de cobrir, ou, mais raramente, um xaile. Nas pernas canos de lã branca ou meias de cor. Aqueles usados com tamancos e estas com sapatos de atacado. Nas orelhas usam arrecadas ou pingentes e no peito cordões de ouro. No vestir rico das mulheres o chapelinho ou só o lenço. O xaile, geralmente de merino ou outro tecido de qualidade. Blusa de veludinho, apertada a cinta, saia de bom tecido, comprida até uma mão travessa do chão com barra ou cordões na parte inferior. Por calçado usa meias e sapatos de calfe.

Homens – De barrete preto, terminando em borla da mesma cor, também chamado carapuço. Nos casamentos usa chapéu preto de copa baixa e aba ligeiramente recurvada. Camisa clara, muitas vezes com entremeios e peitilhos e sempre sem gravata. Jaleca de fazenda preta ou castanha. A fixar as calças, apanhando um pouco a camisa, uma cinta preta de cetim ou lã. Calça justa, à boca de sino, preta ou acastanhada e bota de atacado. Os homens apresentam-se sempre de alforge, varapau e cabaça. No traje rico os homens usam chapéu preto, e também castanho, com aba direita ou ligeiramente revirada. Casaco preto ou castanho e por vezes cinzento, com 3 ou 4 botões vistosos e deles saindo uma dobra de cordão. No bolso do peito usa sempre um lenço bordado, não raro com o seu monograma. O colete de fazenda de algodão tem algumas vezes uma pequena gola debroada a galão de seda de cor do colete. Dos bolsos deste sai uma corrente de ouro. A camisa, de algodão, apresenta-se muitas vezes com peitilho bordado ou com entremeios. Cinta de cetim ou algodão com franjas.”



União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira

A publicação da Lei n° 22/2012, de 30 de maio, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica

com a “obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias”, veio a estabelecer um novo mapa com a união das freguesias de Monte Redondo e da Carreira.

De acordo com a referida Lei, os objetivos da reorganização administrativa territorial autárquica (artº 2) foram assim estabelecidos:

- a) Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local;
- b) Alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos;
- c) Aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia;
- d) Melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas freguesias às populações;
- e) Promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais;
- f) Reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nas áreas urbanas”.

Dos princípios dessa reorganização (artº 3º), destaca-se:

- a) Preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais, incluindo a manutenção da anterior denominação das freguesias agregadas, nos termos e para os efeitos previstos na presente lei;
- b) Participação das autarquias locais na concretização da reorganização administrativa dos respetivos territórios (...).”

Decorria da referido texto legal um conjunto de critérios a cumprir no âmbito do referido modelo de reorganização administrativa do território, o que levou à Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) a estabelecer, em relação ao município de Leiria, e para o caso específico destas unidades autárquicas mais setentrionais, ao abrigo do artº 8º - Orientações para a reorganização administrativa -, o seguinte:

“(...) 7. Atendendo a que i) a freguesia de Carreira tem 1 166 habitantes; ii) de acordo com o disposto no artº 8º, alínea c), da Lei nº 22/2012, pretende-se que as freguesias tenham escala e dimensão demográfica adequadas, com um mínimo de 3 000 habitantes nas freguesias dos municípios de nível 2, cujo território não esteja situado em lugar urbano; iii) a freguesia de Monte Redondo, com 4 398 habitantes, é suscetível de ser considerada, no quadro da prestação de serviços públicos de proximidade, como preferencial polo de atração da freguesia contígua de Carreira; iv) a distância entre as sedes das freguesias de Monte Redondo e Carreira é inferior a 5 km; v) existe uma

adequada ligação rodoviária entre estas freguesias; a UTRAT propõe, neste contexto, a agregação das freguesias de Monte Redondo e Carreira, numa freguesia designada por “União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira”.

Note-se, que de acordo com a legislação referente a este processo, a população de Carreira, conjuntamente com as demais freguesias vizinhas do vale do Lis, haviam defendido a criação de uma única autarquia local: a freguesia do vale do Lis, constituída pelas freguesias de Amor, Carreira, Carvide, Monte Real e Ortigosa. Das razões invocadas nessa proposta acentuaram, entre outras, as seguintes:

“ (...) - Já existirem muitos laços de familiaridade e amizade entre os habitantes das cinco freguesias, o que será uma ótima base para iniciarmos a construção de uma nova comunidade;

- Haver um denominador comum às cinco freguesias, o Rio e o Vale do Lis, que ficará na sua maioria integrado na nova freguesia

- A distância entre as freguesias ser muito reduzida”,

- a criação da “maior freguesia do Concelho de Leiria em área e a 3ª terceira em habitantes e eleitores (...)

- A fusão das cinco freguesias, permite poupar em comunicações, contabilistas, energia, na redução dos elementos que compõem as Juntas e Assembleias de Freguesia que passam de 15 para 5 e de 45 para 13, respetivamente, só em remunerações dos autarcas poupa-se 40.000 €/ano. A dimensão justifica ainda, aquisição de determinados equipamentos, que hoje as freguesias individualmente não tinham meios para adquirir, e por vezes, não se justificava;

- O facto da dimensão das freguesias ser mais ou menos idêntica, garante-nos que nenhuma freguesia vai subjugar outra ou outras (...)

- Para sede da nova freguesia propomos Monte Real porque: é localidade mais urbana e com mais população, é sem dúvida a localidade mais central, tem ótimas acessibilidades, é servida por transportes públicos, tem posto de correios, bancos, posto GNR, consultórios médicos, laboratório de análises, estância termal, hotéis, piscinas, mercado, cinema, etc.”

O modelo seguido pela UTRAT privilegiou, no entanto, a união das freguesias de Monte Real e de Carvide, bem como a união da paróquia-mãe do Souto da Carpalhosa à freguesia vizinha de Ortigosa, anteriormente desmembrada do seu território em 1962 (Decreto-Lei nº 44610, de 02 de outubro). Pelo seu interesse resume-se a situação da população e residência das duas unidades administrativas em 2011.

Tabela 25 - Situação da população e residência em 2011

Zona Geog.	População residente			Famílias		Nuc. famil.	Aloj. familiares		Edifíc. Cláss.
	Total	H	M	Clás.	Inst.		Total	Clás.	
M. Red.	4398	2178	2220	1584	1	1347	2172	2172	2048
Carreira	1166	563	603	411	2	359	575	573	557



United Paintball Team

Esta associação foi fundada em 2004, visa, garantir a organização de eventos de Paintball acessíveis a todos os interessados, criando condições para que todas as pessoas, de diferentes faixas etárias e de ambos os sexos, possam praticar este desporto. Propõe-se estimular o convívio salutar, a camaradagem, a proteção da natureza e o fairplay, a criação de jogos criativos e originais. Fomenta a criação de condições para que possam surgir novas equipas e praticantes de Paintball Recreativo ¹⁰¹. Tem a sua sede em Monte Redondo.



Urbanização

A ocupação atual do território português é o resultado não só dos movimentos internos de reconquista e de colonização do território, mas ainda do desenvolvimento das diversas atividades produtivas ligadas à exploração do solo, que ditaram as formas mais elementares do povoamento humano. Deste modo a distribuição atual reflete os contrastes de natureza física e humana existentes e o desenvolvimento económico atual. Com efeito é no litoral, entre os rios Minho e Sado e no Algarve que esse povoamento é mais intenso, com as maiores densidades populacionais em resultado de uma ocupação humana antiga, da existência de melhores condições topográficas e da melhor qualidade dos solos que permitiram o incremento das atividades humanas.

101 In: <http://www.jfmonteredondo.pt/consulta.php?elo=associativismo&materia= United Paintball Team>, em 10NOV11

Estas condições naturais terão igualmente facilitado o desenvolvimento de uma rede de transportes e a expansão dos centros urbanos que acompanharam a criação de diversas unidades industriais e a fixação da população rural oriunda das mais diversas regiões do território. Por estas razões a estrutura urbana continua a refletir o mesmo tipo de assimetrias, pondo em destaque as maiores facilidades de circulação ao longo da planície litoral e na periferia dos grandes centros urbanos. De referir que este acréscimo de população urbana foi particularmente notado durante os anos cinquenta, tendo-se traduzido por um crescimento de vários centros urbanos próximos das principais cidades de Lisboa, Setúbal e no Porto. O mesmo se verificou a partir dos anos setenta na maior parte das sedes de concelho devido à aplicação das economias locais geradas pela emigração e pelo incremento do comércio, dos serviços e dos circuitos económicos gerados pelo empreendedorismo ou induzidos por obras encetadas pelo poder local.

Embora de forma indireta este fenómeno tem vindo a agravar a litoralização do continente português, sendo responsável pelo alargamento do perímetro urbano e desenvolvimento do setor terciário, que acompanham o acréscimo de urbanização do território. Hoje em dia a hierarquia dos centros urbanos continua a agravar-se sendo bastante assimétrica não só quanto à sua distribuição espacial, mas no que concerne ainda à sua própria dimensão.

Como em tempo referimos, (Arroteia, 1985, 52): “o aumento das aglomerações urbanas no Continente é um dos primeiros reflexos do desenvolvimento das atividades marítimas e portuárias e do comércio, das necessidades de defesa e da importância crescente das funções administrativas, religiosas e culturais, favorecidas, na atualidade, pela melhoria das condições de circulação e, sobretudo, pelo processo de industrialização responsável pelo desenvolvimento posterior”.

No que ao Pinhal Litoral diz respeito, a distribuição da população por setores de atividade decorre da antiguidade da fixação dos habitantes nesta área, bem como do crescimento dos diversos núcleos de povoamento que se foram constituindo mercê das atividades relacionadas com a vida militar, a intensificação da vida religiosa em torno das novas paróquias, o arroteamento e a exploração das terras incultas e agrícolas, que permitiram a fixação permanente dos habitantes nesta área. Para tanto, foi importante o papel desempenhado pelo burgo de Leiria como dinamizador do povoamento do território e a expansão das atividades ligadas à exploração da terra. A este respeito refere Gomes (1995, 25-26) que a cidade de Leiria e “antes dela, a vila, era uma

centralidade da qual irradiava uma vida económica própria, não dependente de qualquer outra região, mas sim da exploração dos seus próprios recursos. Isto fez dela também núcleo central da atratividade populacional”, um “cadinho de experiências culturais, da criação de um modo de organização a que podemos chamar tipicamente ‘estremenho’, isto é, uma economia particular que, abarcando embora toda a Estremadura, teve aqui a sua expressão mais genuína frente a uma Coimbra moçárabe (mas do ‘lado cristão’ havia já muitos anos) e uma Lisboa muçulmana e cosmopolita” (Gomes, op. cit, 16. cit. de: Pedro Gomes Barbosa).

Posteriormente, o desenvolvimento das atividades industriais gerou profundas alterações ao nível da organização do espaço e na estrutura social e económica. Destes efeitos os mais relevantes prendem-se com a urbanização e a terciarização crescente da sociedade, conduzindo a um acréscimo acentuado das atividades comerciais e dos serviços com o aumento da população ativa nestes setores e a conseqüente redução da população nas atividades do setor primário. Estas transformações têm sido ainda responsáveis pela alteração significativa das funções urbanas, dotando os centros de novos equipamentos, renovando a sua distribuição interna e a capacidade de organização espacial.

Recorde-se que a relação entre os fenómenos de industrialização, de urbanização e os movimentos da população, é comprovada pela verificação de elementos estatísticos relacionados com o êxodo rural e através de novos contributos atinentes ao processo de desenvolvimento regional. Esta situação permite considerar Leiria como um “centro regional dominado pela atividade terciária” (Salgueiro, 1992, 144). Tal facto torna-se ainda visível na organização do espaço urbano, na repartição dos ativos do setor III pelas freguesias e na dimensão de outras atividades terciárias expressas na localização das instituições bancárias e serviços. Esta evolução tem sido ainda marcada pela importância que estas atividades vão desempenhando em relação ao emprego total da população ativa residente, na sua relação com as demais estruturas produtivas e os processos de desenvolvimento, nomeadamente através do desempenho das funções urbanas.

A repartição destas funções no espaço realça o peso crescente de Leiria no contexto nacional, identificado pela sua integração na convergência de dois subeixos de desenvolvimento fundamentais para o país: o mais próximo da costa que, vindo do oeste, prolonga-se por Marinha Grande/Leiria à Figueira da Foz e, daqui, segue em direção a Ovar; outro, mais consolidado, apoiado na linha do Norte e na autoestrada Lisboa-Porto, abarca Leiria, Pombal, Coimbra, Águeda e

segue ainda na direção do Porto. Estes aspetos têm-se refletido na morfologia urbana, nas funções das cidades e sobre a sua ‘área urbana’, ou seja, sobre território adjacente que integra a NUTIII do Pinhal Litoral. Tal facto pode ser observado quando se comparam as taxas de crescimento do centro urbano de Leiria (42785 hab., em 2006) e de outros centros próximos, tais como Marinha Grande (28372 hab., em 2006) e Pombal (10031 hab., em 2006), situação que é comprovada pelos dados demográficos mais recentes que comprovam a “estrutura policêntrica, relativamente hierarquizada” (Marques, 2004, 279), comum à Região Centro.

A evolução da população residente nestes centros é acompanhada de uma variação dos habitantes no território, gerando um crescimento das sedes municipais e um alargamento progressivo das áreas construídas, resultado da construção civil. Por outro lado, resultam também do aparecimento de novas zonas industriais, e com elas da implantação de novas habitações fora dos perímetros mais antigos. Estas alterações têm vindo a contribuir para a mudança dos padrões mais tradicionais do povoamento humano, agravando a dispersão própria das regiões do litoral, ao mesmo tempo que alterou os valores da carga humana traduzida na respetiva densidade populacional. A situação próxima está bem descrita num estudo do INE (2000, 5) que corrobora o panorama registado nesta área e que se reflete na seguinte citação: “a cidade tradicional densa, de contornos nítidos e com um centro de gravidade, permanece mas em articulação com novos espaços urbanizados, de maior ou menor extensão, polarizados ou não por outros pequenos centros”.

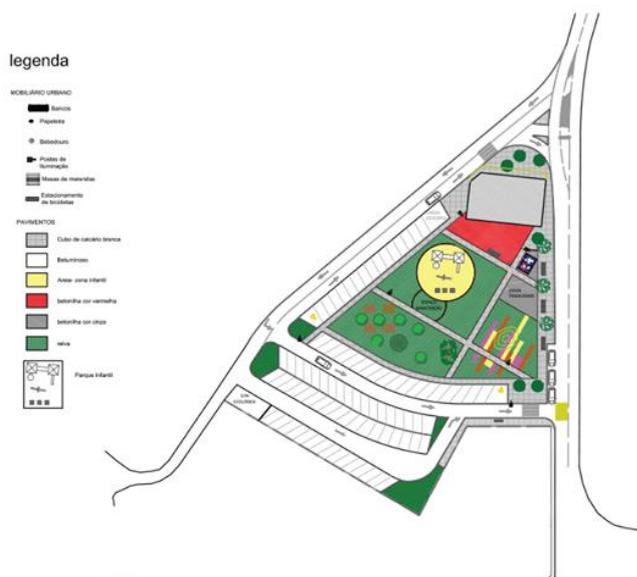
A distribuição destes núcleos de povoamento urbano no território fica marcada pelas relações de semelhança e de funcionalidade que animam o centro e para a qual concorrem as condições de acessibilidade local e a convergência de uma rede de transportes e de circulação, sobretudo rodoviária, que promove a concentração dos fluxos para o centro urbano de Leiria. Estas condições facilitam a dispersão de bens e de serviços pelos núcleos urbanos de maior dimensão, afastados do sistema urbano de Leiria. Nestes casos esta relação hierárquica é ditada não só por razões de proximidade mas também de acessibilidade física e funcional.

O crescimento demográfico registado na freguesia de Monte Redondo e em particular na Vila, foi suportado por um acréscimo de serviços e também pela melhoria das condições de acessibilidade, sobretudo a Leiria, capital do concelho e do antigo distrito. Assim se justifica o acréscimo de edificações e o alargamento da área de ocupação

do solo em condições definidas pelo Plano Diretor Municipal do Município de Leiria, aprovado em Resolução do Conselho de Ministros nº 84 e atualmente em processo de revisão. Esta resolução e a posterior delimitação da Reserva Ecológica Nacional, condiciona a futura área de ocupação na área urbana e nas freguesias abrangidas por este instrumento de planeamento, em todo o Município. No entanto veio a estabelecer a criação local de uma Zona Industrial necessária à expansão do parque respetivo já existente e à implantação de novas unidades industriais, em local devidamente infraestruturado e próximo dos principais eixos de circulação rodoviária e ferroviária. Dificuldades de diversa natureza, nomeadamente o eventual abandono do referido perímetro industrial, têm vindo a impedir a instalação definitiva de empresas, a ocupação desta área e com ela a dinamização dos circuitos económicos regionais.

Apesar das expectativas criadas em torno desta infraestrutura, potenciadora da fixação de novas atividades e moradores, o alargamento da área de construção na Vila está dependente de diversos projetos, alguns submetidos já à aprovação Municipal, para a construção de novas edificações. Serve de exemplo a iniciativa da Fundação Bissaia Barreto, herdeira de bens da família do Doutor Luís Pereira da Costa, situados no centro e ao longo da estrada nacional nº 109, relacionados com a construção de moradias e prédios em banda, dotados de diversas infraestruturas públicas, sociais e comerciais, que venham a aumentar o parque imobiliário existente e permitir o acolhimento de novos moradores.

Figura 26 - Praça Central da Vila de Monte Redondo



Iniciativa recente é a construção da Praça Cental da Vila de Monte Redondo, “obra que implica uma intervenção em vários espaços, nomeadamente na Rua Estrada de Fonte Cova, Travessa do Mercado, Mercado do Peixe e no Parque de Estacionamento” (JFMR&C)¹⁰², destinada a dotar o centro da povoação de um lugar público e central, condizente com as referências da Vila.



Valito

O lugar do Valito situa-se no prolongamento do vale de Monte Redondo, que se desenvolve a uma cota da ordem das três dezenas de metros de altitude na ligação que seguia do Rolhão ao vale do rio da Aroeira. Em sentido geral esta designação anda associada à pequena extensão do pequeno acidente topográfico – “valle” – ou eventualmente de “vallu”, associado a um “local defeso, por qualquer forma de vedação ou fortificação” (Fernandes, 1995, 38).

É atravessado pela vala da Carrasca, linha de água que tendo origem no Cabeço da Carrasca, segue em direção ao vale do Guiso e alimentava a pequena bacia de água, conhecida por Lagoa de Monte Redondo. A partir daqui e durante os meses de maior precipitação, corria através de uma pequena linha de água que atravessava o Vale de Monte Redondo e depois do aqueduto da Linha do Oeste, seguia para poente em direção ao rio da Aroeira. Com a redução das reservas do aquífero de Monte Redondo e a variação da precipitação registadas nas últimas décadas, esta linha de água assegura apenas o escoamento das águas superficiais, em períodos de maior precipitação.

Este lugar, na transição das terras do sopé do Cabeço e da referida vala da Carrasca, fica a poente do aterro atravessado pela linha do Oeste. Entre as casas de habitação e o aterro onde corre a Estrada Nacional nº 109-9, na direção do Coimbrão, estendem-se as terras de cultura que depois do Lavadouro, eram enriquecidas pela maior abundância de água e culturas que constituíam uma mancha agrícola até ao Campo de Cima, irrigado pela vala de Fora e pela ribeira de Porto Longo. A situação demográfica deste lugar, que em 2001 registava meia centena de moradores, decaiu em 2011 para 38 habitantes.

¹⁰² Monte Redondo e Carreira. <https://www.facebook.com/ufmrc?fref=nf>, em 25NOV14



Vegetação

As condições físicas das terras de Monte Redondo, sobretudo as de natureza climática e pedológica, condicionam o tipo de revestimento vegetal, sobretudo em épocas mais remotas quando as plantações ficavam dependentes, apenas, destes dois fatores. Recorde-se que pela sua localização na Estremadura Setentrional, o clima constitui o principal fator de diferenciação, como reconheceu F. Martins (1949, 5) que assinalou: "é justamente porque as características geológicas, hipsométricas e morfológicas não referem nem explicam esta progressiva diferenciação, que invocamos o clima como fator desta transição que se revela e se acentua através da mudança insensível da vegetação espontânea e cultivada".

O mesmo entendimento tem Santa-Rita (1982, 44), que considera ser igualmente o clima o fator determinante desta diferenciação. Por isso escreve: "Na Estremadura, a proximidade do mar reduz o período de seca, que anda à volta de três meses e mantém durante todo o ano elevada humidade relativa." A seguir diz ainda: "A vegetação constitui um sinal evidente da transição para nordeste: 38% das espécies vegetais são oriundas da Europa central e ocidental e 42% pertencem à flora mediterrânica. A zona do milho começa a bem dizer aqui: no verão, o verde dos milheirais e hortejos contrasta com os restolhos amarelecidos dos cereais de praganá e acentua, de Leiria para norte, um traço geográfico importante". Por sua vez, Manique (1961, 7) considera a bacia do Lis, onde se integra este território, conjuntamente com as do Vouga e Mondego, situadas na "peneplanície da Orla cenozoica e quaternária", "toda ela bafejada pelas brisas do Atlântico", como fazendo parte da Beira Litoral, dominada por uma "paisagem agrária diversificada em função do mosaico geopedológico, na qual sobressaem, como parcelas principais, a Marinha das dunas e a Gandara terciária, que o pinhal bravo em matas compactas valoriza".

São estes os elementos identificadores do clima desta área, com a sua influência marítima, cobertura vegetal diversificada e solos arenosos. Aqui, regista-se uma certa diversidade pedológica, com predomínio para os solos arenosos e depósitos orgânicos de melhor qualidade e uma cobertura vegetal dominada por extensas manchas agrícolas e silvícolas. As áreas mais baixas, dominadas igualmente pelos solos de melhor

qualidade, foram valorizadas por obras de natureza hidráulica que levaram à drenagem de paúis e ao enriquecimento orgânico destas terras. As áreas de relevo mais acidentado ou cobertas de depósitos sedimentares mais extensos, estão rodeadas de uma diversidade de formações vegetais de onde se destacavam, em plena Idade Média, as “formações vegetais multifacetadas” (Gomes, 1995, 23), essencialmente o pinhal além dos bosques de carvalhos, ulmeiros, soutos, azambujeiro e azinheiras.

Como regista Gomes (1986, 25), no processo da reconquista Afonsina, Monte Redondo é “um espaço florestal e de tal forma denso que, ainda na atualidade, o grosso toponímico da sua área é constituído por fitotopónimos, o que testemunha um ‘fácies’ primigénito”. Tal situação vem agravar o trabalho desenvolvido pelos povoadores locais que conduziu à devastação da extensa vegetação que cobria igualmente a terra portuguesa. A este respeito Vasconcelos (1980.II, 49) alude aos trabalhos de Costa Lobo relativos ao século XV, em que este autor descreve Portugal como “um vasto matagal, entresachado, afora algumas cidades e villas, de pequenas povoações, circundadas de breves arrotêas”. Estas formações cresceram em solos fertilizados por ação humana, pela decomposição dos materiais rochosos originais e pela acumulação de detritos orgânicos e animais que forneceram as condições mínimas para as culturas e vegetação, prosperarem. De notar a presença de solos de origem aluvionar transportados pelos cursos de água, que enriquecem e fertilizam as áreas mais baixas e os fundos dos vales que correm nesta freguesia e nos territórios de freguesias vizinhas do concelho de Leiria.

A referida constituição do solo condiciona o tipo de revestimento vegetal, dominado essencialmente pelo pinheiro marítimo, embora já com largas extensões de eucalipto, bem como as áreas votadas à agricultura, onde a par de grandes extensões de vinha e de árvores de fruto, situam-se áreas interessantes onde se pratica ainda uma policultura intensiva. Esta diversidade resulta, segundo O. Ribeiro (1967, 151), da combinação de elementos setentrionais e meridionais a que se junta, “para ainda tornar mais complexo o quadro da Estremadura, em sentido restrito, a variedade de composição geológica dos terrenos, a que a vegetação e as culturas são sensíveis”. Na identificação da vegetação natural e na introduzida pelo homem, a relação com a natureza do solo e o contributo dos elementos climáticos, como a precipitação, o clima e a humidade, são determinantes para o estudo das condições de distribuição das espécies que constituem o património biogeográfico

desta área arenosa e entrecortada de vales e de outros pequenos acidentes geográficos que fazem variar a sua distribuição local.



Vias de circulação e transporte

A facilidade de trânsito entre as populações de lugares constitui-se como um fator relevante no estabelecimento relações comerciais e de relação condicionando a evolução das atividades humanas, o mercado e a articulação territorial. Disso nos dão referência muitos dos documentos que justificam a criação de novas paróquias e freguesias, sendo que as dificuldades de acesso dos paroquianos aos serviços de culto eram causa relevante para a criação de nova unidade religiosa, tais como as conhecemos nos dias de hoje. E como o reconhecemos as dificuldades naturais impostas pelo relevo, pelas linhas de água, pela vegetação ou mesmo pelo traçado dos caminhos, que em muitos locais tinham de atravessar vales apertados, concorriam para dificultar a ligação entre as populações vizinhas.

O incremento das atividades económicas em toda a área, da agricultura ao comércio, foi determinante para a fixação e o crescimento da população e para o estabelecimento de pequenos mercados baseados quer na exploração dos produtos agrícolas, como nos cereais e na sua moagem, quer ainda na sua distribuição ao longo do território. Um trabalho exigente em força humana e animal, calcorreando os caminhos até aos mercados principais ou as casas dos fregueses que aderiam a estas formas de consumo. Mas os grandes benefícios da circulação terrestre só foram conseguidos com a revolução industrial e a massificação da máquina a vapor.

Tal como sucedeu em tempos mais longínquos, a criação de atividades geradoras da indústria beneficiou quer da existência de matérias-primas, da mão de obra abundante e acima de tudo das facilidades de escoamento dos produtos manufaturados para os mercados consumidores. Assim aconteceu em Monte Redondo em que a industrialização assentou em iniciativas individuais e nas condições de acessibilidade conferida a este lugar depois da construção da linha de Caminho de Ferro do Oeste e da instalação de uma estação na sede da freguesia de Monte Redondo. Importante será recordar que, de acordo com Cabral (1993.I, 171), a petição enviada pela Câmara de Leiria a Sua Magestade, "pedindo que o traçado do caminho de ferro que se projeta

fazer abranja esta cidade passando por Caldas da Rainha e Alcobaça", em 1857, depois de diversas diligências feitas pela edilidade, permitiu a construção da linha férrea de Leiria à Figueira da Foz e a construção de uma estação no lugar de Monte Redondo.

A título exemplificativo transcreve-se parte da ata da “Junta da Paróchia”, reunida em 16 de novembro de 1885, com a proposta do Presidente relativa à localização da mesma (Moital, 1986, 54-55):

"(...) Que tendo a Companhia Real Portugueza dos Caminhos de Ferro, feito os estudos da linha de Torres à Figueira e Alfarellos e tendo projetado a construção de uma estação nas proximidades d'esta localidade o que era de grande importância não só para esta freguesia mas também para a freguezia do Coimbrão, mas que no sítio aonde estava projetado não satisfazia cabalmente aos interesses geraes d'estas freguezias, propounha que esta Junta de commum acordo com a da freguezia do Coimbrão representassem ao Governo de Sua Magestade, pedindo que a referida estação fosse construida entre os Kilometros 112,200 e 112,600 local este aonde há uma planície mais vasta e mais extença, que além disto aquelle local junto ao local aonde se costuma fazer um mercado mensal e aonde affluem os caminhos mais importantes d'esta freguezia, ficando assim também a uma distancia de 200 metros da estrada municipal em construcção que deve ligar Coimbrão a esta freguezia, e aproximadamente a igual distancia da estrada real de Leiria à Figueira. Que estava certo que para os povos não só d'esta freguezia mas também do Coimbrão grandes vantagens com a estação no referido sítio (...)". Ao que a Junta, compreendendo que "a proposta do Senhor Presidente era de incontestavel vantagem para os povos d'esta freguezia e da do Coimbrão, aprovou-a unanimemente rezolvendo mais officiar à Junta de Parochia do Coimbrão n'este sentido para adherir".

Uma vez iniciados os trabalhos e quanto ao seu andamento, o Presidente da Junta de Parochia da freguesia de Monte Redondo, endereçou em 10 de Junho de 1886 ao Chefe de Secção, a seguinte carta¹⁰³:

“Ao Chefe da Secção:

É dever meu como representante dos povos desta parochia não só zelar quanto possível aos seus interesses geraes e promover todos os melhoramentos materiaes, mas tambem mantê-los nos seus direitos, e por isso como presidente da Junta da Parochia d'esta freguezia me dirijo a V.Excia como diretor dos trabalhos de construcção do caminho de

103 Documento transcrito das notas s/ a freguesia do arquivo do Sr. Pe. David Gaspar

ferro de Torres à Figueira, n'esta localidade, fazendo-lhe sentir o grave transtorno que causa aos povos a supressão de um caminho que conduz d'esta povoação não só para outras d'esta freguezia, mas tambem para as freguezias da Vieira e Coimbrão, em virtude de construirem sobre elle um pequeno aqueducto, no sítio do Valle do Lavadouro, quando devia ser um viaducto.

Eu não desejando crear os menores embaraços à companhia (...) não desejando privar os povos de um caminho ainda que não em muitas boas condições era pelo menos viavel, sem grande difficuldade que daria outro que bem satisfizesse, e por isso não officiei immediactamente a V.Excia manifestando-lhe o descontentamento geral dos povos.

Tive porém conhecimento que fora ultimamente estudado um caminho para substituir o que já se acha alagado e vi que o traçado de modo algum pode satisfazer e ser acceitavel por isso mesmo que é difficil a quase impossivel por alli ter acesso o passo nível que lhe fica proximo, e se este caso ficarião os povos privados de passarem para onde tanto necessitão. Para obliterar pois todas estas difficuldades peço a V. Ecia mande estabelecer uma boa passagem, mandando construir um viaducto ou mandar escolher outro traçado para construir um caminho que bem satisfaça ao fim para que é destinado.

Deos Guarde V. Excia. etc.

O Presidente da Junta da Parochia: Joaquim Pereira da Costa”.

Transcreve-se igualmente a respectiva resposta¹⁰⁴ - Carta dirigida pelo Chefe de secção: Ignacio Pereira Lacerda, dos Caminhos de Ferro de Torres Vedras á Figueira e Alfarellos (Empresa geral constructora – Duparchy & Dauderni):

“Monte Redondo, 29 d’outubro de 1886

“Ao Ilmo Senhor Presidente da Junta da Paróchia da freguesia de Monte Redondo

Em virtude d'esta empresa ter satisfeito os desejos da junta da parochia, de que V.Ex^a é mui digno presidente, no que respeita à confeção do Caminho que passa de nível no ponto kilométrico 112+200 desta linha de ferro, vem por esse motivo solicitar de V. Ex^a, como presidente da mencionada Junta, um documento que prove não só as boas condições em que o dito caminnho se acha construído, como tão bem que V.Ex^a se isenta de fazer quaesquer reclamações futuras com referênciã ao caminho em questão.

Deos Guarde A V.Ex^a

O Chefe de de secção

104 Documento transcrito das notas s/ a freguesia, do arquivo do Sr. Pe. David Gaspar

Ignacio Pereira Lacerda”

Por sua vez a conclusão das obras, mereceu a seguinte resposta¹⁰⁵ - Do Livro de correspondência da Junta da parochia da freguezia de Monte Redondo, e datada de 30 de outubro de 1886

“Ao Chefe da 6ª Secção

Em virtude do officio de V. Excia com data de 29 do corrente, cumpre-me dirigir a V. Excia que esta Junta da parochia a que eu presido achando-se satisfeita com a passagem de nível do caminho de ferro dada ao K.112.200 declara que em vista à sua construcção se isenta de qualquer reclamação futura a respeito d’este caminho.

Deos Guarde V.Excia

O Presidente da Junta da Parochia: Joaquim Pereira da Costa”

A inauguração da estação de Leiria foi feita em 23/7/1887 e a linha férrea do Oeste, no percurso de Leiria à Figueira da Foz foi aberta à exploração em 17/7/1888. Este melhoramento facilitou não só a criação de um parque industrial na sede da povoação, como a instalação de outras indústrias congéneres quer na freguesia do Coimbrão quer mesmo noutros lugares vizinhos servidos por esta linha de caminho de ferro. Durante décadas foi esta linha servida pelo comboio a carvão - Flecha Dourado – que transportava passageiros, além de outras composições destinadas a mercadorias. Com a motorização da frota, passaram a circular também as automotoras a diesel, da marca Cavan, permitindo a deslocação de ida e volta a Lisboa num só dia o que se constituiu, pela sua rapidez, como um importante fator de sucesso do setor dos transportes. Assim para além dos passageiros que percorriam a linha do Oeste diversas composições de mercadorias carregavam toros, serradura, casca e carrasca de pinheiro e madeira aparelhada, que eram despachadas por combóio para diversas estações do país.

A importância da estação de C.F. na vida da povoação foi relevante para o seu desenvolvimento e mesma para a expansão do povoado, condicionando a localização do seu primeiro ‘parque industrial’. E como se disse a construção da estação ferroviária foi determinante por ter facilitado o escoamento dos produtos florestais da região para o grande mercado de Lisboa e ainda devido ao importante movimento de passageiros que animou, até praticamente ao início dos anos sessenta (quando do incremento dos transportes rodoviários no eixo Leiria-Figueira da Foz), esta estação.

Realizada esta obra e garantido o tráfego ferroviário da linha do Oeste, Monte Redondo beneficiou, no auge da atividade industrial

105 Documento transcrito das notas s/ a freguesia do arquivo do Sr. Pe. David Gaspar

madeira dos anos sessenta, das vantagens competitivas desta localização. Transformou-se num importante centro de carga e descarga de madeiras e ponto de encontro para os passageiros que procuravam a estação local quer para as suas deslocações à sede do concelho, quer para o veraneio na Praia do Pedrógão. Por sua vez a construção da estrada do Coimbrão a Monte Redondo, foi decidida pela Câmara de Leiria no longínquo ano de 1881 (Cabral, 1993.I, 164), sendo mais uma consequência do Fontismo que por essa época se manifestou através da construção de diversas vias de comunicação: estradas e caminhos de ferro.

Note-se que a melhoria das condições de circulação através desta freguesia facilitou a atividade industrial ligada à serração e à exportação de madeiras destes locais mais afastados do centro de exploração do Pinhal do Rei, constituído pelas povoações de Vieira de Leiria e da Marinha Grande. Na época balnear, esta estação era terminal das carreiras regulares que ligavam, desde 1937, Monte Redondo e o Coimbrão, à Praia do Pedrógão.

A melhoria das condições de acessibilidade foi igualmente registada depois da construção da estrada de ligação entre Leiria à Figueira da Foz, no início dos anos setenta do século XIX. Embora numa primeira fase construída em “mac-Adam”, a Estrada Real n.º 58 (atual estrada nacional n.º 109) foi posteriormente alcatroada e integrada no sistema rodoviário nacional. Este eixo de circulação desempenhou um importante papel no escoamento, por via terrestre, dos produtos da indústria local, facto que acabou por beneficiar da intensificação dos transportes rodoviários, que no termo da segunda guerra mundial começaram a concorrer com o C.F. no transporte das madeiras aparelhadas, serradas, em caixilharia e em bruto, especialmente para o porto de Lisboa. Convirá destacar que somente em caso excecionais e já depois das obras realizadas durante a década de sessenta e seguintes nos portos da Figueira da Foz e de Matosinhos, é que algum deste transporte foi para aí pontualmente desviado. Contudo o grosso desta mercadoria foi exportado através do cais de Xabregas e do Poço do Bispo. A acessibilidade conferida por estas duas vias, a rodoviária e a ferroviária, contribuiu com o seu tráfego de camionagem entre Leiria e a Figueira da Foz e a circulação de comboios na estação local, para um significativo movimento de passageiros e para a animação da vida económica de Monte Redondo.

Dado o afastamento desta localidade à sede de concelho (cerca de 20 Km.) e à facilidade de transportes, sobretudo rodoviários, Monte Redondo encontra-se dentro da área de influência direta de Leiria, com

um tempo aproximado de duração do percurso rodoviário entre as duas localidades de cerca de 30 minutos (CEP, 1974, 63). No entanto o incremento progressivo do tráfego rodoviário e o esquecimento que vitimou o desenvolvimento da linha férrea do Oeste afastou cada vez mais os seus passageiros, tendo caído no esquecimento de um mero apeadeiro ferroviário. A senda do progresso que atingiu as terras do norte do concelho de Leiria, foi em tempo facilitado pelos comboios de passageiros e de mercadorias, bem como pela primeira companhia de transportes que assegurou a ligação entre a sede do concelho e a Figueira da Foz, a União Automóvel Leiriense.



Vila

Pelo seu interesse e para memória, transcreve-se o documento aprovado pela Assembleia de Freguesia de Monte Redondo e pela Assembleia Municipal de Leiria, posteriormente enviado para a Assembleia da República sobre o qual assentou votação realizada em 9 de Dezembro de 2004, sobre a elevação a Vila, de Monte Redondo.

“Junta de Freguesia de Monte Redondo

Elevação da povoação de Monte Redondo, no concelho de Leiria, no distrito de Leiria, à categoria de Vila

Exposição de motivos & Projeto de Lei - março de 2004

I – Enquadramento geográfico

A freguesia de Monte Redondo (com uma área de 42 km²), situa-se a norte do Concelho de Leiria, na “orla sedimentar ocidental”, sendo por isso dominada por solos de natureza arenosa de origem Quaternária. A morfologia da região é bastante homogénea, fundamentalmente plana e entrecortada por alguns cursos de água. A cobertura vegetal é constituída essencialmente pelo pinheiro marítimo. As culturas dominantes traduzem a amenidade do clima temperado marítimo e a luta secular do homem contra a natureza, traduzida no arroteamento da ‘charneca’ que antecedeu as manchas das culturas de milho, de batata, da policultura intensiva e em áreas mais húmidas, do arroz.

Como ex-libris da povoação e dominando na sua parte setentrional a bacia hidrográfica do rio Lis, ergue-se o ‘Cabeço’ de Monte Redondo, formação rochosa associada ao fenómeno de ‘diapirismo’ que deu

origem a outras elevações importantes nesta orla litoral, como o cerro onde se ergue o castelo de Leiria.

A povoação está localizada junto dos eixos de circulação mais antigos do litoral, decalcados no traçado do eixo rodoviário que liga Leiria à Figueira da Foz (E.N. n.º 109) e na rede de estradas que a partir da povoação de Monte Redondo seguem para outros lugares. A sede de freguesia é ainda servida pela Linha do Oeste, pela Estação de C. F. de Monte Redondo. Desde a abertura da linha férrea, em 1888, esta estação foi animada por um intenso movimento de passageiros e serviu de entreposto à exportação de madeiras e de outros produtos lenhosos, principalmente para Lisboa, em cujo porto embarcavam para diversos destinos da Europa. De igual modo daqui seguiam as carreiras regulares de passageiros para o Coimbrão e a Praia do Pedrógão. A importância desta estação conta-se, ainda, no apoio que deu ao desenvolvimento industrial da povoação e de outras terras vizinhas situadas na orla do Pinhal de Leiria, que beneficiavam do transporte ferroviário.

A acessibilidade aos principais centros urbanos do país é facilitada pela rede viária existente e ainda pela proximidade da A1 e da linha de C. F. do Norte (Estação de Pombal). Dista 19 Km da sede do concelho de Leiria, 30 Km da Figueira da Foz, 65 Km de Coimbra e 140 Km de Lisboa.

Confina a norte com a freguesia da Guia – concelho de Pombal; a sul com a freguesia da Carreira; a nascente, com as freguesias de Bajouca e Souto da Carpalhosa e a oeste com a freguesia do Coimbrão – concelho de Leiria.

II – Heráldica

O símbolo heráldico da freguesia é constituído por um escudo de ouro, uma torre coberta de negro rematada por cruz do mesmo, lavrada, aberta e iluminada de prata, assente num monte de verde movente de um pé ondeado de prata e azul. Coroa moral de prata de três torres. Listel branco, com legenda a negro, em maiúsculas: Monte Redondo – Leiria.

Teve o parecer favorável da Comissão Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses e publicado no D. R. III Série, n.º 284, de 09 de dezembro de 1966, e posteriormente registado na Direção-Geral da Administração Autárquica, com o n.º 4/97, de 08 de janeiro.

Figura 1 – Brasão da freguesia de Monte Redondo



III - Enquadramento histórico e geográfico

A área da “Gândara de Monte Redondo” (descrita por Custódio de Moraes, em 1936), onde se localiza a freguesia de Monte Redondo, corresponde a um núcleo de povoamento medieval estabelecido após o movimento de Reconquista e da fundação do Castelo de Leiria (em 1135), bem como à atividade agrícola que se estabeleceu na sua área. Tal facto é corroborado por topónimos locais (Paço, Sismaria e outros), pela tradição oral relacionada com a presença mourisca e, sobretudo, por documentos medievos dos séculos XIII, relativos ao “Casal de Monte Redondo”. Dos séculos XIV e XV outros testemunhos referem-se a aforamentos concedidos pelos Monges de Cister, a povoadores desta terra.

O Pe. Carvalho da Costa na sua "Corografia portugueza e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal" (1712) refere que a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, de Monte Redondo, “tem duzentos e dezasseis vizinhos, quinhentas e sessenta pessoas mayores e cento e sessenta menores”. Em meados do século XIX (no ano de 1869), o total de fogos ascendia a 496 e em 1864, o total de habitantes da freguesia era de 2174.

A criação da paróquia de Monte Redondo remonta ao século XVI, a 1589, devendo-se a D. Pedro Castilho (Bispo de Leiria) que a desmembrou da “freguesia do Soito”, juntamente com os lugares de Coimbrão, Ervedeira e outros casais e moinhos próximos. A petição para a criação desta paróquia foi subscrita pelos moradores que solicitaram a construção da Igreja “na terra de prazo da Comenda de Alcobaça”, onde já existia uma ermida dedicada a N^a Senhora da Piedade (cf: O Couseiro, 1868). Posteriormente a esta data, em 1636, o Bispo de Leiria, D. Dinis Melo e Castro, dividiu parte desta freguesia para constituir a freguesia do Coimbrão (anteriormente conhecida por São Miguel das Areias). Mais de três séculos depois, em 1971, esta

freguesia foi de novo desmembrada para se constituir a freguesia de Bajouca.

Quadro I - Resumo da variação da população

Recens.	Freg. Monte Redondo			Concelho de Leiria		
	Habit.	Var. (Abs.)	Var.%	Habit.	Var. (Abs.)	Var.%
1864	2203	-	-	32.252	-	-
1878	2194	-9	0	35.402	3150	9,8
1890	2620	426	19,4	41.606	6204	17,5
1900	2850	230	8,8	44.811	3205	7,7
1911	3302	452	15,9	48.447	3636	8,1
1920	3.259	-43	-1,3	51.101	3000	5,5
1930	3.710	451	13,8	55.234	4133	21,9
1940	4.627	917	24,7	67.313	12079	21,9
1950	5.253	626	13,5	77.567	10254	15,2
1960	5.811	558	10,6	82.988	5421	7
1970	5.350	-461	-7,9	78.950	-4038	-4,9
1981	3.915	-1435	-26,8	96.517	17567	22,3
1991	4051	136	3,5	102762	6245	6,47
2001	4335	284	7	119847	17085	16,6

Fonte: Arroteia, J. (2000) – “Território, povoamento e sociedade: estudo monográfico - Monte Redondo”. Aveiro, Universidade de Aveiro.

É importante recordar que o povoamento local está indissolivelmente ligado às arroteias dos terrenos arenosos e alagadiços dominantes nesta área litoral, bem como à exploração do pinhal, fonte importante de rendimento para os seus moradores. Tal facto é comprovado através da evolução dos seus habitantes e pelas formas de aproveitamento e utilização da terra. Desde essa data manteve-se um ritmo quase constante de crescimento dos habitantes desta freguesia. Em 1900, o total de moradores era de 2850, valor que em 1950 ascendia a 5253 e em 1960, a 5811. Depois das perdas provocadas pela emigração e pelo desmembramento de parte da freguesia, em 1971, este montante ascendeu, em 1981, a 4051 habitantes e em 2001 atingiu os 4335 residentes.

Na atualidade e devido sobretudo à imigração estrangeira, este valor tem vindo a aumentar. A evolução demográfica positiva traduz o crescimento das atividades económicas locais, centradas tradicionalmente na agricultura, criação de gado e silvicultura, na exploração de moinhos de água, na tecelagem, na olaria e na produção

do pez. Durante a segunda metade do século XX a indústria de serração de madeiras e a exploração das pedreiras de Monte Redondo - de onde se exploraram várias toneladas de ‘ofitos’ particularmente utilizados na balastragem das linhas de C. F. - constituíram-se como os fatores dominantes do desenvolvimento da povoação e dos lugares mais próximos.

Para além da agricultura e da indústria, sobretudo a indústria de madeiras, a vida económica local tem assentado no comércio. Neste domínio há a destacar a centenária ‘Feira dos 29’ (criada em 1854), que ainda hoje continua a atrair numerosa população das redondezas.

Quadro II – Freguesia de Monte Redondo: população residente economicamente ativa (sentido lato) e empregada, segundo o sexo – 2001

		Empregada					
Total		Total		CAE 0	CAE 1-4	CAE 5-9	
HM	H	HM	H			Total	Relac. c/ a Act. Econ.
2082	1222	1978	1193	99	1000	879	578

Fonte: INE. – Censos 2001

Além da feira mensal e do mercado semanal, existem outros estabelecimentos comerciais em todos os ramos concentrados, sobretudo, na sede da freguesia onde se localizam, igualmente, a maior parte dos espaços sociais e culturais. A par das atividades económicas destacam-se as tradições culturais e populares que evocam as raízes mais antigas da população desta freguesia relacionadas com as festas religiosas e diversas manifestações de cultura popular traduzida em récitas, nas marchas de S. João, na cultura musical animada pela Filarmónica N^a. Sr^a. da Piedade, fundada em 1872, bem como noutras iniciativas dispersas.

Do ponto de vista cultural destaca-se ainda a ação do ‘Museu do Casal de Monte Redondo’, a funcionar em edifício próprio onde se guarda um acervo informatizado (InfoMusa) com mais de 2000 objetos organizados por coleções de atividades económicas. O Museu é ainda responsável pela publicação da “Revista Meridies” (Revista Interuniversitária de Sociologia e Antropologia da Europa do Sul).

Quadro III - Freguesia de Monte Redondo: população residente por nível de instrução – 2001

Z, Geogr., Nível Instr.	Sexo	Total
FR: Monte Redondo	HM	4335
Sem nível de ensino	HM	616
Ensino Pré-Escolar a frequentar	HM	65
Ensino Básico	HM	3001
1º Ciclo	HM	1754
Completo	HM	1103
Incompleto	HM	404
A frequentar	HM	247
2º Ciclo	HM	755
Completo	HM	458
Incompleto	HM	119
A frequentar	HM	178
3º Ciclo	HM	492
Completo	HM	205
Incompleto	HM	99
A frequentar	HM	188
Ensino Secundário	HM	459
Completo	HM	149
Incompleto	HM	140
A frequentar	HM	170
Ensino Médio	HM	3
Completo	HM	2
Incompleto	HM	1
Ensino Superior	HM	191
Bacharelato	HM	52
Completo	HM	30
Licenciatura	HM	133
Completo	HM	46

De destacar a ação do ‘Colégio Doutor Luís Pereira da Costa’, frequentado por cerca de 1000 alunos dos ensinos básico e secundário e considerado como uma importante instituição escolar responsável pela formação académica e pelo enriquecimento cultural dos alunos de Monte Redondo e das povoações vizinhas.

Como as restantes freguesias do concelho de Leiria, Monte Redondo sofreu, a partir dos anos sessenta, os efeitos da emigração que levaram à dispersão de muitos dos seus habitantes para a América (Brasil e E.U.A.) e sobretudo para a Europa (França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça). Este movimento foi em parte responsável pela decadência da indústria de serração de madeiras mas tem contribuído para o desenvolvimento

de outras atividades económicas ligadas ao comércio, aos transportes e a pequenas empresas industriais e de serviços.

Quadro IV – Freguesia de Monte Redondo: famílias e alojamentos – 2001 (INE)

Zona Geográfica	Total Geral
FR: Monte Redondo	
Alojamentos	1793
Famílias Clássicas	1416
Famílias Institucionais	-
Pessoas Residentes	4335
Pessoas Presentes	4121

Este panorama está expresso nas atividades que animam a sede de freguesia e os seus lugares mais próximos onde residiam, de acordo com os Censos de 2001, 4335 moradores (dos quais 2162 do sexo masculino e 2173 do sexo feminino).

Quadro V – Freguesia de Monte Redondo: população residente, segundo o sexo e grupo etário – 2001 (I.N.E.)

Zona geográfica/Grupo etário	Total	
	HM	H
FR: Monte Redondo	4335	2162
De 0 a 4 anos	232	124
De 5 a 9 anos	250	137
De 10 a 14 anos	302	149
De 15 a 19 anos	345	175
De 20 a 24 anos	375	183
De 25 a 29 anos	312	159
De 30 a 34 anos	322	167
De 35 a 39 anos	351	174
De 40 a 44 anos	352	188
De 45 a 49 anos	282	141
De 50 a 54 anos	235	109
De 55 a 59 anos	228	109
De 60 a 64 anos	224	114
De 65 a 69 anos	176	72
De 70 a 74 anos	152	74
De 75 a 79 anos	106	50
De 80 a 84 anos	56	24
De 85 a 89 anos	26	8
De 90 ou mais	9	5

Desta população, mais de metade (61.8%) eram adultos, com idade compreendida entre os 19 e os 64 anos de idade; 26% pertenciam ao grupo funcional dos jovens (0 a 19 anos de idade) e os restantes 12.2%, pertenciam ao grupo funcional dos idosos, com idade superior a 65 anos.

Estão recenseados 3522 eleitores na sede e nos 24 lugares da freguesia, de onde se destacam os de maior dimensão: Sismaria, Montijos, Paço, Fonte Cova, Lavegadas, Aroeira, Casal Novo, Matos e Lage. De características meramente paroquiais, destacam-se os cinco ‘ramos’ (núcleos populacionais), de maior dimensão:

Ramo de Monte Redondo: composto pelos lugares de Santo Aleixo, Braçal, Paço, Ribeira da Bajouca, Paul, Monte Redondo, Bregieira, Brenha, Montijos, Lezíria, Aroeira, Porto Longo, Matos, Lavegadas e Pinheiro.

Ramo da Sismaria: composto pelo lugar de Sismaria

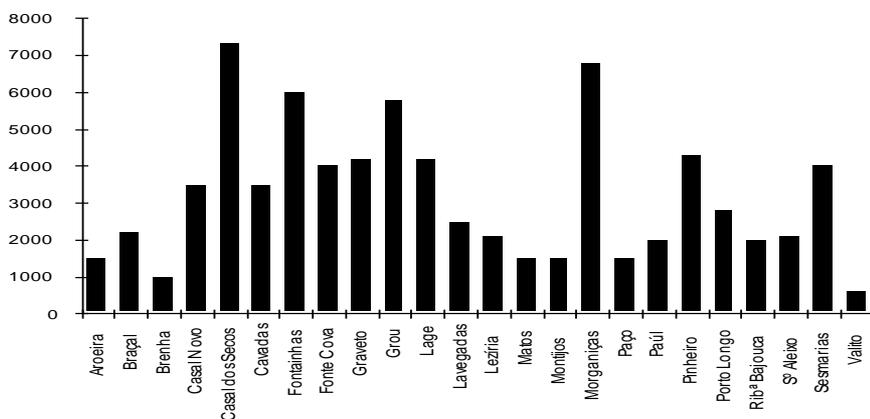
Ramo do Casal Novo: composto pelos lugares de Casal Novo, Lage e Graveto

Ramo de Fonte Cova: composto pelos lugares de Fonte Cova e Cavadas

Ramo do Grou: composto pelos lugares de Grou, Morganiças, Casal dos Secos e Fontainhas.

O povoamento na área da freguesia constitui uma mancha quase contínua, destacando-se cinco núcleos habitacionais acima referidos que seguem uma “dispersão ordenada” ao longo das vias de comunicação.

Figura 2 - Distâncias aproximadas dos lugares à sede da freguesia de Monte Redondo (em metros)



Fonte: Arroeteia, J. - Território, povoamento e sociedade: estudo monográfico - Monte Redondo. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2000

IV – Aspetos do desenvolvimento local

A população de Monte Redondo tem uma atividade económica baseada em atividades pertencentes aos setores: primário, secundário e terciário. Na sede da freguesia a indústria local é predominantemente constituída por indústrias ligadas à silvicultura, que dão continuidade à tradição industrial desta zona próxima do “Pinhal de Leiria”. Devido às acessibilidades locais é aqui que se concentra, igualmente, um comércio diversificado bem como os principais serviços de interesse público da freguesia, alguns dos quais servem a população das freguesias vizinhas. Para além das atividades económicas é na sede da freguesia que se concentram os principais equipamentos sociais, de natureza civil e religiosa.

Como foi referido, distribuindo-se os moradores desta freguesia por cinco núcleos populacionais (ou ‘Ramos’, agrupando um ou mais lugares, com contiguidade geográfica), passamos a discriminar os principais “bens centrais” (comércio, atividades económicas e serviços), existentes em cada um deles.

1. Ramo de Monte Redondo

Neste ‘ramo existe a Igreja Matriz para culto religiosos, administração dos sacramentos e missas; cemitério; salão paroquial; centro de dia; centro de saúde; um jardim de infância (casa da criança); duas salas de ensino pré-escolar; duas escolas do 1º ciclo do ensino básico, com sete salas de aula; um colégio de ensino básico e secundário.

Tem ainda: consultórios médicos; policlínicas; consultórios dentários; laboratório de análises clínicas; farmácia; estação de correios e de telefones; posto da Guarda Nacional Republicana; quartel de bombeiros; museu etnológico; escola de música e filarmónica N^a Sr^a da Piedade; casa do povo; instituições bancárias; gabinete de advocacia; gabinetes de contabilidade; táxis; estação de caminhos de ferro; empresas de transportes e turismo; empresas de transportes nacionais e internacionais; agências de viagens; livrarias/papelarias; empresas do ramo de construção civil e obras públicas; fábrica de isolamentos térmicos; empresas de abate e transformação de madeiras; carpintarias; mini-mercados; talhos; padarias; pastelarias e cafés; restaurantes; pensões; lojas de vestuário e de calçado; estabelecimentos comerciais do ramo de eletrodomésticos; salões de cabeleireiro; esteticista; floristas; postos de abastecimento de combustíveis e estações de serviço; talhos; stands de automóveis, camions e motos; oficinas de reparação auto; serralharia civil.

Pela sua relevância, destacamos o seguinte:

- O Centro de Dia N^a Sr^a da Piedade, destina-se ao apoio de idosos e grandes dependentes e ao apoio domiciliário. Funciona nas dependências da residência paroquial, mas com o projeto das instalações próprias aprovado e com obras em fase de iniciação;

- As unidades de saúde têm dois médicos em regime de permanência, serviço de enfermagem permanente e apoio administrativo;

- O Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, é frequentado por cerca de 1000 alunos, leciona até ao 12^o ano e dispõe de 10 salas de ensino básico e de laboratórios;

- A secção dos Bombeiros Voluntários tem mais de uma dezena de elementos, está sob a dependência dos Bombeiros Voluntários de Leiria e tem ao seu serviço 4 ambulâncias, 1 viatura de desencarceramento e 5 viaturas de combate aos incêndios;

- O posto da GNR, dispõe de 40 elementos, está instalado em Quartel próprio, inaugurado em 1993;

- A Junta de Freguesia, funciona em edifício próprio e dispõe de serviços de atendimento ao público, de segunda a sexta –feira, das 11 às 13 e das 14 às 18 horas;

- Existe um campo de futebol e um pavilhão polidesportivo (na freguesia existem mais dois equipamentos desportivos de cada um deste género);

- A dependência bancária da Caixa Geral de Depósitos, é considerada uma das melhores dependências da região em volume de movimentos bancários;

- A Escola de Música e a Sociedade N^a Sr^a da Piedade, estão sediadas na sede da freguesia, na Casa do Povo.

2. Ramo da Sismaria

Existe uma Capela para culto religioso, com capelão para administração dos sacramentos e missas e um Cemitério.

Tem uma Escola do 1^o ciclo do ensino básico, com duas salas de aulas; um Parque infantil; uma associação cultural e recreativa, com sede própria dotada de polidesportivo, sala para convívios e sala de espetáculos; tem grupo de teatro, um rancho folclórico e etnográfico.

Para além destes existe, um centro de saúde; cinco empresas de construção civil; uma empresa de serralharia e metalúrgica; dois mini-mercados; três cafés; uma empresa de canalizações e eletricidade; um café/restaurante; uma oficina de motociclos e afins; uma oficina de cantarias; uma serralharia civil; uma empresa de artes gráficas; um advogado.

3. Ramo do Casal Novo

Existe uma Capela para culto religioso com capelão para administração dos sacramentos e missas.

Tem uma Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico com duas salas de aula; parque infantil; uma associação de carácter social, desportivo e recreativo, dotada de instalações próprias, com campo de futebol, polidesportivo, sala de convívio e sala de espetáculos.

Existem ainda: três cafés; um talho; seis empresas de avicultura; uma empresa hortícola; duas empresas de terraplanagens; uma empresa de construção civil; uma empresa de canalizações e aquecimento central; uma serralharia; dois consultores jurídicos.

4. Ramo de Fonte Cova

Tem uma capela para culto religioso, com capelão para administração dos sacramentos e missas e um cemitério.

Tem uma escola do 1º ciclo do ensino básico, com uma sala de aula; um parque infantil; dois mini-mercados; um café; cinco empresas de construção civil; uma fábrica de tintas; três empresas de construção civil; uma carpintaria de móveis; uma serração de madeiras; uma oficina mecânica; um táxi.

5. Ramo do Grou

Tem uma capela para culto religioso, com capelão para administração dos sacramentos e missas.

Tem uma escola do 1º ciclo do ensino básico, com duas salas de aulas; Jardim de infância; uma associação de carácter social, desportivo e recreativo, dotada de instalações próprias, com polidesportivo, campo de futebol e sala para festas e convívios.

Existem ainda: quatro cafés; três mini-mercados; uma serração de madeiras; uma oficina de mecânica; um estabelecimento de eletrodomésticos; duas fábricas de artefactos de cimento; três empresas de construção civil; um táxi; um armazém de material de construção; uma empresa de avicultura; uma empresa de espetáculos musicais; uma empresa de revestimentos a estuque; um agente de seguros; uma empresa de transportes internacionais.

V - Síntese das atividades representadas na freguesia

No artigo 12º da Lei nº 11/82, de 2 de junho, estabelecem-se os requisitos mínimos, dos quais uma povoação deve ter pelo menos metade, para poder ser elevada à categoria de Vila.

Em Monte Redondo esse mínimo já é ultrapassado, conforme se pode constatar pela sua descrição:

1. Atividades representativas do setor primário

- 1 matadouro de aves
- 4 empresas de avicultura
- 1 empresa de germinação de plantas
- 2 empresas de extração de inertes

2. Atividades representativas do setor secundário

- 15 empresas de construção civil
- 3 empresas de materiais de construção
- 7 empresas de pintura de construção civil
- 6 empresas de assentamentos de ladrilhos e mosaicos
- 2 empresas de isolamentos e impermeabilizações
- 7 empresas de terraplanagens e obras públicas
- 1 empresa de massas congeladas (alimentares)
- 1 empresa de fabrico de equipamentos para agropecuária
- 2 empresas de fabrico de rações para animais
- 2 fábricas de estores
- 1 oficina metalomecânica
- 1 oficina de fabrico de carroçarias para camions
- 4 empresas de serração de madeiras
- 2 empresas de tratamento de madeiras
- 4 carpintarias com fabrico de móveis e esquadros para a c. civil
- 3 oficinas de transformação de mármore
- 2 serralharias de alumínio
- 2 serralharias civis.

3. Atividades representativas do setor terciário

- 1 agência de viagens e turismo
- 2 agências bancárias
- 4 associações culturais e recreativas
- 1 quartel de bombeiros
- 4 cabeleireiros
- 22 cafés
- 3 campos de futebol
- 3 pavilhões polidesportivos
- 1 casa do povo
- 2 consultórios médicos
- 1 estação de caminhos de ferro
- 1 estação de CTT
- 2 gabinetes dentários
- 2 gabinetes de arquitetura
- 2 gabinetes de advocacia

- 1 estabelecimento de cortinados e decoração
- 3 drogarias
- 1 posto da GNR
- 3 gabinetes de contabilidade
- 3 lojas de eletrodomésticos
- 1 empresa distribuidora de café
- 1 empresa distribuidora de café e tabaco
- 7 empresas de canalização e eletricidade
- 1 farmácia
- 3 floristas
- 1 frutaria
- 2 garrafeiras
- 1 estabelecimento de informática
- 1 motel
- 9 mini-mercados
- 1 museu e biblioteca
- 2 lojas de móveis
- 2 policlinicas
- 6 oficinas de reparação automóvel
- 2 oficinas de montagem de pneus, calibragem e alinhamentos
- 5 oficinas de velocípedes
- 2 ourivesarias
- 2 padarias
- 2 papelarias - livrarias
- 1 peixaria
- 4 peixeiros ambulantes
- 1 pastelaria de fabrico próprio
- 4 pensões – residenciais (20 quartos)
- 3 postos de venda de combustíveis
- 4 lojas de pronto a vestir
- 1 retrosaria
- 1 loja de vestuário e artigos desportivos
- 12 restaurantes
- 2 sapatarias
- 4 agências de seguros
- 1 stand de venda de motos
- 8 stands de venda de carros
- 4 stands de venda de camions
- 2 talhos
- 2 empresas de transportes públicos e turismo
- 5 táxis
- 2 torneiros mecânicos
- 10 empresas de transportes nacionais e empresariais de mercadorias
- 4 estabelecimentos de utilidades domésticas.

VI – Equipamento sociais

A população de Monte Redondo dispõe de com junto de equipamentos sociais:

1. Edifícios públicos

- Sede da Junta de Freguesia
- Cemitério
- Mercado retalhista
- Lavadouro

2. Outros serviços

- Estação dos C.T.T.
- Casa do Povo
- Junta de Freguesia
- Posto da Guarda Nacional Republicana
- Quartel de Bombeiros Voluntários

3. Desporto

- Pavilhão polidesportivo
- Campo de futebol

4. Educação e Cultura

- Agrupamento Vertical de Escolas de Monte Redondo (Sede)
- Casa da Criança e Jardins de Infância
- Escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico
- Cantina Escolar
- Colégio Doutor Luís Pereira da Costa (Ensinos Básico e Secundário)
- A.T. L.
- Museu do Casal de Monte Redondo
- Biblioteca do Museu do Casal de Monte Redondo
- Escola de Música (Filarmónica N.ª. Sr.ª. da Piedade)

5. Transportes

- Estação de Caminhos de Ferro (C. P.)
- Serviço de “Expressos” da Rodoviária Nacional
- Serviço de carreiras da Rodoviária Nacional
- Táxis
- Transportes nacionais e internacionais

6. Saúde e Solidariedade Social

- Centro de Saúde
- Consultórios médicos (clínica geral e de especialidades)
- Clínicas dentárias
- Farmácia
- Análises clínicas (Postos de recolha de sangue)

- Posto de saúde
- Policlínicas
- Serviço de ambulâncias
- Centro de Dia (e apoio domiciliário) N.º. Sr.ª. da Piedade

7. Outros serviços e estruturas

- Fundação Bissaya Barreto (edifício do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa)
- Salão Paroquial (com capacidade de realização de sessões de teatro e de cinema, com cerca de 500 lugares e equipado com cozinha, para festas e convívios)
 - Recinto da ‘Feira dos 29’
 - Largo público (c/ Monumento ao ‘Mortos da Grande Guerra’)
 - Fontenário público (construído em 1940)

8. Equipamentos religiosos

- Igreja Paroquial (Orago: N.º. Sr.ª. da Piedade)
- Pároco e Residência Paroquial
- Capela de Fonte Cova (Orago: N.º. Sr.ª. da Conceição)
- Capela da Sismaria (Orago: N.º. Sr.ª. do Amparo)
- Capela do Casal Novo (Oragos: Senhor das Almas e N.º. Sr.ª. da Boa Morte)
 - Capela do Grou (Orago: N.º. Sr.ª. da Boa Viagem).

VII - Associações e Coletividades

Na freguesia, além das coletividades acima referidas, existem ainda:

- Agrupamento de Escuteiros 1054 (Monte Redondo)
- Associação do Património Natural e Cultural de Monte Redondo
- Motor Clube de Monte Redondo
- Sociedade Filarmónica N.º. Sr.ª. da Piedade (Monte Redondo)
- Defensores – Associação ecológica que se dedica, essencialmente, ao cicloturismo
 - ARCUDE – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Grou
 - Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Cooperativa da Sismaria
 - Rancho Folclórico ‘Rosas da Alegria’ (Sismaria)
 - GDR - Grupo Desportivo e Recreativo do Casal Novo
 - Grupo Cultural e Recreativo ‘Os Magníficos’ (Lavegadas)
 - Boletim Informativo de Monte Redondo (www.monteredondo.net)

VIII – Festas, feiras e romarias

Dadas à quantidade e qualidade das associações existentes são realizadas, em toda a freguesia, por ano inúmeras atividades culturais, recreativas e desportivas: folclore, exposições e várias festas em todas as coletividades. As tradicionais festas religiosas, de cariz popular são

organizadas na igreja matriz e nas restantes capelas. Algumas delas têm grande significado e tradição, das quais passamos a destacar:

Na sede da freguesia, na Igreja Matriz, são realizadas as seguintes festas religiosas, sendo a primeira em honra de N^a Sr^a da Piedade, padroeira da freguesia e é realizada normalmente no último fim de semana de maio; a segunda, em honra do Sagrado Coração de Jesus, costuma realizar-se no primeiro fim de semana de outubro. Durante a Quaresma, no Domingo de Ramos, tem ainda lugar a tradicional procissão do Senhor dos Passos. Estas festas que são de tradição muito antiga, trazem sempre a si a participação de muitas pessoas.

Em todas as capelas organizam-se festejos, em honra dos padroeiros. Destes, destacam-se:

No lugar do Grou, a festa de N^a Sr^a da Boa Viagem, que ocorre no segundo fim de semana de agosto; em Fonte Cova, a festa em honra de N^a Sr^a da Conceição, realizada no segundo fim de semana de julho; no Casal Novo, a festa em honra do Sr. das Almas e é celebrada no último fim de semana de julho; na Sismaria, no fim de semana que antecede o Carnaval é realizada a festa em honra de Santo António.

Para além destas, é tradicional decorrer no terceiro fim de semana de junho, na sede da freguesia, as marchas de São João e a feira de atividades económicas (organizadas pelo Motor Clube).

Existe ainda, há mais de 150 anos, a feira mensal dos 29, que ocorre na sede da freguesia, no dia 29 de cada mês.

IX – Infraestruturas e acessibilidades

Monte Redondo está inteiramente servido por rede de abastecimento de água, rede elétrica, por telefones, por distribuição domiciliária de correspondência a partir da sua estação dos CTT.

Salienta-se ainda os 180 ha. do Parque Industrial, que está em fase de desenvolvimento e que vai ser uma importante “mais valia” para a freguesia.

A povoação de Monte Redondo é atravessada por uma rede de estradas, nacionais e municipais. Destacam-se, a estrada nacional, n^o 109, que liga a capital do concelho e do distrito, Leiria, à Figueira da Foz. Num futuro próximo, também será servida pela A17, através do nó de Monte Redondo, que a ligam diretamente aos centros urbanos mais importantes da região.

Da sede da freguesia partem as seguintes vias:

- E.N. n^o 109-9, liga a sede da freguesia à Praia do Pedrógão
- C. M. n^o 531, segue em direção à Bajouca
- C.M. n^o 1202, segue em direção às Lavegadas

- E.N. n° 1193, segue em direção a Fonte Cova e Matas Nacionais Da Aroeira, seguem as estradas:
 - C. M. n° 1204, em direção aos Montijos
 - C. M. n° 1203, para a Sismaria
- Do Paço, segue a C. M. n° 1194, em direção ao Braçal.
- A C. M. n° 1167 entronca na C.M. n° 531, ligando a sede da freguesia ao Casal Novo.

X – Motivação

A população de Monte Redondo é muito laboriosa e desenvolve a sua atividade económica em diversos setores, em crescimento. O desemprego é inexistente. Possui um conjunto de equipamentos sociais e está dotada de acessibilidades aos principais centros urbanos.

Assim, a elevação da povoação de Monte Redondo a Vila, pela vontade das suas gentes, constitui um ato de forte estímulo para a afirmação do espírito empreendedor dos seus habitantes e para o desenvolvimento sustentado da freguesia, contribuindo para atrair novos investimentos, particularmente para o parque industrial em construção, com reflexos na animação dos circuitos económicos locais e regionais.

Constitui ainda o reconhecimento pelas tradições e pelos direitos de cidadania da sua população, assentes na participação cívica dos seus habitantes e nas razões de natureza histórica, geográfica, social, cultural e económica, que estiveram na origem do desenvolvimento da povoação e da sua freguesia.

Nestes termos e nos da Lei n° 11/82, de 2 de junho, a povoação de Monte Redondo reúne as condições para ser elevada à categoria de Vila.

XI – Artigo único

A povoação de Monte Redondo, no concelho de Leiria, é elevada á categoria de Vila.”

Este documento deu entrada na A.R. em 01/07/2004¹⁰⁶ foi Admitido em 06/07/2004 e nessa data deu baixa à Comissão de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente. Foi aprovado por unanimidade pela Comissão em 07/12/2004 e discutido na generalidade e Aprovado em 09/12/2004 [DAR I série N°.21/IX/3 2004.12.10 (pág. 1339-1339)]. A votação final global teve lugar na Reunião Plenária n° 21, da mesma data. Transcreve-se o Decreto de publicação do Decreto da Assembleia 217/IX.

106 Subscrito pelo Deputados: José António Silva (PSD), Manuel Oliveira (PSD) e Paulo Batista Santos (PSD).

DECRETO N.º 217/IX ELEVAÇÃO DE MONTE REDONDO À CATEGORIA DE VILA

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, a lei seguinte:

Artigo único

A povoação de Monte Redondo, no município de Leiria, é elevada à categoria de vila.

Aprovado em 9 de dezembro de 2004

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,
(João Bosco Mota Amaral)”

Figura 27 – Vila de Monte Redondo



Xadrês Geográfico

Como em tempo assinalou O. Ribeiro (1960, 65), a geografia humana tem como alvo principal o homem, “componente da paisagem, chamando paisagem à fisionomia exterior das regiões”. De realçar que esta marca da ação humana sobre o meio, como resultado da marcha das civilizações, traduz etapas de um longo processo de evolução baseado na exploração dos recursos primários e na integração de diferentes tecnologias que se divulgaram com a revolução industrial, a utilização da máquina a vapor e a difusão da energia elétrica. Por isso as marcas sobre a paisagem atestam, no dizer do referido autor (Ribeiro, 1955, 194), na “expressão das relações entre o homem e a terra” o resultado, “por um

lado, das condições naturais e por outro, da forma de colonização, modos de vida, sistema de exploração (...).”

Tendo em conta que os estudos de natureza geográfica têm vindo a abarcar espaços cada vez mais alargados - que não só as unidades de paisagem que inicialmente chamaram a atenção dos geógrafos e naturalistas -, outros autores têm refletido sobre os fenómenos relacionados com a ação do homem sobre o território e os cenários mais específicos relativos às formas de povoamento humano. Outras preocupações vão ao encontro das relações entre si e do espaço construído que evidenciam determinadas configurações territoriais e sociais decorrentes desta ação humana.

Ao homem “não só na sua vida hodierna como na longa caminhada que as civilizações percorrem no tempo, enriquecendo-se ou deteriorando-se” (Ribeiro (1961,15), tem competido alterar as paisagens tradicionais através de novas tecnologias e formas de organização do espaço, alterando os traços que os identificam. Assim podemos falar em territórios com características rurais, se marcados por atividades agrícolas intensivas ou extensivas; de territórios urbanos, se marcados pela ocupação densa em centro de maiores dimensões e, mais recentemente, em territórios mistos, onde os traços de uma maior concentração humana se diluem de forma difusa pelo campo contribuindo para uma dispersão acrescida dos núcleos populacionais e das infraestruturas económicas. A apreciação destes traços naturais e humanos permitiu a O. Ribeiro (1970, 317) identificar “regiões geográficas” (ou naturais), que devem ser “definidas por certa homogeneidade de caracteres comuns a cada uma delas e pela diferenciação com as regiões vizinhas”. Mais ainda (loc. cit.), “Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra: uma unidade ou padrão de paisagem, portanto”.

Se aplicado a grandes áreas do território, este autor dividiu do território nacional em grandes regiões e não hesitou em afirmar que o seu traçado depende da extensão das “influências mediterrânicas e atlânticas” (Ribeiro, 1967), preconizando a divisão de Portugal em três grandes divisões: Norte Atlântico, Norte Trasmontano e Sul. De acordo com estes critérios, a Estremadura Setentrional é considerada como uma unidade geográfica distinta da sua parte meridional e do seu flanco oriental preenchido pelo maciço calcário estremenho, sendo que de que a bacia hidrográfica do Lis pode servir de charneira. Se analisadas a uma escala mais reduzida, a nível da freguesia ou concelho, verificamos que

os traços que nos servem de referência à identificação de regiões de menores dimensão acusam a influência de diversos fatores, que não só os climáticos ou os relacionados com a vegetação.

Os domínios de grandes civilizações, como a civilização agrária do mundo mediterrânico assente na cultura cerealífera, em culturas irrigadas e em trabalho intensivo, realçam ainda formas materiais diferenciadas e um património humano muito diversificado que decorre da intensificação de novas atividades relacionadas com a exploração dos recursos naturais e o seu comércio ou de processos de industrialização. Por isso encontramos testemunhos que fazem transparecer as etapas de um longo processo civilizatório iniciado nos centros de atração demográfica de natureza urbana, em processos de urbanização, de diferenciação do espaço, de mobilidade humana e de intensas relações sociais e culturais entre os habitantes.

Estas são as razões que nos fazem evocar as paisagens geográficas atuais como constituídas de diferentes elementos, interligados entre si e mostrando cada vez mais as teias e as relações complexas entre a natureza, o homem e as tecnologias, na construção de verdadeiros mosaicos territoriais. A distribuição multifacetada dos componentes de uma paisagem rural e urbana, de um centro de mercado pelas atividades comerciais ou mesmo pela indústria, apresentam um xadrês multifacetado de elementos, de traços arquitetónicos, de materiais, de cores ou tão só de uma ação humana que vai do completo abandono à recuperação de áreas e de terrenos degradados, até às novas formas de ordenamento rural e urbano. É neste sentido que usamos a designação de xadrês geográfico querendo assim evocar o predomínio de um espaço rural, marcado pela importância de um lugar central, a sede da freguesia e a constelação de lugares associados às novas formas de ocupação ou de aproveitamento do espaço da Vila e dos lugares próximos. Neste caso a paisagem rural, tradicional, tem vindo a alterar-se e a registar unidades territoriais marcadas por uma ocupação de tipo urbano, por novas formas de ocupação rural, pelo traçado de vias de circulação ou tão só pelo abandono de áreas cultivo e de residência.

A observação destas formas de organização territorial permite uma leitura diacrónica do tempo e do espaço, bem como das relações sociais que se estabelecem entre os diversos atores e fatores geográficos reveladores de diferentes etapas ou estádios de desenvolvimento sócio-económico e humano, que interessam à geografia. A esta ciência cabe, portanto, desempenhar uma função explicativa, de caráter compreensivo, e debruçar-se sobre a realidade cultural e social dominante no território - quer se tratem de espaços rurais ou de espaço

urbanos - e sobre os traços de unidade e de diversidade que traduzem evidentes assimetrias espaciais e sociais. Estas desigualdades são geradoras de tipos de acessibilidade (física, sócio-económica e cultural) diferenciadas, o que obriga a posturas diferentes no âmbito do planeamento territorial e social.

Mesmo que trabalhando à escala de unidades mais pequenas como os lugares, as imagens que retemos do xadrês geográfico é revelador da intensidade de ações e de intervenção humanas que marcam o estágio de desenvolvimento de um, qualquer lugar ou território.



Zoneamento e ocupação do espaço

A ocupação do território português foi um processo lento, durante o qual sofremos ação de diversas influências de povos que em vagas sucessivas foram dando corpo a pequenos núcleos de povoamento junto à costa ou por razões de defesa ou proveniência, mais no seu interior. Note-se que mesmo escasseando referências à ação e à presença das diversas civilizações mediterrânicas que influenciaram este torrão litoral a norte do rio Lis, não deixamos de evocar as vicissitudes por que passaram os primeiros colonos na sua luta insana contra a natureza e a posse da terra. Tal veio a verificar-se em relação a Leiria e ao seu termo imediato (segundo Vasconcelos, 1980.II, 350 - termo: "arredores de povoação"), quer em relação às demais freguesias, que em tempo fizeram parte da paróquia de Monte Redondo e dela se desmembraram para se constituírem como freguesias independentes: caso de Coimbrão e da Bajouca.

Comprova-o a descrição de C. Morais (1936, 36) anteriormente assinalada sobre a natureza plana e sedimentar desta área, coberta de pinheiro e de campos de milho, muito exigente em humidade e precipitação. Prossegue afirmando: "Para essa cultura o principal elemento depois da água, que rapidamente se some na terra, é o estrume constituído pelos detritos do Pinhal, ao qual a região deve toda a sua importância, o que deve ter constituído a causa da fundação das povoações. Foram o estrume, a lenha, as madeiras que valorizaram a região e deram origem a um dos melhores centros industriais do país."

Sobre o seu enquadramento regional diz ainda o referido autor:

"Pelo norte e nordeste a região confina com as férteis baixas do Lis que, segundo o Dr. Manuel Heleno, ilustre Diretor do Museu

Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, de Belém, foram já ocupados por uma população numerosa do Neolítico, tendo sido o chamado Paul de Ulmar, que se estende pelos campos inundados pelo rio Lis, motivo da atenção especial de D. Diniz, pelo seu grande valor. Para o norte, passada esta baixa, segue o mesmo aspeto a chamada Gândara de Monte Redondo, por Pereira de Sousa, até ao Mondego...”

Tal como observou O. Ribeiro (1968, 110) em relação a outras áreas do mundo mediterrâneo, também aqui a ação do homem - considerado “mais um elemento da fisionomia dos lugares, que a sua presença anima e, há milénios, vem penosamente modelando” - contribuiu para reforçar a existência dos pequenos casais e dos núcleos de povoamento mais ancestrais existentes neste território. A apreciação desta realidade permite apreciar o conjunto de transformações demográficas, sociais e económicas registadas no decurso das últimas décadas em toda esta área e que contribuíram para o desenvolvimento desta comunidade.

No âmbito dos estudos ligados ao desenvolvimento regional, observou S. Lopes (1987, 23) que devemos encontrar no espaço geográfico os sinais evidentes dessa mudança uma vez que “o espaço tem uma definição geográfica, tem uma definição histórica, tem uma definição económica, tem uma definição social”. Nesta perspetiva e de acordo com o que escreve o mesmo autor (op. cit., 19), a organização espacial expressa um determinado desenvolvimento económico e social, continuado no tempo e promovido pela acção humana o qual “pressupõe justiça, harmonia, equilíbrio, numa dupla perspetiva: espacial e temporal”.

Sendo certo que “a forma como se distribuem no espaço os homens e as atividades não provém do acaso e a afirmação de que os processos sociais que estruturam o espaço urbano exprimem os determinismos de cada tipo e de cada período de organização social (...)” (op. cit., 24), notamos localmente a existência de um conjunto de infraestruturas, sobretudo de natureza física, económica e cultural que contrastam com a realidade de há duas ou três décadas atrás, quando a base da economia local assentava quer nas atividades agrícolas de subsistência, quer na industrialização primária. Essa imagem constituía o traço dominante da sociedade portuguesa que nas últimas décadas registou uma queda das atividades produtivas de cariz agrícola.

Com a quebra destas atividades, a emigração e o crescimento das atividades económicas nos principais centros urbanos, em particular em Leiria, abriram-se novas oportunidades de emprego que contribuíram para a fixação de novos moradores e para o alargamento do espaço rural. A abertura das novas vias de comunicação tem facilitado. As

novas regras de ocupação do espaço ditadas pelo Plano Diretor Municipal (PDM) de Leiria, condicionam essa ocupação em áreas de solos agrícolas, de reserva ecológica nacional, na proximidade de linhas de água e noutras circunstâncias aí definidas. De realçar a pertinência do ordenamento físico do território como um processo de reorganização da ocupação do solo, de racionalização das infraestruturas, de preservação do ambiente e também de um melhor aproveitamento dos recursos geográficos que ornaram a superfície terrestre neste e nas demais freguesias do município de Leiria.

Figura 28 - Vista aérea de Monte Redondo (1991)



Foto: Mário Sérgio



Nota final

As notas anteriores relativas à freguesia, à paróquia de Monte Redondo e ao seu termo, ajudam-nos a compreender a história e a importância desta povoação na constelação de lugares que se situam na sua periferia. Com efeito embora com outras características na atualidade, a vida de relação desta freguesia é ainda hoje dominada, nos seus aspetos comerciais, administrativos, de serviços e religiosos, pela

centralidade da sua sede que se constitui como o nó de relações de um território mais vasto que ultrapassa os limites administrativos mais antigos. Globalmente este território apresenta os traços de uma ocupação humana remota, marcada pela luta constante entre o homem e a natureza. Em causa esteve em toda esta área não a conquista de novos terrenos ao mar, mas sim o seu enxugo e drenagem, conseguida depois da florestação e da fixação das dunas, bem como o arroteamento e a fertilização das areias siliciosas e estéreis carregadas pelas correntes e pelos ventos marinhos.

Como primeiros agentes desta transformação contam-se os colonos mais antigos, vindos eventualmente por mar e já por terra, que tiveram o ensejo de desbravar este solo pouco fértil, construído sobre as areias, muitas delas de duna, que cobrem a maior parte do litoral português. E contrariamente ao que se verificou noutras terras próximas do oceano, esta fertilização foi conseguida a partir da utilização de materiais orgânicos provenientes da própria cobertura vegetal, misturados com os detritos fornecidos pelos animais domésticos. São traços dominantes desta paisagem a cobertura vegetal, dominada fundamentalmente pelo pinheiro marítimo - outrora pelo pinheiro manso - em associação com outras espécies subarbustivas que encontraram nestes terrenos siliciosos as melhores condições para a fixação e desenvolvimento.

Cortada por diversas linhas de água, que se orientam para o meio-dia, esta cobertura vegetal tem sido há muito explorada quer diretamente para a construção civil, quer para a indústria e para exploração da resina, sendo o mato aproveitado, fundamentalmente, para o fabrico de estrume e fertilização dos solos. Antes da divulgação do gás natural e da eletricidade, os subprodutos da floresta foram largamente utilizados na vida doméstica, sendo aproveitados como fontes de combustível. Foi esta cobertura vegetal que se assumiu, durante séculos, como uma das principais fontes de riqueza e suporte da fixação dos novos habitantes, estando na origem do aparecimento de indústrias - serração de madeiras - responsável pelo crescimento económico desta sub-região litoral.

Para além da exploração florestal mencionámos como atividades dominantes a criação de gado e a agricultura intensiva de regadio, que juntamente com algumas áreas de cultura de sequeiro, permitem desenhar manchas agrícolas de certa extensão. Embora rareando em extensão os cereais dominantes, especialmente o milho (outrora o arroz), associam-se em parcelas marcadas por uma policultura intensiva, a outras culturas de natureza atlântica, de que se destacavam o feijão e a abóbora. Por sua vez a existência de alguns primores e de certas espécies

de frutos, nomeadamente a vinha, as oliveiras e os citrinos, dão-lhes uma feição mediterrânica, que se acentua nas terras mais para sul.

Ocupando parte desta área litoral que vai das Gândaras do Lis à Charneca do Linho, encontram-se as terras de Monte Redondo cujas raízes históricas emergem, como unidade administrativa autónoma da freguesia vizinha do Souto da Carpalhosa, aos finais do século XVI. Este acontecimento é indissociável do processo encetado por D. João III que, nos finais do segundo quartel do século XVI, "obteve do papa a criação de uma sede episcopal em Leiria e elevou-a à categoria de cidade" (F. Martins, 1949, 88). No começo do século seguinte e em consequência da criação do Bispado novo de Leiria e das novas paróquias, este território foi aproveitado para a constituição da freguesia do Coimbrão, facto que se repetiu durante a segunda metade do nosso século quando a freguesia de Monte Redondo de novo se desmembrou para dar lugar à criação da freguesia da Bajouca.

Constituem espinhas dorsais da sua acessibilidade e desenvolvimento, a linha de Caminho de Ferro do Oeste e a Estrada Nacional nº. 109, com a sua rede de vias conexas. Estas condições mostram como a vida de relação e a história locais são indissociáveis do processo de desenvolvimento de toda a área circundante, dominada pelas atividades de natureza agrícola e florestal, pelas atividades industriais e pela relação próxima com outros centros, nomeadamente a cidade de Leiria. Note-se que globalmente toda a grande área centro-litoral ocupada pelo concelho de Leiria e concelhos limítrofes, enquadra-se na mesma área geográfica referindo por isso a mesma identidade de aspetos de natureza física e humana, mas também aspetos similares no que concerne às perspetivas e à dinâmica do seu crescimento. Daí o entendermos, no âmbito das políticas sociais e sectoriais de desenvolvimento do território, os esforços desencadeados pelo poder central e pelas autarquias de forma a garantirem os mesmos níveis de desenvolvimento e de bem-estar sócio-económico e cultural às populações desta área, com reflexos evidentes sobre a qualidade e o nível vida da população aqui residente.

Foi anteriormente realçado o esforço destas gentes na luta adversa contra a natureza mas faltou assinalar as questões de natureza social relacionadas quer com a evolução da sociedade rural tradicional e a perpetuação do seu equilíbrio estrutural (Mendras, 1977.I, 440), quer com a posse e a transmissão da terra, quer ainda com a convivência entre os diferentes grupos sociais - dominados e dominadores - que aqui residiram e se estabeleceram. Faltou, ainda, uma referência às élites locais entendidas, como assinala Rocher (1981.V, 19), como "as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que

exercem, contribuem para a ação histórica duma coletividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas ideias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam”. Localmente estas também se fizeram sentir a par da ação das elites tradicionais, cuja influência “decorre de ideias, de crenças ou de estruturas sociais cujas raízes remontam a um passado longínquo” (Rocher, 1981.V, 21) e das elites de propriedade, investidas “de autoridade ou poder em consequência dos bens que possuem, dos capitais que detêm” (op. cit., 23).

Dadas as características da sociedade local não nos parece ter havido representação de outros tipos de elites embora se tenha(m) verificado a ação de indivíduos, ou mesmo de grupos sociais mais reduzidos, que exerceram autoridade e influência sobre os demais. Um estudo detalhado sobre esta realidade poderia demonstrá-lo. É nosso entender que a ação e a influência destas pessoas ou grupos sociais foi determinante em diversos momentos do percurso da evolução histórica da sociedade local, associando-se à “pluralidade de fatores” (Rocher, 1981.IV, 115) que atuaram simultaneamente e em interação recíproca, alterando as condições locais de desenvolvimento sócio-económico. Como fenómeno social, o mesmo continua nos nossos dias.

Como se verificou através dos exemplos mencionados no texto, os recursos demográficos pesaram igualmente determinando o sentido da evolução material, económica e social da população. Como assinala Rocher (op. cit., 123), o crescimento demográfico foi um “fator favorável ao desenvolvimento económico e social” porque se conjugou com a ação de outros, nomeadamente do fator económico, marcado pela “presença de certos recursos potenciais; e, por outro, com um fator cultural: a capacidade de desenvolver as técnicas necessárias”.

A conjugação e as sinergias destes fatores permitiram, em nosso entender, o equilíbrio e a mudança que garantiram a interação e as relações de dependência mútua necessárias à evolução e ao desenvolvimento deste sistema social. De facto tal como a análise do território testemunha na sua evolução e estrutura compósita e diferenciada, também os agrupamentos sociais revelam, nos seus diferentes níveis de análise, sentimentos distintos de utilidade e de apropriação do espaço físico, do espaço cultural e de relação construído ao longo do tempo pelas condições de vida ou de existência.

Esta observação reforça a essência do conhecimento geográfico, baseado na observação, na descrição e na interpretação, como o recomendou Orlando Ribeiro (1970, XVI) e da aplicação de metodologia baseada no “ordenamento de factos e reflexão acerca do modo como se encadeiam e podem compreender as suas correlações”

(loc. cit.), que nos obriga à sua explicação recente. A utilização desta metodologia enquadra a análise do território, do povoamento e da sociedade no seu todo, permitindo algumas referências a aspetos do desenvolvimento local. Por desenvolvimento, entendemos o processo conducente à melhoria das condições de vida da população e à mudança das estruturas da sociedade, que resulta de diferentes ações locais ligadas ao crescimento ou seja, de ações concretas levadas a cabo pelo poder central, pelos municípios ou por cidadãos, traduzidos em investimentos diretos, com o intuito de criar riqueza e/ou melhorar as condições de vida, de bem-estar cultural e sócio-económico, dos habitantes.

Estas referências justificam-se tendo em conta os pressupostos básicos justificativos de iniciativas orientadas para o progresso económico e social da população residente num determinado território, unida por laços de solidariedade e interação comuns. Estas ações visam o bem-estar dos cidadãos e devem abarcar diversos aspetos e dimensões:

- a) aspeto económico, relacionado com o funcionamento da atividade económica;
- b) dimensão social, relacionada com o acesso à educação e à participação coletiva nos processos de produção;
- c) dimensão política, relacionada com a formação da população de acordo com as ideologias no poder;
- d) dimensão cultural, considerando o desenvolvimento global de cada homem e de todos os homens.

Como nota Azevedo (2006, 30), “a educação desempenha um eixo central no desenvolvimento comunitário se atentarmos no seu potencial de construção de individualidade, de responsabilidade, de sociabilidade e de sentido de comunidade, de ‘saber viver juntos’ (Unesco)”. Daí que o lançamento de iniciativas orientadas para determinados grupos de cidadãos, reunidos em comunidades, exijam a participação dos cidadãos, o levantamento das necessidades de intervenção e um pensamento crítico e construtivo sobre essas necessidades e a forma de as ultrapassar.

Estes os aspetos fundamentais que nos preocuparam neste texto. Outros não foram abordados ou ficaram mesmo sem resposta. Contudo desejaríamos que muitas das questões não respondidas pudessem ser aprofundadas por outros autores e que as respostas por nós encontradas pudessem servir de consulta a todos os que se preocupam com o passado, com o presente e o futuro desta terra e comunidade e, acima de tudo, com o seu bem-estar e desenvolvimento humano e cultural, integral e sustentado.



Índice de Figuras

Figura 1 - Carta Militar de Portugal.....	5
Figura 2 - Variação anual da precipitação e temperaturas médias entre 1960 e 1970, na estação de Monte Real.....	72
Figura 3 - Isolinhas de humidade (Parcial).....	72
Figura 4 - O Casal de Monte Redondo Sec. XIII a XV.....	88
Figura 5 - Estrutura etária da população portuguesa: NUT II (2011).	104
Figura 6 - Estrutura Etária da Freguesia de Monte Redondo em 1991 e em 2001. ...	106
Figura 7 - Monte Redondo - Estrutura etária da população residente (2011).....	107
Figura 8 – Emigração total por concelhos 1955 - 1974.....	116
Figura 9 - População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro, por ano de regresso a Portugal (2011).....	123
Figura 10 - Município de Leiria: território de contacto entre a Estremadura e a Beira Litoral	142
Figura 11 - Monte Redondo: rede hidrográfica e níveis de erosão	160
Figura 12 - Carta Hipsométrica por Freguesias.....	160
Figura 13 - Planta funcional de Monte Redondo: 1966.	168
Figura 14 - Secção 01.....	225
Figura 15 - Secção 02.....	225
Figura 16 - Secção 03.....	226
Figura 17 - Secção 04.....	226
Figura 18 - Secção 05.....	227
Figura 19 - Secção 06.....	227
Figura 20 - Paróquia de Monte Redondo: movimento de Batismos e de Óbitos (1911-1999).....	233
Figura 21 - Monte Redondo: crescimento da população (1911-1990)	235
Figura 22 - Carta Geológica de Portugal	248
Figura 23 - Monte Redondo: evolução demográfica (1864-2011).....	286
Figura 24 - Variação da população residente: 2001-2011	288
Figura 25 - Salinas da Junqueira	308
Figura 26 - Praça Central da Vila de Monte Redondo	362
Figura 27 –Vila de Monte Redondo.....	388
Figura 28 - Vista aérea de Monte Redondo (1991).....	393



Índice de Tabelas

Tabela 1 - População residente segundo o nível de escolaridade atingido – 2011	37
Tabela 2 - Recenseamentos em Monte Redondo e Bajouca.....	48
Tabela 3 - Recenseamento de 2011 – Situação por Lugares.....	57
Tabela 4 - População residente e “funções centrais” representadas nos “lugares centrais”	67
Tabela 5 - População residente, por grupos etários: 1997 e 2011.....	100
Tabela 6 - Portugal: Situação demográfica.....	102
Tabela 7 - Indicadores demográficos (1997 e 2011).	103
Tabela 8 - População residente: variação entre 2001 e 2011 (%).	108
Tabela 9 - Situação demográfica 2001 - 2011.....	144
Tabela 10 - Secção 01.....	225
Tabela 11. - Secção 02.....	225
Tabela 12 - Secção 03.....	226
Tabela 13 - Secção 04.....	226
Tabela 14 - Secção 05.....	227
Tabela 15 - Secção 06.....	227
Tabela 16. - Freguesia de Monte Redondo – 2011.....	228
Tabela 17 - Numeramento de 1527.	275
Tabela 18 - Monte Redondo: estimativas da população.....	276
Tabela 19 - Censo de 1801: fogos, população e seu movimento.	282
Tabela 20 - Resumo da variação da população.	287
Tabela 21 - Monte Redondo: população residente, ativa, por setores de atividade. ..	291
Tabela 22 - População residente economicamente ativa (sentido restrito) e empregada, segundo o sexo, o ramo de atividade e taxas de atividade.	292
Tabela 23 - População residente e desempregada (sentido restrito), segundo a condição de procura de emprego e sexo, taxas de desemprego (sentido restrito).	293
Tabela 24 - Recenseamento 2011.....	296
Tabela 25 - Situação da população e residência em 2011.....	358



Bibliografia

I – GERAL

- ARH (2001) - Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Lis; 1ª fase – Análise e diagnóstico da situação atual. Anexo 4 – Recursos hídricos subterrâneos.
- Aron, Raymond (1982) - As etapas do pensamento sociológico. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, Ltª.
- Arroteia, Jorge Carvalho (2008) – Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (2007) – A população portuguesa: memória e contexto para a ação educativa. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1998) - Emigração a segunda geração de emigrantes: perspetivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural. Monte Redondo, Museu do Casal de Monte Redondo.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1985) – Portugal: perfil geográfico e social. Lisboa. Livros Horizonte.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1983) - A emigração portuguesa: suas origens e distribuição. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Livraria Bertrand (Biblioteca Breve, 79).
- Azevedo, Manuel Joaquim (2006) - Redes, territórios e comunidades de aprendizagem. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (Relatório de disciplina – Policopiado).
- Baud, P., Bourgeat, S. & Bras, C. (1997) - Dictionnaire de Géographie. Paris, Hatier.
- Bilhin, João (2004) – A governação nas autarquias locais. Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Birou, A. (1978) – Dicionário de Ciências Sociais. Lisboa, Publicações Dom Quixote (4ª Edição).
- Blache, Vidal de la (1954) - Princípios de Geografia Humana. Lisboa, Edições Cosmos.
- C.E.P. (1977) — Desequilíbrios regionais. Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento.
- CML (2010) - Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios. Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

- Caldas, E. C. e Loureiro, M. S. (1966) – Regiões homogêneas no continente português. Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária - Fundação Calouste Gulbenkian.
- Charbit, Y. e Bertrand, C. (1985) — "Les enfants de migrants restés ou revenus dans les pays d'origine du bassin méditerranéen". in: *Revue Européenne des Migrations Internationales*.1, 1, pp. 81-102.
- Claval, Paul (1987) - Geografia do homem: cultura, economia e sociedade. Coimbra, Livraria Almedina.
- Claval, Paul (2001) – Epistémologie da la Géographie. Paris, Nathan.
- Conseil de l'Europe (1978) — Rapport sur les migrants de la deuxième génération. Strasbourg. Conseil de l'Europe.
- Conseil de l'Europe (1981) — La migration européenne dans les années 1980 — tendances et politiques. Strasbourg, Conseil de l'Europe.
- Costa, Pe. António Carvalho da (1708) - *Corographia Portuguesa e descripçam topographica do famosos Reyno de Portugal*. (II vols.) Lisboa, Of. de Valentim da Costa Deslandes.
- Costa, Américo (1930) - *Diccionario Chorographico de Portugal continental e insular*. (XII vols.) Vila do Conde, Typographia Privativa do Diccionario Chorográfico.
- Cruz, Marques (1996) – *A Alta Estremadura: romance gastronómico*. Leiria, A 10ª Musa Editores.
- De Martonne, Emmanuel (1953) – *Panorama da Geografia*. Lisboa, Edições Cosmos.
- Dias, Maria Helena (2003) – “As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal”. in: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I série, Volume XIX, Porto, pp. 383-396.
- Dias, Maria Helena e Rossa, José Manuel (2008) – *Dos Serviços Cartográficos ao Instituto Geográfico do Exército – 75 anos de atividade a servir Portugal*. Lisboa, I.G.E., 11
- Durkheim, Emile (1977) - *A divisão do trabalho Social (I e II)*. Lisboa, Editorial Presença (II volumes).
- Durkheim, Emile (1968) – *Sociologie et éducation*. Paris, P.U.F.
- Evangelista, João (1971) - *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística - Centro de Estudos Demográficos.
- Fernandes, A, de Almeida (1993) – *Livro de doações de Tarouca*. Braga, Câmara Municipal de Tarouca.

- Ferreira O. & Galante, M. (2004) - Mata nacional de Leiria: sinopse do grande incêndio florestal de agosto de 2003. In: www.esac.pt/cernas/cfn5/docs/T5-59.pdf em 12 SET11
- Fonseca, Rui M. Passadouro (1991) – Diagnóstico da situação de saúde do concelho de Leiria – 1991. Leiria, Administração Regional de Saúde – Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio (Policopiado).
- Galhano, F. (1978) – Moinhos e Azenhas de Portugal. Lisboa, Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos e Secretaria de Estado da Cultura.
- Galego, Júlia e Daveau, Suzanne (1986) - O numeramento de 1527-tratamento cartográfico. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/ Universidade de Lisboa.
- Gaspar, Jorge (1993) - As regiões portuguesas. Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território/SEPDR.
- Gaspar, Jorge (1987) - Ocupação e organização do espaço: retrospectiva e tendências (Vol I de: “Portugal: os próximos 20 anos”). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- Gaspar, Jorge (1972) - A área de influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa (Memórias do Centro de Estudos Geográficos).
- Gazeneuve, J. & Victoroff, D. (1982) - Dicionário de Sociologia. Lisboa, Verbo.
- George, Pierre (1982) - “Geografia Humana”. in: Gazeneuve, Vitoroff, pp. 172-182
- George, Pierre (1972) - Sociologie et Géographie. Paris, Presses Universitaires de France.
- George P., Guglielmo, R, Lacoste, Y. et al. (1966) – A Geografia ativa. São Paulo, Difusão Européia do Livro / Editora da Universidade de São Paulo.
- Giacobi, M., Roux, J.P., (1990) - Initiation à la sociologie. Paris, Hatier.
- Girão, A. de Amorim (1941) - Geografia de Portugal. Porto, Portucalense Editora.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1977) - Estrutura da antiga sociedade portuguesa. Lisboa, Arcádia (3ª edição).
- Gomes, Saul António (1996) – “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”. In: Revista Portuguesa de História, XXXI, 1, pp. 431-446.
- Gonçalves, A. Custódio (1991) – Questões de antropologia social e cultural. Porto, Edições Afrontamento.

- Gonçalves, Iria (1987) – “Alcobaça e Leiria: uma relação de vizinhança ao longo da Idade Média”. In: Revista da Faculdade de Letras-História, U.P., IIª Serie, IV, pp. 89-103. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2069.pdf>, 13NOV2011
- Gurvitch, Georges (1979) - A vocação atual da Sociologia. Lisboa, Edições Cosmos.
- Gurvitch, Georges - dir. (1977) - Tratado de Sociologia. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, Ltª. (II volumes).
- Horton, P. B. & Hunt, C., L. (1981) - Sociologia. São Paulo, McGraw-Hill.
- INE (1973) - Classificação das atividades económicas portuguesas por ramos de atividade (CAE) - revisão 1. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (Série: Normas, nº 6).
- Isnard, Hildebert (1982) - O espaço geográfico. Coimbra, Livraria Almedina.
- La Blache, Vidal (1954) - Princípios de Geografia Humana. Lisboa, Edições Cosmos.
- Lefebvre, Georges (1978) - Réflexions sur l'histoire. Paris, F. Maspero.
- Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa Pinho (1873-1890) – Portugal antigo e moderno. Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia. (XII Vols.)
- Lopes, A. Simões (1995) - “Regionalização e eficiência na gestão de recursos”, in: Brotéria. 140, pp. 27-37.
- Lopes, A. Simões (1987) - Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, A. Simões (1973) – “Planeamento regional e urbano: conceção e operacionalidade numa ótica de sistema”. in: Economia e Sociologia. Vol 14.
- Lourenço, Nelson (1991) - Família rural e indústria. Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Lozato-Giotart (1989) – Géographie du tourisme. Paris, Ed. Masson.
- Machado, José Pedro (1967) - Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa, Editorial Confluência - Livros Horizonte (2ª edição).
- Marques, A. H. de Oliveira (1976) - História de Portugal. Lisboa, Palas Editores (II volumes).
- Marques, Teresa Sá (2004) – Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais. Porto, Afrontamento.

- Martins, Alfredo Fernandes (1949) - Le centre littoral et le massif calcaire d'Estremadura. Lisboa, Union Géographique Internationale/ Congrès International de Géographie (Livro-Guia do Congresso).
- Martins, Fernandes (1954) - "Geografia e História" (Prefácio). in: La Blache (1954).
- Martins, Oliveira (1956) - "A emigração portuguesa". in: Fomento rural e emigração. Lisboa, Guimarães e C^a. Editores.
- Medeiros, Carlos Alberto (1978) – Portugal. Esboço breve de Geografia Humana. Lisboa, Prelo (2^a Edição)
- Mendes, José M. Amado (1989) - A História como ciência. Coimbra, Coimbra Editora
- Mendes, J. M. Amado (1993) - História económica e social dos séculos XV a XX. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (2^a edição).
- Mendras, Henri (1977) - "Sociologia do meio rural". in: Gurvitch, 1977, pp. 429-450.
- Moutinho, Mário (1979) – A arquitetura popular portuguesa. Lisboa, Editorial Estampa.
- Musgrave, P. W. (1984) - Sociologia da Educação. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nazareth, J. Manuel (1995) – "Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico de Portugal no contexto da União Europeia até ao ano 2050". in: População e Sociedade. Porto, Centros de Estudos da População, Economia e Sociedade, 5, pp. 5-23.
- Nazareth, J. Manuel (1988) - Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa. Lisboa, Editorial Presença
- Nazareth, J. Manuel (1979) – O envelhecimento da população portuguesa. Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- Nemésio, Vitorino (1978) - Portugal, a terra e o homem. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nunes, A. Sedas (1964) - "Portugal, sociedade dualista em evolução"; in: Análise Social. 7-8, pp. 407-462.
- Paiva, Amadeu (org.) 1985 — Portugal e a Europa: o fim de um ciclo migratório. Lisboa, I.E.D. — C.E.D.E.P.
- Pauleta, Carlos M. (1997) – "As freguesias – história e atualidade". in. Finisterra, XXXII, 64, 145-148.
- Perroux, François (1987) – Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Queirós, Eça de (1979) — A emigração como força civilizadora. Lisboa, Perspetivas e Realidades.

- Resende, André de (1996) – As antiguidades da Lusitânia. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Original: 1593).
- Ribeiro, Orlando (1955) - Portugal. Tomo V de: Geografia de España y Portugal. Barcelona, Montaner y Simon.
- Ribeiro, Orlando (1960) - Atitude e explicação em Geografia Humana. Porto, Galaica.
- Ribeiro, Orlando (1961) - Geografia e civilização: temas portugueses. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Ribeiro, Orlando (1967) – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa, Liv. Sá da Costa.
- Ribeiro, Orlando (1968) - Mediterrâneo: ambiente e tradição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, Orlando (1970) - Ensaio de Geografia Humana e Regional. Lisboa; Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, Orlando (1994) - Opúsculos geográficos - Tomo V: Temas urbanos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (1995) – Geografia de Portugal. Lisboa, Edições João Sá da Costa (IV Volumes).
- Ribeiro, Orlando (1995) - Opúsculos geográficos - VI volume: Estudos Regionais. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Riesman, David (1964) - La foule solitaire: anatomie de la société moderne. Paris, Arthaud.
- Rivière, Claude (1982) - “A mudança social”. in: Gazeneuve J. & Victoroff D., 1982, pp. 421-439.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1973) - Immigrés portugueses. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Rocher, Guy (1981) - Sociologia geral. Lisboa, Editorial Presença (V volumes)
- Salgueiro, Teresa Barata (1992) - A cidade em Portugal: uma Geografia Urbana. Porto, Edições Afrontamento.
- Santa-Rita, Gonçalo (1982) - Portugal: a expressão da paisagem. Lisboa, Terra Livre/Direção-Geral da Divulgação.
- Santo, Moisés Espírito (1988) - Origens orientais da religião popular portuguesa. Lisboa, Assírio e Alvim.
- Santos, Maria José Moutinho (2001) – “Bonfim – séc. XIX: A Regedoria na segurança urbana”. in. Cadernos do Bonfim. 1, Porto, Junta de Freguesia do Bonfim.
- Saraiva, José Hermano (1978) - História concisa de Portugal. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Saramago, José (1995) – Viagem a Portugal. Lisboa, Caminho.

- Serrão, Joaquim Veríssimo (1975) - "Uma estimativa da população portuguesa em 1640". in: Memórias da Academia das Ciências. XVI, pp. 213-303
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1979-1993) - História de Portugal. Lisboa, Verbo (XII volumes).
- Serrão, Joel (Dir.) (1989) - Dicionário de História de Portugal. Porto, Livraria Figueirinhas (VI Vols.).
- Serrão, Joel (1972) - Emigração portuguesa. Lisboa, Livros Horizonte.
- Serrão, Joel (1976) - Testemunhos sobre a emigração portuguesa. Lisboa, Livros Horizonte.
- Silva, António de Moraes (1949-1959) - Grande Dicionário da língua portuguesa. Lisboa, Editorial Confluência (XII volumes).
- Silva, F. Marques (1970) - O povoamento da metrópole observado através dos censos. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (Pub. do Centro de Estudos Demográficos).
- Silva, Manuela e al. (1984) — Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal. Lisboa, I.E.D. (Caderno 8).
- Silva, José Amado (2002) – Caracterização económica e social da região do Distrito de Leiria. Leiria, NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria.
- Silveira, L. N. Espinha da (1999) - "Censos portugueses da primeira metade do século XIX" (Projeto Praxis). Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa (Policopiado).
- Sousa, Fernando de (1996) - "A população portuguesa nos inícios de século XIX". in: População e Sociedade. Porto, Centro de Estudos da População e Família/ Universidade do Porto, 2, pp. 7-75.
- Sousa, José Ribeiro (2004) – Cancioneiro de Entre o Mar e Serra da Alta Estremadura. Leiria, Câmara Municipal de Leiria.
- Teixeira, Carlos (1966) - "A evolução do território português no decurso dos tempos geológicos". in: "Lições de Geologia"- Separata de: Palestra. 28, pp. 111-157.
- Torga, Miguel (1993) – Portugal. Coimbra, Gráfica de Coimbra.
- Vasconcelos, José Leite de (1942) – Etnografia portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Vol.III).
- Vasconcelos, José Leite de (1980) – Etnografia portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Vol.II).
- Vieira, Afonso Lopes (1966) - Antologia poética. Lisboa, Guimarães Editores.

- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1865) - Elucidário (das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram). Lisboa, Editor A. J. Fernandes Lopes.

II – RELACIONADA COM O TEMA EM ESTUDO

- Alves, Olympio Duarte (1955) - Monte Real: no passado e no presente. Monte Real, Edição da Junta de Turismo de Monte Real
- Alves, Olympio Duarte (1970) - Os morgados de Ulmar. Monte Real, Edição da Junta de Turismo de Monte Real.
- Arroteia, Jorge Carvalho (2009) – Leiria e o Pinhal Litoral: sistema geográfico e contextos de desenvolvimento. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge Carvalho (2002) – Leirena: ensaio sobre a terra e o homem no concelho de Leiria. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.
- Arroteia, Jorge Carvalho (2002) – Território, povoamento e sociedade – estudo monográfico – Monte Redondo. Aveiro, Universidade de Aveiro. (2ª Edição: 2004).
- Arroteia, Jorge Carvalho (1998) - Emigração - A segunda geração de emigrantes: perspetivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural. Monte Redondo, Museu do Casal de Monte Redondo (Cadernos do Património, nº. 6).
- Batista, João Maria (1876) - Chorografia moderna do Reino de Portugal. Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências.
- Barbosa, Pedro Gomes (1991) – “Santa Maria de Alcobaça e os moinhos de Leiria no século XIII”. In: Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região”. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 401-409.
- Bernardes, Joaquim de Oliveira da Silva (1981) - Leiria no século XIX: aspetos económicos. Leiria, Edição da Assembleia Distrital.
- C.E.P. (1974) - Área de influência de Leiria. Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento (Estudos Urbanos e Regionais, 3).
- C.M.L. (s/d) - Estudos Prévios do PDM - Estudos Demográficos (Relatório 2). Leiria, C.M.L./Plano Diretor Municipal/Gabinete MEREC.
- C.M.L. (s/d) - Estudos Prévios do PDM - Rede Urbana, hierarquia dos aglomerados e estrutura do povoamento (Relatório 8). Leiria, C.M.L./Plano Diretor Municipal/ Gabinete MEREC.
- C.R.P.Q.F. (1960) – Inquérito à Indústria do Sal. Lisboa, Comissão Reguladora dos produtos Químicos e Farmacêuticos.

- Câmara Municipal de Leiria (2010) – Plano Operacional Municipal. Leiria. CML – Divisão de Proteção Civil e Bombeiros.
- Cabral, João (1993) – Anais do Município de Leiria. Leiria, Câmara Municipal (III volumes).
- Castro, Armando (1991) – “Leiria e a sua região no processo histórico português”. In: Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região”. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 295-339.
- Costa, Américo (1943) – Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular. Lisboa, Dicionário Chorográfico (XII volumes).
- Costa, Pe. Carvalho (1712) - Corographia portugueza e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal. Lisboa, Officina de Valentim da Costa.
- Cristino, Luciano (1971) — "Apontamentos de história local — Monte Redondo". in: A Voz do Domingo (1971-1972)
- Cristino, Luciano (1989) - "Conferência sobre Monte Redondo nas comemorações solenes dos 400 anos da criação da paróquia (1589-1989)" (Policopiado).
- Cunha-Ribeiro, J. Pedro (1995) – “O Paleolítico no vale do Lis”. In: II Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região. Leiria, Câmara Municipal de Leiria (II volumes), pp. 97-149.
- Custódio de Moraes, J. (1936) – “Geologia e geografia da região do Pinhal de Leiria”. in: Memórias e Notícias – Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, 9.
- Dinis, Mário (1949) – Os campos de Leiria: seu passado e rumo para o futuro. Leiria (Separata da revista “A Granja”, nº 1, ano IX, 20 pp.)
- Dinis, P.A. (1999) - “Síntese de evolução geomorfológica da área vestibular do Rio Lis”. in: Cadernos de Geografia. 18, Coimbra, F.L.U.C., pp. 151-158
- Eusébio, Joaquim (1997) - Pombal: 8 séculos de história. Pombal, Câmara Municipal de Pombal.
- Fernandes, Carlos - Coord. e Prefácio (2008) - Invasões francesas – Leiria, 5 de julho de 1808: o massacre da Portela. Leiria, Textiverso.
- Ferreira O. & Galante, M. (2004): Mata nacional de Leiria: sinopse do grande incêndio florestal de agosto de 2003.
- Ferreira, Sertório Hingá (1997) - Falar de Monte Redondo (figuras e factos do passado). Monte Redondo, Edição do autor (Policopiado).
- Filipe, Alda Maria M. Mourão (2000) – A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria (1836-1914). Coimbra,

Universidade de Coimbra/FLUC (Dissertação de Doutoramento – Policopiada).

- Fonseca, Rui Manuel Passadouro (1991) - Diagnóstico da situação de saúde do concelho de Leiria-1991. Leiria, Administração Regional de Saúde-Centro de Saúde Dr. Arnaldo Sampaio (Policopiado).

- Galego, Júlia & Daveau, Susanne (1986) – O numeramento de 1527-1532 - Tratamento cartográfico. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (Memórias do Centro de Estudos Geográficos).

- Gomes, Saul António (1995) – Introdução à história do castelo de Leiria. Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

- Gomes, Saul António (1995.a) – “Sobre a fundação undecista de Leiria”. in: II Colóquio sobre História de Leiria e da sua região (I). Leiria, Câmara Municipal de Leiria.

- Gomes, Saul António (1986) - Documentos medievais sobre Monte Redondo. Monte Redondo, Museu Etnológico (Cadernos do Património, 2).

- Gonçalves, Iria (1976-1977) - “Notas de demografia regional: a Comarca de Leiria em 1537”. in: Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. 2ª série, pp. 405-454.

- Heleno, Manuel (1921) – “Antiguidades de Monte Real”. in: Arqueólogo Português. Vol. XXV (1922, pp.11-98) e XXVI (1924, pp. 331-345).

- Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho (1874) – Portugal antigo e moderno. Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeológico, histórico, biográfico e etymológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal. Lisboa, Livraria de Mattos Moreira e Companhia (XII volumes).

- Macedo, D. António da Costa de Souza (1855) - Estatística do Districto Administrativo de Leiria. Leiria, Ed. Typographia Leiriense

- Manuppella, G., Zbyszewski, G. & Ferreira, O. da Veiga (1978) - Carta Geológica de Portugal (Notícia explicativa da folha 23-A - Pombal). Lisboa; Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos/Serviços Geológicos de Portugal.

- Moital, João P. (1986) - As actas da Junta de Parochia de Monte Redondo. Monte Redondo, Museu Etnológico de Monte Redondo (Cadernos Património, 3).

- Morais, J. Custódio de (1936) – “Geologia e Geografia da região do Pinhal de Leiria”. in: Memórias e Notícias do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra. Coimbra, 9.

- Moreira, Fernando J., Félix, Júlio & Ramos, Luísa (1986) - Os pezeiros do Grou. Monte Redondo, Edição do Museu de Monte Redondo (Cadernos Património, 1).
- Neves, Manuel Poças (1997) – Achegas para a carta gastronómica da Rota do Sol. Leiria, Região de Turismo de Leiria – Rota do Sol.
- Pinto, A. Arala (1938-1939) - O Pinhal do Rei: subsídios. Marinha Grande, Edição do Autor (II Volumes).
- Saa, Mário (1944) - "A estrada romana de Lisboa a Braga: passagem por Leiria e qual então o nome da cidade: o ópido e o rio de Emínio". in: Livro do 1º Congresso das Actividades do Distrito de Leiria. pp. 49-57).
- Santos, José Travaço (2007) – Etnografia da Alta Estremadura: breve introdução. Leiria, CEPAE – Centro do Património da Estremadura.
- Saraiva, José (1929) – Monumentos de Portugal – Leiria. Lisboa, Associação dos Archeólogos Portuguezes e do Conselho Nacional de Turismo (nº 6).
- Saraiva, José Hermano (1996) – “A história de Leiria”. in: Guia Expresso das Cidades e Vilas históricas de Portugal (Fasc. 14: Leiria, Alcobaça e Batalha). Lisboa, Semanário ‘Expresso’, pp. 3-4.
- Serviço Meteorológico Nacional (1970) - O clima de Portugal (Fascículo XIII). Lisboa, Serviço Meteorológico Nacional.
- Teixeira, C. e Zbyszewski, G. (1968) – Carta geológica de Portugal – notícia explicativa da folha 23-C (Leiria). Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- Zúquete, Afonso (1943) – Leiria: subsídios para a história da sua Diocese. Leiria, Gráfica de Leiria.

- Outros:
 - - O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria. Braga, Typographia Lusitana (1868).
 - - Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2005, III.
 - - Lista telefónica de Monte Redondo, Bajouca e Coimbra - 1997. (Compilada por: Manuel Pedrosa Gaspar Ferreira).
 - - Livro do 1º Congresso das Atividades do Distrito de Leiria. Leiria, 1944.
 - - Memória Paroquial de 1758. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arquivo Distrital de Leiria.
 - - Notícias de algumas vilas e freguesias do Distrito de Leiria escritas em 1721 e enviadas à Academia Real. (Manuscrito do Arquivo da Universidade de Coimbra, nº. 503).

- - Souto - Suplemento especial sobre: "Monte Redondo-400 anos" (Coord. Pe. Joaquim Jesus João, Pe. David Pedrosa Gaspar & Álvaro Pereira Jerónimo), julho de 1989.
- - Recenseamentos da População (X, XI e XII). Lisboa, Instituto Nacional Estatística.

- Cartografia
 - Carta Militar de Portugal – Serviço Cartográfico do Exército (Escala: 1/25.000) – Folha n.º. 273: Monte Redondo.
 - Carta Corográfica de Portugal – Instituto Geográfico e Cadastral (Escala: 1/50.000) – Folha 23-A: Pombal.
 - Carta de Portugal – Instituto Geográfico e Cadastral (Escala: 1/100.000) – Folha n.º. 23: Leiria.

- FonteWeb
 - Enciclopédia Católica Popular
<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>



Anexos

I - REFERÊNCIAS CRONOLÓGICAS

- 1135 – D. Afonso Henriques funda o Castelo de Leiria
- 1142 – D. Afonso Henriques deu foral a Leiria. Estabelece como limites do domínio do Castelo de Leiria o norte do território que coincide com o termo setentrional da freguesia de Monte Redondo.
 - 1145 – Reconquista do castelo de Leiria por D. Afonso Henriques, que recupera a edificação caída nas mãos dos muçulmanos.
 - 1179 – Confirmação do foral de Leiria, atribuído pelo fundador da monarquia. Cedência do castelo e respetiva Igreja ao Convento de Santa Cruz de Coimbra.
 - 1218 – Pedro Mendes, Pedro Vieira e outros moradores da paróquia (do Souto da Carpalhosa), fizeram doação ao Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, de umas propriedades, para n'elas se fazer a igreja e cemitério.
 - 1278 – Doação, em 18 de julho, por parte de Estevão Gomes de bens que possuía em Monte Redondo, ao Mosteiro Cisterciense de Alcobaça (Gomes, 1986, 22).
 - 1279 – Subida ao trono de D. Dinis.
 - 1283 – Confirmação, por parte do Alcaide do castelo de Leiria – Pedro Eanes de Portel – da doação dos bens que havia herdado em Monte Redondo deixados por Estevão Gomes.
 - 1292 - D. Dinis, que havia subido ao trono em 1279, fez vila e deu foral a Monte Real (alterando-lhe o nome de Camarreu) e concedeu-lhe jurisdição independente de Leiria. A Póvoa de Monte Real era constituída pelo Monte Boco e pelo Campo.
 - 1309 – Os Crúzios de Coimbra deixam de receber “os dízimos a que tinham direito do Paúl de Ulmar para compensar as obras pagas pela “fazenda real”. Estas obras executadas sob orientação dos Cistercienses de Alcobaça, permitiram o enxugo do referido paul e a regularização do leito do rio Lis.
 - 1309 – Carta de povoamento dada pelo Abade de Alcobaça a quatro homens que vivessem em Monte Redondo, a título perpétuo.
 - 1310 – Aforamento a João Domingues e a Iria Anes da herança que tinham em Monte Redondo. Os emprazantes “obrigavam-se a fazer cultura de pão, vinho, olivais e pomares” (Gomes, 1986, 69).
 - 1357 - Carta de aforamento em que o mosteiro de Alcobaça arrenda a João Domingues e a sua mulher "hüa herança que o dito

mosteiro tem em Monte Redondo... polo quarto de todollos fruytos e hum alqueire de trigo e um capão" (Cristino, 1971), datado de 1357.

- 1391 – Notícia de arrendamento feito a Vasco Anes de um casal em Monte Redondo, pertença do Mosteiro de Alcobaça, com a condição “de que ele aí construísse uma casa nova” (Gomes, 1986, 72).

- 1410 – Referência a carta de registo de bens no casal de Monte Redondo, pertença do Mosteiro de Alcobaça.

- 1414 – Carta de aforamento, feita pelo referido mosteiro em 1414, a "João Rodrigues Cebolinho e sua mulher" de uma herança que traziam neste lugar (Gomes, 1986, 17).

- 1417 – Carta de confirmação de aforamento do casal “Ceborrinho” - Monte Redondo “e fora aforado em 1357 a João Domingues e a Iria Gonçalves” (Gomes, 1986, 80).

- 1435 - Provas de posse de três casais nesta área, feita por João Domingues, em 1435, terras qua haviam sido dadas a seus "trisavós e bisavós" pelo "Abade Dom Pedro e Convento de Alcobaça" (loc. cit.).

- 1512 – Criação da freguesia de Monte Real, desmembrada da freg. de S.Tiago – Leiria.

- 1545 – Até 1545, era Leiria do priorado de Santa Cruz de Coimbra, que tinha aqui jurisdição nullius diocesis. Criação da Diocese de Leiria, desanexada da de Coimbra. Foi seu primeiro bispo, D. fr. Braz de Barros, frade jeronymo, natural de Braga, confirmado por Paulo III (P.Leal)

- 1571 – Carta enviada “Ao Rev.mo Dom Abade Esmolar Mor” na qual o Dom Abade Geral e mais religiosos do Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça se dizem senhorios de um prazo chamado de Monte Redondo, termo da cidade de Leiria de que fez emprazamento a Lançarote Vieira (...) em mil quinhentos e setenta e um com obrigação de lhes pagar de foro para sempre a quinzena de todos os frutos que produzirem em terras do dito foro e depois do falecimento do dito Lançarote Vieira, e sua mulher que se obrigam a romper e reduzir a cultura todo o dito prazo e em atenção a essa despesa se lhes fez de dízima somente durante a sua vida e da dita mulher”.

- 1574 – Povos de Monte Redondo, Coimbrão e Ervideira pediram para constituir freguesia (op. cit., 194) que a invocação para a criação da freguezia havia sido solicitada anteriormente, em 1574 quando "em visitas, se tinha pedido esta desmembração e criação da freguezia" (loc. cit.).

- Na demarcação da igreja, em "terra que era prazo da comenda d'Alcobaça", intervieram para além do licenciado Jeronymo do Souto, António Fernandes e sua mulher, Lucrecia Cordeira, que "traziam a

dicta terra, emprazada, e fizeram doação, livremente, do dicto chão, com a dicta licença do commendatário" loc. cit.).

- 1589 – Os habitantes dests lugares e de uns casaes e moinhos proximos requereram a D. Pedro Castilho para constituirem paróquia independente e lhes foi concedido. Numa terra de prazo da comenda de Alcobaça havia uma ermida dedicada a N^a Sra da Piedade.

- 1603 – Registo no Livro dos Capítulos de Visitas, do ano de 1600 a 1645, lê-se mais uma determinação para a colocação de marcos para delimitação da freguesia de Monte Redondo freguesia mãe do Souto da Carpalhosa

- 1632 – Divisão da freguesia de Monte Real em duas: Monte Real e Carvide

- 1636 – O Bispo, D. Dinis, desmembrou da freguesia de Monte Redondo, os Coimbrões. A criação da nova freguesia do Coimbrão, em 1636, promovida pelo bispo de Leiria D. Pedro Barbosa que "desmembrou da freguezia de Monte Redondo, os Coimbrões, e levantou freguezia, da invocação de S. Miguel, por ahi estar uma ermida da mesma invocação" (O Couseiro, 210),

- 1701 – Abertura artificial do leito do rio Lis, que até então desaguava perto das “Pedras do Pedrogám”.

- 1702 – Data assinalada na porta poente da Igreja paroquial de Monte Redondo, como sendo da sua reconstrução (?).

- 1721 - Notícias de algumas vilas e freguesias do Distrito de Leiria, escritas em 1721 e enviadas à Academia Real – População das Vintenas "Notícias de algumas vilas e freguesias do Distrito de Leiria escritas em 1721 e enviadas à Academia Real", correspondendo, aquando da sua formação, ao ordenado aos provedores das várias comarcas do reino para enviarem àquela instituição memórias e notícias das povoações.

- Assim procedeu o provedor da comarca de Leiria, Braz Raposo da Fonseca, que "examinando os documentos existentes nas mãos dos particulares e nos arquivos das Camaras, copiando inscrições, ouvindo as tradições e descrevendo os monumentos mandou ao seu secretário Cristovam de Sá Nogueira", relatos desta ocupação humana.

- 1758 - Resposta dada pelo pároco da freguesia de Monte Redondo ao Inquérito nacional promovido pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino, realizado em 1758, três anos depois do terramoto que afetou todo o reino - “Memória Paroquial de 1758”. A elaboração pertenceu ao Padre Luiz Cardoso, académico da Academia Real de História e membro da Congregação do Oratório de Lisboa. Assinou o Cura: João da Costa e Silva em 10 de abril de 1758.

- 1759 - Treslado dos autores que vieram para o Juízo de Ouvidoria destas Cortes – ano de 1759 Apelante: Nicolau Cardoso Carvalho da cidade de Leiria
 - “Ao Rev.mo Dom Abade Esmolar Mor
 - Dizem como autores o Dom Abade Geral e mais religiosos do Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça contra o Capelão Manuel das Neves da cidade de Leiria pela via melhor de Direito:
 - “Este comprou e provará que o Mosteiro dos autores é direito senhorio de um prazo chamado de Monte Redondo, termo da cidade de Leiria de que fez emprazamento a Lançarote Vieira por escritura autorgada em xxx”
 - 1802 – Construção do marco geodésico de 1ª ordem, no cabeço de Monte Redondo, base de triangulação geodésica do continente português.
 - 1808 – Massacre da Portela, em Leiria, provocado pelas tropas do General Margaron (1ª Invasão Francesa).
 - 1852 – Passagem da Rainha D. Maria II por Monte Redondo, vinda de Braga por Condeixa, Soure, M.R., Monte Real e Marinha Grande, onde pernitoiu (O Couseiro, 2011, 330).
 - 1854 – Criação da Feira dos 29 em Monte Redondo (julho). Esta veio a substituir a feira franca da Vieira
 - 1855 - Relatório do Sr. Dr. João Sepulveda Teixeira, por ocasião da sua visita à freguesia de Monte Redondo: Leiria, 9 de agosto de 1855. – Ilmº.sr. administrador do concelho de Leiria. – João Sepúlveda Teixeira, médico municipal.
 - Afirma que a freguesia de Monte Redondo é a que tem sofrido mais. “Esta freguesia tem 526 fogos, e dando a cada fogo quatro habitantes, a sua população é de 2:102 abitantes, mais de dois terços da população tem sido atacados – por conseguinte mais de 700 habitantes têm tido febres intermitentes”.
 - 1861 – Manifestação popular que levou à destruição dos arrozais de Monte Redondo, devido às febres e à mortalidade elevada da população residente.
 - 1870 – Em 1870, quando se andava construindo a estrada de Leiria para Figueira da Foz, “descobriram uns trabalhadores junto à mesma estrada, n’um sítio denominado A costa de martin Gil, a 1 kilometro, pouco mais ou menos, da cidade, um mosaico romano muito regular e bem feito”. (P.Leal). Esta via, antiga Estrada Real nº 58, construída em “mac-Adam”, foi alcatroada nos anos quarenta.
 - 1872 – Em janeiro e fevereiro de 1872, houve aqui (e em todo o reino) uma grande cheia, produzida por chuvas torrencias (P.Leal).

- 1872 – Criação da Filarmónica de N^a Sr^a da Piedade (os Estatutos datam de 1933).
- 1886 - O Presidente da Junta da Parochia: Joaquim Pereira da Costa dirige uma, em 10 de Junho de 1886, ao Chefe da Secção a favor da construção de um pequeno aqueducto, no sítio do Valle do Lavadouro, quando devia ser um viaducto.
- 1886 – Carta dirigida pelo Presidente da Junta da Paróquia de Monte Redondo ao Chefe da Secção dos C.F. que afirma estar a referida junta satisfeita com a passagem de nível do caminho de ferro dada ao K.112.200 declara que em vista à sua construção se isenta de qualquer reclamação futura a respeito d’este caminho.
- 1888 – Inauguração da Estação de C. Ferro (linha do Oeste) e da abertura da linha de caminho de ferro de Leiria a Figueira da Foz.
- 1891 – Lançamento da 1^a pedra da nova Igreja Paroquial.
- 1897 – Abertura do Cemitério de Monte Redondo, edificado em terreno cedido por D. Maria Rita do Patrocínio Costa (Data inscrita na porta: 1893?).
- 1898 – Inauguração da Igreja N^a Sr^a da Piedade, na sede da freguesia.
- 1905 – Criação da feira de gado mensal, no dia 13, no lugar da Bajouca.
- 1910 – Instalação de um forno de cal, próximo da estação de C.F. (?), em terrenos do Sr. José Soares.
- 1910 – Instalação de um lagar de azeite no lugar do Paço (?).
- 1914 – Criação da Escola móvel da Bajouca.
- 1920 - Constituição da firma em nome individual, “Manuel Gomes de Carvalho”, que em 1940, deu origem à empresa do mesmo nome.
- 1922 – Início da exploração das Salinas da Junqueira, concessionadas a José Duarte Rolo Júnior (Diário do Governo, n^o 187 - 2^a Série, de 16 de agosto de 1922).
- 1925 – Inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, no largo fronteiro à Igreja matriz.
- 1925 – A Junta de freguesia pronuncia-se sobre a sua participação na Comissão responsável da edificação de uma nova Escola na sede da freguesia.
- 1931 – Inauguração da Escola Primária na sede da freguesia de Monte Redondo, em terreno cedido em 1928 por D. Mariana Costa e seu marido, Fernando Rego.
- 1937 – Inauguração do telefone público em Monte Redondo.
- 1938 – Inauguração da luz eléctrica na sede da freguesia de Monte Redondo.

- 1940 – Inauguração do fontenário, junto ao adro da Igreja, por ocasião dos Centenários (1140-1940).
- 1941 - Criação do Posto Escolar do casal Novo.
- 1943 – Inauguração da Casa do Povo de Monte Redondo. Os trabalhos para a sua constituição, remontam a 1935.
- 1945 – Ligação por estrada de Monte Redondo à Bajouca.
- 1947 – Referências à exploração de crude (petróleo) na Sismaria.
- 1954 – Festas do 1º centenário da Feira dos 29, não realizadas devido à invasão dos territórios sob administração portuguesa de Dadrá e Nagaar- Aveli.
- 1956 – Construção da Escola primária nas Lavegadas, em substituição do Posto Escolar, criado em 1951.
- 1958 – Construção da Escola primária em Fonte Cova, em substituição do Posto Escolar, criado em 1953.
- 1959 – Inauguração da Estação dos C.T.T. (Correios, Telégrafos e Telefones).
- 1961 – Construção da Escola Primária no Grou, em substituição do Posto Escolar, criado em 1951.
- 1963 – Construção da Escola Primária na Sismaria, em substituição do Posto Escolar, criado em 1938.
- 1971 Criação da freguesia da Bajouca (Decreto-Lei nº. 559/71 de 17 de dezembro).
- 1975 – Encerramento do Internatodo Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa.
- 1978 – Abertura da Creche e Jardim de Infância na “Casa da Criança D. Maria Rita do Patrocínio Costa”.
- 1988 – Início das comemorações dos “400 anos da freguesia de Monte Redondo” (Comissão executiva constituída por: Vítor Manuel L. Curado e Silva, Pe. Joaquim Jesus João, Mário Brilhante Pedrosa, Álvaro Pereira Jerónimo e Armindo L. Curado e Silva), a 31 de dezembro, com a concentração de representações de todos os lugares da freguesia, junto à sede da Junta; Cantar do “Hino das Comemorações dos 400 anos”, Repique de sinos e Missa da meia noite.
- 1989 – Ano da Celebração dos 400 anos da freguesia de Monte Redondo: a 1 de janeiro, Saudação da Filarmónica Nª Sª da Piedade a todos os lugares da freguesia no largo D. Pedro Castilho; Visita das autoridades Cívicas e religiosas à sede; Missa de ação de graças na Igreja Paroquial, celebrada por D. Alberto Cosme do Amaral e inauguração de melhoramentos. Lançamento da primeira pedra do Posto da G. N. R.; a 29 e 30 de julho realização, no Pinhal da Feira e no centro da localidade,

da última feira dos 29 antes da sua transferência para o novo recinto, junto ao Cemitério. Encerramento das comemorações

- 1993/94 – Início de atividade do Colégio Doutor Luís Pereira da Costa, construído em terrenos cedidos pela Fundação Bissaia Barreto (herdeira dos bens do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa), em Monte Redondo.

- 2003 – Abertura das novas instalações da “Casa da Criança – D. Maria Rita do Patrocínio Costa.

- 2004 – Celebração do 1º Centenário do nascimento de D. João Pereira Venâncio (fevereiro).

- 2004 - Elevação da povoação de Monte Redondo à categoria de Vila (9 de dezembro).

- 2005 – Publicação da Lei nº 22/2005 – DR 20 Série I-A de 28/01/2005 – Assembleia da República elevação de Monte Redondo à categoria de Vila.

- 2005 – Início da atividade do Centro Social da Paróquia, nas valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

- 2006 – Inauguração do Centro Social Nª Srª da Piedade em Monte Redondo. Dá continuidade ao Centro Social da paróquia que funcionava na Residência Paroquial (Pe. Joaquim de Jesus João).

- 2006 – O monteredondense Nuno Brilhante Pedrosa inicia, em julho, uma viagem pela “Estrada Panamericana” em prol da “Associação Portuguesa de Paralesia Cerebral” – núcleo de Leiria, a qual termina em março de 2009. Durante a travessia do continente americano, atravessou 20 países, percorrendo 42024 km desde Inuvik (Canadá) a Mendoza (Argentina), durante 960 dias.

- 2007 – Lançamento do concurso para a construção das infraestruturas de acesso ao Parque Industrial de Monte Redondo, que tem como parceiros a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria; a Câmara Municipal de Leiria e a GestinLeiria – Parques Empresariais (janeiro).

- 2007 – Inauguração do troço entre Marinha Grande e Louriçal da Autoestrada do Litoral Centro - A17, estabelecendo a ligação rodoviária direta a Lisboa, Aveiro e Porto (junho).

- 2008 – Inauguração da dependência bancária – Millenium BCP – na sede da Vila e realização de concerto de música clássica oferecido à população (16 de setembro).

- 2008 – Inauguração do novo quartel de Bombeiros em Monte Redondo.

- 2008 – Publicação em D.R. (1ª Serie, nº 242, de 16DEZ08) de legislação relativa ao Comando Territorial de Leiria da GNR, ao

Destacamento Territorial de Leiria e ao Posto Territorial de Monte Redondo.

- 2009 – Eleições Autárquicas (outubro).
- 2009 – Inauguração das obras de ampliação do Centro de Saúde de Monte Redondo, associado do Centro de Saúde Leiria – Dr. Arnaldo Sampaio (21 de fevereiro).
- 2009 – Inauguração da biblioteca digital: “Emigrateca Portuguesa” (Museu do Casal de Monte Redondo (5 de Outubro).
- 2010 – Realização da FESMONTE: Feira de Gastronomia e Atividades de Monte Redondo (10 de setembro).
- 2010 – Inauguração da área de serviço de Monte Redondo – A17 (abril).
- 2010 – Sessão de Comemoração do 1º centenário da República, na sede da Freguesia e no Museu do Casal de Monte Redondo (outubro).
- 2010 – Inauguração das obras de requalificação da Igreja Paroquial de Monte Redondo, em simultâneo com a celebração do 25º aniversário do falecimento de D. João Pereira Venâncio, Bispo de Leiria (24 de outubro).
- 2011 – A Fundação Bissaia Barreto cede o edifício sede do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa à Filarmónica Nª Srª da Piedade de Monte Redondo, para instalação da sede e escola de música (março).
- 2011 – O “Plano Estratégico de Transportes – Mobilidade Sustentável (2011-2015)”, defende o encerramento do tráfego de passageiros na Linha do Oeste (novembro).
- 2011 – Celebração do ato de escritura da oferta de terreno para a construção do Parque Desportivo de Monte Redondo à Freguesia de Monte Redondo, pelo Dr. Augusto Mota (Ortigosa), herdeiro de D. Marquinhos Silva (D. Silva), de Monte Redondo (novembro).
- 2012 – Comemoração dos 140 anos da Filarmónica Nª Srª da Piedade e Inauguração da nova sede da Banda e da sua Escola de Música no edifício do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, cedido pela Fundação Bissaia Barreto (julho).
- 2012 – Geminação de Monte Redondo – Leiria, com a freguesia do mesmo nome: Monte Redondo - Torres Vedras (setembro).
- 2013 – Inauguração do “Centro Escolar de Monte Redondo” - ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico (setembro).
- 2014 – Construção da Praça Central da Vila de Monte Redondo (outubro).
- 2014 – Celebração evocativa do 10º aniversário de elevação de Monte Redondo a Vila (dezembro)

II – BIOGRAFIAS

Inserem-se as referências biográficas das individualidades assinaladas na toponímia da sede de freguesia de Monte Redondo.

Albano Alves Pereira

Evoca a memória de Albano Alves Pereira, nascido nas faldas da Serra da Estrela e que veio para Monte Redondo trabalhar na loja de seu Tio, Sr. Manuel Joaquim. Aqui constituiu família dedicando-se ao comércio explorando a loja junto da habitação na rua que tem o seu nome. Desempenhou diversos cargos na freguesia, nomeadamente o de Presidente da Junta de Freguesia.

Cónego Manuel do Carmo Góis

Evoca a memória do Sacerdote Manuel do Carmo Góis, nascido nas Colmeias em 1888. Ordenado Padre em 1912, foi Pároco da Barreira e de Santa Eufémia, até ser nomeado Pároco de Monte Redondo, em 1935.

Por Provisão do Bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio datada de 5 de dezembro de 1958 e aquando da sua entronização na Sé Catedral de Leiria, em 8 de dezembro desse ano, foi nomeado Cónego Honorário da Sé Catedral de Leiria. Permaneceu como Pároco de Monte Redondo até 1971 foi então substituído por ter atingido o limite de idade. A sua ação apostólica ficou reconhecida pela obra que deixou na paróquia onde desenvolveu diversos movimentos religiosos, procedendo à construção do Salão Paroquial para as atividades desses grupos. Fez ainda construir a residência paroquial a partir da coleta dos seus paroquianos da oferta do “ovo do Domingo”.

D. João Pereira Venâncio

João Pereira Venâncio nasceu na sede da freguesia, em Monte Redondo, no dia 7 de fevereiro de 1904. Terá frequentado a Escola Primária local entre 1911 e 1914 e no ano do começo da 1ª Guerra Mundial ingressa no Seminário Diocesano de Leiria. Ordenado Padre em 21 de dezembro de 1929 e designado Cónego da Sé de Leiria anos depois, é nomeado Bispo Auxiliar de Leiria em 30 de setembro de 1954, sendo Bispo titular D. José Alves Correia da Silva. É sagrado Bispo de Leiria no dia da Imaculada Conceição, em 8 de dezembro de 1958.

O seu grande apreço pelo Movimento Mariano, do qual foi um incansável arauto, obrigou-o a diversas peregrinações pelo mundo acompanhando a Imagem da Virgem de Fátima, durante os anos do seu

bispado. A realização do Concílio Ecuménico Vaticano II (outubro de 1962 a dezembro de 1965) permitiu-lhe participar nesses trabalhos e tomar contacto mais direto com a Cúria Romana.

Quando no final do ano de 1964 regressa de Roma, trouxe a notícia da concessão, por S. Santidade o Papa Paulo VI, da Rosa de Ouro ao Santuário de N^a Sr^a de Fátima, bem como da data da visita do Papa a Portugal para entrega pessoal desse galardão. Agradecida a Diocese de Leiria prepara-lhe uma calorosa receção no seu limite sul e acompanha-o em cortejo à Sé de Leiria onde é cantado uma missa de ação de graças.

Em 13 de maio de 1967, Paulo VI visita solenemente o Santuário procedendo à consagração ao Imaculado Coração de Maria. Cansado, D. João Pereira Venâncio resignou em 1 de julho de 1972, remetendo-se à sua atividade como Primeiro Superior Geral da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e morre em 2 de agosto de 1985. Está sepultado, em campa rasa junto da família, no cemitério de Monte Redondo.

D. Pedro Castilho

Evoca D. Pedro de Castilho que criou, no ano de 1589, a Paróquia dos mdiás de hoje. Nasceu em data que se não conhece na cidade de Coimbra, filho do arquiteto Diogo de Castilho e de sua mulher D. Isabel Ilharco em cuja Universidade estudou Teologia e se doutorou em Cânones (Direito Canónico). Era também mestre em Artes. Começou por ser prior da igreja de S. Salvador de Ílhavo; beneficiado da de Santo André, de Celorico; deputado do Santo Ofício em Coimbra e visitador desta nova diocese. Foi depois disso nomeado bispo de Angra, que governou durante 5 anos.

Quando chega a essa diocese (em 1577) opôs-se naquela Ilha ao pretendente ao trono de Portugal, D. António Prior do Crato é fiel a Filipe de Espanha, que também era um dos pretendentes e veio efetivamente a ser Rei. Fugiu para a metropole a bordo da esquadra dos monges de Sta. Cruz, em 1582. "Isto lhe valeu o grande favor do monarca espanhol que o apresenta para Bispo de Leiria, no ano seguinte, de 1583".

Diz "O Couseiro" (op. cit., 190) que renunciou ao Bispado, que governou durante 24 anos, por ter sido nomeado Inquisidor-geral. Para além de prelado do novo bispado, ao qual anexou em 1585 a "Collegiada de Ourém", o mesmo documento diz (loc. cit.) que "foi cappellão mór, prior de Guimarães e vice-rei, muito annos, administrador do Crato e Alcobaça, muito temido e respeitado".

A sua evocação deve ser referida no contexto religioso da época em que viveu e do exemplo que deixou aos seus sucessores.

Doutor Luís Pereira da Costa

O Doutor Luís Pereira da Costa nasceu em Monte Redondo em 1847, filho de uma família abastada – os Costa - que residia na sede da freguesia. Terá frequentado a Escola de Monte Redondo, prosseguido os seus estudos em Leiria. Matriculou-se na Universidade de Coimbra “fazendo o ato de licenciado em 1882, de conclusões magnas 1882 e doutorando-se em 26 de novembro do mesmo ano”. Foi aí Professor de Patologia Geral e Diretor do Laboratório de Microbiologia. Além do exercício da atividade docente como Professor Catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra.

A posse de bens na sua terra natal conferia-lhe o estatuto de ser, simultaneamente, um dos 40 maiores proprietários do concelho de Leiria devido à importância da décima que pagava. Retirado da sua atividade como médico e professor, instalou-se na sua residência em Monte Redondo e antes da sua morte instituiu, em homenagem a sua mãe, a “Fundação D. Maria Rita do Patrocínio Costa” à qual deixou os seus bens. Designou como seu testamentário o Doutor Bissaia Barreto, seu discípulo e amigo da Universidade de Coimbra.

Foi na sua residência que se instalaram as religiosas da Ordem de S. José de Cluny onde criaram a “Casa de Educação e Trabalho”, destinada à educação de meninas entre os 7 e os 17 anos de idade. Com os bens que deixou alimentou, durante anos, a “sopa dos pobres”, a cargo dessas religiosas. Depois da saída desta Ordem religiosa, em 1975, funcionou aí a “Casa da Criança” integrada já na Fundação Bissaia Barreto.

Esta integração não fez esquecer a família Pereira da Costa, ainda hoje reconhecida como benemérita da freguesia de Monte Redondo, diretamente através da Fundação Bissaia Barreto ou através de alguns herdeiros que continuam a dignificar, pelos seus gestos, a sua memória e interesse público de alguns dos seus bens. O seu nome está perpetuado, também como patrono do Colégio que funciona, em terrenos da antiga família Pereira da Costa, cedidos pela Fundação Bissaia Barreto para a sua construção.

Manuel Gomes de Carvalho

Evoca a memória de um dos conceituados industriais da freguesia de Monte Redondo, reconhecido pelas iniciativas que desenvolveu. Nasceu em Fonte Cova e desde cedo revelou qualidades para o negócio. Foi fundador da firma “Manuel Gomes de Carvalho”, reconhecida como

uma das mais importantes do Distrito na área da serração de madeiras, do fabrico de caixilharia e na exportação, principalmente pelo porto de Lisboa. Tinha armazém de madeiras em Xabregas (Lisboa).

Foi sócio da empresa de transportes União Automóvel Leiriense, empresa vendida em 1969 a Claras-Transportes e depois integrada na Rodoviária Nacional. Foi ainda sócio de empresas ligadas quer à serração de madeiras, quer aos seguros. A este industrial deve-se a cedência de terreno para a construção da Casa do Povo e em 1957 cedeu e construiu o Campo de Futebol destinado aos jogos do grupo desportivo do Centro de Alegria no Trabalho do pessoal afeto à indústria de serração de Monte Redondo.

Manuel Pedrosa

Evoca o carteiro, Manuel Pedrosa, que exerceu a sua atividade profissional na freguesia de Monte Redondo, durante várias décadas. Natural de Monte Redondo, depois da frequência da escola primária alistou-se na Armada Portuguesa, onde tirou o curso de Radiotelegrafista.

Quando regressou do serviço militar ingressou nos CTT, como carteiro. Além da sua atividade profissional preparou diversas exemplares da “Lista Telefónica de Monte Redondo”.

Paleão

Evoca a memória de um proprietário agrícola que viveu em Monte Redondo no século XIX. Pertencia à família Pereira e por via materna foi tio de D. João Pereira Venâncio.

Dono de várias terras na povoação, o infortúnio acompanhou-o tendo por isso procedido à venda de diversos terrenos à família Costa que possuía o único estabelecimento de comércio da povoação. Morreu sem deixar descendentes diretos.

Professor Francisco Pereira

Evoca a figura do Mestre de Escola e 1º Professor Primário de Monte Redondo, que lecionou a partir de 1913 na Escola Velha. Foi o professor da geração mais antiga de moradores que conseguiram aprender a ler e a escrever ou já a fazer o seu exame da 3ª Classe, com um mestre seu conterrâneo e amigo. O edifício escolar situava-se na convergência da Rua da Filarmónica com a Rua D. João Pereira Venâncio.

Professora Vitória Moutinho

Professora de Ensino primário na Escola Feminina de Monte Redondo, onde lecionou durante quase meio século.

Foi responsável pela preparação de muitos alunos que depois do exame da 4ª Classe recorriam aos seus ensinamentos para a preparação do Exame de Admissão ao Ensino Técnico ou ao Liceu, como era costume da época. As suas qualidades pedagógicas e humanas eram reconhecidas por parte dos seus alunos e dos pais, que a consideravam como mestre e exemplo de simplicidade.

Vergílio Gomes Norte

Natural de Carvide, onde nasceu em 1903, viveu a sua infância em Espanha (Galícia) com a família. Regressado a Portugal completou o ensino secundário (antigo 7º ano) no Liceu Rodrigues Lobo, em Leiria. Desenvolveu a sua carreira profissional em Lisboa no ramo dos seguros, mas em 1943 casado com D. Maria José Feijão, fixou-se na sede da freguesia. Foi um distinto proprietário reconhecido pelas suas qualidades humanas e como gestor. Desempenhou funções públicas na freguesia, como Presidente da Junta. Quando do alargamento do parque escolar, cedeu o terreno para a construção da Escola Nova, anexo ao Pinhal da Feira (lado poente), propriedade da família.



III – TOPONÍMIA DOS ARRUAMENTOS (sede de freguesia)

Os acontecimentos fazem a história e as pessoas, com as suas obras e ações, são os elos de memória que nos ligam à comunidade. Entendemos, por isso, incluir neste apontamento as referências biográficas dos habitantes cujo nome consta do roteiro de Ruas e Praças públicas na sede da Vila e freguesia de Monte Redondo. Estas designações são da responsabilidade da respetiva autarquia.

Rua Doutor Luís Pereira da Costa – Arruamento principal de Monte Redondo que coincide dentro da localidade com o traçado da E. N. nº 109. Evoca a figura do “Benemérito e Ilustre filho desta terra”, como se lê na placa original.

Estrada da Bajouca – Arruamento que sai do cruzamento da EN nº 109, em direção à A-17 e àquela localidade.

Rua D. João Pereira Venâncio – Arruamento que liga a Estrada da Bajouca à Estrada das Lavegadas. Evoca a memória do Bispo de Leiria, nascido de uma família prestigiada desta freguesia.

Travessa do Paleão – Arruamento que entronca na Rua D. João Pereira Venâncio.

Rua Professor Francisco Pereira – Arruamento que liga a Estrada da Bajouca à E. N. nº 109.

Rua das Eiras - Arruamento que liga a Rua D. João Pereira Venâncio à Estrada da Bajouca, junto às Eiras

Rua do Rolhão – Arruamento que entronca na Rua D. João Pereira Venâncio em direção à Estrada da Bajouca. Evoca uma antiga fonte que abastecia povoação antes da construção do Chafariz, anexo ao adro da Igreja, construído no âmbito do plano dos Centenários (1940)

Rua da Filarmónica – Arruamento que parte do largo dos Combatentes da Grande Guerra, em frente da Igreja matriz, em direção à Rua D. João Pereira Venâncio, na qual termina.

Largo dos Combatentes da Grande Guerra – Largo fronteiriço à Igreja matriz o qual evoca a participação do exército português na 1ª Guerra Mundial (1914-1918).

Largo D. Pedro Castilho – Largo anexo à Igreja matriz no qual se inclui o recinto do Fontenário.

Estrada das Lavegadas – Arruamento que entronca na E. N. nº 109 e segue na direção desta localidade

Rua da Bregieira – Arruamento que parte da Estrada das Lavegadas e corre para sul paralelamente à E.N. nº 109.

Rua Vergílio Gomes Norte – Arruamento que parte da E. N. n° 109 e termina na Rua da Feira, paralela à linha de Caminho de Ferro do Oeste.

Rua Albano Alves Pereira – Arruamento que bordeja pelo lado sul o adro da Igreja, aberta em 1932 e para a qual a foi solicitada autorização para a cedência de uma parcela de 80m² do adro da Igreja para efeito da sua construção.

Rua da Escola – Arruamento que sai do Largo D. Pedro Castilho e segue em direção à linha de Caminho de Ferro do Oeste, onde se localiza a antiga Escola primária e outros equipamentos educativos da freguesia.

Largo da Professora Vitória Moutinho – Largo da Rua Albano Alves Pereira, onde termina a Rua Cónego Góis.

Rua do Cónego Góis – Arruamento que começa na Rua da Escola e termina na Rua Albano Alves Pereira.

Rua da Figueirinha – Arruamento que sai da Estrada da Aroeira – prolongamento da Rua da Escola e segue na direção da Figueirinha, onde se situa o Colégio Doutor Luís Pereira da Costa.

Rua do Valito – Rua que começa na Estrada da Aroeira e corre para sul, do lado poente à linha de Caminho de Ferro do Oeste.

Rua da Feira – Arruamento que liga a Rua da Estação, junto ao cruzamento do Sr. Manuel Amado, à Estrada de Fonte Cova, onde termina junto da Praça do Peixe.

Rua da Estação – Arruamento que liga a Rua da Escola à Estação de Caminho de Ferro.

Travessa do Mercado - Arruamento que liga a Rua da Estação, junto ao cruzamento do Sr. Manuel Amado, à Estrada de Fonte Cova, onde termina junto da Praça do Peixe.

Rua Manuel Gomes de Carvalho – Arruamento que liga a E. N. n° 109 à Estrada de Fonte Cova.

Rua da Fábrica – Arruamento que liga o Largo da Estação, em frente da Estação de Caminho de Ferro, à Estrada de Fonte Cova.

Rua do Campo da Bola – Rua que começa da Estrada de Fonte Cova e termina no campo da Bola.

Largo dos Galitos – largo da Rua Manuel Gomes de Carvalho. Evoca a Orquestra-Jazz de Monte Redondo (?)

Travessa Manuel Pedrosa – Arruamento que entronca na E. N. n° 109, em direção ao Campo da Bola.



IV – DADOS ESTATÍSTICOS

Recenseamento de 2011 – Situação por Lugares – Monte Redondo

GEO_COD_DSG	Nº EDIF. CLAS.	Nº ALOJ.	Nº FAM. CLAS.	Nº NUC. FAM.	Nº IND. RESID.	Nº IND. RES._H	Nº IND. RES._M
Mte Redondo	2048	2175	1584	1347	4398	2178	2220
Fontainhas	11	11	8	8	23	13	10
Grou	131		93	83	245	115	130
Morganiças	14	14	12	11	37	18	19
Aroeira	83	88	69	57	194	97	97
Bouça de Cá	10	10	7	6	18	10	8
Casal Novo	85	87	58	56	178	92	86
Graveto	17	18	7	4	14	5	9
Lage	48	49	34	32	103	53	50
Lavegadas	138	139	93	84	265	137	128
Mª do Engenho	0	0	0	0	0	0	0
Mte Redondo	166	199	146	109	361	166	
Montijos	147	165	124	107	333	162	171
Paço	207	230	175	152	493	248	245
Porto Longo	55	57	32	26	86	48	38
Ribª Bajouca	53	54	46	40	146	74	72
Santo Aleixo	28	28	20	14	53	31	22
Sismaria	290	293	198	175	584	289	295
Carreira	2	2	2	2	6	4	2
C. Telheiro	11	12	12	8	27	15	12
V. da Pedra	9	9	7	6	23	11	12
Fonte Cova	194	197	143	119	384	188	196
Matos	86	88	73	64	216	102	114
Paúl	14	14	11	9	37	17	20
Pinheiro	34	34	33	29	96	46	50
Coimbrão	0	0	0	0	0	0	0
Bregieira	19	34	22	23	56	29	27
Brenha	35	43	32	24	80	38	42
Casinos	22	24	32	11	59		33
Lezíria	62	64	38	37	119	62	57
Valito	17	17	13	13	38	22	16
Cª dos Secos	11	11	7	7	25	9	16
Residual		51	37	31	99	51	48

Fonte: INE, 2012



Recenseamento de 2011
- Edifícios, Alojamentos, Famílias, Núcleos familiares e
População -

GEO_COD_DSG	N ^a EDIF. CLAS.	N ^o ALOJAM.	N ^o FAM. CLAS.	N ^o NUC. FAM.	N ^o IND. RES.	N ^o I. RES. H	N ^o I.RES. M
Amor	2055	2123	1681	1451	4747	2384	2363
Arrabal	1277	1320	966	804	2684	1328	1356
Azoia	906	1082	870	717	2276	1094	1182
Barosa	955	1021	801	694	2156	1066	1090
Barreira	1330	2067	1623	1283	4102	1996	2106
Boa Vista	845	935	662	538	1745	838	907
Caranguejeira	2440	2483	1706	1460	4691	2282	2409
Carvide	1410	1443	1066	890	2820	1357	1463
Coimbrão	1396	2801	670	525	1735	853	882
Colmeias	1979	2012	1245	1000	3278	1556	1722
Cortes	1424	1494	1090	936	3001	1492	1509
Leiria	2190	9473	6619	4267	1499	6828	8081
Maceira	4273	4399	3708	3145	9914	4840	5074
Marrazes	4597	11864	8881	6883	2258	1076	11782
Monte Real	1243	1624	1084	888	2936	1397	1539
Monte Redondo	2048	2175	1584	1347	4398	2178	2220
Ortigosa	891	906	704	620	1971	944	1027
Parceiros	1482	2368	1790	1456	4664	2271	2393
Leiria	724	1551	1123	884	2809	1356	1453
Pousos	2960	4828	3719	2983	9763	4724	5039
S ^a Cat ^a da Serra	1838	1885	1411	1203	4098	2006	2092
Santa Eufémia	1155	1188	841	708	2327	1148	1179
St ^o da Carpalhosa	1801	1837	1362	1172	3863	1905	1958
Bajouca	920	924	697	593	2004	1021	983
Bidoeira de Cima	1076	1097	814	700	2250	1113	1137
Memória	658	659	325	235	807	367	440
Carreira	557	577	411	359	1166	563	603
Chainça	370	383	283	229	772	403	369





Jorge Carvalho Arroteia (Monte Redondo – LR: 1947) – Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Aposentado). Licenciado em Geografia (Universidade de Lisboa), Doutor e Agregado em Ciências Sociais (Universidade de Aveiro. Autor de diversos estudos relacionados com a Geografia Humana, Emigração Portuguesa e Análise Social da Educação.

Para além da docência e investigação na Universidade de Aveiro - Pró-Reitor, Vice-Presidente do Conselho Científico, Presidente do Conselho Diretivo e Coordenador da Comissão Científica do Departamento de Ciências Fundamentais da Educação), Vogal-Residente da Fundação João Jacinto de Magalhães – exerceu também funções diretivas na Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa).

Participou em órgãos científicos e de gestão de estabelecimentos de ensino superior politécnico (Escola Superior de Educação de Viseu e Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril). Foi membro do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, do Conselho Científico da Formação Contínua e gestor nacional do programa FOCO.

Desempenhou funções de Direção em serviços centrais do Ministério da Educação (Sub-Diretor Geral do Ensino Superior e Inspetor-Geral) e do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Inspetor-Geral). Ex-membro do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Leiria.

Fundador e coordenador da “Emigrateca portuguesa” é consultor nas áreas da Educação e Desenvolvimento.



Impressão:
alusitânia: artes gráficas
Aveiro